

PROSPECTO PRELIMINAR DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 1ª (PRIMEIRA), 2ª (SEGUNDA), 3ª (TERCEIRA), 4ª (QUARTA), 5ª (QUINTA) E 6ª (SEXTA) SÉRIES DA PRIMEIRA EMISSÃO COTAS SENIORES DO

# TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

CNPJ/MF nº 19.997.606/0001-71

Cedente

Companhia fechada integrante do Grupo Contax



Classificação ANBIMA: Agro, Indústria e Comércio - Foco de Atuação: FIDC Recebíveis Comerciais

Classificação de Risco (Cotas Seniores) - Standard&Poor's: "brAAA"

Código ISIN Cotas Seniores: BRLCOCTF002 (1ª (Primeira) Série); BRLCOCTF010 (2ª (Segunda) Série); BRLCOCTF028 (3ª (Terceira) Série); BRLCOCTF036 (4ª (Quarta) Série); BRLCOCTF044 (5ª (Quinta) Série); BRLCOCTF051 (6ª (Sexta) Série)

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, BEM COMO SOBRE AS COTAS SENIORES OBJETO DA OFERTA 400.

O TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ("Fundo") está ofertando, por meio desta primeira emissão, até 4.000 (quatro mil) cotas seniores, em 6 (seis) séries, com valor unitário de emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ("Cotas Seniores", "Preço de Emissão" e "Primeira Emissão"), perfazendo o montante total de até 24.000 (vinte e quatro mil) Cotas Seniores. O valor total de Cotas Seniores a serem distribuídas será de até:

## R\$600.000.000,00

A distribuição pública das Cotas Seniores objeto da Primeira Emissão ("Oferta 400") foi deliberada pela INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.418.140/0001-31 ("Administrador"), em 26 de março de 2014.

Os documentos relativos à Oferta 400 foram protocolados na CVM em 12 de abril de 2014.

O BANCO ITAÚ BBA S.A. ("Coordenador Líder") é a instituição financeira autorizada a operar no mercado de capitais contratada pelo Administrador para realizar a Oferta 400. As Cotas Seniores objeto da Oferta 400 serão colocadas, pelo Coordenador Líder, (i) sob o regime de garantia firme de colocação para as Cotas Seniores emitidas no âmbito da 1ª, 2ª e 3ª séries; e (ii) sob o regime de melhores esforços de colocação para as Cotas Seniores emitidas no âmbito da 4ª, 5ª e 6ª séries.

As Cotas Subordinadas serão objeto de distribuição pública, pelo Coordenador Líder, com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita") e serão direcionadas exclusivamente para Investidores Institucionais, sendo que as Cotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s). Para maiores esclarecimentos e informações sobre a Oferta Restrita de Cotas Subordinadas, vide a seção "8 - Cotas de Emissão do Fundo", na página 93 deste Prospecto Preliminar.

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, teve o seu regulamento registrado no 7º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 26 de março de 2014, sob o nº 1876822, conforme alterado ("Regulamento").

O Fundo é regido pelas disposições do Regulamento, da Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas, nos termos da política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de (i) direitos de crédito performados de titularidade da Contax S.A., companhia fechada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 370, 13º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.757.614/0001-48 ("Contax") ou eventuais sucessoras a qualquer título, inclusive sua subsidiária integral Contax-Mobitel S.A. ("Cedente") originados a partir da prestação dos serviços de gestão operacional e atendimento de *contact center* em todo território nacional prestados pelo Cedente em favor da Oi S.A., Oi Móvel S.A. e Telemar Norte Leste S.A. (quando consideradas em conjunto, "Sacadas"), nos termos dos Contratos Lastro (conforme definidos a seguir) ("Direitos Creditórios"), e (ii) títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos de emissão do Tesouro Nacional (quando considerados em conjunto, "Ativos Financeiros"). Para maiores esclarecimentos e informações sobre a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, vide a seção "7 - Direitos Creditórios, Cessão ao Fundo, Cobrança e Pagamento", na página 83 deste Prospecto Preliminar.

A 1ª série de Cotas Seniores da Primeira Emissão foi registrada junto à CVM sob o nº CVM/SRE/RFD/[-], concedido em [-] de [-] de 2014. A 2ª série de Cotas Seniores da Primeira Emissão foi registrada junto à CVM sob o nº CVM/SRE/RFD/[-], concedido em [-] de [-] de 2014. A 3ª série de Cotas Seniores da Primeira Emissão foi registrada junto à CVM sob o nº CVM/SRE/RFD/[-], concedido em [-] de [-] de 2014. A 4ª série de Cotas Seniores da Primeira Emissão foi registrada junto à CVM sob o nº CVM/SRE/RFD/[-], concedido em [-] de [-] de 2014. A 5ª série de Cotas Seniores da Primeira Emissão foi registrada junto à CVM sob o nº CVM/SRE/RFD/[-], concedido em [-] de [-] de 2014. A 6ª série de Cotas Seniores da Primeira Emissão foi registrada junto à CVM sob o nº CVM/SRE/RFD/[-], concedido em [-] de [-] de 2014.

Somente Investidores Institucionais, conforme disposto na regulamentação aplicável, podem adquirir Cotas Seniores e Cotas Subordinadas de emissão do Fundo.

As Cotas Seniores da Primeira Emissão objeto da Oferta 400 serão registradas para (i) distribuição, no mercado primário, no Módulo de Distribuição de Ativos (MDA), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Cotas Seniores; e (ii) negociação, no mercado secundário, no Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Recomenda-se a leitura cuidadosa deste Prospecto antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Cotas do Fundo.

Os investidores devem ler atentamente a Seção "Fatores de Risco" nas páginas 57 a 66 deste Prospecto Preliminar. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos da Carteira, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura. Ainda, não há compromisso ou garantia por parte da Administradora de que o objetivo de investimento do Fundo será atingido.

Não há compromisso ou garantia por parte do Administrador de que o objetivo do Fundo será atingido.

Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada a de fundos similares com prazo inferior. O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

A concessão de registro para a distribuição das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas de emissão do Fundo não implica, por parte da CVM e da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas ou de adequação do Regulamento do Fundo ou deste Prospecto à legislação vigente ou julgamento sobre a qualidade do Fundo ou de seu Administrador e demais prestadores de serviços.



"Este Prospecto Preliminar foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da CVM. A autorização para funcionamento e/ou venda das Cotas Seniores deste Fundo não implica, por parte da CVM ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador, dos Direitos Creditórios ou das demais instituições prestadoras de serviços do Fundo."

COORDENADOR LÍDER



CUSTODIANTE



ADMINISTRADOR

**IntragDTVM**  
Administração Fiduciária

ASSESSORES JURÍDICOS

**MATTOS FILHO >**  
Mattos Filho, Veiga Filho,  
Marrey Jr e Quiroga Advogados

**GCMC**  
/ Advogados

A data deste Prospecto Preliminar é 16 de junho de 2014

"As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, que ainda não se manifestou a respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito a complementação e correção. O Prospecto Definitivo será entregue aos investidores durante o período de distribuição das Cotas Seniores."

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **AVISOS IMPORTANTES**

O INVESTIMENTO DO FUNDO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O ADMINISTRADOR DO FUNDO MANTENHAM SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR.

O FUNDO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DE SEU ADMINISTRADOR, DO COORDENADOR LÍDER, DO CEDENTE, DO CUSTODIANTE, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTE PROSPECTO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

<b>1. DEFINIÇÕES .....</b>	<b>7</b>
<b>2. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS SENIORES E DAS COTAS SUBORDINADAS .....</b>	<b>25</b>
2.1 Características Básicas das Cotas Seniores da Primeira Emissão objeto da Oferta 400 .....	27
2.2 Características Básicas das Cotas Subordinadas da Primeira Emissão objeto de Oferta Restrita .....	28
2.3 Informações Adicionais Referentes à Primeira Emissão .....	29
<b>3. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA 400 .....</b>	<b>31</b>
3.1 Características da Primeira Emissão .....	33
3.1.1 Público alvo da Primeira Emissão .....	33
3.1.2 Registro da Primeira Emissão .....	33
3.1.3 Quantidade de Cotas Seniores objeto da Primeira Emissão .....	33
3.1.4 Valor Unitário de Emissão das Cotas Seniores e Valor Total da Oferta 400 .....	34
3.1.5 Procedimento de Subscrição e Integralização das Cotas .....	34
3.1.6 Benchmark das Cotas Seniores .....	36
3.1.7 Preço de Emissão e Preço de Integralização .....	37
3.1.8 Valor Mínimo de Investimento .....	37
3.1.9 Amortização e Resgate das Cotas Seniores objeto da Oferta 400 .....	37
3.1.10 Classificação de Risco das Cotas Seniores objeto da Oferta 400 .....	38
3.1.11 Negociação das Cotas .....	38
3.2 Contrato de Distribuição .....	38
3.2.1 Regime de Colocação e Plano de Distribuição .....	38
3.2.2 Forma de Colocação e Prazo de Colocação .....	39
3.2.3 Procedimento de Colocação das Cotas Seniores .....	40
3.2.4 Plano de Distribuição .....	41
3.2.5 Procedimento de Bookbuilding .....	42
3.2.6 Integralização, Subscrição, Preço de Emissão e Preço de Integralização .....	43
3.2.7 Fundo de Manutenção de Liquidez ou Sustentação .....	44
3.2.8 Cronograma de Etapas da Oferta 400 .....	44
3.2.9 Modificação da Oferta 400 e Efeitos da Modificação ou Revogação da Oferta 400 .....	45
3.2.10 Remuneração do Coordenador Líder .....	45
3.2.11 Excesso de Demanda .....	46
3.2.12 Encerramento da Distribuição .....	46
3.3 Custos de Distribuição .....	46
3.3.1 Em caso de Garantia Firme de Colocação para Demais Séries .....	48
3.3.2 Custos não relacionados à Distribuição .....	49
3.4 Declarações do Administrador e do Coordenador Líder .....	49
3.4.1 Declaração do Administrador .....	49
3.4.2 Declaração do Coordenador Líder .....	50
<b>4. IDENTIFICAÇÃO DO ADMINISTRADOR, DO CUSTODIANTE, DO AGENTE ESCRITURADOR, DA EMPRESA DE AUDITORIA, DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO, DO COORDENADOR LÍDER E DOS ASSESSORES LEGAIS .....</b>	<b>51</b>
4.1 Administrador .....	53
4.2 Custodiante .....	53
4.3 Agente Escriturador .....	53
4.4 Empresa de Auditoria .....	54
4.5 Agência Classificadora de Risco .....	54
4.6 Coordenador Líder .....	54
4.7 Assessor Legal do Fundo e do Cedente .....	55
4.8 Assessor Legal do Coordenador Líder .....	55
<b>5. FATORES DE RISCO .....</b>	<b>57</b>
5.1 Riscos de Mercado dos Ativos Financeiros .....	59
5.2 Riscos de Crédito e de Liquidez; Ausência de Garantia .....	59
5.3 Risco de Descasamento entre as Taxas de Rentabilidade dos Ativos Financeiros do Fundo e o <i>Benchmark</i> .....	60
5.4 Riscos Decorrentes dos Negócios e da Situação Patrimonial e Financeira das Sacadas .....	60
5.5 Risco de Concentração .....	61
5.6 Riscos de Originação .....	61
5.7 Riscos de Liquidez .....	62
5.8 Ausência de Obrigação dos Cotistas Subordinados de Aportar Recursos no Fundo .....	62
5.9 Insuficiência de Recursos para Pagamento de Amortizações e Resgates .....	62
5.10 Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos .....	62

5.11 Riscos de Falhas de Procedimentos de Custódia, Cobrança e Conciliação .....	63
5.12 Riscos de Sistemas .....	63
5.13 Riscos de Descontinuidade .....	63
5.14 Riscos Relacionados ao Pagamento Antecipado de Direitos Creditórios .....	64
5.15 Risco de Questionamento da Validade e Eficácia da Cessão (Possibilidade de os Direitos Creditórios Elegíveis virem a ser Alcançados por Obrigações do Cedente ou de Terceiros) .....	64
5.16 Risco de Fungibilidade .....	65
5.17 Inexistência de Rendimento Predeterminado .....	65
5.18 Risco de Rebaixamento da Classificação de Risco das Cotas Seniores do Fundo .....	65
5.19 Risco de Governança .....	66
5.20 Risco de Descaracterização do Regime Tributário Aplicável ao Fundo .....	66
5.21 Risco Proveniente do Uso de Derivativos .....	66
5.22 Outros Riscos .....	66
<b>6. TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS .....</b>	<b>67</b>
6.1 Da Denominação, Forma, Prazo de Duração e Composição do Patrimônio do Fundo .....	69
6.2 Do Público Alvo do Fundo e do Investimento Inicial Mínimo no Fundo .....	70
6.3 Do Objetivo de Investimento do Fundo .....	70
6.4 Da Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira do Fundo .....	71
6.5 Dos Critérios de Avaliação dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros Integrantes da Carteira .....	72
6.6 Dos Eventos de Avaliação e dos Eventos de Liquidação Antecipada e dos Eventos de Liquidação Antecipada Imediata .....	73
6.6.1 Eventos de Avaliação .....	73
6.6.2 Eventos de Liquidação Antecipada .....	75
6.7 Do Administrador, Custodiante e Demais Prestadores de Serviço do Fundo .....	78
6.7.1 Administração do Fundo .....	78
6.8 Custódia e Controladoria .....	79
6.9 Escrituração de Cotas .....	79
6.10 Da Remuneração do Administrador .....	79
6.11 Dos Encargos do Fundo .....	80
6.12 Da Reserva de Pagamento, da Reserva de Custos e da Ordem de Pagamentos do Fundo .....	81
6.13 Das Demonstrações Financeiras .....	81
6.14 Divulgação de Informações .....	81
6.15 Aspectos Gerais .....	82
<b>7. DIREITOS CREDITÓRIOS, CESSÃO AO FUNDO, COBRANÇA E PAGAMENTO .....</b>	<b>83</b>
7.1 Dos Direitos Creditórios .....	85
7.2 Dos Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios .....	85
7.3 Notificação de Prorrogação e Cessão .....	86
7.4 Mecânica de pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis .....	86
7.5 Custódia dos Documentos Comprobatórios .....	87
7.6 Cobrança e Conciliação de Direitos Creditórios e Direitos Creditórios Inadimplidos .....	87
7.7 Da Formalização da Cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e outras Regras Gerais referentes à Cobrança e Pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis .....	87
7.7.1 Formalização da Cessão .....	87
7.8 Dos Procedimentos de Cobrança .....	90
7.9 Informações estatísticas sobre os Direitos Creditórios .....	90
7.10 Informações sobre situações de pré-pagamento dos Direitos Creditórios .....	92
<b>8. COTAS DE EMISSÃO DO FUNDO .....</b>	<b>93</b>
8.1 Da Composição do Patrimônio do Fundo e das Emissões de Cotas .....	95
8.2 Patrimônio Autorizado .....	96
8.3 Das Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Cotas .....	96
8.3.1 Características das Cotas .....	96
8.4 Direitos Patrimoniais .....	96
8.5 Direitos de Voto das Cotas .....	96
8.6 Índice de Cobertura .....	97
8.7 Colocação das Cotas Seniores .....	97
8.8 Colocação das Cotas Subordinadas .....	97
8.9 Subscrição e Integralização das Cotas .....	97
8.10 Critérios para Apuração do Valor das Cotas Seniores .....	98
8.11 Critérios para Apuração do Valor das Cotas Subordinadas .....	98
8.12 Negociação das Cotas .....	98

8.13	Classificação de Risco das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas .....	99
8.14	Da Assembleia Geral de Cotistas.....	99
8.15	Da Amortização e do Resgate das Cotas.....	102
8.15.1	Condições Gerais e Forma de Pagamento de Amortizações e Resgates .....	102
8.15.2	Condições Especiais Aplicáveis às Amortizações das Cotas Subordinadas .....	103
8.16	Das Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Cotas mediante a Entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e de Ativos Financeiros em Pagamento.....	104
8.17	Da Amortização Extraordinária para fins de Enquadramento do Índice de Cobertura, da Alocação Mínima de Investimento e da Política de Investimento.....	105
8.17.1	Desenquadramento do Índice de Cobertura .....	105
8.17.2	Amortização Extraordinária.....	105
<b>9.</b>	<b>VISÃO GERAL DO SETOR DE SERVIÇOS CORPORATIVOS DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES .....</b>	<b>107</b>
9.1	Introdução .....	109
9.2	Segmentos de Mercado .....	109
9.2.1	Mercado de Contact Center .....	109
9.2.2	Mercado de TI pra relacionamento com clientes.....	109
9.2.3	Mercado de Trade Marketing .....	109
<b>10.</b>	<b>CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....</b>	<b>111</b>
10.1	Breve Descritivo do Cedente.....	113
10.2	Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas do Cedente .....	113
10.3	Capital Social .....	114
10.4	Atividades do Cedente .....	114
10.5	Experiência Prévia em Securitização .....	115
<b>11.</b>	<b>PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS SACADAS.....</b>	<b>117</b>
11.1	Oi .....	119
11.2	Telemar Norte Leste.....	120
11.3	Oi Móvel .....	120
<b>12.</b>	<b>RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA 400.....</b>	<b>123</b>
12.1	Informações sobre as Partes.....	125
12.1.1	Coordenador Líder.....	125
12.1.2	Custodiante.....	126
12.2	Relacionamento entre as Partes .....	128
12.2.1	Relacionamento entre o Cedente e o Administrador .....	128
12.2.2	Relacionamento entre o Cedente e o Custodiante .....	128
12.2.3	Relacionamento entre o Cedente e o Coordenador Líder .....	128
12.2.4	Relacionamento entre as Sacadas e o Coordenador Líder .....	129
12.2.5	Relacionamento entre o Cedente e a Agência Classificadora de Risco .....	130
12.2.6	Relacionamento entre o Cedente e a Empresa de Auditoria .....	130
12.2.7	Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante .....	130
12.2.8	Relacionamento entre o Administrador e o Coordenador Líder.....	131
12.2.9	Relacionamento entre o Administrador e a Agência Classificadora de Risco.....	131
12.2.10	Relacionamento entre o Administrador e a Empresa de Auditoria.....	131
12.2.11	Relacionamento entre o Custodiante e o Coordenador Líder .....	131
12.2.12	Relacionamento entre o Custodiante e a Empresa de Auditoria.....	131
12.2.13	Relacionamento entre o Custodiante e a Agência Classificadora de Risco .....	132
12.2.14	Relacionamento entre o Coordenador Líder e a Empresa de Auditoria.....	132
12.2.15	Relacionamento entre o Coordenador Líder e a Agência Classificadora de Risco.....	132
12.3	Conflito de Interesses.....	132
<b>13.</b>	<b>SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO .....</b>	<b>133</b>
13.1	Contrato de Cessão.....	135
13.1.1	Possibilidade de substituição, acréscimo ou remoção dos Direitos Creditórios.....	135
13.2	Contrato de Distribuição .....	135
13.3	Contrato de Custódia.....	136
13.4	Gestão da Carteira .....	136
13.5	Agência Classificadora de Risco .....	136
13.6	Empresa de Auditoria .....	136

<b>14. ANEXOS .....</b>	<b>137</b>
ANEXO I INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO, DELIBERAÇÃO DE 4ª ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO E REGULAMENTO CONSOLIDADO E VIGENTE .....	139
ANEXO II DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....	323
ANEXO III DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....	327
ANEXO IV RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	331
ANEXO V RELATÓRIO DA EMPRESA DE AUDITORIA E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....	343
ANEXO VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA TELEMAR NORTE LESTE .....	391
ANEXO VII DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA OI MÓVEL.....	411

## **1. DEFINIÇÕES**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

**Ability**

a Ability Comunicação Integrada Ltda.

**Administrador**

a partir da Primeira Data de Emissão, a Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 2003.

**Agência Classificadora de Risco**

a partir da Primeira Data de Emissão, agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo, responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores. A Agência Classificadora de Risco somente poderá ser substituída pelo Administrador, observado que a agência classificadora de risco responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores seja, a qualquer momento durante o Prazo de Duração, a Standard and Poor's, a Moody's ou a Fitch Ratings.

**Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos**

a partir da Primeira Data de Emissão, o Administrador, diretamente ou por meio de terceiro(s) especializado(s) contratado(s) pelo Administrador, sob sua responsabilidade, às expensas do Fundo.

**Agente Escriturador**

a partir da Primeira Data de Emissão, a Itaú Corretora de Valores S.A., companhia fechada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, responsável pelos serviços de escrituração das Cotas.

**Allus**

a Stratton Spain S.L.

**Alocação Mínima de Investimento**

a razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, que deverá, após 90 dias do início das atividades do Fundo, ser igual ou superior a 50% do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis.

**Amortização Extraordinária**

a amortização extraordinária das Cotas Seniores em circulação realizada (i) para fins de enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura e/ou à Alocação Mínima de Investimento e/ou à política de investimento descrita no Capítulo VIII do Regulamento, conforme prevista no Capítulo XV do

	Regulamento, (ii) em razão do pagamento antecipado de Direitos Creditórios Elegíveis pelas respectivas Sacadas antes das respectivas datas de vencimento, ou (iii) conforme decisão tomada em Assembleia Geral.
<b>ANATEL</b>	a Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.
<b>ANBIMA</b>	a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
<b>Anúncio de Encerramento</b>	o anúncio de encerramento da Oferta 400.
<b>Anúncio de Início</b>	o anúncio de início da Oferta 400.
<b>Arquivo Eletrônico de Pagamentos de Direitos Creditórios Elegíveis</b>	o arquivo eletrônico que será elaborado pelas Sacadas em <i>layout</i> previamente acordado com o Custodiante, o qual deverá conter uma lista analítica dos Direitos Creditórios Elegíveis e respectivas Sacadas que forem liquidados na Conta Autorizada do Fundo em um determinado Dia Útil. Os Arquivos Eletrônicos de Pagamentos de Direitos Creditórios Elegíveis serão enviados ao Custodiante pelas Sacadas, a partir da data de vencimento dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, conforme compromisso a ser assumido pelas Sacadas nos termos das respectivas Notificações de Prorrogação e Cessão.
<b>Arquivo(s) CNAB 400</b>	os arquivos de CNAB - Centro Nacional de Automação Bancária - 400, padrão FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos, utilizados para receber (remessa) e enviar (retorno) informações digitalmente entre bancos e clientes.
<b>Assembleia Geral</b>	a Assembleia Geral de Cotistas do Fundo, ordinária ou extraordinária, realizada nos termos do Regulamento.
<b>Ativos Financeiros</b>	os títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos de emissão do Tesouro Nacional.
<b>Aviso ao Mercado</b>	o aviso ao mercado da Oferta 400.
<b>Banco Central</b>	o Banco Central do Brasil.
<b>Brasil ou País</b>	a República Federativa do Brasil.
<b>Benchmark</b>	o parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Cotas Seniores de cada emissão, conforme estabelecido no Suplemento referentes a cada série de cada emissão.

<b>BM&amp;FBOVESPA</b>	a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b><i>Business Process Outsourcing</i> ou BPO</b>	a atividade de prestação de serviços terceirizados para empresas (por exemplo, a gestão de relacionamento com o cliente) .
<b>Carteira</b>	a carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros.
<b>Cedente</b>	a Contax ou eventuais sucessoras a qualquer título, inclusive sua subsidiária integral Contax-Mobitel S.A..
<b>CETIP</b>	a CETIP S.A. – Mercados Organizados.
<b>CMN</b>	o Conselho Monetário Nacional.
<b>CNPJ/MF</b>	o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.
<b>Código Civil</b>	a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
<b>Código de Processo Civil</b>	a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.
<b>Comunicação de Desenquadramento</b>	a comunicação a ser enviada pelo Administrador aos Cotistas Subordinados imediatamente após a constatação de qualquer desenquadramento do Índice de Cobertura.
<b>Conta Autorizada do Fundo</b>	a conta corrente de titularidade do Fundo mantida pelo Custodiante, na qual serão depositados, em moeda corrente nacional, os recursos provenientes da liquidação dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Direitos Creditórios Inadimplidos.
<b>Contax</b>	a Contax S.A., companhia fechada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 370, 13º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.757.614/0001-48.
<b>Contax-Mobitel</b>	a Contax-Mobitel S.A, nova denominação da Mobitel S.A.
<b>Contax Participações</b>	a Contax Participações S.A.
<b>Contrato de Cessão</b>	o “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a ser celebrado entre o Fundo e o Cedente, com a interveniência e anuência do Administrador e do Custodiante.
<b>Contrato(s) de Cobrança</b>	o(s) “Contrato(s) de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos”, a ser(em) eventualmente celebrado(s) entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o(s) terceiro(s) especializado(s) que venham a ser

	contratado(s) pelo Administrador para atuar(em) na cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, em benefício do Fundo, sob responsabilidade e com interveniência do Administrador e às expensas do Fundo, conforme alterado(s) de tempos em tempos.
<b>Contrato de Custódia</b>	o “Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios”, a ser celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o Custodiante, conforme alterado de tempos em tempos.
<b>Contrato de Distribuição</b>	o "Contrato de Coordenação, Subscrição e Colocação de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação de Cotas Seniores, de Emissão do TELECOM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios" firmado em 13 de junho de 2014, entre o Fundo, o Administrador, o Cedente e o Coordenador Líder.
<b>Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria</b>	o “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente” celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e a Empresa de Auditoria, em 26 de março de 2014, conforme alterado de tempos em tempos.
<b>Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco</b>	o “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco” celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e a Agência Classificadora de Risco, em 12 de maio de 2014, conforme alterado de tempos em tempos.
<b>Contratos Lastro</b>	(i) o “Contrato de Prestação de Serviços” celebrado em 30 de novembro de 2004 entre a Contax, na qualidade de contratada, e Telemar Norte Leste e TNL PCS S.A. (incorporada pela Oi Móvel em 1º de fevereiro de 2014), na qualidade de contratantes, conforme aditado de tempos em tempos; e (ii) o “Contrato de Prestação de Serviços” celebrado em 13 de novembro de 2012, entre a Contax, na qualidade de contratada, e Oi, Telemar Norte Leste, Oi Móvel e TNL PCS S.A. (incorporada pela Oi Móvel em 1º de fevereiro de 2014), na qualidade de contratantes, conforme aditado de tempos em tempos; por meio dos quais a Contax foi contratada para prestar os Serviços em favor das Sacadas.
<b>Coordenador Líder</b>	o Itaú BBA.
<b>Cotas</b>	as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas, quando referidas em conjunto.
<b>Cotas Seniores</b>	as cotas seniores de emissão do Fundo.

<b>Cotas Subordinadas</b>	as cotas subordinadas de emissão do Fundo.
<b>Cotista</b>	o titular de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas.
<b>Cotistas Dissidentes</b>	os titulares de Cotas Seniores que discordarem da decisão da Assembleia Geral que deliberar pela não liquidação do Fundo nos termos do Capítulo XVI do Regulamento.
<b>Cotista(s) Subordinado(s)</b>	o(s) titular(es) de Cotas Subordinadas.
<b>Crítérios de Elegibilidade</b>	os critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento, os quais serão verificados pelo Custodiante em cada operação de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo.
<b>Custodiante</b>	a partir da Primeira Data de Emissão, o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ururai, n.º 111, térreo (Bloco B), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, devidamente autorizada pela CVM a prestar serviços de custódia qualificada de títulos e valores mobiliários, na qualidade de responsável pela prestação ao Fundo dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos ativos integrantes da Carteira.
<b>CVM</b>	a Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Data de Amortização</b>	cada data em que houver pagamento de amortização de Cotas Seniores de cada série de cada emissão, conforme cronograma previsto nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas.
<b>Data de Aquisição e Pagamento</b>	cada data em que o Fundo efetuar ao Cedente o pagamento do Preço de Aquisição relativo aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, que será correspondente ao respectivo valor de face (não sendo aplicada qualquer taxa de desconto), em moeda corrente nacional, nos termos do Regulamento e do item 6.2 do Contrato de Cessão.
<b>Data de Oferta</b>	qualquer Dia Útil a partir da celebração do Contrato de Cessão em que o Cedente disponibilizar ao Custodiante, por meio de Arquivo CNAB 400, o Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis indicando relação dos Direitos Creditórios que esteja disposto a ceder ao Fundo no Dia Útil específico, observado que, caso o Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis seja disponibilizado após o Horário Limite, será considerada como Data de Oferta o Dia Útil imediatamente subsequente à data de disponibilização do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis.
<b>Data de Resgate</b>	a data estabelecida para o último pagamento de amortização das Cotas Seniores de cada série e das Cotas Subordinadas de cada emissão, conforme cronograma previsto nos respectivos Suplementos.

<b>Data de Integralização</b>	a primeira data de integralização de Cotas Seniores de cada série da Primeira Emissão.
<b>Dia Útil</b>	qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriado nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão não sejam Dia Útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte.
<b>Direito de Dissidência</b>	o direito de resgate antecipado conferido aos titulares de Cotas Seniores na hipótese de deliberação, pela Assembleia Geral, pela não liquidação do Fundo, nos termos do Capítulo XVI do Regulamento.
<b>Direitos Creditórios</b>	os direitos de crédito performados de titularidade do Cedente originados a partir da prestação dos Serviços às Sacadas, nos termos dos Contratos Lastro, quando referidos em conjunto.
<b>Direitos Creditórios Elegíveis</b>	os Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, conforme verificação realizada pelo Custodiante.
<b>Direitos Creditórios Inadimplidos</b>	os Direitos Creditórios Elegíveis vencidos e não pagos pelas Sacadas nas respectivas datas de vencimento.
<b>Documentos Comprobatórios</b>	os documentos que evidenciam e comprovam a existência, correta formalização, validade e exequibilidade dos Direitos Creditórios Elegíveis, quais sejam: (i) o Contrato de Cessão e eventuais aditamentos; (ii) os Contratos Lastro e eventuais aditamentos; (iii) as Notificações de Prorrogação e Cessão a serem enviadas às Sacadas, devidamente assinadas pelo Cedente e pelas respectivas Sacadas; e (iv) observado o disposto no Regulamento e no Contrato de Cessão, as notas fiscais eletrônicas emitidas pelo Cedente às Sacadas, (a) digitalizadas e certificadas nos termos da Lei n.º 12.682/12 ou (b) em formato de arquivos XML, gerado a partir de software da Secretaria da Fazenda e que utilizem o processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil.
<b>Empresa de Auditoria</b>	a KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria contratada pelo Fundo, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, e da análise da atuação do Administrador.
<b>Encargos do Fundo</b>	além da Taxa de Administração e das despesas relacionadas ao registro das Cotas Subordinadas em sistemas de negociação e relacionadas ao eventual registro das Cotas Subordinadas na CVM, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores independentes encarregados da revisão das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Cotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco;
- (xi) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, na forma do artigo 31, inciso I, da Instrução CVM 356; e
- (xii) despesas com a contratação de terceiros especializados para atuar na cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, nos termos do item “Procedimentos de Cobrança” deste Prospecto e do item 18.1 do Regulamento.

#### **Eventos de Avaliação**

os eventos indicados no item 14.1 do Capítulo XIV do Contrato de Cessão e no item 16.1 do Capítulo XVI do Regulamento, os quais poderão ensejar a rescisão do Contrato de Cessão e a liquidação do Fundo mediante decisão da Assembleia Geral.

#### **Eventos de Liquidação Antecipada**

quaisquer dos eventos indicados no item 16.3 do Regulamento.

<b>Evento de Liquidação Antecipada Imediata</b>	quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (i) a (v) do item 16.4 do Regulamento, os quais ensejarão a liquidação antecipada automática do Fundo e o pagamento e o resgate integral das Cotas Seniores em circulação até o encerramento do Prazo para Resgate Imediato.
<b>Eventos de Resolução</b>	os eventos indicados no item 9.1 do Capítulo IX do Contrato de Cessão, os quais ensejarão a resolução de qualquer operação de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo pelo Cedente nos termos do Contrato de Cessão.
<b>Eventos de Suspensão</b>	quaisquer eventos cuja ocorrência interrompa, inviabilize ou impossibilite a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo durante um determinado período, observados os termos e condições estabelecidos neste Regulamento e nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas Seniores, incluindo, sem limitação, a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada que não resulte na deliberação pela liquidação antecipada do Fundo.
<b>Fator Spread</b>	o <i>spread</i> sobre a Taxa DI aplicável às Cotas Seniores, determinado no respectivo Suplemento da Primeira Emissão e nos Suplementos de cada uma das 6 séries da Primeira Emissão.
<b>Fitch</b>	a Fitch Ratings Brasil Ltda.
<b>Fundo</b>	o Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.
<b>Fundo Garantidor de Créditos – FGC</b>	o Fundo Garantidor de Créditos, entidade privada, sem fins lucrativos, destinada a administrar mecanismos de proteção a titulares de créditos contra instituições financeiras, criada pela Resolução n.º 2.211 de 1995, editada pelo CMN.
<b>Grupo Contax</b>	as sociedades Contax Participações, Ability, Contax, Todo!, e Allus, quando referidas em conjunto.
<b>Horário Limite</b>	o horário limite para disponibilização, pelo Cedente, em uma determinada Data de Oferta, do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis ao Custodiante, qual seja, 10:30 (10 horas e 30 minutos).
<b>ICP-Brasil</b>	a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.
<b>IGP-DI</b>	o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.
<b>IGPM</b>	o Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.



<b>Índice de Cobertura</b>	os índices previstos no item 11.6 do Regulamento, que indicam a relação mínima entre o valor total correspondente à Reserva de Custos e o valor do Patrimônio Líquido.
<b>Instrução CVM 301</b>	a Instrução CVM n.º 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 356</b>	a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 400</b>	a Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 409</b>	a Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 476</b>	a Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 489</b>	a Instrução CVM n.º 489, de 14 de janeiro de 2011, conforme alterada.
<b>Investidores Institucionais</b>	Os investidores institucionais (assim entendidos, a título ilustrativo, entidades abertas de previdência privada, entidades seguradoras, fundos mútuos de investimentos, instituições financeiras, carteiras administrativas, e etc.), observado o disposto na regulamentação aplicável.
<b>Investidor(es) Qualificado(s)</b>	os investidores assim definidos de acordo com o artigo 109 da Instrução CVM 409.
<b>Itaú BBA</b>	o Banco Itaú BBA S.A., Coordenador Líder da Oferta 400 e da Oferta Restrita da Primeira Emissão.
<b>Lei de Registros Públicos</b>	a Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.
<b>Lei n.º 12.682/12</b>	a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, referente à elaboração e ao arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.
<b>Manual de Precificação do Custodiante</b>	o manual de precificação adotado pelo Custodiante, conforme disponível na página eletrônica da Internet " <a href="http://www.itaucustodia.com.br">www.itaucustodia.com.br</a> ".
<b>MDA</b>	o MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

**Módulo CETIP 21**

as Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário e custódia eletrônica, por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Cotas Seniores liquidadas por meio da CETIP.

**Moody's**

a Moody's América Latina Ltda.

**Notificação(ões) de Prorrogação e Cessão**

as notificações a serem enviadas pelo Cedente às Sacadas até as Datas de Oferta de quaisquer Direitos Creditórios ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão, por meio das quais as Sacadas serão informadas sobre a cessão dos referidos Direitos Creditórios ao Fundo, anuirão expressamente com referida cessão, bem como serão estabelecidos termos e condições específicos relativos aos referidos Direitos Creditórios. As Notificações de Prorrogação e Cessão individualizarão e identificarão os Direitos Creditórios Elegíveis que serão cedidos ao Fundo, conforme Relatório de Direitos Creditórios Elegíveis que constará como anexo à Notificação de Prorrogação e Cessão, e deverão ser devidamente assinadas pelo Cedente e pelas respectivas Sacadas.

**Oferta 400**

toda e qualquer distribuição pública de Cotas Seniores realizada durante o Prazo de Duração do Fundo nos termos da Instrução CVM 400, a qual (i) será destinada a Investidores Institucionais, (ii) será intermediada por sociedade integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, e (iii) dependerá de prévio registro perante a CVM.

**Oferta Restrita**

toda e qualquer distribuição pública de Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas realizada durante o Prazo de Duração do Fundo, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, respeitado o prazo mínimo de 4 meses contados da data do encerramento de cada Oferta Restrita de Cotas Seniores para a realização de outra Oferta Restrita de Cotas Seniores. As Ofertas Restritas são (i) direcionadas exclusivamente para Investidores Institucionais, (ii) intermediadas por entidades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, e (iii) automaticamente dispensadas de registro perante a CVM.

**Oi**

a Oi S.A.

**Oi Móvel**

a Oi Móvel S.A., atual denominação social da 14 Brasil Telecom Celular S.A.

<b>Patrimônio Autorizado</b>	o valor do patrimônio adicional autorizado para a realização de emissões de novas Cotas Seniores após a Primeira Emissão, correspondente a até R\$ 600.000.000,00.
<b>Patrimônio Líquido</b>	a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e aos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, aos valores disponíveis em moeda corrente nacional e a receber, menos as exigibilidades do Fundo.
<b>Percentuais de Concentração da Carteira</b>	os percentuais de concentração e diversificação que devem ser observados pelo Fundo com relação aos Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira, conforme descritos no Regulamento.
<b>Pessoas Autorizadas</b>	as Pessoas Autorizadas do Cedente e as Pessoas Autorizadas do Fundo, quando referidas em conjunto.
<b>Pessoas Autorizadas do Cedente</b>	as pessoas autorizadas a representar o Cedente em operações de cessão de Direitos Creditórios do Cedente ao Fundo, bem como para assinar os respectivos Termos de Cessão em nome do Cedente, por meio da apresentação (i) do competente instrumento de mandato constituindo procuradores para este fim; ou, conforme o caso, (ii) dos competentes documentos societários, elegendo representantes legais com poderes necessários para representar o Cedente em operações de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, e assinar os respectivos Termos de Cessão.
<b>Pessoas Autorizadas do Fundo</b>	as pessoas autorizadas a representar o Fundo em operações de cessão de Direitos Creditórios do Cedente ao Fundo, bem como para assinar os respectivos Termos de Cessão em nome do Fundo, por meio da apresentação (i) do competente instrumento de mandato, constituindo procuradores para este fim; ou, conforme o caso, (ii) dos competentes documentos societários, elegendo representantes legais com poderes necessários para representar o Administrador em operações de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, e assinar os respectivos Termos de Cessão.
<b>Pessoas Vinculadas</b>	são investidores que sejam (a) controladores ou administradores do Coordenador Líder, do Cedente, do Administrador, do Custodiante e do Agente Escriturador; (b) outras pessoas vinculadas à Primeira Emissão objeto da Oferta 400; ou (c) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a) e/ou (b) acima.

<b>Plano Geral de Autorizações</b>	o Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução Anatel n.º 321, de 27 de setembro de 2002.
<b>Plano Geral de Outorgas</b>	o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público, aprovado pelo Decreto n.º 6.654, de 20 de novembro de 2008.
<b>Política de Voto</b>	a política de exercício de direito de voto, adotada pelo Administrador, em assembleias gerais de fundos de investimento e, conforme o caso, de detentores de outros Ativos Financeiros em que o Fundo invista.
<b>Prazo de Colocação</b>	o prazo máximo de 6 meses contados da data de publicação do Anúncio de Início.
<b>Prazo de Colocação de Cada Série</b>	o prazo máximo de colocação de cada uma das 6 séries de Cotas Seniores da Primeira Emissão.
<b>Prazo de Duração do Fundo</b>	o prazo de duração regular do Fundo, que será de 48 meses contados a partir da Primeira Data de Emissão.
<b>Prazo para Resgate Antecipado</b>	o prazo máximo de 365 dias corridos contados da data da Assembleia Geral que deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, para que ocorra o pagamento e o resgate integral das Cotas Seniores em circulação.
<b>Prazo para Resgate Imediato</b>	o prazo máximo de 20 Dias Úteis contados da data da ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada Imediata, para que ocorra o pagamento e o resgate integral das Cotas Seniores em circulação.
<b>Prêmio de Amortização/Resgate Extraordinário</b>	o valor adicional ao <i>Benchmark</i> das Cotas Seniores a ser pago aos Cotistas Seniores na hipótese de Amortização Extraordinária que decorra exclusivamente do pagamento antecipado de Direitos Creditórios Elegíveis pelas respectivas Sacadas antes das respectivas datas de vencimento. O Prêmio de Amortização/Resgate Extraordinário será correspondente a 0,10% ao ano sobre o valor da Amortização Extraordinária que decorra exclusivamente do pagamento antecipado de Direitos Creditórios Elegíveis pelas respectivas Sacadas antes das respectivas datas de vencimento, calculado desde a data de pagamento da referida Amortização Extraordinária até a data de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido objeto de pagamento antecipado.
<b>Preço de Aquisição</b>	o preço de aquisição de cada Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão, que será correspondente ao respectivo valor de face (não sendo aplicada qualquer taxa de desconto), conforme

indicado no respectivo Documento Comprobatório, calculado de acordo com os critérios descritos no Capítulo VII do Contrato de Cessão, e a ser pago pelo Fundo ao Cedente, de acordo com o procedimento descrito no Capítulo VI do Contrato de Cessão.

**Preço de Emissão**

o preço inicial de emissão das Cotas de cada emissão, expresso em moeda corrente nacional, conforme definido no respectivo Suplemento.

**Preço de Integralização**

o valor unitário por Cota que será efetivamente integralizado pelos Cotistas, observado que (i) o Preço de Integralização das Cotas Seniores de cada série será definido no respectivo Suplemento e corresponderá ao respectivo Preço de Emissão ajustado pelo valor de deságio, se houver, a ser aplicado de maneira uniforme à respectiva série, e que será definido e divulgado no momento da efetiva colocação das Cotas Seniores da referida série no âmbito da respectiva Oferta 400 ou da Oferta Restrita; e (ii) o Preço de Integralização das Cotas Subordinadas será correspondente ao respectivo Preço de Emissão.

**Primeira Data de Emissão**

a primeira Data de Integralização de Cotas Seniores da Primeira Emissão.

**Primeira Emissão**

a primeira emissão de Cotas, composta por 6 (seis) séries de até 4.000 (quatro mil) Cotas Seniores, com Preço de Emissão de R\$25.000 (vinte e cinco mil reais) por Cota Senior, perfazendo o valor total de até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). Os termos e condições de cada série da Primeira Emissão estão definidos nos Suplementos constantes dos Anexos III a VIII do Regulamento.

**Procedimento de *Bookbuilding***

o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, por meio do qual é definido o Fator *Spread* das Cotas Seniores.

**Procedimentos de Cobrança**

os procedimentos a serem adotados pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos para cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, conforme descritos no Capítulo XVIII do Regulamento.

**Prospecto ou Prospecto Preliminar**

o presente Prospecto Preliminar da Primeira Emissão objeto de Oferta 400.

**Prospecto Definitivo**

o prospecto definitivo da Primeira Emissão objeto de Oferta 400.

**Regulamento**

o regulamento do Fundo e seus Anexos.

<b>Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis</b>	a relação dos Direitos Creditórios que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo em um determinado Dia Útil a partir da celebração do Contrato de Cessão, a qual deverá ser disponibilizada pelo Cedente ao Custodiante, por meio de Arquivo CNAB 400.
<b>Relatório de Direitos Creditórios Elegíveis</b>	a relação dos Direitos Creditórios que atenderam aos Critérios de Elegibilidade na respectiva Data da Oferta, a qual será disponibilizada pelo Custodiante ao Cedente e ao Administrador, por meio da página eletrônica da Internet " <a href="http://www.itaucustodia.com.br">www.itaucustodia.com.br</a> " e de Arquivo CNAB 400.
<b>Remuneração do Administrador</b>	a remuneração mensal devida ao Administrador pela prestação dos serviços de administração do Fundo e gestão da Carteira, calculada nos termos do Capítulo XXIII do Regulamento.
<b>Remuneração do Agente Escriturador</b>	a remuneração mensal devida ao Agente Escriturador pela prestação dos serviços de escrituração das Cotas, calculada nos termos do Capítulo XXIII do Regulamento.
<b>Remuneração do Custodiante</b>	a remuneração mensal devida ao Custodiante pela prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos ativos do Fundo, calculada nos termos do Capítulo XXIII do Regulamento.
<b>Reserva de Custos</b>	a reserva constituída pelo Administrador para fazer frente ao pagamento dos Encargos do Fundo, por meio da aplicação dos valores integralizados pelos Cotistas Subordinados em Ativos Financeiros.
<b>Reserva de Pagamento</b>	a reserva constituída pelo Administrador para fazer frente ao pagamento das amortizações e do resgate das Cotas Seniores, por meio da aplicação dos recursos recebidos pelo Fundo (i) das Sacadas, em razão das liquidações dos Direitos Creditórios Elegíveis; (ii) dos Ativos Financeiros; e (iii) do Cedente, em razão da resolução da cessão de qualquer Direito Creditório Elegível cedido ao Fundo, conforme item 7.7.1 do Regulamento e item 9.1 do Capítulo IX do Contrato de Cessão. A Reserva de Pagamento será constituída pelo Administrador segundo os critérios estabelecidos no Capítulo XIX do Regulamento.
<b>Resgate Compulsório</b>	o resgate compulsório da totalidade de Cotas Seniores de uma determinada série em circulação, sem prejuízo do respectivo cronograma de amortização e da respectiva Data de Resgate, que será efetivado pelo Administrador na ocorrência de qualquer Evento de Suspensão, observados os termos e condições estabelecidos neste Regulamento e no respectivo Suplemento da série.

<b>Resolução CMN 2.907</b>	a Resolução CMN n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, conforme alterada.
<b>Sacada(s)</b>	as sociedades Oi, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.535.764/0001/43, Telemar Norte Leste, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.000.118/0001-79, e Oi Móvel, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.423.963/0001-11 quando referidas em conjunto ou individual e indistintamente, na qualidade de devedoras dos Direitos Creditórios.
<b>Serviços</b>	os serviços de gestão operacional e atendimento de <i>contact center</i> em todo território nacional prestados pela Contax em favor das Sacadas, nos termos dos Contratos Lastro.
<b>Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos</b>	os serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos a serem prestados pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos em benefício do Fundo, observados os termos, condições, prazos e procedimentos previstos no Regulamento, incluindo, sem limitação, os Procedimentos de Cobrança.
<b>Standard and Poor's</b>	a Standard and Poor's Ratings do Brasil Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0001-40.
<b>Suplemento</b>	qualquer suplemento ao Regulamento, que descreverá as características específicas de cada série de Cotas Seniores de cada emissão e de cada emissão de Cotas Subordinadas, elaborado em observância aos modelos constantes dos Anexos I e II do Regulamento.
<b>Taxa de Administração</b>	a remuneração mensal devida ao Administrador, ao Custodiante e ao Agente Escriturador pela prestação dos respectivos serviços ao Fundo, composta pela Remuneração do Administrador, pela Remuneração do Custodiante e pela Remuneração do Agente Escriturador, calculadas nos termos do Capítulo XXIII do Regulamento.
<b>Taxa DI</b>	as taxas médias dos depósitos interfinanceiros de um dia, "extra grupo", apuradas e divulgadas pela CETIP, expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentas e cinquenta e dois) Dias Úteis. Nas hipóteses de restrição de uso, ausência de publicação, suspensão do cálculo ou extinção da Taxa DI, o Administrador utilizará seu substituto legal ou, na sua falta, a taxa de juros média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, apurados pelo SELIC.

**Telemar Norte Leste**

a Telemar Norte Leste S.A.

**Termo de Adesão**

o “Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco” a ser assinado por cada Cotista no ato da subscrição de Cotas de cada emissão.

**Termo de Cessão**

o documento elaborado de acordo com o modelo constante do anexo I do Contrato de Cessão, que regulará cada operação de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis selecionados para aquisição pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão, bem como individualizará e identificará tais Direitos Creditórios Elegíveis e o seu respectivo Preço de Aquisição, que será correspondente ao respectivo valor de face (não sendo aplicada qualquer taxa de desconto), conforme respectivo Relatório de Direitos Creditórios Elegíveis que constará como anexo ao Termo de Cessão. O Termo de Cessão será assinado pelas Pessoas Autorizadas.

**Todo!**

a Todo Tecnologia da Informação S.A.

**Valor Futuro Estimado**

o valor estimado pelo Administrador para realizar o pagamento da próxima parcela de amortização ou do resgate devido às Cotas Seniores, o qual deverá ser alocado em Ativos Financeiros em observância aos percentuais indicados no item 19.1 do Regulamento.

**Valor Unitário de Emissão**

o Valor unitário de cada Cota na data da 1ª Integralização das Cotas.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta Seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como nos Documentos da Operação.



## **2. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS SENIORES E DAS COTAS SUBORDINADAS**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS SENIORES E DAS COTAS SUBORDINADAS

### 2.1 Características Básicas das Cotas Seniores da Primeira Emissão objeto da Oferta 400

<b>Quantidade de Cotas Seniores:</b>	Até 24.000 (vinte e quatro mil) Cotas Seniores.
<b>Montante das Cotas Seniores:</b>	Até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na Primeira Data de Emissão.
<b>Montante Mínimo de cada Série da Primeira Emissão:</b>	<p>A Oferta 400 poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Cotas Seniores desde que haja colocação de um montante mínimo correspondente a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).</p> <p>Sem prejuízo do disposto acima, haverá efetiva colocação de uma determinada série de Cotas Seniores da Primeira Emissão caso seja subscrito, durante o respectivo período de colocação, ao menos de 1/3 (um terço) das Cotas Seniores da respectiva série ("<u>Condição para Colocação da Série</u>"), observado que a 1ª, 2ª e 3ª séries da Primeira Emissão serão objeto de garantia firme de colocação a ser prestada pelo Coordenador Líder. Caso não se verifique a Condição para Colocação da Série, referida série será integralmente cancelada pelo Administrador.</p>
<b>Primeira Data de Emissão:</b>	A data da efetiva subscrição e integralização de Cotas Seniores da Primeira Emissão, conforme definido no Suplemento da Primeira Emissão da 1ª (primeira) série de Cotas Seniores.
<b>Datas de Amortização:</b>	Conforme definido no Suplemento de cada uma das séries da Primeira Emissão de Cotas Seniores.
<b>Data de Resgate:</b>	Conforme definido no Suplemento de cada uma das séries da Primeira Emissão de Cotas Seniores.
<b>Fator <i>Spread</i> das Cotas Seniores:</b>	O Fator <i>Spread</i> das Cotas Seniores limitado a 0,80% ao ano, base 252 Dias Úteis, acrescido à Taxa DI.
<b>Classificação de Risco das Cotas Seniores:</b>	Standard and Poor's.
<b>Público Alvo:</b>	O público alvo da Oferta 400 são Investidores Institucionais.
<b>Valor Mínimo de Investimento:</b>	R\$25.000,00.
<b>Distribuição e Negociação das Cotas Seniores:</b>	As Cotas Seniores serão registradas para (i) distribuição, no mercado primário, no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) negociação, no mercado secundário no Módulo CETIP21.

## **2.2 Características Básicas das Cotas Subordinadas da Primeira Emissão objeto de Oferta Restrita**

<b>Quantidade de Cotas Subordinadas:</b>	600
<b>Montante das Cotas Subordinadas:</b>	R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), na Primeira Data de Emissão.
<b>Primeira Data de Emissão:</b>	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Cotas Subordinadas, conforme definido no Suplemento das Cotas Subordinadas da Primeira Emissão.
<b>Datas de Amortização:</b>	Não há.
<b>Data de Resgate</b>	Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Cotas Seniores.
<b>Meta de Rentabilidade das Cotas Subordinadas:</b>	Não há.
<b>Classificação de Risco das Cotas Subordinadas:</b>	Standard and Poor's.
<b>Público Alvo:</b>	O Público Alvo da Oferta Restrita são Investidores Institucionais.
<b>Valor Mínimo de Investimento:</b>	R\$ 1.000.000,00.
<b>Negociação das Cotas Subordinadas:</b>	A negociação ou transferência das Cotas Subordinadas em mercado de balcão organizado dependerá de prévio registro na CVM, nos termos da regulamentação em vigor, e no MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

## 2.3 Informações Adicionais Referentes à Primeira Emissão

### **Declarações:**

As declarações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, do Administrador e do Coordenador Líder encontram-se anexas a este Prospecto.

### **Prospecto:**

Este Prospecto está disponível nos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores: Banco Itaú BBA S.A., Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar, São Paulo, SP ([www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp](http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp) (neste website acessar “Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Prospecto Preliminar”)); Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, São Paulo, SP ([www.intrag.com.br/prospectos](http://www.intrag.com.br/prospectos) (neste website clicar em “Prospectos” e, após, clicar em “Prospecto Preliminar FIDC Telecom”)); Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Rua Sete de Setembro 111, 5º andar, CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ ou Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, São Paulo, SP ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste website acessar “Acesso Rápido – Ofertas Registradas”, clicar em “2014 - Entrar”, acessar “Cotas de FIDC”, clicar em “Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios”, acessar “Prospecto Preliminar”)); CETIP S.A. – Mercados Organizados, Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 1º andar, CEP 01452-001, São Paulo, SP ou Av. República do Chile 230, 11º andar, CEP 20031-919, Rio de Janeiro, RJ ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br) (neste website clicar em “Comunicados e Documentos”, clicar em “Prospectos”, no campo “Critérios de Filtro” selecionar “Prospectos de Fundos de Investimento – Cotas de Fundos Fechados”, digitar “Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios” e clicar em “Telecom FIDC – 1ª emissão”)).

### **Informações Adicionais:**

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo ou a Primeira Emissão poderão ser obtidas com o Administrador, com o Coordenador Líder e na CVM, nos endereços indicados na seção “Identificação do Administrador, do Coordenador Líder, da Empresa de Auditoria e dos Consultores Jurídicos”, na página 51 deste Prospecto. O pedido de registro da Oferta 400 de Cotas Seniores objeto da Primeira Emissão foi apresentado à CVM em 12 de abril de 2014, tendo a CVM concedido o registro em [•] de [•] de 2014, sob o n.º CVM/SRE/RDF/2014/[•].

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

### **3. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA 400**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## TERMOS E CONDIÇÕES DA PRIMEIRA EMISSÃO

*Esta Seção do Prospecto não contém todas as informações sobre a Primeira Emissão que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “Fatores de Risco” às páginas 57 a 66 deste Prospecto, bem como o disposto no Regulamento, que é parte integrante deste Prospecto como Anexo I.*

### 3.1 Características da Primeira Emissão

As Cotas Seniores da Primeira Emissão serão objeto da Oferta 400, realizada exclusivamente no mercado brasileiro, no mercado de balcão não organizado e no mercado de balcão organizado. A Primeira Emissão será conduzida pelo Coordenador Líder, de acordo com (i) o plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400; e (ii) as condições estabelecidas no Contrato de Distribuição.

As Cotas Seniores da Primeira Emissão objeto da Oferta 400 serão colocadas pelo Coordenador Líder (i) sob o regime de garantia firme de colocação para as Cotas Seniores emitidas no âmbito da 1ª, 2ª e 3ª séries da Primeira Emissão; e (ii) sob o regime de melhores esforços de colocação para as Cotas Seniores emitidas no âmbito da 4ª, 5ª e 6ª séries da Primeira Emissão. A garantia firme prestada no âmbito do Contrato de Distribuição será válida e poderá ser exercida no prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias contados da data de assinatura deste Contrato, o qual poderá ser prorrogado mediante comum acordo entre as Partes.

A Primeira Emissão das Cotas Seniores será conduzida mediante Procedimento de *Bookbuilding*, em condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários e aceitantes da Primeira Emissão.

As Cotas Subordinadas serão objeto de Oferta Restrita, nos termos da Instrução CVM 476 e serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s). O Fundo poderá realizar Ofertas Restritas de Cotas Subordinadas a qualquer momento, inclusive durante o prazo de até 4 meses contados da data de encerramento da última Oferta Restrita de Cotas Subordinadas que tenha sido realizada, desde que referida Oferta Restrita seja destinada exclusivamente ao(s) Cotista(s) Subordinado(s) e que as referidas Cotas Subordinadas não sejam admitidas para negociação em mercados regulamentados.

**A Primeira Emissão não é destinada a investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, tendo em vista que os fundos de investimento em direitos creditórios encontram pouca liquidez no mercado brasileiro.**

#### 3.1.1 Público alvo da Primeira Emissão

O público alvo da Primeira Emissão de Cotas é composto exclusivamente por Investidores Institucionais.

#### 3.1.2 Registro da Primeira Emissão

A Primeira Emissão de Cotas Seniores objeto da Oferta 400 será registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400.

As Cotas Subordinadas serão objeto de Oferta Restrita, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada de registro de distribuição perante a CVM.

#### 3.1.3 Quantidade de Cotas Seniores objeto da Primeira Emissão

O Coordenador Líder realizará a distribuição pública de até 24.000 Cotas Seniores, no Valor Unitário de Emissão, totalizando o valor de até R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), todas correspondentes a frações ideais do Patrimônio Líquido, sendo até 4.000 Cotas Seniores da primeira série, até 4.000 Cotas Seniores da segunda série, até 4.000 Cotas Seniores da terceira série, até 4.000 Cotas Seniores da quarta série, até 4.000 Cotas Seniores da quinta série e até 4.000 Cotas Seniores da sexta série.

As Cotas Subordinadas não serão objeto da Oferta 400 e serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s), nos termos do Contrato de Distribuição e do Regulamento.

#### *3.1.4 Valor Unitário de Emissão das Cotas Seniores e Valor Total da Oferta 400*

O Valor Unitário de Emissão das Cotas Seniores foi fixado em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por Cota Sênior, totalizando a Oferta 400, na Primeira Data de Emissão, o montante de até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), sendo até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na primeira série, até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na segunda série, até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na terceira série, até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na quarta série, até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na quinta série e até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na sexta série.

A primeira aplicação a ser realizada pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s) no Fundo, por meio de subscrição e integralização de Cotas Subordinadas objeto de Oferta Restrita no mercado primário, deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

#### *3.1.5 Procedimento de Subscrição e Integralização das Cotas*

As Cotas Seniores serão colocadas pelo Coordenador Líder para subscrição ou aquisição exclusivamente por Investidores Institucionais, até o final do Prazo de Colocação, observado que a publicação do Anúncio de Início deverá ocorrer em até 120 (cento e vinte) Dias Úteis após a data da concessão do registro da Primeira Emissão pela CVM.

Observado que as Cotas Seniores somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Cotas Subordinadas, de forma que o Fundo atenda, na forma prevista no Regulamento, ao Índice de Cobertura, os Investidores Institucionais, poderão subscrever as Cotas Seniores a partir do primeiro Dia Útil do Prazo de Colocação, no qual se dará a publicação do Anúncio de Início.

Sem prejuízo das obrigações regulamentares e contratuais conforme aplicáveis, a garantia firme de colocação assumida pelo Itaú BBA poderá ser honrada tanto pelo Itaú BBA como por sua controladora Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3400, 3º a 8º, 11º e 12º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/4816-09.

Se, até o final do Prazo de Colocação da Primeira Série, as Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão não tiverem sido totalmente subscritas e integralizadas pelos investidores, o Coordenador Líder deverá, até o último dia do Prazo de Colocação da Primeira Série, subscrever e integralizar a totalidade das Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão que porventura não tenham sido colocadas.

Se, até o final do Prazo de Colocação da Segunda Série, as Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão não tiverem sido totalmente subscritas e integralizadas pelos investidores, o Coordenador Líder deverá, até o último dia do Prazo de Colocação da Segunda Série, subscrever e integralizar a totalidade das Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão que porventura não tenham sido colocadas.

Se, até o final do Prazo de Colocação da Terceira Série, as Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão não tiverem sido totalmente subscritas e integralizadas pelos investidores, o Coordenador Líder deverá, até o último dia do Prazo de Colocação da Terceira Série, subscrever e integralizar a totalidade das Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão que porventura não tenham sido colocadas.

Na hipótese de exercício da garantia firme de colocação prestada pelo Coordenador Líder nos termos deste Prospecto e do Contrato, conforme descrito nos três parágrafos acima e respeitado o disposto no próximo parágrafo, o Valor de Deságio a ser aplicado sobre o Preço de Emissão das respectivas Cotas Seniores deverá assegurar ao titular das referidas Cotas Seniores rentabilidade alvo correspondente à variação da Taxa DI acrescida de sobretaxa equivalente a 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Adicionalmente, as Cotas Seniores das 4ª, 5ª e 6ª séries serão colocadas em regime de melhores esforços, pelo Coordenador Líder e, portanto, o Coordenador Líder não se responsabilizará pelo saldo não colocado, obrigando-se o Administrador a cancelar o saldo das respectivas Cotas Seniores das 4ª, 5ª e 6ª séries não colocadas.

Sem prejuízo do disposto acima, o Coordenador Líder poderá, à época da colocação das Cotas Seniores da 4ª, 5ª e 6ª séries, a seu exclusivo critério e conforme negociado com o Cedente, oferecer ao Fundo e ao Administrador a possibilidade de colocação de referidas Cotas Seniores sob o regime de garantia firme. Caso tal hipótese se verifique, o Coordenador Líder fará jus ao prêmio adicional de garantia firme equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento) incidente sobre o montante de Cotas Seniores da quarta, quinta e/ou sexta séries objeto da garantia firme, a ser pago na data de liquidação financeira de cada série que tenha sido objeto de prestação de garantia firme, independentemente de seu exercício.

O Administrador, de comum acordo com o Coordenador Líder, mediante pedido fundamentado apresentado à CVM, poderá solicitar a prorrogação do Prazo de Colocação de cada uma das séries.

As Cotas Seniores serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição pelos Investidores Institucionais, respeitado o Prazo de Colocação e as condições do Contrato de Distribuição, do Regulamento e do Contrato de Cessão e do Contrato de Cobrança.

No ato de subscrição das Cotas Seniores, o subscritor (i) assinará o Termo de Adesão e o boletim individual de subscrição documentos esses que deverão ser entregues ao Administrador pelo Coordenador Líder; (ii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e do prospecto da Primeira Emissão objeto da Oferta 400; (iii) deverá declarar, por meio da assinatura do Termo de Adesão, que recebeu um exemplar atualizado do Regulamento e, se for o caso, do Prospecto Definitivo, bem como declarar sua condição de Investidor Qualificado e atestar que está ciente, dentre outras coisas, (a) das disposições contidas no Regulamento e, se for o caso, no Prospecto Definitivo objeto da Oferta 400; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, assim como da política de investimento do Fundo, descritos no Regulamento e, se for o caso, no Prospecto Definitivo objeto da Oferta 400.

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas serão integralizadas à vista, no ato da respectiva subscrição.

Independentemente do disposto acima, a integralização das Cotas Seniores da Primeira Emissão objeto da Oferta 400 será feita pelos Investidores Institucionais, por meio de TED, do MDA administrado e operacionalizado pela CETIP, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo Banco Central, servindo o comprovante de depósito ou transferência como recibo de quitação.

A partir da Primeira Data de Emissão, o valor de cada Quota Sênior será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (i) o Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Cotas Seniores em Circulação; ou

(ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

A partir da Data de Integralização das Cotas Seniores de cada uma das séries da Primeira Emissão, o valor unitário dessas Cotas Seniores será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número total de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo e em circulação; e (ii) o valor obtido por meio da seguinte fórmula:

$$VQS_{n,T} = (VQS_{n,T-1} - VAE_{n,T-1} - VAP_{n,T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

n = é o número da n-ésima série de Cotas Seniores, conforme indicado no respectivo Suplemento. Ex.: Para as Cotas Seniores da primeira série, n=1;

VQSn:T = valor unitário cada Cota Senior da n-ésima série calculado na data "T";

VQSn:T-1 = valor unitário de cada Cota Senior da n-ésima série calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data de Integralização;

VQST-1 = será igual ao Preço de Emissão da Cota Senior da n-ésima série;

VAEn:T-1 = valor unitário de eventual Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Cota Senior da n-ésima série, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

VAPn:T-1 = valor unitário da amortização periódica, conforme cronograma n-ésima série de Cotas Seniores, efetivamente pago aos titulares de cada Cota Senior da n-ésima série, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

DIT-1 = Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Ex.: Se a Taxa DI for 12,00% (doze por cento), então DIT-1 = 12,00; e

$Spread_{sn}$  = Taxa anual calculada forma exponencial da n-ésima série de Cotas Seniores, definida para a Primeira Emissão de Cotas Seniores, calculada com base em ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Ex.: Para as Cotas Seniores de todas as séries da Primeira Emissão,  $Spread_{Sn} = 0,80$ .

### 3.1.6 Benchmark das Cotas Seniores

O Fundo buscará atingir, para as Cotas Seniores, o *Benchmark* estabelecido nos Suplementos referentes a cada uma das 6 (seis) séries da Primeira Emissão, na forma dos Anexos III, IV, V, VI, VII e VIII do Regulamento.

A rentabilidade alvo (*Benchmark*) das Cotas Seniores da Primeira Emissão será corresponde à variação da Taxa DI acrescida de sobretaxa equivalente a 0,80% ao ano, a partir da data da respectiva Data de Integralização, inclusive, e até a respectiva Data de Resgate.

Os critérios de determinação do valor das Cotas Seniores, definidos no Regulamento, têm como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores e, posteriormente, aos titulares das Cotas Subordinadas na hipótese de amortização e/ou resgate de suas cotas, e não

representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Cedente, do Administrador ou do Custodiante e de suas respectivas partes relacionadas em assegurar remuneração aos referidos Quotistas.

Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas Cotas Seniores, a uma remuneração superior ao valor destas na respectiva data de amortização ou data de resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de cotas.

Não obstante o disposto acima, os Cotistas titulares das Cotas Seniores da Primeira Emissão em circulação farão jus ao recebimento de um valor adicional ao *Benchmark* correspondente a 0,10% ao ano sobre o valor da Amortização Extraordinária que decorra exclusivamente do pagamento antecipado de Direitos Creditórios Elegíveis pelas respectivas Sacadas antes das respectivas datas de vencimento, calculado desde a data de pagamento da referida Amortização Extraordinária até a data de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido objeto de pagamento antecipado.

#### *3.1.7 Preço de Emissão e Preço de Integralização*

O Preço de Integralização das Cotas Seniores de cada uma das 6 séries será definido no Suplemento de cada uma das séries, sendo que o Preço de Integralização de cada série corresponderá ao respectivo Preço de Emissão, expresso em moeda corrente nacional, conforme definido nos respectivos Suplementos, na forma do Regulamento, ajustado pelo valor de deságio, se houver, a ser aplicado de maneira uniforme a cada uma das 6 séries da Primeira Emissão, valor esse que será definido e divulgado, no momento da efetiva colocação das Cotas Seniores da respectiva série.

O valor correspondente a eventual diferença entre o Preço de Emissão e o Preço de Integralização das Cotas Seniores de cada uma das 6 séries da Primeira Emissão será objeto de aporte no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s), por meio da subscrição e integralização de Cotas Subordinadas. A efetiva integralização de Cotas Seniores da cada uma das 6 séries da Primeira Emissão estará condicionada, se aplicável, ao aporte de recursos no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s) nos termos aqui descritos.

A efetiva integralização de Cotas Seniores de cada série da Primeira Emissão estará condicionada ao aporte de recursos no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s) nos termos do parágrafo acima, se aplicável.

#### *3.1.8 Valor Mínimo de Investimento*

A primeira aplicação de cada investidor no Fundo, realizada por meio de subscrição e integralização de Cotas Seniores no mercado primário, deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 25.000,00.

#### *3.1.9 Amortização e Resgate das Cotas Seniores objeto da Oferta 400*

A Amortização Periódica das Cotas Seniores ocorrerá nas Datas de Amortização, observado o disposto no Regulamento, no Suplemento da Primeira Emissão, nos Suplementos de cada uma das 6 séries da Primeira Emissão e neste Prospecto Preliminar.

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Regulamento e neste Prospecto Preliminar e desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo possua disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Cotas Seniores, de acordo com a fórmula descrita no Suplemento de cada uma das 6 séries, na forma dos Anexos III, IV, V, VI, VII e VIII do Regulamento.

As Cotas Seniores objeto da Oferta 400 terão prioridade de amortização e resgate em relação às Cotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento.

#### *3.1.10 Classificação de Risco das Cotas Seniores objeto da Oferta 400*

A Agência Classificadora de Risco atribuiu às Cotas Seniores da Primeira Emissão objeto da Oferta 400 a classificação de risco “brAAA”.

#### *3.1.11 Negociação das Cotas*

As Cotas Seniores da Primeira Emissão serão registradas para (i) distribuição, no MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Cotas; e (ii) negociação no mercado secundário no Módulo CETIP21, também administrado e operacionalizado pela CETIP, observado que (i) os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas; e (ii) as instituições intermediárias, se houver, serão responsáveis por assegurar que os adquirentes das Cotas sejam Investidores Qualificados, e por (a) obter dos adquirentes de Cotas que ainda não sejam Cotistas o Termo de Adesão assinado, por meio do qual o investidor irá aderir aos termos e condições do Regulamento, bem como cadastro nos termos da Instrução CVM 301 e demais normas aplicáveis em vigor; e (b) enviar imediatamente, ao Administrador, os documentos de que trata este item, bem como ficarão obrigadas a cumprir as disposições relacionadas à “*suitability*” e das normas relacionadas à prevenção ao crime de lavagem de dinheiro, nos termos da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada e da Instrução CVM 301.

Na hipótese de negociação de Cotas Seniores, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Cotista e o respectivo pagamento do preço serão processados pelo Agente Escriurador após a verificação pelo intermediário, que representa o adquirente da condição de Investidor Qualificado do novo Cotista.

### **3.2 Contrato de Distribuição**

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, O Coordenador Líder foi contratado pelo Administrador para realizar a colocação das (i) Cotas Seniores da Primeira Emissão, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400” e “Oferta 400”), (i) sob o regime de garantia firme de colocação para as Cotas Seniores emitidas no âmbito da 1ª, 2ª e 3ª séries da Primeira Emissão; e (ii) sob o regime de melhores esforços de colocação para as Cotas Seniores emitidas no âmbito da 4ª, 5ª e 6ª séries da Primeira Emissão.

#### *3.2.1 Regime de Colocação e Plano de Distribuição*

O Coordenador Líder realizará distribuição pública das Cotas Seniores sob regime de garantia firme de colocação para as 3 (três) primeiras séries de Cotas Seniores da Primeira Emissão, no valor total correspondente a até R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). A garantia firme prestada neste Contrato será válida e poderá ser exercida no prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias contados da data de assinatura deste Contrato, o qual poderá ser prorrogado mediante comum acordo entre as Partes.

Sem prejuízo das obrigações regulamentares e contratuais conforme aplicáveis, a garantia firme de liquidação assumida pelo Itaú BBA poderá ser honrada tanto pelo Itaú BBA como por sua controladora Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3400, 3º a 8º, 11º e 12º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/4816-09.

Se, até o final do Prazo de Colocação da Primeira Série, as Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão não tiverem sido totalmente subscritas e integralizadas pelos investidores, o Coordenador Líder deverá, até o último dia do Prazo de Colocação da Primeira Série, subscrever e integralizar a totalidade das Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão que porventura não tenham sido colocadas, observado o disposto abaixo.

Se, até o final do Prazo de Colocação da Segunda Série, as Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão não tiverem sido totalmente subscritas e integralizadas pelos investidores, o Coordenador Líder deverá, até o último dia do Prazo de Colocação da Segunda Série, subscrever e integralizar a totalidade das Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão que porventura não tenham sido colocadas, observado o disposto abaixo.

Se, até o final do Prazo de Colocação da Terceira Série, as Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão não tiverem sido totalmente subscritas e integralizadas pelos investidores, o Coordenador Líder deverá, até o último dia do Prazo de Colocação da Terceira Série, subscrever e integralizar a totalidade das Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão que porventura não tenham sido colocadas, observado o disposto abaixo.

Na hipótese de exercício da garantia firme de colocação prestada pelo Coordenador Líder nos termos deste Prospecto e do Contrato, conforme descrito nos três parágrafos acima e respeitado o disposto no próximo parágrafo, o Valor de Deságio a ser aplicado sobre o Preço de Emissão das respectivas Cotas Seniores deverá assegurar ao titular das referidas Cotas Seniores rentabilidade alvo correspondente à variação da Taxa DI acrescida de sobretaxa equivalente a 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano.

Adicionalmente, as Cotas Seniores das 4ª, 5ª e 6ª séries serão colocadas em regime de melhores esforços, pelo Coordenador Líder e, portanto, o Coordenador Líder não se responsabilizará pelo saldo não colocado, obrigando-se o Administrador a cancelar o saldo das respectivas Cotas Seniores das 4ª, 5ª e 6ª séries não colocadas.

Sem prejuízo do disposto acima, o Coordenador Líder poderá, à época da colocação das Cotas Seniores da 4ª, 5ª e 6ª séries, a seu exclusivo critério e conforme negociado com o Cedente, oferecer ao Fundo e ao Administrador a possibilidade de colocação de referidas Cotas Seniores sob o regime de garantia firme. Caso tal hipótese se verifique, o Coordenador Líder fará jus ao prêmio adicional de garantia firme equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento) incidente sobre o montante de Cotas Seniores da quarta, quinta e/ou sexta séries objeto da garantia firme, a ser pago na data de liquidação financeira de cada série que tenha sido objeto de prestação de garantia firme, independentemente de seu exercício.

As Cotas Seniores da Primeira Emissão somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Cotas Subordinadas, de forma que o Fundo atenda, na forma prevista no Regulamento, ao Índice de Cobertura. Para fins de esclarecimento, o cálculo do Índice de Cobertura será feito considerando-se o valor do Benchmark sem a aplicação de qualquer Valor de Deságio, se e quando aplicável.

O Administrador, de comum acordo com o Coordenador Líder, mediante pedido fundamentado apresentado à CVM, poderá solicitar a prorrogação do Prazo de Colocação de cada uma das séries.

As Cotas Seniores serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição pelos Investidores Institucionais, respeitado o Prazo de Colocação e as condições deste Contrato, do Regulamento e do Contrato de Cessão.

As Cotas serão colocadas pelo Coordenador Líder até 18 de janeiro de 2015 ("Prazo de Colocação").

### *3.2.2 Forma de Colocação e Prazo de Colocação*

Cada uma das 6 (seis) séries de Cotas Seniores da Primeira Emissão terá um prazo de colocação específico de até 30 (trinta) dias ("Prazo de Colocação de Cada Série"), contado da seguinte forma:

- (i) as Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão deverão ser integralmente subscritas e integralizadas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Colocação da Primeira Série");
- (ii) as Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão deverão ser subscritas e integralizadas no prazo de até 30 (trinta) dias contados do primeiro Dia Útil seguinte subsequente à data de encerramento do Prazo de Colocação da Primeira Série ("Prazo de Colocação da Segunda Série");
- (iii) as Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão deverão ser subscritas e integralizadas no prazo de até 30 (trinta) dias contados do primeiro Dia Útil seguinte subsequente à data de encerramento do Prazo de Colocação da Segunda Série ("Prazo de Colocação da Terceira Série");
- (iv) as Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão deverão ser subscritas e integralizadas no prazo de até 30 (trinta) dias contados do primeiro Dia Útil subsequente à data de encerramento do Prazo de Colocação da Terceira Série ("Prazo de Colocação da Quarta Série");
- (v) as Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão deverão ser subscritas e integralizadas no prazo de até 30 (trinta) dias contados do primeiro Dia Útil subsequente à data de encerramento do Prazo de Colocação da Quarta Série ("Prazo de Colocação da Quinta Série"); e
- (vi) as Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão deverão ser subscritas e integralizadas no prazo de até 30 (trinta) dias contados do primeiro Dia Útil subsequente à data de encerramento do Prazo de Colocação da Quinta Série ("Prazo de Colocação da Sexta Série").

A Oferta 400 poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Cotas Seniores desde que haja colocação de um montante mínimo correspondente a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

Sem prejuízo, as Cotas Seniores de uma determinada série somente poderão ser objeto de efetiva colocação caso seja subscrito, durante o respectivo período de colocação, ao menos de 1/3 (um terço) das Cotas Seniores da respectiva série. Caso não se verifique tal condição, referida série será integralmente cancelada pelo Administrador. Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso o Coordenador Líder venha a subscrever Cotas Seniores por força da garantia firme prestada, a revenda de tais Cotas Seniores, deverá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Cotas Seniores, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

### 3.2.3 *Procedimento de Colocação das Cotas Seniores*

O Coordenador Líder realizará a colocação das Cotas Seniores de cada série da Primeira Emissão de acordo com o seguinte procedimento:

- (i) durante os 10 (dez) primeiros dias do Prazo de Colocação de Cada Série ainda não colocada, o Coordenador Líder realizará a coleta de intenções de investimento dos investidores interessados na subscrição de Cotas Seniores de uma ou mais séries da Primeira Emissão, os quais deverão informar ao Coordenador Líder a quantidade de Cotas Seniores que pretendem subscrever e o parâmetro de rentabilidade desejável para as referidas Cotas Seniores, considerando o Benchmark;
- (ii) no 11º (décimo primeiro) dia do Prazo de Colocação de Cada Série ainda não colocada, o Coordenador Líder avaliará todas as intenções de investimento coletadas e o parâmetro de rentabilidade desejável para as Cotas Seniores de uma ou mais séries da Primeira Emissão, verificará a necessidade de aplicação de deságio e, em caso positivo, calculará o



valor de deságio a ser aplicado às Cotas Seniores de uma ou mais séries da Primeira Emissão, que neste caso deverá ser o mesmo deságio para as séries colocadas ("Valor de Deságio"). O Valor de Deságio será utilizado para cálculo do Preço de Integralização das Cotas Seniores de cada uma das séries da Primeira Emissão, que será correspondente ao Preço de Emissão ajustado pelo Valor de Deságio, observado que o Valor de Deságio será limitado de tal forma que não proporcione, para as Cotas Seniores de cada uma das séries da Primeira Emissão, rentabilidade alvo superior à variação da Taxa DI acrescida de sobretaxa equivalente a 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. O Valor de Deságio será aplicado de maneira uniforme para todas as Cotas Seniores de uma mesma série da Primeira Emissão, mas poderá ser diferente entre as diferentes séries da Primeira Emissão;

- (iii) entre o 11º (décimo primeiro) dia e o 15º (décimo quinto) dia do Prazo de Colocação de Cada Série ainda não colocada, os investidores interessados serão informados, pelo Coordenador Líder, sobre o Preço de Integralização das Cotas Seniores de cada uma das séries da Primeira Emissão, por meio eletrônico. Na mesma data, o Coordenador Líder informará o Administrador e o(s) Cotista(s) Subordinado(s) sobre eventual diferença entre o Preço de Emissão e o Preço de Integralização das Cotas Seniores de cada uma das séries da Primeira Emissão, calculado e divulgado aos investidores nos termos dos incisos I e II acima, sendo certo que o valor correspondente deverá ser objeto de aporte no Fundo, pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s), por meio da subscrição e integralização de Cotas Subordinadas;
- (iv) a efetiva integralização de Cotas Seniores de cada uma das séries da Primeira Emissão estará condicionada, se aplicável, ao aporte de recursos no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s), conforme inciso III acima sendo que referido aporte deverá ocorrer no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da comunicação do Coordenador Líder, na forma do inciso III acima. Caso o referido aporte não ocorra por meio da subscrição e integralização de Cotas Subordinadas, as Cotas Seniores de cada uma das séries da Primeira Emissão não serão integralizadas e deverão ser integralmente canceladas pelo Administrador;
- (v) caso as Cotas Seniores de cada uma das séries da Primeira Emissão venham a ser efetivamente integralizadas, total ou parcialmente, o respectivo Suplemento será aditado e devidamente registrado pelo Administrador, sem a necessidade de aprovação, pela Assembleia Geral, para prever o valor final correspondente ao Preço de Integralização das Cotas Seniores de cada uma das séries da Primeira Emissão;
- (vi) o procedimento descrito acima será repetido mês a mês, para as Cotas Seniores de cada uma das séries da Primeira Emissão, respeitados os respectivos prazos de colocação de cada série, até o final do Prazo de Colocação da Oferta 400; e
- (vii) o resultado da Oferta 400, incluindo o resultado individualizado da colocação das Cotas Seniores de cada uma das séries da Primeira Emissão, será divulgado ao final do Prazo de Colocação da Oferta 400, por meio da publicação de Anúncio de Encerramento nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Os prazos indicados nos incisos acima poderão ser alterados, de comum acordo entre o Coordenador Líder e o Cedente, de acordo com a demanda do mercado.

#### 3.2.4 Plano de Distribuição

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder realizará a Oferta 400 conforme o plano da oferta adotado em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes do Coordenador Líder, e (iii) que os representantes de venda do Coordenador Líder receba previamente exemplares do Prospecto Definitivo para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelo Coordenador Líder.

O plano da Primeira Emissão objeto da Oferta 400 será fixado nos seguintes termos:

- (i) após o protocolo do pedido de registro da Oferta 400 na CVM e anteriormente à concessão de tal registro, serão realizadas apresentações para potenciais investidores (*road show* e/ou *one on ones*), conforme determinado pelo Coordenador Líder de comum acordo com o Cedente, durante os quais serão distribuídos exemplares deste Prospecto Preliminar;
- (ii) os materiais publicitários ou documentos de suporte às apresentações para potenciais investidores eventualmente utilizados serão submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do parágrafo 5º do artigo 50 da Instrução CVM 400, respectivamente;
- (iii) não existirão reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo a Oferta 400 efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, no qual poderão ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder e do Cedente, observado, entretanto, que o Coordenador Líder se comprometerá a direcionar a Oferta 400 a investidores que tenham perfil de risco adequado, bem como a observar tratamento justo e equitativo quanto aos mesmos;
- (iv) encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, o Coordenador Líder consolidará as propostas dos investidores para subscrição das Cotas Seniores da Primeira Emissão, sendo que o Preço de Integralização das Cotas Seniores de cada uma das 6 séries será definido no Suplemento de cada uma das séries, observado o disposto no item “Integralização, Subscrição, Preço de Emissão e Preço de Integralização” a seguir;
- (v) observado o disposto no Contrato de Distribuição e no artigo 54 da Instrução CVM 400, a Oferta 400 somente terá início após (a) a concessão do registro da Oferta 400 pela CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início, a qual deverá ser feita em até 3 Dias Úteis contados da concessão do registro da Primeira Emissão e da Oferta 400 pela CVM; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores; e
- (vi) iniciada a Oferta 400, os investidores interessados na subscrição das Cotas Seniores deverão fazê-la, em até 2 Dias Úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início, por meio da assinatura do Termo de Adesão.

### 3.2.5 Procedimento de *Bookbuilding*

O rendimento-alvo final das Cotas Seniores da Primeira Emissão será definido em coleta de intenções de investimento (Procedimento de *Bookbuilding*), nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sendo correspondente à Taxa DI calculada e divulgada pela CETIP acrescida de um Fator *Spread* de até 0,80% ao ano, em todas as hipóteses, respeitado o disposto no item “Integralização, Subscrição, Preço de Emissão e Preço de Integralização”.

Os critérios de determinação do valor das Cotas Seniores, definidos no Regulamento, têm como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores e, posteriormente, aos titulares das Cotas Subordinadas na hipótese de amortização e/ou resgate de suas cotas, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Cedente, do Administrador ou do Custodiante e de suas respectivas partes relacionadas em assegurar remuneração aos referidos Quotistas.

Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas Cotas Seniores, a uma remuneração superior ao valor destas na respectiva data de amortização ou data de resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de cotas.

Não obstante o disposto acima, os Cotistas titulares das Cotas Seniores da Primeira Emissão em circulação farão jus ao recebimento de um valor adicional ao Benchmark correspondente a 0,10% ao ano sobre o valor da Amortização Extraordinária que decorra exclusivamente do pagamento antecipado de Direitos Creditórios Elegíveis pelas respectivas Sacadas antes das respectivas datas de vencimento, calculado desde a data de pagamento da referida Amortização Extraordinária até a data de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido objeto de pagamento antecipado.

### *3.2.6 Integralização, Subscrição, Preço de Emissão e Preço de Integralização*

As Cotas Seniores serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição pelos Investidores Institucionais, respeitado o Prazo de Colocação e as condições do Contrato de Distribuição, do Regulamento e dos Contratos de Cessão.

As Cotas Seniores serão subscritas de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Cotas Seniores. As Cotas Seniores somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Cotas Subordinadas, de forma que o Fundo atenda, na forma prevista no Regulamento, aos índices de cobertura.

O Preço de Integralização de cada série corresponderá ao respectivo Preço de Emissão, ajustado pelo valor de deságio, se houver, a ser aplicado de maneira uniforme a cada uma das 6 séries da Primeira Emissão, valor esse que será definido e divulgado, no momento da efetiva colocação das Cotas Seniores da respectiva série.

O valor correspondente a eventual diferença entre o Preço de Emissão e o Preço de Integralização das Cotas Seniores de cada uma das 6 séries da Primeira Emissão será objeto de aporte no Fundo pelo(s) titulares de Cotas Subordinadas ("Cotista(s) Subordinado(s)"), por meio da subscrição e integralização de Cotas Subordinadas. A efetiva integralização de Cotas Seniores da cada uma das 6 séries da Primeira Emissão estará condicionada, se aplicável, ao aporte de recursos no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s) nos termos aqui descritos.

O preço de integralização das Cotas Seniores será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, exclusivamente por meio de TED, do MDA administrado e operacionalizado pela CETIP, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, para a conta corrente de titularidade do Fundo indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito ou da transferência como recibo de quitação.

Observado o disposto no Contrato de Distribuição, os Investidores Institucionais, poderão subscrever as Cotas Seniores a partir do primeiro Dia Útil do Prazo de Colocação, no qual se dará a publicação do Anúncio de Início.

No ato de subscrição das Cotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição; (ii) indicará um representante responsável e o seu endereço de correio eletrônico para recebimento de comunicações enviadas pelo Coordenador Líder e pelo Administrador nos termos do Regulamento (iii) deverá declarar, por meio da assinatura do Termo de Adesão, que recebeu um exemplar atualizado do Regulamento e, se for o caso, do Prospecto Definitivo, bem como declarar sua condição de Investidor Qualificado e atestar que está ciente, dentre outras coisas, (a) das disposições contidas no Regulamento e, se for o caso, no Prospecto Definitivo objeto da Oferta 400; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, assim como da política de investimento do Fundo, descritos no Regulamento e, se for o caso, no Prospecto Definitivo objeto da Oferta 400.

No ato de subscrição das Cotas Seniores, o Coordenador Líder deverá:

- (i) entregar ao subscritor exemplar atualizado do Regulamento, do Suplemento e do Prospecto Definitivo;
- (ii) obter a assinatura do subscritor no Termo de Adesão, incluindo declaração de Investidor Qualificado, e no boletim individual de subscrição respectivo, utilizando os modelos fornecidos pelo Administrador;
- (iii) autenticar o recibo de integralização;
- (iv) obter do subscritor cópia dos documentos listados no Anexo I do Contrato de Distribuição, conforme o caso; e
- (v) entregar ao Administrador (i) o boletim individual de subscrição e o recibo de integralização de Cotas Seniores autenticado; (ii) os documentos conforme descrito no Contrato de Distribuição; (iii) o Termo de Adesão assinado e declaração da condição de Investidor Qualificado, bem como quaisquer outros documentos relacionados à subscrição de cotas pelos Cotistas objeto da Oferta 400.

### 3.2.7 Fundo de Manutenção de Liquidez ou Sustentação

Não há, nem será constituído, fundo de manutenção de liquidez ou de sustentação para as Cotas Seniores.

### 3.2.8 Cronograma de Etapas da Oferta 400

Encontra-se abaixo cronograma indicativo das etapas da Oferta 400 com os principais eventos, sujeito a alteração a critério exclusivo do Coordenador Líder e à concessão de registro pela CVM:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data*
	Protocolo do pedido de registro da Emissão objeto da Oferta 400 na CVM	12.04.2014
	Protocolo de atendimento às exigências na CVM	17.06.2014
	Publicação deste Aviso ao Mercado	17.06.2014
	Início das apresentações a potenciais investidores	18.06.2014
	Protocolo de atendimento aos vícios sanáveis na CVM	01.07.2014
	Obtenção do registro da Primeira Emissão objeto da Oferta 400 na CVM	15.07.2014
	Disponibilização do Prospecto Definitivo	16.07.2014
	Encerramento das apresentações a potenciais investidores	18.07.2014
	Coleta de intenções de investimento	21.07.2014
	Publicação do Anúncio de Início	22.07.2014
	Liquidação da 1ª Série da Primeira Emissão objeto da Oferta 400	24.07.2014
	Liquidação da 2ª Série Primeira Emissão objeto da Oferta 400	20.08.2014
	Liquidação da 3ª Série Primeira Emissão objeto da Oferta 400	22.09.2014
	Liquidação da 4ª Série Primeira Emissão objeto da Oferta 400	20.10.2014
	Liquidação da 5ª Série Primeira Emissão objeto da Oferta 400	20.11.2014
	Liquidação da 6ª Série Primeira Emissão objeto da Oferta 400	22.12.2014
	Publicação do Anúncio de Encerramento	23.12.2014

\* As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério do Coordenador Líder e da CVM.

### 3.2.9 *Modificação da Oferta 400 e Efeitos da Modificação ou Revogação da Oferta 400*

Após o início da Oferta 400, poderá ocorrer eventual modificação ou revogação da Oferta 400. Neste caso, o Administrador divulgará aos Investidores, imediatamente, notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta 400.

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta 400 seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta 400 seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta 400, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Coordenador Líder (i) até às 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até às 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta 400, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, se a alíquota for superior à zero, no prazo de 3 Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Caso (a) a Oferta 400 seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta 400 seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e o Coordenador Líder juntamente com o Cedente, comunicará aos investidores o cancelamento da Oferta 400, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o Investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, se a alíquota for superior a zero, no prazo de 3 Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta 400.

Para mais informações, vide seção "Cronograma da Oferta 400" na página 44 deste Prospecto Preliminar.

### 3.2.10 *Remuneração do Coordenador Líder*

Pelos serviços de estruturação, colocação e prestação de garantia firme prestado pelo Coordenador Líder nos termos do Contrato de Distribuição, o Administrador pagará ao Coordenador Líder o seguinte comissionamento:

- (i) *Comissão de Coordenação e Estruturação:* a este título, será pago pelo Administrador ao Coordenador Líder, na data da liquidação financeira da 1ª (primeira) série de Cotas Seniores da Primeira Emissão, uma comissão de 0,30%, calculado sobre o volume total das Cotas Seniores ofertadas, considerando as 6 séries da Primeira Emissão;
- (ii) *Comissão de Colocação:* a este título, será pago pelo Administrador ao Coordenador Líder, uma comissão equivalente a 0,10%, incidente sobre o montante total de emissão de Cotas Seniores efetivamente colocadas, a ser paga na data de liquidação financeira de cada série da Primeira Emissão;
- (iii) *Prêmio de Garantia Firme:* Pela prestação da garantia firme na Primeira Emissão do Fundo, o Coordenador Líder fará jus ao prêmio de garantia firme equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento) incidente sobre o montante de Cotas Seniores da primeira, segunda e terceira séries da Primeira Emissão, a ser pago na data de liquidação

financeira de cada uma dessas séries que tenha sido objeto de prestação de garantia firme independentemente de seu exercício, a ser pago pelo Administrador. A título exemplificativo, o Prêmio de Garantia Firme será pago na data de liquidação financeira de cada uma das três primeiras séries da Primeira Emissão, com base no montante de cada série objeto da garantia firme. Caso o exercício da Garantia Firme seja efetuado por meio do Itaú Unibanco S.A., o Prêmio de Garantia Firme será pago pelo Administrador ao Coordenador Líder (inclusive o *gross up* de tributos incidentes sobre tal comissão), será pago ao Itaú Unibanco S.A., contra a apresentação de fatura, nota ou recibo específicos; e

- (iv) *Remuneração de Descontinuidade*: Adicionalmente, caso (i) ocorra determinadas hipóteses de resolução involuntária ou no caso de resolução voluntária pelo Cedente do Contrato de Distribuição realizada até a ocorrência da liquidação financeira da 1ª (primeira) série de Cotas Seniores da Primeira Emissão do Fundo, o Coordenador Líder fará jus a uma remuneração fixa de R\$1.200.000,00 a ser paga pelo Cedente em até 10 Dias Úteis da data da comunicação pelo Cedente da não realização da Oferta 400; ou (b) na hipótese de resilição voluntária pelo Cedente realizada após a ocorrência da liquidação financeira da 1ª (primeira) série de Cotas Seniores da Primeira Emissão, o Coordenador Líder fará jus a uma remuneração fixa de R\$600.000,00 a ser paga pelo Cedente em até 10 Dias Úteis da data da comunicação pelo Cedente da não realização da Oferta 400 e da Oferta Restrita.

Todos os pagamentos resultantes da Oferta 400 e/ou da Oferta Restrita, conforme aplicável, e a título de Comissionamento deverão ser feitos ao Coordenador Líder à vista, em moeda corrente nacional, na data da liquidação da Primeira Emissão objeto da Oferta 400, por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED), para a conta corrente de titularidade do Coordenador Líder, previamente por este indicada.

#### **3.2.11 Excesso de Demanda**

Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 da quantidade de Cotas Seniores inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação de Cotas Seniores da Primeira Emissão perante Pessoas Vinculadas sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

#### **3.2.12 Encerramento da Distribuição**

A distribuição das Cotas Seniores será encerrada ao final do Prazo de Colocação estabelecido na Instrução CVM 400, prazo esse que poderá ser prorrogado mediante solicitação fundamentada do Administrador à CVM.

### **3.3 Custos de Distribuição**

Os custos relativos à distribuição das Cotas Seniores da Primeira Emissão referentes (i) aos serviços de estruturação, colocação e prestação de garantia firme prestados pelo Coordenador Líder (exceto no que diz respeito à Remuneração de Descontinuidade, a qual deverá ser paga na forma prevista na seção "Contrato de Distribuição - Remuneração do Coordenador Líder"), às taxas da CETIP serão de exclusiva responsabilidade do Administrador, às despesas gerais e com as publicações e divulgação da Oferta 400, dentre outros, serão suportados exclusivamente pelo Administrador, (ii) aos honorários dos assessores jurídicos, às despesas com os assessores jurídicos da Oferta 400 e da Oferta 476, às taxas para registro na CVM e na ANBIMA, dentre outros, serão de responsabilidade do Cedente.

A tabela a seguir demonstra os custos estimados da distribuição das Cotas Seniores da Primeira Emissão a serem suportados exclusivamente pelo Administrador e/ou pelo Cedente, conforme aplicável:

		(%) sobre o montante da
<b>Custos da Oferta 400 Suportados pelo Cedente</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Oferta 400</b>
Empresa de Auditoria.....	82.800,00	0,0138%
Agência Classificadora de Risco .....	66.900,00	0,0112%
Assessores Legais .....	398.000,00	0,0663%
<b>Total dos Custos Suportados pelo Cedente.....</b>	<b>547.700,00</b>	<b>0,0912%</b>

		(%) sobre o montante da
<b>Custos da Oferta 400 Suportados pelo Administrador</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Oferta 400</b>
Comissão de Coordenação e Estruturação .....	1.800.000,00	0,30%
Comissão de Colocação .....	600.000,00	0,10%
Prêmio de Garantia Firme .....	900.000,00	0,15%
Remuneração de Descontinuidade .....	1.200.000,00	0,20%
Despesas Gerais (impressões e publicações).....	80.000,00	0,20%
<b>Total dos Custos Suportados pelo Administrador .....</b>	<b>4.580.000,00</b>	<b>0,763%</b>

Os custos relativos à distribuição das Cotas Seniores da Primeira Emissão referentes às taxas de registro perante a ANBIMA e a CETIP, bem como as despesas com registro em cartório de títulos e documentos, serão suportados pelo Cedente e deduzidos do Patrimônio Líquido.

		(%) sobre o montante do
<b>Custos que serão suportados pelo Fundo</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Patrimônio Líquido estimado<sup>(1)</sup></b>
Taxa CETIP para Oferta 476	R\$	0,0133%
	79.858,30	
Despesas para Registro perante o Cartório de Títulos e Documentos .....	100.000,00	0,017%
	R\$	0,0300%
<b>Total dos Custos que serão suportados pelo Fundo .....</b>	<b>179.858,30</b>	

<sup>(1)</sup> O montante estimado do Patrimônio Líquido do Fundo na 1ª Data de Integralização das Cotas Seniores é de R\$600.000.000,00.

<sup>(2)</sup> 0,00265% do valor da operação, respeitando-se o limite mínimo de R\$2.590,00 e o máximo de R\$43.200,00.

A tabela a seguir apresenta os custos estimados que serão suportados pelo Fundo e proporcional a cada classe de Cotas:

<b>Valor Unitário de Emissão das Cotas Seniores (R\$)</b>	<b>Quantidade de Cotas Seniores</b>	<b>Custo da Oferta 400 para a classe de Cotas Seniores (R\$)</b>
R\$25.000,00	24.000	
<b>Valor Unitário de Emissão das Cotas Subordinadas (R\$)</b>	<b>Quantidade de Cotas Subordinadas</b>	<b>Custo da Oferta 400 para a classe de Cotas Subordinadas (R\$)</b>
R\$25.000,00	600	R\$ 7.933,10

3.3.1 *Em caso de Garantia Firme de Colocação para Demais Séries*

Nos termos do Contrato de Distribuição e do item 1, na página 7 deste Prospecto, o Coordenador Líder poderá, à época da colocação das Cotas Seniores da quarta, quinta e sexta séries, a seu exclusivo critério e conforme negociado com o Cedente, oferecer ao Fundo e ao Administrador a possibilidade de colocação de referidas Cotas Seniores sob o regime de garantia firme. Caso tal hipótese se verifique: (i) o Coordenador Líder fará jus ao prêmio adicional de garantia firme equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento) incidente sobre o montante de Cotas Seniores da quarta, quinta e/ou sexta séries objeto da garantia firme; e (ii) será verificado um aumento dos custos estimados da distribuição das Cotas Seniores da Primeira Emissão, conforme tabela abaixo, os quais também serão suportados pelo Cedente:

		(%) sobre o montante da
<b>Custos da Oferta 400 Suportados pelo Cedente</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Oferta 400</b>
Empresa de Auditoria.....	82.800,00	0,0138%
Agência Classificadora de Risco .....	66.900,00	0,0112%
Assessores Legais .....	398.000,00	0,0663%
<b>Total dos Custos Suportados pelo Cedente.....</b>	<b>547.700,00</b>	<b>0,0912%</b>
		(%) sobre o montante da
<b>Custos da Oferta 400 Suportados pelo Administrador</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>Oferta 400</b>
Comissão de Coordenação e Estruturação .....	1.800.000,00	0,30%
Comissão de Colocação .....	600.000,00	0,10%
Prêmio Adicional de Garantia Firme .....	900.000,00	0,15%
Prêmio de Garantia Firme .....	900.000,00	0,15%
Remuneração de Descontinuidade .....	1.200.000,00	0,20%
Despesas Gerais (impressões e publicações).....	80.000,00	0,20%
<b>Total dos Custos Suportados pelo Administrador .....</b>	<b>5.480.000,00</b>	<b>0,913%</b>

Os custos relativos à distribuição das Cotas Seniores da Primeira Emissão referentes às taxas de registro perante a ANBIMA e a CETIP, bem como as despesas com registro em cartório de títulos e documentos, serão suportados pelo Cedente e deduzidos do Patrimônio Líquido.



<b>Custos que serão suportados pelo Fundo</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>(%) sobre o montante do Patrimônio Líquido estimado<sup>(1)</sup></b>
Taxa CETIP para Oferta 476	R\$ 79.858,30	0,0133%
Despesas para Registro perante o Cartório de Títulos e Documentos .....	100.000,00	0,017%
Total dos Custos que serão suportados pelo Fundo .....	R\$ 179.858,30	0,0300%

<sup>(1)</sup> O montante estimado do Patrimônio Líquido do Fundo na 1ª Data de Integralização das Cotas Seniores é de R\$600.000.000,00.

<sup>(2)</sup> 0,00265% do valor da operação, respeitando-se o limite mínimo de R\$2.590,00 e o máximo de R\$43.200,00.

Os custos estimados que serão suportados pelo Fundo, proporcional a cada classe de Cotas, também permanecerão os mesmos:

<b>Valor Unitário de Emissão das Cotas Seniores (R\$)</b>	<b>Quantidade de Cotas Seniores</b>	<b>Custo da Oferta 400 para a classe de Cotas Seniores (R\$)</b>
R\$25.000,00	24.000	
<b>Valor Unitário de Emissão das Cotas Subordinadas (R\$)</b>	<b>Quantidade de Cotas Subordinadas</b>	<b>Custo da Oferta 400 para a classe de Cotas Subordinadas (R\$)</b>
R\$1.000.000,00		R\$ 9.433,10

### 3.3.2 Custos não relacionados à Distribuição

Os custos relativos à contratação do Administrador, do Custodiante, do Agente Escriturador, da Empresa de Auditoria e dos demais prestadores de serviço do Fundo somente serão incorridos pelo Fundo a partir do início de suas atividades, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a Oferta 400. Para maiores informações sobre a remuneração do Administrador, do Custodiante, do Agente Escriturador, da Empresa de Auditoria, da Agência Classificadora de Riscos e dos demais prestadores de serviço do Fundo, vide Seção “4 – Identificação do Administrador, do Custodiante, do Agente Escriturador, da Empresa de Auditoria, da Agência Classificadora de Risco, do Coordenador Líder e dos Assessores Legais”, nas páginas 51 a 55 deste Prospecto Preliminar.

## 3.4 Declarações do Administrador e do Coordenador Líder

### 3.4.1 Declaração do Administrador

Nos termos da Instrução CVM 400, o Administrador declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações do Fundo prestadas por ocasião do registro do Fundo e da Primeira Emissão objeto da Oferta 400 perante a CVM e fornecidas ao mercado durante a Oferta 400, (ii) este Prospecto Preliminar (a) contém as informações do Fundo relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta 400, do Fundo, dos fatores de risco relacionados ao Fundo e inerentes ao investimento nas Cotas Seniores, além de quaisquer outras informações do Fundo relevantes e necessárias para uma tomada de decisão de investimento fundamentada, e (b) este Prospecto Preliminar foi

elaborado de acordo com as normas pertinentes, e (iii) as informações do Fundo fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta 400, inclusive aquelas eventuais ou periódicas que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta 400, conforme declaração constante do Anexo II deste Prospecto Preliminar, assinada pelo Diretor Designado, o Sr. Fernando Mattar Beyruti, nos termos do contrato social do Administrador.

#### *3.4.2 Declaração do Coordenador Líder*

Nos termos da Instrução CVM 400, o Coordenador Líder declara que (i) este Prospecto Preliminar contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta 400, da Primeira Emissão, das Cotas Seniores, do Fundo e quaisquer outras informações relevantes, e permite uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Cotas Seniores, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que (a) as informações prestadas a respeito do Fundo no âmbito da Oferta 400 fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Cotas Seniores e (b) as informações fornecidas ao mercado durante o período da Oferta 400, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e aquelas que integram este Prospecto Preliminar, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta 400, conforme declaração constante do Anexo III deste Prospecto Preliminar, assinada pelos diretores estatutários do Coordenador Líder, os Srs. Thales Ferreira Silva e Emerson Savi Junqueira, nos termos do estatuto social do Coordenador Líder.

**4. IDENTIFICAÇÃO DO ADMINISTRADOR, DO CUSTODIANTE, DO AGENTE ESCRITURADOR, DA EMPRESA DE AUDITORIA, DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO, DO COORDENADOR LÍDER E DOS ASSESSORES LEGAIS**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**IDENTIFICAÇÃO DO ADMINISTRADOR, DO CUSTODIANTE, DO AGENTE ESCRITURADOR, DA EMPRESA DE AUDITORIA, DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO, DO COORDENADOR LÍDER E DOS ASSESSORES LEGAIS**

**4.1 Administrador**

**Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Para uma breve descrição das funções do Administrador *vide* seção "O Administrador" na página 53 deste Prospecto Preliminar.

Dados de contato:

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 - Torre Eudoro Villela -- São Paulo, SP

At.: Sr. Walter H. Watanabe

Telefone: (11) 5029.8450

Fac símile: (11) 5029.1394

Correio Eletrônico: [produtosestruturados@itau-unibanco.com.br](mailto:produtosestruturados@itau-unibanco.com.br)

Sítio: <http://www.intrag.com.br>

**4.2 Custodiante**

**Itaú Unibanco S.A.**

Para uma breve descrição das funções do Custodiante, *vide* seção "Contrato de Custódia" na página 136 deste Prospecto Preliminar.

Dados de contato:

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 - Torre Eudoro Villela

São Paulo, SP

At.: Sra. Patricia Alves Barros de Melo / Sr. Alessandro Fernandes Carvalho}

Telefone: (11) 50291917 / (11) 50294846

Fac-símile: (11) 5029.1394

Sítio: [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)

**4.3 Agente Escriturador**

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Para uma breve descrição das funções do Agente Escriturador, *vide* item 6.9 abaixo.

Dados de contato:

Rua Ururai, 111 - Prédio B – Térreo

São Paulo SP

At.: Sr. Dalmir N. Coelho

Telefone: (11) 2797.4207

Fac-símile: (11) 2797. 3140

Sítio: [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)

#### **4.4 Empresa de Auditoria**

##### **KPMG Auditores Independentes**

Para uma breve descrição de suas funções vide seção "Empresa de Auditoria" na página 136 deste Prospecto Preliminar.

Dados de contato:

Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33

São Paulo, SP

At.: Sr. Pedro Zago

Telefone: (11) 2183.3000

Fac-símile: (11) 2183.3001

Sítio: [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

#### **4.5 Agência Classificadora de Risco**

A agência classificadora de risco é a Standard&Poor's, que será responsável pela classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo.

##### **Standard&Poor's**

Dados de Contato:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, 18º andar

São Paulo, SP

Telefone: (11) 3039-9700

Fac-símile: (11) 3039-9701

E-mail: [contatobr@standardandpoors.com](mailto:contatobr@standardandpoors.com)

Sítio: <http://www.standardandpoors.com.br>

#### **4.6 Coordenador Líder**

O Coordenador Líder foi contratado, por meio do Contrato de Distribuição, para prestar serviços de assessoria financeira para captação de recursos no mercado de capitais e realizar a estruturação e a Oferta, em regime de melhores esforços de colocação, de Cotas Seniores.

##### **Banco Itaú BBA S.A.**

Dados de contato:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar

CEP 04538-132 - São Paulo, SP

At.: Sr. Marcello Soledade Poggi de Aragão

Telefone: (11) 3708-8508

Fac-símile: (11) 3708-2533

Sítio: [www.itaubba.com.br](http://www.itaubba.com.br)

#### **4.7 Assessor Legal do Fundo e do Cedente**

O escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados é responsável pela assessoria na estruturação jurídica do Fundo, incluindo a elaboração e/ou revisão dos documentos relacionados à Oferta.

##### **Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados**

Dados de contato:

Al. Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447

CEP 01403-001 – São Paulo, SP

At.: Ana Carolina Lima Nomura

Telefone: (11) 3147-7823

Fac-símile: (11) 3147-7770

Sítio: [www.mattosfilho.com.br](http://www.mattosfilho.com.br)

#### **4.8 Assessor Legal do Coordenador Líder**

O escritório Galdino Coelho Mendes Carneiro Advogados é responsável pela assessoria ao Coordenador Líder na negociação e/ou revisão dos documentos relacionados à Oferta.

##### **Galdino Coelho Mendes Carneiro Advogados**

Dados de contato:

Avenida Paulista, n.º 1079, 2º andar

CEP 01311-200 - São Paulo, SP

At.: Srta. Cristina Biancastelli

Telefone: (11) 3041-1500

Fac-símile: (11) 3041-1515

Sítio: [www.gcmc.com.br](http://www.gcmc.com.br)

Os prestadores de serviços acima foram contratados com base em sua respectiva experiência prévia em operações similares e considerável reputação no mercado, bem como nas propostas apresentadas.

##### **Comissão de Valores Mobiliários**

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro, RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo, SP

Sítio: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

##### **CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2276-7435

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 1º andar

São Paulo, SP

Tel.: (11) 3111-1400

Fax: (11) 3111-1563

Sítio: [www.cetip.com.br/](http://www.cetip.com.br/)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **5. FATORES DE RISCO**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## FATORES DE RISCO

*Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, dentre as quais, aquelas relativas à política de investimento, composição da carteira do Fundo e aos fatores de risco aos quais o Fundo e os investidores estão sujeitos, incluindo, de forma não taxativa, aqueles descritos a seguir.*

*O Fundo, o Administrador e o Custodiante não se comprometeram e não poderão ser demandados a reembolsar os Cotistas por qualquer multa ou penalidade, dano, lucro cessante ou prejuízo de qualquer natureza que os Cotistas venham a sofrer em decorrência dos riscos descritos a seguir.*

### 5.1 Riscos de Mercado dos Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido e a rentabilidade das Cotas.

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no item 11.12 do Regulamento e o valor das Cotas Subordinadas será atualizado na forma estabelecida no item 11.13 do Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros, e (ii) das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo o Administrador e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Cotistas, em razão dos descasamentos de que trata este item.

A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado) e no Manual de Precificação do Custodiante. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como o critério de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira. As variações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido e a rentabilidade das Cotas.

### 5.2 Riscos de Crédito e de Liquidez; Ausência de Garantia

O Fundo somente adquirirá Direitos Creditórios Elegíveis originados pelo Cedente e devidos pelas Sacadas, as quais não estão sujeitas a qualquer tipo de procedimento de verificação com relação ao seu risco de crédito. Adicionalmente, os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo terão prazo de vencimento de 350 (trezentos e cinquenta) dias contados da respectiva Data da Oferta, enquanto que os índices de inadimplência da carteira histórica do Cedente, conforme descritos no item 7.9 deste Prospecto, referem-se a Direitos Creditórios com prazo de vencimento diverso. Ainda, como regra geral, o Cedente somente terá responsabilidade pela cessão e formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência das Sacadas, devedoras dos Direitos

Creditórios Elegíveis. Inexiste qualquer garantia, real ou fidejussória, por parte do Cedente ou de qualquer pessoa de que o pagamento dos Direitos Creditórios pelas Sacadas ao Fundo será efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado de acordo com os prazos e procedimentos avençados. Para informações adicionais sobre os riscos aos quais as Sacadas estão sujeitas, vide o fator de risco descrito no item 5.4 abaixo. A existência de Cotas Subordinadas no Fundo busca tão somente tentar garantir uma parcela de liquidez mínima ao Fundo e não uma garantia com relação à inadimplência de Direitos Creditórios do Fundo ou qualquer necessidade de caixa do Fundo. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Cotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios Elegíveis sejam pagos pelas Sacadas e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Cotas ocorrerá integralmente nas datas programadas nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante e pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos pelas Sacadas. Nestes casos, o Fundo somente terá recursos suficientes para proceder à amortização e/ou ao resgate das Cotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam devidamente pagos pelas Sacadas.

Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

O Fundo poderá incorrer em risco de crédito e de liquidez dos emissores dos Ativos Financeiros e, quando da liquidação das operações, realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as negociações de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

### **5.3 Risco de Descasamento entre as Taxas de Rentabilidade dos Ativos Financeiros do Fundo e o *Benchmark***

O Fundo aplicará parcela de suas disponibilidades financeiras em Ativos Financeiros, os quais poderão apresentar taxas de rentabilidade inferiores ao *Benchmark* das Cotas Seniores emitidas e em circulação. Caso ocorra tal descasamento, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que o Administrador, o Cedente e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Cotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

### **5.4 Riscos Decorrentes dos Negócios e da Situação Patrimonial e Financeira das Sacadas**

Riscos que podem afetar adversamente as Sacadas, caso materializados, poderão ocasionar perdas significativas ao Fundo e aos Cotistas. Dentre tais riscos, destacam-se os seguintes:

- (i) eventual dificuldade das Sacadas em implementar, tempestivamente e sem incorrer em custos não previstos, seus projetos pode retardar ou impedir a implementação de seus planos de negócios;

- (ii) eventual aquisição de empresas pelas Sacadas, como parte de sua estratégia de crescimento, pode apresentar uma série de riscos à condição financeira das Sacadas;
- (iii) o nível do endividamento das Sacadas poderá restringir sua flexibilidade financeira e operacional;
- (iv) o uso de instrumentos de proteção patrimonial (*hedge*) no gerenciamento de risco pode afetar de forma material e adversa os resultados das Sacadas;
- (v) processos judiciais e administrativos envolvendo as Sacadas podem afetar adversamente os seus negócios, resultados operacionais e condições financeiras;
- (vi) a saída de membros chave da administração das Sacadas, ou sua incapacidade de atrair e manter membros qualificados para integrá-la, podem ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios;
- (vii) as operações das Sacadas dependem de suas capacidades de manter, aperfeiçoar e operar, eficientemente, sua contabilidade, cobrança, serviços ao cliente, tecnologia da informação e gerenciamento de sistemas de informação e confiar nos sistemas de prestação de serviços de cobrança das empresas com as quais mantêm contratos de interconexão;
- (viii) o uso impróprio das redes das Sacadas pode afetar de forma adversa e relevante seus custos e resultados operacionais;
- (ix) as operações das Sacadas dependem de suas redes, sendo que uma eventual falha de sistema pode causar atrasos ou interrupções no serviço, o que pode trazer prejuízos às Sacadas;
- (x) as coberturas de seguro contratadas pelas Sacadas podem ser insuficientes para ressarcir eventuais danos, podendo acarretar um efeito adverso nas atividades, resultados e condições financeiras das Sacadas; e
- (xi) as alterações propostas na lei trabalhista brasileira podem afetar adversamente as relações trabalhistas das Sacadas.

## **5.5 Risco de Concentração**

O Fundo poderá manter em sua Carteira até 100% (cem por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis devidos pelas Sacadas. Desta forma, os níveis de concentração em determinado emissor e/ou devedor poderão expor o Fundo a maiores riscos de crédito, o que poderá ter um efeito negativo na rentabilidade do Fundo. O Fundo poderá apresentar um aumento na concentração quanto mais perto da Data de Resgate.

## **5.6 Riscos de Originação**

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que tenham sido originados a partir dos Contratos Lastro. Não é possível assegurar que tais Contratos Lastro garantirão a qualidade dos Direitos Creditórios e/ou a solvência das Sacadas.

A política de investimento do Fundo prevê a aquisição de Direitos Creditórios originados somente pelo Cedente, único cedente de Direitos Creditórios para o Fundo. Desta forma, no caso de comprometimento da capacidade de originação e cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, este não terá a opção de adquirir outros direitos creditórios de características semelhantes que sejam originados por cedente diverso.

## **5.7 Riscos de Liquidez**

O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Cotas a qualquer momento e a critério do Cotista, de modo que as únicas formas que os Cotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação do Fundo em Assembleia Geral, observado o *quorum* de deliberação estabelecido no Capítulo XII do Regulamento, e/ou (ii) venda de suas Cotas no mercado secundário. Ademais, os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Cotas que possibilite aos Cotistas sua alienação, caso estes assim decidam. Os Cotistas podem ter dificuldade em vender suas Cotas no mercado secundário, bem como, caso os Cotistas precisem vender suas Cotas, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação das Cotas poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio ao Cotista. O Fundo, o Administrador, o Cedente, o Custodiante e as Sacadas não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Cotas, Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros dos Cotistas que manifestem intenção de resgatar valores investidos no Fundo.

O investimento do Fundo em Direitos Creditórios Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos Creditórios Elegíveis. Caso o Fundo precise vender os Direitos Creditórios Elegíveis, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos Creditórios Elegíveis poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

## **5.8 Ausência de Obrigação dos Cotistas Subordinados de Aportar Recursos no Fundo**

Os Cotistas Subordinados não têm qualquer obrigação, compromisso ou responsabilidade de aportar recursos no Fundo para fazer frente ao pagamento das exigibilidades do Fundo, recompor as Reservas de Custos e de Pagamento e/ou recompor o Índice de Cobertura. Caso os Cotistas Subordinados não realizem aportes adicionais de recursos no Fundo para fazer frente ao pagamento das exigibilidades do Fundo, recompor as Reservas de Custos e de Pagamento e/ou recompor o Índice de Cobertura, os Cotistas Seniores serão chamados para aportar tais recursos adicionais no Fundo e, por esse motivo, a rentabilidade de suas Cotas Seniores poderá impactada de forma negativa.

## **5.9 Insuficiência de Recursos para Pagamento de Amortizações e Resgates**

A liquidação dos Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo é a principal fonte de recursos do Fundo para efetuar as amortizações periódicas das Cotas Seniores. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra o Cedente quanto aos Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido adquiridos pelo Fundo, após o recebimento dos recursos relacionados aos Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a sua cobrança, judicial ou extrajudicial, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar as amortizações periódicas das Cotas Seniores.

## **5.10 Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos**

O Administrador será responsável pela cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos em benefício do Fundo, de acordo com os Procedimentos de Cobrança e poderá contratar terceiro(s) especializado(s) para atuar(em) no exercício dessas atividades, sob sua responsabilidade, nos termos do(s) Contrato(s) de Cobrança. Não há como assegurar que o(s) terceiro(s) contratado(s) pelo Administrador para atuar como Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos atuar(ão) de acordo com o disposto no Regulamento e do Contrato de Cobrança com relação à cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e para os Cotistas.

Não há garantia de adimplemento dos Direitos Creditórios nem da eficácia dos Procedimentos de Cobrança. O Fundo, o Administrador, o Custodiante e/ou o Cedente não são responsáveis pelo adimplemento dos Direitos Creditórios. Não é possível garantir que os Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios, inclusive dos Direitos Creditórios Inadimplidos, assegurará que os valores devidos ao Fundo relativos a tais Direitos Creditórios serão pagos ou recuperados, o que poderá afetar adversamente o Patrimônio Líquido e, consequentemente, resultar na insuficiência de recursos no Fundo para efetuar os pagamentos nos prazos previstos no Regulamento.

#### **5.11 Riscos de Falhas de Procedimentos de Custódia, Cobrança e Conciliação**

O Cedente, o Fundo, o Administrador e o Custodiante não serão responsáveis pela solvência dos Direitos Creditórios Elegíveis e/ou pelo pagamento dos Direitos Creditórios Inadimplidos. Nos termos do Regulamento e do Contrato de Custódia, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, pela cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis a vencer, pelo controle do pagamento diretamente na Conta Autorizada do Fundo e pela conciliação dos recursos provenientes da liquidação dos Direitos Creditórios depositados na Conta Autorizada do Fundo.

Por sua vez, nos termos do Regulamento, o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos será responsável por cobrar os Direitos Creditórios Inadimplidos, em observância aos Procedimentos de Cobrança, os quais não assegurarão que os valores devidos ao Fundo serão recuperados.

Não há como assegurar que o Custodiante e o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos atuarão de acordo com o Contrato de Custódia e ao Regulamento, respectivamente, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Cotistas. Falhas nos Procedimentos de Cobrança e controles internos adotados pelo Custodiante na cobrança e na conciliação dos Direitos Creditórios a vencer ou pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos na cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos Creditórios e sua respectiva cobrança. Caso o Custodiante e o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos não exerçam suas funções de acordo com os termos e condições do Regulamento e, respectivamente, do Contrato de Custódia e do Regulamento, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar em atraso no cronograma de amortização ou resgate das Cotas ou até mesmo em perdas aos Cotistas e ao Fundo.

#### **5.12 Riscos de Sistemas**

Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do Cedente, do Custodiante, do Administrador e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos Creditórios poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

#### **5.13 Riscos de Descontinuidade**

Conforme previsto no Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Cotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às datas previamente estabelecidas nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas, inclusive, mas não se limitando, na ocorrência de Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação Antecipada ou conforme disposto no Capítulo XVI do Regulamento. Adicionalmente, o Administrador poderá realizar o Resgate Compulsório da totalidade de Cotas Seniores de uma determinada série em circulação, sem prejuízo do respectivo cronograma de amortização e da respectiva Data de Resgate, na ocorrência de qualquer evento que interrompa, inviabilize ou impossibilite a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo durante um determinado período, observados os termos e condições estabelecidos no respectivo Suplemento da série. Na ocorrência de qualquer dos eventos acima, os Cotistas poderão ter

seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador e pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral, quando da ocorrência de um Evento de Avaliação, Evento de Liquidação Antecipada ou Evento de Liquidação Antecipada Imediata, poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo e outras hipóteses em que o resgate das Cotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Cotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo, ou (ii) cobrar os valores devidos pelas Sacadas devedoras dos Direitos Creditórios Elegíveis.

Nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo por decisão da Assembleia Geral, seja em razão da ocorrência de um Evento de Avaliação ou de um Evento de Liquidação Antecipada, os Cotistas poderão receber os pagamentos relativos ao resgate das respectivas Cotas Seniores somente ao final do Prazo para Resgate Antecipado, que corresponde ao prazo máximo de 365 dias corridos contados da data da Assembleia Geral que deliberar pela liquidação antecipada do Fundo (sem prejuízo de eventual pagamento mediante a entrega de Direitos Creditórios, nos termos do Regulamento).

Na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, caso a Assembleia Geral delibere pela continuidade do Fundo, os pagamentos devidos aos eventuais Cotistas Dissidentes pelo resgate de suas Cotas Seniores poderão ser realizados somente nas Datas de Amortização ou nas Datas de Resgate subsequentes, conforme previstas nos respectivos suplementos (sem prejuízo de eventual pagamento mediante a entrega de Direitos Creditórios, nos termos do Regulamento), o que pode ocorrer no prazo de até 365 dias contados da data da realização da Assembleia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo.

#### **5.14 Riscos Relacionados ao Pagamento Antecipado de Direitos Creditórios**

As Sacadas podem proceder ao pagamento antecipado, total ou parcial, ainda que sem descontos, dos Direitos Creditórios. Tais pagamentos antecipados podem reduzir o valor esperado dos Direitos Creditórios e trazer prejuízos ao Fundo.

#### **5.15 Risco de Questionamento da Validade e Eficácia da Cessão (Possibilidade de os Direitos Creditórios Elegíveis virem a ser Alcançados por Obrigações do Cedente ou de Terceiros)**

O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos Creditórios Elegíveis serem alcançados por obrigações assumidas pelo Cedente e/ou qualquer das Sacadas em decorrência de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou decretação de falência do Cedente ou de qualquer das Sacadas. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios Elegíveis, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios Elegíveis, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelo Cedente ou qualquer das Sacadas, (iv) na anulação ou resolução da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi simulada ou praticada com a intenção de prejudicar os seus credores pelo Cedente ou qualquer das Sacadas, e (v) na ausência de concordância das Sacadas para a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos dos Contratos Lastro. Nestas hipóteses os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações do Cedente ou das Sacadas e o Patrimônio Líquido poderá ser afetado negativamente.



Nos termos do artigo 130 da Lei de Registros Públicos, para que os termos e condições do Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão surtam efeitos contra terceiros desde a data de sua respectiva assinatura, o Contrato de Cessão e os Termos de Cessão devem ser levados a registro nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data de assinatura do Contrato de Cessão e de cada Termo de Cessão. O registro do Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão depois de decorrido o prazo legal produzirá efeitos perante terceiros somente a partir da data da sua apresentação nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos. Adicionalmente, para que o registro produza efeitos plenos, é necessário que o Contrato de Cessão e os Termos de Cessão contenham informações que permitam a individualização dos Direitos Creditórios Elegíveis. De acordo com o Contrato de Cessão, os Termos de Cessão deverão ser registrados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Caso o Contrato de Cessão e/ou os Termos de Cessão não sejam levados a registro nos termos da Lei de Registros Públicos ou o Contrato de Cessão e/ou os Termos de Cessão sejam levados a registro depois de decorrido o prazo referido neste item ou, ainda, caso o registro dos Termos de Cessão não seja considerado como hábil para produção de efeitos plenos em função do nível de detalhamento de informações relativas aos Direitos Creditórios Elegíveis, o Fundo poderá sofrer perdas, caso terceiros, com base em tais circunstâncias, sejam capazes de impugnar ou questionar a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo.

#### **5.16 Risco de Fungibilidade**

Na hipótese de as Sacadas realizarem os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios diretamente para o Cedente, o Cedente deverá repassar tais valores ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão. Não há garantia de que o Cedente repassará tais recursos ao Fundo, na forma estabelecida em tal contrato, podendo haver o risco de fungibilidade decorrente da ausência de segregação de recursos de pagamentos dos Direitos Creditórios com outros recursos do Cedente, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para reaver tais recursos.

#### **5.17 Inexistência de Rendimento Predeterminado**

O valor unitário das Cotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio do Fundo que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Cotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, ou do Cedente em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, o Cotista titular de Cotas Seniores não fará jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Cotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Cotas.

#### **5.18 Risco de Rebaixamento da Classificação de Risco das Cotas Seniores do Fundo**

Eventual rebaixamento na classificação de risco das Cotas Seniores poderá acarretar redução de liquidez das mesmas para negociação no mercado secundário. Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à carteira de um fundo são levados em consideração, tais como histórico de inadimplência. São analisados, também, fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira dos devedores de direitos creditórios, bem como a capacidade do Cedente de originar direitos creditórios. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação às Cotas Seniores durante a vigência do Fundo poderá afetar negativamente a liquidez das mesmas e seu preço em negociações no mercado secundário, causando prejuízo aos Cotistas.

### **5.19 Risco de Governança**

Caso o Fundo venha a emitir novas Cotas Seniores ou caso seja criada uma nova classe de Cotas, mediante deliberação em Assembleia Geral, os novos Cotistas podem modificar a relação de poderes para alteração do Regulamento. Ademais, o Regulamento, em razão de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral, bem como as condições nele previstas também podem ser revistas por decisão dos Cotistas em Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo de forma contrária ao interesse de parte dos Cotistas.

### **5.20 Risco de Descaracterização do Regime Tributário Aplicável ao Fundo**

Não há garantia de que o Administrador conseguirá manter o Fundo como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Cotistas.

### **5.21 Risco Proveniente do Uso de Derivativos**

A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais relevantes ao Fundo e aos Cotistas. Mesmo para o Fundo, que utilizará derivativos exclusivamente para proteção das posições detidas à vista, existe o risco da posição não representar um “*hedge*” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

### **5.22 Outros Riscos**

A propriedade das Cotas não confere aos Cotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios Elegíveis. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas detidas por cada um.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, do Administrador, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Cotistas.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Resolução previsto no Contrato de Cessão, o Cedente será obrigado a notificar imediatamente o Administrador e o Custodiante, por escrito, por meio de envio de arquivo eletrônico definido de comum acordo entre o Cedente e o Custodiante. Não há garantias de que o Cedente cumprirá com a sua obrigação referida acima e, caso não a cumpra, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus Direitos Creditórios.

**6. TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

*Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes for atribuído no Regulamento, no Contrato de Cessão e na Seção “Definições” deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo de determinados capítulos do Regulamento, mas sua leitura não substitui a leitura integral do Regulamento.*

### 6.1 Da Denominação, Forma, Prazo de Duração e Composição do Patrimônio do Fundo

O Fundo, denominado **Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios**, é regido pelo Regulamento e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356.

O Fundo tem prazo de duração de 48 meses contados a partir da Primeira Data de Emissão, sendo que cada série de cada emissão de Cotas Seniores terá prazo de vencimento determinado, conforme descrito no respectivo Suplemento. É admitida, ainda, a Amortização Extraordinária nos termos dos itens “Da Amortização e do Resgate das Cotas” e “Da Amortização Extraordinária para fins de Enquadramento do Índice de Cobertura, da Alocação Mínima de Investimento e da Política de Investimento” deste Prospecto e dos Capítulos XIII e XV do Regulamento, bem como eventual liquidação antecipada do Fundo, por decisão da Assembleia Geral. Na hipótese do Prazo de Duração do Fundo não se encerrar em Dia Útil, a liquidação do Fundo será efetuada no primeiro Dia Útil subsequente.

O patrimônio do Fundo será representado por 2 classes de Cotas, sendo uma única classe de Cotas Seniores e uma única classe de Cotas Subordinadas.

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Cotas Seniores somente poderão ser resgatadas ao término do prazo de duração de cada série de cada emissão, ao término do Prazo de Duração do Fundo, na ocorrência de um Evento de Suspensão, ou, ainda, em virtude de um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, conforme disposto no item “Dos Eventos de Avaliação e dos Eventos de Liquidação Antecipada e dos Eventos de Liquidação Antecipada Imediata” deste Prospecto e no item 16.3 do Regulamento.

As características e os direitos, assim como as condições de emissão, distribuição, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Cotas seguem descritos nos itens “Das Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Cotas”, “Da Amortização e do Resgate das Cotas” e “Da Amortização Extraordinária para fins de Enquadramento do Índice de Cobertura, da Alocação Mínima de Investimento e da Política de Investimento” deste Prospecto e nos Capítulos XI, XIII a XV do Regulamento, bem como nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas.

As alterações do Regulamento vigorarão a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos: (i) da lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral realizada com essa finalidade; (ii) da cópia da ata da referida Assembleia Geral; (iii) do exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (iv) modificações procedidas no Prospecto, conforme aplicável, na forma do artigo 25 da Instrução CVM 356.

O Administrador deverá providenciar o registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e o envio à CVM, por meio do sistema CVMWeb: (i) do Regulamento e dos Suplementos; e (ii) dos eventuais aditamentos ao Regulamento e Suplementos.

## **6.2 Do Público Alvo do Fundo e do Investimento Inicial Mínimo no Fundo**

As Cotas Seniores objeto de Oferta 400 ou Oferta Restrita poderão ser subscritas por Investidores Institucionais. As Cotas Subordinadas serão objeto de Oferta Restrita e serão subscritas e integralizadas exclusivamente por Cotista Subordinado.

A primeira aplicação a ser realizada por cada investidor no Fundo, por meio de subscrição e integralização de Cotas objeto de Oferta 400 no mercado primário, deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 25.000,00. A primeira aplicação a ser realizada por cada investidor no Fundo, por meio de subscrição e integralização de Cotas objeto de Oferta Restrita no mercado primário, deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00.

## **6.3 Do Objetivo de Investimento do Fundo**

Observado o disposto no Regulamento, o objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas, nos termos da política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira definida no item “Da Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira do Fundo” deste Prospecto e no Capítulo VIII do Regulamento, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de (i) Direitos Creditórios, e (ii) Ativos Financeiros.

Os Direitos Creditórios que comporão a Carteira deverão atender, cumulativamente, em cada Data de Oferta, a todos os Critérios de Elegibilidade.

Não poderão compor a Carteira os Direitos Creditórios cuja existência e/ou validade dependam de qualquer entrega ou prestação futura do Cedente.

O Fundo poderá aplicar recursos nos Ativos Financeiros, em estrita observância aos critérios de seleção, composição e diversificação estabelecidos no item “Da Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira do Fundo” deste Prospecto e no Capítulo VIII do Regulamento.

O Fundo buscará atingir, para as Cotas Seniores, o *Benchmark* estabelecido nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas Seniores.

O *Benchmark* das Cotas Seniores não representa e nem deve ser considerado uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas titulares das Cotas Seniores por parte do Fundo, do Administrador, do Custodiante e/ou do Cedente.

Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os Cotistas titulares das Cotas Seniores não farão jus a uma rentabilidade superior ao *Benchmark*, o qual representará o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores.

A limitação de que trata o parágrafo acima não se aplicará em caso de Amortização Extraordinária de Cotas Seniores que decorra exclusivamente do pagamento antecipado de Direitos Creditórios Elegíveis pelas respectivas Sacadas antes das respectivas datas de vencimento, hipótese em que os Cotistas Seniores farão jus ao Prêmio de Amortização/Resgate Extraordinário.

As Cotas Subordinadas não terão parâmetro de remuneração definido.

#### 6.4 Da Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira do Fundo

Após o prazo de 90 dias contados da Primeira Data de Emissão, o Fundo deverá ter atingido a Alocação Mínima de Investimento. Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos Creditórios que atendam os Critérios de Elegibilidade suficientes para atingir a Alocação Mínima de Investimento, o Administrador poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite do Regulamento por novo período de 90 dias, mas sem necessidade de autorização da Assembleia Geral.

Na hipótese de realização de novas emissões de Cotas Seniores, após a alocação do Patrimônio Líquido, nos termos do parágrafo acima, o Fundo deverá alocar os recursos provenientes da referida nova emissão em Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, no prazo de 90 dias contados da respectiva Data de Integralização.

A parcela do Patrimônio Líquido que não for utilizada para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis poderá ser alocada em Ativos Financeiros.

O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia.

Observado o disposto no primeiro parágrafo deste item, entre 50% e até 100% do Patrimônio Líquido poderá ser representado por Direitos Creditórios Elegíveis devidos pelas Sacadas.

O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios em moeda corrente nacional ou alocado em Ativos Financeiros, conforme decisão do Administrador, observada a necessidade de manutenção da Reserva de Custos e da Reserva de Pagamento.

O Fundo está dispensado da observância do limite percentual de aquisição de Direitos Creditórios devidos pelas Sacadas previsto no *caput* do artigo 40-A da Instrução CVM 356, nos termos do artigo 40-A, parágrafo 1º, inciso I, alíneas “a” e “c”, da Instrução CVM 356.

Os Percentuais de Concentração da Carteira referidos nos três parágrafos acima deverão ser cumpridos pelo Fundo em cada Data de Oferta, em relação aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que, em ambos os casos, com base no Patrimônio Líquido apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de cada cálculo, com base exclusivamente em informações colocadas à disposição do Administrador pelo Custodiante por meio da página eletrônica da Internet “[www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)”, observado que a verificação dos Percentuais de Concentração da Carteira, pelo Fundo, estará condicionada à disponibilização tempestiva das informações necessárias, pelo Custodiante.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

Os Direitos Creditórios Elegíveis e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como, quando for o caso, registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, em nome do Fundo; ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central, em nome do Fundo; ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central e/ou pela CVM.

O Fundo e as aplicações realizadas pelos Cotistas no Fundo não contarão com garantia do Administrador, do Custodiante, do Cedente, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Além disso, os investimentos do Fundo estão sujeitos aos fatores de risco descritos na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto e no Capítulo XXI do Regulamento.

O Fundo poderá contratar operações com os controladores, sociedades controladas, coligadas, sob controle comum ou subsidiárias do Administrador, do Custodiante e do Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos. As operações mencionadas neste item serão objeto de registro segregado das demais operações integrantes da Carteira, de modo a serem facilmente identificáveis e terão como finalidade exclusiva a realização de gestão de caixa e liquidez do Fundo.

O Fundo poderá contratar operações nos termos do parágrafo acima, desde que observado o limite de 20% do Patrimônio Líquido, conforme disposto no *caput* do artigo 40-A da Instrução CVM 356.

Observada a responsabilidade do Custodiante em relação ao atendimento, em cada Data de Oferta, dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante, bem como seus controladores, sociedades controladas, coligadas, sob controle comum ou subsidiárias não são responsáveis pela certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos Creditórios Elegíveis, tampouco pela solvência do Sacado.

O Cedente será exclusivamente responsável pela originação, existência, correta constituição e formalização, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios de sua titularidade cedidos ao Fundo, sendo que o Cedente não será, de qualquer forma, responsável pelo pagamento dos Direitos Creditórios Inadimplidos.

#### **6.5 Dos Critérios de Avaliação dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros Integrantes da Carteira**

Entende-se por Patrimônio Líquido a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios Elegíveis e aos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, aos valores disponíveis em moeda corrente nacional e a receber, menos as exigibilidades do Fundo.

Serão observados os seguintes critérios para o cálculo do valor da Carteira pelo Custodiante: (i) os Ativos Financeiros serão apreçados pelo seu valor de mercado, de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado) e no Manual de Precificação do Custodiante; e (ii) os Direitos Creditórios Elegíveis serão contabilizados e registrados com base em seu custo de aquisição, com apropriação *pro rata die* de seus respectivos rendimentos pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios Elegíveis serão reconhecidos em razão do recebimento de seu valor pelo Fundo, computando-se a valorização e eventuais amortizações em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

O Custodiante constituirá, de acordo com orientação do Administrador, provisão para os Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com o disposto na Instrução CVM 489, provisão esta que consiste na reserva mensal de valores de acordo com critérios estabelecidos por metodologia do Administrador passível de verificação, na legislação aplicável e demais normas expedidas pelos agentes reguladores competentes.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis.



## **6.6 Dos Eventos de Avaliação e dos Eventos de Liquidação Antecipada e dos Eventos de Liquidação Antecipada Imediata**

### **6.6.1 Eventos de Avaliação**

São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) não observância, pelo Administrador, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão e/ou na legislação e regulamentação aplicáveis às suas atividades de administrador do Fundo e gestor da Carteira, desde que, comunicado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;
- (ii) não observância, pelo Custodiante, quando contratado, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão e/ou na legislação e regulamentação aplicáveis às suas atividades na qualidade de Custodiante do Fundo, conforme o caso, desde que, comunicado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;
- (iii) hipótese de rescisão e/ou resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante;
- (iv) não cumprimento, pelo Cedente, de qualquer de suas obrigações previstas no Regulamento e/ou no Contrato de Cessão, desde que, comunicado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo máximo de 5 Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;
- (v) na hipótese de resilição do Contrato de Cessão;
- (vi) observado o disposto no Regulamento, caso o Fundo deixe de estar enquadrado na Alocação Mínima de Investimento por período igual ou superior a 20 Dias Úteis;
- (vii) observado o disposto no Regulamento, desenquadramento do Índice de Cobertura por período igual ou superior a 20 Dias Úteis;
- (viii) na ocorrência de rebaixamento em 2 níveis da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Cotas Seniores de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência Classificadora de Risco;
- (ix) modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante das Sacadas e que venham a impactar de maneira adversa e relevante ou impedir o cumprimento das obrigações das Sacadas;
- (x) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações financeiras das Sacadas, cujo valor presente, individual ou agregado, seja superior a R\$200.000.000,00, ou o equivalente em outras moedas, que possa comprometer a capacidade de pagamento das Sacadas, observados os prazos de cura previstos nos Contratos Lastros;
- (xi) ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou qualquer tipo de reorganização societária envolvendo qualquer das Sacadas, exceto: (a) por operações de reorganização societária (incluindo incorporações, cisões ou fusões) envolvendo, individual ou coletivamente, as Sacadas, suas controladas e a respectiva controladora; ou (b) por operações de reorganização societária (incluindo incorporações, cisões ou fusões) ocorridas em razão das operações divulgadas por meio dos Fatos Relevantes datados de 2 de outubro de 2013 e 20 de fevereiro de 2014; ou (c) mudança, direta ou indireta, de controle acionário das Sacadas, que não resulte na redução de dois dos três *ratings* das mesmas em pelo menos dois níveis ("*notches*"), em relação aos seus *ratings* no momento

imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre a alteração de controle;

- (xii) protestos de títulos contra as Sacadas, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$200.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 Dias Úteis contados da data de intimação para pagamento do protesto ou no prazo estabelecido para pagamento, caso inferior aos 15 Dias Úteis, tiver sido comprovado que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado ou sustado; (c) foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (d) o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;
- (xiii) não cumprimento, no prazo determinado, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, de natureza condenatória, que resulte, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento pelas Sacadas, de montante individual ou agregado, igual ou superior a R\$200.000.000,00;
- (xiv) alienação, prestação de garantias a terceiros ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos das Sacadas, exceto se feita (a) para a prestação de garantias em processos judiciais e administrativos, ou (b) em favor de sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico das Sacadas, (c) no caso de alienação de bens e direitos, se realizada em condições usuais de mercado (*arms length*), ou (d) no curso normal dos negócios das Sacadas; e, de toda forma, desde que tal alienação, prestação de garantia a terceiros ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos das Sacadas não comprometa o cumprimento das obrigações das Sacadas nos termos dos Contratos Lastro;
- (xv) revogação, término, apropriação, suspensão, modificação adversa, cancelamento ou a não renovação das concessões para a prestação de serviços públicos de telecomunicação detidas pelas Sacadas que comprometa, individualmente, 20% ou mais do EBITDA da Sacadas titular da concessão em questão e que não seja sanada em um prazo de até 30 Dias Úteis contados da data em que as Sacadas tiverem ciência da respectiva ocorrência;
- (xvi) se for apurada inexistência grave ou falsidade de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido, respectivamente, firmado, prestado ou entregue pelo Cedente ou por terceiros válida e legalmente agindo em nome do Cedente nos termos do Contrato de Cessão e/ou em outros documentos e instrumentos, direta ou indiretamente, relacionados ao referido contrato; e
- (xvii) alteração do objeto social do Cedente, de modo que o Cedente deixe de atuar no segmento de teleatendimento em geral (*contact center*), nos termos do seu Estatuto Social em vigor na data de assinatura do Contrato de Cessão.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios imediatamente, mediante comunicado por escrito do Administrador ao Custodiante e ao Cedente, sendo que o Administrador convocará, em até 3 Dias Úteis contados do dia que tomar ciência do Evento de Avaliação, a Assembleia Geral nos termos do Regulamento para avaliar o grau de comprometimento do Fundo. Caso os Cotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação Antecipada, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo. Neste caso, o Administrador, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovado pelos referidos Cotistas na Assembleia Geral.

Caso, na Assembleia Geral de que trata o parágrafo acima, os Cotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação Antecipada, o Administrador convocará, em até 3 Dias Úteis contados da data da referida Assembleia Geral, nova Assembleia Geral para deliberar sobre os procedimentos de liquidação antecipada do

Fundo, conforme disposto no item “Eventos de Liquidação Antecipada” abaixo e nos itens 16.3.1 a 16.3.5 do Regulamento.

#### 6.6.2 *Eventos de Liquidação Antecipada*

Além das hipóteses previstas na regulamentação aplicável, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;
- (ii) na hipótese de rescisão e/ou resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (iii) não pagamento, em qualquer Data de Amortização e/ou Data de Resgate de Cotas Seniores conforme estabelecidas nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas Seniores, do valor da amortização e/ou do valor do resgate das Cotas Seniores que não seja sanado no prazo máximo de 2 Dias Úteis a contar da respectiva Data de Amortização e/ou Data de Resgate de Cotas Seniores, conforme estabelecidas nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas Seniores;
- (iv) na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral não nomear instituição habilitada para substituí-lo, nos termos estabelecidos no Regulamento;
- (v) na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização ou resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- (vi) na ocorrência de rebaixamento de mais de 3 ou mais níveis na classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Cotas Seniores, de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência Classificadora de Risco;
- (vii) dissolução ou extinção do Cedente; e
- (viii) existência de evidência de que o Cedente tenha (a) emitido ou permitido, deliberadamente, com culpa ou dolo, a emissão de Documentos Comprobatórios para origem de Direitos Creditórios Elegíveis sem lastro, ou (b) oferecido ao Fundo Direitos Creditórios sobre os quais recaiam quaisquer ônus, gravames ou restrições, que tenham sido constituídos previamente à sua cessão ao Fundo.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, o Fundo imediatamente interromperá a aquisição de Direitos Creditórios, mediante comunicado do Administrador ao Custodiante e ao Cedente, sendo que o Administrador convocará, em até 3 Dias Úteis contados do dia que tomar ciência do Evento de Liquidação Antecipada, Assembleia Geral para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do Fundo.

Na Assembleia Geral mencionada no parágrafo acima, os titulares de Cotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o *quorum* de deliberação estabelecido no item “Assembleia Geral de Cotistas” deste Prospecto e no Capítulo XII do Regulamento, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral por falta de *quorum*, ou (ii) de aprovação pelos Cotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá dar início imediato aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo em observância ao disposto no Regulamento e na regulamentação aplicável.

Caso a Assembleia Geral delibere pela não liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, será concedido Direito de Dissidência aos Cotistas Dissidentes. Nessas hipóteses, o resgate antecipado das Cotas Seniores de titularidade dos Cotistas Dissidentes na próxima Data de Amortização ou Data de Resgate da respectiva série, conforme cronograma previsto no respectivo Suplemento, na medida em que o Fundo tenha recursos para tanto, pelo valor de abertura de suas Cotas Seniores no dia do pagamento, calculado na forma do Regulamento. Os Cotistas Dissidentes deverão informar ao Administrador sobre a sua intenção de exercer o Direito de Dissidência na Assembleia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, sob pena de não mais poderem exercer o seu Direito de Dissidência em momento posterior. Caso, por qualquer motivo, os Cotistas Dissidentes não tiverem recebido o pagamento integral referente ao resgate de suas Cotas Seniores nas datas referidas acima, em moeda corrente nacional, os Cotistas Dissidentes poderão receber Direitos Creditórios Elegíveis e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira como pagamento de seu Direito de Dissidência, quando será aplicável o disposto no item “Das Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Cotas mediante a Entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e de Ativos Financeiros em Pagamento” deste Prospecto e no Capítulo XIV do Regulamento.

Na hipótese de a Assembleia Geral deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, todas as Cotas serão resgatadas até o final do Prazo para Resgate Extraordinário, pelo valor de abertura da Cota do dia do pagamento, calculado na forma do Regulamento, observado o seguinte procedimento:

- (i) as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas;
- (ii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Seniores;
- (iii) durante o Prazo para Resgate Antecipado, as Cotas serão resgatadas em moeda corrente nacional, mensalmente, na medida em que o Fundo tenha recursos em moeda corrente nacional disponíveis decorrentes do vencimento e pagamento dos Direitos Creditórios pelas Sacadas;
- (iv) os pagamentos de amortização e resgate referidos acima serão realizados em observância ao disposto no item “Da Reserva de Pagamento, da Reserva de Custos e da Ordem de Pagamentos do Fundo” deste Prospecto e no Capítulo XIX do Regulamento; e
- (v) sem prejuízo do disposto no Regulamento, se, no último Dia Útil do Prazo para Resgate Antecipado, a totalidade das Cotas não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Cotistas poderão receber Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira como forma de pagamento pelo resgate de suas Cotas, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no item “Das Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Cotas mediante a Entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e de Ativos Financeiros em Pagamento” deste Prospecto e no Capítulo XIV do Regulamento.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada Imediata quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) na hipótese de declaração de vencimento antecipado dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, nos termos dos Contratos Lastro;
- (ii) na hipótese de (a) liquidação ou dissolução das Sacadas; (b) decretação de falência das Sacadas; (c) decretação de autofalência das Sacadas; ou (d) pedido de falência das Sacadas ou do Cedente, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (e) pedido de recuperação judicial ou homologação de plano de recuperação extrajudicial das Sacadas;

- (iii) na hipótese de alteração de qualquer dos Contratos Lastro para prorrogar o prazo de vencimento dos Direitos Creditórios por período superior a 350 dias contados da data da respectiva Notificação de Prorrogação e Cessão ou para reduzir ou modificar a respectiva correção;
- (iv) na hipótese de ser proferida decisão judicial em qualquer grau de jurisdição e/ou decisão administrativa, que reconheça ilegalidade, inexistência ou ineficácia de qualquer dos Contratos Lastro, e que afete a existência ou validade dos Direitos Creditórios; e
- (v) na hipótese de não pagamento, pelas Sacadas, dos valores decorrentes da prestação dos serviços devidos por força dos Contratos Lastro, nos termos do artigo 397 do Código Civil Brasileiro, não sanado no prazo de 7 Dias Úteis contados da data de vencimento, inclusive em caso de não pagamento, total ou parcial, que venha decorrer de eventual compensação ou retenção realizada em desacordo com o disposto nos Contratos Lastro.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada Imediata, o Fundo será imediatamente liquidado mediante o resgate antecipado de todas as Cotas Seniores em circulação até o final do Prazo para Resgate Imediato, pelo valor de abertura da Cota Seniores do dia do pagamento, calculado na forma do Regulamento, acrescido do Prêmio de Amortização/Resgate Extraordinário, observado o procedimento previsto no parágrafo acima.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada Imediata, o Administrador convocará, em até 3 Dias Úteis contados do dia que tomar ciência do Evento de Liquidação Antecipada Imediata, Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo.

Na Assembleia Geral mencionada no parágrafo acima, os titulares de Cotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o *quorum* de deliberação estabelecido no Capítulo XII do Regulamento, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral por falta de *quorum*, ou (ii) de aprovação pelos Cotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá dar início imediato aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo em observância ao disposto no Regulamento e na regulamentação aplicável.

Caso a Assembleia Geral delibere pela não liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada Imediata, será concedido Direito de Dissidência aos Cotistas Dissidentes. Nessas hipóteses, o resgate antecipado das Cotas Seniores de titularidade dos Cotistas Dissidentes será pago até o final do Prazo para Resgate Imediato, pelo valor de abertura de suas Cotas Seniores no dia do pagamento, calculado na forma do Regulamento. Os Cotistas Dissidentes deverão informar ao Administrador sobre a sua intenção de exercer o Direito de Dissidência na Assembleia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, sob pena de não mais poderem exercer o seu Direito de Dissidência em momento posterior. Caso, por qualquer motivo, os Cotistas Dissidentes não recebam o pagamento integral referente ao resgate de suas Cotas Seniores até o final do Prazo para Resgate Imediato, em moeda corrente nacional, os Cotistas Dissidentes poderão receber Direitos Creditórios Elegíveis e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira como pagamento de seu Direito de Dissidência, quando será aplicável o disposto na Seção “Das Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Cotas mediante a entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e de Ativos Financeiros em Pagamento” deste Prospecto e no Capítulo XIV do Regulamento.

O direito do Cotista Subordinado ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Cotas Subordinadas e/ou qualquer direito de voto ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Suspensão ou Eventos de Liquidação Antecipada ou Evento de Liquidação Antecipada Imediata, até a data da deliberação, pela Assembleia Geral, de que (i) o referido Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada, sem prejuízo da prioridade dos titulares de Cotas Seniores no recebimento de pagamento de

resgate de suas Cotas, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo; ou (ii) o referido Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada ou Evento de Liquidação Antecipada Imediata não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na Assembleia Geral.

## **6.7 Do Administrador, Custodiante e Demais Prestadores de Serviço do Fundo**

### **6.7.1 Administração do Fundo**

O Fundo será administrado e a Carteira será gerida pela **Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 2003.

O Administrador poderá ser destituído de suas funções, a qualquer momento e independentemente de qualquer notificação prévia, na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade única e exclusiva dos Cotistas, reunidos em Assembleia Geral, observado o *quorum* de deliberação de que trata o item “Assembleia Geral de Cotistas” deste Prospecto e o Capítulo XII do Regulamento.

Observadas a regulamentação em vigor e as limitações estabelecidas no Regulamento, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e todos e quaisquer atos de gestão da Carteira, exercendo inclusive os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Elegíveis e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

O Administrador, por meio de publicação no periódico utilizado para divulgar informações do Fundo ou por meio de correspondência com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, sempre com aviso prévio de 30 dias, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, devendo ser observado o *quorum* de deliberação de que trata o item “Assembleia Geral de Cotistas” deste Prospecto e o Capítulo XII do Regulamento.

Na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de que trata o item acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir o Administrador, ou (ii) não obtiver *quorum* suficiente, observado o disposto no Capítulo XII do Regulamento, para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 dias corridos a contar da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral, observado, se for o caso, o disposto nos itens “Das Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Cotas mediante a Entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e de Ativos Financeiros em Pagamento” e “Dos Eventos de Avaliação e dos Eventos de Liquidação Antecipada e dos Eventos de Liquidação Antecipada Imediata” deste Prospecto e nos Capítulos XIV e XVI do Regulamento.

Na hipótese de renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo e gestão da Carteira até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 40 dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral.

Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do parágrafo acima não substitua o Administrador dentro do prazo de 40 dias corridos mencionado acima, o Administrador poderá proceder à liquidação automática do Fundo, a partir do 40º dia corrido contado da data de realização da Assembleia Geral que nomear a nova instituição administradora, devendo ser observado, se for o caso, o disposto no item “Das Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Cotas mediante a Entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e de Ativos Financeiros em Pagamento” deste Prospecto e no Capítulo XIV do Regulamento.

## **6.8 Custódia e Controladoria**

O Fundo contratou o **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, devidamente autorizada pela CVM a prestar serviços de custódia qualificada de títulos e valores mobiliários, para ser responsável pela prestação ao Fundo dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos ativos integrantes da Carteira.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, o Custodiante será responsável pela verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade pelos Direitos Creditórios, em cada operação de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo.

Nos termos do artigo 38, parágrafo 14, da Instrução CVM 356, o Custodiante realizará a verificação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios de forma individualizada e integral, ficando expressamente dispensado da obrigação de verificação trimestral de lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da Carteira.

No âmbito dos serviços a serem prestados pelo Custodiante em relação ao Fundo, o Custodiante não será responsável, sob qualquer hipótese, pela indicação de Direitos Creditórios Inadimplidos a protesto ou pela inserção do nome das Sacadas, devedoras de Direitos Creditórios Inadimplidos, em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Cedente exercer referidas atividades.

Sem prejuízo do disposto no Regulamento e no Contrato de Custódia, caso aplicável, e nos demais instrumentos do qual seja parte, o Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo, nos termos do Contrato de Custódia.

## **6.9 Escrituração de Cotas**

O Administrador contratou o Agente Escriturador para a prestação dos serviços de escrituração de Cotas.

## **6.10 Da Remuneração do Administrador**

A Taxa de Administração a ser paga pelo Fundo será composta pela Remuneração do Administrador, pela Remuneração do Custodiante e pela Remuneração do Agente Escriturador, nos termos do Regulamento, do Contrato de Custódia e do Contrato de Escrituração.

Pela prestação dos serviços de administração do Fundo, inclusive gestão da Carteira, o Administrador fará jus à Remuneração do Administrador, a qual corresponderá a um montante fixo de até R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais) por ocasião do encerramento de cada Oferta 400 ou cada Oferta Restrita de Cotas Seniores do Fundo, somado ao valor mensal de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), acrescido de um dos seguintes valores, entre eles o maior: (i) valor fixo mensal de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), ou (ii) percentual anual, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sobre o valor do Patrimônio Líquido, calculado sobre o Patrimônio Líquido de acordo com o disposto a seguir:

- (i) 0,20%, caso o Patrimônio Líquido seja inferior ou igual a R\$ 1.000.000.000,00; ou
- (ii) 0,18%, caso o Patrimônio Líquido seja superior a R\$ 1.000.000.000,00.

Excepcionalmente, durante o período inicial de 6 meses contados da data de constituição do Fundo, o valor fixo mensal de que trata o parágrafo acima será de R\$36.000,00. Após esse período, o valor fixo mensal passará a ser correspondente ao valor mencionado no inciso (i) do parágrafo acima.

Todos os valores em reais constantes do parágrafo acima serão corrigidos anualmente, sempre no mês de janeiro, pela variação do IPC - FIPE (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) do ano anterior, ou na sua falta, por qualquer outro índice que venha a substituí-lo.

A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º Dia Útil do mês calendário subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento desta parcela da Taxa de Administração ocorrerá no 5º Dia Útil do mês imediatamente subsequente à primeira subscrição de Cotas, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a data da primeira subscrição de Cotas e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.

O Fundo não cobrará taxa de performance, taxa de ingresso ou taxa de saída.

## **6.11 Dos Encargos do Fundo**

Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores independentes encarregados da revisão das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Cotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco;
- (xi) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, na forma do artigo 31, inciso I, da Instrução CVM 356; e
- (xii) despesas com a contratação de terceiros especializados para a prestação dos Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, nos termos do item “Dos Procedimentos de Cobrança” deste Prospecto e do 18.1 do Regulamento.

Quaisquer despesas não previstas no parágrafo acima como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

O Administrador, pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Cotistas.



## **6.12 Da Reserva de Pagamento, da Reserva de Custos e da Ordem de Pagamentos do Fundo**

O Administrador constituirá Reserva de Pagamento em moeda corrente nacional e/ou Ativos Financeiros de liquidez imediata, que deverá ser correspondente a 100% do Valor Futuro Estimado até o 2º dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, o Administrador constituirá Reserva de Custos em moeda corrente nacional e/ou Ativos Financeiros de liquidez imediata, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) durante o período compreendido entre a Primeira Data de Emissão e a data da primeira amortização da última série de Cotas Seniores em circulação, o Administrador deverá manter Reserva de Custos correspondente a 1,79% do Patrimônio Líquido;
- (ii) durante o período entre a data da primeira amortização da última série de Cotas Seniores em circulação e a data da segunda amortização da última série de Cotas Seniores em circulação, o Administrador deverá manter Reserva de Custos correspondente a 1,26% do Patrimônio Líquido; e
- (iii) durante o período entre a data da segunda amortização da última série de Cotas Seniores em circulação e a data de resgate integral de todas as Cotas Seniores em circulação, o Administrador deverá manter Reserva de Custos correspondente a 0,69% do Patrimônio Líquido.

A partir da Primeira Data de Emissão, o Administrador deverá utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento de despesas e Encargos do Fundo, conforme descritos no Regulamento;
- (ii) constituição da Reserva de Custos;
- (iii) constituição da Reserva de Pagamento;
- (iv) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Seniores;
- (v) aquisição de Direitos Creditórios; e
- (vi) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Subordinadas.

## **6.13 Das Demonstrações Financeiras**

O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.

O exercício social do Fundo encerrar-se-á em 31 de março de cada ano.

O Fundo estará sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

## **6.14 Divulgação de Informações**

O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Cotistas quanto à permanência no mesmo ou aquisição de novas Cotas de novas emissões, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Cotas.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo previstas na regulamentação aplicável, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Cotas Seniores e/ou das Cotas Subordinadas.

A divulgação de informações de que trata o primeiro parágrafo deste item será feita no jornal “DCI – Diário do Comércio, Indústria e Serviços”, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, e mantida disponível para os Cotistas na sede do Administrador e nas instituições que coloquem as Cotas, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Cotistas.

O Administrador colocará à disposição dos Cotistas, em sua página mantida na rede mundial de computadores, em sua sede e dependências, e nas instituições que coloquem Cotas, no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Cotas de propriedade de cada Cotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho obtido e o esperado.

O Administrador deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

Sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação e no Regulamento, o Diretor do Administrador responsável pelo Fundo perante a CVM, deverá elaborar demonstrativos trimestrais nos termos do Artigo 8º, parágrafo 3º, da Instrução CVM 356.

Os demonstrativos trimestrais de que trata o item acima deverão ser enviados à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos Cotistas.

Os demonstrativos trimestrais deverão ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

O Administrador deverá divulgar, anualmente, no periódico referido acima, além de manter disponíveis em sua sede e dependências, e nas instituições que coloquem Cotas: (i) o valor do Patrimônio Líquido; (ii) o valor das Cotas de cada classe; (iii) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem; e (iv) os relatórios da Agência Classificadora de Risco.

## **6.15 Aspectos Gerais**

No intuito de defender os interesses do Fundo e dos Cotistas, o Administrador adota a Política de Voto no exercício do direito de voto do Fundo em assembleias gerais dos emissores dos ativos integrantes da Carteira.

A íntegra da Política de Voto encontra-se registrada na ANBIMA e está disponível na sede do Administrador e no *website* do Administrador “[www.intrag.com.br](http://www.intrag.com.br)”.

## **7. DIREITOS CREDITÓRIOS, CESSÃO AO FUNDO, COBRANÇA E PAGAMENTO**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **DIREITOS CREDITÓRIOS, CESSÃO AO FUNDO, COBRANÇA E PAGAMENTO**

*Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes for atribuído no Regulamento, no Contrato de Cessão e na Seção “Definições” deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo de determinados capítulos do Regulamento, mas sua leitura não substitui a leitura integral do Regulamento.*

### **7.1 Dos Direitos Creditórios**

Caracterizam-se como passíveis de cessão ao Fundo os Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, em cada Data de Oferta, aos Critérios de Elegibilidade, assim como todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos referidos Direitos Creditórios, observado que os Direitos Creditórios Elegíveis deverão, necessariamente, ser suportados pelos respectivos Documentos Comprobatórios.

A aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo será realizada em estrita observância às regras, condições e procedimentos estabelecidos no Regulamento e no Contrato de Cessão.

### **7.2 Dos Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios**

Somente poderão ser objeto de cessão ao Fundo Direitos Creditórios que atendam, na respectiva Data de Oferta, cumulativamente aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- (i) somente poderão ser cedidos ao Fundo os Direitos Creditórios originados da prestação dos Serviços às Sacadas;
- (ii) as faturas relativas aos Direitos Creditórios deverão prever prazo de vencimento de 350 dias contados da respectiva Data da Oferta; e
- (iii) os Direitos Creditórios não poderão ter data de vencimento posterior à última Data de Resgate das emissões/séries de Cotas Seniores em circulação na respectiva Data de Oferta.

Para os fins do inciso (i) do parágrafo acima, são consideradas Sacadas as seguintes sociedades: Oi S.A., inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.535.764/0001-43, Telemar Norte Leste S.A., inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.000.118/0001-79, Oi Móvel S.A., inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.423.963/0001-11, e/ou eventuais sucessoras a qualquer título, sendo certo que eventual sucessão deverá ser comunicada pelo Cedente ao Administrador.

Após a comunicação de que trata o parágrafo acima, o Administrador realizará a avaliação da documentação que lastreará a operação de sucessão e solicitará ao Custodiante alteração nos parâmetros de verificação e validação dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade.

O Custodiante terá o prazo de até 8 Dias Úteis contados da solicitação do Administrador para implementar a alteração de que trata o parágrafo acima.

O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade pelos Direitos Creditórios em cada operação de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo e, desde que observados os termos do Regulamento e do Contrato de Cessão, a verificação e a validação serão definitivas.

Todas as informações relacionadas aos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo que venham a ser encaminhadas pelo Cedente ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade, serão encaminhadas por meio do Arquivo CNAB 400.

O Custodiante verificará o atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade com base (i) nas informações encaminhadas pelo Cedente nos termos do parágrafo acima, e (ii) nos dados relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis do Fundo mantidos pelo Custodiante.

O não atendimento superveniente aos Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios Elegíveis, após cada Data de Aquisição e Pagamento, não ensejará qualquer direito de indenização do Fundo contra o Administrador, o Custodiante ou contra o Cedente com relação a eventuais Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido regularmente cedidos nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

Havendo proposta para alteração ou inclusão de Critérios de Elegibilidade, esta deverá ser submetida à apreciação do Custodiante previamente à sua aprovação em Assembleia Geral.

Caso o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com referida proposta para alteração ou inclusão de Critérios de Elegibilidade e, ainda assim, estas sejam aprovadas pela Assembleia Geral, o Custodiante poderá requerer o término do Contrato de Custódia em até 60 Dias Úteis contados do recebimento de notificação escrita do Administrador informando ao Custodiante sobre a referida alteração do Regulamento. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia em decorrência do disposto neste item, o Custodiante não será responsável pela verificação do atendimento, em cada Data de Aquisição, dos Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados e/ou incluídos, conforme o caso, sem a sua expressa concordância, desde a data da referida alteração e/ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos seus serviços ao Fundo ou da sua substituição por um novo custodiante.

### **7.3 Notificação de Prorrogação e Cessão**

As Sacadas serão notificadas sobre as cessões de Direitos Creditórios ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão, por meio das Notificações de Prorrogação e Cessão, as quais serão enviadas às respectivas Sacadas até as respectivas Datas de Oferta. Por meio das Notificações de Prorrogação e Cessão que individualizarão e identificarão os Direitos Creditórios Elegíveis que serão cedidos ao Fundo, as Sacadas serão informadas sobre a cessão dos respectivos Direitos Creditórios ao Fundo, anuirão expressamente com referida cessão, bem como serão estabelecidos termos e condições específicos relativos aos referidos Direitos Creditórios, de forma a garantir que o pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo seja efetuado pelas Sacadas diretamente na Conta Autorizada do Fundo, observados os termos e condições estabelecidos no Regulamento, no Contrato de Cessão, nos Contratos Lastro e nas Notificações de Prorrogação e Cessão.

### **7.4 Mecânica de pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis**

O Custodiante será responsável pela cobrança ordinária dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cujos pagamentos serão feitos pelas Sacadas mediante Transferência de Recursos Imediatamente Disponíveis – TED para a Conta Autorizada do Fundo.

Para os fins do disposto no parágrafo acima, as Sacadas serão devidamente notificadas sobre a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e devidamente instruídas pelo Cedente com relação à mecânica de pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

O Custodiante será responsável por verificar o pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pelas Sacadas, diariamente, e realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo com base nas informações fornecidas (i) pelas Sacadas por meio de arquivo eletrônico, em layout pré-acordado entre as Sacadas e o Custodiante, e (ii) pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos.

O Custodiante disponibilizará relatórios com as informações referentes aos Direitos Creditórios liquidados, nos termos do parágrafo acima, ao Cedente e ao Administrador por meio da página eletrônica da Internet "www.itaucustodia.com.br". Mediante acesso aos relatórios, caso o Administrador identifique que determinado Direito Creditório cedido ao Fundo não tenha sido objeto de pagamento pela respectiva Sacada em até 7 Dias Úteis contados do respectivo vencimento, o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos deverá iniciar os Procedimentos de Cobrança dos referidos Direitos Creditórios Inadimplidos, nos termos do Regulamento.

## **7.5 Custódia dos Documentos Comprobatórios**

O Custodiante manterá sob sua guarda os Documentos Comprobatórios, de acordo com o disposto na Instrução CVM 356 e no Contrato de Custódia, responsabilizando-se pela sua guarda e conservação em nome do Fundo, durante o Prazo de Duração do Fundo, diligenciando para que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos atualizados, em perfeita ordem, permitindo-se o livre acesso ao auditor independente, à Agência Classificadora de Risco e aos órgãos reguladores, observado o disposto na legislação e regulamentação em vigor.

Considerando os procedimentos descritos nos parágrafos acima, o Custodiante deverá receber e verificar, no prazo máximo até 7 Dias Úteis contados da data do respectivo recebimento, os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis que venham a ser adquiridos pelo Fundo nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

O Custodiante realizará a verificação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios de forma individualizada e integral, ficando expressamente dispensado da obrigação de verificação trimestral de lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da Carteira.

## **7.6 Cobrança e Conciliação de Direitos Creditórios e Direitos Creditórios Inadimplidos**

O Custodiante será, ainda, responsável pelas seguintes atividades em benefício do Fundo: (i) cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis a vencer e controle do pagamento diretamente na respectiva Conta Autorizada do Fundo; e (ii) quando do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, conciliação dos referidos recursos na Conta Autorizada do Fundo, com base no Arquivo Eletrônico de Pagamentos de Direitos Creditórios Elegíveis a ser enviado ao Fundo pelas Sacadas a partir da data de vencimento dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis.

O Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos prestará os Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos ao Fundo.

No âmbito dos Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos realizará a cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos em observância ao disposto no Regulamento, incluindo, sem limitação, aos Procedimentos de Cobrança descritos no item "Dos Procedimentos de Cobrança" deste Prospecto e no Capítulo XVIII do Regulamento.

## **7.7 Da Formalização da Cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e outras Regras Gerais referentes à Cobrança e Pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis**

### **7.7.1 Formalização da Cessão**

Cada operação de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será considerada formalizada e regular após a verificação cumulativa dos eventos descritos no parágrafo abaixo, sem prejuízo de eventuais outros procedimentos específicos previstos no Contrato de Cessão.

Observado o disposto no Contrato de Cessão, para a formalização de cada operação de cessão e aquisição de Direitos Creditórios, será observado o seguinte procedimento:

- (i) os Direitos Creditórios serão ofertados ao Fundo mediante a entrega, pelo Cedente ao Custodiante, em qualquer Dia Útil, do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis;
- (ii) o envio ao Custodiante do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis caracterizará a oferta, irrevogável e irretroatável, de cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios listados no Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis. O Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis será considerado entregue ao Custodiante na data em que estiver disponível para processamento até o Horário Limite;
- (iii) após receber o Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis, o Custodiante deverá: (c.i) verificar e validar o atendimento pelos Direitos Creditórios constantes do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis aos Critérios de Elegibilidade; e (c.ii) selecionar os Direitos Creditórios ofertados ao Fundo que atendam os Critérios de Elegibilidade até o limite da disponibilidade financeira de interesse do Fundo para aquisição dos Direitos Creditórios, informada pelo Administrador através da página eletrônica da Internet "[www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)", até o Horário Limite da mesma data do recebimento do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis pelo Custodiante;
- (iv) após a conclusão do procedimento descrito na alínea (ii) acima, o Custodiante colocará à disposição do Cedente e do Administrador, através da página eletrônica da Internet "[www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)", e por meio de Arquivo CNAB 400 retorno para o Cedente, o Relatório de Direitos Creditórios Elegíveis;
- (v) após ter acesso ao Relatório de Direitos Creditórios Elegíveis, o Cedente enviará ao Administrador, por meio eletrônico, (e.i) a Notificação de Prorrogação e Cessão, devidamente assinada pelos representantes legais do Cedente e das respectivas Sacadas; e (e.ii) o Termo de Cessão preparado na forma do anexo I do Contrato de Cessão, devidamente assinado pelos representantes legais do Cedente. Após a confirmação de recebimento do referido Termo de Cessão, as Partes renunciam ao direito de arrependimento com relação à cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis identificados no respectivo Termo de Cessão; e
- (vi) caso o Administrador receba a Notificação de Prorrogação e Cessão e o Termo de Cessão na forma prevista da alínea (iv) acima até as 15:00 da Data de Oferta, o Administrador autorizará o Custodiante até às 15:30 a providenciar o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios, que será correspondente ao respectivo valor de face (não sendo aplicada qualquer taxa de desconto), ao Cedente na própria Data de Oferta. Na hipótese da Notificação de Prorrogação e Cessão e do Termo de Cessão serem enviados após as 15:00 ou a autorização ao Custodiante ser enviada após as 15:30, o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios, que será correspondente ao respectivo valor de face (não sendo aplicada qualquer taxa de desconto), ocorrerá no Dia Útil imediatamente subsequente.

A cessão dos Direitos Creditórios do Cedente para o Fundo será considerada formalizada na Data de Aquisição e Pagamento.

Semanalmente, às sextas-feiras ou no Dia Útil subsequente, caso a sexta-feira não seja Dia Útil, conforme aplicável, o Cedente deverá encaminhar ao Administrador, (i) 1 via original das Notificações de Prorrogação e Cessão devidamente assinadas pelos representantes legais do Cedente e das respectivas Sacadas, e (ii) 2 vias originais dos Termos de Cessão, incluindo os Relatórios de Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido adquiridos pelo Fundo, devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas do Cedente.



O prazo para envio dos documentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo Fundo, pelo Cedente ao Administrador, conforme o parágrafo acima, não poderá ser superior a 7 Dias Úteis contados da Data de Oferta do respectivo Direito Creditório Elegível.

O Administrador, ao receber as 2 vias originais do Termo de Cessão e seu anexo devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas do Cedente, (a) providenciará as assinaturas das Pessoas Autorizadas do Fundo nas vias originais do Termo de Cessão e seu anexo e o seu registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador, e (b) encaminhará ao Cedente as 2 vias originais do Termo de Cessão e seu anexo devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas e registradas em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador.

O Cedente então providenciará o registro das 2 vias originais do Termo de Cessão e de seu anexo devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Cedente e (b) encaminhará ao Administrador 1 via original do Termo de Cessão devidamente assinada pelas Pessoas Autorizadas e registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador e do Cedente, observado que o Cedente reterá 1 via original do Termo de Cessão, a qual permanecerá na sua posse.

Ressalvados os Eventos de Resolução, conforme previsto no Capítulo IX do Contrato de Cessão, a cessão realizada na forma prevista neste Capítulo será irrevogável e irretroatável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Cedente, da plena titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis, acompanhados de todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos referidos Direitos Creditórios Elegíveis.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Resolução, a cessão do respectivo Direito Creditório ao Fundo será considerada resolvida de pleno direito, ficando o Cedente obrigado a devolver ao Fundo o valor equivalente ao Preço de Aquisição do Direito Creditório, correspondente ao respectivo valor de face (não tendo sido aplicada qualquer taxa de desconto), devidamente atualizado pela correção prevista no respectivo Contrato Lastro desde a respectiva Data de Oferta e até a data do respectivo pagamento, nos termos do Contrato de Cessão.

Os valores recebidos do Cedente em razão da resolução da cessão de qualquer Direito Creditório Elegível cedido ao Fundo, conforme o parágrafo acima, serão mantidos pelo Administrador na Reserva de Pagamento e utilizados para fazer frente ao pagamento das amortizações e do resgate das Cotas Seniores.

Os Direitos Creditórios integrantes do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis que não tenham sido selecionados pelo Fundo, para aquisição, poderão ser ofertados novamente ao Fundo em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de verificação e seleção, pelo Custodiante, nos termos do item “Dos Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios” deste Prospecto e do Capítulo VI do Regulamento, observado o disposto neste item.

Os custos e despesas de cartório e de correio incorridos pelo Administrador com os registros e envio dos originais dos Termos de Cessão mencionados neste item são de exclusiva responsabilidade do Fundo e serão reembolsados pelo Fundo, mediante a apresentação, pelo Administrador, dos respectivos comprovantes de custos e despesas.

As comunicações do Cedente ou do Administrador solicitando a inclusão ou exclusão de suas respectivas Pessoas Autorizadas, desde que realizada nos termos do Capítulo XVII do Contrato de Cessão, já são suficientes para vincular ou desvincular tais pessoas ao Regulamento.

## **7.8 Dos Procedimentos de Cobrança**

O Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos iniciará a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos após decorrido o prazo de 7 Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento, em observância ao disposto no Regulamento.

Todos os custos e despesas que venham a ser incorridos pelo Fundo e pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos para salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou com a cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão suportados pelo Fundo e/ou dos Cotistas Subordinados, neste último caso, por meio de aporte de recursos no Fundo (mediante a subscrição e integralização de novas Cotas Subordinadas), proporcionalmente à participação de cada um dos referidos Cotistas na composição do Patrimônio Líquido, conforme aprovado em Assembleia Geral nos termos do Regulamento.

Caso os Cotistas Subordinados não se disponham a aportar recursos adicionais no Fundo para pagamento dos custos e despesas referidos no parágrafo acima, conforme prazo estabelecido pelo Administrador, os Cotistas Seniores serão chamados para aportar tais recursos no Fundo (mediante a subscrição e integralização de novas Cotas Seniores), proporcionalmente à participação de cada um dos referidos Cotistas na composição do Patrimônio Líquido, conforme aprovado em Assembleia Geral nos termos do Regulamento.

O Administrador, o Custodiante ou o Cedente não estarão, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de tais Direitos Creditórios Inadimplidos nos termos dos dois parágrafos acima. O Administrador, o Custodiante ou o Cedente não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados aos Procedimentos de Cobrança.

Fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes da assunção, pelos Cotistas Subordinados ou pelos Cotistas Seniores, conforme o caso, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador, o Custodiante e o Cedente não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive no caso dos Cotistas Subordinados ou dos Cotistas Seniores, conforme o caso, não aportarem os recursos suficientes para tanto na forma estabelecida neste item e no Capítulo XVIII do Regulamento.

Todos os valores aportados pelos Cotistas no Fundo nos termos deste item e do Capítulo XVIII do Regulamento deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação, bem como decorrentes da não recuperação dos créditos referidos, dentro ou não do prazo de duração do Fundo.

## **7.9 Informações estatísticas sobre os Direitos Creditórios**

A tabela abaixo apresenta as informações estatísticas referentes aos Direitos Creditórios, conforme apresentados pela Empresa de Auditoria no Relatório da Empresa de Auditoria, constante deste Prospecto no Anexo V.

AnoMes NF	Antecipações	Liquidadas no Vencimento	Liquidadas com atraso de 1 a 5 dias	Liquidadas com atraso de 6 a 15 dias	Liquidadas com atraso de 16 a 30 dias	Liquidadas com atraso de 31 a 60 dias	Liquidadas com atraso de 61 a 90 dias	Liquidadas com atraso de 91 a 120 dias	Liquidadas com atraso de 121 a 180 dias	Liquidadas com atraso > 180 dias	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	Liquidadas até o vencimento	Liquidadas até 5 dias de atraso	Liquidadas até 15 dias de atraso	Liquidadas até 30 dias de atraso
jan/11	468	66.725	20.123	1.352	527	-	-	-	-	-	89.195	75,3%	97,9%	99,4%	100,0%
fev/11	21.782	66.737	2.183	8.413	172	-	-	-	-	-	99.287	89,2%	91,4%	99,8%	100,0%
mar/11	21	68.318	26.588	2.870	-	-	-	-	-	-	97.796	69,9%	97,1%	100,0%	100,0%
abr/11	-	68.170	23.285	7.173	-	-	-	-	-	-	98.628	69,1%	92,7%	100,0%	100,0%
mai/11	-	76.488	34.971	407	-	-	-	-	-	-	111.867	68,4%	99,6%	100,0%	100,0%
jun/11	-	93.134	12.048	7.304	-	-	-	-	-	-	112.486	82,8%	93,5%	100,0%	100,0%
jul/11	-	83.821	22.073	6.635	-	-	-	-	-	-	112.529	74,5%	94,1%	100,0%	100,0%
ago/11	3.244	92.646	13.772	6.932	-	-	-	-	-	-	116.594	82,2%	94,1%	100,0%	100,0%
set/11	-	50.190	58.510	992	-	-	-	-	-	-	109.692	45,8%	99,1%	100,0%	100,0%
out/11	424	47.784	53.002	5.935	-	-	-	-	-	-	107.145	45,0%	94,5%	100,0%	100,0%
nov/11	1.178	58.402	46.287	184	-	-	-	-	-	-	106.050	56,2%	99,8%	100,0%	100,0%
dez/11	59.721	38.446	20.552	5.759	62	458	-	-	-	-	124.999	78,5%	95,0%	99,6%	99,6%
jan/12	-	89.544	12.344	-	-	-	-	-	-	-	101.888	87,9%	100,0%	100,0%	100,0%
fev/12	6.485	80.065	32.814	56	-	-	4	-	210	-	119.633	72,3%	99,8%	99,8%	99,8%
mar/12	289	65.142	48.076	1.110	-	8	-	-	426	-	115.051	56,9%	98,7%	99,6%	99,6%
abr/12	24.377	81.655	8.591	-	-	-	-	-	-	-	114.623	92,5%	100,0%	100,0%	100,0%
mai/12	110	91.509	21.365	2.128	-	-	94	-	-	-	115.207	79,5%	98,1%	99,9%	99,9%
jun/12	36.320	62.292	21.178	2.572	-	2.258	-	-	-	-	124.621	79,1%	96,1%	98,2%	98,2%
jul/12	5.325	51.912	62.490	1.204	-	113	-	-	-	-	121.045	47,3%	98,9%	99,9%	99,9%
ago/12	4.165	92.829	26.478	2.050	2.257	-	-	-	-	-	127.779	75,9%	96,6%	98,2%	100,0%
set/12	171	109.442	14.824	561	1.809	633	-	-	-	-	127.440	86,0%	97,6%	98,1%	99,5%
out/12	-	106.088	13.112	1.880	-	-	-	-	-	-	121.079	87,6%	98,4%	100,0%	100,0%
nov/12	1.895	70.263	57.651	2.445	87	77	529	7	8	-	132.961	54,3%	97,6%	99,5%	99,5%
dez/12	-	98.148	33.440	1.193	1.433	68	8	69	-	-	134.359	73,0%	97,9%	98,8%	99,9%
jan/13	15.828	82.903	22.517	18	1.351	1.904	730	-	691	177	126.120	78,3%	96,1%	96,2%	97,2%
fev/13	1	21.864	99.946	11.441	61	327	656	-	1.315	-	135.611	16,1%	89,8%	98,3%	98,3%
mar/13	2.808	102.866	17.527	1.658	-	662	-	-	11	-	125.531	84,2%	98,1%	99,5%	99,5%
abr/13	-	107.036	14.240	3.537	-	40	68	-	1.461	-	126.382	84,7%	96,0%	98,8%	98,8%
mai/13	115	102.437	13.687	-	570	6.052	1.178	4.019	1.439	2	129.498	79,2%	89,8%	89,8%	90,2%
jun/13	11.323	34.397	76.867	-	1.631	3.567	-	-	-	-	127.785	35,8%	95,9%	95,9%	97,2%
jul/13	0	3.214	77.505	56.703	6.361	695	-	-	-	-	144.478	2,2%	55,9%	95,1%	99,5%
ago/13	-	65.350	59.595	2.212	1.199	10	-	-	-	-	128.366	50,9%	97,3%	99,1%	100,0%
set/13	-	25.069	99.133	5.384	-	-	-	-	-	-	129.586	19,3%	95,8%	100,0%	100,0%
out/13	5.919	11.560	91.553	7.449	4.643	-	-	-	-	-	121.125	14,4%	90,0%	96,2%	100,0%
nov/13	-	10.503	106.452	2.951	2.463	-	-	-	-	-	122.369	8,6%	95,6%	98,0%	100,0%
dez/13	-	5.119	110.907	7.455	-	-	-	-	-	-	123.482	4,1%	94,0%	100,0%	100,0%
Total	201.968	2.382.070	1.475.686	167.962	24.625	16.873	3.267	4.095	5.560	180	4.282.286	60,3%	94,8%	98,7%	99,3%

#### 7.9.1 Metodologia Adotada

A metodologia adotada para a confecção da tabela acima consistiu da análise referente aos últimos 36 meses, dos montantes de pagamentos e atrasos, e sua respectiva representatividade, de acordo com a safra de originação. Assim, a tabela em questão apresenta os montantes de pagamentos e atrasos, segregados em determinados intervalos conforme apresentado na tabela. As linhas da tabela correspondem às safras de originação (cada safra refere-se ao mês de emissão do faturamento), trazendo os pagamentos e atrasos até a data base dos trabalhos (31 de dezembro de 2013), bem como a representatividade dos mesmos em relação ao total de pagamentos.

### 7.10 Informações situações de pré-pagamento dos Direitos Creditórios

Nos termos do Regulamento, os titulares das Cotas Seniores de cada uma das séries da Primeira Emissão farão jus ao valor adicional ao *Benchmark* das Cotas Seniores de cada uma das séries da Primeira Emissão na hipótese da ocorrência de Amortização Extraordinária que decorra exclusivamente do pagamento antecipado de Direitos Creditórios Elegíveis pelas Sacadas antes das respectivas datas de vencimento de referidos Direitos Creditórios Elegíveis. O Prêmio de Amortização/Resgate Extraordinário será correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor da Amortização Extraordinária que decorra exclusivamente do pagamento antecipado de Direitos Creditórios Elegíveis pelas respectivas Sacadas antes das respectivas datas de vencimento, calculado desde a data de pagamento da referida Amortização Extraordinária até a data de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido objeto de pagamento antecipado.

Na hipótese de a Assembleia Geral deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, todas as Cotas serão resgatadas até o final do Prazo para Resgate Antecipado, pelo valor de abertura da Cota do dia do pagamento, calculado na forma do Regulamento. Para maiores informações, vide o item 16.3.5 do Regulamento.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada Imediata, o Fundo será imediatamente liquidado mediante o resgate antecipado de todas as Cotas Seniores em circulação pelo valor de abertura da Cota Sênior do dia do pagamento, calculado na forma do Regulamento, acrescido do Prêmio de Amortização/Resgate Extraordinário. Para maiores informações vide item 16.4.1 do Regulamento.

## **8. COTAS DE EMISSÃO DO FUNDO**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## COTAS DE EMISSÃO DO FUNDO

*Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes for atribuído no Regulamento, no Contrato de Cessão e na Seção “Definições” deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo de determinados capítulos do Regulamento, mas sua leitura não substitui a leitura integral do Regulamento.*

### **8.1 Da Composição do Patrimônio do Fundo e das Emissões de Cotas**

O patrimônio do Fundo é representado por 2 classes de Cotas, sendo uma única classe de Cotas Seniores e uma única classe de Cotas Subordinadas. As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Cotas estão descritos nos itens “Das Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Cotas”, “Da Amortização e do Resgate das Cotas” e “Da Amortização Extraordinária para fins de Enquadramento do Índice de Cobertura, da Alocação Mínima de Investimento e da Política de Investimento” deste Prospecto e nos Capítulos XI, XIII a XV do Regulamento, bem como nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas.

As Cotas deverão ser totalmente subscritas até a data de encerramento da respectiva Oferta 400 ou Oferta Restrita, conforme prazo estabelecido nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas. As Cotas que não forem subscritas no prazo acima referido serão canceladas pelo Administrador, com o consequente aditamento dos Suplementos referente à respectiva série de cada emissão, sem necessidade de aprovação de tal aditamento em Assembleia Geral.

O Suplemento referente a cada série de cada emissão de Cotas estabelecerá um montante mínimo de Cotas Seniores e/ou de Cotas Subordinadas a ser subscrito pelos investidores no âmbito de cada Oferta 400 ou Oferta Restrita, de acordo com o ato que deliberar sobre cada emissão de Cotas, sendo que, caso o montante mínimo não seja alcançado no âmbito da respectiva Oferta 400 ou Oferta Restrita, conforme aplicável, o Administrador deverá observar a regulamentação em vigor.

Ressalvado o disposto no item “Patrimônio Autorizado” abaixo, as emissões de novas Cotas Seniores, após a Primeira Emissão, somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral, observado o *quorum* estabelecido no Capítulo XII do Regulamento.

Emissões de novas Cotas Subordinadas poderão ser realizadas pelo Administrador a qualquer momento, independentemente de qualquer aprovação pela Assembleia Geral, especialmente com o objetivo de restabelecer (i) o Índice de Cobertura, e (ii) eventual diferença entre o Preço de Emissão e o Preço de Integralização de Cotas Seniores de qualquer série que venha a ser emitida pelo Fundo, conforme disposto nos Suplementos referentes a cada série de Cotas Seniores. Na hipótese de emissão de novas Cotas Subordinadas, o Administrador providenciará a elaboração e o registro dos Suplementos referentes à respectiva emissão, sem necessidade de aprovação de tal Suplemento pela Assembleia Geral.

Uma vez emitidas, eventuais novas Cotas passarão a integrar o conceito de “Cotas” para fins do disposto no Regulamento. Dessa forma, as novas Cotas serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, remuneradas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto nos itens “Das Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Cotas”, “Da Amortização e do Resgate das Cotas” e “Da Amortização Extraordinária para fins de Enquadramento do Índice de Cobertura, da Alocação Mínima de Investimento e da Política de Investimento” deste Prospecto e nos Capítulos XI, XIII a XV do Regulamento, bem como nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas.

## **8.2 Patrimônio Autorizado**

Emissões de novas Cotas Seniores após a Primeira Emissão poderão ser realizadas pelo Administrador a qualquer momento independentemente de qualquer aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do Patrimônio Autorizado.

Na hipótese de emissão de novas Cotas Seniores nos termos do parágrafo acima, o Administrador providenciará a elaboração e o registro dos Suplementos referentes à respectiva série, sem necessidade de aprovação de tais Suplementos pela Assembleia Geral.

O Preço de Emissão das Cotas que venham a ser emitidas pelo Fundo constará dos respectivos Suplementos.

Os Cotistas não terão o direito de preferência para subscrever e integralizar novas Cotas.

## **8.3 Das Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Cotas**

### *8.3.1 Características das Cotas*

As Cotas correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido e são divididas em 2 classes, sendo 1 única classe de Cotas Seniores e 1 única classe de Cotas Subordinadas.

Observado o disposto acima e no item 10.2 do Regulamento, as Cotas Seniores poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para subscrição e integralização, amortização, resgate e remuneração, sendo que cada série terá as mesmas características e conferirá a seus titulares iguais direitos e obrigações nos termos do Regulamento e dos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas Seniores.

Todas as Cotas serão escriturais e serão mantidas em conta de depósito em nome dos Cotistas pelo Agente Escriturador, na qualidade de instituição responsável pela escrituração das Cotas. A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em nome do investidor.

## **8.4 Direitos Patrimoniais**

As Cotas Seniores terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Cotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Cotistas titulares de Cotas Seniores, observado o disposto no item “Da Amortização e do Resgate das Cotas” e no Capítulo XIII do Regulamento. Sem prejuízo do disposto no subitem “Condições Especiais Aplicáveis às Amortizações das Cotas Subordinadas” do item “Da Amortização e do Resgate das Cotas” deste Prospecto e no item 13.7 do Regulamento, como regra geral, as Cotas Subordinadas somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização e/ou resgate das Cotas Seniores em circulação.

## **8.5 Direitos de Voto das Cotas**

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas terão direito de voto, correspondendo cada Cota Senior e cada Cota Subordinada a 1 voto nas Assembleias Gerais.

Enquanto houver Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas em circulação, as Cotas Subordinadas somente terão direito a voto de acordo com o disposto no item “Assembleia Geral de Cotistas” e no Capítulo XII do Regulamento.



## **8.6 Índice de Cobertura**

O Fundo não estará sujeito à observância de índices específicos que indiquem a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor total das Cotas Seniores. No entanto, desde a Primeira Data de Emissão até o resgate integral das Cotas Seniores, o Administrador verificará diariamente, com base nas informações disponibilizadas pelo Custodiante, se a relação entre o valor total correspondente à Reserva de Custos e o valor do Patrimônio Líquido é igual ou superior aos seguintes Índices de Cobertura:

- (i) 0,0179 durante o período compreendido entre a Primeira Data de Emissão e a data da primeira amortização da última série de Cotas Seniores em circulação de cada emissão;
- (ii) 0,0126 durante o período compreendido entre a data da primeira amortização da última série de Cotas Seniores em circulação de cada emissão e a data da segunda amortização da última série de Cotas Seniores em circulação de cada emissão; e
- (iii) 0,0069 durante o período compreendido entre a data da segunda amortização da última série de Cotas Seniores em circulação de cada emissão e a data de resgate integral de todas as Cotas Seniores em circulação de cada emissão.

Em caso de desenquadramento do Fundo em relação a qualquer dos Índices de Cobertura previstos acima, deverão ser observados os procedimentos descritos no Capítulo XV do Regulamento..

## **8.7 Colocação das Cotas Seniores**

As Cotas Seniores de cada emissão serão objeto de Oferta 400 ou Oferta Restrita. Exceto se permitido pela regulamentação em vigor, o Fundo não poderá realizar Ofertas Restritas de Cotas Seniores durante o prazo de até 4 meses contados da data de encerramento da última Oferta Restrita de Cotas Seniores que tenha sido realizada.

Sem prejuízo da observância dos termos e condições estabelecidos no Regulamento, os anúncios de início das Ofertas 400 apresentarão os termos e condições de cada Oferta 400, bem como informarão as condições e os prazos para subscrição e integralização das Cotas Seniores de cada série de cada emissão.

## **8.8 Colocação das Cotas Subordinadas**

As Cotas Subordinadas serão objeto de Oferta Restrita nos termos da Instrução CVM 476 e serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s). O Fundo poderá realizar Ofertas Restritas de Cotas Subordinadas a qualquer momento, inclusive durante o prazo de até 4 meses contados da data de encerramento da última Oferta Restrita de Cotas Subordinadas que tenha sido realizada, desde que referida Oferta Restrita seja destinada exclusivamente aos Cotistas Subordinados e que as referidas Cotas Subordinadas não sejam admitidas para negociação em mercados regulamentados.

## **8.9 Subscrição e Integralização das Cotas**

As Cotas deverão ser subscritas pelo respectivo Preço de Emissão, até a data de encerramento da respectiva Oferta 400 ou Oferta Restrita, conforme prazo estabelecido nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas. No ato da subscrição de Cotas, o subscritor:

- (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização de Cotas, que será autenticado pela sociedade integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários responsável pela Oferta 400 ou pela Oferta Restrita;
- (ii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e do prospecto da Oferta 400 ou da Oferta Restrita, conforme aplicável; e
- (iii) deverá declarar, por meio da assinatura do Termo de Adesão, que recebeu um exemplar atualizado do Regulamento e, se for o caso, do prospecto da Oferta 400, bem como declarar sua condição de Investidor Qualificado e atestar que está ciente, dentre outras coisas, (a) das disposições contidas no Regulamento e, se for o caso, no prospecto da Oferta 400, e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, assim como da política de investimento do Fundo, descritos no Regulamento e, se for o caso, no prospecto da Oferta 400.

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas serão integralizadas à vista, no ato da respectiva subscrição.

As Cotas serão integralizadas pelo respectivo Preço de Integralização, em moeda corrente nacional, (i) por meio do MDA administrado e operacionalizado pela CETIP, ou (ii) por meio de Transferência Eletrônica Disponível do respectivo valor na Conta Autorizada do Fundo.

O Preço de Emissão e o Preço de Integralização de cada série de Cotas Seniores e de cada emissão de Cotas Subordinadas estarão definidos nos respectivos Suplementos.

#### **8.10 Critérios para Apuração do Valor das Cotas Seniores**

A partir do primeiro Dia Útil seguinte à primeira Data de Integralização de Cotas Seniores de cada série de cada emissão, cada Cota Senior de cada série terá seu valor unitário calculado diariamente pelo Custodiante, na abertura de cada Dia Útil, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, de acordo com a fórmula descrita nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas Seniores.

#### **8.11 Critérios para Apuração do Valor das Cotas Subordinadas**

A partir do primeiro Dia Útil seguinte à data da primeira integralização de Cotas Subordinadas no âmbito de cada emissão, cada Cota Subordinada de cada emissão terá seu valor unitário calculado diariamente pelo Custodiante, para fins de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, observado que tal valor será equivalente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido, deduzido o valor atualizado de todas as Cotas Seniores em circulação na ocasião, pelo número total de Cotas Subordinadas em circulação na respectiva data de apuração do seu valor.

#### **8.12 Negociação das Cotas**

As Cotas Seniores serão registradas para distribuição no MDA, sendo negociadas por meio do Módulo CETIP 21, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Na hipótese de negociação das Cotas Seniores em operações conduzidas no mercado secundário nos termos abaixo e do item 11.15 do Regulamento, o agente intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a classificação do novo Cotista como Investidor Qualificado.

Na hipótese de cessão ou transferência das Cotas Seniores, o Cotista vendedor das Cotas Seniores deverá: (a) obter do respectivo adquirente (i) Termo de Adesão devidamente assinado, (ii) declaração de Investidor Qualificado, e (iii) cadastro nos termos da Instrução CVM 301; e (b) enviar imediatamente ao Administrador os documentos de que trata este item.

As Cotas Subordinadas, as quais serão subscritas e integralizadas exclusivamente por Cotista Subordinado nos termos do Regulamento, não serão objeto de negociação, transferência ou qualquer forma de oneração, sendo proibida a sua transferência para ou a sua oneração em benefício de terceiros, (i) salvo mediante prévia aprovação da Assembleia Geral e observado o disposto abaixo, ou (ii) salvo negociação entre os Cotistas Subordinados, que não dependerá de prévia aprovação da Assembleia Geral.

Sem prejuízo do disposto acima, a negociação ou transferência das Cotas Subordinadas em mercado de balcão organizado dependerá de prévio registro na CVM, nos termos da regulamentação em vigor, bem como no MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Sem prejuízo do disposto acima, as despesas relacionadas ao registro das Cotas Subordinadas em sistemas de negociação e relacionadas ao eventual registro das Cotas Subordinadas na CVM, nos termos da regulamentação em vigor, serão consideradas Encargos do Fundo.

### **8.13 Classificação de Risco das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas**

As Cotas Seniores serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco.

A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação das Cotas Subordinadas. Caso a Assembleia Geral aprove o registro das Cotas Subordinadas para negociação em mercado de balcão organizado, observado o disposto no item “Negociação das Cotas” acima e nos itens 11.15 e 11.15.1 do Regulamento, a Agência Classificadora de Risco também deverá ser contratada para realizar a avaliação das Cotas Subordinadas.

O rebaixamento (i) de 2 níveis da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída pela Agência Classificadora de Risco às Cotas Seniores será considerado um Evento de Avaliação, e (ii) de 3 ou mais níveis da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída pela Agência Classificadora de Risco às Cotas Seniores será considerado um Evento de Liquidação Antecipada, implicando a adoção das medidas cabíveis pelo Administrador, nos termos do item “Dos Eventos de Avaliação e dos Eventos de Liquidação Antecipada e dos Eventos de Liquidação Antecipada Imediata” deste Prospecto e do Capítulo XVI do Regulamento.

### **8.14 Da Assembleia Geral de Cotistas**

É da competência da Assembleia Geral:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar o Regulamento, ressalvadas as hipóteses especificamente previstas no inciso (xv) abaixo;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador ou do Custodiante;
- (iv) eleger e destituir representantes dos Cotistas nomeados conforme disposto abaixo e no item 12.3 do Regulamento;

- (v) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de alteração prévia;
- (vi) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação, cisão do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração;
- (vii) deliberar sobre a liquidação do Fundo em qualquer outra hipótese não prevista nos incisos (viii), (ix) e (x) abaixo;
- (viii) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;
- (ix) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar na liquidação antecipada do Fundo;
- (x) deliberar sobre a liquidação do Fundo na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada Imediata;
- (xi) aprovar a emissão de novas Cotas Seniores em montante superior ao Patrimônio Autorizado;
- (xii) aprovar aportes adicionais de recursos no Fundo por meio da emissão de novas Cotas Seniores para adoção de Procedimentos de Cobrança;
- (xiii) alterar os critérios e procedimentos para amortização parcial ou total e resgate das Cotas;
- (xiv) deliberar sobre os procedimentos de entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira como forma de pagamento de amortização e/ou resgate de Cotas Seniores aos Cotistas, observado o disposto no item “Das Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Cotas mediante a Entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e de Ativos Financeiros em Pagamento” deste Prospecto e no Capítulo XIV do Regulamento;
- (xv) alterar a política de investimento do Fundo, os Critérios de Elegibilidade e o *Benchmark* das Cotas Seniores; e
- (xvi) eleger o administrador do condomínio de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros tratado abaixo e no item 14.2.2 do Regulamento.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, correções e ajustes de caráter não material nas definições do Regulamento, bem como em virtude de determinação da CVM, mediante comunicação sobre referida alteração no prazo máximo de 30 dias do envio da nova versão do Regulamento à CVM.

Os Cotistas titulares de Cotas Seniores terão direito a voto em todas as matérias indicadas no primeiro parágrafo deste item e no item 12.1 do Regulamento e, enquanto existirem Cotas Seniores em circulação, os Cotistas Subordinados somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos incisos (ii), (iii), (v), (vi), (vii), (viii), (ix), (xiii), (xiv) e (xv) do primeiro parágrafo deste item e do item 12.1 do Regulamento, observado o disposto no parágrafo abaixo. Todas as deliberações acima referidas serão tomadas em Assembleia Geral.

Os Cotistas Subordinados somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos incisos (viii) e (ix) do primeiro parágrafo deste item e do item 12.1 do Regulamento nas seguintes hipóteses:

- (i) com relação à matéria indicada no inciso (viii) do primeiro parágrafo deste item e do item 12.1 do Regulamento, os Cotistas Subordinados somente terão direito a voto para deliberar se a ocorrência dos seguintes Eventos de Avaliação devem ser considerados como Eventos de Liquidação Antecipada: (i) a (v), (viii), (xvi) e (xvii) do item “Eventos de Avaliação” do item “Dos Eventos de Avaliação e dos Eventos de Liquidação Antecipada e dos Eventos de Liquidação Antecipada Imediata” deste Prospecto e do item 16.1 do Regulamento; e
- (ii) com relação à matéria indicada no inciso (ix) do primeiro parágrafo deste item e do item 12.1 do Regulamento, os Cotistas Subordinados somente terão direito a voto para deliberar se a ocorrência dos seguintes Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar na liquidação antecipada do Fundo: (ii), (iv), (vi) e (viii) do item “Eventos de Liquidação Antecipada” do item “Dos Eventos de Avaliação e dos Eventos de Liquidação Antecipada e dos Eventos de Liquidação Antecipada Imediata” deste Prospecto e do item 16.3 do Regulamento.

Caso não existam Cotas Seniores em circulação, os Cotistas titulares de Cotas Subordinadas terão direito de voto em todas as matérias.

Ressalvado o disposto nos dois parágrafos abaixo e nos itens 12.2.4 e 12.2.5 do Regulamento, nas Assembleias Gerais, as deliberações dependerão da aprovação de Cotistas que representem a maioria das Cotas presentes com direito a voto, em primeira ou em segunda convocação.

As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (iii), (viii), (ix), (x), (xi), (xii), (xiii), (xiv) e (xvi) do primeiro parágrafo deste item e do item 12.1 do Regulamento dependerão da aprovação de Cotistas que representem a maioria das Cotas emitidas e em circulação, em primeira convocação, e da aprovação de Cotistas que representem a maioria das Cotas presentes com direito a voto, em segunda convocação.

As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (v), (vi), (vii), e (xv) do primeiro parágrafo deste item e do item 12.1 do Regulamento dependerão da aprovação de Cotistas que representem a maioria das Cotas Seniores e de Cotistas que representem a maioria das Cotas Subordinadas emitidas e em circulação, em primeira convocação, e da aprovação de Cotistas que representem a maioria das Cotas Seniores e de Cotistas que representem a maioria das Cotas Subordinadas presentes com direito de voto, em segunda convocação.

A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas, nos termos da regulamentação aplicável.

A convocação de Assembleia Geral será feita pelo Administrador, (i) por meio de carta endereçada a cada um dos Cotistas ou (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Cotistas ou (iii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme o item “Divulgação de Informações” deste Prospecto e o item 24.3 do Regulamento, com no mínimo 10 dias de antecedência, no mínimo, quando em primeira convocação e com 5 dias de antecedência, no mínimo, quando em segunda convocação, à data estabelecida para a realização da Assembleia Geral. As convocações deverão sempre indicar o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral, assim como os assuntos a serem tratados.

Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembleia Geral poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

Independentemente das formalidades previstas no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas com direito a voto para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembleia Geral não for realizada na sede do Administrador, as convocações publicadas ou enviadas aos Cotistas deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora da Cidade de São Paulo.

As Assembleias Gerais somente poderão reunir-se pessoalmente. Das Assembleias Gerais serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos Cotistas votantes e devidamente registradas no competente registro de títulos e documentos.

Os Cotistas Subordinados terão direito de comparecer a toda e qualquer Assembleia Geral, independentemente de terem ou não direito a voto com relação à matéria objeto de deliberação.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral poderá reunir-se, a qualquer momento, por convocação realizada a exclusivo critério do Administrador, ou mediante solicitação ao Administrador, de Cotistas com direito a voto com relação à matéria objeto de deliberação que representem, no mínimo, 5% do total das Cotas com direito a voto na referida deliberação, sendo que, na última hipótese, o Administrador será responsável por convocar, em até 10 dias, a Assembleia Geral solicitada pelos Cotistas.

As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de pelo menos 1 Cotista com direito a voto com relação a todas as matérias constantes da ordem do dia.

Somente poderão votar na Assembleia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 ano.

Sem prejuízo do disposto neste Capítulo, inclusive, mas não se limitando, ao direito de voto outorgado ao Cotista titular de Cotas Subordinadas, nos termos deste Capítulo, não terão direito a voto na Assembleia Geral, o Administrador e seus empregados, mesmo na hipótese de deterem Cotas Seniores.

Quaisquer decisões tomadas em Assembleia Geral serão divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 dias contados da sua realização, por meio de (i) carta endereçada a cada um dos Cotistas, ou (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Cotistas, ou (iii) publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme o item “Divulgação de Informações” deste Prospecto e o item 24.3 do Regulamento.

## **8.15 Da Amortização e do Resgate das Cotas**

### **8.15.1 Condições Gerais e Forma de Pagamento de Amortizações e Resgates**

A distribuição de principal e quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Cotistas será feita exclusivamente mediante amortização ou resgate de Cotas, observado o disposto neste item e nos itens “Das Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Cotas mediante a Entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e de Ativos Financeiros em Pagamento” e “Da Amortização Extraordinária para fins de Enquadramento do Índice de Cobertura, da Alocação Mínima de Investimento e da Política de Investimento” deste Prospecto, bem como nos Capítulos XIII, XIV e XV do Regulamento. Cada série de Cotas Seniores será amortizada anualmente, em observância aos cronogramas e critérios de pagamento de amortização e resgate previstos nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas Seniores.

Quaisquer pagamentos aos Cotistas a título de amortização de Cotas Seniores deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Cotas Seniores da respectiva série, em benefício de todos os Cotistas titulares das Cotas Seniores objeto de amortização. Quaisquer pagamentos aos Cotistas a título de amortização de Cotas Subordinadas deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Cotas Subordinadas, em benefício de todos os Cotistas titulares de Cotas Subordinadas.

Observado o disposto nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão, (i) as Cotas Seniores referentes a cada série de cada emissão somente serão resgatadas após o pagamento integral das parcelas de amortização das Cotas Seniores emitidas e em circulação referentes à respectiva série ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro, e (ii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral do resgate das Cotas Seniores emitidas e em circulação ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, todas as Cotas Seniores de uma determinada série poderão ser objeto de Resgate Compulsório pelo Administrador na ocorrência de qualquer Evento de Suspensão, observados os termos e condições estabelecidos no Regulamento e nos respectivos Suplementos.

Na ocorrência de qualquer Evento de Suspensão, o Administrador comunicará a totalidade dos Cotistas Seniores da série afetada no prazo de até 3 Dias Úteis e providenciará o pagamento do valor do Resgate Compulsório aos respectivos Cotistas Seniores, a ser pago na Data de Amortização ou Data de Resgate da respectiva série, conforme cronograma previsto no respectivo Suplemento, na medida em que o Fundo tenha recursos para tanto, pelo valor de abertura das Cotas Seniores no dia do pagamento, calculado na forma do Regulamento.

As Cotas objeto de resgate serão canceladas.

Os pagamentos das parcelas de amortização ou de resgate das Cotas serão efetuados em moeda corrente nacional, pelo valor da Cota de abertura no dia do pagamento, calculado nos termos do Regulamento e dos respectivos Suplementos, mediante depósito em conta corrente de titularidade dos Cotistas realizado por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central, ou por meio da CETIP, conforme o caso, sendo que, no caso de amortização, o valor das Cotas será reduzido à razão do valor efetivamente amortizado.

Quando a data estabelecida para pagamento de amortização ou resgate de Cotas cair em dia que não seja Dia Útil, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil seguinte, pelo valor da Cota de abertura no dia do pagamento.

As Cotas serão amortizadas conforme o disposto neste item, no Capítulo XIII do Regulamento e nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas Seniores, sendo resgatadas integralmente somente na Data de Resgate. Na Data de Resgate, os valores mantidos na Conta Autorizada do Fundo, observada a ordem de preferência das Cotas e a ordem de alocação de recursos previstas no Regulamento, serão destinados ao pagamento do resgate das Cotas.

#### *8.15.2 Condições Especiais Aplicáveis às Amortizações das Cotas Subordinadas*

Em cada Data de Amortização de Cotas, desde que não haja um Evento de Avaliação, Evento de Liquidação Antecipada ou Evento de Liquidação Antecipada Imediata em andamento, os Cotistas Subordinados poderão ter a Amortização Extraordinária de suas Cotas Subordinadas, em moeda corrente nacional, mediante solicitação por escrito ao Administrador, com antecedência de 5 Dias Úteis, desde que, após o pagamento extraordinário de amortização das Cotas Subordinadas de que trata este parágrafo, o Índice de Cobertura seja mantido conforme estabelecido no Regulamento.

#### **8.16 Das Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Cotas mediante a Entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e de Ativos Financeiros em Pagamento**

Observado o disposto abaixo e no item 14.2 do Regulamento, caso o Fundo não detenha, na data de liquidação do Fundo, recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate devido às Cotas em circulação, as Cotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a entrega de parte ou da totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira em pagamento aos Cotistas. Nesta hipótese, o resgate deverá ocorrer fora do ambiente da CETIP.

Qualquer entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e/ou Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos Cotistas deverá ser realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando a proporção do número de Cotas detido por cada um dos Cotistas no momento do rateio em relação ao Patrimônio Líquido, observados os exatos termos dos procedimentos estabelecidos neste Capítulo.

Para fins do disposto neste Capítulo, as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Cotas Subordinadas em circulação, observado que as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral das Cotas Seniores.

A Assembleia Geral deverá deliberar sobre os procedimentos de entrega dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira como forma de pagamento aos Cotistas pelo resgate de suas Cotas, observado o *quorum* de deliberação de que trata o item “Assembleia Geral de Cotistas” deste Prospecto e o Capítulo XII do Regulamento e a regulamentação aplicável.

Na hipótese da Assembleia Geral referida no parágrafo acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de entrega dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros em pagamento aos Cotistas, para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios Elegíveis e os Ativos Financeiros serão entregues em pagamento aos Cotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o valor total das Cotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

O Administrador deverá notificar os Cotistas (i) por meio de carta endereçada a cada um dos Cotistas, ou (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Cotistas, ou (iii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme o item “Divulgação de Informações” deste Prospecto e o item 24.3 do Regulamento, para que os Cotistas elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros, na forma do artigo 1.323 do Código Civil, informando a proporção de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros a que cada Cotista faz jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Cotistas após a constituição do condomínio.

Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio dentro do prazo de 10 dias contados da notificação acima referida, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em circulação.



O Custodiante fará a guarda dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos respectivos Documentos Comprobatórios e Ativos Financeiros pelo prazo improrrogável de 30 dias contado da data da realização da Assembleia Geral tratada acima e no item 14.2 do Regulamento, dentro do qual o administrador do condomínio indicará ao Custodiante hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios Elegíveis, Documentos Comprobatórios respectivos e Ativos Financeiros. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos Creditórios Elegíveis, dos Documentos Comprobatórios respectivos e dos Ativos Financeiros, na forma do artigo 334 do Código Civil.

## **8.17 Da Amortização Extraordinária para fins de Enquadramento do Índice de Cobertura, da Alocação Mínima de Investimento e da Política de Investimento**

### *8.17.1 Desenquadramento do Índice de Cobertura*

Sem prejuízo do disposto no item “Condições Especiais Aplicáveis às Amortizações das Cotas Subordinadas” do item “Da Amortização e do Resgate das Cotas” deste Prospecto e no item 13.7 do Regulamento, o Administrador confirmará, diariamente, se o Índice de Cobertura está sendo mantido nos termos do subitem “Índice de Cobertura” do item “Das Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Cotas” deste Prospecto e do item 11.6 do Regulamento.

Caso seja constatado eventual desenquadramento do Índice de Cobertura, o Administrador comunicará imediatamente a ocorrência de tal fato aos Cotistas Subordinados e realizará emissão de novas Cotas Subordinadas para subscrição e integralização pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s), para fins de reenquadramento do Índice de Cobertura, sem necessidade de autorização prévia da Assembleia Geral.

Caso os Cotistas Subordinados não integralizem as novas Cotas Subordinadas no prazo de até 15 Dias Úteis contados da data de recebimento da comunicação do Administrador de que trata o parágrafo acima, de forma a permitir o reenquadramento ao Índice de Cobertura, o Administrador poderá realizar, uma única vez durante todo o Prazo de Duração, Amortização Extraordinária de Cotas Seniores para reenquadramento do Índice de Cobertura, conforme disposto no item “Amortização Extraordinária” abaixo e nos itens 15.4 e 15.5 do Regulamento.

### *8.17.2 Amortização Extraordinária*

O Administrador poderá realizar, a qualquer tempo e em igualdade de condições, a Amortização Extraordinária das Cotas Seniores em circulação, pelo valor atualizado das Cotas Seniores em circulação na data da Amortização Extraordinária, calculado de acordo com o disposto no Regulamento e nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura, à Alocação Mínima de Investimento e/ou à política de investimento descrita no item “Da Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira do Fundo” deste Prospecto e no Capítulo VIII do Regulamento, observado o disposto no subitem “Desenquadramento do Índice de Cobertura” do item “Da Amortização Extraordinária para fins de Enquadramento do Índice de Cobertura, da Alocação Mínima de Investimento e da Política de Investimento” deste Prospecto e no item 15.3 do Regulamento.

Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária nos termos do parágrafo acima, todos os Cotistas serão previamente notificados pelo Administrador, por escrito, por carta ou e-mail com, no mínimo, 1 Dia Útil de antecedência, inclusive sobre o valor total esperado no âmbito de cada Amortização Extraordinária.

Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional e em igualdade de condições.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**9. VISÃO GERAL DO SETOR DE SERVIÇOS CORPORATIVOS DE RELACIONAMENTO COM  
CLIENTES**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## VISÃO GERAL DO SETOR DE SERVIÇOS CORPORATIVOS DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES

### 9.1 Introdução

As atividades empresariais, especialmente as que tratam diretamente com o público consumidor, têm a necessidade de aprimorar constantemente seus canais de comunicação e atendimento. O setor de serviços corporativos dedicados à gestão de relacionamento com cliente (*Customer Relationship Management - CRM*) oferece soluções para o melhor conhecimento dos clientes, contribuindo para sua fidelização e o consequente desenvolvimento dos negócios. A maior compreensão das necessidades de clientes também tem importância estratégica e comercial, na medida em que auxilia a antecipação de possíveis mudanças ou tendências nos mercados de atuação de cada empresa.

Os serviços corporativos de gestão de relacionamento com cliente podem ser divididos em três grandes segmentos: *contact center*, soluções de T.I. e *trade marketing*.

### 9.2 Segmentos de Mercado

#### 9.2.1 Mercado de Contact Center

O mercado de *contact center* compreende os serviços de aquisição de clientes, manutenção da carteira, atendimento, recuperação de crédito e expansão de relacionamento.

No Brasil, o segmento de *contact center* terceirizado é bastante competitivo e operado por grandes players. A Contax é o maior deles: detém 30% de *market share* atuando principalmente nos segmentos de atendimento ao consumidor, vendas e cobrança. Em abril de 2011, a Contax passou a incorporar em suas atividades a prestação de serviços para outros países da América Latina.

#### 9.2.2 Mercado de TI pra relacionamento com clientes

O mercado de soluções de tecnologia para relacionamento com clientes compreende serviços como o atendimento de chamadas para a correção de problemas com produtos de consumo, auxílio com problemas de *software* e *hardware*, inclusive para *back-office*, suporte a clientes de provedores de serviços de Internet (ISP) para acesso discado e de banda larga e administração de *help desks* de TI para pessoas jurídicas.

O mercado de T.I. endereçável, no Brasil, é estimado em aproximadamente R\$2,0 bilhões (dados de 2010). A Todo, integrante do Grupo Contax, faturou R\$ 238,2 milhões em 2012, detendo aproximadamente 12% de seu mercado.

#### 9.2.3 Mercado de Trade Marketing

O segmento de *trade marketing* compreende os serviços de planejamento, orientação, criação, implantação, operacionalização e acompanhamento de todas as etapas de uma ação no ponto de venda (PDV) ou em um canal de distribuição, com o objetivo de viabilizar as estratégias e resultados de vendas esperados pelos seus contratantes.

No mercado há treze anos, a Ability, sociedade integrante do Grupo Contax, é uma das maiores empresas de *trade marketing* do Brasil. Com uma oferta de serviços diferenciada e consultiva, a Ability tem como uma de suas competências-chave o treinamento de pessoas.

Criada em 2000, inicialmente para atender as demandas de *contact center* da Telemar, a Contax ampliou e diversificou sua carteira ao longo dos anos, apresentando forte crescimento em clientes de alto volume e alta complexidade tendo se consolidado como uma das maiores empresas do mercado de serviços corporativos do Brasil.

As expressivas sinergias com o setor de telefonia se traduziram em uma relação comercial duradoura entre a Contax e a Oi, a Telemar Norte Leste, e a Oi Móvel.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

#### **10. CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

### 10.1 Breve Descritivo do Cedente

O Cedente é uma companhia fechada, subsidiária integral da Contax Participações, tendo como objeto social: (i) teleatendimento em geral, estando compreendidos, dentre estes, os serviços de teleatendimento ativo e receptivo; (ii) serviços de valores adicionados suportados por telecomunicações, tais como, mas sem limitar, àqueles aqui descritos: (a) recuperação de créditos; (b) retenção de clientes; (c) esclarecimento de dúvidas; (d) solução de reclamações; (e) prestação de informações; e (f) suporte aos serviços de teleatendimento ativo e receptivo; (iii) intermediação da venda de produtos e serviços dos clientes do Cedente por telefone, e-mail e demais meios de comunicação; (iv) execução de serviços de mala direta; (v) consultoria técnica especializada, incluindo, mas sem se limitar aos exemplos aqui descritos: (a) a elaboração de projetos de teleatendimento; (b) cursos; e (c) treinamentos especializados objetivando aprimorar os recursos humanos utilizados na execução dos serviços; (vi) suporte à entrega dos serviços prestados pelos clientes do Cedente, incluindo-se dentre estes, mas sem estarem limitados àqueles aqui descritos (a) monitoramento das plataformas de telecomunicações e de redes; (b) a designação de números de terminais telefônicos e facilidades de rede; (c) a triagem; e (d) todos os demais serviços de apoio que se façam necessários às operações desenvolvidas pelo Cedente; (vii) desenvolvimento de soluções tecnológicas utilizadas na prestação dos serviços de teleatendimento ativo e receptivo, incluindo o desenvolvimento de softwares sob encomenda; (viii) atendimento pessoal em lojas dos clientes do Cedente objetivando a prestação dos serviços previstos nos itens (i), (ii), e (vi) acima; e (ix) participação em sociedades civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista.

Criada em 2000, inicialmente para atender as demandas de *contact center* da Telemar Norte Leste, a Contax ampliou e diversificou sua carteira ao longo dos anos, apresentando forte crescimento em clientes de alto volume e alta complexidade tendo se consolidado como uma das maiores empresas do mercado de serviços corporativos do Brasil.

Atualmente, com uma atuação consultiva e personalizada que a diferencia das demais empresas do mercado, a Contax se constitui parte do ecossistema e da cadeia de entrega de seus clientes e contribui para o desenvolvimento de seus negócios.

A maior parte de sua atividade está concentrada nos segmentos de atendimento ao consumidor, recuperação de crédito, televendas, retenção, *back-office*, serviços de tecnologia e *trade marketing*. A Companhia possui mais de 200 clientes corporativos e sua estratégia de negócios busca o desenvolvimento das relações de longo prazo com seus clientes. Grandes companhias de diversos setores utilizam seus serviços, como telecomunicações, financeiro, *utilities*, serviços, varejo, entre outros. Em dezembro de 2012, a Contax possuía 107,2 mil colaboradores e 48 mil estações de trabalho, distribuídos em 4 países: Brasil, Colômbia, Argentina e Peru.

Além disso, o Grupo Contax é um dos maiores grupos em serviços corporativos do mundo, líder em *contact center* e cobrança no Brasil, sendo a única companhia de BPO (*Business Process Outsourcing*) especializada, de forma abrangente, na gestão do relacionamento com consumidor (CRM).

### 10.2 Informações Financeiras e Operacionais da Contax

As demonstrações financeiras da Contax relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 poderão ser obtidas na sede da Contax, na página da Contax Participações na rede mundial de computadores ([ri.contax.com.br](http://ri.contax.com.br)) e no Sistema IPE/CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - no item "Cias Abertas e Estrangeiras", selecionar subitem "ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações". No link, digitar "Contax Participações S.A." e clicar em "Continuar". Em seguida, clicar em "Contax Participações S.A." e selecionar "Dados Econômico-Financeiros". Clicar em "download" das demonstrações financeiras desejadas).

### 10.3 Capital Social

O capital social da Contax na data deste Prospecto é de R\$ 223.900.000,00, representado por 309.550.226 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

Abaixo é apresentada a composição acionária da Contax:

Acionistas	Ações Ordinárias %	Total de Ações %
Contax Participações S.A.	100%	100,000
Outros	0,000	0,000
Tesouraria	0,000	0,000
<b>TOTAL</b>	<b>100,000</b>	<b>100,000</b>

### 10.4 Atividades do Cedente

A Contax atua em múltiplos pontos da cadeia de relacionamento entre o cliente contratante e seus consumidores finais. Seu portfólio de produtos envolve soluções de *contact center* para a aquisição de clientes, manutenção da carteira, atendimento, recuperação de crédito e expansão de relacionamento; oferta de tecnologia para o relacionamento com clientes; soluções de *back office* (produtos e serviços para atividades de retaguarda); e atendimento presencial. A Contax também oferece outros serviços, como envio de mailing, operações de apoio e pesquisas, entre outros.

O organograma abaixo demonstra a estrutura societária adotada pelo Grupo Contax para a prestação dos serviços corporativos de relacionamento com cliente:



Os serviços fornecidos pela Contax podem ser divididos em 3 segmentos operacionais, identificados pelas subsidiárias da Contax que atuam diretamente na prestação de serviço: (a) Prestação de serviços de tele atendimento em geral (Contax, Allus e Contax-Mobitel); (b) Prestação de serviços de tecnologia da informação em geral e de informática (Todo!); e (c) Prestação de serviços de agenciamento de publicidade e propaganda (Ability).

Para uma melhor compreensão do escopo de cada serviço prestado pela Contax, vide a descrição abaixo:

- ✓ Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). As soluções de atendimento ao consumidor da Contax são voltadas para assegurar a excelência das operações e o entendimento dos motivos pelos quais os consumidores entram em contato com a companhia, seguidos por recomendações específicas para melhorar o atendimento ao consumidor. Desenvolvemos, também, estratégias de *cross selling* e *up selling* no âmbito de esforços de atendimento ao consumidor e identifica oportunidades de automatização. As soluções de atendimento ao consumidor da Contax são segmentadas em resposta de voz interativa (IVR), serviços pessoais (B2C e B2B), suporte técnico, suporte de campo e operações de apoio.
- ✓ Televendas. Serviço voltado para o fornecimento de soluções eficientes para atrair novos clientes (seja utilizando uma abordagem ativa, reativa ou mista) e melhorar o retorno da carteira de clientes atual, sempre focando nas características específicas de cada consumidor e seu mercado-alvo. A Contax busca atingir estes objetivos através do (i) contato eficiente, por meio de discadores automáticos (sistemas computadorizados que discam automaticamente números de telefone) e melhoria das listas de contato, e (ii) pela qualidade dos atendentes, obtido através do recrutamento de acordo com o perfil adequado de funcionários em potencial, treinamento periódico e motivação.
- ✓ Cobrança. A Contax elabora estratégias de cobrança junto com seus clientes, em busca da maximização de resultados, enfatizando a retenção de clientes. Participamos desde o início do desenvolvimento da estratégia de cobrança de nossos clientes até a efetiva execução da estratégia, utilizando filtros de mailing (sistemas que priorizam contatos e determinam o tipo de serviço que cada consumidor irá receber), discadores automáticos e outras ferramentas de contato automático, tais como correio de voz (*voice mail*) e serviço de mensagens curtas (SMS), normalmente enviadas para aparelhos portáteis sem fio, para maximizar as chances de contato, assim como modelos de comportamento que nos permitem classificar o risco de cada cliente e identificar as técnicas mais eficientes de interação. Com o objetivo de melhorar nosso desempenho, são utilizados programas-piloto para testar a eficiência estatística de determinadas ferramentas e estratégias.
- ✓ Suporte técnico. A Contax oferece também suporte técnico completo de produtos para os consumidores dos nossos clientes. Isso inclui, por exemplo, o atendimento de chamadas para a correção de problemas com produtos de consumo, auxílio com problemas de software e hardware, suporte a clientes de provedores de serviços de Internet (ISP) para acesso discado e de banda larga e administração de *help desks* de TI para pessoas jurídicas. Para tais serviços, é utilizado pessoal qualificado com formação técnica especializada em equipes dedicadas.
- ✓ Retenção. A Contax fornece serviços de retenção aos clientes contratantes, seja através do convencimento de seus consumidores a não cancelar um serviço, ou através da observação do comportamento dos consumidores e efetivação de medidas preventivas cabíveis para evitar pedidos de cancelamento. A Contax ainda colabora com seus clientes através do mapeamento das opiniões de seus consumidores, em um esforço para assegurar a adoção de estratégias adequadas para inverter a intenção de cancelar serviços.

## 10.5 Experiência Prévia em Securitização

Na data deste Prospecto, o Cedente não possuía prévia experiência como cedente em outras operações de securitização.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **11. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS SACADAS**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS SACADAS

As Sacadas são sociedades por ações que atuam na exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias, ou úteis à execução desses serviços, de acordo com as concessões, autorizações ou permissões que lhe foram outorgadas. A Oi é controladora da Telemar Norte Leste e da Oi Móvel e, portanto, tais controladas podem ser impactadas adversamente por fatores de risco que afetem sua controladora. **Para maiores informações sobre os fatores de riscos a que se sujeitam as Sacadas, vide a Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.**

As características gerais dos negócios desenvolvidos por cada Sacada encontram-se resumidas abaixo:

### 11.1 Oi

A Oi é uma companhia aberta, controlada diretamente pela Telemar Participações Ltda., e atua como concessionária responsável pelo Serviço Telefônico Fixo Comutado na Região II do Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. Nessa área, a Companhia presta desde julho de 1998 o Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades local e de longa distância nacional intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões. Na modalidade local, o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005.

Os contratos de concessão vigentes, na modalidade de serviços local e de longa distância entraram em vigor a partir de julho de 2011, com vigência até 31 de dezembro de 2025. Os contratos de concessão preveem que a ANATEL pode modificar os seus termos, em 2015 e 2020, e pode rescindi-los antes do vencimento.

A Oi, empresa pioneira na prestação de serviços convergentes no País, oferece transmissão de voz local e de longa distância, telefonia móvel, banda larga e TV por assinatura. A Oi está presente em todo o território nacional. Em dezembro de 2013, a empresa possuía 74,5 milhões de Unidades Geradoras de Receitas (UGRs). Deste total, 47,7 milhões estavam no segmento Móvel Pessoal, 17,8 milhões no segmento Residencial, 8,2 milhões no segmento Empresarial/Corporativo e 655 mil Telefones de Utilidade Pública (TUP).

Pelo sexto ano consecutivo, a Oi integra o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA, refletindo o alto grau de comprometimento desta companhia com a responsabilidade social e a adoção de práticas gerenciais sustentáveis. A companhia integra também, pelo terceiro ano consecutivo, a carteira do Índice de Carbono Eficiente (ICO2) da BM&FBOVESPA. Este ano, a Oi passou a fazer parte da carteira do índice Dow Jones Sustainability Index, na categoria Mercados Emergentes.

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado pela Oi em 20 de fevereiro de 2014, foram celebrados instrumentos contratuais definitivos que descrevem as etapas necessárias à implementação da união, em uma única companhia, das atividades e negócios desenvolvidos pela Oi no Brasil e pela Portugal Telecom SGPS S.A. (“Portugal Telecom”) em Portugal e na África, consolidando a aliança industrial entre a Oi e a Portugal Telecom iniciada em 2010 e combinando as bases acionárias da Oi, da Portugal Telecom e da Telemar Participações S.A. (“Telpart”).

Como etapa da união acima descrita, foi realizada uma oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Oi, com vistas à realização de aumento de capital estimado em, aproximadamente, R\$14 bilhões (“Oferta Pública”). A Oferta Pública foi realizada sob regime de garantia firme de liquidação outorgada pelos seus coordenadores à Oi e contou com compromisso (i) da Portugal Telecom de subscrição de parcela do aumento de capital, com a integralização em bens, por meio da contribuição à Oi das participações acionárias nas sociedades que detêm a totalidade dos (a) ativos operacionais da Portugal Telecom, exceto as participações direta ou indiretamente detidas na Oi, e na Contax Participações S.A., e (b) passivos da Portugal Telecom na data da contribuição, conforme considerados no laudo de avaliação elaborado pelo Banco Santander (Brasil) S.A., aprovado em assembleia geral de acionistas da Oi realizada em

27 de março de 2014 ("Ativos PT"), e (ii) do Caravelas Fundo de Investimento em Ações, veículo de investimento administrado e gerido por Banco BTG Pactual S.A., de subscrição de parcela do aumento de capital equivalente à diferença entre R\$ 2 bilhões e os valores das ordens de subscrição colocadas na Oferta Pública por acionistas da Telpart.

Para mais informações sobre o assunto, ver o inteiro teor do Fato Relevante datado de 20 de fevereiro de 2014, do Anúncio de Encerramento datado de 06 de maio de 2014 e do Comunicado ao Mercado datado de 16 de maio de 2014, disponível na página da Oi na rede mundial de computadores ([ri.oi.com.br](http://ri.oi.com.br)) e no Sistema IPE/CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - no item "Cias Abertas e Estrangeiras", selecionar subitem "ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações". No link, digitar "Oi S.A." e clicar em "Continuar". Em seguida, clicar em "Oi S.A." e selecionar "Fato Relevante" ou "Comunicado ao Mercado". Clicar em "download" do respectivo documento).

As demonstrações financeiras da Oi relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 poderão ser obtidas na sede da Oi, na página da Oi na rede mundial de computadores ([ri.oi.com.br](http://ri.oi.com.br)) e no Sistema IPE/CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - no item "Cias Abertas e Estrangeiras", selecionar subitem "ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações". No link, digitar "Oi S.A." e clicar em "Continuar". Em seguida, clicar em "Oi S.A." e selecionar "Dados Econômico-Financeiros". Clicar em "download" das demonstrações financeiras desejadas).

Na data deste Prospecto, a Oi não possuía prévia experiência como sacada em outras operações de securitização.

## **11.2 Telemar Norte Leste**

A Telemar Norte Leste é companhia fechada, subsidiária integral da Oi, que atua como prestadora de serviços de telefonia fixa em sua área de atuação - Região I - que compreende os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá (exceto no Setor 3 da referida região, que corresponde a 57 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais, onde a CTBC - Companhia de Telecomunicações do Brasil Central opera).

A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL. A Telemar Norte Leste, também, detém Concessão da ANATEL para a prestação do serviço de longa distância nacional na mesma região.

Em 9 de julho de 2007, foram publicados no Diário Oficial da União (DOU) os aditivos contratuais que contemplaram a transferência da TNL PCS S.A. para a Telemar Norte Leste das autorizações para exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades: (i) LDN - Longa Distância Nacional: na Região II, Região III e no Setor 3 da Região I e (ii) LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro.

Os contratos de concessão vigentes, na modalidade de serviços local e de longa distância entraram em vigor a partir de julho de 2011, com vigência até 31 de dezembro de 2025 e poderão ser modificados em 2015 e 2020.

As demonstrações financeiras da Telemar Norte Leste relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 encontram-se no Anexo VI deste Prospecto.

Na data deste Prospecto, a Telemar Norte Leste não possuía prévia experiência como sacada em outras operações de securitização.

## **11.3 Oi Móvel**

A Oi Móvel é uma companhia fechada, subsidiária integral da Telemar Norte Leste, que opera desde o quarto trimestre de 2004 na prestação do Serviço Móvel Pessoal, tendo autorização para atender a Região II do Plano Geral de Autorizações.



Após ter incorporado a TNL PCS S.A no primeiro trimestre de 2014, a Oi Móvel passou a deter, além da autorização descrita acima, autorização da Anatel para prestação do Serviço Móvel Pessoal nas Regiões I e III do Plano Geral de Autorização, autorização para prestação do Serviço de TV em determinados municípios do Estado de Minas Gerais (Barbacena, Belo Horizonte, Poços de Caldas e Uberlândia) e DTH (distribuição via satélite) em âmbito nacional, bem como a autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia.

A autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal vigora por prazo indeterminado.

As demonstrações financeiras da Oi Móvel relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 encontram-se no Anexo VII deste Prospecto.

Na data deste Prospecto, a Oi Móvel não possuía prévia experiência como sacada em outras operações de securitização.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **12. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA 400**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA 400

### 12.1 Informações sobre as Partes

#### 12.1.1 Coordenador Líder

O Itaú BBA é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 3º ao 8º andar, CEP 04538-132, Bairro Itaim Bibi.

O Itaú BBA é um banco de atacado brasileiro com ativos na ordem de R\$295,8 bilhões e uma carteira de crédito de R\$169,1 bilhões em 31 de março de 2014. O banco faz parte do grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA é responsável por prover serviços financeiros para grandes empresas. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, Bogotá, Lisboa, além de escritórios de representação em Lima, Bogotá, Nova Iorque, Frankfurt, Paris, Luxemburgo, Madri, Londres e Xangai.

A área de Investment Banking oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável, além de fusões e aquisições.

De acordo com a ANBIMA, o Itaú BBA tem apresentado liderança consistente no ranking de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004 a 2013, com participação de mercado entre 19% e 55%. Até março de 2014 o Itaú BBA liderava novamente o ranking de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, ocupando o 1º lugar. Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Em 2012, o Itaú BBA foi escolhido como o Banco mais inovador da América Latina pela The Banker e também como melhor banco de investimento da América Latina pela Global Finance. Em 2013 o Itaú BBA foi escolhido como melhor banco de investimento e de títulos de dívida da América Latina pela Global Finance.

Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures de Cemig Geração e Transmissão (R\$500 milhões), debêntures de infraestrutura de Vale (R\$ 1 bilhão), debêntures de Natura (R\$600 milhões) e Centrovias e Vianorte (R\$400 e R\$ 150 milhões respectivamente), entre outras. Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as operações da Mills (R\$ 200 milhões), Nattca (duas operações, de R\$180 milhões e R\$160 milhões), BR Malls (R\$ 500 milhões), Ecorodovias Infraestrutura e Logística (R\$ 550 milhões) e Natura (R\$400 milhões), entre outras. Destacam-se ainda as operações de FIDC de Chemical (R\$ 490 milhões), do, do Banco Volkswagen (R\$ 1 bilhão), da CEDAE (R\$1,14 bilhões), FIDC Insumos Básicos da Indústria Petroquímica II (R\$500 milhões), CRI RB Capital com risco BR Malls (R\$ 403 milhões), CRI Brazilian Securities com risco Direcional Engenharia (R\$ 101 milhões) e CRI RB Capital com risco Petrobrás Distribuidora (R\$ 512 milhões). No segmento de renda fixa internacional, em 2013, o Itaú BBA participou como joint-bookrunner de 24 ofertas de bonds, cujo montante total alcançou mais de US\$24 bilhões. Dentre as operações recentes em que o Itaú BBA atuou como sole-bookrunner ou joint-bookrunner, destacam-se as ofertas de Masisa (US\$300 milhões) Gerdau (US\$500 milhões), YPF (US\$1 bilhão), JBS (US\$750 milhões), Minerva (US\$300 milhões), Banco Daycoval (US\$500 milhões), Odebrecht Oil&Gas (US\$580 milhões), entre outras. Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de deposit receipts, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa, conforme divulgado pela agência "Institutional Investor".

Em 2013, o Itaú BBA atuou como coordenador e bookrunner de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$23 bilhões. No ranking da ANBIMA, o banco fechou o ano de 2013 em primeiro no ranking de originação e número de ofertas, com participação no mercado de 19,7%.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2013 o Itaú BBA participou de operações de debêntures, notas promissórias e securitização que totalizaram mais de R\$32 bilhões. De acordo com o ranking da ANBIMA, em 2013 o Itaú BBA estava classificado em primeiro lugar no ranking de distribuição de operações em renda fixa e securitização. A participação de mercado somou 26%. Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso a investidores para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários.

Na área de fusões e aquisições, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 38 transações até Novembro de 2013, ocupando o 2º lugar no ranking Thomson Reuters em volume de operações e acumulando um total de US\$ 11,8 bilhões.

#### *12.1.2 Custodiante*

O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 anos.

O Itaú Unibanco S.A. tem profundo conhecimento do mercado financeiro local, ampla gama de clientes e grande capilaridade, o que potencializa sua capacidade de atuação como Coordenador Líder da Oferta das Cotas do Fundo. Atua, de modo competitivo e independente, em todos os segmentos do mercado financeiro, oferecendo um leque completo de soluções, serviços, produtos e consultoria especializada. Os clientes do Itaú Unibanco contam com mais de 3.900 pontos de atendimento e 32.700 caixas eletrônicos em todo o Brasil.

Pioneiro no desenvolvimento de produtos e serviços para o mercado de capitais, com uma estrutura totalmente dedicada e capacitada para prover serviços de alta qualidade e grande número de serviços agregados, o Itaú Unibanco atua há mais de 10 anos na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos e clubes de investimento e carteiras administradas. O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais. A estratégia de investir constantemente na qualificação das equipes, excelência dos serviços, tecnologia e soluções inovadoras levou o Itaú Unibanco a conquistar o prêmio de único custodiante local "Top Rated" no Brasil e "Best in Class" em 9 das 10 categorias analisadas pela pesquisa, segundo a revista Global Custodian (Edição Winter 2009, 2009 Agent Banks in Emerging Markets Survey / Melhor Prestador de Serviços de Custódia Local do Mercado Brasileiro).

O Itaú Unibanco obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de: (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos offshore. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a: (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

Conforme dados da ANBIMA de abril de 2010, o Itaú Unibanco possui, atualmente, R\$ 679 bilhões em ativos sob custódia e R\$ 769 bilhões em ativos sob controladoria, o que o posiciona como o maior custodiante e controlador de ativos do país. Com mais de 1.000 (mil) contratos firmados, o Itaú Unibanco é líder na prestação de serviços de controladoria passivo para fundos e clubes de investimento, processando mais de 3.200 fundos e clubes diariamente, com um volume de mais de 2,2 milhões de cotistas. Especificamente no segmento de fundações, seguradoras, empresas e demais investidores institucionais, o Itaú Unibanco possui mais de R\$ 178 (cento e setenta e oito) bilhões de ativos sob custódia. Em relação aos fundos de investimento imobiliário, o Itaú Unibanco é responsável pela custódia de R\$ 840 milhões de ativos.

### **Tecnologia e sistemas**

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais subcontrata a área de tecnologia do Grupo Itaú, representada pelo Centro Técnico e Operacional (CTO), para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O CTO mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras sob a gestão do ITAÚ UNIBANCO S.A. e/ou suas Partes Relacionadas e vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente trabalham em estrutura de servidores de banco de dados independentes.

### **Sistemas de back-up**

O Custodiante utiliza-se de recursos de back-up baseados em softwares empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de disaster recovery on-line, utilizando duplicidade de hardware e software e replicação online de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de hardware e software dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de back-up como a de disaster recovery estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de disaster recovery consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do site normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

### **Políticas de compliance e controles internos**

A Área de Mercado de Capitais possui uma superintendência de compliance própria para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas, bem como as normas aplicáveis definidas pelo BACEN. Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO9000. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral.

## **Principais Atribuições do Custodiante**

O serviço de custódia qualificada prestada pelo Custodiante compreende a liquidação física e financeira dos títulos e valores mobiliários e ativos financeiros que integram a carteira do Fundo, sua guarda, bem como a administração e informação de eventos associados a esses ativos.

O Custodiante também é a instituição responsável pelas atividades de tesouraria, controle e processamento dos ativos financeiros que serão objeto de investimento pelo Fundo.

## **12.2 Relacionamento entre as Partes**

### *12.2.1 Relacionamento entre o Cedente e o Administrador*

Na data deste Prospecto, o Administrador não mantinha qualquer relacionamento societário com o Cedente.

O Cedente, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, incluindo o Administrador. Tais relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros entre outros.

### *12.2.2 Relacionamento entre o Cedente e o Custodiante*

Na data deste Prospecto, o Custodiante não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Cedente.

O Cedente, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, incluindo o Custodiante. Tais relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros entre outros.

### *12.2.3 Relacionamento entre o Cedente e o Coordenador Líder*

- (i) 5 fianças com a Contax e com suas subsidiárias integrais garantindo dívidas com processos fiscais e trabalhistas, totalizando exposição de R\$24.720.721,24 em 31/12/2013, com contratação entre 22/10/2012 e 01/11/2013, vencimento indeterminado. As comissões variam entre 0,70%aa a 1.60%aa;
- (ii) 4 Fianças com a Contax e com suas subsidiárias integrais garantindo obrigações de prazo determinado com BNDES e referentes a contrato de locação, totalizando exposição de R\$268.096.152,10 em 31/12/2013, com contratação entre 06/05/2011 e 02/09/2013, vencimento entre 08/04/2014 a 16/11/2017. As comissões variam entre 0,58%aa a 1.50%aa;
- (iii) 2 contas garantidas, totalizando R\$8MM com abertura em 21/10/2013 e 23/09/2013 e vencimentos em 22/04/2014 e 24/03/2014 com taxa de CDI + 0,67%am com subsidiárias integrais da Contax;
- (iv) 5953 debêntures em estoque, cujo saldo devedor em 31/12/2013 era de R\$66.250.789,75. Tais debêntures têm data de emissão em 15/12/11, vencimento em 15/12/18 e taxa de remuneração de 6.80%aa acrescida da variação do IPCA; e
- (v) Processamos a folha de pagamento de aproximadamente 1900 funcionários do Cedente conforme contrato celebrado em 16/12/2004, com prazo indeterminado e cujo valor de pagamento mensal médio é aproximadamente de R\$3,9MM.



#### 12.2.4 Relacionamento entre as Sacadas e o Coordenador Líder

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações das Sacadas com o Coordenador Líder.

As Sacadas ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com o Itaú BBA e/ou com as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam, na data deste Prospecto Preliminar, as seguintes:

- (i) serviços de cash management, contratada em março de 2010 por prazo indeterminado, e volume médio mensal de aproximadamente R\$600.000.000,00;
- (ii) serviços de folha de pagamentos, contratados em abril de 2008 por prazo indeterminado, e volume médio anual de aproximadamente R\$ 84.000.000,00;
- (iii) detém 1 (uma) operação de debêntures em carteira, contratada 15/04/2010 e que vence em 15/08/2022 (taxa de CDI + 1,20% a.a. e prazo de 4 anos), no valor de aproximadamente R\$ 89.000.000,00 e 1 (uma) operação de CRI em carteira, contratada 10/08/2010 e que vence em 15/04/2014 (taxa de IPCA + 7,94% a.a. e prazo de 12 anos), no valor de principal de aproximadamente R\$ 1.218.000.000,00, não realizando qualquer outra aquisição ou venda de valores mobiliários de emissão da Companhia nos últimos doze meses;
- (iv) operações de swaps, contratadas a partir de 19/02/2009 vencendo até 01/07/2015, com taxa variando de 99,75% CDI a.a. a 101,5% CDI a.a. com prazos entre 52 e 76 meses e o valor total aproximado de R\$ 171.000.000,00;
- (v) serviços de conta garantida, contratados em 08 de abril de 2013 com vencimento em 07 de outubro de 2013, com taxa de CDI + 0,25% a.m. e o valor total de R\$ 30.000.000,00;
- (vi) operações de Repasses e FINAME do BNDES, contratadas em 15/11/2006 vencendo em 15/05/2014 (prazo de 37 meses), com taxa de TJLP + 4,3% a.a. e o valor total aproximado de R\$ 32.000.000,00;
- (vii) operações de fianças bancárias, contratadas a partir de 15/02/2005, que totalizam aproximadamente R\$ 2.000.000.000,00 em taxas que variam de 0,55% a.a. a 2,65% a.a.. Para as fianças de prazo determinado que totalizam aproximadamente R\$ 1.700.000,00, o prazo máximo é de 11/03/2023. Com relação às fianças de prazo indeterminado, o valor total é de aproximado de R\$ 1.995.000.000,00.
- (viii) prestação de serviços de seguros, contratados a partir de 24 de maio de 2012 vencendo até 16 de dezembro de 2013, no valor total de aproximadamente R\$ 18.000.000,00;
- (ix) aplicações de forma direta e indireta em operações de CDBs e operações compromissadas, contratadas a partir de dezembro de 2012 até março de 2013, com prazos entre 1 e 2 anos e valor total aproximado de R\$ 238.000.000,00, com taxas que variam de 99% CDI a.a. a 101,3% CDI a.a.; e
- (x) Convênio para a realização de operações de cessão de crédito e outras avenças celebrado em 23 de maio de 2011, com limite total de R\$ 150.000.000,00 e utilização média mensal de R\$ 30.000.000,00.

Além das operações comerciais citadas acima, o Itaú BBA atuou como coordenador das seguintes ofertas nos últimos 12 (doze) meses:

- (ii) bonds em reais da Companhia no montante de R\$ 1.100.000.000,00 em 16/09/2011 emitidos no exterior;

- (iii) 9ª emissão de debêntures da Oi S.A. no montante de R\$ 2.000.000.000,00 em 15/03/2012 sob Instrução CVM 400; e
- (iv) o Itaú BBA recebeu, para atuar nas ofertas acima elencadas, comissionamento que variou de R\$ 5.420,59 a R\$ 7.000.000,00.

Exceto pelo disposto acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento relevante com o conglomerado econômico do Itaú BBA.

O Itaú BBA e a Companhia não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos acima descritos e a atuação do Itaú BBA como Coordenador.

Exceto pelas comissões a serem recebidas no âmbito da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Companhia, ao Itaú BBA ou sociedades do seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado à Oferta. A Companhia poderá, bem como outras sociedades pertencentes ao seu grupo econômico, no futuro, contratar o Itaú BBA ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la na realização de investimentos em quaisquer outras operações necessárias para a condução das atividades da Companhia, incluindo, dentre outras, operações de financiamento, de crédito, de derivativos, de câmbio, de oferta de ações e de assessoria financeira.

#### *12.2.5 Relacionamento entre o Cedente e a Agência Classificadora de Risco*

Em 13 de junho de 2014, o Cedente não mantém qualquer relacionamento societário com a Agência Classificadora de Risco, bem como não mantém relações comerciais com a Agência Classificadora de Risco que possam configurar conflito de interesses ou que sejam relevantes no âmbito da Oferta 400.

#### *12.2.6 Relacionamento entre o Cedente e a Empresa de Auditoria*

Em 13 de junho de 2014, a Empresa de Auditoria presta serviços de auditoria para o Cedente, bem como para todo o grupo econômico do qual o Cedente faz parte, incluindo a Contax Participações. Adicionalmente, a Empresa de Auditoria presta serviços de revisão especial das informações trimestrais (ITR) da Contax Participações.

#### *12.2.7 Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante*

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Custodiante integravam o mesmo conglomerado financeiro, controlado pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Administrador era controlada diretamente pelo Custodiante, que detinha 99,99% das quotas representativas do seu capital social.

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Custodiante mantinham as seguintes relações: (a) o Custodiante foi contratado pelo Administrador para a prestação de serviços de custódia qualificada dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da carteira de investimentos do Fundo, nos termos do Contrato de Custódia; e (b) o Custodiante prestava serviços de custódia qualificada de ativos integrantes das carteiras de investimento de outros fundos de investimento em direitos creditórios administrados pelo Administrador, quais sejam: (i) "FIDC NP Alemanha Multicarteira"; (ii) "FIDC NP América Multicarteira"; (iii) "JP Morgan FIDC NP Multicarteira"; (iv) "Logística FIDC NP"; (xiii) "FIDC – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica"; (xiv) "FIDC Greenville"; (v) "FIDC VID INDÚSTRIA" e (vi) "FIDC GOODCARD". As prestações de serviços referidas na alínea (b) acima são reguladas por meio de contratos de prestação de serviços de custódia e controladoria de fundo de investimento em direitos creditórios celebrados entre o Administrador e o Custodiante. Como regra geral, tais contratos têm prazo de vigência até a liquidação integral das obrigações dos respectivos fundos de investimento em direitos creditórios, sendo que o primeiro desses contratos foi celebrado em 9 de junho de 2006 e o último em 26 de abril de 2012. As remunerações devidas ao Custodiante nos termos dos contratos referidos acima são equivalentes a percentuais do patrimônio líquido dos fundos e variam de 0,04% a 0,50%.

#### *12.2.8 Relacionamento entre o Administrador e o Coordenador Líder*

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Coordenador Líder eram sociedades controladas pelo Itaú Unibanco Holding S.A., o qual detinha, indiretamente, 99,99% das quotas representativas do capital social do Administrador, e 100% das ações com direito de voto do capital social do Coordenador Líder.

Na data deste Prospecto, o Administrador não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder, além do relacionamento decorrente do fato de o Coordenador Líder atuar como Coordenador Líder da Oferta 400, bem como coordenador em distribuições públicas de quotas de outros fundos de investimento administrados pelo Administrador e para os quais o Custodiante presta serviços de controladoria e custódia qualificada.

Os contratos relativos ao relacionamento existente entre ambos são contratos de distribuição pública e colocação de quotas, decorrentes das atividades cotidianas das partes. Tais contratos são celebrados pelos valores de mercado dos respectivos serviços, de modo que inexistente contrato considerado relevante para os fins do disposto no item 1.2 do Anexo III-A, da Instrução CVM 400.

#### *12.2.9 Relacionamento entre o Administrador e a Agência Classificadora de Risco*

Na data deste Prospecto, a Agência Classificadora de Riscos não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Administrador.

O Administrador, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições e prestadores de serviços no âmbito do mercado de capitais, incluindo com a Agência Classificadora de Risco.

#### *12.2.10 Relacionamento entre o Administrador e a Empresa de Auditoria*

Na data deste Prospecto, a Empresa de Auditoria não mantinha qualquer relacionamento comercial com o Administrador.

O Administrador, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições e prestadores de serviços no âmbito do mercado de capitais, incluindo a Empresa de Auditoria.

A Empresa de Auditoria presta serviços para fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador.

#### *12.2.11 Relacionamento entre o Custodiante e o Coordenador Líder*

Na data deste Prospecto, o Custodiante e o Coordenador Líder eram sociedades controladas pelo Itaú Unibanco Holding S.A., o qual detinha, 100% das ações com direito de voto do capital social do Custodiante e 100% das ações com direito de voto do capital social do Coordenador Líder.

Na data deste Prospecto, o Custodiante não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder, além do relacionamento decorrente do fato de o Coordenador Líder atuar como Coordenador Líder da Oferta, bem como coordenador em distribuições públicas de quotas de outros fundos de investimento para os quais o Custodiante presta serviços de controladoria e custódia qualificada.

#### *12.2.12 Relacionamento entre o Custodiante e a Empresa de Auditoria*

Na data deste Prospecto, o Auditor Independente não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Custodiante.

O Custodiante, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições e prestadores de serviços no âmbito do mercado de capitais, incluindo com o Auditor Independente.

#### *12.2.13 Relacionamento entre o Custodiante e a Agência Classificadora de Risco*

Na data deste Prospecto, a Agência Classificadora de Riscos não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Custodiante.

O Custodiante, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições e prestadores de serviços no âmbito do mercado de capitais, incluindo com a Agência Classificadora de Risco.

#### *12.2.14 Relacionamento entre o Coordenador Líder e a Empresa de Auditoria*

A Empresa de Auditoria presta serviços de auditoria para o Coordenador Líder. Adicionalmente, a Empresa de Auditoria presta serviços a fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Coordenador Líder ou empresas de seu conglomerado financeiro.

#### *12.2.15 Relacionamento entre o Coordenador Líder e a Agência Classificadora de Risco*

Na data deste Prospecto Preliminar, o Coordenador Líder não mantém qualquer relacionamento societário com as Agências de Classificação de Risco, bem como não mantém relações comerciais com as Agências de Classificação de Risco que possam configurar conflito de interesses ou que sejam relevantes no âmbito da Oferta.

### **12.3 Conflito de Interesses**

Na data deste Prospecto Preliminar não havia nenhuma outra relação societária ou relação comercial relevante entre as partes envolvidas com o Fundo e a Oferta que poderia, de alguma forma, resultar num conflito de interesses entre as partes envolvidas com o Fundo e a Oferta, além daquelas mencionadas nesta Seção “Relacionamento entre as Partes envolvidas com o Fundo e a Oferta”, bem como não havia conflito de interesses entre as partes envolvidas nos processos de originação, distribuição, controladoria, custódia qualificada e escrituração e administração do Fundo, quer seja em relação à Cedente, ao Administrador, ao Coordenador Líder e/ou ao Custodiante, conforme o caso, além de eventuais conflitos de interesse decorrentes das relações mencionadas acima. Ademais, na data deste Prospecto Preliminar, os prestadores de serviço do Fundo possuíam completa independência na realização de suas respectivas atividades no âmbito do Fundo.

**13. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO

Abaixo segue uma descrição dos principais contratos firmados pelo Fundo com o Cedente e os prestadores de serviços abaixo descritos.

### 13.1 Contrato de Cessão

O principal contrato firmado pelo Fundo com o Cedente é o Contrato de Cessão, por meio do qual o Cedente prometeu, em caráter irrevogável e irretratável, ceder os Direitos Creditórios ao Fundo, que se comprometeu a adquiri-los de acordo com os termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento. Para tanto, o Cedente se obrigará, em caráter irrevogável e irretratável, a oferecer, contínua e prioritariamente ao Fundo, Direitos Creditórios em quantidade que, observado o disposto no Regulamento, permita o enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura e à Alocação Mínima.

#### 13.1.1 Possibilidade de substituição, acréscimo ou remoção dos Direitos Creditórios

De acordo com o Contrato de Cessão não existe a possibilidade de substituição, acréscimo ou remoção de quaisquer Direitos Creditórios cedidos, ressalvada a ocorrência dos seguintes eventos de resolução:

- (i) caso qualquer Direito Creditório cedido ao Fundo venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular do Direito Creditório ou de ônus, gravame ou restrição constituído previamente à aquisição do referido Direito Creditório pelo Fundo;
- (ii) caso seja constatado que qualquer Direito Creditório cedido ao Fundo não possui origem legal ou seja indevidamente amparado por Documentos Comprobatórios;
- (iii) caso seja constatado que qualquer Direito Creditório tenha sido adquirido pelo Fundo sem o devido atendimento a qualquer dos Critérios de Elegibilidade, desde que, o Cedente, comunicado para sanar ou justificar o descumprimento pelo Custodiante, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;
- (iv) caso qualquer Direito Creditório cedido ao Fundo não seja pago integralmente pela respectiva Sacada em decorrência de descumprimento, pelo Cedente, de suas obrigações por comprovada culpa, dolo, omissão ou má-fé do Cedente;
- (v) caso qualquer Direito Creditório cedido ao Fundo não seja pago integralmente pela respectiva Sacada devido à compensação, pela Sacada, de valores devidos pelo Cedente, ressalvando-se os eventos ocasionados por problemas operacionais, e desde que o Cedente, comunicado para sanar ou justificar o descumprimento pelo Custodiante, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação; e
- (vi) caso qualquer Direito Creditório cedido ao Fundo não seja pago integralmente pela respectiva Sacada devido à rescisão do respectivo Contrato Lastro.

Para maiores informações, ver a Seção "Direitos Creditórios, Cessão ao Fundo, Cobrança e Pagamento" na página 83 deste Prospecto.

### 13.2 Contrato de Distribuição

Por meio do Contrato de Distribuição, o Administrador contratou o Coordenador Líder para a prestação dos serviços de distribuição pública das Cotas Seniores no âmbito da Oferta 400. Para maiores informações, ver a Seção "Termos e Condições da Oferta 400" na página 31 deste Prospecto.

### **13.3 Contrato de Custódia**

O Fundo, por intermédio do Administrador, contratou o Custodiante para a prestação ao Fundo dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos ativos integrantes da Carteira.

Nos termos do Regulamento, o Custodiante será responsável pela verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade pelos Direitos Creditórios, em cada operação de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo.

Nos termos do artigo 38, parágrafo 14, da Instrução CVM 356, o Custodiante realizará a verificação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios de forma individualizada e integral, ficando expressamente dispensado da obrigação de verificação trimestral de lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da Carteira, nos termos do artigo 38, parágrafo 14, da Instrução CVM 356, permanecendo responsável pela verificação trimestral dos créditos inadimplidos e substituídos no referido trimestre.

No âmbito dos serviços a serem prestados pelo Custodiante em relação ao Fundo, o Custodiante não será responsável, sob qualquer hipótese, pela indicação de Direitos Creditórios Inadimplidos a protesto ou pela inserção do nome das Sacadas, devedoras de Direitos Creditórios Inadimplidos, em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Cedente exercer referidas atividades.

A substituição do Custodiante por iniciativa do Fundo, nos termos do Regulamento, depende de aprovação da Assembleia Geral, sendo para tanto necessária a aprovação de Cotistas que representem a maioria das Cotas emitidas e em circulação, em primeira convocação, e da aprovação de Cotistas que representem a maioria das Cotas presentes com direito a voto, em segunda convocação.

### **13.4 Gestão da Carteira**

Nos termos do Regulamento, o Administrador será responsável pela prestação dos serviços de gestão da Carteira, cuja remuneração compõe a Taxa de Administração.

### **13.5 Agência Classificadora de Risco**

As Cotas Seniores têm sua classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's, a agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo. A classificação de risco das Cotas Seniores será revisada trimestralmente e divulgada aos Cotistas titulares de Cotas Seniores na forma prevista no Regulamento.

A Agência Classificadora de Risco somente poderá ser substituída pelo Administrador, observado que a agência classificadora de risco responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores seja, a qualquer momento durante o Prazo de Duração, a Standard and Poor's, a Moody's ou Fitch Ratings.

### **13.6 Empresa de Auditoria**

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, e da análise da atuação do Administrador.

Nos termos da Instrução CVM 356, a Empresa de Auditoria foi contratada pelo Administrador e, portanto, sua substituição poderá ser determinada pelo Administrador independentemente de realização de Assembleia Geral.



#### 14. ANEXOS

---

- **Instrumento de Constituição do Fundo, Deliberação de 4ª Alteração do Regulamento e Regulamento Consolidado e Vigente**
- **Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400**
- **Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400**
- **Relatório de Classificação de Risco**
- **Relatório da Empresa de Auditoria e Parecer dos Auditores Independentes**
- **Demonstrações Financeiras da Telemar Norte Leste**
- **Demonstrações Financeiras da OI Móvel**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- 
- Instrumento de Constituição do Fundo, Deliberação de 4ª Alteração do Regulamento e Regulamento Consolidado e Vigente

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

26 MAR. 2014

**MICROFILMAGEM**  
1876822

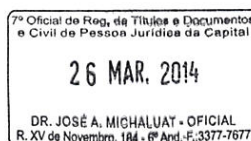
**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**  
CNPJ/MF nº 62.418.140/0001-31

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO TELECOM FUNDO DE  
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

1. Por este instrumento particular, **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.418.140/0001-31, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM nº 2.528, de 29 de julho de 2003, na qualidade de administrador do Fundo ("**Administrador**"), resolve:
  - a. constituir um fundo de investimento em direitos creditórios, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, conforme alterada, e da Instrução da CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("**Instrução CVM 356**"), sob a forma de condomínio fechado, que será denominado **TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS** ("**Fundo**");
  - b. aprovar o regulamento do Fundo, que segue anexo ao presente instrumento de constituição ("**Regulamento**");
  - c. nomear o Sr. Fernando Mattar Beyruti, brasileiro, casado, natural de São Paulo, portador da Cédula de identidade RG-SSP/SP nº 27.965.661-0 e inscrito no CPF/MF sob o nº 288.351.088-10, com escritório no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Eudoro Villela – 10º andar, para ser o diretor do Administrador responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo;
  - d. aprovar a contratação das seguintes instituições para a prestação de serviços ao Fundo:
    - (i) Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, para ser responsável pela prestação ao Fundo dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo;



- (ii) Banco Itaú BBA S.A., estabelecido na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 3º a 8º andares, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30 ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), para ser responsável pela distribuição das Cotas Seniores (conforme definido abaixo) da Primeira Emissão;
  - (iii) KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo;
  - (iv) Standard and Poor's Ratings do Brasil Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, para ser responsável pela atribuição da classificação de risco às Cotas Seniores; e
  - (v) Itaú Corretora de Valores S.A., companhia fechada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, para ser responsável pela prestação ao Fundo dos serviços de escrituração das cotas do Fundo.
- e. deliberar sobre a primeira emissão de cotas seniores do Fundo ("Primeira Emissão"), composta por 6 (seis) series de até 24.000 (vinte e quatro mil) cotas seniores ("Cotas Seniores"), no valor total de até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), correspondentes a frações ideais do patrimônio do Fundo. As Cotas Seniores terão a forma nominativa e serão escriturais, sendo que o preço inicial de emissão das Cotas Seniores corresponderá a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por Cota Senior. As Cotas Seniores terão as características e os direitos definidos no Regulamento e nos suplementos referentes a cada série de Cotas Seniores ("Suplementos"). As Cotas Seniores da Primeira Emissão serão objeto de distribuição pública nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Oferta 400" e "Instrução CVM 400", respectivamente), destinada exclusivamente a investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), e a fundos de investimento e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento constituídos de acordo com a Instrução CVM 409, desde que autorizados a adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios nos termos dos respectivos regulamentos. A Oferta 400 será conduzida e intermediada pelo Coordenador Líder, na qualidade de sociedade integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores



mobiliários, e será objeto de registro perante a CVM. As Cotas Seniores serão registradas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, sendo negociadas por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados;

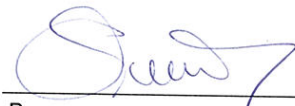
- f. Aprovar os Suplementos referentes às 6 (seis) series de Cotas Seniores da Primeira Emissão, os quais seguem anexos a este instrumento de constituição como parte integrante e inseparável do Regulamento; e
  - g. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM 356 e pela Instrução CVM 400, para a obtenção do registro de funcionamento do Fundo e da Oferta 400.
2. Estando assim deliberado este instrumento de constituição do Fundo e a aprovação da Primeira Emissão e da Oferta 400, vai o presente assinado em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

Este instrumento de constituição e o Regulamento com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 26 de março de 2014.

#### INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

  
Por: **Fabio Sonoda**  
Cargo: Gerente Fundos Estruturados II  
003303137

  
Por: **Gisela Cristine F. O. Barilona** - 6327961  
Cargo: Gerente de Produtos de Investimento 053541998

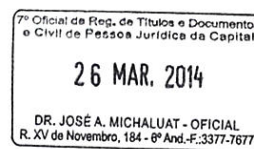


Emol.	R\$ 8.140,24
Estado	R\$ 2.313,55
Ipesp	R\$ 1.713,73
R. Civil	R\$ 428,44
T. Justiça	R\$ 428,44
<b>Total</b>	<b>R\$ 13.024,40</b>
Selos e taxas Recolhidos p/verba	

7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 53.452.256/0001-04  
José Antônio Michaluart - Oficial  
Protocolado e prenotado sob o n. **1.876.822** em  
**26/03/2014** e registrado, hoje, em microfilme  
sob o n. **1.876.822**, em títulos e documentos.  
São Paulo, 26 de março de 2014

  
José Antônio Michaluart - Oficial

**ANEXO**  
**REGULAMENTO DO TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'J' followed by a vertical line.



7ª Oficial de Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica de Capital  
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL

26 MAR. 2014

**MICROFILMAGEM**

1876822

---

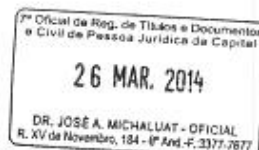
**REGULAMENTO DO  
TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

---

São Paulo, 26 de março de 2014.

## ÍNDICE

CAPÍTULO I – DAS DEFINIÇÕES .....	3
CAPÍTULO II – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO .....	13
CAPÍTULO III – DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO .....	14
E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO .....	14
CAPÍTULO IV – DO OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO .....	15
CAPÍTULO V – DOS DIREITOS CREDITÓRIOS .....	16
CAPÍTULO VI – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS .....	16
CAPÍTULO VII – DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO E OUTRAS REGRAS GERAIS REFERENTES À COBRANÇA E PAGAMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS .....	17
CAPÍTULO VIII – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO .....	21
CAPÍTULO X – DA COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO .....	24
E DAS EMISSÕES DE COTAS .....	24
CAPÍTULO XI – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS .....	26
CAPÍTULO XII – DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS .....	30
CAPÍTULO XIII – DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS COTAS .....	30
CAPÍTULO XIV – DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE COTAS MEDIANTE A ENTREGA DE DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E DE ATIVOS FINANCEIROS EM PAGAMENTO .....	31
CAPÍTULO XV – DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA FINS DE ENQUADRAMENTO DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DESENQUADRAMENTO DO ÍNDICE DE COBERTURA .....	32
CAPÍTULO XVI – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA IMEDIATA .....	33
CAPÍTULO XVII – DOS ENCARGOS DO FUNDO .....	40
CAPÍTULO XVIII – DOS PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA .....	41
CAPÍTULO XIX – DA RESERVA DE PAGAMENTO, DA RESERVA DE CUSTOS E DA ORDEM DE PAGAMENTOS DO FUNDO .....	42
CAPÍTULO XX – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	43
CAPÍTULO XXI – DOS FATORES DE RISCO .....	43
CAPÍTULO XXII – DO ADMINISTRADOR, CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO .....	53
CAPÍTULO XXIII – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR .....	55
CAPÍTULO XXIV – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES .....	56
CAPÍTULO XXV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	57



## CAPÍTULO I – DAS DEFINIÇÕES

1.1. – Para fins do disposto neste Regulamento, os termos e expressões indicados em letra maiúscula neste Regulamento e em seus Anexos, no singular ou no plural, terão os significados a eles atribuídos neste Capítulo I, exceto se de outra forma estiverem definidos neste Regulamento e/ou em seus Anexos:

**"Administrador"**: a partir da Primeira Data de Emissão, a Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.418.140/0001-31, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM nº 2.528, de 29 de julho de 2003;

**"Agência Classificadora de Risco"**: a partir da Primeira Data de Emissão, a Standard and Poor's Ratings do Brasil Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo, responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores;

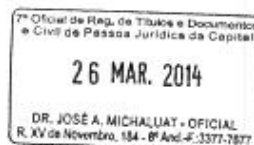
**"Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos"**: a partir da Primeira Data de Emissão, o Administrador, por meio de terceiros contratados às expensas do Fundo, na qualidade de prestador dos Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos;

**"Agente Escriturador"**: a partir da Primeira Data de Emissão, a Itaú Corretora de Valores S.A., companhia fechada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, responsável pelos serviços de escrituração das Cotas;

**"Alocação Mínima de Investimento"**: é a razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, que deverá, após 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, ser igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis;

**"Amortização Extraordinária"**: a amortização extraordinária das Cotas Seniores ou das Cotas Subordinadas em circulação realizada exclusivamente para fins de enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura e/ou à Alocação Mínima de Investimento e/ou à política de investimento descrita no Capítulo VIII deste Regulamento, conforme prevista no Capítulo XV deste Regulamento;

**"Anexo I"**: o Anexo I deste Regulamento, que contempla o modelo de Suplemento para cada série de Cotas Seniores;



**"Anexo II":** o Anexo II deste Regulamento, que contempla o modelo de Suplemento para cada emissão de Cotas Subordinadas;

**"Anexo III":** o Anexo III deste Regulamento, que contempla o Suplemento referente à primeira série de Cotas Seniores da Primeira Emissão;

**"Anexo IV":** o Anexo IV deste Regulamento, que contempla o Suplemento referente à segunda série de Cotas Seniores da Primeira Emissão;

**"Anexo V":** o Anexo V deste Regulamento, que contempla o Suplemento referente à terceira série de Cotas Seniores da Primeira Emissão;

**"Anexo VI":** o Anexo VI deste Regulamento, que contempla o Suplemento referente à quarta série de Cotas Seniores da Primeira Emissão;

**"Anexo VII":** o Anexo VII deste Regulamento, que contempla o Suplemento referente à quinta série de Cotas Seniores da Primeira Emissão;

**"Anexo VIII":** o Anexo VIII deste Regulamento, que contempla o Suplemento referente à sexta série de Cotas Seniores da Primeira Emissão;

**"Anexos":** os Anexos I a VIII deste Regulamento, quando referidos em conjunto;

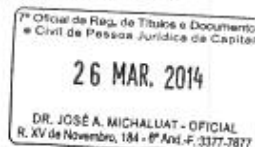
**"Arquivo(s) CNAB 400":** os arquivos de CNAB - Centro Nacional de Automação Bancária - 400, padrão FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos, utilizados para receber (remessa) e enviar (retorno) informações digitalmente entre bancos e clientes;

**"Arquivo Eletrônico de Pagamentos de Direitos Creditórios Elegíveis":** o arquivo eletrônico que será elaborado pelas Sacadas em *layout* previamente acordado com o Custodiante, o qual deverá conter uma lista analítica dos Direitos Creditórios Elegíveis e respectivas Sacadas que forem liquidados na Conta Autorizada do Fundo em um determinado Dia Útil. Os Arquivos Eletrônicos de Pagamentos de Direitos Creditórios Elegíveis serão enviados ao Custodiante pelas Sacadas, a partir da data de vencimento dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, conforme compromisso a ser assumido pelas Sacadas nos termos das respectivas Notificações de Prorrogação e Cessão;

**"Assembleia Geral":** a Assembleia Geral de Cotistas do Fundo, ordinária ou extraordinária, realizada nos termos deste Regulamento;

**"Ativos Financeiros":** títulos de emissão do Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas em títulos de emissão do Tesouro Nacional;

**"Banco Central":** o Banco Central do Brasil;





**"Benchmark"**: o parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Cotas Seniores de cada emissão/série, conforme estabelecido no Suplemento de cada emissão;

**"Carteira"**: a carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros;

**"Cedente" ou "Contax"**: a Contax S.A., como originadora e cedente de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo;

**"CETIP"**: a CETIP S.A. – Mercados Organizados;

**"CMN"**: o Conselho Monetário Nacional;

**"CNPJ/MF"**: o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;

**"Código Civil"**: a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;

**"Código de Processo Civil"**: a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;

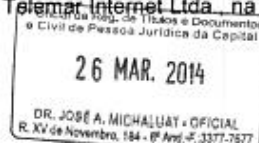
**"Comunicação de Desenquadramento"**: a comunicação a ser enviada pelo Administrador aos Cotistas Subordinados imediatamente após a constatação de qualquer desenquadramento do Índice de Cobertura;

**"Conta Autorizada do Fundo"**: a conta corrente de titularidade do Fundo mantida pelo Custodiante, na qual serão depositados, em moeda corrente nacional, os recursos provenientes da liquidação dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Direitos Creditórios Inadimplidos;

**"Contrato de Cessão"**: o "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser celebrado entre o Fundo e o Cedente, com a interveniência e anuência do Administrador e do Custodiante;

**"Contrato de Custódia"**: o "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios", a ser celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o Custodiante, conforme alterado de tempos em tempos;

**"Contratos Lastro"**: (i) o "Contrato de Prestação de Serviços" celebrado em 30 de novembro de 2004 entre a Contax, na qualidade de contratada, e Telemar Norte Leste S.A. e TNL PCS S.A. (incorporada pela Oi Móvel S.A. em 1º de fevereiro de 2014), na qualidade de contratantes, acompanhados dos seus 10 (dez) aditivos firmados, respectivamente, em 29 de dezembro de 2004, 18 de outubro de 2005, 1º de maio de 2007 (por meio do qual, entre outras disposições, foi acordada a inclusão da Telemar Internet Ltda. na qualidade de



5

contratante), 28 de abril de 2008, 4 de setembro de 2008, 18 de junho de 2010, 30 de outubro de 2009, 5 de dezembro de 2011 (por meio do qual, entre outras disposições, foi acordada a inclusão da Paggo Administradora de Crédito Ltda., da Oi S.A. e da Oi Móvel S.A., na qualidade de contratantes), 11 de fevereiro de 2014 e [•]; e (ii) o "Contrato de Prestação de Serviços" celebrado em 13 de novembro de 2012, entre a Contax, na qualidade de contratada, e Oi S.A., Telemar Norte Leste S.A., Oi Móvel S.A. e TNL PCS S.A. (incorporada pela Oi Móvel S.A. em 1º de fevereiro de 2014), na qualidade de contratantes, acompanhado dos seus 2 (dois) aditivos firmados, respectivamente, em [•] de [•] de 2014 e [•] de [•] de 2014; por meio dos quais a Contax foi contratada para prestar os Serviços Contax em favor das Sacadas;

**"Cotas":** as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas, quando referidas em conjunto;

**"Cotas Seniores":** as cotas seniores de emissão do Fundo;

**"Cotas Subordinadas":** as cotas subordinadas de emissão do Fundo;

**"Cotista":** o titular de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas;

**"Cotistas Dissidentes":** os titulares de Cotas Seniores que discordarem da decisão da Assembleia Geral que deliberar pela não liquidação do Fundo nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento;

**"Cotista(s) Subordinado(s)":** o(s) titular(es) de Cotas Subordinadas;

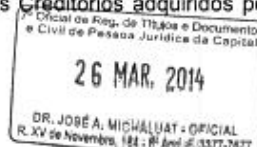
**"Critérios de Elegibilidade":** os critérios de elegibilidade estabelecidos neste Regulamento, os quais serão verificados pelo Custodiante em cada operação de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo;

**"Custodiante":** a partir da Primeira Data de Emissão, o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, devidamente autorizada pela CVM a prestar serviços de custódia qualificada de títulos e valores mobiliários, na qualidade de responsável pela prestação ao Fundo dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos ativos integrantes da Carteira;

**"CVM":** a Comissão de Valores Mobiliários;

**"Data de Amortização":** cada data em que houver pagamento de amortização de Cotas Seniores de cada emissão/série, conforme cronograma previsto nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Cotas;

**"Data de Aquisição e Pagamento":** cada data em que o Fundo efetuar ao Cedente o pagamento do Preço de Aquisição relativo aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo,



em moeda corrente nacional, nos termos deste Regulamento e do item 6.2 do Contrato de Cessão;

**"Data de Oferta"**: qualquer Dia Útil a partir da celebração do Contrato de Cessão em que o Cedente disponibilizar ao Custodiante, por meio de Arquivo CNAB 400, o Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis indicando relação dos Direitos Creditórios que esteja disposto a ceder ao Fundo no Dia Útil específico, observado que, caso o Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis seja disponibilizado após o Horário Limite, será considerada como Data de Oferta o Dia Útil imediatamente subsequente à data de disponibilização do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis;

**"Data de Resgate"**: a data estabelecida para o último pagamento de amortização das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas de cada emissão/série, conforme cronograma previsto nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Cotas;

**"Dia Útil"**: qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriado nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão não sejam Dia Útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte;

**"Direito de Dissidência"**: o direito de resgate antecipado conferido aos titulares de Cotas Seniores na hipótese de deliberação, pela Assembleia Geral, pela não liquidação do Fundo, nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento;

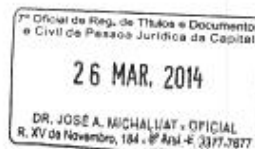
**"Direitos Creditórios"**: os direitos de crédito performados de titularidade do Cedente originados a partir da prestação dos Serviços Contax às Sacadas, nos termos dos Contratos Lastro, quando referidos em conjunto;

**"Direitos Creditórios Elegíveis"**: os Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, conforme verificação realizada pelo Custodiante;

**"Direitos Creditórios Inadimplidos"**: os Direitos Creditórios Elegíveis vencidos e não pagos pelas Sacadas nas respectivas datas de vencimento;

**"Documentos Comprobatórios"**: os documentos que evidenciam e comprovam a existência, correta formalização, validade e exequibilidade dos Direitos Creditórios Elegíveis, quais sejam: (i) o Contrato de Cessão e eventuais aditamentos; (ii) os Contratos Lastro e eventuais aditamentos; (iii) as Notificações de Prorrogação e Cessão a serem enviadas às Sacadas, devidamente assinadas pelo Cedente e pelas respectivas Sacadas; e (iv) as notas fiscais eletrônicas emitidas pelo Cedente às Sacadas, nos termos dos Contratos Lastro;

**"Encargos do Fundo"**: tem o significado que lhe é atribuído no Capítulo XVII e do item 11.16.2 do Regulamento.



7



**"Eventos de Avaliação"**: os eventos indicados no item 20.1 do Capítulo XX do Contrato de Cessão e no item 16.1 do Capítulo XVI deste Regulamento, os quais poderão ensejar a rescisão do Contrato de Cessão e a liquidação do Fundo mediante decisão da Assembleia Geral;

**"Eventos de Liquidação Antecipada"**: quaisquer dos eventos indicados no item 16.3 deste Regulamento;

**"Evento de Liquidação Antecipada Imediata"**: quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (i) a (v) do item 16.4 deste Regulamento, os quais ensejarão a liquidação antecipada automática do Fundo e o pagamento e o resgate compulsório e integral das Cotas Seniores em circulação até o encerramento do Prazo para Resgate Imediato;

**"Eventos de Resolução"**: os eventos indicados no item 9.1 do Capítulo IX do Contrato de Cessão, os quais ensejarão a resolução de qualquer operação de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo pelo Cedente nos termos do Contrato de Cessão;

**"Fundo"**: o Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;

**"Horário Limite"**: o horário limite para disponibilização, pelo Cedente, em uma determinada Data de Oferta, do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis ao Custodiante, qual seja, [●]:[●] ([●] horas);

**"IGP-DI"**: Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV;

**"IGPM"**: o Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV;

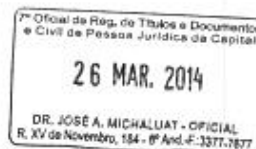
**"Índice de Cobertura"**: tem o significado que lhe é atribuído no item 11.6 deste Regulamento;

**"Instrução CVM 301"**: a Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada;

**"Instrução CVM 356"**: a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;

**"Instrução CVM 400"**: a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;

**"Instrução CVM 409"**: a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada;





**"Instrução CVM 476"**: a Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;

**"Instrução CVM 489"**: a Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011, conforme alterada;

**"Investidor(es) Qualificado(s)"**: os investidores assim definidos de acordo com o artigo 109 da Instrução CVM 409.

**"Lei de Registros Públicos"**: a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada;

**"Manual de Precificação do Custodiante"**: o manual de precificação adotado pelo Custodiante, conforme disponível na página eletrônica da Internet "[www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)";

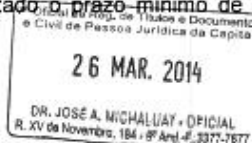
**"MDA"**: MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP;

**"Módulo CETIP 21"**: as Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário e custódia eletrônica, por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Cotas Seniores liquidadas por meio da CETIP;

**"Notificação(ões) de Prorrogação e Cessão"**: as notificações a serem enviadas pelo Cedente às Sacadas até as Datas de Oferta de quaisquer Direitos Creditórios ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão, por meio das quais as Sacadas serão informadas sobre a cessão dos referidos Direitos Creditórios ao Fundo, anuirão expressamente com referida cessão, bem como serão estabelecidos termos e condições específicos relativos aos referidos Direitos Creditórios. As Notificações de Prorrogação e Cessão individualizarão e identificarão os Direitos Creditórios Elegíveis que serão cedidos ao Fundo, conforme Relatório de Direitos Creditórios Elegíveis que constará como anexo à Notificação de Prorrogação e Cessão, e deverão ser devidamente assinadas pelo Cedente e pelas respectivas Sacadas;

**"Oferta 400"**: toda e qualquer distribuição pública de Cotas Seniores realizada durante o Prazo de Duração do Fundo nos termos da Instrução CVM 400, a qual (i) será destinada a Investidores Qualificados, (ii) será intermediada por sociedade integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, e (iii) dependerá de prévio registro perante a CVM;

**"Oferta Restrita"**: toda e qualquer distribuição pública de Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas realizada durante o Prazo de Duração do Fundo, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, ~~respeitado o prazo mínimo de 4~~ (quatro)



meses contados da data do encerramento de cada Oferta Restrita de Cotas Seniores para a realização de outra Oferta Restrita de Cotas Seniores. As Ofertas Restritas são (i) direcionadas exclusivamente para Investidores Qualificados, conforme definidos pela Instrução CVM 409, combinada com a Instrução CVM 476, (ii) intermediadas por entidades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, e (iii) automaticamente dispensadas de registro perante a CVM;

**"Patrimônio Líquido"**: a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e aos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, aos valores disponíveis em moeda corrente nacional e a receber, menos as exigibilidades do Fundo;

**"Patrimônio Autorizado"**: o valor do patrimônio adicional autorizado para a realização de emissões de novas Cotas Seniores após a Primeira Emissão, correspondente a até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais);

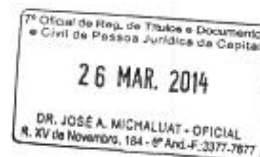
**"Percentuais de Concentração da Carteira"**: os percentuais de concentração e diversificação que devem ser observados pelo Fundo com relação aos Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira, conforme descritos neste Regulamento;

**"Pessoas Autorizadas"**: as Pessoas Autorizadas do Cedente e as Pessoas Autorizadas do Fundo, quando referidas em conjunto;

**"Pessoas Autorizadas do Cedente"**: as pessoas autorizadas a representar o Cedente em operações de cessão de Direitos Creditórios do Cedente ao Fundo, bem como para assinar os respectivos Termos de Cessão em nome do Cedente, por meio da apresentação (i) do competente instrumento de mandato constituindo procuradores para este fim; ou, conforme o caso, (ii) dos competentes documentos societários, elegendo representantes legais com poderes necessários para representar o Cedente em operações de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, e assinar os respectivos Termos de Cessão;

**"Pessoas Autorizadas do Fundo"**: as pessoas autorizadas a representar o Fundo em operações de cessão de Direitos Creditórios do Cedente ao Fundo, bem como para assinar os respectivos Termos de Cessão em nome do Fundo, por meio da apresentação (i) do competente instrumento de mandato, constituindo procuradores para este fim; ou, conforme o caso, (ii) dos competentes documentos societários, elegendo representantes legais com poderes necessários para representar o Administrador em operações de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, e assinar os respectivos Termos de Cessão;

**"Política de Voto"**: a política de exercício de direito de voto, adotada pelo Administrador, em assembleias gerais de fundos de investimento e, conforme o caso, de detentores de outros Ativos Financeiros em que o Fundo invista.



10

**"Prazo de Duração do Fundo":** será o prazo de duração regular do Fundo de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da Primeira Data de Emissão;

**"Prazo para Resgate Antecipado":** o prazo máximo de [365 (trezentos e sessenta e cinco)] dias corridos contados da data da Assembleia Geral que deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, para que ocorra o pagamento e o resgate compulsório e integral das Cotas Seniores em circulação;

**"Prazo para Resgate Imediato":** o prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados da data da ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada Imediata, para que ocorra o pagamento e o resgate compulsório e integral das Cotas Seniores em circulação;

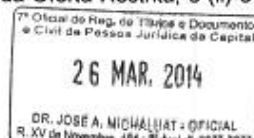
**"Preço de Aquisição":** o preço de aquisição de cada Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, que será correspondente ao respectivo valor de face, conforme indicado no respectivo Documento Comprobatório, calculado de acordo com os critérios descritos no Capítulo VII do Contrato de Cessão, e a ser pago pelo Fundo ao Cedente, de acordo com o procedimento descrito no Capítulo VI do Contrato de Cessão;

**"Preço de Emissão":** o preço inicial de emissão das Cotas de cada emissão, expresso em moeda corrente nacional, conforme definido no respectivo Suplemento;

**"Prêmio de Amortização/Resgate Extraordinário":** o valor adicional ao *Benchmark* das Cotas Seniores a ser pago aos Cotistas Seniores na hipótese de Amortização Extraordinária que decorra exclusivamente do pagamento antecipado de Direitos Creditórios Elegíveis pelas respectivas Sacadas, antes das respectivas datas de vencimento, inclusive em virtude da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada Imediata. O Preço de Amortização Extraordinária será correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor da Amortização Extraordinária que decorra exclusivamente do pagamento antecipado de Direitos Creditórios Elegíveis pelas respectivas Sacadas, antes das respectivas datas de vencimento, inclusive em virtude da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada Imediata, calculado desde a data de pagamento da referida Amortização Extraordinária até a data de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido objeto de pagamento antecipado;

**"Primeira Data de Emissão":** a data em que ocorrer a primeira integralização de Cotas da Primeira Emissão;

**"Preço de Integralização":** o valor unitário por Cota que será efetivamente integralizado pelos Cotistas, observado que (i) o Preço de Integralização das Cotas Seniores de cada série será definido no respectivo Suplemento e corresponderá ao respectivo Preço de Emissão ajustado pelo valor de deságio a ser aplicado de maneira uniforme à respectiva série, e que será definido e divulgado no momento da efetiva colocação das Cotas Seniores da referida série no âmbito da respectiva Oferta 400 ou da Oferta Restrita; e (ii) o Preço de



11



Integralização das Cotas Subordinadas será correspondente ao respectivo Preço de Emissão;

**"Primeira Emissão":** a primeira emissão de Cotas, composta por 6 (seis) séries de até [●] ([●]) Cotas Seniores, no valor total de até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), e de até [●] ([●]) Cotas Subordinadas, no valor de até R\$ [●] ([●]). Os termos e condições de cada série da Primeira Emissão estão definidos nos Suplementos constantes dos Anexo III a VIII deste Regulamento;

**"Procedimentos de Cobrança":** os procedimentos a serem adotados pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos para cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, conforme descritos no Capítulo XVIII deste Regulamento;

**"Prospecto":** o prospecto de qualquer Oferta 400 ou Oferta Restrita;

**"Regulamento":** o regulamento do Fundo e seus Anexos;

**"Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis":** a relação dos Direitos Creditórios que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo em um determinado Dia Útil a partir da celebração do Contrato de Cessão, a qual deverá ser disponibilizada pelo Cedente ao Custodiante, por meio de Arquivo CNAB 400;

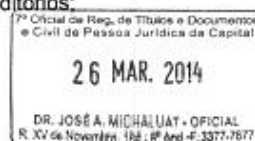
**"Relatório de Direitos Creditórios Elegíveis":** a relação dos Direitos Creditórios que atenderam aos Critérios de Elegibilidade na respectiva Data da Oferta, a qual será disponibilizada pelo Custodiante ao Cedente e ao Administrador, por meio da página eletrônica da Internet "[www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)" e de Arquivo CNAB 400;

**"Reserva de Custos":** a reserva constituída pelo Administrador para fazer frente ao pagamento dos Encargos do Fundo pelo período de aproximadamente [um ano], por meio da aplicação dos valores integralizados pelos Cotistas Subordinados em Ativos Financeiros;

**"Reserva de Pagamento":** a reserva constituída pelo Administrador para fazer frente ao pagamento das amortizações e do resgate das Cotas Seniores, por meio da aplicação dos recursos recebidos das liquidações dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros, segundo os critérios estabelecidos no Capítulo XIX deste Regulamento;

**"Resolução CMN 2.907":** a Resolução CMN nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, conforme alterada;

**"Sacada(s)":** as sociedades Oi S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.535.764/0001-43, Telemar Norte Leste S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.000.118/0001-79, Oi Móvel S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.423.963/0001-11, e Telemar Internet Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.986.348/0001-98, quando referidas em conjunto ou individual e indistintamente, na qualidade de devedoras dos Direitos Creditórios;



12

**"Serviços Contax"**: os serviços de gestão operacional e atendimento de *contact center* em todo território nacional prestados pela Contax em favor das Sacadas, nos termos dos Contratos Lastro;

**"Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos"**: os serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos a serem prestados pelo Agente de Cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos em benefício do Fundo, observados os termos, condições, prazos e procedimentos previstos neste Regulamento, incluindo, sem limitação, os Procedimentos de Cobrança;

**"Suplemento"**: qualquer suplemento a este Regulamento, que descreverá as características específicas de cada série de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas, elaborado em observância aos modelos constantes dos Anexos I e II deste Regulamento;

**"Taxa de Administração"**: a remuneração mensal devida ao Administrador pela prestação dos serviços de administração do Fundo e gestão da Carteira, calculada nos termos do Capítulo XXIII deste Regulamento;

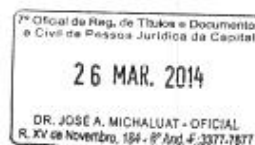
**"Termo de Adesão"**: o "Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco" a ser assinado por cada Cotista no ato da subscrição de Cotas de cada emissão/série;

**"Termo de Cessão"**: o documento elaborado de acordo com o modelo constante do anexo I do Contrato de Cessão, que regulará cada operação de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis selecionados para aquisição pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão, bem como individualizará e identificará tais Direitos Creditórios Elegíveis e o seu respectivo Preço de Aquisição, conforme respectivo Relatório de Direitos Creditórios Elegíveis que constará como anexo ao Termo de Cessão. O Termo de Cessão será assinado pelas Pessoas Autorizadas; e

**"Valor Futuro Estimado"**: o valor estimado pelo Administrador para realizar o pagamento da próxima parcela de amortização ou do resgate devido às Cotas Seniores, o qual deverá ser alocado em Ativos Financeiros em observância aos percentuais indicados no item 19.1 deste Regulamento.

1.2. – Cada Suplemento deverá ser interpretado de acordo com as definições constantes deste Capítulo I, o disposto neste Regulamento e as definições específicas apresentadas exclusivamente em cada Suplemento. Na hipótese de conflito entre as definições constantes deste Regulamento e de cada Suplemento, prevalecerão as definições constantes deste Regulamento.

## **CAPÍTULO II – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**



13

2.1. – O Fundo, denominado **TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, é regido por este Regulamento e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356.

2.2. – O Fundo tem prazo de duração de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da Primeira Data de Emissão, sendo que cada emissão/série de Cotas terá prazo de vencimento determinado, conforme descrito no respectivo Suplemento. É admitida, ainda, a Amortização Extraordinária nos termos do Capítulos XIII e XV deste Regulamento, bem como eventual liquidação antecipada do Fundo, por decisão da Assembleia Geral. Na hipótese do Prazo de Duração do Fundo não se encerrar em Dia Útil, a liquidação do Fundo será efetuada no primeiro Dia Útil subsequente.

2.3. – O patrimônio do Fundo será representado por 2 (duas) classes de Cotas, sendo uma única classe de Cotas Seniores e uma única classe de Cotas Subordinadas.

2.3.1. – O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Cotas somente poderão ser resgatadas ao término do prazo de duração de cada emissão/série, ao término do Prazo de Duração do Fundo ou, ainda, em virtude de um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, conforme disposto no item 16.3 deste Regulamento.

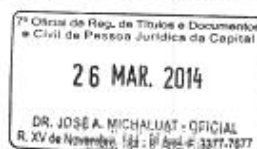
2.3.2. – As características e os direitos, assim como as condições de emissão, distribuição, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Cotas seguem descritos no Capítulo XI e nos Capítulos XIII a XV deste Regulamento, bem como nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Cotas.

2.4. – As alterações do Regulamento vigorarão a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos: (i) da lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral realizada com essa finalidade; (ii) da cópia da ata da referida Assembleia Geral; (iii) do exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (iv) modificações procedidas no Prospecto, conforme aplicável, na forma do artigo 25 da Instrução CVM 356.

2.5. – O Administrador deverá providenciar o registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e o envio à CVM, por meio do sistema CVMWeb: (i) do Regulamento e dos Suplementos, e (ii) dos eventuais aditamentos ao Regulamento e Suplementos (ressalvado o disposto nos itens [12.4] e [•] abaixo).

### **CAPÍTULO III – DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO**

3.1. – As Cotas Seniores objeto de Oferta 400 ou Oferta Restrita poderão ser subscritas exclusivamente por Investidores Qualificados. As Cotas Subordinadas serão objeto de



14



Oferta Restrita e serão subscritas e integralizadas exclusivamente por um Cotista Subordinado.

3.2. – A primeira aplicação a ser realizada por cada investidor no Fundo, por meio de subscrição e integralização de Cotas objeto de Oferta 400 no mercado primário, deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). A primeira aplicação a ser realizada por cada investidor no Fundo, por meio de subscrição e integralização de Cotas objeto de Oferta Restrita no mercado primário, deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

#### CAPÍTULO IV – DO OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO

4.1. – Observado o disposto neste Regulamento, o objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas, nos termos da política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira definida no Capítulo VIII deste Regulamento, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de (i) Direitos Creditórios, e (ii) Ativos Financeiros.

4.1.1. – Os Direitos Creditórios que comporão a Carteira deverão atender, cumulativamente, em cada Data de Oferta, a todos os Critérios de Elegibilidade.

4.1.2. – Não poderão compor a Carteira os Direitos Creditórios cuja existência e/ou validade dependam de qualquer entrega ou prestação futura do Cedente.

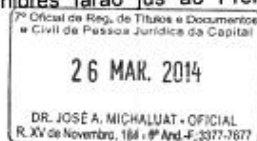
4.2. – O Fundo poderá aplicar recursos nos Ativos Financeiros, em estrita observância aos critérios de seleção, composição e diversificação estabelecidos no Capítulo VIII deste Regulamento.

4.3. – O Fundo buscará atingir, para as Cotas Seniores, o *Benchmark* estabelecido no Suplementos referentes a cada emissão/série de Cotas.

4.3.1. – O *Benchmark* das Cotas Seniores não representa e nem deve ser considerado uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas titulares das Cotas Seniores por parte do Fundo, do Administrador, do Custodiante e/ou do Cedente.

4.3.2. – Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os Cotistas titulares das Cotas Seniores não farão jus a uma rentabilidade superior ao *Benchmark*, o qual representará o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores.

[4.3.3. – A limitação de que trata o item 4.3.2 acima não se aplicará em caso de Amortização Extraordinária de Cotas Seniores que decorra exclusivamente do pagamento antecipado de Direitos Creditórios Elegíveis pelas respectivas Sacadas, antes das respectivas datas de vencimento, inclusive em virtude da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada Imediata, hipótese em que os Cotistas Seniores farão jus ao Prêmio de



15

Amortização/Resgate Extraordinário.]

4.4. – As Cotas Subordinadas não terão parâmetro de remuneração definido.

## **CAPÍTULO V – DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

5.1. – Caracterizam-se como passíveis de cessão ao Fundo os Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, em cada Data de Oferta, aos Critérios de Elegibilidade, assim como todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos referidos Direitos Creditórios, observado que os Direitos Creditórios Elegíveis deverão, necessariamente, ser suportados pelos respectivos Documentos Comprobatórios.

5.2. – A aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo será realizada em estrita observância às regras, condições e procedimentos estabelecidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão.

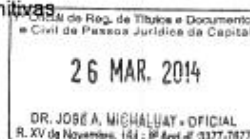
## **CAPÍTULO VI – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

6.1. – Somente poderão ser objeto de cessão ao Fundo Direitos Creditórios que atendam, na respectiva Data de Oferta, cumulativamente aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- (i) somente poderão ser cedidos ao Fundo os Direitos Creditórios originados pelas Sacadas e/ou eventuais sucessoras a qualquer título, sendo certo que eventual sucessão deverá ser comunicada pelas Sacadas ao Custodiante no prazo de até [•] ([•]) Dias Úteis contados de sua ocorrência;
- (ii) as faturas relativas aos Direitos Creditórios deverão prever prazo de vencimento de [350 (trezentos e cinquenta)] dias contados da respectiva Data da Oferta; e
- (iii) os Direitos Creditórios não poderão ter data de vencimento posterior à última Data de Resgate das emissões/séries de Cotas Seniores em circulação na respectiva Data de Oferta.

6.1.1. – Para os fins do inciso (i) do item 6.1 acima, são consideradas Sacadas as seguintes sociedades: Oi S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.535.764/0001-43, Telemar Norte Leste S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.000.118/0001-79, Oi Móvel S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.423.963/0001-11, e Telemar Internet Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.986.348/0001-98

6.1.2. – O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade pelos Direitos Creditórios em cada operação de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo e, desde que observados os termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, a verificação e a validação serão definitivas.



16



6.1.3. – Todas as informações relacionadas aos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo que venham a ser encaminhadas pelo Cedente ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade, serão encaminhadas por meio de arquivo eletrônico, por meio de Arquivo CNAB 400.

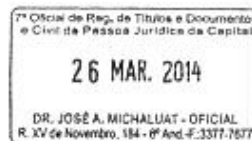
6.1.4. – O Custodiante verificará o atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade com base (i) nas informações encaminhadas pelo Cedente nos termos do item 6.1.3 acima, e (ii) nos dados relativos ao Fundo mantidos pelo Custodiante, em conformidade com os prazos estabelecidos no item 7.2 abaixo.

6.1.5. – O não atendimento superveniente aos Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios Elegíveis, após cada Data de Aquisição e Pagamento, não ensejará qualquer direito de indenização do Fundo contra o Administrador, o Custodiante ou contra o Cedente com relação a eventuais Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido regularmente cedidos nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

6.2. – Havendo proposta para alteração ou inclusão de Critérios de Elegibilidade, esta deverá ser submetida à apreciação do Custodiante previamente à sua aprovação em Assembleia Geral.

6.2.1. – Caso o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com referida proposta para alteração ou inclusão de Critérios de Elegibilidade e, ainda assim, estas sejam aprovadas pela Assembleia Geral, o Custodiante poderá requerer o término do Contrato de Custódia em até 60 (sessenta) Dias Úteis contados do recebimento de notificação escrita do Administrador informando ao Custodiante sobre a referida alteração deste Regulamento. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia em decorrência do disposto neste item, o Custodiante não será responsável pela verificação do atendimento, em cada Data de Aquisição, dos Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados e/ou incluídos, conforme o caso, sem a sua expressa concordância, desde a data da referida alteração e/ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos seus serviços ao Fundo ou da sua substituição por um novo custodiante.

## **CAPÍTULO VII – DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO E OUTRAS REGRAS GERAIS REFERENTES À COBRANÇA E PAGAMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS**



### Formalização da Cessão

7.1. – Cada operação de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será considerada formalizada e regular após a verificação cumulativa dos eventos descritos no item 7.2 abaixo, sem prejuízo de eventuais outros procedimentos específicos previstos no Contrato de Cessão.

7.2. – Observado o disposto no Contrato de Cessão, para a formalização de cada operação de cessão e aquisição de Direitos Creditórios, será observado o seguinte procedimento:

- a) os Direitos Creditórios serão ofertados ao Fundo mediante a entrega, pelo Cedente ao Custodiante, em qualquer Dia Útil, do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis;
- b) o envio ao Custodiante do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis caracterizará a oferta, irrevogável e irretratável, de cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios listados no Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis. O Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis será considerado entregue ao Custodiante na data em que estiver disponível para processamento até o Horário Limite;
- c) após receber o Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis, o Custodiante deverá:  
(c.i) verificar e validar o atendimento pelos Direitos Creditórios constantes do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis aos Critérios de Elegibilidade; e (c.ii) selecionar os Direitos Creditórios ofertados ao Fundo que atendam os Critérios de Elegibilidade até o limite da disponibilidade financeira de interesse do Fundo para aquisição dos Direitos Creditórios, informada pelo Administrador através da página eletrônica da Internet "[www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)", até o Horário Limite da mesma data do recebimento do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis pelo Custodiante;
- d) após a conclusão do procedimento descrito na alínea (c) acima, o Custodiante colocará à disposição do Cedente e do Administrador, através da página eletrônica da Internet "[www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)", e por meio de Arquivo CNAB 400 retorno para o Cedente, o Relatório de Direitos Creditórios Elegíveis;
- e) após ter acesso ao Relatório de Direitos Creditórios Elegíveis, o Cedente enviará ao Administrador, por meio eletrônico, (e.i) a Notificação de Prorrogação e Cessão, devidamente assinada pelos representantes legais do Cedente e das respectivas Sacadas; e (e.ii) o Termo de Cessão preparado na forma do anexo I do Contrato de Cessão, devidamente assinado pelos representantes legais do Cedente. Após a confirmação de recebimento do referido Termo de Cessão, as Partes renunciam ao direito de arrependimento com relação à cessão; e
- f) caso o Administrador receba a Notificação de Prorrogação e Cessão e o Termo de Cessão na forma prevista da alínea (e) acima até as 15:00 (quinze horas) da Data de Oferta, o Administrador autorizará o Custodiante até às 15:30 (quinze horas e trinta



18

minutos) a providenciar o pagamento da compra dos Direitos Creditórios ao Cedente na própria Data de Oferta. Na hipótese da Notificação de Prorrogação e Cessão e do Termo de Cessão serem enviados após as 15:00 (quinze horas) ou a autorização ao Custodiante ser enviada após as 15:30 (quinze horas e trinta minutos), o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios ocorrerá no Dia Útil imediatamente subsequente.

7.3. – A cessão dos Direitos Creditórios do Cedente para o Fundo será considerada realizada na Data de Aquisição e Pagamento.

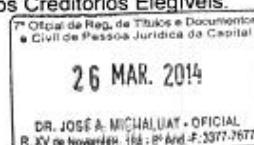
7.4. – Semanalmente, às sextas-feiras ou no Dia Útil subsequente, caso a sexta-feira não seja Dia Útil, conforme aplicável, o Cedente deverá encaminhar ao Administrador, (i) 1 (uma) via original das Notificações de Prorrogação e Cessão devidamente assinadas pelos representantes legais do Cedente e das respectivas Sacadas, e (ii) 2 (duas) vias originais dos Termos de Cessão, incluindo os Relatórios de Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido adquiridos pelo Fundo, devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas do Cedente.

7.4.1. – O prazo para envio dos documentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo Fundo, pelo Cedente ao Administrador, conforme item 7.4 acima, não poderá ser superior a 7 (sete) Dias Úteis contados da Data de Oferta do respectivo Direito Creditório Elegível.

7.5. – O Administrador, ao receber as 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão e seu anexo devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas do Cedente, (a) providenciará as assinaturas das Pessoas Autorizadas do Fundo nas vias originais do Termo de Cessão e seu anexo e o seu registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador, e (b) encaminhará ao Cedente as 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão e seu anexo devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas e registradas em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador.

7.6. – O Cedente então providenciará o registro das 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão e de seu anexo devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Cedente e (b) encaminhará ao Administrador 1 (uma) via original do Termo de Cessão devidamente assinada pelas Pessoas Autorizadas e registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador e do Cedente, observado que o Cedente reterá 1 (uma) via original do Termo de Cessão, a qual permanecerá na sua posse.

7.7. – Ressalvados os Eventos de Resolução, conforme previsto no Capítulo IX do Contrato de Cessão, a cessão realizada na forma prevista neste Capítulo será irrevogável e irretroatável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Cedente, da plena titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis, acompanhados de todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos referidos Direitos Creditórios Elegíveis.



19



7.8. – Os Direitos Creditórios integrantes do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis que não tenham sido selecionados pelo Fundo, para aquisição, poderão ser ofertados novamente ao Fundo em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de verificação e seleção, pelo Custodiante, nos termos do Capítulo VI deste Regulamento, observado o disposto neste Capítulo VII.

7.9. – Os custos e despesas de cartório e de correio incorridos pelo Administrador com os registros e envio dos originais dos Termos de Cessão mencionados neste Capítulo são de exclusiva responsabilidade do Fundo e serão reembolsados pelo Fundo, mediante a apresentação, pelo Administrador, dos respectivos comprovantes de custos e despesas.

7.10. – As comunicações do Cedente ou do Administrador solicitando a inclusão ou exclusão de suas respectivas Pessoas Autorizadas, desde que realizada nos termos do Capítulo XXIII do Contrato de Cessão, já são suficientes para vincular ou desvincular tais pessoas a este Regulamento.

#### Notificação de Prorrogação e Cessão

7.11. – As Sacadas serão notificadas sobre as cessões de Direitos Creditórios ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão, por meio das Notificações de Prorrogação e Cessão, as quais serão enviadas às respectivas Sacadas até as respectivas Datas de Oferta. Por meio das Notificações de Prorrogação e Cessão, as Sacadas serão informadas sobre a cessão dos respectivos Direitos Creditórios ao Fundo, anuirão expressamente com referida cessão, bem como serão estabelecidos termos e condições específicos relativos aos referidos Direitos Creditórios, de forma a garantir que o pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo seja efetuado pelas Sacadas diretamente na Conta Autorizada do Fundo, observados os termos e condições estabelecidos neste Regulamento, no Contrato de Cessão, nos Contratos Lastro e nas Notificações de Prorrogação e Cessão.

#### Mecânica de pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis

7.12. – O Custodiante será responsável pela cobrança ordinária dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cujos pagamentos serão feitos pelas Sacadas mediante Transferência de Recursos Imediatamente Disponíveis – TED para a Conta Autorizada do Fundo.

7.12.1. – Para os fins do disposto no item 7.12. acima, as Sacadas serão devidamente notificadas sobre a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo e devidamente instruídas pelo Cedente com relação à mecânica de pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

7.12.2. – Caso qualquer pagamento relativo a qualquer Direito Creditório cedido ao Fundo seja realizado em benefício do Cedente, por qualquer motivo, o Cedente deverá transferir o respectivo valor ao Fundo no prazo de até 2 (dois) ~~Dias Úteis contados do respectivo~~



20

recebimento, em recursos imediatamente disponíveis na Conta Autorizada do Fundo, conforme o item 7.11 deste Regulamento.

7.12.3. – O Custodiante será responsável por verificar o pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pelas Sacadas, diariamente, com base em documentos e informações recebidos no momento da cessão dos referidos Direitos Creditórios ao Fundo e, adicionalmente, com base em documentos e informações fornecidos pelas Sacadas. Caso o Custodiante, em qualquer Dia Útil, identifique que determinado Direito Creditório cedido ao Fundo não tenha sido objeto de pagamento pela respectiva Sacada, o Custodiante notificará o Cedente imediatamente, por meio eletrônico, para que o Cedente inicie os Procedimentos de Cobrança dos referidos Direitos Creditórios Inadimplidos, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

#### Custódia dos Documentos Comprobatórios

7.13. – O Custodiante manterá sob sua guarda os Documentos Comprobatórios, de acordo com o disposto na Instrução CVM 356 e no Contrato de Custódia, responsabilizando-se pela sua guarda e conservação em nome do Fundo, durante o Prazo de Duração do Fundo, observado o disposto na legislação e regulamentação em vigor.

#### Cobrança e Conciliação de Direitos Creditórios e Direitos Creditórios Inadimplidos

7.14. – O Custodiante será, ainda, responsável pelas seguintes atividades em benefício do Fundo: (i) cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis a vencer e controle do pagamento diretamente na respectiva Conta Autorizada do Fundo; e (ii) quando do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, conciliação dos referidos recursos na Conta Autorizada do Fundo, com base no Arquivo Eletrônico de Pagamentos de Direitos Creditórios Elegíveis a ser enviado ao Fundo pelas Sacadas a partir da data de vencimento dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis.

7.15. – O Administrador, na qualidade de Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, será o responsável pela prestação dos Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos ao Fundo.

7.16. – No âmbito dos Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos será responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos. O Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos realizará suas funções em observância ao disposto neste Regulamento, incluindo, sem limitação, os Procedimentos de Cobrança descritos no Capítulo XVIII deste Regulamento.

### **CAPÍTULO VIII – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO**



21

8.1. – Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da Primera Data de Emissão, o Fundo deverá ter atingido a Alocação Mínima de Investimento. Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos Creditórios que atendam os Critérios de Elegibilidade suficientes para atingir a Alocação Mínima de Investimento, o Administrador poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata este item 8.1 por novo período de 90 (noventa) dias, mas sem necessidade de autorização da Assembleia Geral.

8.1.1. – Na hipótese de realização de novas emissões de Cotas Seniores, após a alocação do Patrimônio Líquido, nos termos do item 8.1 deste Regulamento, o Fundo deverá alocar os recursos provenientes da referida nova emissão em Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de integralização de tais Cotas.

8.2. – A parcela do Patrimônio Líquido que não for utilizada para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis poderá ser alocada em Ativos Financeiros.

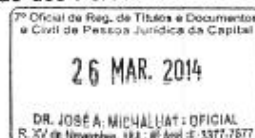
8.3. – O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia.

8.4. – O Fundo deverá observar os seguintes critérios de concentração e diversificação da Carteira: (i) observado o disposto no item 8.1 acima, entre 50% (cinquenta por cento) e até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser representado por Direitos Creditórios Elegíveis devidos pelas Sacadas; e (ii) dos recursos não alocados em Direitos Creditórios, conforme subitem (i) acima, até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser representado por Ativos Financeiros de uma mesma pessoa ou entidade.

8.4.1 – O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios em moeda corrente nacional ou alocado em Ativos Financeiros, conforme decisão do Administrador, observada a necessidade de manutenção da Reserva de Custos e da Reserva de Pagamento.

8.4.2. – O Fundo está dispensado da observância do limite percentual de aquisição de Direitos Creditórios devidos pelas Sacadas previsto no *caput* do artigo 40-A da Instrução CVM 356, nos termos do artigo 40-A, parágrafo 1º, inciso I, alíneas "a" e "c", da Instrução CVM 356.

8.5. – Os Percentuais de Concentração da Carteira referidos no item 8.4 acima deverão ser cumpridos pelo Fundo (i) diariamente, em relação aos Ativos Financeiros e (ii) em cada Data de Oferta, em relação aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que, em ambos os casos, com base no Patrimônio Líquido apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de cada cálculo, com base exclusivamente em informações colocadas à disposição do Administrador pelo Custodiante por meio da página eletrônica da Internet "[www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)", observado que a verificação dos Percentuais de Concentração



22



da Carteira, pelo Fundo, estará condicionada à disponibilização tempestiva das informações necessárias, pelo Custodiante.

8.6. – Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

8.7. – Os Direitos Creditórios Elegíveis e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como, quando for o caso, registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, em nome do Fundo; ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central, em nome do Fundo; ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central e/ou pela CVM.

8.8. – O Fundo e as aplicações realizadas pelos Cotistas no Fundo não contarão com garantia do Administrador, do Custodiante, do Cedente, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Além disso, os investimentos do Fundo estão sujeitos aos fatores de risco descritos no Capítulo XXI deste Regulamento.

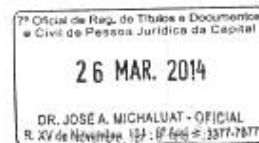
8.9. – O Fundo poderá contratar operações com os controladores, sociedades controladas, coligadas, sob controle comum ou subsidiárias do Administrador. As operações mencionadas neste item serão objeto de registro segregado das demais operações integrantes da Carteira, de modo a serem facilmente identificáveis e terão como finalidade exclusiva a realização de gestão de caixa e liquidez do Fundo.

8.9.1. – O Fundo poderá contratar operações nos termos do item 8.9 acima, desde que observado o limite de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido, conforme disposto no *caput* do artigo 40-A da Instrução CVM 356.

8.10. – Observada a responsabilidade do Custodiante em relação ao atendimento, em cada Data de Oferta, dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante, bem como seus controladores, sociedades controladas, coligadas, sob controle comum ou subsidiárias não são responsáveis pela certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos Creditórios Elegíveis, tampouco pela solvência do Sacado.

8.11. – O Cedente será exclusivamente responsável pela originação, existência, correta constituição e formalização, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios de sua titularidade cedidos ao Fundo, sendo que o Cedente não será, de qualquer forma, responsável pelo pagamento dos Direitos Creditórios Inadimplidos.

#### **CAPÍTULO IX – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA**



23

9.1. – Entende-se por Patrimônio Líquido a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios Elegíveis e aos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, aos valores disponíveis em moeda corrente nacional e a receber, menos as exigibilidades do Fundo.

9.2. – Serão observados os seguintes critérios para o cálculo do valor da Carteira pelo Custodiante: (i) os Ativos Financeiros serão apreçados pelo seu valor de mercado, de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado) e no Manual de Precificação do Custodiante; e (ii) os Direitos Creditórios Elegíveis serão contabilizados e registrados com base em seu custo de aquisição, com apropriação *pro rata die* de seus respectivos rendimentos pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

9.3. – Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios Elegíveis serão reconhecidos em razão do recebimento de seu valor pelo Fundo, computando-se a valorização e eventuais amortizações em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

9.4. – O Custodiante constituirá, de acordo com orientação do Administrador, provisão para os Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com o disposto na Instrução CVM 489, provisão esta que consiste na reserva mensal de valores de acordo com critérios estabelecidos por metodologia do Administrador passível de verificação, na legislação aplicável e demais normas expedidas pelos agentes reguladores competentes.

9.4.2. – As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis.

## **CAPÍTULO X – DA COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO E DAS EMISSÕES DE COTAS**

10.1. – O patrimônio do Fundo é representado por 2 (duas) classes de Cotas, sendo uma única classe de Cotas Seniores e uma única classe de Cotas Subordinadas. As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Cotas estão descritos no Capítulo XI e nos Capítulos XIII a XV deste Regulamento, bem como nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Cotas.

10.1.1. – As Cotas deverão ser totalmente subscritas até a data de encerramento da respectiva Oferta 400 ou Oferta Restrita, conforme prazo estabelecido nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Cotas. As Cotas que não forem subscritas no prazo acima referido serão canceladas pelo Administrador, com o consequente aditamento dos Suplementos referente à respectiva emissão/série, sem necessidade de aprovação de tal aditamento em Assembleia Geral.





10.1.2. – O Suplemento referente a cada emissão/série de Cotas estabelecerá um montante mínimo de Cotas Seniores e/ou de Cotas Subordinadas a ser subscrito pelos investidores no âmbito de cada Oferta 400 ou Oferta Restrita, de acordo com o ato que deliberar cada emissão de Cotas, sendo que, caso o montante mínimo não seja alcançado no âmbito da respectiva Oferta 400 ou Oferta Restrita, conforme aplicável, o Administrador deverá observar a regulamentação em vigor.

10.2. – Ressalvado o disposto no item 10.5 abaixo, as emissões de novas Cotas Seniores, após a Primeira Emissão, somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral, observado o quorum estabelecido no Capítulo XII deste Regulamento.

10.3. – Emissões de novas Cotas Subordinadas poderão ser realizadas pelo Administrador a qualquer momento, independentemente de qualquer aprovação pela Assembleia Geral, especialmente com o objetivo de restabelecer (i) o Índice de Cobertura, e (ii) eventual diferença entre o Preço de Emissão e o Preço de Integralização de Cotas Seniores de qualquer série que venha a ser emitida pelo Fundo, conforme disposto no item [11.10]. Na hipótese de emissão de novas Cotas Subordinadas, o Administrador providenciará a elaboração e o registro dos Suplementos referentes à respectiva emissão/série, sem necessidade de aprovação de tal Suplemento pela Assembleia Geral.

10.4. – Uma vez emitidas, eventuais novas Cotas passarão a integrar o conceito de "Cotas" para fins do disposto neste Regulamento. Dessa forma, as novas Cotas serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, remuneradas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto no Capítulo XI e nos Capítulos XIII a XV deste Regulamento, bem como nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Cotas.

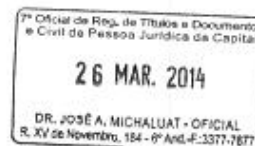
#### Patrimônio Autorizado

10.5. – Emissões de novas Cotas Seniores após a Primeira Emissão poderão ser realizadas pelo Administrador a qualquer momento independentemente de qualquer aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do Patrimônio Autorizado.

10.5.1. – Na hipótese de emissão de novas Cotas Seniores nos termos do item 10.5 acima, o Administrador providenciará a elaboração e o registro dos Suplementos referentes à respectiva emissão/série, sem necessidade de aprovação de tais Suplementos pela Assembleia Geral.

10.6. – O Preço de Emissão das Cotas que venham a ser emitidas pelo Fundo constará dos respectivos Suplementos de cada emissão/série.

10.7. – Os Cotistas não terão o direito de preferência para subscrever e integralizar novas Cotas.



25

## **CAPÍTULO XI – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS**

### **Características das Cotas**

11.1. – As Cotas correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido e são divididas em 2 (duas) classes, sendo 1 (uma) única classe de Cotas Seniores e 1 (uma) única classe de Cotas Subordinadas.

11.1.1. – Observado o disposto no item 10.2 acima, as Cotas Seniores poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para subscrição e integralização, amortização, resgate e remuneração, sendo que cada série terá as mesmas características e conferirá a seus titulares iguais direitos e obrigações nos termos deste Regulamento e dos Suplementos referentes a cada emissão/série de Cotas.

11.2. – Todas as Cotas serão escriturais e serão mantidas em conta de depósito em nome dos Cotistas pelo Agente Escriturador, na qualidade de instituição responsável pela escrituração das Cotas. A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em nome do investidor.

### **Direitos Patrimoniais**

11.3. – As Cotas Seniores terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Cotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Cotistas titulares de Cotas Seniores, observado o disposto no Capítulo XIII deste Regulamento. Sem prejuízo do disposto no item 11.9 abaixo, como regra geral, as Cotas Subordinadas somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização e/ou resgate das Cotas Seniores em circulação.

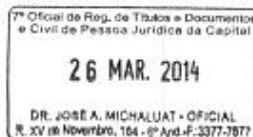
### **Direitos de Voto das Cotas**

11.4. – As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas terão direito de voto, correspondendo cada Cota Senior e cada Cota Subordinada a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais.

11.5. – Enquanto houver Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas em circulação, as Cotas Subordinadas somente terão direito a voto de acordo com o disposto no Capítulo XII abaixo.

### **Índice de Cobertura**

11.6. – Desde a Primeira Data de Emissão até o resgate integral das Cotas Seniores, o Administrador verificará diariamente, com base nas informações disponibilizadas pelo Custodiante, se a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Cotas Seniores, devidamente subscritas e integralizadas, encontra-se em um nível não inferior a



26

[\*]% ([\*]), observando-se, em qualquer hipótese, os procedimentos descritos no item 15.3. abaixo.

#### Colocação das Cotas Seniores

11.8. – As Cotas Seniores de cada emissão serão objeto de Oferta 400 ou Oferta Restrita. Exceto se permitido pela regulamentação em vigor, o Fundo não poderá realizar Ofertas Restritas de Cotas Seniores durante o prazo de até 4 (quatro) meses contados da data de encerramento da última Oferta Restrita de Cotas Seniores que tenha sido realizada.

11.8.1. – As despesas relacionadas ao registro da Oferta 400 ou da Oferta Restrita serão consideradas como Encargos do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do disposto no Capítulo XVII deste Regulamento.

11.8.2. – Sem prejuízo da observância dos termos e condições estabelecidos neste Regulamento, os anúncios de início das Ofertas 400 apresentarão os termos e condições de cada Oferta 400, bem como informarão as condições e os prazos para subscrição e integralização das Cotas Seniores de cada emissão.

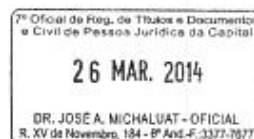
#### Colocação das Cotas Subordinadas

11.9. – As Cotas Subordinadas serão objeto de Oferta Restrita nos termos da Instrução CVM 476 e serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s). O Fundo poderá realizar Ofertas Restritas de Cotas Subordinadas a qualquer momento, inclusive durante o prazo de até 4 (quatro) meses contados da data de encerramento da última Oferta Restrita de Cotas Subordinadas que tenha sido realizada, desde que referida Oferta Restrita seja destinada exclusivamente aos Cotistas Subordinados e que as referidas Cotas Subordinadas não sejam admitidas para negociação em mercados regulamentados.

#### Subscrição e Integralização das Cotas

11.10. – As Cotas deverão ser subscritas até a data de encerramento da respectiva Oferta 400 ou Oferta Restrita, conforme prazo estabelecido nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Cotas. No ato da subscrição de Cotas, o subscritor:

- (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização de Cotas, que será autenticado pela sociedade integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários responsável pela Oferta 400 ou pela Oferta Restrita;
- (ii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e do prospecto da Oferta 400 ou da Oferta Restrita, conforme aplicável; e



27



- (iii) deverá declarar, por meio da assinatura do Termo de Adesão, que recebeu um exemplar atualizado deste Regulamento e, se for o caso, do prospecto da Oferta 400, bem como declarar sua condição de Investidor Qualificado e atestar que está ciente, dentre outras coisas, (a) das disposições contidas neste Regulamento e, se for o caso, no prospecto da Oferta 400, e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, assim como da política de investimento do Fundo, descritos neste Regulamento e, se for o caso, no prospecto da Oferta 400.

11.11. – As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas serão integralizadas à vista, no ato da respectiva subscrição.

11.12. – As Cotas serão integralizadas pelo respectivo Preço de Integralização, em moeda corrente nacional, (i) por meio do MDA administrado e operacionalizado pela CETIP, ou (ii) por meio de Transferência Eletrônica Disponível do respectivo valor na Conta Autorizada do Fundo.

#### Crterios para Apurao do Valor das Cotas Seniores

11.13. – A partir do primeiro Dia Útil seguinte à data da primeira integralização de Cotas no âmbito de cada emissão, cada Cota Senior de cada emissão terá seu valor unitário calculado diariamente pelo Custodiante, na abertura de cada Dia Útil, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, de acordo com a fórmula descrita nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Cotas.

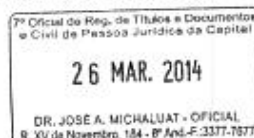
#### Crterios para Apurao do Valor das Cotas Subordinadas

11.14. – A partir do primeiro Dia Útil seguinte à data da primeira integralização de Cotas no âmbito de cada emissão, cada Cota Subordinada de cada emissão terá seu valor unitário calculado diariamente pelo Custodiante, para fins de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, observado que tal valor será equivalente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido, deduzido o valor atualizado de todas as Cotas Seniores em circulação na ocasião, pelo número total de Cotas Subordinadas em circulação na respectiva data de apuração do seu valor.

#### Negociao das Cotas

11.15. – As Cotas Seniores serão registradas para distribuição no MDA, sendo negociadas por meio do Módulo CETIP 21, administrado e operacionalizado pela CETIP.

11.15.1. – Na hipótese de negociação das Cotas Seniores em operações conduzidas no mercado secundário nos termos do item 11.16 abaixo, o agente intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a classificação do novo Cotista como Investidor Qualificado.



11.15.2. – Na hipótese de cessão ou transferência das Cotas Seniores, o Cotista vendedor das Cotas Seniores deverá: (a) obter do respectivo adquirente (i) Termo de Adesão devidamente assinado, (ii) declaração de Investidor Qualificado, e (iii) cadastro nos termos da Instrução CVM 301; e (b) enviar imediatamente ao Administrador os documentos de que trata este item.

11.16. – As Cotas Subordinadas, as quais serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Cotista Subordinado nos termos deste Regulamento, não serão objeto de negociação, transferência ou qualquer forma de oneração, sendo proibida a sua transferência para ou a sua oneração em benefício de terceiros, (i) salvo mediante prévia aprovação da Assembleia Geral e observado o disposto abaixo, ou (ii) salvo negociação entre os Cotistas Subordinados, que não dependerá de prévia aprovação da Assembleia Geral.

11.16.1. – Sem prejuízo do disposto acima, a negociação ou transferência das Cotas Subordinadas em mercado de balcão organizado dependerá de prévio registro na CVM, nos termos da regulamentação em vigor, bem como no MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

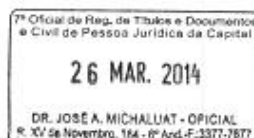
11.16.2. – Sem prejuízo do disposto acima, as despesas relacionadas ao registro das Cotas Subordinadas em sistemas de negociação e relacionadas ao eventual registro das Cotas Subordinadas na CVM, nos termos da regulamentação em vigor, serão consideradas Encargos do Fundo.

#### Classificação de Risco das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas

11.17. – As Cotas Seniores serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco.

11.18. – A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação das Cotas Subordinadas. Caso a Assembleia Geral aprove o registro das Cotas Subordinadas para negociação em mercado de balcão organizado, observado o disposto nos itens 11.16. e 11.16.1. acima, a Agência Classificadora de Risco também deverá ser contratada para realizar a avaliação das Cotas Subordinadas.

11.19. – O rebaixamento (i) de 2 (dois) níveis da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída pela Agência Classificadora de Risco às Cotas Seniores será considerado um Evento de Avaliação, e (ii) de 3 (três) ou mais níveis da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída pela Agência Classificadora de Risco às Cotas Seniores será considerado um Evento de Liquidação Antecipada, implicando a adoção das medidas cabíveis pelo Administrador, nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento.



29

## CAPÍTULO XII – DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

## CAPÍTULO XIII – DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS COTAS

### Condições Gerais e Forma de Pagamento de Amortizações e Resgates

13.1. – A distribuição de principal e quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Cotistas será feita exclusivamente mediante amortização ou resgate de Cotas, observado o disposto neste Capítulo XIII e nos Capítulos XIV e XV. As Cotas Seniores serão amortizadas anualmente, em observância aos cronogramas e critérios de pagamento de amortização e resgate previstos nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Cotas Seniores.

13.2. – Quaisquer pagamentos aos Cotistas a título de amortização de Cotas Seniores deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Cotas Seniores da respectiva série, em benefício de todos os Cotistas titulares das Cotas Seniores objeto de amortização. Quaisquer pagamentos aos Cotistas a título de amortização de Cotas Subordinadas deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Cotas Subordinadas, em benefício de todos os Cotistas titulares de Cotas Subordinadas.

13.3. – Sem prejuízo do disposto nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Cotas, (i) as Cotas Seniores referentes a cada série de Cotas somente serão resgatadas após o pagamento integral das parcelas de amortização das Cotas Seniores emitidas e em circulação referentes à respectiva série ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro, e (ii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral do resgate das Cotas Seniores emitidas e em circulação ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro.

13.3.1. – As Cotas objeto de resgate serão canceladas pelo Administrador.

13.4. – Os pagamentos das parcelas de amortização ou de resgate das Cotas serão efetuados em moeda corrente nacional, pelo valor da Cota de abertura no dia do pagamento, calculado nos termos deste Regulamento e dos Suplementos referentes a cada emissão/série de Cotas, mediante depósito em conta corrente de titularidade dos Cotistas realizado por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central, ou por meio da CETIP, conforme o caso, sendo que, no caso de amortização, o valor das Cotas será reduzido à razão do valor efetivamente amortizado.

13.5. – Quando a data estabelecida para pagamento de amortização ou resgate de Cotas cair em dia que não seja Dia Útil, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil seguinte, pelo valor da Cota de abertura no dia do pagamento.



30



13.6 – As Cotas serão amortizadas conforme o disposto neste Capítulo e nos Suplementos referentes a cada série de Cotas Seniores, sendo resgatadas integralmente somente na Data de Resgate. Na Data de Resgate, os valores mantidos na Conta Autorizada do Fundo, observada a ordem de preferência das Cotas e a ordem de alocação de recursos previstas neste Regulamento, serão destinados ao pagamento do resgate das Cotas.

Condições Especiais Aplicáveis às Amortizações das Cotas Subordinadas

13.7. – Em cada Data de Amortização de Cotas, desde que não haja um Evento de Avaliação, Evento de Liquidação Antecipada ou Evento de Liquidação Antecipada Imediata em andamento, os Cotistas Subordinados poderão ter a Amortização Extraordinária de suas Cotas Subordinadas, em moeda corrente nacional, mediante solicitação por escrito ao Administrador, com antecedência de 5 (cinco) Dias Úteis, desde que, após o pagamento extraordinário de amortização das Cotas Subordinadas de que trata este inciso, o Índice de Cobertura seja mantido conforme estabelecido neste Regulamento.

**CAPÍTULO XIV – DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE COTAS  
MEDIANTE A ENTREGA DE DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E DE ATIVOS  
FINANCEIROS EM PAGAMENTO**

14.1. – Observado o disposto no item 14.2 abaixo, caso o Fundo não detenha, na data de liquidação do Fundo, recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate devido às Cotas em circulação, as Cotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a entrega de parte ou da totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira em pagamento aos Cotistas. Nesta hipótese, o resgate deverá ocorrer fora do ambiente da CETIP.

14.1.1. – Qualquer entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e/ou Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos Cotistas deverá ser realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando a proporção do número de Cotas devido por cada um dos Cotistas no momento do rateio em relação ao Patrimônio Líquido, observados os exatos termos dos procedimentos estabelecidos neste Capítulo.

14.1.2. – Para fins do disposto neste Capítulo, as Cotas Seniores referentes a cada emissão/série terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Cotas Subordinadas em circulação, observado que as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral das Cotas Seniores.

14.2. – A Assembleia Geral deverá deliberar sobre os procedimentos de entrega dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira como forma de pagamento aos Cotistas pelo resgate de suas Cotas, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XII deste Regulamento e a regulamentação aplicável.



14.2.1. – Na hipótese da Assembleia Geral referida no item 14.2 acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de entrega dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros em pagamento aos Cotistas, para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios Elegíveis e os Ativos Financeiros serão entregues em pagamento aos Cotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o valor total das Cotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

14.2.2. – O Administrador deverá notificar os Cotistas (i) por meio de carta endereçada a cada um dos Cotistas, (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Cotistas, ou (iii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme item 24.3 deste Regulamento, para que os Cotistas elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros, na forma do artigo 1.323 do Código Civil, informando a proporção de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros a que cada Cotista faz jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Cotistas após a constituição do condomínio.

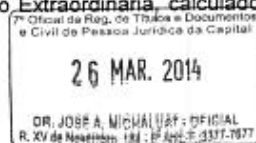
14.2.3. – Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da notificação acima referida, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em circulação.

14.2.4. – O Custodiante fará a guarda dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos respectivos Documentos Comprobatórios e Ativos Financeiros pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contado da data da realização da Assembleia Geral de que trata o item 14.2 acima, dentro do qual o administrador do condomínio indicará ao Custodiante hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios Elegíveis, Documentos Comprobatórios respectivos e Ativos Financeiros. Expirado este prazo, o [Administrador] poderá promover a consignação dos Direitos Creditórios Elegíveis, dos Documentos Comprobatórios respectivos e dos Ativos Financeiros, na forma do artigo 334 do Código Civil.

#### **CAPÍTULO XV – DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA FINS DE ENQUADRAMENTO DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DESENQUADRAMENTO DO ÍNDICE DE COBERTURA**

##### Amortização Extraordinária

15.1. – O Administrador poderá realizar, a qualquer tempo e em igualdade de condições, a Amortização Extraordinária das Cotas Seniores em circulação, pelo valor atualizado das Cotas Seniores em circulação na data da Amortização Extraordinária, calculado de acordo



32



com o disposto neste Regulamento e nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Cotas, exclusivamente para fins de enquadramento do do Fundo à Alocação Mínima de Investimento e/ou à política de investimento descrita no Capítulo VIII deste Regulamento, observado o disposto no item 15.3 abaixo.

15.1.1. – Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária nos termos deste Capítulo, todos os Cotistas serão previamente notificados pelo Administrador, por escrito, por carta ou email com, no mínimo, 1 (um) Dia Útil de antecedência, inclusive sobre o valor total esperado no âmbito de cada Amortização Extraordinária.

15.2. – Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional e em igualdade de condições.

#### Desenquadramento do Índice de Cobertura

15.3. – Sem prejuízo do disposto no item 13.7 acima, o Administrador confirmará, diariamente, se o Índice de Cobertura está sendo mantido nos termos do item 11.6 acima, respectivamente, sendo que, caso seja constatado qualquer desenquadramento do Índice de Cobertura, o Administrador comunicará imediatamente a ocorrência de tal fato aos Cotistas Subordinados.

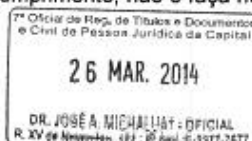
15.4. – Nas hipóteses descritas no item 15.3 acima, o Administrador poderá realizar emissões de novas Cotas Subordinadas, sem necessidade de autorização prévia da Assembleia Geral.

### **CAPÍTULO XVI – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA IMEDIATA**

#### Eventos de Avaliação

16.1. – São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

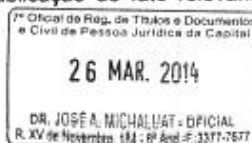
- (i) não observância, pelo Administrador, dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e/ou na legislação e regulamentação aplicáveis às suas atividades de administrador do Fundo e gestor da Carteira, desde que, comunicado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;
- (ii) não observância, pelo Custodiante, quando contratado, dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão e/ou na legislação e regulamentação aplicáveis às suas atividades na qualidade de Custodiante do Fundo, conforme o caso, desde que, comunicado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de



33

5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;

- (iii) hipótese de rescisão e/ou resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante;
- (iv) não cumprimento, pelo Cedente, de qualquer de suas obrigações previstas neste Regulamento e/ou no Contrato de Cessão, desde que, comunicado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;
- (v) na hipótese de resilição do Contrato de Cessão;
- (vi) observado o disposto no Regulamento, caso o Fundo deixe de estar enquadrado na Alocação Mínima de Investimento por período igual ou superior a 30 (trinta) dias consecutivos;
- (vii) observado o disposto no Regulamento, desenquadramento do Índice de Cobertura por período igual ou superior a [30 (trinta)] dias consecutivos;
- (viii) na ocorrência de rebaixamento em 2 (dois) níveis da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Cotas Seniores de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência Classificadora de Risco;
- (ix) modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante das Sacadas e que venham a impactar de maneira adversa e relevante ou impedir o cumprimento das obrigações das Sacadas;
- (x) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações financeiras das Sacadas, cujo valor presente, individual ou agregado, seja superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, que possa comprometer a capacidade de pagamento das Sacadas, observados os prazos de cura previstos nos Contratos Lastros;
- (xi) ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou qualquer tipo de reorganização societária envolvendo qualquer das Sacadas, exceto: (a) por operações de reorganização societária (incluindo incorporações, cisões ou fusões) envolvendo, individual ou coletivamente, as Sacadas, suas controladas e a respectiva controladora; ou (b) por operações de reorganização societária (incluindo incorporações, cisões ou fusões) ocorridas em razão das operações divulgadas por meio dos Fatos Relevantes datados de 2 de outubro de 2013 e 20 de fevereiro de 2014; ou (c) mudança, direta ou indireta, de controle acionário das Sacadas, que não resulte na redução de dois dos três *ratings* das mesmas em pelo menos dois níveis ("*notches*"), em relação aos seus *ratings* no momento imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre a



34

alteração de controle;

- (xii) protestos de títulos contra as Sacadas, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da data de intimação para pagamento do protesto ou no prazo estabelecido para pagamento, caso inferior aos 15 (quinze) dias úteis, tiver sido comprovado que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado ou susinado; (c) foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (d) o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;
- (xiii) não cumprimento, no prazo determinado, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, de natureza condenatória, que resulte, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento pelas Sacadas, de montante individual ou agregado, igual ou superior a [R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)];
- (xiv) alienação, prestação de garantias a terceiros ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos das Sacadas, exceto se feita (a) para a prestação de garantias em processos judiciais e administrativos, ou (b) em favor de sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico das Sacadas, (c) no caso de alienação de bens e direitos, se realizada em condições usuais de mercado (*arms length*), ou (d) no curso normal dos negócios das Sacadas; e, de toda forma, desde que tal alienação, prestação de garantia a terceiros ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos das Sacadas não comprometa o cumprimento das obrigações das Sacadas nos termos dos Contratos Lastro;
- (xv) revogação, término, apropriação, suspensão, modificação adversa, cancelamento ou a não renovação das concessões para a prestação de serviços públicos de telecomunicação detidas pelas Sacadas que comprometa, individualmente, 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA da Sacadas titular da concessão em questão e que não seja sanada em um prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da data em que as Sacadas tiverem ciência da respectiva ocorrência;
- (xvi) dissolução ou extinção do Cedente;
- (xvii) existência de evidência de que o Cedente tenha (a) emitido ou permitido, deliberadamente, com culpa ou dolo, a emissão de Documentos Comprobatórios para origem de Direitos Creditórios Elegíveis sem lastro, ou (b) oferecido ao Fundo Direitos Creditórios sobre os quais recaiam quaisquer ônus,



35



gravames ou restrições, que tenham sido constituídos previamente à sua cessão ao Fundo;

(xviii) se for apurada inexatidão grave ou falsidade de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido, respectivamente, firmado, prestado ou entregue pelo Cedente ou por terceiros válida e legalmente agindo em nome do Cedente nos termos do Contrato de Cessão e/ou em outros documentos e instrumentos, direta ou indiretamente, relacionados ao referido contrato;

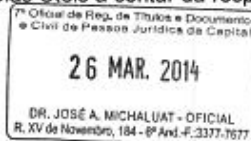
(xix) alteração do objeto social do Cedente, de modo que o Cedente deixe de atuar no segmento de teleatendimento em geral (*contact center*), nos termos do seu Estatuto Social em vigor na data de assinatura do Contrato de Cessão.

16.2. – Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios imediatamente, mediante comunicado por escrito do Administrador ao Custodiante e ao Cedente, sendo que o Administrador convocará, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do dia que tomar ciência do Evento de Avaliação, a Assembleia Geral nos termos deste Regulamento para avaliar o grau de comprometimento do Fundo. Caso os Cotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação Antecipada, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo. Neste caso, o Administrador, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovado pelos referidos Cotistas na Assembleia Geral. Caso os Cotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação Antecipada, serão adotados os procedimentos definidos nos itens 16.3.1, 16.3.2, 16.3.4 ou 16.3.5 abaixo, conforme o caso.

#### Eventos de Liquidação Antecipada

16.3. – Além das hipóteses previstas na regulamentação aplicável, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;
- (ii) na hipótese de rescisão e/ou rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (iii) não pagamento, em qualquer Data de Amortização e/ou Data de Resgate de Cotas Seniores conforme estabelecidas nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Cotas, do valor da amortização e/ou do valor do resgate das Cotas Seniores que não seja sanado no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da respectiva Data



de Amortização e/ou Data de Resgate de Cotas Seniores, conforme estabelecidas nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Cotas;

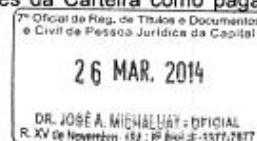
- (iv) na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral não nomear instituição habilitada para substituí-lo, nos termos estabelecidos neste Regulamento;
- (v) na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização ou resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento; e
- (vi) na ocorrência de rebaixamento de mais de 3 (três) ou mais níveis na classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Cotas Seniores, de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência Classificadora de Risco.

16.3.1. – Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, o Fundo imediatamente interromperá a aquisição de Direitos Creditórios, mediante comunicado do Administrador ao Custodiante e ao Cedente, sendo que o Administrador convocará, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do dia que tomar ciência do Evento de Liquidação Antecipada, Assembleia Geral para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do Fundo.

16.3.2. – Na Assembleia Geral mencionada no item 16.3.1 acima, os titulares de Cotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo XII deste Regulamento, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

16.3.3. – Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Cotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá dar início imediato aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo em observância ao disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

16.3.4. – Caso a Assembleia Geral delibere pela não liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, será concedido Direito de Dissidência aos Cotistas Dissidentes. Nessas hipóteses, o resgate antecipado das Cotas Seniores de titularidade dos Cotistas Dissidentes será pago em até 30 (trinta) dias contados da data de realização da referida Assembleia Geral, pelo valor de abertura de suas Cotas Seniores no dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento. Os Cotistas Dissidentes deverão informar ao Administrador sobre a sua intenção de exercer o Direito de Dissidência na Assembleia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, sob pena de não mais poderem exercer o seu Direito de Dissidência em momento posterior. Os pagamentos referentes ao resgate antecipado das Cotas Seniores de titularidade dos Cotistas Dissidentes serão realizados pelo Administrador na medida em que o Fundo tenha recursos para tanto. Se, ao final do prazo de 30 (trinta) dias acima referido, os Cotistas Dissidentes não tiverem recebido o pagamento integral referente ao resgate de suas Cotas Seniores em moeda corrente nacional, os Cotistas Dissidentes poderão receber Direitos Creditórios Elegíveis e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira como pagamento de



37

seu Direito de Dissidência, quando será aplicável o disposto no Capítulo XIV deste Regulamento.

16.3.5. – Na hipótese de a Assembleia Geral deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, todas as Cotas serão resgatadas até o final do Prazo para Resgate Antecipado, pelo valor de abertura da Cota do dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento, observado o seguinte procedimento:

- (i) as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas;
- (ii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Seniores;
- (iii) durante o Prazo para Resgate Antecipado, as Cotas serão resgatadas em moeda corrente nacional, na medida em que o Fundo tenha recursos em moeda corrente nacional disponíveis no montante de, no mínimo, R\$ [•] ([•]);
- (iv) os pagamentos de amortização e resgate referidos acima serão realizados em observância ao disposto no Capítulo XIX deste Regulamento; e
- (v) sem prejuízo do disposto neste Regulamento, se, no último Dia Útil do Prazo para Resgate Antecipado, a totalidade das Cotas não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Cotistas poderão receber Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira como forma de pagamento pelo resgate de suas Cotas, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no Capítulo XIV.

16.4. – Sem prejuízo do disposto no item 16.3 acima, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada Imediata quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) na hipótese de declaração de vencimento antecipado dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, nos termos dos Contratos Lastro;
- (ii) na hipótese de (a) liquidação ou dissolução das Sacadas; (b) decretação de falência das Sacadas; (c) decretação de autofalência das Sacadas; ou (d) pedido de falência das Sacadas ou da Cedente, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (e) pedido de recuperação judicial ou homologação de plano de recuperação extrajudicial das Sacadas;
- (iii) na hipótese de alteração de qualquer dos Contratos Lastro para prorrogar o prazo de vencimento dos Direitos Creditórios por período superior a [350 (trezentos e cinquenta)] dias contados da data da respectiva Notificação de Prorrogação e Cessão ou para reduzir ou modificar a respectiva Correção:



38



- (iv) na hipótese de ser proferida decisão judicial em qualquer grau de jurisdição e/ou decisão administrativa, que reconheça ilegalidade, inexistência ou ineficácia de qualquer dos Contratos Lastro, e que afete a existência ou validade dos Direitos Creditórios; e
- (v) na hipótese de não pagamento, pelas Sacadas, dos valores decorrentes da prestação dos serviços devidos por força dos Contratos Lastro, nos termos do artigo 397 do Código Civil Brasileiro, não sanado no prazo de 7 (sete) Dias Úteis contados da data de vencimento, inclusive em caso de não pagamento, total ou parcial, que venha decorrer de eventual compensação ou retenção realizada em desacordo com o disposto nos Contratos Lastro.

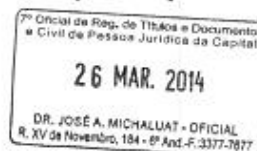
16.4.1. – Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada Imediata, o Fundo será imediatamente liquidado mediante o resgate antecipado de todas as Cotas Seniores em circulação até o final do Prazo para Resgate Imediato, pelo valor de abertura da Cota Senior do dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento, acrescido do Prêmio de Amortização/Resgate Antecipado, observado o procedimento previsto no item 16.3.5 acima.

16.4.2. – Sem prejuízo do disposto no item 16.4.1 acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada Imediata, o Administrador convocará, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do dia que tomar ciência do Evento de Liquidação Antecipada Imediata, Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo.

16.4.3. – Na Assembleia Geral mencionada no item 16.4.2 acima, os titulares de Cotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo XII deste Regulamento, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

16.4.4. – Na hipótese da Assembleia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido Direito de Dissidência aos Cotistas Dissidentes, observados os mesmos termos, condições e prazos previstos no item 16.3.4 acima.

16.56. – O direito do Cotista Subordinado ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Cotas Subordinadas e/ou qualquer direito de voto ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação Antecipada ou Evento de Liquidação Antecipada Imediata, até a data da deliberação, pela Assembleia Geral, de que (i) o referido Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada, sem prejuízo da prioridade dos titulares de Cotas Seniores no recebimento de pagamento de resgate de suas Cotas, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo; ou (ii) o referido Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada ou Evento de Liquidação Antecipada Imediata não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na Assembleia Geral.



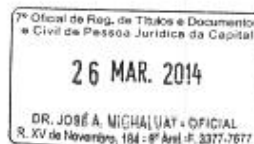
39

## CAPÍTULO XVII – DOS ENCARGOS DO FUNDO

17.1. – Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores independentes encarregados da revisão das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Cotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco;
- (xi) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, na forma do artigo 31, inciso I, da Instrução CVM 356; e
- (xii) despesas com a contratação de terceiros especializados para atuar na cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, nos termos do item 18.1 deste Regulamento.

17.2. Quaisquer despesas não previstas no item 19.1 abaixo como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.



40



17.3. – O Administrador, pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

17.4. – O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Cotistas.

## **CAPÍTULO XVIII – DOS PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA**

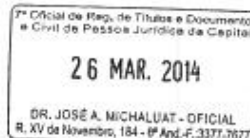
18.1. – No âmbito dos Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos será responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos. O Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos realizará suas funções em observância ao disposto neste Regulamento.

18.2. – Os Procedimentos de Cobrança a serem observados pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão limitados à contratação de terceiros especializados para, decorrido o prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento, iniciar a cobrança extrajudicial e judicial do Direito Creditório Inadimplido.

18.1.1. – Todos os custos e despesas que venham a ser incorridos pelo Fundo e pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos para salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou com a cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão suportados pelo Fundo e/ou dos Cotistas Subordinados, neste último caso, por meio de aporte de recursos no Fundo (mediante a subscrição e integralização de novas Cotas Subordinadas), proporcionalmente à participação de cada um dos referidos Cotistas na composição do Patrimônio Líquido, conforme aprovado em Assembleia Geral nos termos deste Regulamento.

18.1.2. – Caso os Cotistas Subordinados não se disponham a aportar recursos adicionais no Fundo para pagamento dos custos e despesas referidos no item 18.1.1 acima, conforme prazo estabelecido pelo Administrador, os Cotistas Seniores serão chamados para aportar tais recursos no Fundo (mediante a subscrição e integralização de novas Cotas Seniores), proporcionalmente à participação de cada um dos referidos Cotistas na composição do Patrimônio Líquido, conforme aprovado em Assembleia Geral nos termos deste Regulamento.

18.1.3. – O Administrador, o Custodiante ou o Cedente não estarão, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de tais Direitos Creditórios Inadimplidos nos termos dos itens 18.1.1 e 18.1.2 acima. O Administrador, o Custodiante ou o Cedente não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados aos Procedimentos de Cobrança.



18.2. – Fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes da assunção, pelos Cotistas Subordinados ou pelos Cotistas Seniores, conforme o caso, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador, o Custodiante e o Cedente não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive no caso dos Cotistas Subordinados ou dos Cotistas Seniores, conforme o caso, não aportarem os recursos suficientes para tanto na forma estabelecida neste Capítulo XVIII.

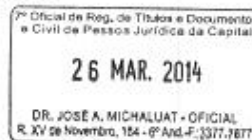
18.3. – Todos os valores aportados pelos Cotistas no Fundo nos termos deste Capítulo XVIII deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação, bem como decorrentes da não recuperação dos créditos referidos, dentro ou não do prazo de duração do Fundo.

#### **CAPÍTULO XIX – DA RESERVA DE PAGAMENTO, DA RESERVA DE CUSTOS E DA ORDEM DE PAGAMENTOS DO FUNDO**

19.1. – O Administrador constituirá Reserva de Pagamento em moeda corrente nacional e/ou Ativos Financeiros de liquidez imediata, que deverá ser correspondente a 100% (cem por cento) do Valor Futuro estimado até o 2º (segundo) dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

19.2. – Sem prejuízo do disposto no item 19.1 acima, o Administrador constituirá Reserva de Custos em moeda corrente nacional e/ou Ativos Financeiros de liquidez imediata, de acordo com os seguintes critérios:

- (xiii) durante o período entre a data da primeira integralização de Cotas e [o primeiro aniversário] do Fundo, o Administrador deverá manter Reserva de Custos correspondente a  $[*]\% [(*)]$  do Patrimônio Líquido;
- (xiv) durante o período entre a data do primeiro aniversário do Fundo e [o segundo aniversário] do Fundo, o Administrador deverá manter Reserva de Custos correspondente a  $[*]\% [(*)]$  do Patrimônio Líquido; e



- (xv) durante o período entre a data do segundo aniversário do Fundo e até [a data de liquidação] do Fundo, o Administrador deverá manter Reserva de Custos correspondente a [•]% [(•)] do Patrimônio Líquido.

19.3. – A partir da Primeira Data de Emissão, o Administrador deverá utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento de despesas e Encargos do Fundo, conforme descritos neste Regulamento;
- (ii) constituição da Reserva de Custos;
- (iii) constituição da Reserva de Pagamento;
- (iv) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Seniores;
- (v) aquisição de Direitos Creditórios; e
- (vi) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Subordinadas.

## **CAPÍTULO XX – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

20.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.

20.2. – O exercício social do Fundo encerrar-se-á em 31 de março de cada ano.

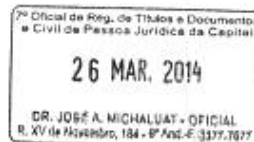
20.3. – O Fundo estará sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

20.4. – As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

## **CAPÍTULO XXI – DOS FATORES DE RISCO**

21.1. – Todo investidor interessado em adquirir Cotas deve, antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo, considerar os fatores de risco descritos a seguir.

21.1.1. – O Fundo, o Administrador e o Custodiante não se comprometeram e não poderão ser demandados a reembolsar os Cotistas por qualquer multa ou penalidade, dano, lucro cessante ou prejuízo de qualquer natureza que os Cotistas venham a sofrer em decorrência dos riscos descritos neste Regulamento.



43



#### Riscos de Mercado dos Ativos Financeiros

21.2. – Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido e a rentabilidade das Cotas.

21.3. – O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no item 11.13 deste Regulamento e o valor das Cotas Subordinadas será atualizado na forma estabelecida no item 11.14 deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros, e (ii) das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo o Administrador e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Cotistas, em razão dos descasamentos de que trata este item.

21.4. – A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado) e no Manual de Precificação do Custodiante. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como o critério de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira. As variações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido e a rentabilidade das Cotas.

#### Riscos de Crédito e de Liquidez; Ausência de Garantia

21.5. – Como regra geral, o Cedente somente terá responsabilidade pela cessão e formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência das Sacadas, devedoras dos Direitos Creditórios Elegíveis. Inexiste qualquer garantia, real ou fidejussória, por parte do Cedente ou de qualquer pessoa de que o pagamento dos Direitos Creditórios pelas Sacadas ao Fundo será efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado de acordo com os prazos e procedimentos avençados. A existência de Cotas Subordinadas no Fundo busca tão somente tentar garantir uma parcela de liquidez mínima ao Fundo e não uma garantia com relação à inadimplência de Direitos Creditórios do Fundo ou qualquer necessidade de caixa do Fundo. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Cotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios Elegíveis sejam pagos pelas



Sacadas e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Cotas ocorrerá integralmente nas datas programadas nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Cotas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante e pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos pelas Sacadas. Nestes casos, o Fundo somente terá recursos suficientes para proceder à amortização e/ou ao resgate das Cotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam devidamente pagos pelas Sacadas.

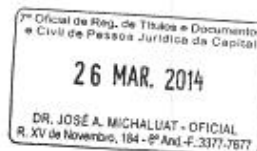
21.6. – Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

21.7. – O Fundo poderá incorrer em risco de crédito e de liquidez dos emissores dos Ativos Financeiros e, quando da liquidação das operações, realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as negociações de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

#### Risco de Descasamento entre as Taxas

21.8. – O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos Creditórios que são remunerados com base em taxa pré-fixada. Por outro lado, as Cotas Seniores serão atualizadas de acordo com a meta de rentabilidade das Cotas Seniores atreladas à Taxa DI, conforme estabelecido neste Regulamento, e, assim, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo; e (ii) das Cotas Seniores. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que o Administrador, o Cedente e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Cotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.]

#### Riscos envolvendo as Sacadas



21.9. – Riscos que podem afetar adversamente as Sacadas, caso materializados, poderão ocasionar perdas significativas ao Fundo e aos Cotistas. Dentre tais riscos, destacam-se os seguintes:

21.9.1. – Eventual dificuldade das Sacadas em implementar, tempestivamente e sem incorrer em custos não previstos, seus projetos pode retardar ou impedir a implementação de seus planos de negócios;

21.9.2. – Eventual aquisição de empresas pelas Sacadas, como parte de sua estratégia de crescimento, pode apresentar uma série de riscos à condição financeira das Sacadas;

21.9.3. – O nível do endividamento das Sacadas poderá restringir sua flexibilidade financeira e operacional;

21.9.4 – O uso de instrumentos de proteção patrimonial (*hedge*) no gerenciamento de risco pode afetar de forma material e adversa os resultados das Sacadas;

21.9.5. – Processos judiciais e administrativos envolvendo as Sacadas podem afetar adversamente os seus negócios, resultados operacionais e condições financeiras;

21.9.6. – A saída de membros chave da administração das Sacadas, ou sua incapacidade de atrair e manter membros qualificados para integrá-la, podem ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios;

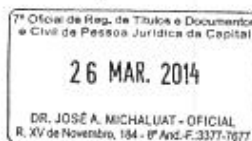
21.9.7. – As operações das Sacadas dependem de suas capacidades de manter, aperfeiçoar e operar, eficientemente, sua contabilidade, cobrança, serviços ao cliente, tecnologia da informação e gerenciamento de sistemas de informação e confiar nos sistemas de prestação de serviços de cobrança das empresas com as quais mantêm contratos de interconexão;

21.9.8. – O uso impróprio das redes das Sacadas pode afetar de forma adversa e relevante seus custos e resultados operacionais;

21.9.9. – As operações das Sacadas dependem de suas redes, sendo que uma eventual falha de sistema pode causar atrasos ou interrupções no serviço, o que pode trazer prejuízos às Sacadas;

21.9.10 – As coberturas de seguro contratadas pelas Sacadas podem ser insuficiente para ressarcir eventuais danos, podendo acarretar um efeito adverso nas atividades, resultados e condições financeiras das Sacadas;

21.9.11. – As alterações propostas na lei trabalhista brasileira podem afetar adversamente as relações trabalhistas das Sacadas; e





#### Risco de Concentração

21.10. – O Fundo poderá manter em sua Carteira (i) até 100% (cem por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis devidos pelas Sacadas; e (ii) dos recursos não alocados em Direitos Creditórios, até 20% (vinte por cento) do seu Patrimônio Líquido em Ativos Financeiros de uma mesma pessoa ou entidade. Desta forma, os níveis de concentração em determinado emissor e/ou devedor poderão expor o Fundo a maiores riscos de crédito, o que poderá ter um efeito negativo na rentabilidade do Fundo. O Fundo poderá apresentar um aumento na concentração quanto mais perto da Data de Resgate.

#### Riscos de Originação

21.11. – O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que tenham sido originados a partir dos Contratos Lastro. Não é possível assegurar que tais Contratos Lastro garantirão a qualidade dos Direitos Creditórios e/ou a solvência das Sacadas.

21.12. – A política de investimento do Fundo prevê a aquisição de Direitos Creditórios originados somente pelo Cedente, único cedente de Direitos Creditórios para o Fundo. Desta forma, no caso de comprometimento da capacidade de originação e cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, este não terá a opção de adquirir outros direitos creditórios de características semelhantes que sejam originados por cedente diverso.

#### Riscos de Liquidez

21.13. – O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Cotas a qualquer momento, de modo que as únicas formas que os Cotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação do Fundo em Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo XII deste Regulamento, e/ou (ii) venda de suas Cotas no mercado secundário. Ademais, os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Cotas que possibilite aos Cotistas sua alienação, caso estes assim decidam. Os Cotistas podem ter dificuldade em vender suas Cotas no mercado secundário, bem como, caso os Cotistas precisem vender suas Cotas, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação das Cotas poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio ao Cotista. O Fundo, o Administrador, o Cedente, o Custodiante e as Sacadas não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Cotas, Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros dos Cotistas que manifestem intenção de resgatar valores investidos no Fundo.

21.14. – O investimento do Fundo em Direitos Creditórios Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento



47

brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos Creditórios Elegíveis. Caso o Fundo precise vender os Direitos Creditórios Elegíveis, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos Creditórios Elegíveis poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

#### Ausência de Obrigação dos Cotistas Subordinados de Aportar Recursos no Fundo

21.15. – Os Cotistas Subordinados não têm qualquer obrigação, compromisso ou responsabilidade de aportar recursos no Fundo para fazer frente ao pagamento das exigibilidades do Fundo, recompor as Reservas de Custos e de Pagamento e/ou recompor o Índice de Cobertura. Caso os Cotistas Subordinados não realizem aportes adicionais de recursos no Fundo para fazer frente ao pagamento das exigibilidades do Fundo, recompor as Reservas de Custos e de Pagamento e/ou recompor o Índice de Cobertura, os Cotistas Seniores serão chamados para aportar tais recursos adicionais no Fundo e, por esse motivo, a rentabilidade de suas Cotas Seniores poderá impactada de forma negativa.

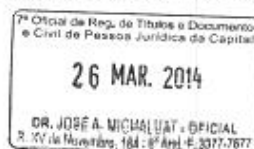
#### Insuficiência de Recursos para Pagamento de Amortizações e Resgates

21.16. – A liquidação dos Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo é a principal fonte de recursos do Fundo para efetuar as amortizações periódicas das Cotas Seniores. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra o Cedente quanto aos Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido adquiridos pelo Fundo, após o recebimento dos recursos relacionados aos Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a sua cobrança, judicial ou extrajudicial, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar as amortizações periódicas das Cotas Seniores.

#### Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos

21.18. – O Administrador, na qualidade de Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, será responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos em benefício do Fundo, de acordo com os Procedimentos de Cobrança. Não há como assegurar que o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos atuará de acordo com o disposto neste Regulamento com relação à cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Cotistas.

21.19. – Não há garantia de adimplemento dos Direitos Creditórios nem da eficácia dos Procedimentos de Cobrança. O Fundo, o Administrador, o Custodiante e/ou o Cedente não são responsáveis pelo adimplemento dos Direitos Creditórios. Não é possível garantir que o Procedimento de Cobrança dos Direitos Creditórios, inclusive dos Direitos Creditórios Inadimplidos, assegurará que os valores devidos ao Fundo relativos a tais Direitos Creditórios serão pagos ou recuperados, o que poderá afetar adversamente o Patrimônio



48



Líquido e, conseqüentemente, resultar na insuficiência de recursos no Fundo para efetuar os pagamentos nos prazos previstos neste Regulamento.

Riscos de Falhas de Procedimentos de Custódia, Cobrança e Conciliação

21.20. – O Cedente, o Fundo, o Administrador e o Custodiante não serão responsáveis pela solvência dos Direitos Creditórios Elegíveis e/ou pelo pagamento dos Direitos Creditórios Inadimplidos. Nos termos deste Regulamento e do Contrato de Custódia, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, pela cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis a vencer, pelo controle do pagamento diretamente na Conta Autorizada do Fundo e pela conciliação dos recursos provenientes da liquidação dos Direitos Creditórios depositados na Conta Autorizada do Fundo.

21.21. – Por sua vez, nos termos deste Regulamento, o Administrador, na qualidade de Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, será responsável por cobrar os Direitos Creditórios Inadimplidos, em observância aos Procedimentos de Cobrança, os quais não assegurarão que os valores devidos ao Fundo serão recuperados, e pela conciliação dos recursos provenientes da liquidação dos Direitos Creditórios depositados na Conta Autorizada do Fundo, com os Direitos Creditórios Inadimplidos.

21.22. Não há como assegurar que o Custodiante e o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos atuarão de acordo com o Contrato de Custódia e este Regulamento, respectivamente, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Cotistas. Falhas nos Procedimentos de Cobrança e controles internos adotados pelo Custodiante na cobrança e na conciliação dos Direitos Creditórios a vencer ou pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos na cobrança e na conciliação dos Direitos Creditórios Inadimplidos podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos Creditórios e sua respectiva cobrança. Caso o Custodiante e o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos não exerçam suas funções de acordo com os termos e condições deste Regulamento e, respectivamente, do Contrato de Custódia e deste Regulamento, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar em atraso no cronograma de amortização ou resgate das Cotas ou até mesmo em perdas aos Cotistas e ao Fundo.



#### Riscos de Sistemas

21.23. – Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do Cedente, do Custodiante, do Administrador e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos Creditórios poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

#### Riscos de Descontinuidade

21.24. – Conforme previsto neste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Cotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às datas previamente estabelecidas nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Cotas, inclusive, mas não se limitando, na ocorrência de Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação Antecipada ou conforme disposto no Capítulo XVI deste Regulamento. Deste modo, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador e pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

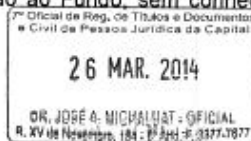
21.25. – Este Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral, quando da ocorrência de um Evento de Avaliação, Evento de Liquidação Antecipada ou Evento de Liquidação Antecipada Imediata, poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo e outras hipóteses em que o resgate das Cotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Cotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo, ou (ii) cobrar os valores devidos pelas Sacadas devedoras dos Direitos Creditórios Elegíveis.

#### Riscos Relacionados ao Pagamento Antecipado de Direitos Creditórios

21.26. – As Sacadas podem proceder ao pagamento antecipado, total ou parcial, ainda que sem descontos, dos Direitos Creditórios. Tais pagamentos antecipados podem reduzir o valor esperado dos Direitos Creditórios e trazer prejuízos ao Fundo.

#### Risco de Questionamento da Validade / Eficácia da Cessão

21.27. – O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos Creditórios Elegíveis serem alcançados por obrigações assumidas pelo Cedente e/ou qualquer das Sacadas em decorrência de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou decretação de falência do Cedente ou de qualquer das Sacadas. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios Elegíveis, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do



50

Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios Elegíveis, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelo Cedente ou qualquer das Sacadas, e (iv) na anulação ou resolução da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os seus credores pelo Cedente ou qualquer das Sacadas. Nestas hipóteses os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações do Cedente ou das Sacadas e o Patrimônio Líquido poderá ser afetado negativamente.

#### Risco de Fungibilidade

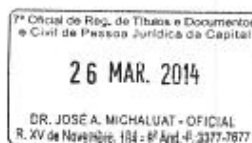
21.28. – Na hipótese de as Sacadas realizarem os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios diretamente para o Cedente, o Cedente deverá repassar tais valores ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão. Não há garantia de que o Cedente repassará tais recursos ao Fundo, na forma estabelecida em tal contrato, podendo haver o risco de fungibilidade decorrente da ausência de segregação de recursos de pagamentos dos Direitos Creditórios com outros recursos do Cedente, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para reaver tais recursos.

#### Inexistência de rendimento predeterminado

21.29. – O valor unitário das Cotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos neste Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio do Fundo que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Cotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, ou do Cedente em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, o Cotista titular de Cotas Seniores não fará jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Cotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Cotas.

#### Risco de Rebaixamento da Classificação de Risco das Cotas Seniores do Fundo

21.30. – Eventual rebaixamento na classificação de risco das Cotas Seniores poderá acarretar redução de liquidez das mesmas para negociação no mercado secundário. Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à carteira do Fundo são levados em consideração, tais como histórico de inadimplência. São analisados, também, fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira dos devedores de direitos creditórios, bem como a capacidade do Cedente de originar Direitos Creditórios. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação às Cotas





Seniores durante a vigência do Fundo poderá afetar negativamente a liquidez das mesmas e seu preço em negociações no mercado secundário, causando prejuízo aos Cotistas.

#### Risco de Governança

21.31. – Caso o Fundo venha a emitir novas Cotas Seniores ou caso seja criada uma nova classe de Cotas, mediante deliberação em Assembleia Geral, os novos Cotistas podem modificar a relação de poderes para alteração deste Regulamento. Ademais, este Regulamento, em razão de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral, bem como as condições nele previstas também podem ser revistas por decisão dos Cotistas em Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo de forma contrária ao interesse de parte dos Cotistas.

#### Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo

21.32. – Não há garantia do Administrador que conseguirá manter o Fundo como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Cotistas.

#### Risco de proveniente do uso de derivativos

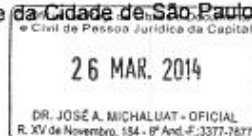
21.33. – A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais relevantes ao Fundo e aos Cotistas. Mesmo para o Fundo, que utilizará derivativos exclusivamente para proteção das posições detidas à vista, existe o risco da posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

#### Outros Riscos

21.34. – A propriedade das Cotas não confere aos Cotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios Elegíveis. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas detidas por cada um.

21.35. – As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, do Administrador, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Cotistas.

21.36. – Nos termos do artigo 130 da Lei de Registros Públicos, para que os termos e condições do Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão surtam efeitos contra terceiros desde a data de sua respectiva assinatura, o Contrato de Cessão e os Termos de Cessão devem ser levados a registro nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de São Paulo, Estado



52

de São Paulo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data de assinatura do Contrato de Cessão e de cada Termo de Cessão. O registro do Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão depois de decorrido o prazo legal produzirá efeitos perante terceiros somente a partir da data da sua apresentação nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos. Adicionalmente, para que o registro produza efeitos plenos, é necessário que o Contrato de Cessão e os Termos de Cessão conttenham informações que permitam a individualização dos Direitos Creditórios Elegíveis. De acordo com o Contrato de Cessão, os Termos de Cessão deverão ser registrados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Caso o Contrato de Cessão e/ou os Termos de Cessão não sejam levados a registro nos termos da Lei de Registros Públicos ou o Contrato de Cessão e/ou os Termos de Cessão sejam levados a registro depois de decorrido o prazo referido neste item ou, ainda, caso o registro dos Termos de Cessão não seja considerado como hábil para produção de efeitos plenos em função do nível de detalhamento de informações relativas aos Direitos Creditórios Elegíveis, o Fundo poderá sofrer perdas, caso terceiros, com base em tais circunstâncias, sejam capazes de impugnar ou questionar a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo.

[21.37. – Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Resolução previsto no Contrato de Cessão, o Cedente será obrigado a notificar imediatamente o Administrador e o Custodiante, por escrito, por meio de envio de arquivo eletrônico definido de comum acordo entre o Cedente e o Custodiante. Não há garantias de que o Cedente cumprirá com a sua obrigação referida acima e, caso não a cumpra, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus Direitos Creditórios.]

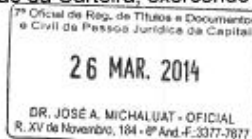
## **CAPÍTULO XXII – DO ADMINISTRADOR, CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO**

### Administração do Fundo

22.1. – O Fundo será administrado e a Carteira gerida pela **Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.418.140/0001-31, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM nº 2.528, de 29 de julho de 2003.

22.1.1. – O Administrador poderá ser destituído de suas funções, a qualquer momento e independentemente de qualquer notificação prévia, na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade única e exclusiva dos Cotistas, reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XII acima.

22.2. – Observadas a regulamentação em vigor e as limitações estabelecidas neste Regulamento, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e todos e quaisquer atos de gestão da Carteira, exercendo inclusive



53

os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Elegíveis e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

22.3. – O Administrador, por meio de publicação no periódico utilizado para divulgar informações do Fundo ou por meio de correspondência com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XII acima.

22.3.1. – Na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de que trata o item acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir o Administrador, ou (ii) não obtiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo XII acima, para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias corridos a contar da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral, observado, se for o caso, o disposto nos Capítulos XIV e XVI acima.

22.3.2. – Na hipótese de renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo e gestão da Carteira até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 40 (quarenta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral.

22.3.3. – Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do item 22.3.2 acima não substitua o Administrador dentro do prazo de 40 (quarenta) dias corridos mencionado acima, o Administrador poderá proceder à liquidação automática do Fundo, a partir do 40º (quadragésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembleia Geral que nomear a nova instituição administradora, devendo ser observado, se for o caso, o disposto no Capítulo XIV acima.

#### Custódia e Controladoria

22.4. – O Fundo contratou o **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, devidamente autorizada pela CVM a prestar serviços de custódia qualificada de títulos e valores mobiliários, para ser responsável pela prestação ao Fundo dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos ativos integrantes da Carteira.

22.4.1. – Sem prejuízo do disposto no item acima, o Custodiante será responsável pela verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade pelos Direitos Creditórios, em cada operação de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo.





22.4.2. – Nos termos do artigo 38, parágrafo 14, da Instrução CVM 356, o Custodiante realizará a verificação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios de forma individualizada e integral, ficando expressamente dispensado da obrigação de verificação trimestral de lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da Carteira.

22.4.3. – No âmbito dos serviços a serem prestados pelo Custodiante em relação ao Fundo, o Custodiante não será responsável, sob qualquer hipótese, pela indicação de Direitos Creditórios Inadimplidos a protesto ou pela inserção do nome das Sacadas, devedoras de Direitos Creditórios Inadimplidos, em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Cedente exercer referidas atividades.

22.4.4. – Sem prejuízo do disposto neste Regulamento e no Contrato de Custódia, caso aplicável, e nos demais instrumentos do qual seja parte, o Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo, nos termos do Contrato de Custódia.

#### Escrituração de Cotas

22.5. – O Administrador contratou o Agente de Escrituração para a prestação dos serviços de escrituração de Cotas.

### **CAPÍTULO XXIII – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR**

23.1. – A Taxa de Administração a ser paga pelo Fundo será composta pela Remuneração do Administrador, pela Remuneração do Custodiante e pela Remuneração do Escriturador, nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e do Contrato de Escrituração.

23.2. – Pela prestação dos serviços de administração do Fundo, inclusive gestão da Carteira, o Administrador fará jus à Remuneração do Administrador, a qual corresponderá a um montante fixo de até R\$[•] ([•]) por ocasião do encerramento da primeira Oferta 400 de Cotas Seniores do Fundo, somado ao valor mensal de R\$2.300,00 (dois mil e trezentos reais) acrescido de um dos seguintes valores, entre eles o maior: (i) valor fixo mensal de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) ou (ii) percentual anual, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sobre o valor do Patrimônio Líquido, calculado sobre o Patrimônio Líquido de acordo com o disposto a seguir:

- (a) 0,20% (vinte centésimos por cento), caso o Patrimônio Líquido seja inferior ou igual a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais); ou
- (b) 0,18% (dezoito centésimos por cento), caso o Patrimônio Líquido seja superior a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

23.2.1. – Excepcionalmente, durante o período inicial de 6 (seis) meses contados da data de constituição do Fundo, o valor fixo mensal de que trata o item 23.2. acima será de R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais). Após esse período, o valor fixo mensal passará a ser correspondente ao valor mencionado no inciso (i) do item 23.2. acima.



23.2.2. – Todos os valores em reais constantes do item 23.2.1. acima serão corrigidos anualmente, sempre no mês de janeiro, pela variação do IPC - FIPE (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) do ano anterior, ou na sua falta, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou, na falta de ambos, do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

23.3. – A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento desta parcela da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à primeira subscrição de Cotas, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a data da primeira subscrição de Cotas e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.

23.4. – O Fundo não cobrará taxa de performance, taxa de ingresso ou taxa de saída.

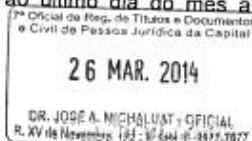
#### **CAPÍTULO XXIV – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

24.1. – O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Cotistas quanto à permanência no mesmo ou aquisição de novas Cotas de novas emissões, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Cotas.

24.2. – Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo previstas na regulamentação aplicável, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Cotas Seniores e/ou das Cotas Subordinadas.

24.3. – A divulgação de informações de que trata o item 24.1 acima será feita no jornal "DCI – Diário do Comércio, Indústria e Serviços", jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, e mantida disponível para os Cotistas na sede do Administrador e nas instituições que coloquem as Cotas, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Cotistas.

24.4. – O Administrador colocará à disposição dos Cotistas, em sua página mantida na rede mundial de computadores, em sua sede e dependências, e nas instituições que coloquem Cotas, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Cotas de propriedade de cada Cotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se





referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho obtido e o esperado.

24.5. – O Administrador deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se referam, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

24.6. – Sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação e neste Regulamento, o Diretor do Administrador responsável pelo Fundo perante a CVM, deverá elaborar demonstrativos trimestrais nos termos do Artigo 8º, parágrafo 3º, da Instrução CVM 356.

24.6.1. – Os demonstrativos trimestrais de que trata o item acima deverão ser enviados à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos Cotistas.

24.6.2. – Os demonstrativos trimestrais deverão ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

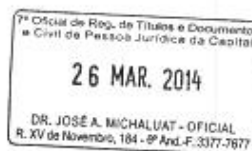
24.7. – O Administrador deverá divulgar, anualmente, no periódico referido no item 24.3 acima, além de manter disponíveis em sua sede e dependências, e nas instituições que coloquem Cotas: (i) o valor do Patrimônio Líquido; (ii) o valor das Cotas de cada classe; (iii) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem; e (iv) os relatórios da Agência Classificadora de Risco.

## **CAPÍTULO XXV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1. – Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Custodiante, o Cedente, as Sacadas e os Cotistas.

25.2. – No intuito de defender os interesses do Fundo e dos Cotistas, o Administrador adota a Política de Voto no exercício do direito de voto do Fundo em assembleias gerais dos emissores dos ativos integrantes da Carteira.

25.3. – A íntegra da Política de Voto encontra-se registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e está disponível na sede do Administrador e no *website* do Administrador "[www.intrag.com.br](http://www.intrag.com.br)".

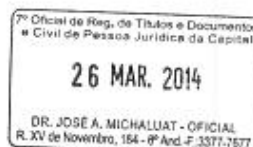


57

25.4. – Este Regulamento, seus eventuais aditamentos e os respectivos Suplementos serão levados a registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente localizado na Cidade da sede do Administrador.

25.5. – Fica eleito o foro do domicílio ou da sede do Cotista. Caso este não se situe em território brasileiro, fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo.

\* \* \* \* \*



**ANEXO I AO REGULAMENTO DO  
TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Modelo de Suplemento – Emissões de Séries de Cotas Seniores**

<b>Características da [●] Série de Cotas Seniores da [●] Emissão do Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</b>	
Número da Emissão	[●]
Quantidade de Séries da Emissão	[●] ([●])
Número da Série	[●] ([●])
Distribuidor	[●]
Montante Total da Emissão	R\$ [●] ([●])
Quantidade de Cotas Seniores da Emissão	[●] ([●])
Montante Total da Série	R\$ [●] ([●])
Quantidade de Cotas Seniores da [●] Série	[●] ([●])
Forma/Procedimento de Colocação	[●]
Preço de Emissão (preço por Cota)	R\$ [●] ([●])
Preço de Integralização (preço por Cota)	R\$ [●] ([●])
<i>Benchmark</i>	[●] ([●])
Crêterios de Cálculo do Valor das Cotas Seniores	[●]

7<sup>o</sup> Oficial de Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil da Pessoa Jurídica da Capital

**26 MAR. 2014**

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 164 - 8<sup>o</sup> And. F. 2022-2622

Cronograma de Amortização e Resgate das Cotas Seniores da [•] Série	[•]
Patrimônio Líquido antes desta Série	R\$ [•] ([•])
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Cotas desta Série	R\$ [•] ([•])



**ANEXO II AO REGULAMENTO DO  
TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Modelo de Suplemento – Emissões de Cotas Subordinadas**

<b>Características da [•] Emissão de Cotas Subordinadas do Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</b>	
Número da Emissão	[•]
Distribuidor	[•]
Montante Total da Emissão	R\$ [•] ([•])
Quantidade de Cotas Subordinadas da Emissão	[•] ([•])
Forma/Procedimento de Colocação	[•]
Preço de Emissão (preço por Cota)	R\$ [•] ([•])
Preço de Integralização (preço por Cota)	R\$ [•] ([•])
Patrimônio Líquido antes desta Emissão	R\$ [•] ([•])
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Cotas desta Emissão	R\$ [•] ([•])

1ª Oficial de Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica de Capital

**26 MAR. 2014**

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 184 - 8º And.F. 3377-7677

**ANEXO III AO REGULAMENTO DO  
TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Suplemento da Primeira Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão**

<b>Características da Primeira Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão do Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</b>	
Número da Emissão	Primeira
Quantidade de Séries da Emissão	6 (seis)
Número da Série	Primeira
Distribuidor	Banco Itaú BBA S.A.
Montante Total da Emissão	Até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Emissão	Até 24.000 (vinte e quatro mil)
Montante Total da Série	Até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Primeira Série	Até 4.000 (quatro mil)
Forma/Procedimento de Colocação	As Cotas Seniores serão objeto de Oferta 400, nos termos da Instrução CVM 400.
Preço de Emissão (preço por Cota)	R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais)
Preço de Integralização (preço por Cota)	<p>O Preço de Integralização das Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão será correspondente ao Preço de Emissão das Cotas Seniores da Primeira Emissão ajustado pelo valor de deságio a ser aplicado de maneira uniforme à primeira série de Cotas Seniores da Primeira Emissão, e que será definido e divulgado no momento da efetiva colocação das Cotas Seniores da referida série no âmbito da respectiva Oferta 400.</p> <p>O valor correspondente a eventual diferença entre o Preço de</p>

7º Oficial de Reg. de Títulos e Documentos  
e Cartório de Registro de Imóveis da Capital

**26 MAR. 2014**

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 184 - 8º And-F.3377-7677



	<p>Emissão e o Preço de Integralização de Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão será objeto de aporte no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s), por meio da subscrição e integralização de Cotas Subordinadas.</p> <p>A efetiva integralização de Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão estará condicionada, se aplicável, ao aporte de recursos no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s) nos termos do parágrafo acima.</p> <p>Este Suplemento será posteriormente aditado pelo Administrador, sem a necessidade de aprovação pela Assembleia Geral, para prever o valor final correspondente ao Preço de Integralização das Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão.</p>
Benchmark	[•]
Crêterios de Cálculo do Valor das Cotas Seniores	[•]
Cronograma de Amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da Primeira Série	[•]
Patrimônio Líquido antes desta Série	-
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Cotas desta Série	Até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)

7<sup>o</sup> Oficial de Reg. de Títulos e Documentos  
• Civil de Pessoa Jurídica de Capital

**26 MAR. 2014**

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 164 - 6<sup>o</sup> And.-F.3317-7877

**ANEXO IV AO REGULAMENTO DO  
TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Suplemento da Segunda Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão**

<b>Características da Segunda Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão do Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</b>	
Número da Emissão	Primeira
Quantidade de Séries da Emissão	6 (seis)
Número da Série	Segunda
Distribuidor	Banco Itaú BBA S.A.
Montante Total da Emissão	Até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Emissão	Até 24.000 (vinte e quatro mil)
Montante Total da Série	Até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Segunda Série	Até 4.000 (quatro mil)
Forma/Procedimento de Colocação	As Cotas Seniores serão objeto de Oferta 400, nos termos da Instrução CVM 400.
Preço de Emissão (preço por Cota)	R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais)
Preço de Integralização (preço por Cota)	<p>O Preço de Integralização das Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão será correspondente ao Preço de Emissão das Cotas Seniores da Primeira Emissão ajustado pelo valor de deságio a ser aplicado de maneira uniforme à segunda série de Cotas Seniores da Primeira Emissão, e que será definido e divulgado no momento da efetiva colocação das Cotas Seniores da referida série no âmbito da respectiva Oferta 400.</p> <p>O valor correspondente a eventual diferença entre o Preço de</p>

1ª Oficial de Reg. de Títulos e Documentos  
e Cart. de Passagem Jurídica de Capital

**26 MAR. 2014**

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 184 - 8º And.-F.3377-7677



	<p>Emissão e o Preço de Integralização de Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão será objeto de aporte no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s), por meio da subscrição e integralização de Cotas Subordinadas.</p> <p>A efetiva integralização de Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão estará condicionada, se aplicável, ao aporte de recursos no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s) nos termos do parágrafo acima.</p> <p>Este Suplemento será posteriormente aditado pelo Administrador, sem a necessidade de aprovação pela Assembleia Geral, para prever o valor final correspondente ao Preço de Integralização das Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão.</p>
Benchmark	[•]
Crítérios de Cálculo do Valor das Cotas Seniores	[•]
Cronograma de Amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da Segunda Série	[•]
Patrimônio Líquido antes desta Série	R\$ [•] ([•])
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Cotas desta Série	R\$ [•] ([•])

7ª Oficial de Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica de Capital

26 MAR. 2014

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 154 - 6º And.-F.3377-7577

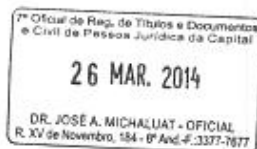
**ANEXO V AO REGULAMENTO DO  
TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Suplemento da Terceira Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão**

<b>Características da Terceira Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão do Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</b>	
Número da Emissão	Primeira
Quantidade de Séries da Emissão	6 (seis)
Número da Série	Terceira
Distribuidor	Banco Itaú BBA S.A.
Montante Total da Emissão	Até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Emissão	Até 24.000 (vinte e quatro mil)
Montante Total da Série	Até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Terceira Série	Até 4.000 (quatro mil)
Forma/Procedimento de Colocação	As Cotas Seniores serão objeto de Oferta 400, nos termos da Instrução CVM 400.
Preço de Emissão (preço por Cota)	R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais)
Preço de Integralização (preço por Cota)	<p>O Preço de Integralização das Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão será correspondente ao Preço de Emissão das Cotas Seniores da Primeira Emissão ajustado pelo valor de deságio a ser aplicado de maneira uniforme à terceira série de Cotas Seniores da Primeira Emissão, e que será definido e divulgado no momento da efetiva colocação das Cotas Seniores da referida série no âmbito da respectiva Oferta 400.</p> <p>O valor correspondente a eventual diferença entre o Preço de</p>



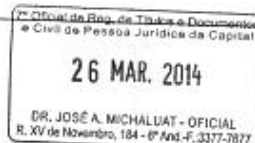
	<p>Emissão e o Preço de Integralização de Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão será objeto de aporte no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s), por meio da subscrição e integralização de Cotas Subordinadas.</p> <p>A efetiva integralização de Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão estará condicionada, se aplicável, ao aporte de recursos no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s) nos termos do parágrafo acima.</p> <p>Este Suplemento será posteriormente aditado pelo Administrador, sem a necessidade de aprovação pela Assembleia Geral, para prever o valor final correspondente ao Preço de Integralização das Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão.</p>
Benchmark	[•]
Crítérios de Cálculo do Valor das Cotas Seniores	[•]
Cronograma de Amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da Terceira Série	[•]
Patrimônio Líquido antes desta Série	R\$ [•] ([•])
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Cotas desta Série	R\$ [•] ([•])



**ANEXO VI AO REGULAMENTO DO  
TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Suplemento da Quarta Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão**

<b>Características da Quarta Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão do Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</b>	
Número da Emissão	Primeira
Quantidade de Séries da Emissão	6 (seis)
Número da Série	Quarta
Distribuidor	Banco Itaú BBA S.A.
Montante Total da Emissão	Até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Emissão	Até 24.000 (vinte e quatro mil)
Montante Total da Série	Até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Quarta Série	Até 4.000 (quatro mil)
Forma/Procedimento de Colocação	As Cotas Seniores serão objeto de Oferta 400, nos termos da Instrução CVM 400.
Preço de Emissão (preço por Cota)	R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais)
Preço de Integralização (preço por Cota)	<p>O Preço de Integralização das Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão será correspondente ao Preço de Emissão das Cotas Seniores da Primeira Emissão ajustado pelo valor de deságio a ser aplicado de maneira uniforme à quarta série de Cotas Seniores da Primeira Emissão, e que será definido e divulgado no momento da efetiva colocação das Cotas Seniores da referida série no âmbito da respectiva Oferta 400.</p> <p>O valor correspondente a eventual diferença entre o Preço de</p>



	<p>Emissão e o Preço de Integralização de Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão será objeto de aporte no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s), por meio da subscrição e integralização de Cotas Subordinadas.</p> <p>A efetiva integralização de Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão estará condicionada, se aplicável, ao aporte de recursos no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s) nos termos do parágrafo acima.</p> <p>Este Suplemento será posteriormente aditado pelo Administrador, sem a necessidade de aprovação pela Assembleia Geral, para prever o valor final correspondente ao Preço de Integralização das Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão.</p>
Benchmark	[•]
Crítérios de Cálculo do Valor das Cotas Seniores	[•]
Cronograma de Amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da Quarta Série	[•]
Patrimônio Líquido antes desta Série	R\$ [•] ([•])
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Cotas desta Série	R\$ [•] ([•])

2ª Oficial de Reg. de Títulos e Documentos  
 e Civil de Pessoa Jurídica da Capital  
**26 MAR. 2014**  
 DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
 R. XV de Novembro, 184 - 6º And.-F. 3377-7877



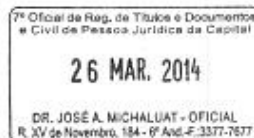
**ANEXO VII AO REGULAMENTO DO  
TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Suplemento da Quinta Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão**

<b>Características da Quinta Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão do Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</b>	
Número da Emissão	Primeira
Quantidade de Séries da Emissão	6 (seis)
Número da Série	Quinta
Distribuidor	Banco Itaú BBA S.A.
Montante Total da Emissão	Até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Emissão	Até 24.000 (vinte e quatro mil)
Montante Total da Série	Até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Quinta Série	Até 4.000 (quatro mil)
Forma/Procedimento de Colocação	As Cotas Seniores serão objeto de Oferta 400, nos termos da Instrução CVM 400.
Preço de Emissão (preço por Cota)	R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais)
Preço de Integralização (preço por Cota)	<p>O Preço de Integralização das Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão será correspondente ao Preço de Emissão das Cotas Seniores da Primeira Emissão ajustado pelo valor de deságio a ser aplicado de maneira uniforme à quinta série de Cotas Seniores da Primeira Emissão, e que será definido e divulgado no momento da efetiva colocação das Cotas Seniores da referida série no âmbito da respectiva Oferta 400.</p> <p>O valor correspondente a eventual diferença entre o Preço de</p>



	<p>Emissão e o Preço de Integralização de Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão será objeto de aporte no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s), por meio da subscrição e integralização de Cotas Subordinadas.</p> <p>A efetiva integralização de Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão estará condicionada, se aplicável, ao aporte de recursos no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s) nos termos do parágrafo acima.</p> <p>Este Suplemento será posteriormente aditado pelo Administrador, sem a necessidade de aprovação pela Assembleia Geral, para prever o valor final correspondente ao Preço de Integralização das Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão.</p>
Benchmark	[•]
Crítérios de Cálculo do Valor das Cotas Seniores	[•]
Cronograma de Amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da Quinta Série	[•]
Patrimônio Líquido antes desta Série	R\$ [•] ([•])
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Cotas desta Série	R\$ [•] ([•])



**ANEXO VIII AO REGULAMENTO DO  
TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Suplemento da Sexta Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão**

<b>Características da Sexta Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão do Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</b>	
Número da Emissão	Primeira
Quantidade de Séries da Emissão	6 (seis)
Número da Série	Sexta
Distribuidor	Banco Itaú BBA S.A.
Montante Total da Emissão	Até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Emissão	Até 24.000 (vinte e quatro mil)
Montante Total da Série	Até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Sexta Série	Até 4.000 (quatro mil)
Forma/Procedimento de Colocação	As Cotas Seniores serão objeto de Oferta 400, nos termos da Instrução CVM 400.
Preço de Emissão (preço por Cota)	R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais)
Preço de Integralização (preço por Cota)	<p>O Preço de Integralização das Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão será correspondente ao Preço de Emissão das Cotas Seniores da Primeira Emissão ajustado pelo valor de deságio a ser aplicado de maneira uniforme à sexta série de Cotas Seniores da Primeira Emissão, e que será definido e divulgado no momento da efetiva colocação das Cotas Seniores da referida série no âmbito da respectiva Oferta 400.</p> <p>O valor correspondente a eventual diferença entre o Preço de</p>

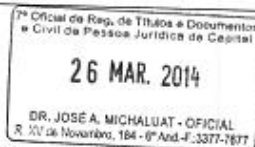
7º Oficial de Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital

**26 MAR. 2014**

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 184 - 8º And. - F. 3371-7537



	<p>Emissão e o Preço de Integralização de Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão será objeto de aporte no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s), por meio da subscrição e integralização de Cotas Subordinadas.</p> <p>A efetiva integralização de Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão estará condicionada, se aplicável, ao aporte de recursos no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s) nos termos do parágrafo acima.</p> <p>Este Suplemento será posteriormente aditado pelo Administrador, sem a necessidade de aprovação pela Assembleia Geral, para prever o valor final correspondente ao Preço de Integralização das Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão.</p>
Benchmark	[•]
Crêterios de Cálculo do Valor das Cotas Seniores	[•]
Cronograma de Amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da Sexta Série	[•]
Patrimônio Líquido antes desta Série	R\$ [•] ([•])
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Cotas desta Série	R\$ [•] ([•])



**ANEXO IX AO REGULAMENTO DO  
TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Suplemento da Primeira Emissão de Cotas Subordinadas**

<b>Características da Primeira Emissão de Cotas Subordinadas do Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</b>	
Número da Emissão	Primeira
Distribuidor	Banco Itaú BBA S.A.
Montante Total da Emissão	R\$ [●] ([●])
Quantidade de Cotas Subordinadas da Emissão	[●] ([●])
Forma/Procedimento de Colocação	As Cotas Subordinadas serão objeto de Oferta Restrita, nos termos da Instrução CVM 476, e serão totalmente subscritas e integralizadas pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s).
Preço de Emissão (preço por Cota)	R\$ [●] ([●])
Preço de Integralização (preço por Cota)	R\$ [●] ([●])
Patrimônio Líquido antes desta Emissão	R\$ [●] ([●])
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Cotas desta Emissão	R\$ [●] ([●])

7º Oficial de Reg. de Títulos e Documentos  
• Civil de Pessoas Jurídicas de Capital

**26 MAR. 2014**

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 184 - 6º And-F-3371-7577

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**  
**CNPJ/MF nº 62.418.140/0001-31**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO**  
**TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**  
**CNPJ/MF nº 19.997.606/0001-71**

Por este instrumento particular, **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.418.140/0001-31, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM nº 2.528, de 29 de julho de 2003 ("Administrador"), na qualidade de administrador do **TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 19.997.606/0001-71 ("Fundo"), em razão da inexistência de qualquer cotista do Fundo nesta data, resolve aprovar a nova versão do regulamento do Fundo ("Regulamento"), incluindo os suplementos referentes a cada uma das séries de cotas seniores e à primeira emissão de cotas subordinadas, nos termos do Anexo I ao presente.

Este instrumento de alteração e o Regulamento com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 11 de junho de 2014.


**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

---

**REGULAMENTO DO  
TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

---

São Paulo, 11 de junho de 2014

 Assinado  
digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALUAT:03459632882  
11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10

## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I – DAS DEFINIÇÕES .....</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO II – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO III – DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO .....</b>	<b>17</b>
<b>E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO IV – DO OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO V – DOS DIREITOS CREDITÓRIOS .....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO VI – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS .....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO VII – DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO E OUTRAS REGRAS GERAIS REFERENTES À COBRANÇA E PAGAMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS.....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO VIII – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO.....</b>	<b>24</b>
<b>CAPÍTULO IX – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA .....</b>	<b>26</b>
<b>CAPÍTULO X – DA COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO .....</b>	<b>27</b>
<b>E DAS EMISSÕES DE COTAS .....</b>	<b>27</b>
<b>CAPÍTULO XI – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS .....</b>	<b>28</b>
<b>CAPÍTULO XII – DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS .....</b>	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO XIII – DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS COTAS.....</b>	<b>36</b>
<b>CAPÍTULO XIV – DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE COTAS MEDIANTE A ENTREGA DE DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E DE ATIVOS FINANCEIROS EM PAGAMENTO .....</b>	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO XV – DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA FINS DE ENQUADRAMENTO DO ÍNDICE DE COBERTURA, DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO .....</b>	<b>40</b>

<b>CAPÍTULO XVI – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA IMEDIATA.....</b>	<b>41</b>
<b>CAPÍTULO XVII – DOS ENCARGOS DO FUNDO .....</b>	<b>47</b>
<b>CAPÍTULO XVIII – DOS PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA .....</b>	<b>49</b>
<b>CAPÍTULO XIX – DA RESERVA DE PAGAMENTO, DA RESERVA DE CUSTOS E DA ORDEM DE PAGAMENTOS DO FUNDO .....</b>	<b>50</b>
<b>CAPÍTULO XX – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>51</b>
<b>CAPÍTULO XXI – DOS FATORES DE RISCO .....</b>	<b>51</b>
<b>CAPÍTULO XXII – DO ADMINISTRADOR, CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO .....</b>	<b>62</b>
<b>CAPÍTULO XXIII – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR.....</b>	<b>64</b>
<b>CAPÍTULO XXIV – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....</b>	<b>65</b>
<b>CAPÍTULO XXV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....</b>	<b>66</b>



## CAPÍTULO I – DAS DEFINIÇÕES

1.1. – Para fins do disposto neste Regulamento, os termos e expressões indicados em letra maiúscula neste Regulamento e em seus Anexos, no singular ou no plural, terão os significados a eles atribuídos neste Capítulo, exceto se de outra forma estiverem definidos neste Regulamento e/ou em seus Anexos:

**“Administrador”**: a partir da Primeira Data de Emissão, a Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.418.140/0001-31, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM nº 2.528, de 29 de julho de 2003;

**“Agência Classificadora de Risco”**: a partir da Primeira Data de Emissão, a Standard and Poor's Ratings do Brasil Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo, responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores. A Agência Classificadora de Risco somente poderá ser substituída pelo Administrador, observado que a agência classificadora de risco responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores seja, a qualquer momento durante o Prazo de Duração, a Standard and Poor's, a Moodys' ou Fitch Ratings;

**“Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos”**: a partir da Primeira Data de Emissão, o Administrador, diretamente ou por meio de terceiro(s) especializado(s) contratado(s) pelo Administrador, sob sua responsabilidade, às expensas do Fundo;

**“Agente Escriturador”**: a partir da Primeira Data de Emissão, a Itaú Corretora de Valores S.A., companhia fechada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, responsável pelos serviços de escrituração das Cotas;

**“Alocação Mínima de Investimento”**: é a razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, que deverá, após 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, ser igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis;

**“Amortização Extraordinária”**: a amortização extraordinária das Cotas Seniores em circulação realizada (i) para fins de enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura e/ou à Alocação Mínima de Investimento e/ou à política de investimento descrita no Capítulo VIII deste Regulamento, conforme prevista no Capítulo XV deste Regulamento, (ii) em razão do pagamento antecipado de Direitos Creditórios Elegíveis pelas respectivas Sacadas antes

das respectivas datas de vencimento, ou (iii) conforme decisão tomada em Assembleia Geral;

**“Anexo I”:** o Anexo I deste Regulamento, que contempla o modelo de Suplemento para cada série de cada emissão de Cotas Seniores;

**“Anexo II”:** o Anexo II deste Regulamento, que contempla o modelo de Suplemento para cada série de cada emissão de Cotas Subordinadas;

**“Anexo III”:** o Anexo III deste Regulamento, que contempla o Suplemento referente à primeira série de Cotas Seniores da Primeira Emissão;

**“Anexo IV”:** o Anexo IV deste Regulamento, que contempla o Suplemento referente à segunda série de Cotas Seniores da Primeira Emissão;

**“Anexo V”:** o Anexo V deste Regulamento, que contempla o Suplemento referente à terceira série de Cotas Seniores da Primeira Emissão;

**“Anexo VI”:** o Anexo VI deste Regulamento, que contempla o Suplemento referente à quarta série de Cotas Seniores da Primeira Emissão;

**“Anexo VII”:** o Anexo VII deste Regulamento, que contempla o Suplemento referente à quinta série de Cotas Seniores da Primeira Emissão;

**“Anexo VIII”:** o Anexo VIII deste Regulamento, que contempla o Suplemento referente à sexta série de Cotas Seniores da Primeira Emissão;

**“Anexos”:** os Anexos I a VIII deste Regulamento, quando referidos em conjunto;

**“Arquivo(s) CNAB 400”:** os arquivos de CNAB - Centro Nacional de Automação Bancária - 400, padrão FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos, utilizados para receber (remessa) e enviar (retorno) informações digitalmente entre bancos e clientes;

**“Arquivo Eletrônico de Pagamentos de Direitos Creditórios Elegíveis”:** o arquivo eletrônico que será elaborado pelas Sacadas em *layout* previamente acordado com o Custodiante, o qual deverá conter uma lista analítica dos Direitos Creditórios Elegíveis e respectivas Sacadas que forem liquidados na Conta Autorizada do Fundo em um determinado Dia Útil. Os Arquivos Eletrônicos de Pagamentos de Direitos Creditórios Elegíveis serão enviados ao Custodiante pelas Sacadas, a partir da data de vencimento dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, conforme compromisso a ser assumido pelas Sacadas nos termos das respectivas Notificações de Prorrogação e Cessão;



“**Assembleia Geral**”: a Assembleia Geral de Cotistas do Fundo, ordinária ou extraordinária, realizada nos termos deste Regulamento;

“**Ativos Financeiros**”: títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos de emissão do Tesouro Nacional;

“**Banco Central**”: o Banco Central do Brasil;

“**Benchmark**”: o parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Cotas Seniores de cada emissão, conforme estabelecido no Suplemento referentes a cada série de cada emissão;

“**Carteira**”: a carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros;

“**Cedente**”: a Contax, como originadora e cedente de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, ou eventuais sucessoras a qualquer título, inclusive sua subsidiária integral Contax-Mobitel S.A.;

“**CETIP**”: a CETIP S.A. – Mercados Organizados;

“**CMN**”: o Conselho Monetário Nacional;

“**CNPJ/MF**”: o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;

“**Código Civil**”: a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;

“**Código de Processo Civil**”: a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;

“**Comunicação de Desenquadramento**”: a comunicação a ser enviada pelo Administrador aos Cotistas Subordinados imediatamente após a constatação de qualquer desenquadramento do Índice de Cobertura;

“**Conta Autorizada do Fundo**”: a conta corrente de titularidade do Fundo mantida pelo Custodiante, na qual serão depositados, em moeda corrente nacional, os recursos provenientes da liquidação dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Direitos Creditórios Inadimplidos;

“**Contax**”: a Contax S.A., companhia fechada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 370, 13º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.757.614/0001-48;

**“Contrato de Cessão”:** o “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a ser celebrado entre o Fundo e o Cedente, com a interveniência e anuência do Administrador e do Custodiante;

**“Contrato(s) de Cobrança”:** o(s) “Contrato(s) de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos”, a ser(em) eventualmente celebrado(s) entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o(s) terceiro(s) especializado(s) que venham a ser contratado(s) pelo Administrador para atuar(em) na cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos em benefício do Fundo, sob responsabilidade e com interveniência do Administrador e às expensas do Fundo, conforme alterado(s) de tempos em tempos;

**“Contrato de Custódia”:** o “Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios”, a ser celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o Custodiante, conforme alterado de tempos em tempos;

**“Contratos Lastro”:** (i) o “Contrato de Prestação de Serviços” celebrado em 30 de novembro de 2004 entre a Contax, na qualidade de contratada, e Telemar Norte Leste S.A. e TNL PCS S.A. (incorporada pela Oi Móvel S.A. em 1º de fevereiro de 2014), na qualidade de contratantes, conforme aditado de tempos em tempos; e (ii) o “Contrato de Prestação de Serviços” celebrado em 13 de novembro de 2012, entre a Contax, na qualidade de contratada, e Oi S.A., Telemar Norte Leste S.A., Oi Móvel S.A. e TNL PCS S.A. (incorporada pela Oi Móvel S.A. em 1º de fevereiro de 2014), na qualidade de contratantes, conforme aditado de tempos em tempos; por meio dos quais a Contax foi contratada para prestar os Serviços em favor das Sacadas;

**“Cotas”:** as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas, quando referidas em conjunto;

**“Cotas Seniores”:** as cotas seniores de emissão do Fundo;

**“Cotas Subordinadas”:** as cotas subordinadas de emissão do Fundo;

**“Cotista”:** o titular de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas;

**“Cotistas Dissidentes”:** os titulares de Cotas Seniores que discordarem da decisão da Assembleia Geral que deliberar pela não liquidação do Fundo nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento;

**“Cotista(s) Subordinado(s)”:** o(s) titular(es) de Cotas Subordinadas;

**“Critérios de Elegibilidade”:** os critérios de elegibilidade estabelecidos neste Regulamento, os quais serão verificados pelo Custodiante em cada operação de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo;

**“Custodiante”**: a partir da Primeira Data de Emissão, o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, devidamente autorizada pela CVM a prestar serviços de custódia qualificada de títulos e valores mobiliários, na qualidade de responsável pela prestação ao Fundo dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos ativos integrantes da Carteira;

**“CVM”**: a Comissão de Valores Mobiliários;

**“Data de Amortização”**: cada data em que houver pagamento de amortização de Cotas Seniores de cada série de cada emissão, conforme cronograma previsto nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas;

**“Data de Aquisição e Pagamento”**: cada data em que o Fundo efetuar ao Cedente o pagamento do Preço de Aquisição relativo aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, em moeda corrente nacional, nos termos deste Regulamento e do item 6.2 do Contrato de Cessão;

**“Data de Integralização”**: a primeira data de integralização de Cotas Seniores de cada série de cada emissão;

**“Data de Oferta”**: qualquer Dia Útil a partir da celebração do Contrato de Cessão em que o Cedente disponibilizar ao Custodiante, por meio de Arquivo CNAB 400, o Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis indicando relação dos Direitos Creditórios que esteja disposto a ceder ao Fundo no Dia Útil específico, observado que, caso o Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis seja disponibilizado após o Horário Limite, será considerada como Data de Oferta o Dia Útil imediatamente subsequente à data de disponibilização do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis;

**“Data de Resgate”**: a data estabelecida para o último pagamento de amortização das Cotas Seniores de cada série e das Cotas Subordinadas de cada emissão, conforme cronograma previsto nos respectivos Suplementos;

**“Dia Útil”**: qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriado nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão não sejam Dia Útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte;

**“Direito de Dissidência”**: o direito de resgate antecipado conferido aos titulares de Cotas Seniores na hipótese de deliberação, pela Assembleia Geral, pela não liquidação do Fundo nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento;

**“Direitos Creditórios”**: os direitos de crédito performados de titularidade do Cedente originados a partir da prestação dos Serviços às Sacadas, nos termos dos Contratos Lastro, quando referidos em conjunto;

**“Direitos Creditórios Elegíveis”**: os Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, conforme verificação realizada pelo Custodiante;

**“Direitos Creditórios Inadimplidos”**: os Direitos Creditórios Elegíveis vencidos e não pagos pelas Sacadas nas respectivas datas de vencimento;

**“Documentos Comprobatórios”**: os documentos que evidenciam e comprovam a existência, correta formalização, validade e exequibilidade dos Direitos Creditórios Elegíveis, quais sejam: (i) o Contrato de Cessão e eventuais aditamentos; (ii) os Contratos Lastro e eventuais aditamentos; (iii) as Notificações de Prorrogação e Cessão a serem enviadas às Sacadas, devidamente assinadas pelo Cedente e pelas respectivas Sacadas; e (iv) observado o disposto neste Regulamento e no Contrato de Cessão, as notas fiscais eletrônicas emitidas pelo Cedente às Sacadas, (a) digitalizadas e certificadas nos termos da Lei nº 12.682/12, ou (b) em formato de arquivos XML, gerado a partir de software da secretaria da fazenda e que utilizem o processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil;

**“Encargos do Fundo”**: tem o significado que lhe é atribuído no Capítulo XVII e do item 11.15.2 do Regulamento.

**“Eventos de Avaliação”**: os eventos indicados no item 14.1 do Capítulo XIV do Contrato de Cessão e no item 16.1 do Capítulo XVI deste Regulamento, os quais poderão ensejar a rescisão do Contrato de Cessão e a liquidação do Fundo mediante decisão da Assembleia Geral;

**“Eventos de Liquidação Antecipada”**: quaisquer dos eventos indicados no item 16.3 deste Regulamento;

**“Evento de Liquidação Antecipada Imediata”**: quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (i) a (v) do item 16.4 deste Regulamento, os quais ensejarão a liquidação antecipada automática do Fundo e o pagamento e o resgate integral das Cotas Seniores em circulação até o encerramento do Prazo para Resgate Imediato;

**“Eventos de Resolução”**: os eventos indicados no item 9.1 do Capítulo IX do Contrato de Cessão, os quais ensejarão a resolução de qualquer operação de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo pelo Cedente nos termos do Contrato de Cessão;

**“Eventos de Suspensão”**: quaisquer eventos cuja ocorrência interrompa, inviabilize ou impossibilite a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo durante um determinado período, observados os termos e condições estabelecidos neste Regulamento

9



e nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas Seniores, incluindo, sem limitação, a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada que não resulte na deliberação pela liquidação antecipada do Fundo;

“**Fundo**”: o Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;

“**Horário Limite**”: o horário limite para disponibilização, pelo Cedente, em uma determinada Data de Oferta, do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis ao Custodiante, qual seja, 10:30 (10 horas e 30 minutos);

“**ICP-Brasil**”: A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira;

“**IGP-DI**”: Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV;

“**IGPM**”: o Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV;

“**Índice de Cobertura**”: os índices previstos no item 11.6 deste Regulamento, que indicam a relação mínima entre o valor total correspondente à Reserva de Custos e o valor do Patrimônio Líquido;

“**Instrução CVM 301**”: a Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada;

“**Instrução CVM 356**”: a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;

“**Instrução CVM 400**”: a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;

“**Instrução CVM 409**”: a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada;

“**Instrução CVM 476**”: a Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;

“**Instrução CVM 489**”: a Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011, conforme alterada;

“**Investidor(es) Qualificado(s)**”: os investidores assim definidos de acordo com o artigo 109 da Instrução CVM 409;

“**Lei nº 12.682/12**”: a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, referente à elaboração e ao arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos;

10

Assinado digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALIAT:03459632687  
11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10

**“Lei de Registros Públicos”**: a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada;

**“Manual de Precificação do Custodiante”**: o manual de precificação adotado pelo Custodiante, conforme disponível na página eletrônica da Internet [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br);

**“MDA”**: MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP;

**“Módulo CETIP 21”**: as Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário e custódia eletrônica, por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Cotas Seniores liquidadas por meio da CETIP;

**“Notificação(ões) de Prorrogação e Cessão”**: as notificações a serem enviadas pelo Cedente às Sacadas até as Datas de Oferta de quaisquer Direitos Creditórios ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão, por meio das quais as Sacadas serão informadas sobre a cessão dos referidos Direitos Creditórios ao Fundo, anuirão expressamente com referida cessão, bem como serão estabelecidos termos e condições específicos relativos aos referidos Direitos Creditórios. As Notificações de Prorrogação e Cessão individualizarão e identificarão os Direitos Creditórios Elegíveis que serão cedidos ao Fundo, conforme Relatório de Direitos Creditórios Elegíveis que constará como anexo à Notificação de Prorrogação e Cessão, e deverão ser devidamente assinadas pelo Cedente e pelas respectivas Sacadas;

**“Oferta 400”**: toda e qualquer distribuição pública de Cotas Seniores realizada durante o Prazo de Duração do Fundo nos termos da Instrução CVM 400, a qual (i) será destinada a investidores institucionais, observado o disposto na regulamentação aplicável, (ii) será intermediada por sociedade integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, e (iii) dependerá de prévio registro perante a CVM;

**“Oferta Restrita”**: toda e qualquer distribuição pública de Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas realizada durante o Prazo de Duração do Fundo, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, respeitado o prazo mínimo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento de cada Oferta Restrita de Cotas Seniores para a realização de outra Oferta Restrita de Cotas Seniores. As Ofertas Restritas são (i) direcionadas exclusivamente para investidores institucionais, observado o disposto na regulamentação aplicável, (ii) intermediadas por entidades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, e (iii) automaticamente dispensadas de registro perante a CVM;

**“Patrimônio Líquido”**: a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e aos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, aos valores disponíveis em moeda corrente nacional e a receber, menos as exigibilidades do Fundo;

**“Patrimônio Autorizado”**: o valor do patrimônio adicional autorizado para a realização de emissões de novas Cotas Seniores após a Primeira Emissão, correspondente a até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais);

**“Percentuais de Concentração da Carteira”**: os percentuais de concentração e diversificação que devem ser observados pelo Fundo com relação aos Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira, conforme descritos neste Regulamento;

**“Pessoas Autorizadas”**: as Pessoas Autorizadas do Cedente e as Pessoas Autorizadas do Fundo, quando referidas em conjunto;

**“Pessoas Autorizadas do Cedente”**: as pessoas autorizadas a representar o Cedente em operações de cessão de Direitos Creditórios do Cedente ao Fundo, bem como para assinar os respectivos Termos de Cessão em nome do Cedente, por meio da apresentação (i) do competente instrumento de mandato constituindo procuradores para este fim; ou, conforme o caso, (ii) dos competentes documentos societários, elegendo representantes legais com poderes necessários para representar o Cedente em operações de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, e assinar os respectivos Termos de Cessão;

**“Pessoas Autorizadas do Fundo”**: as pessoas autorizadas a representar o Fundo em operações de cessão de Direitos Creditórios do Cedente ao Fundo, bem como para assinar os respectivos Termos de Cessão em nome do Fundo, por meio da apresentação (i) do competente instrumento de mandato, constituindo procuradores para este fim; ou, conforme o caso, (ii) dos competentes documentos societários, elegendo representantes legais com poderes necessários para representar o Administrador em operações de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, e assinar os respectivos Termos de Cessão;

**“Política de Voto”**: a política de exercício de direito de voto, adotada pelo Administrador, em assembleias gerais de fundos de investimento e, conforme o caso, de detentores de outros Ativos Financeiros em que o Fundo invista.

**“Prazo de Duração do Fundo”**: será o prazo de duração regular do Fundo de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da Primeira Data de Emissão;

**“Prazo para Resgate Antecipado”**: o prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos contados da data da Assembleia Geral que deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, para que ocorra o pagamento e o resgate integral das Cotas Seniores em circulação;

12

Assinado digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALIAT:03459632887  
11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10

**“Prazo para Resgate Imediato”:** o prazo máximo de 20 (vinte) Dias Úteis contados da data da ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada Imediata, para que ocorra o pagamento e o resgate integral das Cotas Seniores em circulação;

**“Preço de Aquisição”:** o preço de aquisição de cada Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, que será correspondente ao respectivo valor de face, conforme indicado no respectivo Documento Comprobatório, calculado de acordo com os critérios descritos no Capítulo VII do Contrato de Cessão, e a ser pago pelo Fundo ao Cedente, de acordo com o procedimento descrito no Capítulo VI do Contrato de Cessão;

**“Preço de Emissão”:** o preço inicial de emissão das Cotas de cada emissão, expresso em moeda corrente nacional, conforme definido no respectivo Suplemento;

**“Prêmio de Amortização/Resgate Extraordinário”:** o valor adicional ao *Benchmark* das Cotas Seniores a ser pago aos Cotistas Seniores na hipótese de Amortização Extraordinária que decorra exclusivamente do pagamento antecipado de Direitos Creditórios Elegíveis pelas respectivas Sacadas antes das respectivas datas de vencimento. O Prêmio de Amortização/Resgate Extraordinário será correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor da Amortização Extraordinária que decorra exclusivamente do pagamento antecipado de Direitos Creditórios Elegíveis pelas respectivas Sacadas antes das respectivas datas de vencimento, calculado desde a data de pagamento da referida Amortização Extraordinária até a data de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido objeto de pagamento antecipado;

**“Primeira Data de Emissão”:** a primeira Data de Integralização de Cotas Seniores da Primeira Emissão;

**“Preço de Integralização”:** o valor unitário por Cota que será efetivamente integralizado pelos Cotistas, observado que (i) o Preço de Integralização das Cotas Seniores de cada série será definido no respectivo Suplemento e corresponderá ao respectivo Preço de Emissão ajustado pelo valor de deságio a ser aplicado de maneira uniforme à respectiva série, e que será definido e divulgado no momento da efetiva colocação das Cotas Seniores da referida série no âmbito da respectiva Oferta 400 ou da Oferta Restrita; e (ii) o Preço de Integralização das Cotas Subordinadas será correspondente ao respectivo Preço de Emissão;

**“Primeira Emissão”:** a primeira emissão de Cotas, composta por 6 (seis) séries de até 4.000 (quatro mil) Cotas Seniores, com Preço de Emissão de R\$25.000 (vinte e cinco mil reais) por Cota Senior, perfazendo o valor total de até R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). Os termos e condições de cada série da Primeira Emissão estão definidos nos Suplementos constantes dos Anexos III a VIII deste Regulamento;



**“Procedimentos de Cobrança”**: os procedimentos a serem adotados pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos para cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, conforme descritos no Capítulo XVIII deste Regulamento;

**“Prospecto”**: o prospecto de qualquer Oferta 400;

**“Regulamento”**: o regulamento do Fundo e seus Anexos;

**“Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis”**: a relação dos Direitos Creditórios que o Cedente esteja disposto a ceder ao Fundo em um determinado Dia Útil a partir da celebração do Contrato de Cessão, a qual deverá ser disponibilizada pelo Cedente ao Custodiante, por meio de Arquivo CNAB 400;

**“Relatório de Direitos Creditórios Elegíveis”**: a relação dos Direitos Creditórios que atenderam aos Critérios de Elegibilidade na respectiva Data da Oferta, a qual será disponibilizada pelo Custodiante ao Cedente e ao Administrador, por meio da página eletrônica da Internet “[www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)” e de Arquivo CNAB 400;

**“Remuneração do Administrador”**: a remuneração mensal devida ao Administrador pela prestação dos serviços de administração do Fundo e gestão da Carteira, calculada nos termos do Capítulo XXIII deste Regulamento;

**“Remuneração do Agente Escriturador”**: a remuneração mensal devida ao Agente Escriturador pela prestação dos serviços de escrituração das Cotas, calculada nos termos do Capítulo XXIII deste Regulamento;

**“Remuneração do Custodiante”**: a remuneração mensal devida ao Custodiante pela prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos ativos do Fundo, calculada nos termos do Capítulo XXIII deste Regulamento;

**“Reserva de Custos”**: a reserva constituída pelo Administrador para fazer frente ao pagamento dos Encargos do Fundo, por meio da aplicação dos valores integralizados pelos Cotistas Subordinados em Ativos Financeiros;

**“Reserva de Pagamento”**: a reserva constituída pelo Administrador para fazer frente ao pagamento das amortizações e do resgate das Cotas Seniores, por meio da aplicação dos recursos recebidos pelo Fundo (i) das Sacadas, em razão das liquidações dos Direitos Creditórios Elegíveis, (ii) dos Ativos Financeiros, e (iii) do Cedente, em razão da resolução da cessão de qualquer Direito Creditório Elegível cedido ao Fundo, conforme item 7.7.1 deste Regulamento e item 9.1 do Capítulo IX do Contrato de Cessão. A Reserva de Pagamento será constituída pelo Administrador segundo os critérios estabelecidos no Capítulo XIX deste Regulamento;

**“Resgate Compulsório”:** o resgate compulsório da totalidade de Cotas Seniores de uma determinada série em circulação, sem prejuízo do respectivo cronograma de amortização e da respectiva Data de Resgate, que será efetivado pelo Administrador na ocorrência de qualquer Evento de Suspensão, observados os termos e condições estabelecidos neste Regulamento e no respectivo Suplemento da série;

**“Resolução CMN 2.907”:** a Resolução CMN nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, conforme alterada;

**“Sacada(s)”:** as sociedades Oi S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.535.764/0001-43, Telemar Norte Leste S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.000.118/0001-79, e Oi Móvel S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.423.963/0001-11, quando referidas em conjunto ou individual e indistintamente, na qualidade de devedoras dos Direitos Creditórios;

**“Serviços”:** os serviços de gestão operacional e atendimento de *contact center* em todo território nacional prestados pelo Cedente em favor das Sacadas, nos termos dos Contratos Lastro;

**“Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos”:** os serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos a serem prestados pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos em benefício do Fundo, observados os termos, condições, prazos e procedimentos previstos neste Regulamento, incluindo, sem limitação, os Procedimentos de Cobrança;

**“Suplemento”:** qualquer suplemento a este Regulamento, que descreverá as características específicas de cada série de Cotas Seniores de cada emissão e de cada emissão de Cotas Subordinadas, elaborado em observância aos modelos constantes dos Anexos I e II deste Regulamento;

**“Taxa de Administração”:** a remuneração mensal devida ao Administrador, ao Custodiante e ao Agente Escriturador pela prestação dos respectivos serviços ao Fundo, composta pela Remuneração do Administrador, pela Remuneração do Custodiante e pela Remuneração do Agente Escriturador, calculadas nos termos do Capítulo XXIII deste Regulamento;

**“Termo de Adesão”:** o “Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco” a ser assinado por cada Cotista no ato da subscrição de Cotas de cada emissão;

**“Termo de Cessão”:** o documento elaborado de acordo com o modelo constante do anexo I do Contrato de Cessão, que regulará cada operação de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis selecionados para aquisição pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão, bem como individualizará e identificará tais Direitos Creditórios Elegíveis e o seu respectivo Preço de Aquisição, conforme respectivo Relatório de Direitos Creditórios Elegíveis que constará como anexo ao Termo de Cessão. O Termo de Cessão será assinado pelas Pessoas Autorizadas; e

15

Assinado digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALUAT:03459632887  
11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10

**“Valor Futuro Estimado”:** o valor estimado pelo Administrador para realizar o pagamento da próxima parcela de amortização ou do resgate devido às Cotas Seniores, o qual deverá ser alocado em Ativos Financeiros em observância aos percentuais indicados no item 19.1 deste Regulamento.

1.2. – Cada Suplemento deverá ser interpretado de acordo com as definições constantes deste Capítulo, o disposto neste Regulamento e as definições específicas apresentadas exclusivamente em cada Suplemento. Na hipótese de conflito entre as definições constantes deste Regulamento e de cada Suplemento, prevalecerão as definições constantes deste Regulamento.

## **CAPÍTULO II – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

2.1. – O Fundo, denominado **TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, é regido por este Regulamento e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356.

2.2. – O Fundo tem prazo de duração de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da Primeira Data de Emissão, sendo que cada série de cada emissão de Cotas Seniores terá prazo de vencimento determinado, conforme descrito no respectivo Suplemento. É admitida, ainda, a Amortização Extraordinária nos termos dos Capítulos XIII e XV deste Regulamento, bem como eventual liquidação antecipada do Fundo, por decisão da Assembleia Geral. Na hipótese do Prazo de Duração do Fundo não se encerrar em Dia Útil, a liquidação do Fundo será efetuada no primeiro Dia Útil subsequente.

2.3. – O patrimônio do Fundo será representado por 2 (duas) classes de Cotas, sendo uma única classe de Cotas Seniores e uma única classe de Cotas Subordinadas.

2.3.1. – O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Cotas Seniores somente poderão ser resgatadas ao término do prazo de duração de cada série de cada emissão, ao término do Prazo de Duração do Fundo, na ocorrência de um Evento de Suspensão, ou, ainda, em virtude de um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, conforme disposto no item 16.3 deste Regulamento.

2.3.2. – As características e os direitos, assim como as condições de emissão, distribuição, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Cotas seguem descritos no Capítulo XI e nos Capítulos XIII a XV deste Regulamento, bem como nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas.

2.4. – As alterações do Regulamento vigorarão a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos: (i) da lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral realizada com essa finalidade; (ii) da cópia da ata da referida Assembleia Geral; (iii) do exemplar do

16

Assinado  
digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALIAT-03459632887  
11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10

Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (iv) modificações procedidas no Prospecto, conforme aplicável, na forma do artigo 25 da Instrução CVM 356.

2.5. – O Administrador deverá providenciar o registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e o envio à CVM, por meio do sistema CVMWeb: (i) do Regulamento e dos Suplementos; e (ii) dos eventuais aditamentos ao Regulamento e Suplementos.

### **CAPÍTULO III – DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO**

3.1. – As Cotas Seniores objeto de Oferta 400 ou Oferta Restrita poderão ser subscritas por investidores institucionais, observado o disposto na regulamentação aplicável. As Cotas Subordinadas serão objeto de Oferta Restrita e serão subscritas e integralizadas exclusivamente por Cotista Subordinado.

3.2. – A primeira aplicação a ser realizada por cada investidor no Fundo, por meio de subscrição e integralização de Cotas objeto de Oferta 400 no mercado primário, deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). A primeira aplicação a ser realizada por cada investidor no Fundo, por meio de subscrição e integralização de Cotas objeto de Oferta Restrita no mercado primário, deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

### **CAPÍTULO IV – DO OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO**

4.1. – Observado o disposto neste Regulamento, o objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas, nos termos da política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira definida no Capítulo VIII deste Regulamento, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de (i) Direitos Creditórios, e (ii) Ativos Financeiros.

4.1.1. – Os Direitos Creditórios que comporão a Carteira deverão atender, cumulativamente, em cada Data de Oferta, a todos os Critérios de Elegibilidade.

4.1.2. – Não poderão compor a Carteira os Direitos Creditórios cuja existência e/ou validade dependam de qualquer entrega ou prestação futura do Cedente.

4.2. – O Fundo poderá aplicar recursos nos Ativos Financeiros, em estrita observância aos critérios de seleção, composição e diversificação estabelecidos no Capítulo VIII deste Regulamento.



4.3. – O Fundo buscará atingir, para as Cotas Seniores, o *Benchmark* estabelecido nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas Seniores.

4.3.1. – O *Benchmark* das Cotas Seniores não representa e nem deve ser considerado uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas titulares das Cotas Seniores por parte do Fundo, do Administrador, do Custodiante e/ou do Cedente.

4.3.2. – Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os Cotistas titulares das Cotas Seniores não farão jus a uma rentabilidade superior ao *Benchmark*, o qual representará o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores.

4.3.3. – A limitação de que trata o item 4.3.2 acima não se aplicará em caso de Amortização Extraordinária de Cotas Seniores que decorra exclusivamente do pagamento antecipado de Direitos Creditórios Elegíveis pelas respectivas Sacadas antes das respectivas datas de vencimento, hipótese em que os Cotistas Seniores farão jus ao Prêmio de Amortização/Resgate Extraordinário.

4.4. – As Cotas Subordinadas não terão parâmetro de remuneração definido.

## **CAPÍTULO V – DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

5.1. – Caracterizam-se como passíveis de cessão ao Fundo os Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, em cada Data de Oferta, aos Critérios de Elegibilidade, assim como todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos referidos Direitos Creditórios, observado que os Direitos Creditórios Elegíveis deverão, necessariamente, ser suportados pelos respectivos Documentos Comprobatórios.

5.2. – A aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo será realizada em estrita observância às regras, condições e procedimentos estabelecidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão.

## **CAPÍTULO VI – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

6.1. – Somente poderão ser objeto de cessão ao Fundo Direitos Creditórios que atendam, na respectiva Data de Oferta, cumulativamente aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- (i) somente poderão ser cedidos ao Fundo os Direitos Creditórios originados da prestação dos Serviços às Sacadas;
- (ii) as faturas relativas aos Direitos Creditórios deverão prever prazo de vencimento de 350 (trezentos e cinquenta) dias contados da respectiva Data da Oferta; e

- (iii) os Direitos Creditórios não poderão ter data de vencimento posterior à última Data de Resgate das emissões/séries de Cotas Seniores em circulação na respectiva Data de Oferta.

6.1.1. – Para os fins do inciso (i) do item 6.1 acima, são consideradas Sacadas as seguintes sociedades: Oi S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.535.764/0001-43, Telemar Norte Leste S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.000.118/0001-79, Oi Móvel S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.423.963/0001-11, e/ou eventuais sucessoras a qualquer título, sendo certo que eventual sucessão deverá ser comunicada pelo Cedente ao Administrador.

6.1.1.1. – Após a comunicação de que trata o item 6.1.1 acima, o Administrador realizará a avaliação da documentação que lastreiará a operação de sucessão e solicitará ao Custodiante alteração nos parâmetros de verificação e validação dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade.

6.1.1.2. – O Custodiante terá o prazo de até 8 (oito) Dias Úteis contados da solicitação do Administrador para implementar a alteração de que trata o item 6.1.1.1 acima.

6.1.2. – O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade pelos Direitos Creditórios em cada operação de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo e, desde que observados os termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, a verificação e a validação serão definitivas.

6.1.3. – Todas as informações relacionadas aos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo que venham a ser encaminhadas pelo Cedente ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade, serão encaminhadas por meio do Arquivo CNAB 400.

6.1.4. – O Custodiante verificará o atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade com base (i) nas informações encaminhadas pelo Cedente nos termos do item 6.1.3 acima, e (ii) nos dados relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis do Fundo mantidos pelo Custodiante.

6.1.5. – O não atendimento superveniente aos Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios Elegíveis, após cada Data de Aquisição e Pagamento, não ensejará qualquer direito de indenização do Fundo contra o Administrador, o Custodiante ou contra o Cedente com relação a eventuais Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido regularmente cedidos nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

6.2. – Havendo proposta para alteração ou inclusão de Critérios de Elegibilidade, esta deverá ser submetida à apreciação do Custodiante previamente à sua aprovação em Assembleia Geral.

6.2.1. – Caso o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com referida proposta para alteração ou inclusão de Critérios de Elegibilidade e, ainda assim, estas sejam aprovadas pela Assembleia Geral, o Custodiante poderá requerer o término do Contrato de Custódia em até 60 (sessenta) Dias Úteis contados do recebimento de notificação escrita do Administrador informando ao Custodiante sobre a referida alteração deste Regulamento. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia em decorrência do disposto neste item, o Custodiante não será responsável pela verificação do atendimento, em cada Data de Aquisição, dos Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados e/ou incluídos, conforme o caso, sem a sua expressa concordância, desde a data da referida alteração e/ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos seus serviços ao Fundo ou da sua substituição por um novo custodiante.

## **CAPÍTULO VII – DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO E OUTRAS REGRAS GERAIS REFERENTES À COBRANÇA E PAGAMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS**

### Formalização da Cessão

7.1. – Cada operação de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será considerada formalizada e regular após a verificação cumulativa dos eventos descritos no item 7.2 abaixo, sem prejuízo de eventuais outros procedimentos específicos previstos no Contrato de Cessão.

7.2. – Observado o disposto no Contrato de Cessão, para a formalização de cada operação de cessão e aquisição de Direitos Creditórios, será observado o seguinte procedimento:

- a) os Direitos Creditórios serão ofertados ao Fundo mediante a entrega, pelo Cedente ao Custodiante, em qualquer Dia Útil, do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis;
- b) o envio ao Custodiante do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis caracterizará a oferta, irrevogável e irretratável, de cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios listados no Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis. O Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis será considerado entregue ao Custodiante na data em que estiver disponível para processamento até o Horário Limite;
- c) após receber o Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis, o Custodiante deverá:  
(c.i) verificar e validar o atendimento pelos Direitos Creditórios constantes do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis aos Critérios de Elegibilidade; e (c.ii) selecionar os Direitos Creditórios ofertados ao Fundo que atendam os Critérios de Elegibilidade até o limite da disponibilidade financeira de interesse do Fundo para aquisição dos Direitos Creditórios, informada pelo Administrador através da página eletrônica da Internet "[www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)", até o Horário Limite da mesma data do recebimento do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis pelo Custodiante;

20



- d) após a conclusão do procedimento descrito na alínea (c) acima, o Custodiante colocará à disposição do Cedente e do Administrador, através da página eletrônica da Internet "[www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)", e por meio de Arquivo CNAB 400 retorno para o Cedente, o Relatório de Direitos Creditórios Elegíveis;
- e) após ter acesso ao Relatório de Direitos Creditórios Elegíveis, o Cedente enviará ao Administrador, por meio eletrônico, (e.i) a Notificação de Prorrogação e Cessão, devidamente assinada pelos representantes legais do Cedente e das respectivas Sacadas; e (e.ii) o Termo de Cessão preparado na forma do anexo I do Contrato de Cessão, devidamente assinado pelos representantes legais do Cedente. Após a confirmação de recebimento do referido Termo de Cessão, as Partes renunciam ao direito de arrependimento com relação à cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis identificados no respectivo Termo de Cessão; e
- f) caso o Administrador receba a Notificação de Prorrogação e Cessão e o Termo de Cessão na forma prevista da alínea (e) acima até as 15:00 (quinze horas) da Data de Oferta, o Administrador autorizará o Custodiante até às 15:30 (quinze horas e trinta minutos) a providenciar o pagamento da compra dos Direitos Creditórios ao Cedente na própria Data de Oferta. Na hipótese da Notificação de Prorrogação e Cessão e do Termo de Cessão serem enviados após as 15:00 (quinze horas) ou a autorização ao Custodiante ser enviada após as 15:30 (quinze horas e trinta minutos), o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios ocorrerá no Dia Útil imediatamente subsequente.

7.3. – A cessão dos Direitos Creditórios do Cedente para o Fundo será considerada formalizada na Data de Aquisição e Pagamento.

7.4. – Semanalmente, às sextas-feiras ou no Dia Útil subsequente, caso a sexta-feira não seja Dia Útil, conforme aplicável, o Cedente deverá encaminhar ao Administrador, (i) 1 (uma) via original das Notificações de Prorrogação e Cessão devidamente assinadas pelos representantes legais do Cedente e das respectivas Sacadas, e (ii) 2 (duas) vias originais dos Termos de Cessão, incluindo os Relatórios de Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido adquiridos pelo Fundo, devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas do Cedente.

7.4.1. – O prazo para envio dos documentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo Fundo, pelo Cedente ao Administrador, conforme item 7.4 acima, não poderá ser superior a 7 (sete) Dias Úteis contados da Data de Oferta do respectivo Direito Creditório Elegível.

7.5. – O Administrador, ao receber as 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão e seu anexo devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas do Cedente, (a) providenciará as assinaturas das Pessoas Autorizadas do Fundo nas vias originais do Termo de Cessão e seu anexo e o seu registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do

21

Assinado digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALUAT.03459632887  
11/06/2014 16:02:20

PSigner v.1.0.10



Administrador, e (b) encaminhará ao Cedente as 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão e seu anexo devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas e registradas em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador.

7.6. – O Cedente então providenciará o registro das 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão e de seu anexo devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Cedente e (b) encaminhará ao Administrador 1 (uma) via original do Termo de Cessão devidamente assinada pelas Pessoas Autorizadas e registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador e do Cedente, observado que o Cedente reterá 1 (uma) via original do Termo de Cessão, a qual permanecerá na sua posse.

7.7. – Ressalvados os Eventos de Resolução, conforme previsto no Capítulo IX do Contrato de Cessão, a cessão realizada na forma prevista neste Capítulo será irrevogável e irrevocabível, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Cedente, da plena titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis, acompanhados de todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos referidos Direitos Creditórios Elegíveis.

7.7.1. – Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Resolução, a cessão do respectivo Direito Creditório ao Fundo será considerada resolvida de pleno direito, ficando o Cedente obrigado a devolver ao Fundo o valor correspondente ao Preço de Aquisição do Direito Creditório devidamente atualizado pela correção prevista no respectivo Contrato Lastro desde a respectiva Data de Oferta e até a data do respectivo pagamento, nos termos do Contrato de Cessão.

7.7.2. – Os valores recebidos do Cedente em razão da resolução da cessão de qualquer Direito Creditório Elegível cedido ao Fundo, conforme item 7.7.1 acima, serão mantidos pelo Administrador na Reserva de Pagamento e utilizados para fazer frente ao pagamento das amortizações e do resgate das Cotas Seniores.

7.8. – Os Direitos Creditórios integrantes do Relatório de Direitos Creditórios Disponíveis que não tenham sido selecionados pelo Fundo, para aquisição, poderão ser ofertados novamente ao Fundo em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de verificação e seleção, pelo Custodiante, nos termos do Capítulo VI deste Regulamento, observado o disposto neste Capítulo.

7.9. – Os custos e despesas de cartório e de correio incorridos pelo Administrador com os registros e envio dos originais dos Termos de Cessão mencionados neste Capítulo são de exclusiva responsabilidade do Fundo e serão reembolsados pelo Fundo, mediante a apresentação, pelo Administrador, dos respectivos comprovantes de custos e despesas.

7.10. – As comunicações do Cedente ou do Administrador solicitando a inclusão ou exclusão de suas respectivas Pessoas Autorizadas, desde que realizada nos termos do

22

Assinado  
digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALIAT-03459632887  
11/06/2014 16:02:20

PSigner v.1.0.10

Capítulo XVII do Contrato de Cessão, já são suficientes para vincular ou desvincular tais pessoas a este Regulamento.

#### Notificação de Prorrogação e Cessão

7.11. – As Sacadas serão notificadas sobre as cessões de Direitos Creditórios ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão, por meio das Notificações de Prorrogação e Cessão, as quais serão enviadas às respectivas Sacadas até as respectivas Datas de Oferta. Por meio das Notificações de Prorrogação e Cessão, as Sacadas serão informadas sobre a cessão dos respectivos Direitos Creditórios ao Fundo, anuirão expressamente com referida cessão, bem como serão estabelecidos termos e condições específicos relativos aos referidos Direitos Creditórios, de forma a garantir que o pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo seja efetuado pelas Sacadas diretamente na Conta Autorizada do Fundo, observados os termos e condições estabelecidos neste Regulamento, no Contrato de Cessão, nos Contratos Lastro e nas Notificações de Prorrogação e Cessão.

#### Mecânica de pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis

7.12. – O Custodiante será responsável pela cobrança ordinária dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cujos pagamentos serão feitos pelas Sacadas mediante Transferência de Recursos Imediatamente Disponíveis – TED para a Conta Autorizada do Fundo.

7.12.1. – Para os fins do disposto no item 7.12. acima, as Sacadas serão devidamente notificadas sobre a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e devidamente instruídas pelo Cedente com relação à mecânica de pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

7.12.2. – O Custodiante será responsável por verificar o pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pelas Sacadas, diariamente, e realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo com base nas informações fornecidas (i) pelas Sacadas por meio de arquivo eletrônico, em layout pré-acordado entre as Sacadas e o Custodiante, e (ii) pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos.

7.12.2.1. – O Custodiante disponibilizará relatórios com as informações referentes aos Direitos Creditórios liquidados, nos termos do item 7.12.2 acima, ao Cedente e ao Administrador por meio da página eletrônica da Internet "[www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)". Mediante acesso aos relatórios, caso o Administrador identifique que determinado Direito Creditório cedido ao Fundo não tenha sido objeto de pagamento pela respectiva Sacada em até 7 (sete) Dias Úteis contados do respectivo vencimento, o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos deverá iniciar os Procedimentos de Cobrança dos referidos Direitos Creditórios Inadimplidos, nos termos deste Regulamento.

#### Custódia dos Documentos Comprobatórios

7.13. – O Custodiante manterá sob sua guarda os Documentos Comprobatórios, de acordo com o disposto na Instrução CVM 356 e no Contrato de Custódia, responsabilizando-se pela sua guarda e conservação em nome do Fundo, durante o Prazo de Duração do Fundo, diligenciando para que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos atualizados, em perfeita ordem, permitindo-se o livre acesso ao auditor independente, à Agência Classificadora de Risco e aos órgãos reguladores, observado o disposto na legislação e regulamentação em vigor.

7.13.1. – Considerando os procedimentos descritos nos itens 7.4 a 7.6, o Custodiante deverá receber e verificar, no prazo máximo até 7 (sete) Dias Úteis contados da data do respectivo recebimento, os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis que venham a ser adquiridos pelo Fundo nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

7.13.2. – O Custodiante realizará a verificação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios de forma individualizada e integral, ficando expressamente dispensado da obrigação de verificação trimestral de lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da Carteira.

#### Cobrança e Conciliação de Direitos Creditórios e Direitos Creditórios Inadimplidos

7.14. – O Custodiante será, ainda, responsável pelas seguintes atividades em benefício do Fundo: (i) cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis a vencer e controle do pagamento diretamente na respectiva Conta Autorizada do Fundo; e (ii) quando do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, conciliação dos referidos recursos na Conta Autorizada do Fundo, com base no Arquivo Eletrônico de Pagamentos de Direitos Creditórios Elegíveis a ser enviado ao Fundo pelas Sacadas a partir da data de vencimento dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis.

7.15. – O Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos prestará os Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos ao Fundo.

7.16. – No âmbito dos Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos realizará a cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos em observância ao disposto neste Regulamento, incluindo, sem limitação, aos Procedimentos de Cobrança descritos no Capítulo XVIII deste Regulamento.

### **CAPÍTULO VIII – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO**

8.1. – Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, o Fundo deverá ter atingido a Alocação Mínima de Investimento. Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos Creditórios que atendam os Critérios de Elegibilidade suficientes para atingir a Alocação Mínima de Investimento, o Administrador poderá solicitar à CVM

24

Assinado digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALIAT-03459632887  
11/06/2014 16:02:20

PSigner v.1.0.10



autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata este item por novo período de 90 (noventa) dias, mas sem necessidade de autorização da Assembleia Geral.

8.1.1. – Na hipótese de realização de novas emissões de Cotas Seniores, após a alocação do Patrimônio Líquido, nos termos do item 8.1 deste Regulamento, o Fundo deverá alocar os recursos provenientes da referida nova emissão em Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, no prazo de 90 (noventa) dias contados da respectiva Data de Integralização.

8.2. – A parcela do Patrimônio Líquido que não for utilizada para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis poderá ser alocada em Ativos Financeiros.

8.3. – O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia.

8.4. – Observado o disposto no item 8.1 acima, entre 50% (cinquenta por cento) e até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser representado por Direitos Creditórios Elegíveis devidos pelas Sacadas.

8.4.1 – O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios em moeda corrente nacional ou alocado em Ativos Financeiros, conforme decisão do Administrador, observada a necessidade de manutenção da Reserva de Custos e da Reserva de Pagamento.

8.4.2. – O Fundo está dispensado da observância do limite percentual de aquisição de Direitos Creditórios devidos pelas Sacadas previsto no *caput* do artigo 40-A da Instrução CVM 356, nos termos do artigo 40-A, parágrafo 1º, inciso I, alíneas “a” e “c”, da Instrução CVM 356.

8.5. – Os Percentuais de Concentração da Carteira referidos no item 8.4 acima deverão ser cumpridos pelo Fundo em cada Data de Oferta, em relação aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que, em ambos os casos, com base no Patrimônio Líquido apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de cada cálculo, com base exclusivamente em informações colocadas à disposição do Administrador pelo Custodiante por meio da página eletrônica da Internet “[www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)”, observado que a verificação dos Percentuais de Concentração da Carteira, pelo Fundo, estará condicionada à disponibilização tempestiva das informações necessárias, pelo Custodiante.

8.6. – Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

8.7. – Os Direitos Creditórios Elegíveis e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como, quando for o caso, registrados e/ou

25

Assinado digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALUAT.03459632857  
11/06/2014 16:02:20

PSigner v.1.0.10

mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, em nome do Fundo; ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central, em nome do Fundo; ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central e/ou pela CVM.

8.8. – O Fundo e as aplicações realizadas pelos Cotistas no Fundo não contarão com garantia do Administrador, do Custodiante, do Cedente, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Além disso, os investimentos do Fundo estão sujeitos aos fatores de risco descritos no Capítulo XXI deste Regulamento.

8.9. – O Fundo poderá contratar operações com os controladores, sociedades controladas, coligadas, sob controle comum ou subsidiárias do Administrador, do Custodiante e do Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos. As operações mencionadas neste item serão objeto de registro segregado das demais operações integrantes da Carteira, de modo a serem facilmente identificáveis e terão como finalidade exclusiva a realização de gestão de caixa e liquidez do Fundo.

8.9.1. – O Fundo poderá contratar operações nos termos do item 8.9 acima, desde que observado o limite de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido, conforme disposto no *caput* do artigo 40-A da Instrução CVM 356.

8.10. – Observada a responsabilidade do Custodiante em relação ao atendimento, em cada Data de Oferta, dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante, bem como seus controladores, sociedades controladas, coligadas, sob controle comum ou subsidiárias não são responsáveis pela certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos Creditórios Elegíveis, tampouco pela solvência do Sacado.

8.11. – O Cedente será exclusivamente responsável pela originação, existência, correta constituição e formalização, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios de sua titularidade cedidos ao Fundo, sendo que o Cedente não será, de qualquer forma, responsável pelo pagamento dos Direitos Creditórios Inadimplidos.

## **CAPÍTULO IX – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA**

9.1. – Entende-se por Patrimônio Líquido a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios Elegíveis e aos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, aos valores disponíveis em moeda corrente nacional e a receber, menos as exigibilidades do Fundo.

9.2. – Serão observados os seguintes critérios para o cálculo do valor da Carteira pelo Custodiante: (i) os Ativos Financeiros serão apreçados pelo seu valor de mercado, de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários,

26

conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado) e no Manual de Precificação do Custodiante; e (ii) os Direitos Creditórios Elegíveis serão contabilizados e registrados com base em seu custo de aquisição, com apropriação *pro rata die* de seus respectivos rendimentos pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

9.3. – Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios Elegíveis serão reconhecidos em razão do recebimento de seu valor pelo Fundo, computando-se a valorização e eventuais amortizações em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

9.4. – O Custodiante constituirá, de acordo com orientação do Administrador, provisão para os Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com o disposto na Instrução CVM 489, provisão esta que consiste na reserva mensal de valores de acordo com critérios estabelecidos por metodologia do Administrador passível de verificação, na legislação aplicável e demais normas expedidas pelos agentes reguladores competentes.

9.4.1. – As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis.

## **CAPÍTULO X – DA COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO E DAS EMISSÕES DE COTAS**

10.1. – O patrimônio do Fundo é representado por 2 (duas) classes de Cotas, sendo uma única classe de Cotas Seniores e uma única classe de Cotas Subordinadas. As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Cotas estão descritos no Capítulo XI e nos Capítulos XIII a XV deste Regulamento, bem como nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas.

10.1.1. – As Cotas deverão ser totalmente subscritas até a data de encerramento da respectiva Oferta 400 ou Oferta Restrita, conforme prazo estabelecido nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas. As Cotas que não forem subscritas no prazo acima referido serão canceladas pelo Administrador, com o consequente aditamento dos Suplementos referente à respectiva série de cada emissão, sem necessidade de aprovação de tal aditamento em Assembleia Geral.

10.1.2. – O Suplemento referente a cada série de cada emissão de Cotas estabelecerá um montante mínimo de Cotas Seniores e/ou de Cotas Subordinadas a ser subscrito pelos investidores no âmbito de cada Oferta 400 ou Oferta Restrita, de acordo com o ato que deliberar sobre cada emissão de Cotas, sendo que, caso o montante mínimo não seja alcançado no âmbito da respectiva Oferta 400 ou Oferta Restrita, conforme aplicável, o Administrador deverá observar a regulamentação em vigor.

10.2. – Ressalvado o disposto no item 10.5 abaixo, as emissões de novas Cotas Seniores, após a Primeira Emissão, somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral, observado o quorum estabelecido no Capítulo XII deste Regulamento.

10.3. – Emissões de novas Cotas Subordinadas poderão ser realizadas pelo Administrador a qualquer momento, independentemente de qualquer aprovação pela Assembleia Geral, especialmente com o objetivo de restabelecer (i) o Índice de Cobertura, e (ii) eventual diferença entre o Preço de Emissão e o Preço de Integralização de Cotas Seniores de qualquer série que venha a ser emitida pelo Fundo, conforme disposto nos Suplementos referentes a cada série de Cotas Seniores. Na hipótese de emissão de novas Cotas Subordinadas, o Administrador providenciará a elaboração e o registro dos Suplementos referentes à respectiva emissão, sem necessidade de aprovação de tal Suplemento pela Assembleia Geral.

10.4. – Uma vez emitidas, eventuais novas Cotas passarão a integrar o conceito de “Cotas” para fins do disposto neste Regulamento. Dessa forma, as novas Cotas serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, remuneradas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto no Capítulo XI e nos Capítulos XIII a XV deste Regulamento, bem como nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas.

#### Patrimônio Autorizado

10.5. – Emissões de novas Cotas Seniores após a Primeira Emissão poderão ser realizadas pelo Administrador a qualquer momento independentemente de qualquer aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do Patrimônio Autorizado.

10.5.1. – Na hipótese de emissão de novas Cotas Seniores nos termos do item 10.5 acima, o Administrador providenciará a elaboração e o registro dos Suplementos referentes à respectiva série, sem necessidade de aprovação de tais Suplementos pela Assembleia Geral.

10.6. – O Preço de Emissão das Cotas que venham a ser emitidas pelo Fundo constará dos respectivos Suplementos.

10.7. – Os Cotistas não terão o direito de preferência para subscrever e integralizar novas Cotas.

### **CAPÍTULO XI – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS**

#### Características das Cotas



11.1. – As Cotas correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido e são divididas em 2 (duas) classes, sendo 1 (uma) única classe de Cotas Seniores e 1 (uma) única classe de Cotas Subordinadas.

11.1.1. – Observado o disposto no item 10.2 acima, as Cotas Seniores poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para subscrição e integralização, amortização, resgate e remuneração, sendo que cada série terá as mesmas características e conferirá a seus titulares iguais direitos e obrigações nos termos deste Regulamento e dos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas Seniores.

11.2. – Todas as Cotas serão escriturais e serão mantidas em conta de depósito em nome dos Cotistas pelo Agente Escriturador, na qualidade de instituição responsável pela escrituração das Cotas. A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em nome do investidor.

#### Direitos Patrimoniais

11.3. – As Cotas Seniores terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Cotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Cotistas titulares de Cotas Seniores, observado o disposto no Capítulo XIII deste Regulamento. Sem prejuízo do disposto no item 13.7 deste Regulamento, como regra geral, as Cotas Subordinadas somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização e/ou resgate das Cotas Seniores em circulação.

#### Direitos de Voto das Cotas

11.4. – As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas terão direito de voto, correspondendo cada Cota Senior e cada Cota Subordinada a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais.

11.5. – Enquanto houver Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas em circulação, as Cotas Subordinadas somente terão direito a voto de acordo com o disposto no Capítulo XII abaixo.

#### Índice de Cobertura

11.6. – O Fundo não estará sujeito à observância de índices específicos que indiquem a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor total das Cotas Seniores. No entanto, desde a Primeira Data de Emissão até o resgate integral das Cotas Seniores, o Administrador verificará diariamente, com base nas informações disponibilizadas pelo Custodiante, se a relação entre o valor total correspondente à Reserva de Custos e o valor do Patrimônio Líquido é igual ou superior aos seguintes Índices de Cobertura:

- (i) 0,0179 durante o período compreendido entre a Primeira Data de Emissão e a data da primeira amortização da última série de Cotas Seniores em circulação de cada emissão;
- (ii) 0,0126 durante o período compreendido entre a data da primeira amortização da última série de Cotas Seniores em circulação de cada emissão e a data da segunda amortização da última série de Cotas Seniores em circulação de cada emissão; e
- (iii) 0,0069 durante o período compreendido entre a data da segunda amortização da última série de Cotas Seniores em circulação de cada emissão e a data de resgate integral de todas as Cotas Seniores em circulação de cada emissão.

11.6.1. – Em caso de desenquadramento do Fundo em relação a qualquer dos Índices de Cobertura previstos no item 11.6 acima, deverão ser observados os procedimentos descritos no Capítulo XV deste Regulamento.

#### Colocação das Cotas Seniores

11.7. – As Cotas Seniores de cada emissão serão objeto de Oferta 400 ou Oferta Restrita. Exceto se permitido pela regulamentação em vigor, o Fundo não poderá realizar Ofertas Restritas de Cotas Seniores durante o prazo de até 4 (quatro) meses contados da data de encerramento da última Oferta Restrita de Cotas Seniores que tenha sido realizada.

11.7.1. – Sem prejuízo da observância dos termos e condições estabelecidos neste Regulamento, os anúncios de início das Ofertas 400 apresentarão os termos e condições de cada Oferta 400, bem como informarão as condições e os prazos para subscrição e integralização das Cotas Seniores de cada série de cada emissão.

#### Colocação das Cotas Subordinadas

11.8. – As Cotas Subordinadas serão objeto de Oferta Restrita nos termos da Instrução CVM 476 e serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s). O Fundo poderá realizar Ofertas Restritas de Cotas Subordinadas a qualquer momento, inclusive durante o prazo de até 4 (quatro) meses contados da data de encerramento da última Oferta Restrita de Cotas Subordinadas que tenha sido realizada, desde que referida Oferta Restrita seja destinada exclusivamente aos Cotistas Subordinados e que as referidas Cotas Subordinadas não sejam admitidas para negociação em mercados regulamentados.

#### Subscrição e Integralização das Cotas

11.9. – As Cotas deverão ser subscritas pelo respectivo Preço de Emissão, até a data de encerramento da respectiva Oferta 400 ou Oferta Restrita, conforme prazo estabelecido nos

Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas. No ato da subscrição de Cotas, o subscritor:

- (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização de Cotas, que será autenticado pela sociedade integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários responsável pela Oferta 400 ou pela Oferta Restrita;
- (ii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e do prospecto da Oferta 400 ou da Oferta Restrita, conforme aplicável; e
- (iii) deverá declarar, por meio da assinatura do Termo de Adesão, que recebeu um exemplar atualizado deste Regulamento e, se for o caso, do prospecto da Oferta 400, bem como declarar sua condição de Investidor Qualificado e atestar que está ciente, dentre outras coisas, (a) das disposições contidas neste Regulamento e, se for o caso, no prospecto da Oferta 400, e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, assim como da política de investimento do Fundo, descritos neste Regulamento e, se for o caso, no prospecto da Oferta 400.

11.10. – As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas serão integralizadas à vista, no ato da respectiva subscrição. As Cotas serão integralizadas pelo respectivo Preço de Integralização, em moeda corrente nacional, (i) por meio do MDA administrado e operacionalizado pela CETIP, ou (ii) por meio de Transferência Eletrônica Disponível do respectivo valor na Conta Autorizada do Fundo.

11.11. – O Preço de Emissão e o Preço de Integralização de cada série de Cotas Seniores e de cada emissão de Cotas Subordinadas estarão definidos nos respectivos Suplementos.

#### CrITÉRIOS para Apuração do Valor das Cotas Seniores

11.12. – A partir do primeiro Dia Útil seguinte à primeira Data de Integralização de Cotas Seniores de cada série de cada emissão, cada Cota Senior de cada série terá seu valor unitário calculado diariamente pelo Custodiante, na abertura de cada Dia Útil, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, de acordo com a fórmula descrita nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas Seniores.

#### CrITÉRIOS para Apuração do Valor das Cotas Subordinadas

11.13. – A partir do primeiro Dia Útil seguinte à data da primeira integralização de Cotas Subordinadas no âmbito de cada emissão, cada Cota Subordinada de cada emissão terá seu valor unitário calculado diariamente pelo Custodiante, para fins de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, observado que tal valor será equivalente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido, deduzido o valor atualizado de todas as

Cotas Seniores em circulação na ocasião, pelo número total de Cotas Subordinadas em circulação na respectiva data de apuração do seu valor.

#### Negociação das Cotas

11.14. – As Cotas Seniores serão registradas para distribuição no MDA, sendo negociadas por meio do Módulo CETIP 21, administrado e operacionalizado pela CETIP.

11.14.1. – Na hipótese de negociação das Cotas Seniores em operações conduzidas no mercado secundário nos termos do item 11.15 abaixo, o agente intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a classificação do novo Cotista como Investidor Qualificado.

11.14.2. – Na hipótese de cessão ou transferência das Cotas Seniores, o Cotista vendedor das Cotas Seniores deverá: (a) obter do respectivo adquirente (i) Termo de Adesão devidamente assinado, (ii) declaração de Investidor Qualificado, e (iii) cadastro nos termos da Instrução CVM 301, e (b) enviar imediatamente ao Administrador os documentos de que trata este item.

11.15. – As Cotas Subordinadas, as quais serão subscritas e integralizadas exclusivamente por Cotista Subordinado nos termos deste Regulamento, não serão objeto de negociação, transferência ou qualquer forma de oneração, sendo proibida a sua transferência para ou a sua oneração em benefício de terceiros, (i) salvo mediante prévia aprovação da Assembleia Geral e observado o disposto abaixo, ou (ii) salvo negociação entre os Cotistas Subordinados, que não dependerá de prévia aprovação da Assembleia Geral.

11.15.1. – Sem prejuízo do disposto acima, a negociação ou transferência das Cotas Subordinadas em mercado de balcão organizado dependerá de prévio registro na CVM, nos termos da regulamentação em vigor, bem como no MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

11.15.2. – Sem prejuízo do disposto acima, as despesas relacionadas ao registro das Cotas Subordinadas em sistemas de negociação e relacionadas ao eventual registro das Cotas Subordinadas na CVM, nos termos da regulamentação em vigor, serão consideradas Encargos do Fundo.

#### Classificação de Risco das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas

11.16. – As Cotas Seniores serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco.

11.17. – A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação das Cotas Subordinadas. Caso a Assembleia Geral aprove o registro das Cotas Subordinadas para negociação em mercado de balcão organizado, observado o disposto nos itens 11.15. e

32

Assinado digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALIAT-03459632887  
11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10



11.15.1. acima, a Agência Classificadora de Risco também deverá ser contratada para realizar a avaliação das Cotas Subordinadas.

11.18. – O rebaixamento (i) de 2 (dois) níveis da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída pela Agência Classificadora de Risco às Cotas Seniores será considerado um Evento de Avaliação, e (ii) de 3 (três) ou mais níveis da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída pela Agência Classificadora de Risco às Cotas Seniores será considerado um Evento de Liquidação Antecipada, implicando a adoção das medidas cabíveis pelo Administrador, nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento.

## CAPÍTULO XII – DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

12.1. – É da competência da Assembleia Geral:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar este Regulamento, ressalvadas as hipóteses especificamente previstas no inciso (xv) abaixo;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador ou do Custodiante;
- (iv) eleger e destituir representantes dos Cotistas nomeados conforme disposto no item 12.3 abaixo;
- (v) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de alteração prévia;
- (vi) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação, cisão do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração;
- (vii) deliberar sobre a liquidação do Fundo em qualquer outra hipótese não prevista nos incisos (viii), (ix) e (x) abaixo;
- (viii) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;
- (ix) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar na liquidação antecipada do Fundo;
- (x) deliberar sobre a liquidação do Fundo na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada Imediata;

33

Assinado digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALUAT.03459632882  
11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10

- (xi) aprovar a emissão de novas Cotas Seniores em montante superior ao Patrimônio Autorizado;
- (xii) aprovar aportes adicionais de recursos no Fundo por meio da emissão de novas Cotas Seniores para adoção de Procedimentos de Cobrança;
- (xiii) alterar os critérios e procedimentos para amortização parcial ou total e resgate das Cotas;
- (xiv) deliberar sobre os procedimentos de entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira como forma de pagamento de amortização e/ou resgate de Cotas Seniores aos Cotistas, observado o disposto no Capítulo XIV deste Regulamento;
- (xv) alterar a política de investimento do Fundo, os Critérios de Elegibilidade e o *Benchmark* das Cotas Seniores; e
- (xvi) eleger o administrador do condomínio de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros de que trata o item 14.2.2 abaixo.

12.1.1. – Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, correções e ajustes de caráter não material nas definições deste Regulamento, bem como em virtude de determinação da CVM, mediante comunicação sobre referida alteração no prazo máximo de 30 (trinta) dias do envio da nova versão do Regulamento à CVM.

12.2. – Os Cotistas titulares de Cotas Seniores terão direito a voto em todas as matérias indicadas no item 12.1 acima e, enquanto existirem Cotas Seniores em circulação, os Cotistas Subordinados somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos incisos (ii), (iii), (v), (vi), (vii), (viii), (ix), (xiii), (xiv) e (xv) do item 12.1 acima, observado o disposto no item 12.2.1 abaixo. Todas as deliberações acima referidas serão tomadas em Assembleia Geral.

12.2.1. – Os Cotistas Subordinados somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos incisos (viii) e (ix) do item 12.1 acima nas seguintes hipóteses:

- (i) com relação à matéria indicada no inciso (viii) do item 12.1 acima, os Cotistas Subordinados somente terão direito a voto para deliberar se a ocorrência dos seguintes Eventos de Avaliação devem ser considerados como Eventos de Liquidação Antecipada: (i) a (v), (viii), (xvi) e (xvii) do item 16.1 deste Regulamento; e
- (ii) com relação à matéria indicada no inciso (ix) do item 12.1 acima, os Cotistas Subordinados somente terão direito a voto para deliberar se a ocorrência dos

34

Assinado digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALIAT-03459632687  
11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10

seguintes Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar na liquidação antecipada do Fundo: (ii), (iv), (vi) a (viii) do item 16.3 deste Regulamento.

12.2.2. – Caso não existam Cotas Seniores em circulação, os Cotistas titulares de Cotas Subordinadas terão direito de voto em todas as matérias.

12.2.3. – Ressalvado o disposto nos itens 12.2.4 e 12.2.5 abaixo, nas Assembleias Gerais, as deliberações dependerão da aprovação de Cotistas que representem a maioria das Cotas presentes com direito a voto, em primeira ou em segunda convocação.

12.2.4. – As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (iii), (viii), (ix), (x), (xi), (xii), (xiii), (xiv) e (xvi) do item 12.1 acima dependerão da aprovação de Cotistas que representem a maioria das Cotas emitidas e em circulação, em primeira convocação, e da aprovação de Cotistas que representem a maioria das Cotas presentes com direito a voto, em segunda convocação.

12.2.5. – As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (v), (vi), (vii), e (xv) do item 12.1 acima dependerão da aprovação de Cotistas que representem a maioria das Cotas Seniores e de Cotistas que representem a maioria das Cotas Subordinadas emitidas e em circulação, em primeira convocação, e da aprovação de Cotistas que representem a maioria das Cotas Seniores e de Cotistas que representem a maioria das Cotas Subordinadas presentes com direito de voto, em segunda convocação.

12.3. – A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas, nos termos da regulamentação aplicável.

12.4. – A convocação de Assembleia Geral será feita pelo Administrador, (i) por meio de carta endereçada a cada um dos Cotistas ou (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Cotistas ou (iii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme item 24.3 deste Regulamento, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, quando em primeira convocação e com 5 (cinco) dias de antecedência, no mínimo, quando em segunda convocação, à data estabelecida para a realização da Assembleia Geral. As convocações deverão sempre indicar o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral, assim como os assuntos a serem tratados.

12.4.1. – Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembleia Geral poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

12.4.2. – Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas com direito a voto para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.

35

Assinado digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALUAT.03459632877  
11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10



12.5. – Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembleia Geral não for realizada na sede do Administrador, as convocações publicadas ou enviadas aos Cotistas deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora da Cidade de São Paulo.

12.5.1. – As Assembleias Gerais somente poderão reunir-se pessoalmente. Das Assembleias Gerais serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos Cotistas votantes e devidamente registradas no competente registro de títulos e documentos.

12.6. – Os Cotistas Subordinados terão direito de comparecer a toda e qualquer Assembleia Geral, independentemente de terem ou não direito a voto com relação à matéria objeto de deliberação.

12.7. – Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral poderá reunir-se, a qualquer momento, por convocação realizada a exclusivo critério do Administrador, ou mediante solicitação ao Administrador, de Cotistas com direito a voto com relação à matéria objeto de deliberação que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas com direito a voto na referida deliberação, sendo que, na última hipótese, o Administrador será responsável por convocar, em até 10 (dez) dias, a Assembleia Geral solicitada pelos Cotistas.

12.8. – As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de pelo menos 1 (um) Cotista com direito a voto com relação a todas as matérias constantes da ordem do dia.

12.9. – Somente poderão votar na Assembleia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

12.10. – Sem prejuízo do disposto neste Capítulo, inclusive, mas não se limitando, ao direito de voto outorgado ao Cotista titular de Cotas Subordinadas, nos termos deste Capítulo, não terão direito a voto na Assembleia Geral, o Administrador e seus empregados, mesmo na hipótese de deterem Cotas Seniores.

12.11. – Quaisquer decisões tomadas em Assembleia Geral serão divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização, por meio de (i) carta endereçada a cada um dos Cotistas, ou (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Cotistas, ou (iii) publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme item 24.3 deste Regulamento.

### **CAPÍTULO XIII – DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS COTAS**

#### Condições Gerais e Forma de Pagamento de Amortizações e Resgates

13.1. – A distribuição de principal e quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Cotistas será feita exclusivamente mediante amortização ou resgate de Cotas, observado o disposto neste Capítulo e nos Capítulos XIV e XV. Cada série de Cotas Seniores será amortizada anualmente, em observância aos cronogramas e critérios de pagamento de amortização e resgate previstos nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas Seniores.

13.2. – Quaisquer pagamentos aos Cotistas a título de amortização de Cotas Seniores deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Cotas Seniores da respectiva série, em benefício de todos os Cotistas titulares das Cotas Seniores objeto de amortização. Quaisquer pagamentos aos Cotistas a título de amortização de Cotas Subordinadas deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Cotas Subordinadas, em benefício de todos os Cotistas titulares de Cotas Subordinadas.

13.3. – Observado o disposto nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão, (i) as Cotas Seniores referentes a cada série de cada emissão somente serão resgatadas após o pagamento integral das parcelas de amortização das Cotas Seniores emitidas e em circulação referentes à respectiva série ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro, e (ii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral do resgate das Cotas Seniores emitidas e em circulação ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro.

13.3.1. – Sem prejuízo do disposto no item 13.3 acima, todas as Cotas Seniores de uma determinada série poderão ser objeto de Resgate Compulsório pelo Administrador na ocorrência de qualquer Evento de Suspensão, observados os termos e condições estabelecidos neste Regulamento e nos respectivos Suplementos.

13.3.2. – Na ocorrência de qualquer Evento de Suspensão, o Administrador comunicará a totalidade dos Cotistas Seniores da série afetada no prazo de até 3 (três) Dias Úteis e providenciará o pagamento do valor do Resgate Compulsório aos respectivos Cotistas Seniores, a ser pago na Data de Amortização ou Data de Resgate da respectiva série, conforme cronograma previsto no respectivo Suplemento, na medida em que o Fundo tenha recursos para tanto, pelo valor de abertura das Cotas Seniores no dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento.

13.3.3. – As Cotas objeto de resgate serão canceladas.

13.4. – Os pagamentos das parcelas de amortização ou de resgate das Cotas serão efetuados em moeda corrente nacional, pelo valor da Cota de abertura no dia do pagamento, calculado nos termos deste Regulamento e dos respectivos Suplementos, mediante depósito em conta corrente de titularidade dos Cotistas realizado por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central, ou por

meio da CETIP, conforme o caso, sendo que, no caso de amortização, o valor das Cotas será reduzido à razão do valor efetivamente amortizado.

13.5. – Quando a data estabelecida para pagamento de amortização ou resgate de Cotas cair em dia que não seja Dia Útil, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil seguinte, pelo valor da Cota de abertura no dia do pagamento.

13.6 – As Cotas serão amortizadas conforme o disposto neste Capítulo e nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas Seniores, sendo resgatadas integralmente somente na Data de Resgate. Na Data de Resgate, os valores mantidos na Conta Autorizada do Fundo, observada a ordem de preferência das Cotas e a ordem de alocação de recursos previstas neste Regulamento, serão destinados ao pagamento do resgate das Cotas.

#### Condições Especiais Aplicáveis às Amortizações das Cotas Subordinadas

13.7. – Em cada Data de Amortização de Cotas, desde que não haja um Evento de Avaliação, Evento de Liquidação Antecipada ou Evento de Liquidação Antecipada Imediata em andamento, os Cotistas Subordinados poderão ter a Amortização Extraordinária de suas Cotas Subordinadas, em moeda corrente nacional, mediante solicitação por escrito ao Administrador, com antecedência de 5 (cinco) Dias Úteis, desde que, após o pagamento extraordinário de amortização das Cotas Subordinadas de que trata este item, o Índice de Cobertura seja mantido conforme estabelecido neste Regulamento.

### **CAPÍTULO XIV – DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE COTAS MEDIANTE A ENTREGA DE DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E DE ATIVOS FINANCEIROS EM PAGAMENTO**

14.1. – Observado o disposto no item 14.2 abaixo, caso o Fundo não detenha, na data de liquidação do Fundo, recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate devido às Cotas em circulação, as Cotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a entrega de parte ou da totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira em pagamento aos Cotistas. Nesta hipótese, o resgate deverá ocorrer fora do ambiente da CETIP.

14.1.1. – Qualquer entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e/ou Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos Cotistas deverá ser realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando a proporção do número de Cotas detido por cada um dos Cotistas no momento do rateio em relação ao Patrimônio Líquido, observados os exatos termos dos procedimentos estabelecidos neste Capítulo.

14.1.2. – Para fins do disposto neste Capítulo, as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Cotas Subordinadas em circulação, observado que as



Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral das Cotas Seniores.

14.2. – A Assembleia Geral deverá deliberar sobre os procedimentos de entrega dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira como forma de pagamento aos Cotistas pelo resgate de suas Cotas, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XII deste Regulamento e a regulamentação aplicável.

14.2.1. – Na hipótese da Assembleia Geral referida no item 14.2 acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de entrega dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros em pagamento aos Cotistas, para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios Elegíveis e os Ativos Financeiros serão entregues em pagamento aos Cotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o valor total das Cotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

14.2.2. – O Administrador deverá notificar os Cotistas (i) por meio de carta endereçada a cada um dos Cotistas, ou (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Cotistas, ou (iii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme item 24.3 deste Regulamento, para que os Cotistas elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros, na forma do artigo 1.323 do Código Civil, informando a proporção de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros a que cada Cotista faz jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Cotistas após a constituição do condomínio.

14.2.3. – Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da notificação acima referida, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em circulação.

14.2.4. – O Custodiante fará a guarda dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos respectivos Documentos Comprobatórios e Ativos Financeiros pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contado da data da realização da Assembleia Geral de que trata o item 14.2 acima, dentro do qual o administrador do condomínio indicará ao Custodiante hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios Elegíveis, Documentos Comprobatórios respectivos e Ativos Financeiros. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos Creditórios Elegíveis, dos Documentos Comprobatórios respectivos e dos Ativos Financeiros, na forma do artigo 334 do Código Civil.

## **CAPÍTULO XV – DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA FINS DE ENQUADRAMENTO DO ÍNDICE DE COBERTURA, DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO**

### Desenquadramento do Índice de Cobertura

15.1. – Sem prejuízo do disposto no item 13.7 acima, o Administrador confirmará, diariamente, se o Índice de Cobertura está sendo mantido nos termos do item 11.6 acima.

15.2. – Caso seja constatado eventual desenquadramento do Índice de Cobertura, o Administrador comunicará imediatamente a ocorrência de tal fato aos Cotistas Subordinados e realizará emissão de novas Cotas Subordinadas para subscrição e integralização pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s), para fins de reenquadramento do Índice de Cobertura, sem necessidade de autorização prévia da Assembleia Geral.

15.3. – Caso os Cotistas Subordinados não integralizem as novas Cotas Subordinadas no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de recebimento da comunicação do Administrador de que trata o item 15.2 acima, de forma a permitir o reenquadramento ao Índice de Cobertura, o Administrador poderá realizar, uma única vez durante todo o Prazo de Duração, Amortização Extraordinária de Cotas Seniores para reenquadramento do Índice de Cobertura, conforme disposto nos itens 15.4 e 15.5 abaixo.

### Amortização Extraordinária

15.4. – O Administrador poderá realizar, a qualquer tempo e em igualdade de condições, a Amortização Extraordinária das Cotas Seniores em circulação, pelo valor atualizado das Cotas Seniores em circulação na data da Amortização Extraordinária, calculado de acordo com o disposto neste Regulamento e nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura, à Alocação Mínima de Investimento e/ou à política de investimento descrita no Capítulo VIII deste Regulamento, observado o disposto no item 15.3 acima.

15.4.1. – Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária nos termos do item 15.4 acima, todos os Cotistas serão previamente notificados pelo Administrador, por escrito, por carta ou email com, no mínimo, 1 (um) Dia Útil de antecedência, inclusive sobre o valor total esperado no âmbito de cada Amortização Extraordinária.

15.5. – Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional e em igualdade de condições.

## **CAPÍTULO XVI – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA E DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA IMEDIATA**

### Eventos de Avaliação

16.1. – São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) não observância, pelo Administrador, dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e/ou na legislação e regulamentação aplicáveis às suas atividades de administrador do Fundo e gestor da Carteira, desde que, comunicado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;
- (ii) não observância, pelo Custodiante, quando contratado, dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão e/ou na legislação e regulamentação aplicáveis às suas atividades na qualidade de Custodiante do Fundo, conforme o caso, desde que, comunicado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;
- (iii) hipótese de rescisão e/ou resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante;
- (iv) não cumprimento, pelo Cedente, de qualquer de suas obrigações previstas neste Regulamento e/ou no Contrato de Cessão, desde que, comunicado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;
- (v) na hipótese de resilição do Contrato de Cessão;
- (vi) observado o disposto no Regulamento, caso o Fundo deixe de estar enquadrado na Alocação Mínima de Investimento por período igual ou superior a 30 (trinta) dias consecutivos;
- (vii) observado o disposto no Regulamento, desenquadramento do Índice de Cobertura por período igual ou superior a 20 (vinte) Dias Úteis;
- (viii) na ocorrência de rebaixamento em 2 (dois) níveis da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Cotas Seniores de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência Classificadora de Risco;
- (ix) modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante das Sacadas e que venham a impactar de maneira adversa e relevante ou impedir o cumprimento das obrigações das Sacadas;

41

Assinado digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALUAT.03459632867  
11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10



- (x) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações financeiras das Sacadas, cujo valor presente, individual ou agregado, seja superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, que possa comprometer a capacidade de pagamento das Sacadas, observados os prazos de cura previstos nos Contratos Lastros;
- (xi) ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou qualquer tipo de reorganização societária envolvendo qualquer das Sacadas, exceto: (a) por operações de reorganização societária (incluindo incorporações, cisões ou fusões) envolvendo, individual ou coletivamente, as Sacadas, suas controladas e a respectiva controladora; ou (b) por operações de reorganização societária (incluindo incorporações, cisões ou fusões) ocorridas em razão das operações divulgadas por meio dos Fatos Relevantes datados de 2 de outubro de 2013 e 20 de fevereiro de 2014; ou (c) mudança, direta ou indireta, de controle acionário das Sacadas, que não resulte na redução de dois dos três *ratings* das mesmas em pelo menos dois níveis ("*notches*"), em relação aos seus *ratings* no momento imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre a alteração de controle;
- (xii) protestos de títulos contra as Sacadas, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de intimação para pagamento do protesto ou no prazo estabelecido para pagamento, caso inferior aos 15 (quinze) Dias Úteis, tiver sido comprovado que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado ou susinado; (c) foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (d) o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;
- (xiii) não cumprimento, no prazo determinado, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, de natureza condenatória, que resulte, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento pelas Sacadas, de montante individual ou agregado, igual ou superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);
- (xiv) alienação, prestação de garantias a terceiros ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos das Sacadas, exceto se feita (a) para a prestação de garantias em processos judiciais e administrativos, ou (b) em favor de sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico das Sacadas, (c) no caso de alienação de bens e direitos, se realizada em condições usuais de mercado (*arms length*), ou (d) no curso normal dos negócios das Sacadas; e, de toda forma, desde que tal alienação, prestação de garantia a terceiros ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos das Sacadas não comprometa o cumprimento das obrigações das Sacadas nos termos dos Contratos Lastro;



- (xv) revogação, término, apropriação, suspensão, modificação adversa, cancelamento ou a não renovação das concessões para a prestação de serviços públicos de telecomunicação detidas pelas Sacadas que comprometa, individualmente, 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA da Sacadas titular da concessão em questão e que não seja sanada em um prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data em que as Sacadas tiverem ciência da respectiva ocorrência;
- (xvi) se for apurada inexistência grave ou falsidade de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido, respectivamente, firmado, prestado ou entregue pelo Cedente ou por terceiros válida e legalmente agindo em nome do Cedente nos termos do Contrato de Cessão e/ou em outros documentos e instrumentos, direta ou indiretamente, relacionados ao referido contrato; e
- (xvii) alteração do objeto social do Cedente, de modo que o Cedente deixe de atuar no segmento de teleatendimento em geral (*contact center*), nos termos do seu Estatuto Social em vigor na data de assinatura do Contrato de Cessão.

16.2. – Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios imediatamente, mediante comunicado por escrito do Administrador ao Custodiante e ao Cedente, sendo que o Administrador convocará, em até 3 (três) Dias Úteis contados do dia que tomar ciência do Evento de Avaliação, a Assembleia Geral nos termos deste Regulamento para avaliar o grau de comprometimento do Fundo. Caso os Cotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação Antecipada, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo. Neste caso, o Administrador, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovado pelos referidos Cotistas na Assembleia Geral.

16.2.1. – Caso, na Assembleia Geral de que trata o item 16.2 acima, os Cotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação Antecipada, o Administrador convocará, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data da referida Assembleia Geral, nova Assembleia Geral para deliberar sobre os procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, conforme disposto nos itens 16.3.1 a 16.3.5 abaixo.

#### Eventos de Liquidação Antecipada

16.3. – Além das hipóteses previstas na regulamentação aplicável, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;

- (ii) na hipótese de rescisão e/ou resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (iii) não pagamento, em qualquer Data de Amortização e/ou Data de Resgate de Cotas Seniores conforme estabelecidas nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas Seniores, do valor da amortização e/ou do valor do resgate das Cotas Seniores que não seja sanado no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da respectiva Data de Amortização e/ou Data de Resgate de Cotas Seniores, conforme estabelecidas nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas Seniores;
- (iv) na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral não nomear instituição habilitada para substituí-lo, nos termos estabelecidos neste Regulamento;
- (v) na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização ou resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- (vi) na ocorrência de rebaixamento de mais de 3 (três) ou mais níveis na classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Cotas Seniores, de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência Classificadora de Risco;
- (vii) dissolução ou extinção do Cedente; e
- (viii) existência de evidência de que o Cedente tenha (a) emitido ou permitido, deliberadamente, com culpa ou dolo, a emissão de Documentos Comprobatórios para origem de Direitos Creditórios Elegíveis sem lastro, ou (b) oferecido ao Fundo Direitos Creditórios sobre os quais recaiam quaisquer ônus, gravames ou restrições, que tenham sido constituídos previamente à sua cessão ao Fundo.

16.3.1. – Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, o Fundo imediatamente interromperá a aquisição de Direitos Creditórios, mediante comunicado do Administrador ao Custodiante e ao Cedente, sendo que o Administrador convocará, em até 3 (três) Dias Úteis contados do dia que tomar ciência do Evento de Liquidação Antecipada, Assembleia Geral para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do Fundo.

16.3.2. – Na Assembleia Geral mencionada no item 16.3.1 acima, os titulares de Cotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo XII deste Regulamento, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

16.3.3. – Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Cotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá dar

início imediato aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo em observância ao disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

16.3.4. – Caso a Assembleia Geral delibere pela não liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, será concedido Direito de Dissidência aos Cotistas Dissidentes. Nessas hipóteses, o resgate antecipado das Cotas Seniores de titularidade dos Cotistas Dissidentes será pago na próxima Data de Amortização ou Data de Resgate da respectiva série, conforme cronograma previsto no respectivo Suplemento, na medida em que o Fundo tenha recursos para tanto, pelo valor de abertura de suas Cotas Seniores no dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento. Os Cotistas Dissidentes deverão informar ao Administrador sobre a sua intenção de exercer o Direito de Dissidência na Assembleia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, sob pena de não mais poderem exercer o seu Direito de Dissidência em momento posterior. Caso, por qualquer motivo, os Cotistas Dissidentes não recebam o pagamento integral referente ao resgate de suas Cotas Seniores nas datas referidas acima, em moeda corrente nacional, os Cotistas Dissidentes poderão receber Direitos Creditórios Elegíveis e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira como pagamento de seu Direito de Dissidência, quando será aplicável o disposto no Capítulo XIV deste Regulamento.

16.3.5. – Na hipótese de a Assembleia Geral deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, todas as Cotas serão resgatadas até o final do Prazo para Resgate Antecipado, pelo valor de abertura da Cota do dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento, observado o seguinte procedimento:

- (i) as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas;
- (ii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Seniores;
- (iii) durante o Prazo para Resgate Antecipado, as Cotas serão resgatadas em moeda corrente nacional, mensalmente, na medida em que o Fundo tenha recursos em moeda corrente nacional disponíveis decorrentes do vencimento e pagamento dos Direitos Creditórios pelas Sacadas;
- (iv) os pagamentos de amortização e resgate referidos acima serão realizados em observância ao disposto no Capítulo XIX deste Regulamento; e
- (v) sem prejuízo do disposto neste Regulamento, se, no último Dia Útil do Prazo para Resgate Antecipado, a totalidade das Cotas não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Cotistas poderão receber Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira como forma de

45



pagamento pelo resgate de suas Cotas, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no Capítulo XIV.

16.4. – Sem prejuízo do disposto no item 16.3 acima, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada Imediata quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) na hipótese de declaração de vencimento antecipado dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, nos termos dos Contratos Lastro;
- (ii) na hipótese de (a) liquidação ou dissolução das Sacadas; (b) decretação de falência das Sacadas; (c) decretação de autofalência das Sacadas; ou (d) pedido de falência das Sacadas ou do Cedente, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (e) pedido de recuperação judicial ou homologação de plano de recuperação extrajudicial das Sacadas;
- (iii) na hipótese de alteração de qualquer dos Contratos Lastro para prorrogar o prazo de vencimento dos Direitos Creditórios por período superior a 350 (trezentos e cinquenta) dias contados da data da respectiva Notificação de Prorrogação e Cessão ou para reduzir ou modificar a respectiva correção;
- (iv) na hipótese de ser proferida decisão judicial em qualquer grau de jurisdição e/ou decisão administrativa, que reconheça ilegalidade, inexistência ou ineficácia de qualquer dos Contratos Lastro, e que afete a existência ou validade dos Direitos Creditórios; e
- (v) na hipótese de não pagamento, pelas Sacadas, dos valores decorrentes da prestação dos Serviços, nos termos do artigo 397 do Código Civil Brasileiro, não sanado no prazo de 7 (sete) Dias Úteis contados da data de vencimento, inclusive em caso de não pagamento, total ou parcial, que venha decorrer de eventual compensação ou retenção realizada em desacordo com o disposto nos Contratos Lastro.

16.4.1. – Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada Imediata, o Fundo será imediatamente liquidado mediante o resgate antecipado de todas as Cotas Seniores em circulação até o final do Prazo para Resgate Imediato, pelo valor de abertura da Cota Senior do dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento, acrescido do Prêmio de Amortização/Resgate Extraordinário, observado o procedimento previsto no item 16.3.5 acima.

16.4.2. – Sem prejuízo do disposto no item 16.4.1 acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada Imediata, o Administrador convocará, em até 3 (três) Dias Úteis contados do dia que tomar ciência do Evento de Liquidação Antecipada Imediata, Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo.

16.4.3. – Na Assembleia Geral mencionada no item 16.4.2 acima, os titulares de Cotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo XII deste Regulamento, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

16.4.4. – Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Cotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá dar início imediato aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo em observância ao disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

16.4.5. – Caso a Assembleia Geral delibere pela não liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada Imediata, será concedido Direito de Dissidência aos Cotistas Dissidentes. Nessas hipóteses, o resgate antecipado das Cotas Seniores de titularidade dos Cotistas Dissidentes será pago até o final do Prazo para Resgate Imediato, pelo valor de abertura de suas Cotas Seniores no dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento. Os Cotistas Dissidentes deverão informar ao Administrador sobre a sua intenção de exercer o Direito de Dissidência na Assembleia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, sob pena de não mais poderem exercer o seu Direito de Dissidência em momento posterior. Caso, por qualquer motivo, os Cotistas Dissidentes não recebam o pagamento integral referente ao resgate de suas Cotas Seniores até o final do Prazo para Resgate Imediato, em moeda corrente nacional, os Cotistas Dissidentes poderão receber Direitos Creditórios Elegíveis e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira como pagamento de seu Direito de Dissidência, quando será aplicável o disposto no Capítulo XIV deste Regulamento.

16.5. – O direito do Cotista Subordinado ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Cotas Subordinadas e/ou qualquer direito de voto ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação Antecipada ou Evento de Liquidação Antecipada Imediata, até a data da deliberação, pela Assembleia Geral, de que (i) o referido Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada, sem prejuízo da prioridade dos titulares de Cotas Seniores no recebimento de pagamento de resgate de suas Cotas, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, ou (ii) o referido Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada ou Evento de Liquidação Antecipada Imediata não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na Assembleia Geral.

## CAPÍTULO XVII – DOS ENCARGOS DO FUNDO

17.1. – Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;

47

Assinado digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALUAT.03459632887  
11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10

- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores independentes encarregados da revisão das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Cotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco;
- (xi) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, na forma do artigo 31, inciso I, da Instrução CVM 356; e
- (xii) despesas com a contratação de terceiros especializados para a prestação dos Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, nos termos do item 18.1 deste Regulamento.

17.2. Quaisquer despesas não previstas no item 17.1 acima como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

17.3. – O Administrador, pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

17.4. – O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Cotistas.

## CAPÍTULO XVIII – DOS PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA

18.1. – O Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos iniciará a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos após decorrido o prazo de 7 (sete) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento, em observância ao disposto neste Regulamento.

18.2. – Todos os custos e despesas que venham a ser incorridos pelo Fundo e pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos para salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou com a cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão suportados pelo Fundo e/ou dos Cotistas Subordinados, neste último caso, por meio de aporte de recursos no Fundo (mediante a subscrição e integralização de novas Cotas Subordinadas), proporcionalmente à participação de cada um dos referidos Cotistas na composição do Patrimônio Líquido, conforme aprovado em Assembleia Geral nos termos deste Regulamento.

18.2.1. – Caso os Cotistas Subordinados não se disponham a aportar recursos adicionais no Fundo para pagamento dos custos e despesas referidos no item 18.2 acima, conforme prazo estabelecido pelo Administrador, os Cotistas Seniores serão chamados para aportar tais recursos no Fundo (mediante a subscrição e integralização de novas Cotas Seniores), proporcionalmente à participação de cada um dos referidos Cotistas na composição do Patrimônio Líquido, conforme aprovado em Assembleia Geral nos termos deste Regulamento.

18.3. – O Administrador, o Custodiante ou o Cedente não estarão, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de tais Direitos Creditórios Inadimplidos nos termos dos itens 18.2 e 18.2.1 acima. O Administrador, o Custodiante ou o Cedente não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados aos Procedimentos de Cobrança.

18.4. – Fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes da assunção, pelos Cotistas Subordinados ou pelos Cotistas Seniores, conforme o caso, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador, o Custodiante e o Cedente não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive no caso dos Cotistas Subordinados ou dos Cotistas Seniores, conforme o caso, não aportarem os recursos suficientes para tanto na forma estabelecida neste Capítulo.



18.5. – Todos os valores aportados pelos Cotistas no Fundo nos termos deste Capítulo deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação, bem como decorrentes da não recuperação dos créditos referidos, dentro ou não do prazo de duração do Fundo.

#### **CAPÍTULO XIX – DA RESERVA DE PAGAMENTO, DA RESERVA DE CUSTOS E DA ORDEM DE PAGAMENTOS DO FUNDO**

19.1. – O Administrador constituirá Reserva de Pagamento em moeda corrente nacional e/ou Ativos Financeiros de liquidez imediata, que deverá ser correspondente a 100% (cem por cento) do Valor Futuro Estimado até o 2º (segundo) dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

19.2. – Sem prejuízo do disposto no item 19.1 acima, o Administrador constituirá Reserva de Custos em moeda corrente nacional e/ou Ativos Financeiros de liquidez imediata, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) durante o período compreendido entre a Primeira Data de Emissão e a data da primeira amortização da última série de Cotas Seniores em circulação, o Administrador deverá manter Reserva de Custos correspondente a 1,79% (um inteiro e setenta e nove centésimos por cento) do Patrimônio Líquido; e
- (ii) durante o período entre a data da primeira amortização da última série de Cotas Seniores em circulação e a data da segunda amortização da última série de Cotas Seniores em circulação, o Administrador deverá manter Reserva de Custos correspondente a 1,26% (um inteiro e vinte e seis centésimos por cento) do Patrimônio Líquido.
- (iii) durante o período entre a data da segunda amortização da última série de Cotas Seniores em circulação e a data de resgate integral de todas as Cotas Seniores em circulação, o Administrador deverá manter Reserva de Custos correspondente a 0,69% (sessenta e nove centésimos por cento) do Patrimônio Líquido.

19.3. – A partir da Primeira Data de Emissão, o Administrador deverá utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

50

Assinado digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALIAT-03459632847  
11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10

- (i) pagamento de despesas e Encargos do Fundo, conforme descritos neste Regulamento;
- (ii) constituição da Reserva de Custos;
- (iii) constituição da Reserva de Pagamento;
- (iv) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Seniores;
- (v) aquisição de Direitos Creditórios; e
- (vi) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Subordinadas.

## **CAPÍTULO XX – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

20.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.

20.2. – O exercício social do Fundo encerrar-se-á em 31 de março de cada ano.

20.3. – O Fundo estará sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

20.4. – As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

## **CAPÍTULO XXI – DOS FATORES DE RISCO**

21.1. – Todo investidor interessado em adquirir Cotas deve, antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo, considerar os fatores de risco descritos a seguir.

21.1.1. – O Fundo, o Administrador e o Custodiante não se comprometeram e não poderão ser demandados a reembolsar os Cotistas por qualquer multa ou penalidade, dano, lucro cessante ou prejuízo de qualquer natureza que os Cotistas venham a sofrer em decorrência dos riscos descritos neste Regulamento.

### Riscos de Mercado dos Ativos Financeiros

21.2. – Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive

ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido e a rentabilidade das Cotas.

21.3. – O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no item 11.12 deste Regulamento e o valor das Cotas Subordinadas será atualizado na forma estabelecida no item 11.13 deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros, e (ii) das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo o Administrador e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Cotistas, em razão dos descasamentos de que trata este item.

21.4. – A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado) e no Manual de Precificação do Custodiante. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como o critério de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira. As variações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido e a rentabilidade das Cotas.

#### Riscos de Crédito e de Liquidez; Ausência de Garantia

21.5. – O Fundo somente adquirirá Direitos Creditórios Elegíveis originados pelo Cedente e devidos pelas Sacadas, as quais não estão sujeitas a qualquer tipo de procedimento de verificação com relação ao seu risco de crédito. Adicionalmente, os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo terão prazo de vencimento de 350 (trezentos e cinquenta) dias contados da respectiva Data da Oferta, enquanto que os índices de inadimplência da carteira histórica do Cedente referem-se a Direitos Creditórios com prazo de vencimento diverso. Ainda, como regra geral, o Cedente somente terá responsabilidade pela cessão e formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência das Sacadas, devedoras dos Direitos Creditórios Elegíveis. Inexiste qualquer garantia, real ou fidejussória, por parte do Cedente ou de qualquer pessoa de que o pagamento dos Direitos Creditórios pelas Sacadas ao Fundo será efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado de acordo com os prazos e procedimentos avençados. Para informações adicionais sobre os riscos aos quais as Sacadas estão sujeitas, vide o item 21.9 deste Regulamento. A existência de Cotas Subordinadas no Fundo busca tão somente tentar garantir uma parcela de liquidez mínima ao Fundo e não uma garantia com relação à inadimplência de Direitos Creditórios do Fundo ou qualquer necessidade de caixa do Fundo. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Cotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios Elegíveis sejam pagos pelas Sacadas e os respectivos valores sejam



transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Cotas ocorrerá integralmente nas datas programadas nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante e pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos pelas Sacadas. Nestes casos, o Fundo somente terá recursos suficientes para proceder à amortização e/ou ao resgate das Cotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam devidamente pagos pelas Sacadas.

21.6. – Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

21.7. – O Fundo poderá incorrer em risco de crédito e de liquidez dos emissores dos Ativos Financeiros e, quando da liquidação das operações, realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as negociações de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

#### Risco de Descasamento entre as Taxas de Rentabilidade dos Ativos Financeiros do Fundo e o Benchmark

21.8. – O Fundo aplicará parcela de suas disponibilidades financeiras em Ativos Financeiros, os quais poderão apresentar taxas de rentabilidade inferiores ao *Benchmark* das Cotas Seniores emitidas e em circulação. Caso ocorra tal descasamento, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que o Administrador, o Cedente e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Cotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

#### Riscos decorrentes dos Negócios e da Situação Patrimonial e Financeira das Sacadas

21.9. – Riscos que podem afetar adversamente as Sacadas, caso materializados, poderão ocasionar perdas significativas ao Fundo e aos Cotistas. Dentre tais riscos, destacam-se os seguintes:

- (i) eventual dificuldade das Sacadas em implementar, tempestivamente e sem incorrer em custos não previstos, seus projetos pode retardar ou impedir a implementação de seus planos de negócios;
- (ii) eventual aquisição de empresas pelas Sacadas, como parte de sua estratégia de crescimento, pode apresentar uma série de riscos à condição financeira das Sacadas;
- (iii) o nível do endividamento das Sacadas poderá restringir sua flexibilidade financeira e operacional;
- (iv) o uso de instrumentos de proteção patrimonial (*hedge*) no gerenciamento de risco pode afetar de forma material e adversa os resultados das Sacadas;
- (v) processos judiciais e administrativos envolvendo as Sacadas podem afetar adversamente os seus negócios, resultados operacionais e condições financeiras;
- (vi) a saída de membros chave da administração das Sacadas, ou sua incapacidade de atrair e manter membros qualificados para integrá-la, podem ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios;
- (vii) as operações das Sacadas dependem de suas capacidades de manter, aperfeiçoar e operar, eficientemente, sua contabilidade, cobrança, serviços ao cliente, tecnologia da informação e gerenciamento de sistemas de informação e confiar nos sistemas de prestação de serviços de cobrança das empresas com as quais mantêm contratos de interconexão;
- (viii) o uso impróprio das redes das Sacadas pode afetar de forma adversa e relevante seus custos e resultados operacionais;
- (ix) as operações das Sacadas dependem de suas redes, sendo que uma eventual falha de sistema pode causar atrasos ou interrupções no serviço, o que pode trazer prejuízos às Sacadas;
- (x) as coberturas de seguro contratadas pelas Sacadas podem ser insuficientes para ressarcir eventuais danos, podendo acarretar um efeito adverso nas atividades, resultados e condições financeiras das Sacadas; e
- (xi) as alterações propostas na lei trabalhista brasileira podem afetar adversamente as relações trabalhistas das Sacadas.

#### Risco de Concentração

21.10. – O Fundo poderá manter em sua Carteira até 100% (cem por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis devidos pelas Sacadas. Desta forma, os níveis de concentração em determinado emissor e/ou devedor poderão expor o Fundo a maiores riscos de crédito, o que poderá ter um efeito negativo na rentabilidade do Fundo. O Fundo poderá apresentar um aumento na concentração quanto mais perto da Data de Resgate.

#### Riscos de Originação

21.11. – O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que tenham sido originados a partir dos Contratos Lastro. Não é possível assegurar que tais Contratos Lastro garantirão a qualidade dos Direitos Creditórios e/ou a solvência das Sacadas.

21.12. – A política de investimento do Fundo prevê a aquisição de Direitos Creditórios originados somente pelo Cedente, único cedente de Direitos Creditórios para o Fundo. Desta forma, no caso de comprometimento da capacidade de originação e cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, este não terá a opção de adquirir outros direitos creditórios de características semelhantes que sejam originados por cedente diverso.

#### Riscos de Liquidez

21.13. – O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Cotas a qualquer momento e a critério do Cotista, de modo que as únicas formas que os Cotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação do Fundo em Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo XII deste Regulamento, e/ou (ii) venda de suas Cotas no mercado secundário. Ademais, os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Cotas que possibilite aos Cotistas sua alienação, caso estes assim decidam. Os Cotistas podem ter dificuldade em vender suas Cotas no mercado secundário, bem como, caso os Cotistas precisem vender suas Cotas, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação das Cotas poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio ao Cotista. O Fundo, o Administrador, o Cedente, o Custodiante e as Sacadas não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Cotas, Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros dos Cotistas que manifestem intenção de resgatar valores investidos no Fundo.

21.14. – O investimento do Fundo em Direitos Creditórios Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos Creditórios Elegíveis. Caso o Fundo precise vender os Direitos Creditórios

55

Assinado digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALUAT:03459632887  
11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10



Elegíveis, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos Creditórios Elegíveis poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

#### Ausência de Obrigação dos Cotistas Subordinados de Aportar Recursos no Fundo

21.15. – Os Cotistas Subordinados não têm qualquer obrigação, compromisso ou responsabilidade de aportar recursos no Fundo para fazer frente ao pagamento das exigibilidades do Fundo, recompor as Reservas de Custos e de Pagamento e/ou recompor o Índice de Cobertura. Caso os Cotistas Subordinados não realizem aportes adicionais de recursos no Fundo para fazer frente ao pagamento das exigibilidades do Fundo, recompor as Reservas de Custos e de Pagamento e/ou recompor o Índice de Cobertura, os Cotistas Seniores serão chamados para aportar tais recursos adicionais no Fundo e, por esse motivo, a rentabilidade de suas Cotas Seniores poderá impactada de forma negativa.

#### Insuficiência de Recursos para Pagamento de Amortizações e Resgates

21.16. – A liquidação dos Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo é a principal fonte de recursos do Fundo para efetuar as amortizações periódicas das Cotas Seniores. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra o Cedente quanto aos Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido adquiridos pelo Fundo, após o recebimento dos recursos relacionados aos Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a sua cobrança, judicial ou extrajudicial, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar as amortizações periódicas das Cotas Seniores.

#### Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos

21.17. – O Administrador será responsável pela cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos em benefício do Fundo, de acordo com os Procedimentos de Cobrança, e poderá contrair terceiro(s) especializado(s) para atuar(em) no exercício dessas atividades, sob sua responsabilidade, nos termos do(s) Contrato(s) de Cobrança. Não há como assegurar que o(s) terceiro(s) contratado(s) pelo Administrador para atuar como Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos atuar(ão) de acordo com o disposto neste Regulamento e do Contrato de Cobrança com relação à cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e para os Cotistas.

21.18. – Não há garantia de adimplemento dos Direitos Creditórios nem da eficácia dos Procedimentos de Cobrança. O Fundo, o Administrador, o Custodiante e/ou o Cedente não são responsáveis pelo adimplemento dos Direitos Creditórios. Não é possível garantir que os Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios, inclusive dos Direitos Creditórios Inadimplidos, assegurará que os valores devidos ao Fundo relativos a tais Direitos Creditórios serão pagos ou recuperados, o que poderá afetar adversamente o Patrimônio



Líquido e, consequentemente, resultar na insuficiência de recursos no Fundo para efetuar os pagamentos nos prazos previstos neste Regulamento.

#### Riscos de Falhas de Procedimentos de Custódia, Cobrança e Conciliação

21.19. – O Cedente, o Fundo, o Administrador e o Custodiante não serão responsáveis pela solvência dos Direitos Creditórios Elegíveis e/ou pelo pagamento dos Direitos Creditórios Inadimplidos. Nos termos deste Regulamento e do Contrato de Custódia, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, pela cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis a vencer, pelo controle do pagamento diretamente na Conta Autorizada do Fundo e pela conciliação dos recursos provenientes da liquidação dos Direitos Creditórios depositados na Conta Autorizada do Fundo.

21.20. – Por sua vez, nos termos deste Regulamento, o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos será responsável por cobrar os Direitos Creditórios Inadimplidos, em observância aos Procedimentos de Cobrança, os quais não assegurarão que os valores devidos ao Fundo serão recuperados.

21.21. – Não há como assegurar que o Custodiante e o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos atuarão de acordo com o Contrato de Custódia e este Regulamento, respectivamente, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Cotistas. Falhas nos Procedimentos de Cobrança e controles internos adotados pelo Custodiante na cobrança e na conciliação dos Direitos Creditórios a vencer ou pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos na cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos Creditórios e sua respectiva cobrança. Caso o Custodiante e o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos não exerçam suas funções de acordo com os termos e condições deste Regulamento e, respectivamente, do Contrato de Custódia e deste Regulamento, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar em atraso no cronograma de amortização ou resgate das Cotas ou até mesmo em perdas aos Cotistas e ao Fundo.

#### Riscos de Sistemas

21.22. – Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do Cedente, do Custodiante, do Administrador e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos Creditórios poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

#### Riscos de Descontinuidade

57

Assinado digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALUAT:03459632867  
11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10

21.23. – Conforme previsto neste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Cotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às datas previamente estabelecidas nos Suplementos referentes a cada série de cada emissão de Cotas, inclusive, mas não se limitando, na ocorrência de Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação Antecipada ou conforme disposto no Capítulo XVI deste Regulamento. Adicionalmente, o Administrador poderá realizar o Resgate Compulsório da totalidade de Cotas Seniores de uma determinada série em circulação, sem prejuízo do respectivo cronograma de amortização e da respectiva Data de Resgate, na ocorrência de qualquer evento que interrompa, inviabilize ou impossibilite a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo durante um determinado período, observados os termos e condições estabelecidos no respectivo Suplemento da série. Na ocorrência de qualquer dos eventos acima, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador e pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

21.24. – Este Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral, quando da ocorrência de um Evento de Avaliação, Evento de Liquidação Antecipada ou Evento de Liquidação Antecipada Imediata, poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo e outras hipóteses em que o resgate das Cotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Cotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo, ou (ii) cobrar os valores devidos pelas Sacadas devedoras dos Direitos Creditórios Elegíveis.

21.25. – Nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo por decisão da Assembleia Geral, seja em razão da ocorrência de um Evento de Avaliação ou de um Evento de Liquidação Antecipada, os Cotistas poderão receber os pagamentos relativos ao resgate das respectivas Cotas Seniores somente ao final do Prazo para Resgate Antecipado, que corresponde ao prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos contados da data da Assembleia Geral que deliberar pela liquidação antecipada do Fundo (sem prejuízo de eventual pagamento mediante a entrega de Direitos Creditórios, nos termos deste Regulamento).

21.26. – Na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, caso a Assembleia Geral delibere pela continuidade do Fundo, os pagamentos devidos aos eventuais Cotistas Dissidentes pelo resgate de suas Cotas Seniores poderão ser realizados somente nas Datas de Amortização ou nas Datas de Resgate subsequentes, conforme previstas nos respectivos Suplementos (sem prejuízo de eventual pagamento mediante a entrega de Direitos Creditórios, nos termos deste Regulamento), o que pode ocorrer no prazo de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da data da realização da Assembleia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo.

#### Riscos Relacionados ao Pagamento Antecipado de Direitos Creditórios

21.27. – As Sacadas podem proceder ao pagamento antecipado, total ou parcial, ainda que sem descontos, dos Direitos Creditórios. Tais pagamentos antecipados podem reduzir o valor esperado dos Direitos Creditórios e trazer prejuízos ao Fundo.

#### Risco de Questionamento da Validade e Eficácia da Cessão (Possibilidade de os Direitos Creditórios Elegíveis virem a ser Alcançados por Obrigações do Cedente ou de Terceiros)

21.28. – O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos Creditórios Elegíveis serem alcançados por obrigações assumidas pelo Cedente e/ou qualquer das Sacadas em decorrência de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou decretação de falência do Cedente ou de qualquer das Sacadas. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios Elegíveis, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios Elegíveis, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelo Cedente ou qualquer das Sacadas, (iv) na anulação ou resolução da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi simulada ou praticada com a intenção de prejudicar os seus credores pelo Cedente ou qualquer das Sacadas, e (v) ausência de concordância das Sacadas para a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos dos Contratos Lastro. Nestas hipóteses os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações do Cedente ou das Sacadas e o Patrimônio Líquido poderá ser afetado negativamente.

21.29. – Nos termos do artigo 130 da Lei de Registros Públicos, para que os termos e condições do Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão surtam efeitos contra terceiros desde a data de sua respectiva assinatura, o Contrato de Cessão e os Termos de Cessão devem ser levados a registro nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data de assinatura do Contrato de Cessão e de cada Termo de Cessão. O registro do Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão depois de decorrido o prazo legal produzirá efeitos perante terceiros somente a partir da data da sua apresentação nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos. Adicionalmente, para que o registro produza efeitos plenos, é necessário que o Contrato de Cessão e os Termos de Cessão contenham informações que permitam a individualização dos Direitos Creditórios Elegíveis. De acordo com o Contrato de Cessão, os Termos de Cessão deverão ser registrados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Caso o Contrato de Cessão e/ou os Termos de Cessão não sejam levados a registro nos termos da Lei de Registros Públicos ou o Contrato de Cessão e/ou os Termos de Cessão sejam levados a registro depois de decorrido o prazo referido neste item ou, ainda, caso o registro dos Termos

59

Assinado digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALUAT.03459632887  
11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10



de Cessão não seja considerado como hábil para produção de efeitos plenos em função do nível de detalhamento de informações relativas aos Direitos Creditórios Elegíveis, o Fundo poderá sofrer perdas, caso terceiros, com base em tais circunstâncias, sejam capazes de impugnar ou questionar a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo.

#### Risco de Fungibilidade

21.30. – Na hipótese de as Sacadas realizarem os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios diretamente para o Cedente, o Cedente deverá repassar tais valores ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão. Não há garantia de que o Cedente repassará tais recursos ao Fundo, na forma estabelecida em tal contrato, podendo haver o risco de fungibilidade decorrente da ausência de segregação de recursos de pagamentos dos Direitos Creditórios com outros recursos do Cedente, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para reaver tais recursos.

#### Inexistência de Rendimento Predeterminado

21.31. – O valor unitário das Cotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos neste Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio do Fundo que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Cotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, ou do Cedente em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, o Cotista titular de Cotas Seniores não fará jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Cotas, a uma remuneração superior ao valor das mesmas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Cotas.

#### Risco de Rebaixamento da Classificação de Risco das Cotas Seniores do Fundo

21.32. – Eventual rebaixamento na classificação de risco das Cotas Seniores poderá acarretar redução de liquidez das mesmas para negociação no mercado secundário. Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à carteira de um fundo são levados em consideração, tais como histórico de inadimplência. São analisados, também, fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira dos devedores de direitos creditórios, bem como a capacidade do cedente de originar direitos creditórios. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação às Cotas Seniores durante a vigência do Fundo poderá afetar negativamente a liquidez das mesmas e seu preço em negociações no mercado secundário, causando prejuízo aos Cotistas.

#### Risco de Governança

21.33. – Caso o Fundo venha a emitir novas Cotas Seniores ou caso seja criada uma nova classe de Cotas, mediante deliberação em Assembleia Geral, os novos Cotistas podem modificar a relação de poderes para alteração deste Regulamento. Ademais, este Regulamento, em razão de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral, bem como as condições nele previstas também podem ser revistas por decisão dos Cotistas em Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo de forma contrária ao interesse de parte dos Cotistas.

#### Risco de Descaracterização do Regime Tributário Aplicável ao Fundo

21.34. – Não há garantia do Administrador que conseguirá manter o Fundo como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Cotistas.

#### Risco de Proveniente do Uso de Derivativos

21.35. – A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais relevantes ao Fundo e aos Cotistas. Mesmo para o Fundo, que utilizará derivativos exclusivamente para proteção das posições detidas à vista, existe o risco da posição não representar um “*hedge*” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

#### Outros Riscos

21.36. – A propriedade das Cotas não confere aos Cotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios Elegíveis. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas detidas por cada um.

21.37. – As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, do Administrador, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Cotistas.

21.38. – Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Resolução previsto no Contrato de Cessão, o Cedente será obrigado a notificar imediatamente o Administrador e o Custodiante, por escrito, por meio de envio de arquivo eletrônico definido de comum acordo entre o Cedente e o Custodiante. Não há garantias de que o Cedente cumprirá com a sua obrigação referida acima e, caso não a cumpra, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus Direitos Creditórios.

## **CAPÍTULO XXII – DO ADMINISTRADOR, CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO**

### Administração do Fundo

22.1. – O Fundo será administrado e a Carteira gerida pela **Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.418.140/0001-31, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM nº 2.528, de 29 de julho de 2003.

22.1.1. – O Administrador poderá ser destituído de suas funções, a qualquer momento e independentemente de qualquer notificação prévia, na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade única e exclusiva dos Cotistas, reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XII acima.

22.2. – Observadas a regulamentação em vigor e as limitações estabelecidas neste Regulamento, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e todos e quaisquer atos de gestão da Carteira, exercendo inclusive os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Elegíveis e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

22.3. – O Administrador, por meio de publicação no periódico utilizado para divulgar informações do Fundo ou por meio de correspondência com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XII acima.

22.3.1. – Na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de que trata o item acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir o Administrador, ou (ii) não obtiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo XII acima, para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias corridos a contar da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral, observado, se for o caso, o disposto nos Capítulos XIV e XVI acima.

22.3.2. – Na hipótese de renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo e gestão da Carteira até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 40 (quarenta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral.



22.3.3. – Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do item 22.3.2 acima não substitua o Administrador dentro do prazo de 40 (quarenta) dias corridos mencionado acima, o Administrador poderá proceder à liquidação automática do Fundo, a partir do 40º (quadragésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembleia Geral que nomear a nova instituição administradora, devendo ser observado, se for o caso, o disposto no Capítulo XIV acima.

#### Custódia e Controladoria

22.4. – O Fundo contratou o **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, devidamente autorizada pela CVM a prestar serviços de custódia qualificada de títulos e valores mobiliários, para ser responsável pela prestação ao Fundo dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos ativos integrantes da Carteira.

22.4.1. – Sem prejuízo do disposto no item acima, o Custodiante será responsável pela verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade pelos Direitos Creditórios, em cada operação de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo.

22.4.2. – Nos termos do artigo 38, parágrafo 14, da Instrução CVM 356, o Custodiante realizará a verificação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios de forma individualizada e integral, ficando expressamente dispensado da obrigação de verificação trimestral de lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da Carteira.

22.4.3. – No âmbito dos serviços a serem prestados pelo Custodiante em relação ao Fundo, o Custodiante não será responsável, sob qualquer hipótese, pela indicação de Direitos Creditórios Inadimplidos a protesto ou pela inserção do nome das Sacadas, devedoras de Direitos Creditórios Inadimplidos, em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Cedente exercer referidas atividades.

22.4.4. – Sem prejuízo do disposto neste Regulamento e no Contrato de Custódia, caso aplicável, e nos demais instrumentos do qual seja parte, o Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo, nos termos do Contrato de Custódia.

#### Escrituração de Cotas

22.5. – O Administrador contratou o Agente Escriturador para a prestação dos serviços de escrituração de Cotas.

## CAPÍTULO XXIII – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

23.1. – A Taxa de Administração a ser paga pelo Fundo será composta pela Remuneração do Administrador, pela Remuneração do Custodiante e pela Remuneração do Agente Escriturador, nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e do Contrato de Escrituração.

23.2. – Pela prestação dos serviços de administração do Fundo, inclusive gestão da Carteira, o Administrador fará jus à Remuneração do Administrador, a qual corresponderá a um montante fixo de até R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais) por ocasião do encerramento de cada Oferta 400 ou cada Oferta Restrita de Cotas Seniores do Fundo, somado ao valor mensal de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), acrescido de um dos seguintes valores, entre eles o maior: (i) valor fixo mensal de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), ou (ii) percentual anual, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sobre o valor do Patrimônio Líquido, calculado sobre o Patrimônio Líquido de acordo com o disposto a seguir:

- (a) 0,20% (vinte centésimos por cento), caso o Patrimônio Líquido seja inferior ou igual a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais); ou
- (b) 0,18% (dezoito centésimos por cento), caso o Patrimônio Líquido seja superior a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

23.2.1. – Excepcionalmente, durante o período inicial de 6 (seis) meses contados da data de constituição do Fundo, o valor fixo mensal de que trata o item 23.2. acima será de R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais). Após esse período, o valor fixo mensal passará a ser correspondente ao valor mencionado no inciso (i) do item 23.2. acima.

23.2.2. – Todos os valores em reais constantes do item 23.2.1. acima serão corrigidos anualmente, sempre no mês de janeiro, pela variação do IPC - FIPE (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) do ano anterior, ou na sua falta, por qualquer outro índice que venha a substituí-lo.

23.3. – A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento desta parcela da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à primeira subscrição de Cotas, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a data da primeira subscrição de Cotas e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.

23.4. – O Fundo não cobrará taxa de performance, taxa de ingresso ou taxa de saída.

## CAPÍTULO XXIV – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

24.1. – O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Cotistas quanto à permanência no mesmo ou aquisição de novas Cotas de novas emissões, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Cotas.

24.2. – Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo previstas na regulamentação aplicável, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Cotas Seniores e/ou das Cotas Subordinadas.

24.3. – A divulgação de informações de que trata o item 24.1 acima será feita no jornal "DCI – Diário do Comércio, Indústria e Serviços", jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, e mantida disponível para os Cotistas na sede do Administrador e nas instituições que coloquem as Cotas, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Cotistas.

24.4. – O Administrador colocará à disposição dos Cotistas, em sua página mantida na rede mundial de computadores, em sua sede e dependências, e nas instituições que coloquem Cotas, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Cotas de propriedade de cada Cotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho obtido e o esperado.

24.5. – O Administrador deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

24.6. – Sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação e neste Regulamento, o Diretor do Administrador responsável pelo Fundo perante a CVM, deverá elaborar demonstrativos trimestrais nos termos do Artigo 8º, parágrafo 3º, da Instrução CVM 356.

24.6.1. – Os demonstrativos trimestrais de que trata o item acima deverão ser enviados à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos Cotistas.

24.6.2. – Os demonstrativos trimestrais deverão ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

24.7. – O Administrador deverá divulgar, anualmente, no periódico referido no item 24.3 acima, além de manter disponíveis em sua sede e dependências, e nas instituições que coloquem Cotas: (i) o valor do Patrimônio Líquido; (ii) o valor das Cotas de cada classe; (iii) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem; e (iv) os relatórios da Agência Classificadora de Risco.

## CAPÍTULO XXV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. – Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Custodiante, o Cedente, as Sacadas e os Cotistas.

25.2. – No intuito de defender os interesses do Fundo e dos Cotistas, o Administrador adota a Política de Voto no exercício do direito de voto do Fundo em assembleias gerais dos emissores dos ativos integrantes da Carteira.

25.3. – A íntegra da Política de Voto encontra-se registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e está disponível na sede do Administrador e no *website* do Administrador "[www.intrag.com.br](http://www.intrag.com.br)".

25.4. – Este Regulamento, seus eventuais aditamentos e os respectivos Suplementos serão levados a registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente localizado na Cidade da sede do Administrador.

25.5. – Fica eleito o foro do domicílio ou da sede do Cotista. Caso este não se situe em território brasileiro, fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo.

\* \* \* \* \*

# **ANEXO I AO REGULAMENTO DO TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

## **Modelo de Suplemento – Emissões de Séries de Cotas Seniores**

<b>Características da [●] Série de Cotas Seniores da [●] Emissão do Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</b>	
Número da Emissão	[●]
Quantidade de Séries da Emissão	[●] ([●])
Número da Série	[●] ([●])
Distribuidor	[●]
Montante Total da Emissão	R\$ [●] ([●])
Quantidade de Cotas Seniores da Emissão	[●] ([●])
Montante Total da Série	R\$ [●] ([●])
Quantidade de Cotas Seniores da [●] Série	[●] ([●])
Forma/Procedimento de Colocação	[●]
Preço de Emissão (preço por Cota)	R\$ [●] ([●])
Preço de Integralização (preço por Cota)	R\$ [●] ([●])
<i>Benchmark</i>	[●] ([●])
Crítérios de Cálculo do Valor das Cotas	[●]

67



Seniores	
Cronograma de Amortização e Resgate das Cotas Seniores da [•] Série	<p>[•]</p> <p>[Sem prejuízo do cronograma de amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da [•] série da [•] Emissão, conforme previsto acima, todas as Cotas Seniores da [•] série da [•] Emissão em circulação serão objeto de Resgate Compulsório pelo Administrador na ocorrência de um Evento de Suspensão durante os meses de [•] de [ano] e [•] de [ano].</p> <p>Na ocorrência de qualquer Evento de Suspensão nos períodos indicados acima, o Administrador comunicará a totalidade dos Cotistas Seniores da [•] série da [•] Emissão no prazo de até 3 (três) Dias Úteis e providenciará o pagamento do valor do Resgate Compulsório aos Cotistas Seniores da [•] série da [•] Emissão, a ser pago na Data de Amortização ou Data de Resgate da respectiva série, conforme cronograma previsto neste Suplemento, na medida em que o Fundo tenha recursos para tanto, pelo valor de abertura das Cotas Seniores no dia do pagamento, calculado na forma do Regulamento.]</p>
Patrimônio Líquido antes desta Série	R\$ [•] ([•])
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Cotas desta Série	R\$ [•] ([•])



## ANEXO II AO REGULAMENTO DO TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

### Modelo de Suplemento – Emissões de Cotas Subordinadas

Características da [●] Emissão de Cotas Subordinadas do Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	
Número da Emissão	[●]
Distribuidor	[●]
Montante Total da Emissão	R\$ [●] ([●])
Quantidade de Cotas Subordinadas da Emissão	[●] ([●])
Forma/Procedimento de Colocação	[●]
Preço de Emissão (preço por Cota)	R\$ [●] ([●])
Preço de Integralização (preço por Cota)	R\$ [●] ([●])
Patrimônio Líquido antes desta Emissão	R\$ [●] ([●])
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Cotas desta Emissão	R\$ [●] ([●])

**ANEXO III AO REGULAMENTO DO  
 TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Suplemento da Primeira Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão**

<b>Características da Primeira Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão do Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</b>	
Número da Emissão	Primeira
Quantidade de Séries da Emissão	6 (seis)
Número da Série	Primeira
Distribuidor	Banco Itaú BBA S.A.
Montante Total da Emissão	Até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Emissão	Até 24.000 (vinte e quatro mil)
Montante Total da Série	Até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Primeira Série	Até 4.000 (quatro mil)
Forma/Procedimento de Colocação	<p>As Cotas Seniores serão objeto de Oferta 400, nos termos da Instrução CVM 400.</p> <p>A Oferta 400 poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Cotas Seniores desde que haja colocação de um montante mínimo correspondente a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).</p> <p>Sem prejuízo do disposto acima, haverá efetiva colocação da primeira série da Primeira Emissão caso seja subscrito, durante o respectivo período de colocação, ao menos de 1/3 (um terço) das Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão, observado que a primeira série da Primeira Emissão será objeto de garantia firme de colocação a ser prestada pelo Distribuidor.</p>

70

Assinado digitalmente por  
 JOSE ANTONIO MICHALIAT-03459632887  
 11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10

Preço de Emissão (preço por Cota)	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
Preço de Integralização (preço por Cota)	<p>O Preço de Integralização das Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão será correspondente ao Preço de Emissão das Cotas Seniores da Primeira Emissão ajustado pelo valor de deságio a ser aplicado de maneira uniforme à primeira série de Cotas Seniores da Primeira Emissão, e que será definido e divulgado no momento da efetiva colocação das Cotas Seniores da referida série no âmbito da respectiva Oferta 400.</p> <p>O valor correspondente a eventual diferença entre o Preço de Emissão e o Preço de Integralização de Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão será objeto de aporte no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s), por meio da subscrição e integralização de Cotas Subordinadas.</p> <p>A efetiva integralização de Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão estará condicionada, se aplicável, ao aporte de recursos no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s) nos termos do parágrafo acima.</p> <p>Este Suplemento será posteriormente aditado pelo Administrador, sem a necessidade de aprovação pela Assembleia Geral, para prever o valor final correspondente ao Preço de Integralização das Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão.</p>
Benchmark	O <i>Benchmark</i> das Cotas Seniores da Primeira Emissão será correspondente à variação da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, extra grupo, calculada em uma base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, publicada diariamente pela CETIP, acrescida de sobretaxa equivalente a 0,80% (oitenta centésimos por cento) ao ano, a partir da respectiva Data de Integralização, inclusive, e até a respectiva Data de Resgate.
Crítérios de Cálculo do Valor das Cotas Seniores	A partir da Data de Integralização das Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão, o valor unitário dessas Cotas Seniores será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número total de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo e em circulação; e (ii) o valor obtido por meio da seguinte

71

Assinado digitalmente por  
 JOSE ANTONIO MICHALUAT.03459632887  
 11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10

	<p>fórmula:</p> $VQS_{n,T} = (VQS_{n,T-1} - VAE_{n,T-1} - VAP_{n,T-1}) \times \left[ \left( \frac{DIT-1}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$ <p>onde:</p> <p>n = é o número da n-ésima série de Cotas Seniores, conforme indicado no respectivo Suplemento. Ex.: Para as Cotas Seniores da primeira série, n=1;</p> <p>VQSn:T = valor unitário cada Cota Senior da n-ésima série calculado na data "T";</p> <p>VQSn:T-1 = valor unitário de cada Cota Senior da n-ésima série calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data de Integralização;</p> <p>VQST-1 = será igual ao Preço de Emissão da Cota Senior da n-ésima série;</p> <p>VAEn:T-1 = valor unitário de eventual Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Cota Senior da n-ésima série, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";</p> <p>VAPn:T-1 = valor unitário da amortização periódica, conforme cronograma n-ésima série de Cotas Seniores, efetivamente pago aos titulares de cada Cota Senior da n-ésima série, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";</p> <p>DIT-1 = Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Ex.: Se a Taxa DI for 12,00% (doze por cento), então DIT-1 = 12,00; e</p> <p>Spreadsn = Taxa anual calculada forma exponencial da n-ésima série de Cotas Seniores, definida para cada emissão Cotas Seniores, calculada com base em ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Ex.: Para as Cotas Seniores de todas as séries da Primeira Emissão, SpreadSn = 0,80.</p>
Cronograma de Amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da Primeira Série	<p>As Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão serão amortizadas em 3 (três) parcelas anuais, a partir da Data de Integralização das Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão ("D"). Nas 2 (duas) primeiras Datas de Amortização das Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão, o percentual do Preço de Emissão das Cotas Seniores a ser amortizado ("PPST"), utilizado para cálculo do valor unitário da amortização, será equivalente a 0,0% (zero por cento). Dessa forma, as 2 (duas) primeiras Datas de Amortização das Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão ("I") representam</p>

amortizações anuais de remuneração (*Benchmark*). Na 3ª (terceira) e última Data de Amortização das Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão, o PPST será equivalente a 100% (cem por cento).

A tabela abaixo ilustra o cronograma de amortizações e resgate das Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão:

Amortizações Periódicas	Datas de Amortização (T)	Percentual do Preço de Emissão a ser amortizado (PPST)
1ª	12 meses após D	0,0%
2ª	24 meses após D	0,0%
3ª	36 meses após D <sup>(1)</sup>	100%

<sup>(1)</sup> Data de Resgate

Sem prejuízo do cronograma de amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão, conforme previsto acima, todas as Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão em circulação serão objeto de Resgate Compulsório pelo Administrador na ocorrência de um Evento de Suspensão durante os meses em que estiverem previstas amortizações de Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão (ou seja, nos meses em que caírem as Datas de Amortização das Cotas Seniores da primeira série da Primeira Emissão).

Na ocorrência de qualquer Evento de Suspensão nos períodos indicados acima, o Administrador comunicará a totalidade dos Cotistas Seniores da primeira série da Primeira Emissão no prazo de até 3 (três) Dias Úteis e providenciará o pagamento do valor do Resgate Compulsório aos Cotistas Seniores da primeira série da Primeira Emissão, a ser pago na Data de Amortização ou Data de Resgate da respectiva série, conforme cronograma previsto neste Suplemento, na medida em que o Fundo tenha recursos para tanto, pelo valor de abertura das Cotas Seniores no dia do pagamento, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAP_T = VQS_T - (R\$25.000 - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T$$

onde:

VAPT = valor unitário da amortização periódica de cada Cota Senior na Data de Amortização "T";

VQST = valor unitário da Cota Senior na Data de Amortização "T";

	<p>SAMT-1 = somatório de AMT efetivamente pagos aos titulares de cada Cota Senior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";</p> <p>SVAET-1 = somatório dos valores unitários de eventuais Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Cotas Seniores efetivamente pagos aos titulares de cada Cota Senior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";</p> <p>PPST = percentual do Preço de Emissão das Cotas Seniores a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento; e</p> <p>AMT = AMT apurado na Data de Amortização "T" por meio da seguinte expressão:</p> $AM_T = (R\$25.000) \times PPST$
Patrimônio Líquido antes desta Série	-
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Cotas desta Série	Até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)



**ANEXO IV AO REGULAMENTO DO  
TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Suplemento da Segunda Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão**

<b>Características da Segunda Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão do Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</b>	
Número da Emissão	Primeira
Quantidade de Séries da Emissão	6 (seis)
Número da Série	Segunda
Distribuidor	Banco Itaú BBA S.A.
Montante Total da Emissão	Até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Emissão	Até 24.000 (vinte e quatro mil)
Montante Total da Série	Até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Segunda Série	Até 4.000 (quatro mil)
Forma/Procedimento de Colocação	<p>As Cotas Seniores serão objeto de Oferta 400, nos termos da Instrução CVM 400.</p> <p>A Oferta 400 poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Cotas Seniores desde que haja colocação de um montante mínimo correspondente a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).</p> <p>Sem prejuízo do disposto acima, haverá efetiva colocação da segunda série da Primeira Emissão caso seja subscrito, durante o respectivo período de colocação, ao menos de 1/3 (um terço) das Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão, observado que a segunda série da Primeira Emissão será objeto de garantia firme de colocação a ser prestada pelo Distribuidor.</p>

75

Preço de Emissão (preço por Cota)	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
Preço de Integralização (preço por Cota)	<p>O Preço de Integralização das Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão será correspondente ao Preço de Emissão das Cotas Seniores da Primeira Emissão ajustado pelo valor de deságio a ser aplicado de maneira uniforme à segunda série de Cotas Seniores da Primeira Emissão, e que será definido e divulgado no momento da efetiva colocação das Cotas Seniores da referida série no âmbito da respectiva Oferta 400.</p> <p>O valor correspondente a eventual diferença entre o Preço de Emissão e o Preço de Integralização de Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão será objeto de aporte no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s), por meio da subscrição e integralização de Cotas Subordinadas.</p> <p>A efetiva integralização de Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão estará condicionada, se aplicável, ao aporte de recursos no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s) nos termos do parágrafo acima.</p> <p>Este Suplemento será posteriormente aditado pelo Administrador, sem a necessidade de aprovação pela Assembleia Geral, para prever o valor final correspondente ao Preço de Integralização das Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão.</p>
Benchmark	O Benchmark das Cotas Seniores da Primeira Emissão será correspondente à variação da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, extra grupo, calculada em uma base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, publicada diariamente pela CETIP, acrescida de sobretaxa equivalente a 0,80% (oitenta centésimos por cento) ao ano, a partir da respectiva Data de Integralização, inclusive, e até a respectiva Data de Resgate.
Crítérios de Cálculo do Valor das Cotas Seniores	A partir da Data de Integralização das Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão, o valor unitário dessas Cotas Seniores será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número total de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo e em circulação; e (ii) o valor obtido por meio da seguinte

	<p>fórmula:</p> $VQS_{n,T} = (VQS_{n,T-1} - VAE_{n,T-1} - VAP_{n,T-1}) \times \left[ \left( \frac{DIT_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$ <p>onde:</p> <p>n = é o número da n-ésima série de Cotas Seniores, conforme indicado no respectivo Suplemento. Ex.: Para as Cotas Seniores da segunda série, n=1;</p> <p>VQSn:T = valor unitário cada Cota Senior da n-ésima série calculado na data "T";</p> <p>VQSn:T-1 = valor unitário de cada Cota Senior da n-ésima série calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data de Integralização;</p> <p>VQST-1 = será igual ao Preço de Emissão da Cota Senior da n-ésima série;</p> <p>VAEn:T-1 = valor unitário de eventual Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Cota Senior da n-ésima série, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";</p> <p>VAPn:T-1 = valor unitário da amortização periódica, conforme cronograma n-ésima série de Cotas Seniores, efetivamente pago aos titulares de cada Cota Senior da n-ésima série, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";</p> <p>DIT-1 = Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Ex.: Se a Taxa DI for 12,00% (doze por cento), então DIT-1 = 12,00; e</p> <p>Spreadsn = Taxa anual calculada forma exponencial da n-ésima série de Cotas Seniores, definida para cada emissão Cotas Seniores, calculada com base em ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Ex.: Para as Cotas Seniores de todas as séries da Primeira Emissão, SpreadSn = 0,80.</p>
Cronograma de Amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da Segunda Série	<p>As Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão serão amortizadas em 3 (três) parcelas anuais, a partir da Data de Integralização das Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão ("D"). Nas 2 (duas) primeiras Datas de Amortização das Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão, o percentual do Preço de Emissão das Cotas Seniores a ser amortizado ("PPST"), utilizado para cálculo do valor unitário da amortização, será equivalente a 0,0% (zero por cento). Dessa forma, as 2 (duas) primeiras Datas de Amortização das Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão ("I") representam</p>

amortizações anuais de remuneração (*Benchmark*). Na 3ª (terceira) e última Data de Amortização das Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão, o PPST será equivalente a 100% (cem por cento).

A tabela abaixo ilustra o cronograma de amortizações e resgate das Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão:

Amortizações Periódicas	Datas de Amortização (T)	Percentual do Preço de Emissão a ser amortizado (PPST)
1ª	12 meses após D	0,0%
2ª	24 meses após D	0,0%
3ª	36 meses após D <sup>(*)</sup>	100%

(\*) Data de Resgate

Sem prejuízo do cronograma de amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão, conforme previsto acima, todas as Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão em circulação serão objeto de Resgate Compulsório pelo Administrador na ocorrência de um Evento de Suspensão durante os meses em que estiverem previstas amortizações de Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão (ou seja, nos meses em que caírem as Datas de Amortização das Cotas Seniores da segunda série da Primeira Emissão).

Na ocorrência de qualquer Evento de Suspensão nos períodos indicados acima, o Administrador comunicará a totalidade dos Cotistas Seniores da segunda série da Primeira Emissão no prazo de até 3 (três) Dias Úteis e providenciará o pagamento do valor do Resgate Compulsório aos Cotistas Seniores da segunda série da Primeira Emissão, a ser pago na Data de Amortização ou Data de Resgate da respectiva série, conforme cronograma previsto neste Suplemento, na medida em que o Fundo tenha recursos para tanto, pelo valor de abertura das Cotas Seniores no dia do pagamento, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAP_T = VQS_T - (R\$25.000 - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T$$

onde:

VAPT = valor unitário da amortização periódica de cada Cota Senior na Data de Amortização "T";

VQST = valor unitário da Cota Senior na Data de Amortização "T";

	<p>SAMT-1 = somatório de AMT efetivamente pagos aos titulares de cada Cota Senior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";</p> <p>SVAET-1 = somatório dos valores unitários de eventuais Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Cotas Seniores efetivamente pagos aos titulares de cada Cota Senior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";</p> <p>PPST = percentual do Preço de Emissão das Cotas Seniores a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento; e</p> <p>AMT = AMT apurado na Data de Amortização "T" por meio da seguinte expressão:</p> $AM_T = (R\$25.000) \times PPST$
Patrimônio Líquido antes desta Série	Assumindo a colocação integral da(s) série(s) anteriore(s) e sem considerar o pagamento de quaisquer Encargos do Fundo, R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Cotas desta Série	Assumindo a colocação integral da(s) série(s) anteriore(s) e sem considerar o pagamento de quaisquer Encargos do Fundo, R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

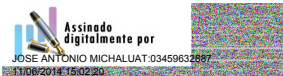


**ANEXO V AO REGULAMENTO DO  
TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Suplemento da Terceira Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão**

<b>Características da Terceira Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão do Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</b>	
Número da Emissão	Primeira
Quantidade de Séries da Emissão	6 (seis)
Número da Série	Terceira
Distribuidor	Banco Itaú BBA S.A.
Montante Total da Emissão	Até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Emissão	Até 24.000 (vinte e quatro mil)
Montante Total da Série	Até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Terceira Série	Até 4.000 (quatro mil)
Forma/Procedimento de Colocação	<p>As Cotas Seniores serão objeto de Oferta 400, nos termos da Instrução CVM 400.</p> <p>A Oferta 400 poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Cotas Seniores desde que haja colocação de um montante mínimo correspondente a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).</p> <p>Sem prejuízo do disposto acima, haverá efetiva colocação da terceira série da Primeira Emissão caso seja subscrito, durante o respectivo período de colocação, ao menos de 1/3 (um terço) das Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão, observado que a terceira série da Primeira Emissão será objeto de garantia firme de colocação a ser prestada pelo Distribuidor.</p>

80

 Assinado digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALIAT-03459632887  
11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10



Preço de Emissão (preço por Cota)	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
Preço de Integralização (preço por Cota)	<p>O Preço de Integralização das Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão será correspondente ao Preço de Emissão das Cotas Seniores da Primeira Emissão ajustado pelo valor de deságio a ser aplicado de maneira uniforme à terceira série de Cotas Seniores da Primeira Emissão, e que será definido e divulgado no momento da efetiva colocação das Cotas Seniores da referida série no âmbito da respectiva Oferta 400.</p> <p>O valor correspondente a eventual diferença entre o Preço de Emissão e o Preço de Integralização de Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão será objeto de aporte no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s), por meio da subscrição e integralização de Cotas Subordinadas.</p> <p>A efetiva integralização de Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão estará condicionada, se aplicável, ao aporte de recursos no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s) nos termos do parágrafo acima.</p> <p>Este Suplemento será posteriormente aditado pelo Administrador, sem a necessidade de aprovação pela Assembleia Geral, para prever o valor final correspondente ao Preço de Integralização das Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão.</p>
Benchmark	O Benchmark das Cotas Seniores da Primeira Emissão será correspondente à variação da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, extra grupo, calculada em uma base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, publicada diariamente pela CETIP, acrescida de sobretaxa equivalente a 0,80% (oitenta centésimos por cento) ao ano, a partir da respectiva Data de Integralização, inclusive, e até a respectiva Data de Resgate.
Crítérios de Cálculo do Valor das Cotas Seniores	A partir da Data de Integralização das Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão, o valor unitário dessas Cotas Seniores será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número total de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo e em circulação; e (ii) o valor obtido por meio da seguinte

	<p>fórmula:</p> $VQS_{n,T} = (VQS_{n,T-1} - VAE_{n,T-1} - VAP_{n,T-1}) \times \left[ \left( \frac{DIT-1}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$ <p>onde:</p> <p>n = é o número da n-ésima série de Cotas Seniores, conforme indicado no respectivo Suplemento. Ex.: Para as Cotas Seniores da terceira série, n=1;</p> <p>VQSn:T = valor unitário cada Cota Senior da n-ésima série calculado na data "T";</p> <p>VQSn:T-1 = valor unitário de cada Cota Senior da n-ésima série calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data de Integralização;</p> <p>VQST-1 = será igual ao Preço de Emissão da Cota Senior da n-ésima série;</p> <p>VAEn:T-1 = valor unitário de eventual Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Cota Senior da n-ésima série, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";</p> <p>VAPn:T-1 = valor unitário da amortização periódica, conforme cronograma n-ésima série de Cotas Seniores, efetivamente pago aos titulares de cada Cota Senior da n-ésima série, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";</p> <p>DIT-1 = Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Ex.: Se a Taxa DI for 12,00% (doze por cento), então DIT-1 = 12,00; e</p> <p>Spreadsn = Taxa anual calculada forma exponencial da n-ésima série de Cotas Seniores, definida para cada emissão Cotas Seniores, calculada com base em ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Ex.: Para as Cotas Seniores de todas as séries da Primeira Emissão, SpreadSn = 0,80.</p>
Cronograma de Amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da Terceira Série	<p>As Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão serão amortizadas em 3 (três) parcelas anuais, a partir da Data de Integralização das Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão ("D"). Nas 2 (duas) primeiras Datas de Amortização das Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão, o percentual do Preço de Emissão das Cotas Seniores a ser amortizado ("PPST"), utilizado para cálculo do valor unitário da amortização, será equivalente a 0,0% (zero por cento). Dessa forma, as 2 (duas) primeiras Datas de Amortização das Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão ("T") representam amortizações anuais</p>

de remuneração (*Benchmark*). Na 3ª (terceira) e última Data de Amortização das Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão, o PPST será equivalente a 100% (cem por cento).

A tabela abaixo ilustra o cronograma de amortizações e resgate das Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão:

Amortizações Periódicas	Datas de Amortização (T)	Percentual do Preço de Emissão a ser amortizado (PPST)
1ª	12 meses após D	0,0%
2ª	24 meses após D	0,0%
3ª	36 meses após D <sup>(1)</sup>	100%

<sup>(1)</sup> Data de Resgate

Sem prejuízo do cronograma de amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão, conforme previsto acima, todas as Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão em circulação serão objeto de Resgate Compulsório pelo Administrador na ocorrência de um Evento de Suspensão durante os meses em que estiverem previstas amortizações de Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão (ou seja, nos meses em que caírem as Datas de Amortização das Cotas Seniores da terceira série da Primeira Emissão).

Na ocorrência de qualquer Evento de Suspensão nos períodos indicados acima, o Administrador comunicará a totalidade dos Cotistas Seniores da terceira série da Primeira Emissão no prazo de até 3 (três) Dias Úteis e providenciará o pagamento do valor do Resgate Compulsório aos Cotistas Seniores da terceira série da Primeira Emissão, a ser pago na Data de Amortização ou Data de Resgate da respectiva série, conforme cronograma previsto neste Suplemento, na medida em que o Fundo tenha recursos para tanto, pelo valor de abertura das Cotas Seniores no dia do pagamento, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAP_T = VQS_T - (R\$25.000 - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T$$

onde:

VAPT = valor unitário da amortização periódica de cada Cota Senior na Data de Amortização "T";

VQST = valor unitário da Cota Senior na Data de Amortização "T";

SAMT-1 = somatório de AMT efetivamente pagos aos

	<p>titulares de cada Cota Senior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";</p> <p>SVAET-1 = somatório dos valores unitários de eventuais Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Cotas Seniores efetivamente pagos aos titulares de cada Cota Senior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";</p> <p>PPST = percentual do Preço de Emissão das Cotas Seniores a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento; e</p> <p>AMT = AMT apurado na Data de Amortização "T" por meio da seguinte expressão:</p> $AM_T = (R\$25.000) \times PPST$
Patrimônio Líquido antes desta Série	Assumindo a colocação integral da(s) série(s) anteriore(s) e sem considerar o pagamento de quaisquer Encargos do Fundo, R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Cotas desta Série	Assumindo a colocação integral da(s) série(s) anteriore(s) e sem considerar o pagamento de quaisquer Encargos do Fundo, R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

**ANEXO VI AO REGULAMENTO DO  
 TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Suplemento da Quarta Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão**

<b>Características da Quarta Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão do Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</b>	
Número da Emissão	Primeira
Quantidade de Séries da Emissão	6 (seis)
Número da Série	Quarta
Distribuidor	Banco Itaú BBA S.A.
Montante Total da Emissão	Até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Emissão	Até 24.000 (vinte e quatro mil)
Montante Total da Série	Até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Quarta Série	Até 4.000 (quatro mil)
Forma/Procedimento de Colocação	<p>As Cotas Seniores serão objeto de Oferta 400, nos termos da Instrução CVM 400.</p> <p>A Oferta 400 poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Cotas Seniores desde que haja colocação de um montante mínimo correspondente a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).</p> <p>Sem prejuízo do disposto acima, haverá efetiva colocação da quarta série da Primeira Emissão caso seja subscrito, durante o respectivo período de colocação, ao menos de 1/3 (um terço) das Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão ("<u>Condição para Colocação da Quarta Série da Primeira Emissão</u>"). Caso não se verifique a Condição para Colocação da Quarta Série da</p>

85



	Primeira Emissão, a quarta série da Primeira Emissão será integralmente cancelada pelo Administrador.
Preço de Emissão (preço por Cota)	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
Preço de Integralização (preço por Cota)	<p>O Preço de Integralização das Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão será correspondente ao Preço de Emissão das Cotas Seniores da Primeira Emissão ajustado pelo valor de deságio a ser aplicado de maneira uniforme à quarta série de Cotas Seniores da Primeira Emissão, e que será definido e divulgado no momento da efetiva colocação das Cotas Seniores da referida série no âmbito da respectiva Oferta 400.</p> <p>O valor correspondente a eventual diferença entre o Preço de Emissão e o Preço de Integralização de Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão será objeto de aporte no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s), por meio da subscrição e integralização de Cotas Subordinadas.</p> <p>A efetiva integralização de Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão estará condicionada, se aplicável, ao aporte de recursos no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s) nos termos do parágrafo acima.</p> <p>Este Suplemento será posteriormente aditado pelo Administrador, sem a necessidade de aprovação pela Assembleia Geral, para prever o valor final correspondente ao Preço de Integralização das Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão.</p>
<i>Benchmark</i>	O Benchmark das Cotas Seniores da Primeira Emissão será correspondente à variação da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, extra grupo, calculada em uma base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, publicada diariamente pela CETIP, acrescida de sobretaxa equivalente a 0,80% (oitenta centésimos por cento) ao ano, a partir da respectiva Data de Integralização, inclusive, e até a respectiva Data de Resgate.
Crítérios de Cálculo do Valor das Cotas Seniores	A partir da Data de Integralização das Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão, o valor unitário dessas Cotas Seniores será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio

86

Assinado  
digitalmente por  
JOSE ANTONIO MICHALIAT-03459632687  
11/06/2014 15:02:20

PSigner v.1.0.10



	<p>Líquido dividido pelo número total de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo e em circulação; e (ii) o valor obtido por meio da seguinte fórmula:</p> $VQS_{n,T} = (VQS_{n,T-1} - VAE_{n,T-1} - VAP_{n,T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$ <p>onde:</p> <p>n = é o número da n-ésima série de Cotas Seniores, conforme indicado no respectivo Suplemento. Ex.: Para as Cotas Seniores da quarta série, n=1;</p> <p>VQSn:T = valor unitário cada Cota Senior da n-ésima série calculado na data "T";</p> <p>VQSn:T-1 = valor unitário de cada Cota Senior da n-ésima série calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data de Integralização;</p> <p>VQST-1 = será igual ao Preço de Emissão da Cota Senior da n-ésima série;</p> <p>VAEn:T-1 = valor unitário de eventual Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Cota Senior da n-ésima série, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";</p> <p>VAPn:T-1 = valor unitário da amortização periódica, conforme cronograma n-ésima série de Cotas Seniores, efetivamente pago aos titulares de cada Cota Senior da n-ésima série, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";</p> <p>DIT-1 = Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Ex.: Se a Taxa DI for 12,00% (doze por cento), então DIT-1 = 12,00; e</p> <p>Spreadsn = Taxa anual calculada forma exponencial da n-ésima série de Cotas Seniores, definida para cada emissão Cotas Seniores, calculada com base em ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Ex.: Para as Cotas Seniores de todas as séries da Primeira Emissão, SpreadSn = 0,80.</p>
Cronograma de Amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da Quarta Série	<p>As Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão serão amortizadas em 3 (três) parcelas anuais, a partir da Data de Integralização das Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão ("D"). Nas 2 (duas) primeiras Datas de Amortização das Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão, o percentual do Preço de Emissão das Cotas Seniores a ser amortizado ("PPST"), utilizado para cálculo do valor unitário da amortização, será equivalente a 0,0% (zero por cento). Dessa forma, as 2 (duas)</p>

primeiras Datas de Amortização das Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão ("T") representam amortizações anuais de remuneração (*Benchmark*). Na 3ª (terceira) e última Data de Amortização das Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão, o PPST será equivalente a 100% (cem por cento).

A tabela abaixo ilustra o cronograma de amortizações e resgate das Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão:

Amortizações Periódicas	Datas de Amortização (T)	Percentual do Preço de Emissão a ser amortizado (PPST)
1ª	12 meses após D	0,0%
2ª	24 meses após D	0,0%
3ª	36 meses após D <sup>(*)</sup>	100%

(\*) Data de Resgate

Sem prejuízo do cronograma de amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão, conforme previsto acima, todas as Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão em circulação serão objeto de Resgate Compulsório pelo Administrador na ocorrência de um Evento de Suspensão durante os meses em que estiverem previstas amortizações de Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão (ou seja, nos meses em que caírem as Datas de Amortização das Cotas Seniores da quarta série da Primeira Emissão).

Na ocorrência de qualquer Evento de Suspensão nos períodos indicados acima, o Administrador comunicará a totalidade dos Cotistas Seniores da quarta série da Primeira Emissão no prazo de até 3 (três) Dias Úteis e providenciará o pagamento do valor do Resgate Compulsório aos Cotistas Seniores da quarta série da Primeira Emissão, a ser pago na Data de Amortização ou Data de Resgate da respectiva série, conforme cronograma previsto neste Suplemento, na medida em que o Fundo tenha recursos para tanto, pelo valor de abertura das Cotas Seniores no dia do pagamento, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAP_T = VQS_T - (R\$25.000 - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T$$

onde:

VAPT = valor unitário da amortização periódica de cada Cota Senior na Data de Amortização "T";

VQST = valor unitário da Cota Senior na Data de

	<p>Amortização "T";                  SAMT-1 = somatório de AMT efetivamente pagos aos titulares de cada Cota Senior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";                  SVAET-1 = somatório dos valores unitários de eventuais Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Cotas Seniores efetivamente pagos aos titulares de cada Cota Senior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";                  PPST = percentual do Preço de Emissão das Cotas Seniores a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento; e                  AMT = AMT apurado na Data de Amortização "T" por meio da seguinte expressão:</p> $AM_T = (R\$25.000) \times PPST$
Patrimônio Líquido antes desta Série	Assumindo a colocação integral da(s) série(s) anteriore(s) e sem considerar o pagamento de quaisquer Encargos do Fundo, R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Cotas desta Série	Assumindo a colocação integral da(s) série(s) anteriore(s) e sem considerar o pagamento de quaisquer Encargos do Fundo, R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

**ANEXO VII AO REGULAMENTO DO  
TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Suplemento da Quinta Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão**

<b>Características da Quinta Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão do Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</b>	
Número da Emissão	Primeira
Quantidade de Séries da Emissão	6 (seis)
Número da Série	Quinta
Distribuidor	Banco Itaú BBA S.A.
Montante Total da Emissão	Até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Emissão	Até 24.000 (vinte e quatro mil)
Montante Total da Série	Até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Quinta Série	Até 4.000 (quatro mil)
Forma/Procedimento de Colocação	<p>As Cotas Seniores serão objeto de Oferta 400, nos termos da Instrução CVM 400.</p> <p>A Oferta 400 poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Cotas Seniores desde que haja colocação de um montante mínimo correspondente a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).</p> <p>Sem prejuízo do disposto acima, haverá efetiva colocação da quinta série da Primeira Emissão caso seja subscrito, durante o respectivo período de colocação, ao menos de 1/3 (um terço) das Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão ("<u>Condição para Colocação da Quinta Série da Primeira Emissão</u>"). Caso não se verifique a Condição para Colocação da Quinta Série da</p>

90

	Primeira Emissão, a quinta série da Primeira Emissão será integralmente cancelada pelo Administrador.
Preço de Emissão (preço por Cota)	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
Preço de Integralização (preço por Cota)	<p>O Preço de Integralização das Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão será correspondente ao Preço de Emissão das Cotas Seniores da Primeira Emissão ajustado pelo valor de deságio a ser aplicado de maneira uniforme à quinta série de Cotas Seniores da Primeira Emissão, e que será definido e divulgado no momento da efetiva colocação das Cotas Seniores da referida série no âmbito da respectiva Oferta 400.</p> <p>O valor correspondente a eventual diferença entre o Preço de Emissão e o Preço de Integralização de Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão será objeto de aporte no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s), por meio da subscrição e integralização de Cotas Subordinadas.</p> <p>A efetiva integralização de Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão estará condicionada, se aplicável, ao aporte de recursos no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s) nos termos do parágrafo acima.</p> <p>Este Suplemento será posteriormente aditado pelo Administrador, sem a necessidade de aprovação pela Assembleia Geral, para prever o valor final correspondente ao Preço de Integralização das Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão.</p>
<i>Benchmark</i>	O Benchmark das Cotas Seniores da Primeira Emissão será correspondente à variação da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, extra grupo, calculada em uma base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, publicada diariamente pela CETIP, acrescida de sobretaxa equivalente a 0,80% (oitenta centésimos por cento) ao ano, a partir da respectiva Data de Integralização, inclusive, e até a respectiva Data de Resgate.
Crítérios de Cálculo do Valor das Cotas Seniores	A partir da Data de Integralização das Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão, o valor unitário dessas Cotas Seniores será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio

91



	<p>Líquido dividido pelo número total de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo e em circulação; e (ii) o valor obtido por meio da seguinte fórmula:</p> $VQS_{n,T} = (VQS_{n,T-1} - VAE_{n,T-1} - VAP_{n,T-1}) \times \left[ \left( \frac{DIT_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$ <p>onde:</p> <p>n = é o número da n-ésima série de Cotas Seniores, conforme indicado no respectivo Suplemento. Ex.: Para as Cotas Seniores da quinta série, n=1;</p> <p>VQSn:T = valor unitário cada Cota Senior da n-ésima série calculado na data "T";</p> <p>VQSn:T-1 = valor unitário de cada Cota Senior da n-ésima série calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data de Integralização;</p> <p>VQST-1 = será igual ao Preço de Emissão da Cota Senior da n-ésima série;</p> <p>VAEn:T-1 = valor unitário de eventual Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Cota Senior da n-ésima série, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";</p> <p>VAPn:T-1 = valor unitário da amortização periódica, conforme cronograma n-ésima série de Cotas Seniores, efetivamente pago aos titulares de cada Cota Senior da n-ésima série, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";</p> <p>DIT-1 = Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Ex.: Se a Taxa DI for 12,00% (doze por cento), então DIT-1 = 12,00; e</p> <p>Spreadsn = Taxa anual calculada forma exponencial da n-ésima série de Cotas Seniores, definida para cada emissão Cotas Seniores, calculada com base em ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Ex.: Para as Cotas Seniores de todas as séries da Primeira Emissão, SpreadSn = 0,80.</p>
Cronograma de Amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da Quinta Série	<p>As Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão serão amortizadas em 3 (três) parcelas anuais, a partir da Data de Integralização das Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão ("D"). Nas 2 (duas) primeiras Datas de Amortização das Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão, o percentual do Preço de Emissão das Cotas Seniores a ser amortizado ("PPST"), utilizado para cálculo do valor unitário da amortização, será equivalente a 0,0% (zero por cento). Dessa forma, as 2 (duas)</p>



primeiras Datas de Amortização das Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão ("T") representam amortizações anuais de remuneração (*Benchmark*). Na 3ª (terceira) e última Data de Amortização das Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão, o PPST será equivalente a 100% (cem por cento).

A tabela abaixo ilustra o cronograma de amortizações e resgate das Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão:

Amortizações Periódicas	Datas de Amortização (T)	Percentual do Preço de Emissão a ser amortizado (PPST)
1ª	12 meses após D	0,0%
2ª	24 meses após D	0,0%
3ª	36 meses após D <sup>(1)</sup>	100%

<sup>(1)</sup> Data de Resgate

Sem prejuízo do cronograma de amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão, conforme previsto acima, todas as Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão em circulação serão objeto de Resgate Compulsório pelo Administrador na ocorrência de um Evento de Suspensão durante os meses em que estiverem previstas amortizações de Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão (ou seja, nos meses em que caírem as Datas de Amortização das Cotas Seniores da quinta série da Primeira Emissão).

Na ocorrência de qualquer Evento de Suspensão nos períodos indicados acima, o Administrador comunicará a totalidade dos Cotistas Seniores da quinta série da Primeira Emissão no prazo de até 3 (três) Dias Úteis e providenciará o pagamento do valor do Resgate Compulsório aos Cotistas Seniores da quinta série da Primeira Emissão, a ser pago na Data de Amortização ou Data de Resgate da respectiva série, conforme cronograma previsto neste Suplemento, na medida em que o Fundo tenha recursos para tanto, pelo valor de abertura das Cotas Seniores no dia do pagamento, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAP_T = VQS_T - (R\$25.000 - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T$$

onde:

VAPT = valor unitário da amortização periódica de cada Cota Senior na Data de Amortização "T";

VQST = valor unitário da Cota Senior na Data de

93

	<p>Amortização "T";                  SAMT-1 = somatório de AMT efetivamente pagos aos titulares de cada Cota Senior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";                  SVAET-1 = somatório dos valores unitários de eventuais Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Cotas Seniores efetivamente pagos aos titulares de cada Cota Senior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";                  PPST = percentual do Preço de Emissão das Cotas Seniores a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento; e                  AMT = AMT apurado na Data de Amortização "T" por meio da seguinte expressão:</p> $AM_T = (R\$25.000) \times PPST$
Patrimônio Líquido antes desta Série	Assumindo a colocação integral da(s) série(s) anteriore(s) e sem considerar o pagamento de quaisquer Encargos do Fundo, R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Cotas desta Série	Assumindo a colocação integral da(s) série(s) anteriore(s) e sem considerar o pagamento de quaisquer Encargos do Fundo, R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

**ANEXO VIII AO REGULAMENTO DO  
 TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Suplemento da Sexta Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão**

<b>Características da Sexta Série de Cotas Seniores da Primeira Emissão do Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</b>	
Número da Emissão	Primeira
Quantidade de Séries da Emissão	6 (seis)
Número da Série	Sexta
Distribuidor	Banco Itaú BBA S.A.
Montante Total da Emissão	Até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Emissão	Até 24.000 (vinte e quatro mil)
Montante Total da Série	Até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Quantidade de Cotas Seniores da Sexta Série	Até 4.000 (quatro mil)
Forma/Procedimento de Colocação	<p>As Cotas Seniores serão objeto de Oferta 400, nos termos da Instrução CVM 400.</p> <p>A Oferta 400 poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Cotas Seniores desde que haja colocação de um montante mínimo correspondente a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).</p> <p>Sem prejuízo do disposto acima, haverá efetiva colocação da sexta série da Primeira Emissão caso seja subscrito, durante o respectivo período de colocação, ao menos de 1/3 (um terço) das Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão ("<u>Condição para Colocação da Sexta Série da Primeira Emissão</u>"). Caso não se verifique a Condição para Colocação da Sexta Série da</p>

95

	Primeira Emissão, a sexta série da Primeira Emissão será integralmente cancelada pelo Administrador.
Preço de Emissão (preço por Cota)	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
Preço de Integralização (preço por Cota)	<p>O Preço de Integralização das Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão será correspondente ao Preço de Emissão das Cotas Seniores da Primeira Emissão ajustado pelo valor de deságio a ser aplicado de maneira uniforme à sexta série de Cotas Seniores da Primeira Emissão, e que será definido e divulgado no momento da efetiva colocação das Cotas Seniores da referida série no âmbito da respectiva Oferta 400.</p> <p>O valor correspondente a eventual diferença entre o Preço de Emissão e o Preço de Integralização de Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão será objeto de aporte no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s), por meio da subscrição e integralização de Cotas Subordinadas.</p> <p>A efetiva integralização de Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão estará condicionada, se aplicável, ao aporte de recursos no Fundo pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s) nos termos do parágrafo acima.</p> <p>Este Suplemento será posteriormente aditado pelo Administrador, sem a necessidade de aprovação pela Assembleia Geral, para prever o valor final correspondente ao Preço de Integralização das Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão.</p>
<i>Benchmark</i>	O Benchmark das Cotas Seniores da Primeira Emissão será correspondente à variação da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, extra grupo, calculada em uma base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, publicada diariamente pela CETIP, acrescida de sobretaxa equivalente a 0,80% (oitenta centésimos por cento) ao ano, a partir da respectiva Data de Integralização, inclusive, e até a respectiva Data de Resgate.
Crítérios de Cálculo do Valor das Cotas Seniores	A partir da Data de Integralização das Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão, o valor unitário dessas Cotas Seniores será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio

	<p>Líquido dividido pelo número total de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo e em circulação; e (ii) o valor obtido por meio da seguinte fórmula:</p> $VQS_{n,T} = (VQS_{n,T-1} - VAE_{n,T-1} - VAP_{n,T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$ <p>onde:</p> <p>n = é o número da n-ésima série de Cotas Seniores, conforme indicado no respectivo Suplemento. Ex.: Para as Cotas Seniores da sexta série, n=1;</p> <p>VQSn:T = valor unitário cada Cota Senior da n-ésima série calculado na data "T";</p> <p>VQSn:T-1 = valor unitário de cada Cota Senior da n-ésima série calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data de Integralização;</p> <p>VQST-1 = será igual ao Preço de Emissão da Cota Senior da n-ésima série;</p> <p>VAEn:T-1 = valor unitário de eventual Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Cota Senior da n-ésima série, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";</p> <p>VAPn:T-1 = valor unitário da amortização periódica, conforme cronograma n-ésima série de Cotas Seniores, efetivamente pago aos titulares de cada Cota Senior da n-ésima série, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";</p> <p>DIT-1 = Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Ex.: Se a Taxa DI for 12,00% (doze por cento), então DIT-1 = 12,00; e</p> <p>Spreadsn = Taxa anual calculada forma exponencial da n-ésima série de Cotas Seniores, definida para cada emissão Cotas Seniores, calculada com base em ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Ex.: Para as Cotas Seniores de todas as séries da Primeira Emissão, SpreadSn = 0,80.</p>
Cronograma de Amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da Sexta Série	<p>As Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão serão amortizadas em 3 (três) parcelas anuais, a partir da Data de Integralização das Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão ("D"). Nas 2 (duas) primeiras Datas de Amortização das Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão, o percentual do Preço de Emissão das Cotas Seniores a ser amortizado ("PPST"), utilizado para cálculo do valor unitário da amortização, será equivalente a 0,0% (zero por cento). Dessa forma, as 2 (duas)</p>



primeiras Datas de Amortização das Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão ("T") representam amortizações anuais de remuneração (*Benchmark*). Na 3ª (terceira) e última Data de Amortização das Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão, o PPST será equivalente a 100% (cem por cento).

A tabela abaixo ilustra o cronograma de amortizações e resgate das Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão:

Amortizações Periódicas	Datas de Amortização (T)	Percentual do Preço de Emissão a ser amortizado (PPST)
1ª	12 meses após D	0,0%
2ª	24 meses após D	0,0%
3ª	36 meses após D <sup>(*)</sup>	100%

(\*) Data de Resgate

Sem prejuízo do cronograma de amortização e Data de Resgate das Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão, conforme previsto acima, todas as Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão em circulação serão objeto de Resgate Compulsório pelo Administrador na ocorrência de um Evento de Suspensão durante os meses em que estiverem previstas amortizações de Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão (ou seja, nos meses em que caírem as Datas de Amortização das Cotas Seniores da sexta série da Primeira Emissão).

Na ocorrência de qualquer Evento de Suspensão nos períodos indicados acima, o Administrador comunicará a totalidade dos Cotistas Seniores da sexta série da Primeira Emissão no prazo de até 3 (três) Dias Úteis e providenciará o pagamento do valor do Resgate Compulsório aos Cotistas Seniores da sexta série da Primeira Emissão, a ser pago na Data de Amortização ou Data de Resgate da respectiva série, conforme cronograma previsto neste Suplemento, na medida em que o Fundo tenha recursos para tanto, pelo valor de abertura das Cotas Seniores no dia do pagamento, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAP_T = VQS_T - (R\$25.000 - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T$$

onde:

VAPT = valor unitário da amortização periódica de cada Cota Senior na Data de Amortização "T";

VQST = valor unitário da Cota Senior na Data de Amortização "T";



	<p>SAMT-1 = somatório de AMT efetivamente pagos aos titulares de cada Cota Senior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";</p> <p>SVAET-1 = somatório dos valores unitários de eventuais Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Cotas Seniores efetivamente pagos aos titulares de cada Cota Senior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";</p> <p>PPST = percentual do Preço de Emissão das Cotas Seniores a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento; e</p> <p>AMT = AMT apurado na Data de Amortização "T" por meio da seguinte expressão:</p> $AM_T = (R\$25.000) \times PPST$
Patrimônio Líquido antes desta Série	Assumindo a colocação integral da(s) série(s) anteriore(s) e sem considerar o pagamento de quaisquer Encargos do Fundo, R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Cotas desta Série	Assumindo a colocação integral da(s) série(s) anteriore(s) e sem considerar o pagamento de quaisquer Encargos do Fundo, R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

**ANEXO IX AO REGULAMENTO DO  
TELECOM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Suplemento da Primeira Emissão de Cotas Subordinadas**

<b>Características da Primeira Emissão de Cotas Subordinadas do Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</b>	
Número da Emissão	Primeira
Distribuidor	Banco Itaú BBA S.A.
Montante Total da Emissão	Será definido pelo Administrador no momento da aprovação da primeira emissão de Cotas Subordinadas, nos termos do Regulamento e deste Suplemento.
Quantidade de Cotas Subordinadas da Emissão	Será definida pelo Administrador no momento da aprovação da primeira emissão de Cotas Subordinadas, nos termos do Regulamento e deste Suplemento.
Forma/Procedimento de Colocação	As Cotas Subordinadas serão objeto de Oferta Restrita, nos termos da Instrução CVM 476, e serão totalmente subscritas e integralizadas pelo(s) Cotista(s) Subordinado(s).
Preço de Emissão (preço por Cota)	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
Preço de Integralização (preço por Cota)	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
Patrimônio Líquido antes desta Emissão	-
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Cotas desta Emissão	Dependerá do montante total da primeira emissão de Cotas Subordinadas, que será definido pelo Administrador no momento de sua aprovação, nos termos do Regulamento e deste Suplemento.

7o. Oficial de Registro de Títulos e Documentos do Estado de São Paulo - Capital Apresentado hoje, protocolado sob nº 1883742, registrado sob nº 1883742, averbado a margem do registro nº 1876822. (Registro de documento eletrônico, M.P. 2.200/01 e Art. 127 da Lei nº 6015/73)	Pág.: 102/103 Data: 11/06/2014
--	-----------------------------------

Procurador	ROGERIO LUGO:26791054867
<p>Data da Assinatura: 11/06/2014 12:07:22  Hash do Documento Original: 2F30C038806D09667D5AEF265BFD0A0D84EE4EEC  Hash Assinado: MIGmBgkrBgEEAYI3WA0ggZgwZUGC1sGAQBgjdYAwGggyYwYMCawIAAQICZgICAgCABAgPau6nKCCA1wQq+FGs1xjuz8Aep2cthLOUdwRYXsXG1xSmJ263s0V/vyy5VO/nkUMMkn0FLudMYRPb2KNP26r0YXAsjf6aSwHK36SNxHkuc//rubnweE3dny+kE+yd1GozpGDHnYCC5+oHXkobxh82JiZM2g==</p> <p>Certificado Digital:  Thumbprint: C557D91D60EBD597D43839334A7474567796D67A  Número de Série: 0FEFD8C7FA3722B9AD40072AB2A02F  Emissor: AC Certisign RFB G4  Organização: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  Unidade: ICP-Brasil  validade: de 13/06/2013 à 12/06/2016</p>	



Procurador	THAIS COSTA DE ANDRADE MARIUBA:29268881802
<p>Data da Assinatura: 11/06/2014 12:09:28  Hash do Documento Original: 2F30C038806D09667D5AEF265BFD0A0D84EE4EEC  Hash Assinado: MIGmBgkrBgEEAYI3WA0ggZgwZUGC1sGAQBgjdYAwGggyYwYMCawIAAQICZgICAgCABAhR8/pcbicniwQROPOZxVihENypB1XmuJKFwRYQIFP5whpoJELbQXDqimkf0iD7z2Us+IKEN3TuQezSmdngNShyne2ygP3U6AucF3G9tK1Lht19NranXuWlQKsbB1tovaig8THRkZcw4aIF7Um/XORcuSiw==</p> <p>Certificado Digital:  Thumbprint: A9428423379399CA7C5BB04FF3D601757B358D23  Número de Série: 2C3CA5ACFF14F5571645C88DF34DE180  Emissor: AC BR RFB G3  Organização: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  Unidade: ICP-Brasil  validade: de 17/10/2012 à 17/10/2015</p>	





Apresentado hoje, protocolado sob nº 1883742, registrado sob nº 1883742, averbado a margem do registro nº 1876822

Hash do Documento: 2F30C038806D09667D5AEF265BFD0A0D84EE4EEC

Algoritmo: SHA-1

Assinatura digital:

MIGmBgkrBgEEAYI3WAoggZgwGZUGCisGAQQBgjdYAwGggYYwgYMAwIAAQICZgIC  
AgCABAiCGSdL5c7XyWQQ0/ujj2Zx5Ib4bEpF6JHbhwRYlv7w1vkBUBVBYgm9toJ+  
nTw9K73p5H/ArF5xm8ZWRzqe/Bc1AZTccqUm8AqvT5JEatCZB976Eqj2rTlI8DP8  
SsBpe2RLrtF+lzguI/CgVlXKsQ9fwgctA==

Certificado Digital:

Autor: JOSE ANTONIO MICHALUAT:03459632887

Número Serial: 55F842E34D79980D1AFA8E8279B0F19C

Thumbprint: A60C284462F09F26A0FA137759C67BA294DCCE2A

Validade Inicial: 04/07/2012 21:00:00

Validade Final: 04/07/2015 20:59:59

Versão: undefined

Algoritmo: SHA-1

Emissor: AC SINCOR RFB G4

Organização: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB

País: BR

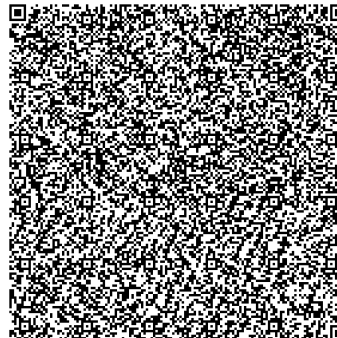
Unidade: ICP-Brasil

JOSE ANTONIO MICHALUAT:03459632887

Emolumentos:

Oficial: R\$ 412,80 Estado: R\$ 118,81 IPESP: R\$ 87,01

Reg. Civil: R\$ 21,24 Trib. Just.: R\$ 21,24 Total: R\$ 661,10



Para validar este documento, acesse o site <http://www.cedete.com.br>, e insira as informações abaixo:

Hash: 2F30C038806D09667D5AEF265BFD0A0D84EE4EEC

ID: 97175

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- 
- Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO**

PARA FINS DO ARTIGO 56

DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

A INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, na qualidade de administradora ("Administradora") do **Telecom FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ("Fundo")**, vem declarar, no âmbito da distribuição pública das cotas seniores da primeira emissão do Fundo ("**Oferta 400**"), exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta 400 na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 56, da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), que:

- (a) o prospecto preliminar e o prospecto definitivo da Oferta 400: (i) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes; (ii) contêm e conterão, na data de início da Oferta 400, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta 400, das cotas seniores, do Fundo, da sua política de investimento, dos critérios de avaliação dos ativos, da composição da sua carteira e da taxa de administração devida à Administradora, bem como dos riscos inerentes ao investimento no Fundo e quaisquer outras informações relevantes e necessárias para uma tomada de decisão de investimento fundamentada; e
- (b) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta 400 junto à CVM e fornecidas ao mercado durante a Oferta 400.

São Paulo, 13 de junho de 2014.

  
**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Osnei José Mongruel Gomes  
Gerente Comercial  
CPF: 036.245.459-06  
RG: 543.796-3

Osnei José Mongruel Gomes  
CPF: 036.245.459-06  
RG: 543.796-3

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- 
- Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



#### DECLARAÇÃO

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder") responsável pela distribuição pública da 1ª série, 2ª série, 3ª série, 4ª série, 5ª série e 6ª série da primeira emissão de até 24.000 (vinte e quatro mil) cotas seniores ("Cotas Seniores"), com valor unitário de emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ("Primeira Emissão" e "Oferta 400", respectivamente), do **Telecom FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ("Fundo")**, vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar, exclusivamente para fins do processo de registro da Primeira Emissão objeto da Oferta 400 perante a CVM, que (i) o prospecto preliminar contém e o prospecto definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Primeira Emissão, da Oferta 400, das Cotas Seniores, do Fundo, da sua política de investimento, dos critérios de avaliação dos ativos, da composição da sua carteira e da taxa de administração devida à Administradora, bem como dos riscos inerentes ao investimento no Fundo e quaisquer outras informações relevantes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Cotas Seniores da Primeira Emissão; (ii) o prospecto preliminar foi e o prospecto definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (iii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que as informações prestadas a respeito do Fundo no âmbito da Primeira Emissão objeto da Oferta 400 sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Cotas Seniores da Primeira Emissão.

São Paulo, 13 de junho de 2014.

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**

  
Nome: João De Blase  
Cargo: Diretor Executivo

  
Thaise Ferreira Silva



SP - 11083923v1



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

• Relatório de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 10 de junho de 2014

## Relatório de Rating Preliminar

### Telecom Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios

Ratings em Junho de 2014			
Instrumento	Rating Preliminar*	Montante Preliminar (em R\$ Milhões)	Vencimento Legal Final
1ª série de cotas seniores	brAAA (sf)	100	36 meses após a emissão
2ª série de cotas seniores	brAAA (sf)	100	36 meses após a emissão
3ª série de cotas seniores	brAAA (sf)	100	36 meses após a emissão
4ª série de cotas seniores	brAAA (sf)	100	36 meses após a emissão
5ª série de cotas seniores	brAAA (sf)	100	36 meses após a emissão
6ª série de cotas seniores	brAAA (sf)	100	36 meses após a emissão
Cotas Subordinadas	Não classificadas	15	48 meses após a emissão

\*O rating de crédito é preliminar, uma vez que a documentação final, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível. A atribuição de um rating final condiciona-se ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating final diferente do preliminar. Este relatório de rating preliminar baseia-se em informações obtidas até 10 de junho de 2014 e não constitui uma recomendação para compra, manutenção ou venda de títulos.

### Resumo da Transação

O Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Telecom FIDC) será um condomínio fechado com vencimento final 48 meses após a emissão, cuja carteira será composta por faturas decorrentes dos serviços de gestão de *contact center* já prestados pela Contax S.A. (Contax) à Oi S.A. à Telemar Norte Leste S.A. e à Oi Móvel S.A. (sendo as três últimas denominadas conjuntamente como Oi) e que atendam aos critérios de elegibilidade descrito no regulamento do FIDC.

As cotas seniores do Telecom FIDC buscarão um retorno-alvo equivalente à taxa DI Over, acrescida de um spread de 0,8% ao ano, terão prazo de vencimento equivalente a 36 meses e possuirão pagamentos anuais equivalentes à rentabilidade-alvo acumulada. Ao final do terceiro ano, o principal investido será amortizado em uma parcela única. As cotas subordinadas não possuirão uma meta de rentabilidade, porém deverão se beneficiar dos eventuais retornos excedentes gerados pela carteira de direitos creditórios.

O reforço de qualidade de crédito disponível às cotas seniores será proporcionado pela subordinação de cotas, inicialmente equivalente a 2,4% para as cotas seniores, e pelo spread excedente, proporcionado pela taxa de juros aplicada aos direitos creditórios, equivalente à Taxa DI Over, adicionada de um *spread* de 1,2% ao ano.

### Participantes da Transação

**Emissor:** Telecom Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (Telecom FIDC)

**Administrador:** Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

**Custodiante:** Itaú Unibanco S.A. (Itaú Unibanco)

**Cedente:** Contax S.A.

**Sacados:** Oi S.A., Telemar Norte Leste S.A. e Oi Móvel S.A. (Em conjunto tratadas como "Oi")

**Conta Bancária:** Itaú Unibanco

## Fundamentos

Ao atribuir um rating para uma operação de empacotamento de ativos, a análise da Standard & Poor's Ratings Services visa identificar se os mecanismos estruturais garantirão aos cotistas seniores a exposição ao risco de crédito do colateral subjacente, ou seja, se a estrutura permite o repasse estrutural do rating (*pass through rating*). O rating preliminar 'brAAA' atribuído às cotas seniores do Telecom FIDC reflete:

- **Risco de crédito:** Os direitos creditórios subjacentes ao Telecom FIDC serão faturas decorrentes dos serviços de gestão de *contact center* já prestados pela Contax à Oi, à Telemar e à Oi Móvel que atendam aos critérios de elegibilidade descritos no regulamento do FIDC. Em nossa visão, o risco de crédito da carteira de direitos creditórios está diretamente vinculado ao risco de crédito corporativo da Oi. Adicionalmente, em caso de pagamento antecipado dos direitos creditórios, as cotas seniores serão amortizadas extraordinariamente, de forma a evitar o risco de carregamento negativo.
- **Mecanismos estruturais:** Como parte de nossa análise estrutural do Telecom FIDC avaliamos: (1) a compatibilidade dos termos de pagamento dos ativos e das cotas seniores; (2) a existência de um fundo de reserva dimensionado para cobrir as despesas ao longo da vida da transação; e (3) a existência de eventos de avaliação associados com a alteração da qualidade de crédito da devedora.
- **Risco de contraparte:** O Telecom FIDC está exposto ao risco de contraparte do Itaú Unibanco como provedor da conta bancária da transação, e ao risco da Oi como devedora dos direitos creditórios. Em nossa visão, o Itaú Unibanco e a Oi possuem uma qualidade de crédito consistente com o rating atribuído às séries de cotas seniores do FIDC, conforme nossa metodologia de contraparte (*Metodologia e Premissas da Estrutura de Risco de Contraparte*, publicada em 25 de junho de 2013). Qualquer alteração nos ratings corporativos dessas entidades implicará em uma alteração similar no rating atribuído às cotas seniores do FIDC.
- **Risco legal:** O Telecom FIDC atende aos critérios da Standard & Poor's com relação ao isolamento da insolvência dos participantes e à transferência dos ativos. A cedente do FIDC cederá a titularidade, os direitos e os interesses sobre os direitos creditórios cedidos, sem sua coobrigação. Antes de atribuirmos um rating final, esperamos receber uma opinião legal abrangendo a perfeição da cessão de créditos e a adequada constituição dos instrumentos de securitização.
- **Risco operacional:** O rating incorpora a capacidade do administrador (Intrag) e do custodiante do FIDC (Itaú Unibanco) de cumprirem as obrigações que lhes foram designadas nos documentos da operação. Além disso, também avaliamos a possibilidade de substituição dos participantes, os possíveis efeitos sobre a capacidade de pagamento da transação após a falha no cumprimento de suas obrigações por um dos participantes, e os mecanismos de mitigação e correção disponíveis para evitar a ocorrência de erros ou limitar seus efeitos sobre a capacidade de pagamento da transação.
- **Estabilidade do rating:** O rating atribuído às cotas seniores do Telecom FIDC está diretamente vinculado à nossa avaliação sobre a qualidade de crédito da Oi. Qualquer alteração no rating corporativo da Oi implicará em uma ação similar no rating das cotas seniores do FIDC.

## Qualidade de Crédito dos Ativos Securitizados

### Colateral

O Telecom FIDC será lastreado por faturas decorrentes dos serviços de gestão de *contact center* já prestados pela Contax à Oi, à Telemar e à Oi Móvel que atendam aos critérios de elegibilidade descritos no regulamento da operação. O FIDC realizará compras periódicas rotativas de direitos creditórios elegíveis. Assim que os direitos creditórios forem pagos, novos direitos creditórios elegíveis poderão ser adquiridos.

### Crítérios de Elegibilidade

O regulamento define os critérios de elegibilidade que deverão ser observados na aquisição de novos direitos creditórios. O custodiante será responsável por verificar regularmente se os critérios de elegibilidade estão sendo atendidos.

Na data de aquisição dos recebíveis, o custodiante deverá verificar os seguintes critérios de elegibilidade:

- Os direitos creditórios deverão ter sido originados pela Contax na prestação de serviços à Oi;
- O direito creditório deverá possuir vencimento de 350 dias, contados de sua data de aquisição; e
- A data de vencimento do direito creditório não poderá ser posterior à data de vencimento da série de cotas mais longa em curso no FIDC.

#### **Investimentos Temporários**

A parcela do patrimônio não alocada em direitos creditórios poderá ser investida em moeda corrente local ou em ativos financeiros permitidos pelo regulamento. A política de investimento do FIDC autoriza o investimento em:

- Títulos emitidos pelo Tesouro Nacional; e
- Operações compromissadas lastreadas por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.

Tais investimentos são consistentes com nosso critério para avaliação de investimentos temporários. Avaliamos os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional como possuindo a mesma qualidade de crédito da República Federativa do Brasil (BBB-/Estável/A-3 em moeda estrangeira, BBB+/Estável/A-2 em moeda local e brAAA/Estável/-- na Escala Nacional Brasil).

#### **Análise de Crédito**

Nossa análise de crédito para uma estrutura de empacotamento de ativos foca-se no risco de inadimplimento como resultado dos seguintes eventos relacionados ao ativo subjacente:

- Risco de *default*

O colateral da operação, em última instância, é um conjunto de direitos creditórios performados provenientes da prestação de serviços pela Contax à Oi. Com base nisso, assumimos o risco de crédito do colateral como diretamente dependente da qualidade de crédito da Oi.

- Risco de pré-pagamento

Eventos de pré-pagamento podem prejudicar a rentabilidade do ativo do FIDC, trazendo riscos de carregamento negativo para a operação, uma vez que a rentabilidade-alvo das cotas seniores continuará sendo acumulada. Contudo, em caso de pagamento antecipado dos direitos creditórios, as cotas seniores deverão ser amortizadas extraordinariamente, de forma a evitar o risco de carregamento negativo.

- Risco de diferimento

Eventos de diferimento de pagamento podem promover um descasamento entre o prazo do ativo e o cronograma de amortização das cotas. Entretanto, o regulamento da operação não permite a prorrogação do vencimento dos direitos creditórios do FIDC.

- Risco de retenção de impostos

O prazo e suficiência dos fluxos de caixa dos direitos creditórios podem ser afetados pela retenção de impostos relacionados ao ativo subjacente. Por essa razão, esperamos receber uma opinião legal afirmando que não existe a exigência de nenhum imposto a ser retido em relação aos pagamentos dos títulos subjacentes e que nenhuma legislação para criar imposto desse tipo está pendente.



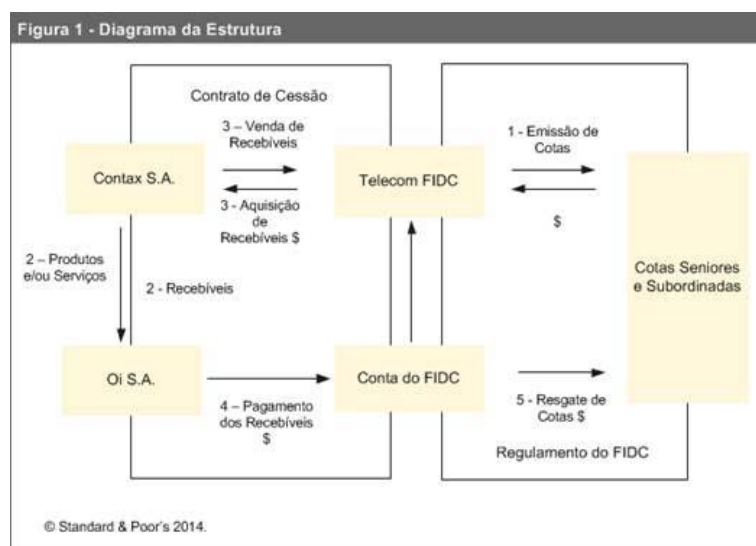
#### Análise de Cenários e Estabilidade do Rating

O rating atribuído às cotas seniores do Telecom FIDC depende da qualidade de crédito da Oi. Caso ocorra qualquer alteração na classificação de risco da Oi, os rating atribuídos às cotas seniores do Telecom FIDC seriam diretamente impactados.

### Estrutura de Pagamento e Mecanismos de Fluxo de Caixa

#### Descrição da Estrutura

O Telecom FIDC será um condomínio fechado com prazo de duração de 48 meses. As cotas são denominadas em reais.



O fluxo dos recursos se dará da seguinte forma:

1. O Telecom FIDC capta recursos de investidores e, em contrapartida, emite cotas seniores e subordinadas;
2. A Contax vende serviços à Oi e, em troca, emite direitos creditórios;
3. O Telecom FIDC realiza compras periódicas rotativas de direitos creditórios elegíveis originados pela Contax. Tão logo os recebíveis sejam pagos (isto é, convertidos em caixa mediante os pagamentos pela Oi), o FIDC adquirirá novos recebíveis;
4. Os direitos creditórios são pagos diretamente na conta do FIDC mantida no Itaú Unibanco; e
5. O resgate das cotas será efetuado de acordo com os termos do regulamento.

#### Ordem de Alocação dos Recursos

Diariamente, a administradora do FIDC deverá utilizar os recursos disponíveis de acordo com a seguinte ordem de preferência:

1. Pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do FIDC;
2. Constituição das reservas de custos e pagamentos;
3. Amortização de principal ou juros das cotas seniores;
4. Aquisição de direitos creditórios; e
5. Amortização de cotas subordinadas (após resgate integral das cotas seniores em circulação).

**Despesas**

Para nossas avaliações de risco da estrutura do FIDC, assumimos as seguintes despesas a serem incorridas:

- Despesas de administração equivalentes a R\$ 5,2 milhões;
- Despesas de estruturação equivalentes a R\$ 4 milhões;
- Outras despesas gerais equivalentes a R\$ 1,3 milhão;
- Estresse para despesas extraordinárias, estimadas em R\$ 810 mil; e
- Despesas totais equivalentes a R\$ 11,3 milhões.

As despesas foram calculadas como o montante total esperado de despesas até o encerramento do programa de securitização.

**Risco de Descasamento de Taxa de Juros**

O FIDC não está exposto ao risco de descasamento da taxa de juros do ativo e passivo, uma vez que ambas são pós-fixadas e indexadas à Taxa DI Over.

**Reserva de Custos e de Pagamentos**

Até a data da primeira amortização da última série de cotas seniores emitida, o FIDC deverá manter uma reserva de custos equivalente a 1,79% do PL. Por sua vez, durante o período compreendido entre a primeira e a segunda amortização da última série de cotas seniores, a reserva de custos deverá equivaler a 1,26%. Por fim, durante o restante da vida do programa de securitização, tal reserva deverá ser dimensionada em 0,69%.

Adicionalmente, o FIDC manterá uma reserva de pagamento equivalente a 100% do valor das cotas seniores a ser amortizado com dois dias de antecedência.

**Avaliação da Estrutura do FIDC**

Nossa análise da estrutura de um FIDC lastreado por empacotamento de créditos inclui: (i) Rentabilização do ativo e do passivo e termos de pagamento; (ii) Despesas e indenizações; (iii) Eventos de Risco de Mercado e de Liquidação do Empacotado; e (iv) Opcionalidades do investidor.

**Rentabilização do Ativo e do Passivo e Termos de Pagamento**

O passivo do Telecom FIDC será pago de modo compatível com os pagamentos dos ativos que lastreiam a emissão. As cotas seniores possuirão rentabilidade-alvo equivalente à Taxa DI Over, adicionada de um spread de 0,8% ao ano. Ao mesmo tempo, os direitos de crédito subjacentes possuirão uma taxa de juros equivalente à Taxa DI Over, acrescida de um spread de 1,2%.

**Despesas e Indenizações**

O Telecom FIDC possui uma capacidade limitada para suportar os custos da transação, que consistem, basicamente, de despesas de estabelecimento do instrumento de securitização, emissão de cotas e administração e gestão da carteira. O não tratamento desses passivos poderia resultar no *default* das cotas, uma vez que o pagamento das despesas dos FIDC possui prioridade de pagamento. Entretanto, esse risco é mitigado pela existência da reserva de custos, conforme descrito no item acima. Além disso, em nossa análise para avaliar a disponibilidade de recursos versus seus usos esperados para o programa de securitização como um todo, acrescentamos uma estimativa para despesas extraordinárias equivalente a 0,2% do PL do FIDC.

Em nossa visão, a reserva de despesas e o spread excedente gerado pela operação deverão ser suficientes para cobrir as despesas contratuais e projetadas do FIDC. A estimativa das despesas é demonstrada na tabela abaixo:

Tabela 1 - Recursos e Usos Esperados para a Vida do FIDC	
Recurso ou Uso	Valor esperado (R\$ Milhões)
Despesa de Administração, Gestão e Custódia	5,2
Despesas Gerais	1,3
Despesa de Estruturação	4,0
Despesas Extraordinárias	0,8
<b>Despesas Totais (A)</b>	<b>11,3</b>
Fundo de Reserva Inicial (B)	14,6
Excesso de <i>Spread</i> (C)	3,2
Carregamento Negativo (D)	4,1
<b>Recursos Totais (B + C - D = E)</b>	<b>13,7</b>
<b>Recursos Remanescentes (E - A)</b>	<b>2,4</b>

#### Eventos de Risco de Mercado e de Liquidação do Empacotado

Na avaliação da Standard & Poor's, o Telecom FIDC não apresenta riscos de mercado, uma vez que o pagamento dos créditos depende da vontade e da capacidade financeira da Oi para o cumprimento das obrigações assumidas.

#### Opcionalidades do Investidor

Os documentos do Telecom FIDC permitem aos cotistas receber os valores a eles devidos por meio de dação em pagamento. Entretanto, tal decisão por um cotista não obrigará o restante de cotistas a receber os valores da mesma forma.

#### Eventos de Avaliação e Liquidação Antecipada

Quaisquer situações abaixo serão consideradas um evento de avaliação, o qual, por sua vez, obrigará a administradora a enviar correspondência aos cotistas do FIDC informando-os acerca do Evento de Avaliação ocorrido, para que estes se manifestem quanto à necessidade de realização de Assembleia Geral. Os principais eventos de avaliação são:

1. Caso o administrador ou custodiante deixe de cumprir com suas obrigações;
2. Rescisão ou resilição do contrato de custódia ou renúncia do custodiante;
3. Caso o cedente deixe de cumprir com suas obrigações previstas no regulamento ou contrato de cessão da operação e não justifique ou sane tal descumprimento em até cinco dias úteis do recebimento do aviso de descumprimento;
4. Resilição do Contrato de Cessão;
5. Caso, durante seu curso normal, o FIDC mantenha menos de 50% do seu PL em direitos creditórios por mais de 30 dias consecutivos;
6. Rebaixamento da classificação de risco das cotas seniores em dois níveis;
7. Alteração substancial no objeto social preponderante da Oi;
8. Caso ocorra o vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer operação financeira devida pela Oi e cujo valor presente exceda R\$ 200 milhões;
9. Reorganização societária da Oi (exceto a fusão anunciada com a Portugal Telecom) ou rebaixamento de sua classificação de risco em dois níveis; e
10. Não renovação da concessão para a prestação de serviços públicos de telecomunicação detida pela Oi e que comprometa, individualmente, 20% ou mais do EBITDA da empresa.

No caso de realização de Assembleia Geral, os cotistas poderão deliberar (i) pela não liquidação do FIDC ou (ii) que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada. Ademais, será acionado um evento de liquidação antecipada caso não seja definido um substituto para a administradora ou custodiante, caso a cedente seja extinta ou caso a classificação de risco originalmente atribuída às cotas seniores seja rebaixada em três níveis, entre outros eventos.

#### Riscos de Contraparte

A análise dos riscos de contraparte avalia as obrigações de terceiros em manter ativos, incluindo os depósitos em conta corrente, ou de realizar pagamentos financeiros que possam afetar a qualidade de crédito de operações estruturadas, pois possíveis interrupções no acesso aos seus

recursos podem comprometer a realização do pagamento pontual das obrigações por parte do FIDC. Assim, independente do desempenho de seus ativos subjacentes, caso uma contraparte não cumpra com suas obrigações, o FIDC poderá ter sua capacidade de pagamento prejudicada, o que poderia resultar no rebaixamento dos ratings atribuídos, ou mesmo no não cumprimento de suas obrigações financeiras, o que seria um evento de *default*.

#### Conta Bancária

O provedor da conta bancária é uma contraparte da operação, de acordo com os critérios da Standard & Poor's. A conta autorizada do FIDC é mantida no Itaú Unibanco, cuja qualidade de crédito é consistente com o rating atribuído às cotas seniores do Telecom FIDC. Por essa razão, o rating dessas cotas poderá ser rebaixado caso a capacidade de pagamento do provedor da conta bancária se deteriore, sem que sejam tomadas medidas para mitigação dos riscos descritos.

#### Obrigações de Suporte Direto

A Oi, Telemar e a Oi Móvel serão as únicas devedoras dos direitos creditórios cedidos ao FIDC e assumirão o compromisso irrevogável e irretirável de efetuar o pagamento dos direitos creditórios cedidos diretamente na conta corrente do Telecom FIDC, respeitando-se os valores e datas de pagamentos por elas validados previamente a cada cessão. Dessa forma, o rating atribuído às cotas seniores do FIDC depende fortemente da qualidade de crédito da Oi, da Telemar e da Oi Móvel.

#### Riscos Operacionais e Administrativos

Os fatores levados em consideração para avaliação dos riscos operacionais e administrativos são principalmente: (i) a possibilidade de substituição dos participantes, (ii) os possíveis efeitos, sejam eles transitórios ou persistentes, sobre a capacidade de pagamento da transação, após a falha do cumprimento de suas obrigações por um dos participantes, e (iii) os mecanismos de mitigação e correção disponíveis para evitar a ocorrência de erros, ou limitar seus efeitos sobre a capacidade de pagamento da transação.

Tabela 2 - Funções dos Participantes-Chave da Operação		
Participante	Função	Principais Responsabilidades
Itaú-Unibanco S.A.	Custodiante	- Análise dos documentos que evidenciem o lastro dos direitos creditórios; - Validação dos critérios de elegibilidade previamente à cessão; - Liquidação física e financeira dos direitos creditórios e de outros ativos do FIDC; - Guarda de documentação relativa aos direitos creditórios e outros ativos do FIDC; e - Cobrar e receber, por conta e ordem do FIDC, pagamentos, resgates de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de titularidade do FIDC.
		- Calcular e monitorar o índice de cobertura, a reserva de custos e a reserva de pagamento; - Convocar uma Assembleia Geral de cotistas em caso de ocorrência de qualquer evento de avaliação ou de liquidação antecipada do FIDC; - Informar os cotistas sobre aspectos recorrentes ou eventos extraordinários; e - Manter atualizados e em perfeita ordem os registros dos cotistas e das transações realizadas pelo FIDC e a documentação relativa às operações do FIDC.

#### Riscos Legais

O documento da operação claramente estabelece a cessão da titularidade, dos direitos e interesses dos direitos creditórios pela Contax para o FIDC sem direito de regresso ou coobrigação, constituindo uma transferência irrevogável dos recebíveis. Entendemos que a inexistência da cláusula de coobrigação mitiga os riscos relacionados aos questionamentos sobre a venda perfeita e acabada dos ativos para o FIDC, por parte de outros credores da cedente. Portanto, apenas testamos o risco de não pagamento da Oi, a qual é o sacado da operação.

O Telecom FIDC atende aos critérios da Standard & Poor's quanto ao isolamento da insolvência dos participantes em função dos seguintes critérios estabelecidos na documentação da operação:

- Restrições de objetivos de poderes do FIDC;
- Limitações a dívidas;
- Diretores independentes;

- Restrições quanto a fusões e reorganizações;
- Limitações quanto a alterações nos documentos da operação;
- Separação do FIDC em relação a outras entidades; e
- Propriedade dos ativos.

Antes de atribuir um rating final à transação, esperamos receber uma opinião jurídica, de um escritório de advocacia conceituado, sobre os aspectos legais relevantes da transação e a constituição perfeita do veículo de securitização.

## CRITÉRIOS E ARTIGOS RELACIONADOS

### CRITÉRIOS

- Metodologia Global para Atribuição de Ratings a Títulos Empacotados, 16 de outubro de 2012.
- Metodologia e Premissas da Estrutura de Risco de Contraparte, 25 de junho 2013.
- Critérios de investimento global para investimentos temporários em contas de transação, 31 de maio de 2012.
- Metodologia: Critérios de estabilidade de crédito, 3 de maio de 2010.
- Critérios de Metodologia Aplicados a Taxas, Despesas e Indenizações, 12 de julho de 2012.
- Critério de Isolamento de Ativos e de Sociedades de Propósitos Específico - Operações Estruturadas, 7 de maio de 2013.

### ARTIGOS

- Análise Global de Cenário e Sensibilidade Para Operações Estruturadas: Os Efeitos dos Cinco Principais Fatores Macroeconômicos, 4 de novembro de 2011.
- Análise de Cenário e Sensibilidade de Operações Estruturadas Latino-Americanas: Os Efeitos das Variáveis do Mercado Regional, 21 de junho de 2012.

## Contatos da Standard & Poor's

Para obter mais informações, contate os analistas de Standard & Poor's:

Analista principal: Hebertt Soares, São Paulo, 55 (11) 3039-9742,  
[hebertt.soares@standardandpoors.com](mailto:hebertt.soares@standardandpoors.com)

Contato analítico adicional: Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729,  
[leandro.albuquerque@standardandpoors.com](mailto:leandro.albuquerque@standardandpoors.com)

Líder do comitê de rating: Sol Ventura, Buenos Aires, 54 (11) 4891-2114,  
[sol.ventura@standardandpoors.com](mailto:sol.ventura@standardandpoors.com)

## Informações regulatórias adicionais

### Outros serviços fornecidos ao emissor

Não há outros serviços prestados a este emissor, clique [aqui](#) para mais informações.

Standard & poor's não realiza *due diligence* em ativos subjacentes  
 Quando a Standard & Poor's Ratings Services atribuiu ratings a um instrumento de operações estruturadas, esta recebe informações sobre ativos subjacentes, as quais são fornecidas por terceiros que acreditamos tenham conhecimento dos fatos relevantes. Tais terceiros são normalmente instituições financeiras que estruturaram a transação e/ou instituições que originaram os ativos ou estão vendendo os ativos aos emissores e/ou uma empresa de contabilidade

reconhecida e/ou uma empresa de advocacia, cada qual agindo em nome da instituição financeira ou originador ou vendedor dos ativos. Além disso, a Standard & Poor's Ratings Services pode se apoiar em informações presentes nos prospectos de oferta das transações, emitidos de acordo com as leis de valores mobiliários da jurisdição relevante. Em alguns casos, a Standard & Poor's Ratings Services pode se apoiar em fatos gerais (tais como índices de inflação, taxas de juros dos bancos centrais, índices de *default*) que são de domínio público e produzidos por instituições privadas ou públicas. Em nenhuma circunstância a Standard & Poor's Ratings Services realiza qualquer processo de *due diligence* sobre ativos subjacentes. A Standard & Poor's Ratings Services também pode receber a garantia por parte da instituição que está estruturando a transação ou originando ou vendendo os ativos para o emissor, (a) o qual vai fornecer à Standard & Poor's Ratings Services todas as informações requisitadas pela Standard & Poor's Ratings Services de acordo com seus critérios publicados e outras informações relevantes para o rating de crédito e, se aplicável, para o monitoramento do rating de crédito, incluindo informações ou mudanças materiais das informações anteriormente fornecidas e (b) a informações fornecidas à Standard & Poor's Ratings Services relativas ao rating de crédito ou, se aplicável, ao monitoramento do rating de crédito, de que estas não contêm nenhuma afirmação falsa sobre um fato material e não omitem um fato material necessário para fazer tal afirmação, em vista das circunstâncias nas quais foram fornecidas, e não enganosas.

A precisão e completude das informações revisadas pela Standard & Poor's Ratings Services em conexão com sua análise, pode ter um efeito significativo nos resultados de tais análises. Embora a Standard & Poor's colete informações de fontes que acredita serem confiáveis, quaisquer imprecisões ou omissões nessas informações poderiam afetar significativamente a análise de crédito da Standard & Poor's Ratings Services, tanto positiva quanto negativamente.

#### **Atributos e limitações do rating de crédito**

A Standard & Poor's Ratings Services utiliza informações em suas análises de crédito provenientes de fontes consideradas confiáveis, incluindo aquelas fornecidas pelo emissor. A Standard & Poor's Ratings Services não realiza auditorias ou quaisquer processos de *due diligence* ou de verificação independente da informação recebida do emissor ou de terceiros em conexão com seus processos de rating de crédito ou de monitoramento dos ratings atribuídos. A Standard & Poor's Ratings Services não verifica a completude e a precisão das informações que recebe. A informação que nos é fornecida pode, de fato, conter imprecisões ou omissões que possam ser relevantes para a análise de crédito de rating.

Em conexão com a análise deste (s) rating (s) de crédito, a Standard & Poor's Ratings Services acredita que há informação suficiente e de qualidade satisfatória de maneira a permitir-lhe ter uma opinião de rating de crédito. A atribuição de um rating de crédito para um emissor ou emissão pela Standard & Poor's Ratings Services não deve ser vista como uma garantia da precisão, completude ou tempestividade da (i) informação na qual a Standard & Poor's se baseou em conexão com o rating de crédito ou (ii) dos resultados que possam ser obtidos por meio da utilização do rating de crédito ou de informações relacionadas.

#### **Fontes de informação**

Para atribuição e monitoramento de seus ratings a Standard & Poor's utiliza, de acordo com o tipo de emissor/emissão, informações recebidas dos emissores e/ou de seus agentes e conselheiros, inclusive, balanços financeiros auditados do Ano Fiscal, informações financeiras trimestrais, informações corporativas, prospectos e outros materiais oferecidos, informações históricas e projetadas recebidas durante as reuniões com a administração dos emissores, bem como os relatórios de análises dos aspectos econômico-financeiros (MD&A) e similares da entidade avaliada e/ou de sua matriz. Além disso, utilizamos informações de domínio público, incluindo informações publicadas pelos reguladores de valores mobiliários, do setor bancário, de seguros e ou outros reguladores, bolsas de valores, e outras fontes públicas, bem como de serviços de informações de mercado nacionais e internacionais.

#### **Aviso de ratings ao emissor**

O aviso da Standard & Poor's para os emissores em relação ao rating atribuído é abordado na política "[Aviso de Pré-Publicação aos Emissores](#)".

#### **Frequência de revisão de atribuição de ratings**

O monitoramento da Standard & Poor's de seus ratings de crédito é abordado em:



- Descrição Geral do Processo de Ratings de Crédito (seção de Revisão de Ratings de Crédito)  
<http://www.standardandpoors.com/ratings/articles/pt/la/?articleType=PDF&assetID=1245338484985>
- Política de Monitoramento  
<http://www.standardandpoors.com/ratings/articles/pt/la/?articleType=PDF&assetID=1245319078197>

#### Conflitos de interesse potenciais da S&P Ratings Services

A Standard & Poor's Brasil publica a lista de conflitos de interesse reais ou potenciais em "Conflitos de Interesse — Instrução N° 521/2012, Artigo 16 XII" seção em [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br).

#### Faixa limite de 5%

A S&P Brasil publica em seu Formulário de Referência apresentado em <http://www.standardandpoors.com/ratings/br-disclosure/pt/la> o nome das entidades responsáveis por mais de 5% de suas receitas anuais.

Copyright© 2014 pela Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.

Nenhum conteúdo (incluindo-se ratings, análises e dados relacionados a crédito, avaliações, modelos, software ou outra aplicativo ou resultado deste derivado) ou qualquer parte aqui indicada (Conteúdo) pode ser modificado, revertido, reproduzido ou distribuído de nenhuma forma por nenhum meio, ou armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da Standard & Poor's Financial Services LLC ou suas afiliadas (coletivamente aqui denominadas S&P). O Conteúdo não deverá ser utilizado para nenhum propósito ilegal ou não autorizado. A S&P e todos os seus provedores terceiros, bem como seus diretores, *officers*, acionistas, funcionários ou agentes (coletivamente aqui denominados as Partes da S&P) não garantem a exatidão, integridade, tempestividade ou disponibilidade do Conteúdo. As Partes da S&P não são responsáveis por erros ou omissões (por negligência ou qualquer outra causa), independentemente de sua causa, dos resultados obtidos a partir do uso do Conteúdo ou da segurança ou manutenção de qualquer dado incluído pelo usuário. O Conteúdo é fornecido em base "tal qual apresentado." AS PARTES DA S&P RENUNCIAM TODAS E QUAISQUER GARANTIAS EXPRESSAS OU IMPLÍCITAS, INCLUINDO, MAS NÃO LIMITANDO, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO OU ADEQUAÇÃO PARA UM PROPÓSITO OU USO ESPECÍFICO, LIVRE DE DEFEITOS, ERROS OU DEFEITOS DE SOFTWARE, QUE O FUNCIONAMENTO DO CONTEÚDO SERÁ ININTERRUPTO OU QUE O CONTEÚDO VAI OPERAR COM QUALQUER CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE OU HARDWARE. Em nenhuma circunstância, devem as Partes da S&P ser responsáveis por qualquer parte derivada de danos, custos, despesas, honorários legais ou perdas diretos, indiretos, incidentais, exemplares, compensatórios, punitivos, especiais ou consequenciais (incluindo, sem limitação, receitas perdidas ou lucros perdidos e custos de oportunidade ou perdas provocados por negligência) com relação a qualquer uso do Conteúdo mesmo se alertados sobre a possibilidade desses danos.

As análises creditícias e relacionadas e outras, incluindo ratings, e as declarações no Conteúdo que são declarações de opinião na data em que foram expressas e não declarações de fato. As opiniões, análises e decisões de reconhecimento de rating da S&P (descritas abaixo) não são recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou para tomar qualquer decisão de investimento e não abordam a adequação de nenhum valor mobiliário. A S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar o Conteúdo após a publicação em qualquer forma ou formato. Não se deve depender do Conteúdo e este não é um substituto da capacidade, julgamento e experiência do usuário, de sua administração, funcionários, assessores e/ou clientes para se tomar decisões de investimento ou de outros negócios. A S&P não atua como agente fiduciário nem como assessora de investimento exceto quando está registrada como tal. Embora a S&P obtenha informações de fontes que considera confiáveis, ela não conduz nenhuma auditoria nem realiza avaliações de *due diligence* ou de verificação independente de qualquer informação recebe.

À medida que as autoridades regulatórias permitam a uma agência de rating reconhecer em uma jurisdição um rating emitido em outra jurisdição para determinados fins regulatórios, a S&P reserva-se ao direito de atribuir, retirar ou suspender esse reconhecimento a qualquer momento e a seu total critério. As Partes da S&P não assumem nenhuma obrigação proveniente da atribuição, retirada ou suspensão de um reconhecimento, bem como de qualquer responsabilidade por quaisquer danos que se aleguem como derivados em relação a eles.

A S&P mantém algumas atividades de suas unidades de negócios separadas entre si a fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades. Portanto, algumas unidades de negócios da S&P podem ter informações que não estão disponíveis a outras de suas unidades de negócios. A S&P tem estabelecido políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de determinadas informações não-públicas recebidas juntamente com cada um dos processos analíticos.

A S&P pode receber honorários por seus serviços de ratings e por determinadas análises, normalmente de emissores ou subscritores de títulos ou de devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar suas opiniões e análises. As análises e ratings públicos da S&P estão disponíveis em seus Websites: [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com) / [www.standardandpoors.com.mx](http://www.standardandpoors.com.mx) / [www.standardandpoors.com.ar](http://www.standardandpoors.com.ar) / [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br) (gratuitos), [www.ratingsdirect.com](http://www.ratingsdirect.com), [www.globalcreditportal.com](http://www.globalcreditportal.com) e [www.spcapitaliq.com](http://www.spcapitaliq.com) (por assinatura) e pode distribuí-los por outros meios, incluindo via as próprias publicações da S&P ou por redistribuidores externos. Informações adicionais sobre nossos honorários pelos serviços de rating estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/usratingsfees](http://www.standardandpoors.com/usratingsfees).

---

- Relatório da Empresa de Auditoria e Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ADVISORY

**Contax S.A**

## Relatório de Análise da Carteira de Recebíveis

Data-base: 31 de dezembro de 2013



**KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

À  
**Contax S.A**  
Rio de Janeiro - RJ

10 de junho de 2014

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 26 de março de 2014, apresentamos nosso relatório relativo à análise da carteira de recebíveis originados pela Contax S.A ("Empresa Contratada", "Contax" ou "Cedente") em conexão com a constituição de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios.

Nossos trabalhos tiveram como objetivo efetuar um levantamento detalhado das características da carteira incluindo a performance de pagamentos, bem como levantar informações sobre os procedimentos operacionais relacionados com a origem dos recebíveis. As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pela Contax, para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2013 (36 meses). Indicamos ainda neste relatório as fontes das demais informações apresentadas.

Dada a natureza dos recebíveis analisados, os procedimentos aplicados no intuito de evidenciar a confiabilidade nos dados disponibilizados, restringiram-se a testes de liquidação de faturas e recálculo dos valores faturados, a partir das respectivas cláusulas contratuais, ambos estabelecidos com base em testes por amostragem. Não foi possível evidenciar a integridade da base de dados a partir de confronto com registros contábeis.

Nossos trabalhos foram executados no período de 19 de março a 05 de maio de 2014 e basearam-se na situação da carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2013. Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório, tampouco faz parte do escopo de nossos trabalhos a atualização do presente relatório.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.



#### Outras informações

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria executada conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal.

Adicionalmente, este relatório é de uso exclusivo do grupo encarregado do processo de securitização que está em andamento, não podendo ser distribuído a terceiros sem o nosso consentimento prévio.

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários da no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



Pedro Vitor Zago  
Sócio



Fernando Jun Miranda Omori  
Diretor



Ana Carolina Dal Picolo  
Gerente Sênior



## Conteúdo

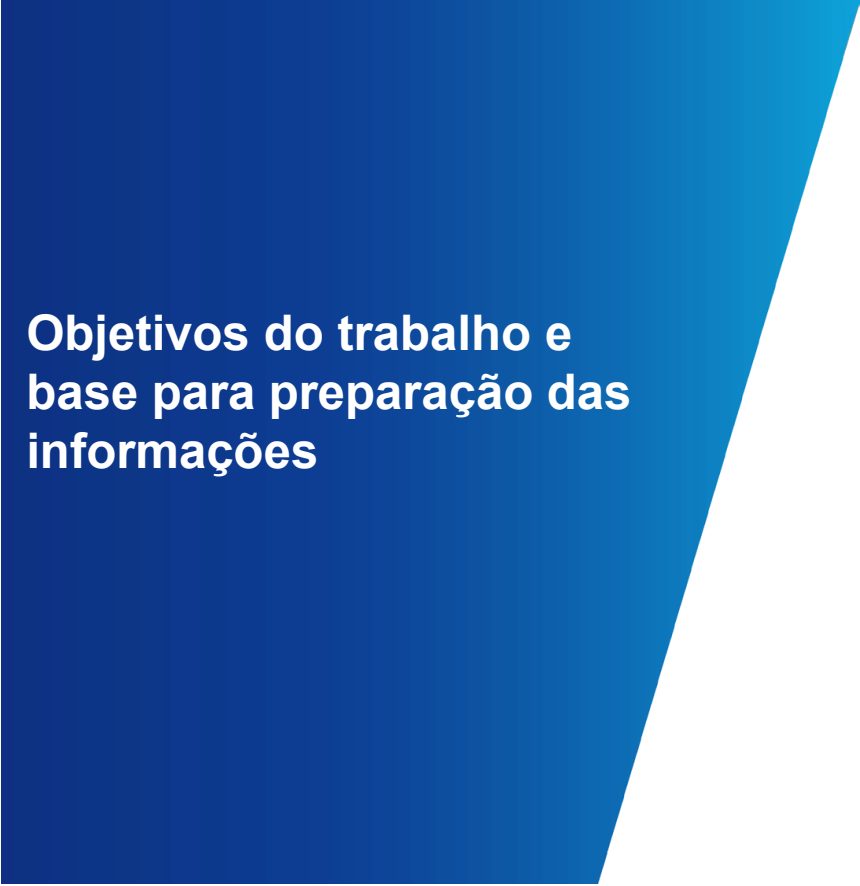
Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Pedro Vitor Zago  
Sócio  
Tel.: +55 (11) 2183-3290  
Fax: +55 (11) 2183-3001  
pzago@kpmg.com.br

Fernando Jun Miranda  
Omorí  
Diretor  
Tel.: +55 (11) 2183-3381  
Fax: +55 (11) 2183-3001  
fjomori@kpmg.com.br

Ana Carolina Dal Picolo  
Gerente Senior  
Tel.: +55 (11) 2183-6353  
Fax: +55 (11) 2183-3001  
grigolon@kpmg.com.br

Descrição	Página
Objetivos do trabalho e base para preparação das informações	5
Apresentação das análises demográficas	9
Apresentação das análises de performance	17
Apresentação das características dos contratos	20
Testes de aderência	26
Anexos	31

A blue trapezoidal graphic with a gradient from dark blue on the left to a lighter blue on the right, pointing towards the top right corner.

## **Objetivos do trabalho e base para preparação das informações**

## Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

### Objetivos do trabalho

A Contax S.A. em conjunto com a Oi S.A. Telemar Norte Leste S.A. e a Oi Móvel S.A. ("Empresa Contratante", "Oi" ou "Sacado"), e Banco Itaú BBA S.A. ("Banco Itaú BBA"), em conjunto definidos "Grupo Estruturador" avaliam a estruturação de uma operação de securitização de recebíveis, por meio da constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC" ou "Fundo"), cujos direitos creditórios serão representados por notas fiscais de serviços baseadas em dois contratos de prestação de serviços mantidos entre a Contax e a Oi, para serviços diversos de tele atendimento (Tele vendas, cobrança, SAC, etc.).

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é demonstrar as características destes recebíveis, bem como evidenciar a pontualidade de pagamento dos mesmos. Além de obter as principais características dos dois contratos de prestação de serviços em questão e efetuar determinados testes de aderência por amostragem (i. inspeção física das notas fiscais; ii. recálculo do valor faturado e respectiva aderência ao contrato; iii. aprovação do faturamento pela Oi; e iv. inspeção dos comprovantes de liquidação).

Cabe ressaltar que não foram disponibilizados para nossa análise quaisquer registros contábeis (DRE ou contas a receber) da Contax para que pudéssemos aplicar procedimentos de comparação com os valores apresentados na base de dados com o propósito de evidenciar a integridade dos registros contidos na base de dados.

### Base para preparação

Os procedimentos que formaram o escopo de nossos trabalhos foram estabelecidos com representantes do Grupo Estruturador e limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às necessidades da operação.

As informações contidas neste relatório foram obtidas por meio da leitura e da compilação de uma base de dados fornecida pela Contax e compreendem o faturamento da Contax contra a Oi decorrentes da prestação de serviços baseado em dois contratos firmados entre as partes, para um período de 36, entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2013. Cabe ressaltar que na base de dados disponibilizada para nossa análise não apresenta segregação das faturas por tipo de contrato.

Segundo representantes da Contax 15 (quinze) registros presentes na base de dados relativas as operações "BO Centro de Operações" e "Cadastro de equipamentos" não são oriundos dos contratos de prestação de serviços em questão, portanto foram desconsideradas de nossas análises.

Descrição	Σ do valor das faturas - R\$(000)	%	Quantidade de registros
Total base completa	4.374.980	100,0%	7.956
(-) Exclusões	92.694	2,1%	269
<b>Total sob análise</b>	<b>4.282.286</b>	<b>97,9%</b>	<b>7.687</b>

As informações pertinentes aos contratos e recálculo do valor faturado foram obtidos mediante indagação às pessoas envolvidas no processo.

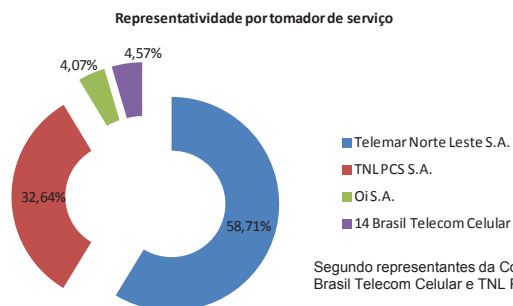
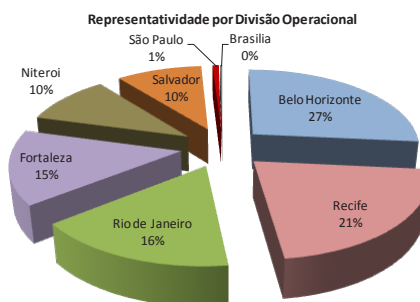
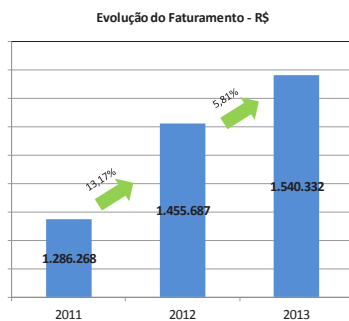
As inspeções dos documentos fiscais, liquidações e contratos foram realizadas nas dependências da Contax no Rio de Janeiro ou São Paulo.

## Highlights da carteira sob análise

Apresentamos a seguir um resumo sobre nossas constatações relativas à análise da carteira originada pela Contax S.A.A seguir, apresentamos um resumo das características da carteira analisada:

- Período de originação: entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2013
- Prazo médio de vencimento: 7 dias
- Ticket médio das faturas: R\$ 557.082
- Belo Horizonte é a divisão operacional de maior representatividade, sendo 27% do total originado no período sob análise
- Adimplência: 88,98% das faturas são liquidadas em até 3 dias após seu vencimento
- A Telemar Norte Leste S.A. é o sacado de maior representatividade 58,71% do total faturado
- Representatividade dos contratos: Os contratos V.A e EX-VA representam respectivamente 60% e 40% do faturamento no período sob análise

## Highlights da carteira sob análise



Segundo representantes da Contax, a partir de 2014 as empresas 14 Brasil Telecom Celular e TNL PCS passaram a compor a Oi Móvel S.A.

A blue trapezoidal graphic with a gradient from dark blue on the left to a lighter blue on the right, pointing towards the top right corner.

## **Apresentação das análises demográficas**



## Apresentação das análises demográficas

A tabela 1.1 apresenta a evolução mensal do faturamento, nos 36 meses sob análise.

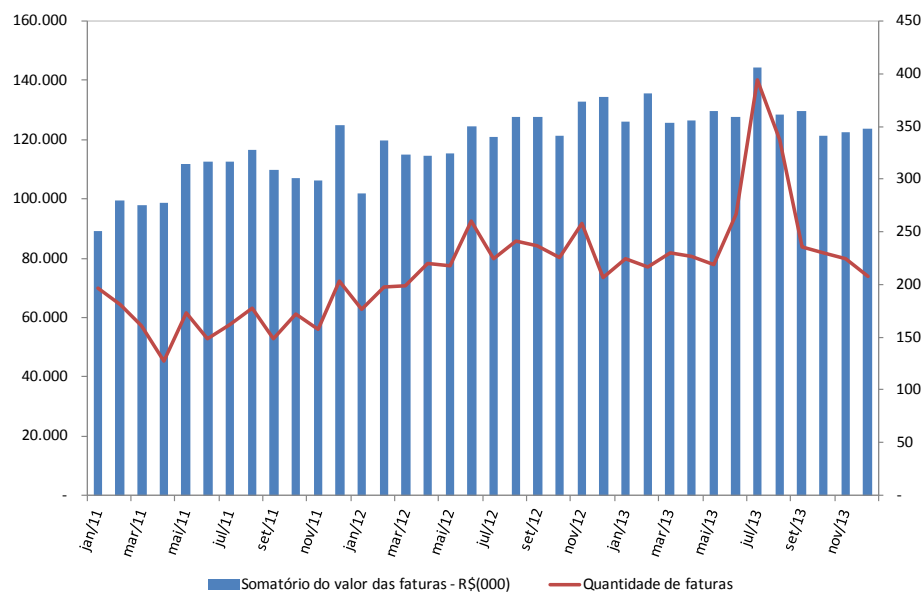
**Tabela 1.1 - Evolução mensal do faturamento**

Ano/Mês Emissão	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	Quantidade de faturas	Ano/Mês Emissão	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	Quantidade de faturas
jan/11	89.195	196	jul/12	121.045	225
fev/11	99.287	181	ago/12	127.779	241
mar/11	97.796	161	set/12	127.440	237
abr/11	98.628	127	out/12	121.079	226
mai/11	111.867	173	nov/12	132.961	258
jun/11	112.486	149	dez/12	134.359	207
jul/11	112.529	162	jan/13	126.120	225
ago/11	116.594	178	fev/13	135.611	217
set/11	109.692	148	mar/13	125.531	230
out/11	107.145	172	abr/13	126.382	227
nov/11	106.050	157	mai/13	129.498	219
dez/11	124.999	203	jun/13	127.785	267
jan/12	101.888	176	jul/13	144.478	394
fev/12	119.633	198	ago/13	128.366	337
mar/12	115.051	199	set/13	129.586	236
abr/12	114.623	220	out/13	121.125	230
mai/12	115.207	218	nov/13	122.369	225
jun/12	124.621	260	dez/13	123.482	208
			<b>Total</b>	<b>4.282.286</b>	<b>7.687</b>

## Apresentação das análises demográficas

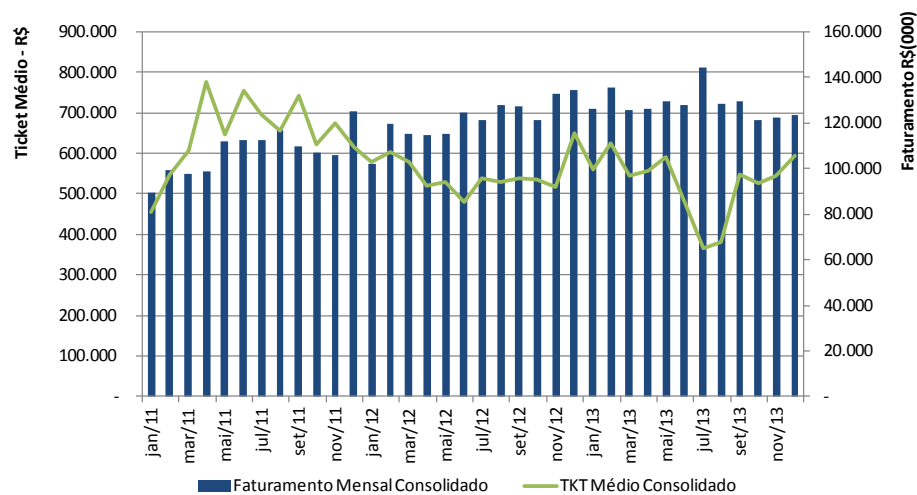
O Gráfico 1.1 ao lado, apresenta a evolução mensal do faturamento durante os 36 meses sob análise.

**Gráfico 1.1 - Evolução mensal do faturamento**



## Apresentação das análises demográficas

Gráfico 1.2 - Evolução do Ticket Médio Mensal



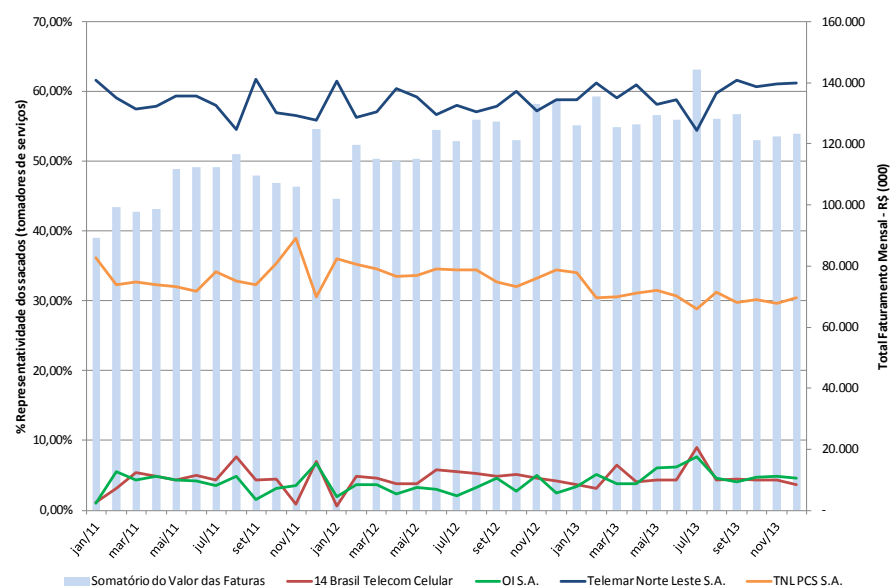
No anexo I deste relatório apresentamos a tabela contendo a evolução mensal do ticket médio das operações.

## Apresentação das análises demográficas

O Gráfico 1.3 ao lado, demonstra a representatividade dos sacados (tomadores de serviços) em relação ao faturamento total durante os 36 meses sob análise.

No anexo II apresentamos a tabela contendo a originação mensal por sacado.

**Gráfico 1.3 - Representatividade dos sacados - Tomadores de Serviço**



Segundo representantes da Contax, a partir de 2014 as empresas 14 Brasil Telecom Celular e TNL PCS passaram a compor a Oi Móvel S.A.

## Apresentação das análises demográficas

A tabela 1.2 ao lado, apresenta a concentração por dia de vencimento das faturas.

Observamos que aproximadamente 77% do faturamento tem o vencimento entre os dias 25 e 30 de cada mês.

**Tabela 1.2 – Concentração por dia de vencimento**

Dia vencimento	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	Dia vencimento	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%
28	853.682	19,94%	13	15.054	0,35%
27	645.518	15,07%	19	14.496	0,34%
26	640.613	14,96%	18	11.734	0,27%
25	516.651	12,06%	09	11.529	0,27%
29	390.549	9,12%	05	8.807	0,21%
30	253.646	5,92%	16	8.452	0,20%
24	229.282	5,35%	08	6.076	0,14%
23	169.808	3,97%	14	4.397	0,10%
21	147.365	3,44%	12	4.138	0,10%
31	113.956	2,66%	15	3.499	0,08%
22	53.735	1,25%	10	3.089	0,07%
01	41.296	0,96%	06	3.057	0,07%
20	39.153	0,91%	11	1.277	0,03%
04	30.036	0,70%	07	1.220	0,03%
17	24.185	0,56%	Não identificado	215	0,01%
02	18.223	0,43%	<b>Total</b>	<b>4.282.286</b>	<b>100,00%</b>
03	17.549	0,41%			

## Apresentação das análises demográficas

A tabela 1.3 ao lado, apresenta a concentração por dia de pagamento das faturas.

Observamos que aproximadamente 81% do faturamento tem o recebimento entre os dias 25 e 31 de cada mês.

**Tabela 1.3 – Concentração por dia de pagamento**

Dia pagamento	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	Dia pagamento	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%
28	899.359	21,00%	06	17.449	0,41%
27	679.387	15,87%	04	15.791	0,37%
29	504.683	11,79%	12	14.806	0,35%
26	480.287	11,22%	08	12.389	0,29%
30	436.391	10,19%	09	10.833	0,25%
25	262.863	6,14%	17	9.455	0,22%
31	214.063	5,00%	14	6.951	0,16%
24	186.000	4,34%	10	6.512	0,15%
23	105.691	2,47%	18	6.170	0,14%
21	95.176	2,22%	13	6.117	0,14%
22	90.861	2,12%	19	6.008	0,14%
03	64.845	1,51%	07	4.739	0,11%
16	51.644	1,21%	11	613	0,01%
20	26.703	0,62%	15	163	0,00%
02	24.485	0,57%	Não Identificado	215	0,01%
01	21.017	0,49%	<b>Total</b>	<b>4.282.286</b>	<b>100,00%</b>
05	20.616	0,48%			



## Apresentação das análises demográficas

A tabela 1.4 ao lado, apresenta a concentração por divisão operacional da Contax, ou seja, local onde o serviço é prestado.

Segundo representantes da Contax, apesar da divisão operacional, todos os serviços podem ser prestados em todas as divisões e apenas o faturamento das notas fiscais é centralizado na equipe alocada no Rio de Janeiro.

Adicionalmente de acordo com a base de dados disponibilizada, apresentamos na tabela 1.5 as alíquotas dos impostos incidentes sobre o faturamento aplicáveis a cada município que compõe a divisão operacional da Contax.


**Tabela 1.4 – Concentração por divisão operacional**

Divisão	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%
Belo Horizonte	1.135.378	26,51%
Recife	921.083	21,51%
Rio de Janeiro	699.307	16,33%
Fortaleza	637.811	14,89%
Niteroi	430.039	10,04%
Salvador	416.565	9,73%
São Paulo	30.957	0,72%
Brasília	11.146	0,26%
<b>Total</b>	<b>4.282.286</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 1.5 – Alíquotas dos impostos incidentes sobre o faturamento**

Divisão	COFINS	PIS	ISS
Belo Horizonte	3,00%	0,65%	2,00%
Brasília	3,00%	0,65%	5,00%
Fortaleza	3,00%	0,65%	5,00%
Niteroi	3,00%	0,65%	2,50%
Recife	3,00%	0,65%	2,00%
Rio de Janeiro	3,00%	0,65%	5,00%
Rio de Janeiro - Engenho de Dentro	3,00%	0,65%	2,00%
Salvador	3,00%	0,65%	2,00%
São Paulo	3,00%	0,65%	5,00%

Cabe ressaltar que o valor faturado inclui o montante equivalente aos impostos incidentes sobre o faturamento dos serviços. Dessa forma, o recolhimento dos tributos é de total responsabilidade da Contax.

A large blue trapezoidal graphic with a gradient from dark blue on the left to a lighter blue on the right, pointing towards the top right corner.

## **Apresentação das análises de *performance***

## Apresentação das análises de performance

A tabela ao lado, apresenta os valores das faturas liquidadas, segregados por faixa de liquidação, podendo ser antecipadas, liquidadas no vencimento, ou liquidadas com atraso.

As faixas de liquidação consideram a diferença entre as datas de vencimento das faturas e as datas de pagamento pela Oi.

**Tabela 1.6 – Aging-List em 15 de janeiro de 2014**

Descrição	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	4.282.286	100,0%	
Antecipações	201.968,27	4,7%	4,7%
Liquidadas no Vencimento	2.382.069,66	55,6%	60,3%
Liquidadas com atraso de 1 a 5 dias	1.475.686,35	34,5%	94,8%
Liquidadas com atraso de 6 a 15 dias	167.962,48	3,9%	98,7%
Liquidadas com atraso superior a 15 dias	54.599,01	1,3%	100,0%

De acordo com a leitura da base de dados 89,6% do total das faturas liquidadas com atraso, tem seu respectivo pagamento registrado dentro do próprio mês de vencimento da fatura, isto porque a Oi contratualmente pode realizar os pagamentos em até 15 (quinze) dias findo o período de aferição de cada serviço. Segundo representantes da Contax os 10,4% restantes, podem ser decorrentes de dois principais motivos:

- (a) As sacadas Oi S.A e 14 Brasil Telecom Celular não faziam parte do grupo intercompany até Maio de 2013. O fluxo de pagamento destas empresas não era capturado automaticamente pelos gestores da Oi, que consequentemente não aprovavam o pagamento das Faturas no prazo previsto; e
- (b) Os atrasos que não se enquadram no item (a) acima, são decorrentes de negociações entre as empresas do Grupo Oi e Contax. Não foram apresentadas evidências (e-mails ou acordos) que formalizem tal negociação.

A seguir apresentamos a representatividade das sacadas em relação ao total de faturas liquidadas com atraso, cujo pagamento ocorreu em mês subsequente ao mês de vencimento original:

Tomador/Sacada	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	% Acum.
14 BRASIL TELECOM CELULAR	47.776	27,1%	27,1%
OI S.A.	50.679	28,8%	55,9%
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	50.159	28,5%	84,3%
TNL PCS S.A.	27.646	15,7%	100,0%
<b>Total</b>	<b>176.260</b>	<b>100,0%</b>	

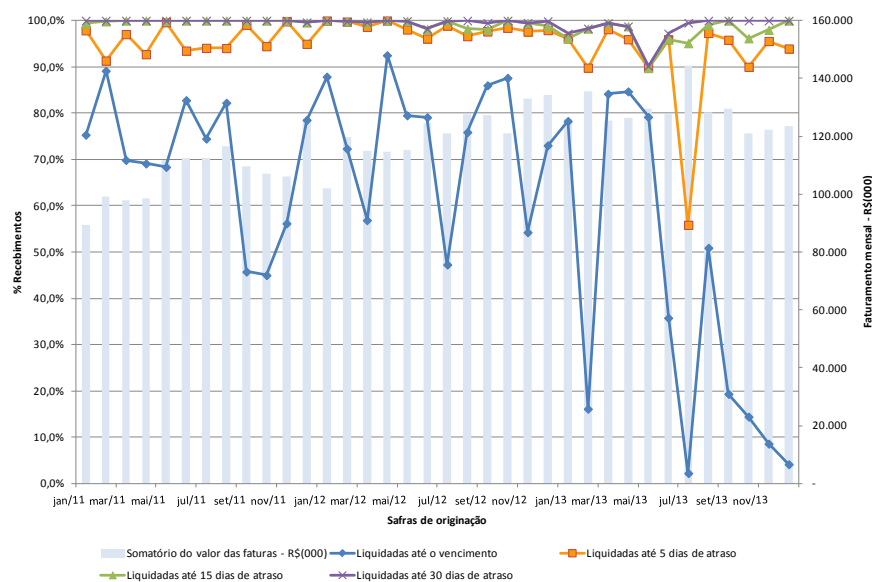
## Apresentação das análises de performance

O Gráfico ao lado, demonstra a representatividade do montante liquidado no tempo.

A linha em azul demonstra os percentuais liquidados até o vencimento, a linha em laranja apresenta os percentuais acumulados das liquidações até o vencimento + as liquidações até 5 dias de atraso e assim sucessivamente, de modo que a linha roxa demonstra a representatividade do montante liquidado até 30 dias do vencimento original.

Dessa forma pode-se considerar que do montante originado em janeiro de 2011, 75% foi liquidado até o vencimento, 98% foi liquidado até 5 dias de atraso e 100% foi liquidado até 30 dias de atraso. Esta mesma interpretação pode ser aplicada para as demais safras.

**Gráfico 1.4 - % Recebimentos por safra de origem**



No anexo VI deste relatório apresentamos a tabela analítica contendo a evolução das liquidações no tempo.



## **Apresentação das Características dos Contratos**

## Apresentação das Características dos Contratos

De acordo com informações preliminares fornecidas por representantes do Grupo Estruturador, os recebíveis objeto de cessão são representados por dois contratos de prestação de serviços mantidos entre a Empresa contratante e a Empresa contratada, para serviços diversos de tele atendimento, compreendendo entre outros: (i) televendas; (ii) serviços de cobrança administrativa; (iii) SAC; etc.

Não tivemos acesso aos contratos na íntegra, apenas parte deles, onde foi possível evidenciarmos as informações mencionadas abaixo:

	EX-VA	VA
<b>Ano do contrato:</b>	2004	Início em 2011 e renovado em 2012
<b>Bases e Períodos de aferição:</b>	(i) Relatórios de volumetria (quantidade de de recursos em 8 horas; quantidade de chamadas; quantidade de itens tratados/vendidos; minutagem e PAs - posições de atendimento logadas); (ii) O faturamento dos serviços EX-VA sempre são realizados para o período de 1 (um) mês, sendo que é computado do dia 16 do mês anterior a 15 do mês vigente.	(i) base de carteira (contas ativas) do último dia do mês anterior ao do faturamento; (ii) resultados dos SLAs/Indicadores apurados de 1 a 30 do mês anterior.
<b>Preço:</b>	Valor unitário	O preço varia mensalmente de acordo com os indicadores de "Rate", por esse motivo é considerado um faturamento "Flex". Em suma, esse tipo de faturamento divide a responsabilidade entre a contratada e contratante, com indicadores da carteira de clientes (Parte Oi) e variações no volume de atendimento (Parte Contax). O cálculo do V.A (Valor por acesso) corresponde ao total de chamadas oferecidas (-) quantidade de chamadas repetidas (em 24 horas) dividido pela Base de clientes da Oi. Esse resultado sofre alterações do rate mensal, trimestral e semestral.
<b>Variações:</b>	Reajustes anuais de preço previsto no contrato ou negociações extraordinárias.	Rate (relação entre todas as chamadas em um ponto escolhido para medição, com a quantidade de Terminais Ativos na Planta) ou negociações extraordinárias.

© 2014 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (PFD05 90342)

Revisão especial de Carteira de Recebíveis

21



## Principais constatações e apresentação da carteira

### Informações apuradas sobre os recebíveis (Cont.)

	EX-VA	VA
<b>Reajuste</b>	Os preços deverão ser reajustados anualmente, sempre no mês de maio, com base em 95% do índice do IGP-DI divulgado pela Fundação Getúlio Vargas no período respectivo.	Os preços unitários fixados deverão ser reajustados anualmente, sempre no mês de Janeiro, considerando a seguinte composição: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reajuste de 63% (sessenta e três por cento) de cada preço unitário com base no reajuste anual do salário mínimo nacional divulgado no Diário Oficial da União;</li> <li>• Reajuste de 37% (trinta e sete por cento) de cada preço unitário com base em 95% (noventa e cinco por cento) do índice do IGP-DI divulgado pela Fundação Getúlio Vargas no período respectivo.</li> </ul>
<b>Índices de adicionais de avaliação:</b>	N/A	Além do rate, o preço final é definido por indicadores de qualidade e desempenho (IQCA), sendo esses estabelecidos anteriormente através de metas. Vale ressaltar que a finalidade do IQCA é bonificar/penalizar, sendo feito acréscimo ou redução do VALOR FINAL. Os índices são mensurados por diversos fatores, dentre eles o TMA (Tempo médio de atendimento), reclamações Anatel, e quantidade de ligações transferidas.
<b>Tipos de serviços:</b>	Cobrança, Televendas, Cadastro de terminais, Back Office, Suporte Técnico, Atendimento Oi Corporativo (B2B) entre outros.	Suporte Técnico Velox, Ouvidoria, AVL (Alto Valor), Ouvidoria Decreto, Suporte Técnico de Telefone Fixo, entre outros.
<b>Obs:</b>	Antecipadamente ao faturamento, é realizada uma reunião entre a Contax e Oi para validar todos os relatórios a fim de evitar futuros questionamentos sobre os cálculos realizados.	Todos os relatórios de chamadas atendidas, repeditas, desviadas entre outras são de livre acesso para ambas as partes (Contax e Oi). Esses relatórios ficam disponíveis em um sistema denominado "CockPit" onde tanto a contratada quanto a contratante tem livre acesso por meio de login e senha. Antecipadamente ao faturamento, é realizada uma reunião entre a Contax e Oi para validar todos os relatórios a fim de evitar futuros questionamentos sobre os cálculos realizados.

© 2014 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (PFDIS 90342)

Revisão especial de Carteira de Recebíveis

22

## Testes de aderência

## Testes de Aderência

### Verificação física das faturas

A partir da amostra selecionada de 100 (cem) faturas oriundas da divisão operacional - Rio de Janeiro, realizamos o confronto das informações presente na base de dados com as respectivas notas fiscais de serviço eletrônica.

Apresentamos a seguir o resultado da aplicação deste procedimento (Veja detalhes no anexo V deste relatório):

### Inspeção das notas fiscais oriundas do Rio de Janeiro (100 itens)

	Sem divergência	Com divergência	Total
Valor	100	0	100
Data de vencimento	98	2	100 (*)
Tomador	100	0	100
ISS	100	0	100

(\*) De acordo com representantes da Contax, a data de vencimento é um campo inserido manualmente, por essa razão, por vezes ocorre erro de digitação.

## Testes de Aderência

### Verificação física das faturas (Cont.)

Adicionalmente selecionamos 5 (cinco) faturas para cada divisão operacional indicada na base de dados, exceto Rio de Janeiro, totalizando 30 (trinta) notas fiscais.

### Inspecção das notas fiscais oriundas das demais localidades (30 itens)

		Valor	Data de vencimento	Tomador	ISS
Belo Horizonte	Sem divergência	5	5	5	5
	Com divergência	0	0	0	0
Fortaleza	Sem divergência	5	3	5	5
	Com divergência	0	2	0	0 (*)
Niterói	Sem divergência	5	5	5	5
	Com divergência	0	0	0	0
Recife	Sem divergência	5	5	5	5
	Com divergência	0	0	0	0
Salvador	Sem divergência	5	5	5	5
	Com divergência	0	0	0	0
São Paulo	Sem divergência	5	5	5	5
	Com divergência	0	0	0	0
Total Sem divergência		30	28	30	30
Total Com divergência		0	2	0	0
Total Geral		30	30	30	30

(\*) De acordo com representantes da Contax, a data de vencimento é um campo inserido manualmente, por essa razão, por vezes ocorre erro de digitação, o qual foi o motivo da divergência nesse caso.

## Testes de Aderência

### Teste de liquidação financeira

#### **Levantamento dos procedimentos de liquidação :**

O departamento de Contas a Receber é responsável pela identificação e baixa dos valores pagos pela Oi.

Todas as liquidações são feitas via transferência bancária, sendo quitado o valor total da nota fiscal (valor bruto).

De acordo com representantes da Contax normalmente as TEDs são compostas de faturas oriundas de uma mesma região e nunca é realizado o pagamento na mesma TED para tomadores de serviços diferentes.

#### **O teste foi baseado nas seguintes premissas :**

Selecionamos 5 (cinco) datas do ano de 2013, correspondente aos maiores valores de liquidações para cada região, exceto Rio de Janeiro, pois para essa localidade foram selecionadas 10 (dez) datas.

Confrontamos o montante dos valores das datas/regiões selecionadas com os respectivos relatórios financeiros extraídos do sistema SAP e posteriormente com os extratos bancários, onde foi possível visualizar o valor da TED feita pela Oi em favor da Contax.

A seguir apresentamos um resumo do resultado apurado, sendo possível a visualização detalhada (aberto por tomador de serviço) no anexo IV desse relatório.

## Testes de Aderência

**Tabela 2.2 - Teste de Liquidação Financeira**

Cidade	Data de liquidação	(A) Somatório das Notas Fiscais pagas no dia (R\$) - Base de dados	(B) Somatório do valor identificado no sistema (SAP) referente as Notas Fiscais pagas na mesma TED	(C) Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (Entre B e C)	Diferença (%)
Rio de Janeiro	28/06/2013	20.715.669	20.715.669	20.715.669	-	0,00%
Rio de Janeiro	27/12/2013	19.531.547	19.991.070	19.991.070	-	0,00%
Rio de Janeiro	30/10/2013	18.689.973	18.689.973	18.689.973	-	0,00%
Rio de Janeiro	29/11/2013	18.262.812	19.058.844	19.058.844	-	0,00%
Rio de Janeiro	28/02/2013	17.390.752	17.390.752	17.390.752	-	0,00%
Rio de Janeiro	27/03/2013	13.603.593	13.603.593	13.603.593	-	0,00%
Rio de Janeiro	30/07/2013	13.597.182	13.597.182	13.597.182	-	0,00%
Rio de Janeiro	26/09/2013	11.902.556	11.902.556	11.902.556	-	0,00%
Rio de Janeiro	03/09/2013	9.853.363	9.853.363	9.853.363	-	0,00%
Rio de Janeiro	29/08/2013	8.512.393	8.512.393	8.512.393	-	0,00%
Belo Horizonte	29/11/2013	30.740.363	32.222.512	32.222.512	-	0,00%
Belo Horizonte	28/06/2013	30.122.671	30.605.195	30.604.751	(444)	0,00%
Belo Horizonte	28/02/2013	29.633.127	30.063.751	30.057.026	(6.725)	-0,02%
Belo Horizonte	27/12/2013	28.802.171	30.120.194	30.120.194	-	0,00%
Belo Horizonte	30/10/2013	27.081.088	28.361.744	28.361.744	-	0,00%
Fortaleza	29/11/2013	19.657.640	19.657.640	19.657.640	-	0,00%
Fortaleza	27/12/2013	19.489.108	28.133.288	28.133.288	-	0,00%
Fortaleza	28/02/2013	19.426.089	28.768.213	28.760.282	(7.931)	-0,03%
Fortaleza	28/04/2013	18.993.534	27.455.560	27.455.560	-	0,00%
Fortaleza	30/10/2013	18.227.140	27.030.611	27.030.611	-	0,00%
Recife	30/10/2013	30.620.438	34.265.599	34.265.599	-	0,00%
Recife	28/06/2013	30.390.821	30.688.127	30.577.768	(10.358)	-0,03%
Recife	28/02/2013	29.072.530	29.272.309	29.156.964	(115.345)	-0,39%
Recife	29/11/2013	28.495.182	29.824.808	29.824.808	-	0,00%
Recife	27/12/2013	25.058.632	31.950.119	31.950.119	-	0,00%
Salvador	27/12/2013	15.811.485	15.811.485	15.811.485	-	0,00%
Salvador	28/06/2013	14.555.765	14.555.765	14.547.001	(8.764)	-0,06%
Salvador	28/02/2013	13.259.625	13.259.625	13.255.669	(3.956)	-0,03%
Salvador	28/03/2013	13.012.064	13.012.064	12.993.788	(18.276)	-0,14%
Salvador	30/10/2013	12.982.061	12.982.061	12.982.061	-	0,00%
Niterói	26/06/2013	13.119.201	13.119.201	13.763.082	643.881	4,91%
Niterói	28/02/2013	12.926.121	12.926.121	12.926.121	-	0,00%
Niterói	29/11/2013	12.791.541	12.857.656	12.857.656	-	0,00%
Niterói	27/12/2013	12.215.917	12.215.917	12.215.917	-	0,00%
Niterói	30/10/2013	12.064.369	12.274.546	12.274.546	-	0,00%
São Paulo	28/02/2013	674.470	674.470	674.470	-	0,00%
São Paulo	07/02/2013	597.257	597.257	597.257	-	0,00%
São Paulo	01/04/2013	478.299	478.299	478.299	-	0,00%
São Paulo	06/05/2013	42.961	42.961	42.961	-	0,00%
São Paulo	03/05/2013	24.829	24.829	24.829	-	0,00%

© 2014 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e  
filial membro da rede KPMG de firmas membro independentes e afiliadas a KPMG International Cooperative ("KPMG  
International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (PFC03.00342)

Revisão especial de Carteira de Recebíveis

27



## Testes de Aderência

### Teste de liquidação financeira (Cont.)

#### **Observação:**

Identificamos que, em alguns casos o somatório da coluna "A" não é o mesmo valor encontrado na coluna "B" devido a TED ser composta por outras notas fiscais que são de outra(s) localidade(s), ou por serem faturas referentes à prestação de serviços de contratos que não estão sob análise.

#### **Notas:**

(\*) A diferença apurada refere-se à retenção de impostos retidos pelo tomador do serviço.

Foi verificado que essas retenções só ocorreram nas empresas Oi S.A e 14 Brasil Telecom Celular, que segundo representantes da Contax não faziam parte do grupo intercompany até Maio/2013. As notas fiscais emitidas após esse período não sofreram qualquer tipo de retenção de imposto pelo tomador. (Veja detalhes no anexo IV)

(\*\*) A Oi pagou esse valor a maior indevidamente. Posteriormente, a Contax fez a devolução desse montante.

Visualizamos no sistema SAP o lançamento de débito de adiantamento de cliente e posteriormente um crédito com esse mesmo valor e mesma conta contábil.

### **Cobrança dos recebíveis vencidos e não liquidados**

Indagamos os representantes da Contax sobre o processo de cobrança dos recebíveis vencidos, e nos foi informado que não há um procedimento padrão ou uma régua de cobrança estabelecida.

A relação entre contratante e contratada é muito próxima, dessa forma toda negociação sobre pagamento é feita pontualmente pelos gestores de ambas, não existindo qualquer documento que evidencie os tramites decorrentes dessas negociações.

Cabe ressaltar que as faturas liquidadas após seu vencimento não são computadas juros e/ou multas, independente do prazo em que ficou vencida.

## Testes de Aderência

### Acompanhamento do processo de cálculo do valor faturado

Foram selecionados 100 (cem) itens a fim de acompanharmos os procedimentos realizados anteriormente a emissão da nota fiscal. A população base para a seleção da amostra contemplou apenas as faturas cujas operações foram realizadas no Rio de Janeiro – RJ e no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013.

Descrição	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	Quantidade de faturas
Total sob análise	4.282.286	7.687
Total da amostra (100 itens)	114.476	100
% Representatividade da amostra	2,7%	1,3%

### Levantamento dos procedimentos de originação :

O entendimento do processo de compilação dos valores a serem faturados até a aceitação por parte da Oi foi realizado *in loco* na Contax Matriz na cidade do Rio de Janeiro, através de reuniões com os analistas responsáveis pela apuração dos valores. As regras de apuração estão dispostas nos contratos de prestação de serviços, sendo estes os únicos documentos formalizados internamente na Contax.

De acordo com representantes da Contax todo o processo de apuração do serviço contratado *versus* o seu cumprimento (inclusive desempenho, multa, bônus, etc) é realizado pela área operacional (MIS<sup>1</sup> Produtos). Após a precificação dos valores a serem cobrados, é realizada uma reunião presencial na sede da Oi a fim de corroborarem o valor final. Somente após todo esse trâmite, é enviado para o departamento de faturamento seguir com a emissão da nota fiscal.

A volumetria dos serviços podem ser mensuradas por diversos tipos de faturamento, sendo que os mais comuns são:

- V.A (Valor por Assinante- Volume de Clientes na base);
- P.A (Qtd de Posições de Atendimento utilizadas. Tipos: Completa / Logadas / Produtivas / Infra);
- HC\_8 (Qtd de recursos de 8 horas);
- Speak (Qtd de minutos falados); e
- Chamada (Qtd de chamadas).

No anexo I pode-se observar todos os tipos possíveis de faturamento.

Vale ressaltar que no preço dos serviços está embutido o valor dos impostos. Dessa forma, o recolhimento dos tributos incidentes é de total responsabilidade da Contax.

<sup>1</sup>MIS – Sistemas cuja função é a disponibilização de informação apoio à gestão tanto nas operações, quanto na tomada de decisão.

## Testes de Aderência

### Acompanhamento do processo de cálculo do valor faturado (Cont.)

#### O teste foi baseado nas seguintes premissas:

- 1º Recálculo do valor cobrado contra Oi (Evidência da planilha de cálculo Contax), tendo em vista os valores/reajustes previstos em contrato;
- 2º Confronto do valor cobrado com o valor previsto em contrato;
- 3º Evidências dos controles necessários para a precificação, tais como relatório de P.As logadas no período, planilha de cálculo de rate, etc;
- 4º Existência do e-mail de aprovação da Oi em relação ao valor a ser faturado;
- 5º Verificação do e-mail da área de operações solicitando a emissão da Nota Fiscal para o Faturamento conforme valor aprovado pela Oi.

Apresentamos a seguir um resumo de nossas constatações:

Resumo das constatações com base na amostra	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	Quantidade de faturas	%	Notas
Itens sem divergências	105.777	92,4%	80	80,0%	
Itens não apresentados (memória de cálculo + contrato)	5.122	4,5%	4	4,0%	(a)
Itens com divergências entre memória de cálculo e contrato	3.452	3,0%	13	13,0%	(b)
Itens sem evidência da formalização do contrato	126	0,1%	3	3,0%	(c)
<b>Total da amostra (100 itens)</b>	<b>114.476</b>	<b>100%</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>	

- (a) Segundo representantes da Contax este serviço foi descontinuado.
- (b) Segundo representantes da Contax atualmente não existem divergências pois o processo de apuração foi ajustado conforme o contrato firmado em maio/2014.
- (c) Segundo representantes da Contax o contrato está em processo de elaboração.

Cabe ressaltar que o e-mail de aprovação da Oi e o e-mail de solicitação da emissão da nota fiscal foram apresentados para os 100 (cem) itens de nossa amostra.

No anexo III deste relatório apresentamos a relação analítica dos itens testados.

A large blue trapezoidal graphic with a gradient from dark blue on the left to a lighter blue on the right. The word "Anexos" is written in white text on the left side of the graphic.

**Anexos**

Anexo I - Evolução mensal do ticket médio das faturas - R\$

Ano/Mês Emissão	Consolidado	Ano/Mês Emissão	Consolidado
jan/11	447.317	jul/12	530.593
fev/11	540.714	ago/12	524.822
mar/11	593.086	set/12	533.117
abr/11	726.389	out/12	529.978
mai/11	617.974	nov/12	510.753
jun/11	708.706	dez/12	636.454
jul/11	659.988	jan/13	553.908
ago/11	626.620	fev/13	618.034
set/11	696.778	mar/13	540.368
out/11	593.993	abr/13	554.620
nov/11	654.735	mai/13	590.711
dez/11	605.427	jun/13	480.215
jan/12	567.976	jul/13	365.502
fev/12	593.781	ago/13	381.783
mar/12	568.162	set/13	550.739
abr/12	513.289	out/13	528.009
mai/12	520.574	nov/13	545.340
jun/12	473.698	dez/13	594.175
<b>Ticket médio dos 36 meses</b>		<b>548.466</b>	

Anexo II - Distribuição do faturamento mensal por sacado (tomador de serviço)

Somatório do valor das faturas - R\$(000)								
Ano/Mês Emissão	Oi S.A.	Paggo Adm de Crédito	Telemar Norte Leste S.A.	TNL PCS S.A.	14 Brasil Telecom Celular	Telemar Internet Ltda	Outros	Total
jan/11	881	735	55.007	32.310	998	1.840	377	92.147
fev/11	5.433	557	58.613	32.089	3.152	1.721	90	101.654
mar/11	4.261	668	56.287	31.967	5.282	1.684	676	100.825
abr/11	4.803	605	57.122	31.913	4.790	1.565	896	101.694
mai/11	4.802	647	66.380	35.872	4.812	1.640	790	114.943
jun/11	4.691	562	66.812	35.371	5.612	1.669	802	115.519
jul/11	3.944	504	65.250	38.518	4.817	1.689	775	115.498
ago/11	5.728	387	63.691	38.272	8.903	1.426	651	119.058
set/11	1.749	359	67.713	35.431	4.799	1.247	883	112.181
out/11	3.413	356	61.037	37.969	4.727	1.105	689	109.295
nov/11	3.782	360	60.016	41.306	946	1.573	48	108.031
dez/11	8.336	348	69.789	38.170	8.704	556	26	125.929
jan/12	1.979	341	62.602	36.663	644	548	26	102.804
fev/12	4.451	350	67.271	42.133	5.779	528	26	120.538
mar/12	4.203	322	65.686	39.846	5.316	505	26	115.905
abr/12	2.628	304	69.216	38.353	4.425	538	26	115.490
mai/12	3.694	313	68.282	38.836	4.396	542	26	116.088
jun/12	3.677	319	70.616	43.059	7.269	564	26	125.530
jul/12	2.478	300	70.187	41.626	6.754	664	27	122.036
ago/12	4.192	282	72.942	43.957	6.688	1.019	26	129.106
set/12	5.786	280	73.790	41.685	6.179	1.249	45	129.014
out/12	3.370	236	72.648	38.830	6.232	1.045	65	122.425
nov/12	6.572	233	76.053	44.291	6.045	1.070	64	134.328
dez/12	3.244	268	79.089	46.300	5.727	1.478	96	136.201
jan/13	4.372	258	74.220	42.856	4.671	1.538	36	127.953
fev/13	7.022	232	83.110	41.264	4.216	1.325	36	137.204
mar/13	4.776	228	74.143	38.419	8.194	1.740	28	127.527
abr/13	4.882	227	77.073	39.313	5.113	2.592	26	129.226
mai/13	7.788	229	75.238	40.894	5.577	2.593	-	132.319
jun/13	7.844	239	75.159	39.235	5.546	2.595	-	130.619
jul/13	11.080	262	78.628	41.728	13.042	2.557	-	147.297
ago/13	5.862	201	76.768	40.097	5.639	2.384	-	130.952
set/13	5.292	198	79.930	38.645	5.719	2.393	-	132.177
out/13	5.690	177	73.553	36.618	5.263	2.252	-	123.554
nov/13	6.004	205	74.725	36.323	5.316	2.309	-	124.883
dez/13	5.754	220	75.547	37.665	4.516	2.264	-	125.965
<b>Total</b>	<b>174.463</b>	<b>12.316</b>	<b>2.514.191</b>	<b>1.397.823</b>	<b>195.809</b>	<b>54.008</b>	<b>7.306</b>	<b>4.355.916</b>

% - Representatividade							
Ano/Mês Emissão	Oi S.A.	Paggo Adm de Crédito	Telemar Norte Leste S.A.	TNL PCS S.A.	14 Brasil Telecom Celular	Telemar Internet Ltda	Demais
jan/11	1,0%	0,8%	59,7%	35,1%	1,1%	2,0%	0,4%
fev/11	5,3%	0,5%	57,7%	31,6%	3,1%	1,7%	0,1%
mar/11	4,2%	0,7%	55,8%	31,7%	5,2%	1,7%	0,7%
abr/11	4,7%	0,6%	56,2%	31,4%	4,7%	1,5%	0,9%
mai/11	4,2%	0,6%	57,8%	31,2%	4,2%	1,4%	0,7%
jun/11	4,1%	0,5%	57,8%	30,6%	4,9%	1,4%	0,7%
jul/11	3,4%	0,4%	56,5%	33,3%	4,2%	1,5%	0,7%
ago/11	4,8%	0,3%	53,5%	32,1%	7,5%	1,2%	0,5%
set/11	1,6%	0,3%	60,4%	31,6%	4,3%	1,1%	0,8%
out/11	3,1%	0,3%	55,8%	34,7%	4,3%	1,0%	0,6%
nov/11	3,5%	0,3%	55,6%	38,2%	0,9%	1,5%	0,0%
dez/11	6,6%	0,3%	55,4%	30,3%	6,9%	0,4%	0,0%
jan/12	1,9%	0,3%	60,9%	35,7%	0,6%	0,5%	0,0%
fev/12	3,7%	0,3%	55,8%	35,0%	4,8%	0,4%	0,0%
mar/12	3,6%	0,3%	56,7%	34,4%	4,6%	0,4%	0,0%
abr/12	2,3%	0,3%	59,9%	33,2%	3,8%	0,5%	0,0%
mai/12	3,2%	0,3%	58,8%	33,5%	3,8%	0,5%	0,0%
jun/12	2,9%	0,3%	56,3%	34,3%	5,8%	0,4%	0,0%
jul/12	2,0%	0,2%	57,5%	34,1%	5,5%	0,5%	0,0%
ago/12	3,2%	0,2%	56,5%	34,0%	5,2%	0,8%	0,0%
set/12	4,5%	0,2%	57,2%	32,3%	4,8%	1,0%	0,0%
out/12	2,8%	0,2%	59,3%	31,7%	5,1%	0,9%	0,1%
nov/12	4,9%	0,2%	56,6%	33,0%	4,5%	0,8%	0,0%
dez/12	2,4%	0,2%	58,1%	34,0%	4,2%	1,1%	0,1%
jan/13	3,4%	0,2%	58,0%	33,5%	3,7%	1,2%	0,0%
fev/13	5,1%	0,2%	60,6%	30,1%	3,1%	1,0%	0,0%
mar/13	3,7%	0,2%	58,1%	30,1%	6,4%	1,4%	0,0%
abr/13	3,8%	0,2%	59,6%	30,4%	4,0%	2,0%	0,0%
mai/13	5,9%	0,2%	56,9%	30,9%	4,2%	2,0%	0,0%
jun/13	6,0%	0,2%	57,5%	30,0%	4,2%	2,0%	0,0%
jul/13	7,5%	0,2%	53,4%	28,3%	8,9%	1,7%	0,0%
ago/13	4,5%	0,2%	58,6%	30,6%	4,3%	1,8%	0,0%
set/13	4,0%	0,1%	60,5%	29,2%	4,3%	1,8%	0,0%
out/13	4,6%	0,1%	59,5%	29,6%	4,3%	1,8%	0,0%
nov/13	4,8%	0,2%	59,8%	29,1%	4,3%	1,8%	0,0%
dez/13	4,6%	0,2%	60,0%	29,9%	3,6%	1,8%	0,0%
<b>Total</b>	<b>4,0%</b>	<b>0,3%</b>	<b>57,7%</b>	<b>32,1%</b>	<b>4,5%</b>	<b>1,2%</b>	<b>0,2%</b>

Apêndice III

Informações Fatura					Resultado procedimento realizado KPMG					Resumo das constatações com base na amostra	Notas	Comentários
Nº	Contrato	Tomador	Valor	Data Nº	1ª Memória de Recibo	2ª Memória de Recibo	3ª Evidências	4ª E-mail Aprovação Oi	5ª E-mail Faturamento			
13314	EX-VA	OI S.A.	30.461,26	11/01/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13377	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	89.076,02	26/01/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13397	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	93.487,03	19/02/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13408	EX-VA	PAGGO ADM DE CRÉDITO	13.750,07	20/02/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13412	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	169.371,59	21/02/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13421	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	84.738,53	21/02/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13422	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	771.184,49	21/02/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13461	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	50.542,11	20/03/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13474	EX-VA	TNL PCS S.A.	969.283,00	20/03/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13480	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	576.233,99	21/03/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13487	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	762.544,44	21/03/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13514	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	93.487,03	17/04/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13524	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	649.636,87	19/04/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13529	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	79.565,55	19/04/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13532	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	148.881,62	19/04/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13570	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	290.347,46	10/05/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13571	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	623.501,78	10/05/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13587	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	148.881,62	16/05/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13611	EX-VA	TNL PCS S.A.	20.337,23	21/05/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13646	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	1.268.773,28	20/06/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13647	EX-VA	PAGGO ADM DE CRÉDITO	13.750,07	20/06/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13648	EX-VA	TNL PCS S.A.	989.620,27	20/06/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13717	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	124.779,84	19/07/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13726	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	93.487,03	18/07/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13741	EX-VA	TNL PCS S.A.	256.402,66	23/07/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13743	EX-VA	TNL PCS S.A.	49.998,51	23/07/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13746	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	249.947,40	23/07/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13747	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	63.154,28	23/07/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13755	EX-VA	OI S.A.	136.624,32	23/07/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13756	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	749.195,02	16/07/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13760	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	12.280,74	24/07/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13761	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	45.391,93	24/07/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13823	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	100.405,04	22/08/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13832	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	646.525,62	21/08/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13836	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	6.076,66	22/08/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13844	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	214.449,43	23/08/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13846	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	1.550.312,20	21/08/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13858	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	21.039,80	22/08/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13860	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	2.673,28	22/08/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13878	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	589.199,38	13/09/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13895	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	117.447,85	17/09/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13901	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	143.854,62	18/09/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13902	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	2.771.246,97	18/09/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13927	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	398.946,35	10/10/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13942	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	332.662,92	17/10/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13970	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	2.839.789,00	24/10/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13985	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	53.827,35	19/11/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13989	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	86.291,62	19/11/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
14021	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	482.116,61	21/11/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
14041	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	53.827,35	13/12/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
14044	EX-VA	PAGGO ADM DE CRÉDITO	14.643,82	16/12/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
14052	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	97.443,91	18/12/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
013636-1	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	761.914,02	17/06/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
013655-1	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	102.578,25	21/06/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
013659-1	EX-VA	OI S.A.	187.555,97	24/06/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13343	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	5.321.404,70	21/01/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13344	VA	TNL PCS S.A.	11.118,38	21/01/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13345	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	1.999.899,44	21/01/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13409	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	7.202.476,61	20/02/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13410	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	1.832.678,89	20/02/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13473	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	6.150.786,52	20/02/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13472	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	5.426.777,84	18/04/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13576	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	1.207.829,31	14/05/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13577	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	5.563.656,42	14/05/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13700	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	181.500,00	17/07/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13701	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	6.454.491,67	17/07/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13818	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	973.202,91	20/09/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13820	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	3.114.028,22	21/09/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13843	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	3.908.663,47	23/09/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13905	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	5.622.629,66	18/09/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13906	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	976.967,15	18/09/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13954	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	861.744,32	21/10/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13963	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	5.657.328,86	22/10/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13997	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	6.461.861,82	21/11/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
13998	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	1.943.006,91	21/11/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
14055	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	6.826.335,46	19/12/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
14056	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	1.040.610,34	19/12/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
013654-1	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	6.838.419,94	20/06/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
013655-1	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	1.204.184,83	20/06/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
013667-1	VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	129.300,14	24/06/2013	✓	✓	✓	✓	✓	Sem divergências		
013690	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	323.126.155	22/01/2013	Ⓛ	Ⓛ	Ⓛ	✓	✓	Itens com divergências entre memória de cálculo e contrato		i
013641-1	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	322.531,71	19/06/2013	Ⓛ	Ⓛ	Ⓛ	✓	✓	Itens com divergências entre memória de cálculo e contrato		
13368	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	75.299,57	24/01/2013	Ⓛ	Ⓛ	Ⓛ	✓	✓	Itens com divergências entre memória de cálculo e contrato		
13511	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	73.339,83	16/04/2013	Ⓛ	Ⓛ	Ⓛ	✓	✓	Itens com divergências entre memória de cálculo e contrato		ii
13527	EX-VA	TNL PCS S.A.	627.324,47	19/04/2013	Ⓛ	✓	✓	✓	✓	Itens com divergências na memória de cálculo		
13535	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	626.364,61	19/04/2013	Ⓛ	✓	✓	✓	✓	Itens com divergências na memória de cálculo		
13719	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	570.486,88	22/07/2013	Ⓛ	✓	✓	✓	✓	Itens com divergências na memória de cálculo		(b)
13720	EX-VA	TNL PCS S.A.	556.581,35	22/07/2013	Ⓛ	✓	✓	✓	✓	Itens com divergências na memória de cálculo		
13751	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	98.058,89	23/07/2013	Ⓛ	✓	✓	✓	✓	Itens com divergências na memória de cálculo		iv
13512	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	79.564,88	16/04/2013	Ⓛ	Ⓛ	Ⓛ	✓	✓	Itens com divergências entre memória de cálculo e contrato		
13959	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	84.736,60	21/10/2013	Ⓛ	Ⓛ	Ⓛ	✓	✓	Itens com divergências entre memória de cálculo e contrato		
14059	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	84.736,60	19/12/2013	Ⓛ	Ⓛ	Ⓛ	✓	✓	Itens com divergências entre memória de cálculo e contrato		v
013640-1	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	79.564,88	18/06/2013	Ⓛ	✓	✓	✓	✓	Itens com divergências entre memória de cálculo e contrato		
13315	EX-VA	OI S.A.	783.707,54	11/01/2013	x	x	x	✓	✓	Itens não apresentados (memória de cálculo + contrato)		
13419	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	1.880.869,39	21/02/2013	x	x	x	✓	✓	Itens não apresentados (memória de cálculo + contrato)		
13599	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	1.883.030,83	17/05/2013	x	x	x	✓	✓	Itens não apresentados (memória de cálculo + contrato)		(a)
13836	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	563.915,27	22/08/2013	x	x	x	✓	✓	Itens não apresentados (memória de cálculo + contrato)		
13460	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	41.127,45	19/03/2013	✓	Ⓛ	Ⓛ	✓	✓	Itens sem evidência da formalização do contrato		
13730	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	41.127,45	19/07/2013	✓	Ⓛ	Ⓛ	✓	✓	Itens sem evidência da formalização do contrato		(c)
14040	EX-VA	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	43.800,75	13/12/2013	✓	Ⓛ	Ⓛ	✓	✓	Itens sem evidência da formalização do contrato		vi

Legenda	
✓	Sem divergência
Ⓛ	Com divergência
x	Não foi possível testar o procedimento
Notas	
(a)	Segundo representantes da Contax este serviço foi descontinuado.
(b)	Segundo representantes da Contax atualmente não existem divergências pois o processo de aprovação foi ajustado conforme o contrato firmado em maio/2014.
(c)	Segundo representantes da Contax o contrato está em processo de elaboração.

1ª Realização do valor cobrado contra Oi (Evidência da planilha de cálculo Contax), tendo em vista os valores/hequlizes previstos em contrato.  
2ª Confronto do valor cobrado com o valor previsto em contrato.  
3ª Evidências dos controles necessários para a predificação, tais como relatório de P.As logadas no período, planilha de cálculo de rate, etc.  
4ª Existência do e-mail de aprovação da Oi em relação ao valor a ser faturado.  
5ª Verificação do e-mail da área de operações solicitando a emissão da Nota Fiscal para o Faturamento conforme valor aprovado pela Oi.



Anexo IV: Teste de Liquidação

Teste de liquidação para as datas mais representativas do ano de 2013 em Belo Horizonte

29/11/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
14 BRASIL TELECOM CELULAR	1.122.127	1.122.127	-	
OI S.A.	1.432.153	1.432.153	-	
PAGGO ADM DE CREDITO	190.793	205.437	14.644	Foi pago na mesma TED uma nota do Rio de Janeiro no valor de R\$ 14.643,82
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	19.809.086	19.942.234	133.148	Foram pagas duas notas na mesma TED referentes a um contrato por tempo determinado NFs 8159 e 8203.
TNL PCS S.A.	8.186.205	9.520.562	1.334.357	Foram pagas na mesma TED as NFs 5617 no valor de R\$834.968,53 e a NF 5624 no valor de R\$ 499.388,51 ambas de Fortaleza
<b>Total</b>	<b>30.740.363</b>	<b>32.222.512</b>	<b>1.482.149</b>	

28/06/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
14 BRASIL TELECOM CELULAR	580.573	580.129	(444)	A diferença apurada refere-se à retenção de IR pelo tomador do serviço da Nota Fiscal
OI S.A.	1.174.440	1.174.440	-	7846
PAGGO ADM DE CRÉDITO	193.556	239.172	45.616	Foram pagas na mesma TED as NFs 7943 e 13647 de Recife e RJ respectivamente
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	18.952.866	18.952.866	-	
TNL PCS S.A.	9.221.237	9.658.145	436.908	Foi paga a NF 5390 do Ceará na mesma TED
<b>Total</b>	<b>30.122.671</b>	<b>30.604.751</b>	<b>482.080</b>	

28/02/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
14 BRASIL TELECOM CELULAR	448.381	441.655	(6.726)	Duas notas fiscais tiveram retenção de IR pelo tomador do serviço - NF 7560 no valor de R\$ 433.720,58 e NF 7562 no valor de R\$ 14.660,14
PAGGO ADM DE CRÉDITO	186.029	231.644	45.616	Foram pagas duas notas fiscais na mesma TED - NF 7498 R\$ 31.865,73 e NF 13408 R\$ 13.750,07.
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	19.656.594	19.656.594	-	
TNL PCS S.A.	9.342.124	9.727.133	385.009	Foram pagas 3 notas de Fortaleza nessa mesma TED
<b>Total</b>	<b>29.633.127</b>	<b>30.057.026</b>	<b>423.899</b>	

27/12/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
OI S.A.	1.941.722	1.941.722	-	
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	18.216.270	18.216.270	-	
TNL PCS S.A.	8.644.180	9.962.202	1.318.022	Foram pagas notas de Fortaleza na mesma TED totalizando R\$ 1.318.022,28
<b>Total</b>	<b>28.802.171</b>	<b>30.120.194</b>	<b>1.318.022</b>	

30/10/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
14 BRASIL TELECOM CELULAR	1.169.972	1.169.972	-	
OI S.A.	1.384.769	1.384.769	-	
PAGGO ADM DE CRÉDITO	162.578	177.222	14.644	Foi paga a NF 13935 do Rio de Janeiro na mesma TED
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	15.616.211	15.616.211	-	
TNL PCS S.A.	8.747.557	10.013.570	1.266.013	Foi paga as NFs 5577 e NF 5578 de Fortaleza na mesma TED
<b>Total</b>	<b>27.081.088</b>	<b>28.361.744</b>	<b>1.280.657</b>	

Teste de liquidação para as datas mais representativas do ano de 2013 em Fortaleza

28/02/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
OI S.A.	528.732	520.801	(7.931)	A diferença refere-se a retenção de IR pelo tomador do serviço.
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	18.512.348	18.512.348	-	
TNL PCS S.A.	385.009	9.727.133	9.342.124	Foram pagas notas fiscais de BH na mesma TED.
<b>Total</b>	<b>19.426.089</b>	<b>28.760.282</b>	<b>9.334.193</b>	

26/04/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	18.558.005	18.558.005	-	
TNL PCS S.A.	435.529	8.897.555	8.462.026	A diferença refere-se a notas fiscais de BH que foram pagas na mesma TED.
<b>Total</b>	<b>18.993.534</b>	<b>27.455.560</b>	<b>8.462.026</b>	

30/10/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
OI S.A.	1.759.326	1.759.326	-	
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	15.201.801	15.257.715	55.914	Foi pago na mesma TED a nota fiscal 5561 referente a um contrato por tempo determinado.
TNL PCS S.A.	1.266.013	10.013.570	8.747.557	No montante da TED apenas 2 notas fiscais são de Fortaleza, as demais pertencem à BH. A soma de todas elas, perfaz o valor total do depósito.
<b>Total</b>	<b>18.227.140</b>	<b>27.030.611</b>	<b>8.803.472</b>	

29/11/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
OI S.A.	1.912.319	1.912.319	-	
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	16.410.964	16.410.964	-	
TNL PCS S.A.	1.334.357	1.334.357	-	
<b>Total</b>	<b>19.657.640</b>	<b>19.657.640</b>	<b>-</b>	

27/12/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
OI S.A.	1.214.546	1.214.546	-	
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	16.956.540	16.956.540	-	
TNL PCS S.A.	1.318.022	9.962.202	8.644.180	A diferença refere-se a notas fiscais de BH que foram pagas na mesma TED.
<b>Total</b>	<b>19.489.108</b>	<b>28.133.288</b>	<b>8.644.180</b>	

Teste de liquidação para as datas mais representativas do ano de 2013 em Niterói

28/02/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	5.029.838	5.029.838	-	
TNL PCS S.A.	7.896.284	7.896.284	-	
<b>Total</b>	<b>12.926.121</b>	<b>12.926.121</b>	<b>-</b>	

28/06/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
14 BRASIL TELECOM CELULAR	1.301.029	1.301.029	-	
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	4.793.268	5.060.950	267.682	Foi pago esse valor a maior. Essa diferença foi devolvida para Oi. Visualizamos no sistema SAP o lançamento de débito de adiantamento de cliente e posteriormente um crédito com esse mesmo valor e mesma conta contábil.
TNL PCS S.A.	7.024.905	7.401.104	376.199	Foi pago esse valor a maior. Essa diferença foi devolvida para Oi. Visualizamos no sistema SAP o lançamento de débito de adiantamento de cliente e posteriormente um crédito com esse mesmo valor e mesma conta contábil.
<b>Total</b>	<b>13.119.201</b>	<b>13.763.082</b>	<b>643.881</b>	

30/10/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
14 BRASIL TELECOM CELULAR	953.433	953.433	-	
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	4.847.170	5.057.347	210.177	Foi pago na mesma TED as notas fiscais 3333 e 3336 referente a um contrato por tempo determinado.
TNL PCS S.A.	6.263.766	6.263.766	-	
<b>Total</b>	<b>12.064.369</b>	<b>12.274.546</b>	<b>210.177</b>	

29/11/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
14 BRASIL TELECOM CELULAR	1.089.773	1.089.773	-	
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	4.814.827	4.880.942	66.115	Foi pago na mesma TED a nota fiscal 3354 referente a um contrato por tempo determinado.
TNL PCS S.A.	6.886.942	6.886.942	-	
<b>Total</b>	<b>12.791.541</b>	<b>12.857.656</b>	<b>66.115</b>	

27/12/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	5.383.821	5.383.821	-	
TNL PCS S.A.	6.832.096	6.832.096	-	
<b>Total</b>	<b>12.215.917</b>	<b>12.215.917</b>	<b>-</b>	

Teste de liquidação para as datas mais representativas do ano de 2013 em Recife

30/10/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
14 BRASIL TELECOM CELULAR	2.797.557	2.797.557	-	
OI S.A.	1.207.284	1.207.284	-	
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	13.456.969	17.102.129	3.645.160	Foi pago na mesma TED a NF 8515 referente à "BO Centro de Operações", serviço que não está contemplado nos contratos sob análise. Foi feito um contrato por tempo determinado para essa operação.
TNL PCS S.A.	13.158.628	13.158.628	-	
<b>Total</b>	<b>30.620.438</b>	<b>34.265.599</b>	<b>3.645.160</b>	

28/06/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
14 BRASIL TELECOM CELULAR	2.704.924	2.694.566	(10.358)	A Nota Fiscal 7411 sofreu retenção de IR pelo tomador de serviço.
OI S.A.	1.461.188	1.461.188	-	
PAGGO ADM DE CRÉDITO	31.866	239.172	207.306	Foi pago na mesma TED uma nota de BH e uma do RJ com os valores de R\$ 193.556,02 e R\$ 13.750,97 respectivamente.
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	12.051.316	12.051.316	-	
TNL PCS S.A.	14.131.528	14.131.528	-	
<b>Total</b>	<b>30.380.821</b>	<b>30.577.768</b>	<b>196.948</b>	

28/02/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
14 BRASIL TELECOM CELULAR	40.145	40.089	(56)	A NF 7512 sofreu retenção de IR pelo tomador
OI S.A.	2.002.345	1.887.056	(115.289)	As notas fiscais sofreram retenção de impostos pelo tomador. NFs 7515 até 7518 apenas retenção de ISS ; NF 7386 retenção de IR e ISS e a NF 7385 Pis, Cofins, CSLL e IR
PAGGO ADM DE CRÉDITO	31.866	231.644	199.779	Foi pago na mesma TED uma nota de BH e uma do RJ com os valores de R\$ 186.028,67 e R\$ 13.750,07 respectivamente.
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	12.311.839	12.311.839	-	
TNL PCS S.A.	14.686.335	14.686.335	-	
<b>Total</b>	<b>29.072.630</b>	<b>29.156.964</b>	<b>84.434</b>	

29/11/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
14 BRASIL TELECOM CELULAR	2.729.497	2.729.497	-	
OI S.A.	1.138.349	1.138.349	-	
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	12.199.663	13.529.289	1.329.626	Foi pago na mesma TED 6 notas fiscais referente à "BO Centro de Operações" ou "Cadastro de Equipamentos", serviços que não estão contemplados nos contratos sob análise. Foi feito um contrato por tempo determinado para essas operações.
TNL PCS S.A.	12.427.673	12.427.673	-	
<b>Total</b>	<b>28.495.182</b>	<b>29.524.808</b>	<b>1.329.626</b>	

27/12/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
OI S.A.	1.066.652	1.066.652	-	
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	11.280.298	18.171.785	6.891.487	Foi pago na mesma TED notas fiscais referente à "BO Centro de Operações" ou "Cadastro de Equipamentos", serviços que não estão contemplados nos contratos sob análise. Foi feito um contrato por tempo determinado para essas operações.
TNL PCS S.A.	12.711.682	12.711.682	-	
<b>Total</b>	<b>25.058.632</b>	<b>31.950.119</b>	<b>6.891.487</b>	

Teste de liquidação para as datas mais representativas do ano de 2013 em Salvador

27/12/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
OI S.A.	1.531.395	1.531.395	-	
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	6.319.738	6.319.738	-	
TNL PCS S.A.	7.960.352	7.960.352	-	
<b>Total</b>	<b>15.811.485</b>	<b>15.811.485</b>	<b>-</b>	

28/06/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
14 BRASIL TELECOM CELULAR	1.385.511	1.381.342	(4.169)	As NFs 6851, 6854 e 6953 sofreram retenção de IR pelo tomador.
OI S.A.	1.430.211	1.426.016	(4.195)	As NFs 6859, 6860 e 6961 sofreram retenção de IR pelo tomador.
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	4.430.105	4.430.105	-	
TNL PCS S.A.	7.309.538	7.309.538	-	
<b>Total</b>	<b>14.555.765</b>	<b>14.547.001</b>	<b>8.764</b>	

28/02/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
14 BRASIL TELECOM CELULAR	697.394	693.895	(3.499)	As NFs 6444, 6445, 6448 e 6450 sofreram retenção de IR pelo tomador.
OI S.A.	97.475	97.019	(457)	As NFs 6360, 6263, 6447 e 6449 sofreram retenção de IR pelo tomador.
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	5.644.282	5.644.282	-	
TNL PCS S.A.	6.820.474	6.820.474	-	
<b>Total</b>	<b>13.259.625</b>	<b>13.255.669</b>	<b>3.956</b>	

28/03/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
14 BRASIL TELECOM CELULAR	736.687	729.409	(7.278)	6 notas tiveram retenção de IR pelo tomador.
OI S.A.	256.507	245.509	(10.998)	As NFs sofreram retenção de impostos pelo tomador. NFs 6655, 6659 e 6651 ISS e IR. NFs 6653 e 6654 retenção de ISS.
TELEMAR INTERNET LTDA	1.739.639	1.739.639	-	
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	4.619.359	4.619.359	-	
TNL PCS S.A.	5.659.871	5.659.871	-	
<b>Total</b>	<b>13.012.064</b>	<b>12.993.788</b>	<b>18.276</b>	

30/10/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
14 BRASIL TELECOM CELULAR	342.220	342.220	-	
OI S.A.	1.338.897	1.338.897	-	
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	5.179.732	5.179.732	-	
TNL PCS S.A.	6.121.212	6.121.212	-	
<b>Total</b>	<b>12.982.061</b>	<b>12.982.061</b>	<b>-</b>	

Teste de liquidação para as datas mais representativas do ano de 2013 em São Paulo

28/02/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
TNL PCS S.A.	674.470	674.470	-	
<b>Total</b>	<b>674.470</b>	<b>674.470</b>	<b>-</b>	

07/02/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
TNL PCS S.A.	597.257	597.257	-	
<b>Total</b>	<b>597.257</b>	<b>597.257</b>	<b>-</b>	

01/04/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
TNL PCS S.A.	478.299	478.299	-	
<b>Total</b>	<b>478.299</b>	<b>478.299</b>	<b>-</b>	

06/05/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
TNL PCS S.A.	42.961	42.961	-	
<b>Total</b>	<b>42.961</b>	<b>42.961</b>	<b>-</b>	

03/05/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
TNL PCS S.A.	24.829	24.829	-	
<b>Total</b>	<b>24.829</b>	<b>24.829</b>	<b>-</b>	

Teste de liquidação para as datas mais representativas do ano de 2013 em Rio de Janeiro

28/06/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
OI S.A.	1.384.963	1.384.963	-	
PAGGO ADM DE CREDITO	13.750	13.750	-	
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	18.205.558	18.205.558	-	
TNL PCS S.A.	1.111.398	1.111.398	-	
<b>Total</b>	<b>20.715.669</b>	<b>20.715.669</b>	<b>-</b>	

27/12/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	18.406.273	18.856.496	450.223	Foi paga na mesma TED uma nota fiscal da Globo*
TNL PCS S.A.	1.125.274	1.125.274	-	
<b>Total</b>	<b>19.531.547</b>	<b>19.981.770</b>	<b>450.223</b>	

30/10/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
PAGGO ADM DE CREDITO	14.644	14.644	-	
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	17.614.512	17.614.512	-	
TNL PCS S.A.	1.060.817	1.060.817	-	
<b>Total</b>	<b>18.689.973</b>	<b>18.689.973</b>	<b>-</b>	

29/11/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
PAGGO ADM DE CREDITO	14.644	205.437	190.793	Foi pago na mesma TED a NF 8309 de Belo Horizonte no valor de R\$ 190.793,10
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	17.156.128	17.761.367	605.239	Foram pagas na mesma TED as NFs 13947 (R\$ 463.894,03) da Globo* e a NF 13923 (R\$ 141.344,64) referente a prestação de um tipo de serviço que foi negociado em um contrato apartado dos de 2004 e 2012. Essa contratação é para um serviço por tempo determinado ("Cadastro de Equipamentos").
TNL PCS S.A.	1.092.040	1.092.040	-	
<b>Total</b>	<b>18.262.812</b>	<b>19.058.844</b>	<b>796.032</b>	

28/02/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
OI S.A.	783.288	783.288	-	
PAGGO ADM DE CREDITO	13.750	13.750	-	
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	15.413.881	15.413.881	-	
TNL PCS S.A.	1.179.833	1.179.833	-	
<b>Total</b>	<b>17.390.752</b>	<b>17.390.752</b>	<b>-</b>	

30/07/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	13.597.182	13.597.182	-	
<b>Total</b>	<b>13.597.182</b>	<b>13.597.182</b>	<b>-</b>	

27/03/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	13.034.310	13.034.310	-	
TNL PCS S.A.	569.283	569.283	-	
<b>Total</b>	<b>13.603.593</b>	<b>13.603.593</b>	<b>-</b>	

26/09/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
OI S.A.	839.683	839.683	-	
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	10.430.565	10.430.565	-	
TNL PCS S.A.	632.309	632.309	-	
<b>Total</b>	<b>11.902.556</b>	<b>11.902.556</b>	<b>-</b>	

03/09/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	9.225.960	9.225.960	-	
TNL PCS S.A.	627.404	627.404	-	
<b>Total</b>	<b>9.853.363</b>	<b>9.853.363</b>	<b>-</b>	

29/08/2013				
Tomador	Somatório de pagamento no dia (R\$) - Base de dados	Valor no extrato bancário para o dia (R\$)	Diferença (R\$)	Motivo da divergência
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	7.994.992	7.994.992	-	
TNL PCS S.A.	517.401	517.401	-	
<b>Total</b>	<b>8.512.393</b>	<b>8.512.393</b>	<b>-</b>	

\* Segundo representantes da Contax, algumas notas fiscais emitidas contra a emissora de TV Globo são liquidadas pela Oi devido a uma negociação de dívida entre essas empresas. Visualizamos essa fatura no sistema SAP utilizado pela Contax.



Anexo V : Verificação do lastro

Região	Contrato	NF (Número interno)	Número da NFS-e (digitado KPM)	Valor	Ref KPMG	Vencimento	Ref KPMG	Tomador	Ref KPMG	ISS	Ref KPMG	Inspecção da NFS-e	Observação
Rio de Janeiro	VA	013655-1	304	1.204.184,83	✓	27/06/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	VA	13576	286	1.207.829,31	✓	21/05/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	VA	13700	2957	181.500,00	✓	24/07/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	VA	13818	325	973.202,91	✓	27/08/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	VA	13906	356	976.967,15	✓	25/09/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	VA	13954	363	981.744,32	✓	28/10/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	VA	13998	380	1.043.006,51	✓	28/11/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	VA	14056	386	1.040.610,34	✓	26/12/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	013636-1	2858	761.914,02	✓	24/06/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	013668-1	2893	697.555,97	✓	01/07/2013	✓	OI S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13314	2582	30.461,25	✓	25/01/2013	✓	OI S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13570	282	290.347,45	✓	17/05/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13571	2795	623.501,78	✓	17/05/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13646	2872	1.268.773,28	✓	27/06/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13746	2962	246.947,40	✓	30/07/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13755	2960	136.624,32	✓	30/07/2013	✓	OI S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13756	2928	749.195,02	✓	23/07/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13823	3017	100.405,04	✓	29/08/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13844	3031	214.449,43	✓	30/08/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13846	3038	1.550.312,20	✓	28/08/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13902	3080	2.771.246,97	✓	25/09/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13927	3092	398.946,35	✓	17/10/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13970	3124	2.839.789,00	✓	31/10/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	VA	013654-1	2891	6.838.419,94	✓	27/06/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	VA	013667-1	2889	129.300,14	✓	01/07/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	VA	13343	2612	5.321.404,70	✓	28/01/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	VA	13344	2613	11.118,38	✓	28/01/2013	✗	TNL PCS S.A.	✓	5%	✓	✓	Vencimento: 21/12/2012
Rio de Janeiro	VA	13345	236	1.599.899,44	✓	28/01/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	VA	13409	2660	7.202.476,61	✓	27/02/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	VA	13410	253	1.832.676,85	✓	27/02/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	VA	13473	2722	5.193.786,52	✓	27/03/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	VA	13522	2767	5.426.577,64	✓	25/04/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	VA	13577	2836	5.563.856,42	✓	21/05/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	VA	13701	2956	6.454.491,67	✓	24/07/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	VA	13820	3010	3.114.028,22	✓	28/08/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	VA	13845	3036	3.908.663,47	✓	30/08/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	VA	13905	3083	5.622.629,65	✓	25/09/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	VA	13963	3311	5.657.328,86	✓	29/10/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	VA	13997	3145	6.461.961,82	✓	28/11/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	VA	14055	3185	6.826.335,46	✓	26/12/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	013640-1	301	79.564,88	✓	25/06/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	013665-1	2876	102.578,25	✓	28/06/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13377	2630	89.076,02	✓	01/02/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13315	2583	793.707,54	✓	25/01/2013	✓	OI S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13397	2657	93.487,03	✓	26/02/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	

Região	Contrato	Nº (Número Interno)	Número da NFS-e (digitado KPM)	Valor	Ref KPMG	Vencimento	Ref KPMG	Tomador	Ref KPMG	ISS	Ref KPMG	Inspeção da NFS-e	Observação
Rio de Janeiro	EX-VA	13412	2672	169.371,59	✓	28/02/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13421	2666	84.738,53	✓	28/02/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13461	2707	50.542,11	✓	27/03/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13408	2679	13.750,07	✓	27/02/2013	✓	PAGGO ADM DE CRÉDITO	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13514	2754	93.487,03	✓	24/04/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13419	2665	1.880.969,38	✓	28/02/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13529	2765	79.565,53	✓	26/04/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13717	2950	124.779,94	✓	26/07/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13726	2951	93.487,03	✓	25/07/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13751	2940	98.058,89	✓	30/07/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13474	2726	569.283,05	✓	27/03/2013	✓	TNL PCS S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13838	3039	6.075,66	✓	29/08/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13858	339	21.039,80	✓	29/08/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13860	337	2.673,28	✓	29/08/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13895	3075	117.444,55	✓	24/09/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13901	3076	143.864,62	✓	25/09/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13985	3144	53.827,35	✓	26/11/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13989	3143	98.291,82	✓	26/11/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	14021	3146	492.318,61	✓	28/11/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	14041	3167	53.827,35	✓	20/12/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	14052	3176	97.443,91	✓	25/12/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	013641-1	303	322.531,71	✓	26/06/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13599	2810	1.883.030,83	✓	24/05/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13611	2831	20.337,23	✓	28/05/2013	✓	TNL PCS S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13647	2888	13.750,07	✓	27/06/2013	✓	PAGGO ADM DE CRÉDITO	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13648	2887	589.620,27	✓	27/06/2013	✓	TNL PCS S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13360	239	323.129,15	✓	30/01/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13365	240	75.299,57	✓	31/01/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13422	257	771.184,49	✓	28/02/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13460	263	41.127,45	✓	26/03/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13480	2724	576.233,99	✓	28/03/2013	✗	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	Vencimento: 27/03/2013
Rio de Janeiro	EX-VA	13741	2947	256.402,66	✓	30/07/2013	✓	TNL PCS S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13743	2944	49.998,51	✓	30/07/2013	✓	TNL PCS S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13487	267	762.544,44	✓	28/03/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13511	272	73.339,83	✓	23/04/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13512	271	79.564,88	✓	23/04/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13524	2766	649.836,87	✓	26/04/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13527	278	527.324,47	✓	26/04/2013	✓	TNL PCS S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13836	3021	563.915,27	✓	29/08/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13532	276	148.881,62	✓	26/04/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13535	275	626.364,61	✓	26/04/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13587	287	148.881,62	✓	23/05/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13719	317	570.496,88	✓	29/07/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13720	316	506.581,35	✓	29/07/2013	✓	TNL PCS S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%

Região	Contrato	NF (Número interno)	Número da NFS-e (digitado KPM)	Valor	Ref KPMG	Vencimento	Ref KPMG	Tomador	Ref KPMG	ISS	Ref KPMG	Inspecção da NFS-e	Observação
Rio de Janeiro	EX-VA	13730	321	41.127,45	✓	26/07/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13747	312	63.215,48	✓	30/07/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13760	2958	12.260,74	✓	31/07/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13761	2959	45.391,93	✓	31/07/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13832	3025	646.925,62	✓	28/08/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	13878	345	569.199,38	✓	20/09/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13942	362	332.662,92	✓	24/10/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	13959	367	84.736,60	✓	28/10/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	14044	3180	14.643,82	✓	23/12/2013	✓	PAGGO ADM DE CRÉDITO	✓	5%	✓	✓	
Rio de Janeiro	EX-VA	14040	385	43.800,73	✓	20/12/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
Rio de Janeiro	EX-VA	14059	387	84.736,60	✓	26/12/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✗	✓	ISS 2%
BH	EX-VA	8266	2013/742	115.336,25	✓	04/11/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	2%	✓	✓	
BH	VA	007905-1	2013/371	790.237,56	✓	28/06/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	2%	✓	✓	
BH	EX-VA	7650	2013/91	668.934,68	✓	28/02/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	2%	✓	✓	
BH	EX-VA	8390	2013/873	1.086.078,57	✓	27/12/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	2%	✓	✓	
BH	EX-VA	8236	2013/696	2.490.165,32	✓	25/10/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	2%	✓	✓	
Fortaleza	EX-VA	5617	1528	834.968,53	✓	28/11/2013	✓	TNL PCS S.A.	✓	5%	✓	✓	
Fortaleza	VA	5661	1570	6.420.939,11	✓	26/12/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	Vencimento: 19/12/2013
Fortaleza	VA	5257	1174	8.603.107,59	✓	27/02/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Fortaleza	EX-VA	5344	1264	2.166.969,97	✓	26/04/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	Vencimento: 19/04/2013
Fortaleza	EX-VA	5586	1497	2.098.455,29	✓	30/10/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	5%	✓	✓	
Niteroi	EX-VA	003256-1	00000081	129.822,62	✓	27/06/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	3%	✓	✓	
Niteroi	EX-VA	3190	00000018	901.566,45	✓	26/02/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	3%	✓	✓	
Niteroi	VA	3389	00000195	1.089.772,63	✓	28/11/2013	✓	14 BRASIL TELECOM CELULAR	✓	3%	✓	✓	
Niteroi	EX-VA	3393	00000209	1.006.230,09	✓	19/12/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	3%	✓	✓	
Niteroi	VA	3372	00000182	225.261,37	✓	28/10/2013	✓	14 BRASIL TELECOM CELULAR	✓	3%	✓	✓	
Recife	VA	8380	5618	182.064,62	✓	28/10/2013	✓	14 BRASIL TELECOM CELULAR	✓	2%	✓	✓	
Recife	EX-VA	007968-1	5214	254.529,96	✓	01/07/2013	✓	14 BRASIL TELECOM CELULAR	✓	2%	✓	✓	
Recife	EX-VA	7514	4710	35.996,62	✓	25/02/2013	✓	14 BRASIL TELECOM CELULAR	✓	2%	✓	✓	
Recife	VA	8493	5709	2.908.846,06	✓	28/11/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	2%	✓	✓	
Recife	VA	8578	5803	4.831.060,00	✓	26/12/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	2%	✓	✓	
Salvador	EX-VA	7735	20131351	64.368,82	✓	29/11/2013	✓	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	✓	2%	✓	✓	
Salvador	EX-VA	006851-1	201344	89.052,35	✓	23/05/2013	✓	14 BRASIL TELECOM CELULAR	✓	2%	✓	✓	
Salvador	EX-VA	6450	201310	75.706,91	✓	29/01/2013	✓	14 BRASIL TELECOM CELULAR	✓	2%	✓	✓	
Salvador	EX-VA	6660	2013238	251.402,96	✓	26/03/2013	✓	14 BRASIL TELECOM CELULAR	✓	2%	✓	✓	
Salvador	EX-VA	7563	2013216	119.019,94	✓	25/10/2013	✓	TNL PCS S.A.	✓	2%	✓	✓	
SP	EX-VA	15514	12864	28.109,44	✓	28/02/2013	✓	TNL PCS S.A.	✓	5%	✓	✓	
SP	EX-VA	15439	12788	230.692,01	✓	04/02/2013	✓	TNL PCS S.A.	✓	5%	✓	✓	
SP	EX-VA	15672	13038	147.506,91	✓	29/03/2013	✓	TNL PCS S.A.	✓	5%	✓	✓	
SP	EX-VA	15780	13160	2.667,57	✓	26/04/2013	✓	TNL PCS S.A.	✓	5%	✓	✓	
SP	EX-VA	15789	13153	793,86	✓	29/04/2013	✓	TNL PCS S.A.	✓	5%	✓	✓	

Legenda
✓ Sem divergência
✗ Com divergência

Anexo VI - Evolução das liquidações com atraso no tempo

AnoMesNF	Antecipações	Liquidadas no Vencimento	Liquidadas com atraso de 1 a 5 dias	Liquidadas com atraso de 6 a 15 dias	Liquidadas com atraso de 16 a 30 dias	Liquidadas com atraso de 31 a 60 dias	Liquidadas com atraso de 61 a 90 dias	Liquidadas com atraso de 91 a 120 dias	Liquidadas com atraso de 121 a 180 dias	Liquidadas com atraso > 180 dias	Somatório do valor das faturas - (R\$1000)	Liquidadas até o vencimento	Liquidadas até 5 dias de atraso	Liquidadas até 15 dias de atraso	Liquidadas até 30 dias de atraso	
jan/11	468	66.725	20.123	1.352	527	-	-	-	-	-	89.195	75,3%	97,9%	99,4%	100,0%	
fev/11	21.782	66.737	2.183	8.433	172	-	-	-	-	-	99.287	89,2%	91,4%	99,8%	100,0%	
mar/11	21	68.318	26.588	2.870	-	-	-	-	-	-	97.796	69,9%	97,1%	100,0%	100,0%	
abr/11	-	68.170	23.285	7.173	-	-	-	-	-	-	98.628	69,1%	92,7%	100,0%	100,0%	
mai/11	-	76.488	34.971	407	-	-	-	-	-	-	111.867	68,4%	99,6%	100,0%	100,0%	
jun/11	-	93.134	12.048	7.304	-	-	-	-	-	-	112.486	82,8%	93,5%	100,0%	100,0%	
jul/11	-	83.821	22.073	6.635	-	-	-	-	-	-	112.529	74,5%	94,1%	100,0%	100,0%	
ago/11	3.244	92.646	13.772	6.932	-	-	-	-	-	-	116.594	82,2%	94,1%	100,0%	100,0%	
set/11	-	50.190	58.510	992	-	-	-	-	-	-	109.692	45,8%	99,1%	100,0%	100,0%	
out/11	424	47.784	53.002	5.935	-	-	-	-	-	-	107.145	45,0%	94,5%	100,0%	100,0%	
nov/11	1.178	58.402	46.287	184	-	-	-	-	-	-	106.050	56,2%	99,8%	100,0%	100,0%	
dez/11	59.721	38.446	20.552	5.759	62	458	-	-	-	-	124.999	78,5%	95,0%	99,6%	99,6%	
jan/12	-	89.544	12.344	-	-	-	-	-	-	-	101.888	87,9%	100,0%	100,0%	100,0%	
fev/12	6.485	80.065	32.814	56	-	-	-	-	210	-	119.633	72,3%	99,8%	99,8%	99,8%	
mar/12	289	65.142	48.076	1.110	-	8	-	-	426	-	115.051	56,9%	98,7%	99,6%	99,6%	
abr/12	24.377	81.655	8.591	-	-	-	-	-	-	-	114.623	92,5%	100,0%	100,0%	100,0%	
mai/12	110	91.509	21.365	2.128	-	-	-	94	-	-	115.207	79,5%	98,1%	99,9%	99,9%	
jun/12	36.320	62.292	21.178	2.572	-	2.258	-	-	-	-	124.621	79,1%	96,1%	98,2%	98,2%	
jul/12	5.325	51.912	62.490	1.204	-	113	-	-	-	-	121.045	47,3%	98,9%	99,9%	99,9%	
ago/12	4.165	92.829	26.478	2.050	2.257	-	-	-	-	-	127.779	75,9%	96,6%	98,2%	100,0%	
set/12	171	109.442	14.824	561	1.809	633	-	-	-	-	127.440	86,0%	97,6%	98,1%	99,5%	
out/12	-	106.088	13.112	1.880	-	-	-	-	-	-	121.079	87,6%	98,4%	100,0%	100,0%	
nov/12	1.895	70.263	57.651	2.445	87	77	520	7	8	-	132.961	54,3%	97,6%	99,5%	99,5%	
dez/12	-	98.148	33.440	1.193	1.433	68	8	69	-	-	134.359	73,0%	97,9%	98,8%	99,9%	
jan/13	15.828	82.903	22.517	18	1.351	1.904	730	-	691	177	126.120	78,3%	96,1%	96,2%	97,2%	
fev/13	1	21.864	99.946	11.441	61	327	656	-	1.315	-	135.611	16,1%	89,8%	98,3%	98,3%	
mar/13	2.808	102.866	17.527	1.658	-	662	-	-	11	-	125.531	84,2%	98,1%	99,5%	99,5%	
abr/13	-	107.036	14.240	3.537	-	40	68	-	1.461	-	126.382	84,7%	96,0%	98,8%	98,8%	
mai/13	115	102.437	13.687	-	570	6.052	1.178	4.019	1.439	2	129.498	79,2%	89,8%	89,8%	90,2%	
jun/13	11.323	34.397	76.867	-	1.631	3.567	-	-	-	-	127.785	35,8%	95,9%	95,9%	97,2%	
jul/13	0	3.214	77.505	56.703	6.361	695	-	-	-	-	144.478	2,2%	55,9%	95,1%	99,5%	
ago/13	-	65.350	59.595	2.212	1.199	10	-	-	-	-	128.366	50,9%	97,3%	99,1%	100,0%	
set/13	-	25.069	99.133	5.384	-	-	-	-	-	-	129.586	19,3%	95,8%	100,0%	100,0%	
out/13	5.919	11.560	91.553	7.449	4.643	-	-	-	-	-	121.125	14,4%	90,0%	96,2%	100,0%	
nov/13	-	10.503	106.452	2.951	2.463	-	-	-	-	-	122.369	8,6%	95,6%	98,0%	100,0%	
dez/13	-	5.119	110.907	7.455	-	-	-	-	-	-	123.482	4,1%	94,0%	100,0%	100,0%	
Total		201.968	2.382.070	1.475.686	167.962	24.625	16.873	3.267	4.095	5.560	180	4.282.286	60,3%	94,8%	98,7%	99,3%



© 2014 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPDS 90342)

O nome KPMG, o logotipo e "cutting through complexity" são marcas registradas ou comerciais da KPMG International.

---

• Demonstrações Financeiras da Telemar Norte Leste

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**TELEMAR NORTE LESTE S.A.**

CNPJ 33.000.118/0001-79

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Senhores Acionistas,**

A administração da TELEMAR NORTE LESTE S.A. (TMAR) submete o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

**Perfil Corporativo e Desempenho Operacional**

A TMAR é uma das principais provedoras de serviços de telefonia fixa do Brasil, prestando serviços em 16 estados da Federação que compõem a Região I do Plano Geral de Outorgas.

	2012	2013	Var. %
<b>Planta Região I</b>	<b>15.612</b>	<b>14.911</b>	<b>-4%</b>
Fixa	11.693	10.871	-7%
Velox	3.426	3.553	4%
ITV	493	487	-1%

Em milhares

A nossa planta de telefonia fixa encerrou 2013 com 10,8 milhões de clientes na Região I, um decréscimo de 7% em relação ao ano anterior. Somos a principal empresa de telefonia fixa da Região I com uma participação no mercado de 66,4%, segundo a ANATEL(\*).

No Velox encerramos 2013 com uma base de 3,6 milhões de clientes, que representa um acréscimo de 4% em relação a 2012.

A planta de TV da Oi fechou 2013 com 0,5 milhões de clientes, que representa um decréscimo de 1% em relação a 2012.

(\* ) A última informação disponibilizada pela ANATEL para o mercado de fixa foi de 31/ago.

**Desempenho Econômico-Financeiro.**

A receita líquida consolidada foi de R\$ 23.348 milhões em 2013, um acréscimo de 9,9% em relação ao ano anterior.

A TMAR registrou EBITDA de R\$ 5.550 milhões em 2013, um decréscimo de 2,3% no comparativo com o ano passado. A Companhia encerrou 2013 com um lucro líquido de R\$ 761 milhões, representando decréscimo de 50,4% em relação à 2012.

**Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa companhia durante todo o período pós privatização em geral e, particularmente, em 2013. Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal que tanto contribuíram para o crescimento da Oi ao longo do ano.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012			2013	2012	2013	2012
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	9	747.323	1.141.393	1.910.874	1.819.633	Salários, encargos sociais e benefícios		268.471	347.481	453.466	453.345
Aplicações financeiras	9	86.866	641.682	362.529	1.029.791	Fornecedores		2.095.417	1.972.972	3.927.415	3.140.304
Instrumentos financeiros derivativos	18	86.442	148.909	86.442	148.909	Empréstimos e financiamentos	17	944.268	992.879	1.896.074	1.136.449
Contas a receber	10	3.832.695	3.016.535	5.905.726	5.014.073	Instrumentos financeiros derivativos	18	100.319	115.150	100.319	115.150
Estoques		84.237	90.955	406.355	363.347	Tributos correntes a recolher	11	23.897	35.169	324.866	809.001
Tributos correntes a recuperar	11	271.194	367.297	797.590	1.254.923	Outros tributos	12	304.038	580.604	926.203	807.511
Outros tributos	12	395.958	498.357	897.154	749.114	Dividendos e juros sobre o capital próprio	23	683.075	381.098	684.791	381.098
Dividendos e juros sobre o capital próprio	25	940.813	573.037			Autorizações e concessões a pagar	19		87.642	457.173	784.292
Depósitos e bloqueios judiciais	13	204.803	252.635	245.558	296.652	Programa de refinanciamento fiscal	20	43.074	45.452	47.464	46.752
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25			839		Provisões para fundos de pensão	24		220		
Demais ativos		736.676	453.713	1.307.823	713.282	Provisões	21	361.563	383.821	453.232	465.324
		<b>7.387.007</b>	<b>7.184.513</b>	<b>11.920.890</b>	<b>11.389.724</b>	Demais obrigações	22	159.910	322.587	1.028.397	916.097
<b>Não circulante</b>								<b>4.984.032</b>	<b>5.264.855</b>	<b>10.299.620</b>	<b>9.055.323</b>
Aplicações financeiras	9	1.527		82.247	44.607	<b>Não circulante</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	18	518.482	102.706	518.482	102.706	Empréstimos e financiamentos	17	9.570.111	10.382.695	12.505.117	10.825.508
Ativo financeiro disponível para venda	3.1 (i)	914.216	905.829	914.216	905.829	Instrumentos financeiros derivativos	18	63.276	79.421	63.276	79.421
Creditos com partes relacionadas	26	1.101.817	895.057	2.089.788	5.469.485	Outros tributos	12	650.238	1.343.906	1.137.394	1.613.955
Tributos diferidos a recuperar	11	2.687.018	2.673.588	3.956.803	3.000.555	Autorizações e concessões a pagar	19		1.027.234	602.071	
Outros tributos	12	431.961	329.266	644.848	457.511	Programa de refinanciamento fiscal	20	459.532	450.822	502.939	459.025
Depósitos e bloqueios judiciais	13	3.305.102	3.202.728	3.982.016	3.602.952	Provisões para fundos de pensão	24		280		
Ativo relacionado aos fundos de pensão	24			1.869		Provisões	21	1.578.529	1.750.719	1.731.332	1.816.997
Demais ativos		242.279	242.739	549.077	309.795	Demais obrigações	22	1.421.018	142.671	1.514.519	274.221
Investimentos	14	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888			<b>13.742.704</b>	<b>14.150.234</b>	<b>18.482.091</b>	<b>15.671.198</b>
Imobilizado	15	11.296.004	10.439.061	19.436.200	16.771.469	<b>Patrimônio líquido</b>	23				
Intangível	16	671.572	594.964	3.659.497	3.119.571	Capital social		11.661.092	11.628.775	11.661.092	11.628.775
		<b>30.472.098</b>	<b>32.842.147</b>	<b>35.993.190</b>	<b>33.948.368</b>	Reservas de capital		1.667.417	1.667.530	1.667.417	1.667.530
<b>Total do ativo</b>		<b>37.859.105</b>	<b>40.026.660</b>	<b>47.914.080</b>	<b>45.338.092</b>	Reservas de lucro		5.886.128	7.379.624	5.886.128	7.379.624
						Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações		(90.980)	(90.980)	(90.980)	(90.980)
						Ajuste de avaliação patrimonial		8.712	26.622	8.712	26.622
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>19.132.369</b>	<b>20.611.571</b>	<b>19.132.369</b>	<b>20.611.571</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>37.859.105</b>	<b>40.026.660</b>	<b>47.914.080</b>	<b>45.338.092</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	4	12.686.440	11.954.372	23.348.138	21.229.513
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(8.495.237)	(8.728.170)	(13.617.969)	(11.859.057)
<b>Lucro bruto</b>		<b>4.191.203</b>	<b>3.226.202</b>	<b>9.730.169</b>	<b>9.370.456</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	14	740.419	2.448.929	(17.750)	(15.548)
Despesas com vendas	5	(2.103.741)	(1.975.126)	(4.803.343)	(4.047.584)
Despesas gerais e administrativas	5	(1.139.288)	(1.269.458)	(2.300.806)	(2.200.070)
Outras receitas operacionais	6	792.740	775.639	1.277.398	1.261.019
Outras despesas operacionais	6	(985.614)	(1.087.746)	(1.754.407)	(1.678.670)
		<b>(2.695.484)</b>	<b>(1.117.762)</b>	<b>(7.598.908)</b>	<b>(6.680.853)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		<b>1.495.719</b>	<b>2.108.440</b>	<b>2.131.261</b>	<b>2.689.603</b>
Receitas financeiras	7	764.653	773.234	1.064.038	1.378.635
Despesas financeiras	7	(1.453.696)	(1.619.717)	(2.038.032)	(1.973.440)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(689.043)</b>	<b>(846.483)</b>	<b>(973.994)</b>	<b>(594.805)</b>
<b>Lucro antes das tributações</b>		<b>806.676</b>	<b>1.261.957</b>	<b>1.157.267</b>	<b>2.094.798</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	8	(46.460)	(7.117)	(334.801)	(834.605)
Diferido	8	914	309.817	(61.336)	274.635
		<b>(45.546)</b>	<b>302.700</b>	<b>(396.137)</b>	<b>(559.970)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>761.130</b>	<b>1.564.657</b>	<b>761.130</b>	<b>1.534.828</b>
Lucro líquido atribuído aos controladores					
Lucro (prejuízo) atribuído aos não controladores					(29.829)
Lucro básico e diluído por ação (ordinária e preferencial) (R\$)	23(g)	2,21	4,56	2,21	4,56

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>761.130</b>	<b>1.564.657</b>	<b>761.130</b>	<b>1.534.828</b>
Perda de contabilidade de "hedge"		(20.105)	(25.970)	(20.105)	(25.970)
Ganho atuarial reflexo		2.195		2.195	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>743.220</b>	<b>1.538.687</b>	<b>743.220</b>	<b>1.508.858</b>
Resultado abrangente atribuído ao controlador		743.220	1.538.687	743.220	1.538.687
Resultado abrangente atribuído ao não controlador					(29.829)
Os itens na demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua

[illegible]

continuação

**TELEMAR NORTE LESTE S.A.**

CNPJ 33.000.118/0001-79

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Telemar Norte Leste S.A. ("Companhia" ou "TMAR"), sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro na Rua General Polidoro, nº 99, é uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral da Oi S.A. ("Oi" ou "Controladora").

A TMAR é a principal prestadora de serviços de telefonia fixa na sua área de atuação na Região I do PGO – Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá (exceto no Setor 3 da referida região, que corresponde a 57 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais, onde a CTBC - Companhia de Telecomunicações do Brasil Central opera). A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia possui ainda: (i) concessão da ANATEL para a prestação do serviço de longa distância nacional na mesma região, bem como concessão para o serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; (ii) através da subsidiária TNL PCS S.A. ("TNL PCS"), autorização para prestação de serviço de telefonia móvel nas Regiões I e III e (iii) através da controlada Oi Móvel S.A. ("Oi Móvel") a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel na Região II.

Os contratos de concessão do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinzenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. As vigências dos contratos de autorizações se encontram divulgadas na Nota 16.

A autorização para a conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na Reunião de Diretoria, realizada em 7 de abril de 2014.

As participações em controladas da Companhia estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta Indireta Direta Indireta			
		2013	2013	2012	2012
TNL PCS S.A. ("TNL PCS") (i)	Telefonia Móvel – Regiões I e III	99,99%	0,01%	99,99%	0,1%
Oi Móvel S.A. ("Oi Móvel")	Telefonia móvel – Região II	100%			
Paggo Empreendimentos S.A. ("Paggo")	Sistemas de pagamentos e de crédito			100%	100%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda ("Paggo Acquirer")	Sistemas de pagamentos e de crédito			100%	100%
Paggo Administradora de Crédito Ltda. ("Paggo Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito			100%	100%
Copart 4 Participações S.A. ("Copart 4")	Investimentos em propriedades	100%		100%	
Copart 5 Participações S.A. ("Copart 5")	Investimentos em propriedades	100%			
Telemar Internet Ltda. ("Oi Internet")	Internet	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Dommo")	Compra e venda de imóveis	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
SERDE – Serviços de Rede S.A. ("Serde")	Serviços de Rede	99,99%		99,99%	
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BRT Multimídia")	Trafégo de dados	99,99%	0,01%		
Bt Card Serviços Financeiros Ltda. ("Bt Card")	Serviços financeiros	99,99%	0,01%		
Brasil Telecom Call Center S.A. ("Bt Call Center")	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	100%			
Bt Serviços de Internet S.A. ("BtI")	Holding	100%			
Internet Group do Brasil S.A. ("IG")	Internet	0,01%	99,99%		
Oi Paraguay Comunicaciones SRL ("Oi Paraguay")	Trafégo de dados		100%		
Pointer Networks S.A. ("Pointer")	Internet Wifi		100%		100%
VEX Wifi Tec España S.L.	Internet Wifi		100%		100%
VEX Venezuela C.A.	Internet Wifi		100%		100%
VEX Wifi S.A.	Internet Wifi		100%		100%
VEX Ukraine LLC	Internet Wifi		90%		90%
VEX USA Inc	Internet Wifi		100%		100%
VEX Bolivia	Internet Wifi		100%		100%
Pointer Networks S.A. – SUC Argentina	Internet Wifi		100%		100%
VEX Wifi Canada Ltd	Internet Wifi		100%		100%
VEX Chile Networks Serv Tec Ltda	Internet Wifi		100%		100%
VEX Colombia Ltda	Internet Wifi		100%		100%
VEX Paraguay S.A.	Internet Wifi		100%		100%
Pointer Peru S.A.C.	Internet Wifi		100%		100%
VEX Portugal S.A.	Internet Wifi		98,58%		98,58%
VEX Panamá S.A.	Internet Wifi		100%		100%
Circuito das Águas Telecomunicações S.A.	Investimentos em propriedades	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Caryopceae Participações S.A.	Investimentos em propriedades	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Bryophyta SP Participações S.A.	propriedades		100%		100%

(i) Empresa incorporada em fevereiro de 2014, conforme Nota 28.

As participações em negócios em conjunto são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta Indireta Direta Indireta			
		2013	2013	2012	2012
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Trafégo de dados	50%		50%	
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções")	Financeira		50%		50%

**(a) Reorganização Societária****Reorganização Societária de 2013**

Em 31 de janeiro de 2013, em continuidade ao processo de Reorganização Societária, o Conselho de Administração, autorizou a Oi a aumentar o capital social na Companhia, no valor de R\$ 32.317, mediante as seguintes alterações societárias:

(i) redução de capital da TNL PCS pela Companhia em compensação a liquidação das debêntures privadas e mútuos a receber da Oi;

(ii) transferência de investimentos detidos pela Oi nas subsidiárias, Oi Móvel, Bt Multimídia, BtI, Bt Card, Bt Call Center e Copart 5 para Companhia em compensação aos créditos de debêntures privadas e mútuos a receber da controladora Oi;

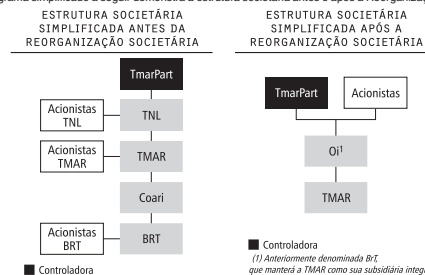
(iii) dividendos a pagar da Companhia em compensação aos créditos de debêntures privadas e mútuos a receber da controladora Oi.

Tal Reorganização visa a simplificação da estrutura societária, redução das dívidas entre as controladas da Oi e ganhos de sinergia operacional.

**Reorganização Societária de 2012**

Em Assembléias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (TNL, TMAR, Coari e Oi) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari, seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela Oi, que passa a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e passa a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, leve a sua denominação social alterada para Oi S.A. por ocasião dessas Assembléias Gerais.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária antes e após a Reorganização Societária:



A Reorganização Societária teve por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, resultando em criação de valor para todos os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificar a estrutura societária, anteriormente dividida em três companhias abertas e sete diferentes classes e espécies de ações, unificando as bases acionárias das Companhias Oi em uma única empresa com duas espécies diferentes de ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior;
- Reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros, após a consolidação da administração das companhias Oi, a simplificação da sua estrutura de capital e o aprimoramento da sua capacidade para atrair investimentos e acessar mercados de capitais;
- Alinhar os interesses dos acionistas da TNL, da TMAR e da Oi;
- Possibilitar o aumento da liquidez das ações da Oi; e
- Eliminar os custos decorrentes da listagem separada das ações da TNL, da TMAR e da Oi e aqueles decorrentes das obrigações de divulgação pública de informações pela TNL, pela TMAR e pela Oi, separadamente.

Na AGE - Assembleia Geral Extraordinária da Oi de 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada, inclusive, a proposta de bonificação em ações preferenciais resgatáveis de emissão da Oi atribuídas exclusivamente aos acionistas da Oi anteriores à incorporação, pelo valor total de R\$ 1,5 bilhões. A data base da bonificação aos acionistas cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA e para os acionistas cujas ações são negociadas na NYSE - "New York Stock Exchange" foi o dia 29 de março de 2012 (data do fim do prazo para o exercício do direito de retirada). Sendo assim, a partir do dia 30 de março, inclusive, as negociações dessas ações em bolsa foram realizadas ex-bonificação. A partir do dia 9 de abril de 2012, o valor do resgate das ações resgatáveis foi pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social e na data foi pago o valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes da TNL e da TMAR, o qual montou a R\$ 2,0 bilhões. O valor das ações resgatadas acima foi deduzido no cálculo das relações de substituição deliberada.

Abaixo são apresentadas as relações de troca de ações decorrentes das incorporações da TNL e Coari na Oi, a saber:

Ação original / Ação em substituição	Relação de substituição
TNL P3 / BRT03	2,3122
TNL P4 / BRT04	2,1428
TNL P4 / BRT03	1,8581
TMAR3 / BRT03	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRT04	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRT03	3,8620

As ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. passaram a ser negociadas, já sob seu novo código, OIBR3 e OIBR4 respectivamente, a partir de 9 de abril de 2012.

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária teve anuência da ANATEL, concedida em 27 de outubro de 2011. Adicionalmente, as ações que foram emitidas pela Oi S.A. nesse contexto, foram registradas junto à SEC, assim como foi obtida a anuência dos credores das Companhias Oi para a implementação da Reorganização Societária, quando aplicável.

A contabilização dos efeitos de todas as etapas da Reorganização Societária foi efetuada com base nos acervos líquidos contábeis de cada sociedade, prospectivamente. O impacto no patrimônio líquido da Oi e de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas dela resultante foi um acréscimo de R\$ 70.100 e um decréscimo de R\$ 4.863.097, respectivamente.

Em decorrência da Reorganização Societária os saldos patrimoniais e de resultado da Oi e de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram impactados a partir da data da aprovação da operação, em 27 de fevereiro de 2012, e no que se refere ao resultado a partir de 28 de fevereiro de 2012, quando passaram a não incluir os saldos e transações decorrentes das operações da Oi e suas controladas da Região II do PGO – Plano Geral de Outorgas.

**Outras incorporações realizadas em 2012**

Durante os meses de outubro e novembro de 2012 foram realizadas diversas incorporações envolvendo "holdings" e companhias inativas visando à simplificação da estrutura societária. O patrimônio líquido das empresas incorporadas foi avaliado com base no seu valor contábil.

(i) Incorporação da Tombosa, Tete e Carpi pela TMAR em 30 de novembro de 2012;

(ii) Incorporação da Blackpool pela Oi Internet em 1 de dezembro de 2012; e

(iii) Incorporação da TNCP pela TMAR em 31 de dezembro de 2012.

**2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

**(a) Base de elaboração**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

**Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS - "International Financial Reporting Standards" emitidos pelo IASB - "International Accounting Standards Board" e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

**Demonstrações Financeiras Individuais**

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

As Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Demonstrações Financeiras Individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

**(b) Adoção de nova prática contábil**

Na apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2012 foram efetuados ajustes visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos da adoção do CPC 19 (R2), com vigência a partir de 1 de janeiro de 2013. Em conformidade com o parágrafo 40º do CPC 26 (R2), a Companhia não está apresentando um terceiro balanço patrimonial, referente ao início do período anterior, devido ao fato que a aplicação retrospectiva das referidas normas não teria impacto material sobre o balanço patrimonial de 1 de janeiro de 2012.

continuação

## TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

Os ajustes efetuados na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012 seguem demonstrados nos quadros abaixo:

	<b>Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012</b>	<b>Investimento controlado em conjunto (I)</b>	<b>Saldos ajustados em 31/12/2012</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>11.396.541</b>	<b>(6.817)</b>	<b>11.389.724</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.824.514	(4.881)	1.819.633
Aplicações financeiras	1.029.791		1.029.791
Instrumentos financeiros derivativos	148.909		148.909
Contas a receber	5.015.037	(964)	5.014.073
Estoque	363.347		363.347
Tributos correntes a recuperar	1.254.977	(54)	1.254.923
Outros tributos	749.114		749.114
Depósitos e bloqueios judiciais	296.652		296.652
Demaís ativos	714.200	(918)	713.282
<b>Ativo não circulante</b>	<b>33.947.763</b>	<b>605</b>	<b>33.948.368</b>
Aplicações financeiras	44.607		44.607
Instrumentos financeiros derivativos	102.706		102.706
Ativo financeiro disponível para venda	905.829		905.829
Créditos com partes relacionadas	5.469.485		5.469.485
Tributos diferidos a recuperar	3.002.265	(1.710)	3.000.555
Outros tributos	457.511		457.511
Depósitos e bloqueios judiciais	3.603.158	(206)	3.602.952
Demaís ativos	357.593	(47.798)	309.795
Investimentos	65.006		163.888
Imobilizado	16.778.432	(6.963)	16.771.469
Intangível	3.161.171	(41.600)	3.119.571
<b>Ativo total</b>	<b>45.344.304</b>	<b>(6.212)</b>	<b>45.338.092</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>9.058.640</b>	<b>(3.317)</b>	<b>9.055.323</b>
Salários, encargos sociais e benefícios	454.376	(1.031)	453.345
Fornecedores	3.141.218	(914)	3.140.304
Empréstimos e financiamentos	1.136.449		1.136.449
Instrumentos financeiros derivativos	115.150		115.150
Tributos correntes a recolher	809.001		809.001
Outros tributos	807.744	(233)	807.511
Dividendos e juros sobre o capital próprio	381.098		381.098
Autorizações e concessões a pagar	784.292		784.292
Programa de refinanciamento fiscal	46.752		46.752
Provisões	465.324		465.324
Demaís obrigações	917.236	(1.139)	916.097
<b>Passivo não circulante</b>	<b>15.674.093</b>	<b>(2.895)</b>	<b>15.671.198</b>
Empréstimos e financiamentos	10.825.508		10.825.508
Instrumentos financeiros derivativos	79.421		79.421
Outros tributos	1.613.955		1.613.955
Autorizações e concessões a pagar	602.071		602.071
Programa de refinanciamento fiscal	459.025		459.025
Provisões	1.817.989	(992)	1.816.997
Demaís obrigações	276.124	(1.903)	274.221
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>20.611.571</b>		<b>20.611.571</b>
Capital social	11.628.775		11.628.775
Reservas de capital	1.687.530		1.687.530
Reservas de lucros	7.379.624		7.379.624
Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações	(90.980)		(90.980)
Ajuste de avaliação patrimonial	26.622		26.622
<b>Passivo total</b>	<b>45.344.304</b>	<b>(6.212)</b>	<b>45.338.092</b>

## Conciliação do lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	<b>Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012</b>	<b>Investimento controlado em conjunto (I)</b>	<b>Saldos ajustados em 31/12/2012</b>
Receita de venda de bens e/ou serviços	21.239.440	(9.927)	21.229.513
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(11.862.011)	2.954	(11.859.057)
Resultado bruto	9.377.429	(6.973)	9.370.456
Despesas/Receitas operacionais	(6.686.873)	6.020	(6.680.853)
Resultado de equivalência patrimonial		(15.548)	(15.548)
Despesas com vendas	(4.055.468)	7.884	(4.047.584)
Despesas gerais e administrativas	(2.206.346)	6.276	(2.200.070)
Outras receitas operacionais	1.261.042	(23)	1.261.019
Outras despesas operacionais	(1.686.101)	7.431	(1.678.670)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	2.690.556	(953)	2.689.603
Resultado financeiro	(594.528)	(277)	(594.805)
Receitas financeiras	1.378.942	(307)	1.378.635
Despesas financeiras	(1.973.470)	30	(1.973.440)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.096.028	(1.230)	2.094.798
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(561.200)	1.230	(559.970)
Corrente	(836.166)	1.561	(834.605)
Diferido	274.966	(331)	274.635
Lucro consolidado do exercício	1.534.828		1.534.828
Atribuído a sócios da empresa controladora	1.564.657		1.564.657
Atribuído a sócios não controladores	(29.829)		(29.829)

## Conciliação dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	<b>Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012</b>	<b>Efeito total das mudanças dos CPC's</b>	<b>Saldos ajustados em 31/12/2012</b>
<b>Fluxos de caixa</b>	<b>4.066.477</b>	<b>51.765</b>	<b>4.118.242</b>
Atividades operacionais	4.066.477		4.118.242
Atividades de investimentos	(6.563.688)	(56.646)	(6.620.334)
Atividades de financiamentos	(6.328.752)		(6.328.752)

## (I) Negócios em conjunto

O CPC 19 (R2) elimina a possibilidade da opção da consolidação proporcional dos empreendimentos controlados em conjunto. A partir da adoção do novo pronunciamento os empreendimentos controlados em conjunto passaram a ser avaliados exclusivamente pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia possui participações em empreendimentos controlados em conjunto nas empresas Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. e Companhia AIX de Participações.

## (c) Principais políticas contábeis

**Críterios de consolidação das controladas pelo método integral**  
A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS10/CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício;
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 9).

## Conversão de moeda estrangeira

## Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

## Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

## Empresas do grupo

A Companhia possui investimentos em empresas com sede no exterior, nenhuma das quais utiliza uma moeda funcional diferente do Real (R\$).

## Itens não monetários indexados a moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas não possuem itens não monetários indexados a moeda estrangeira (distinta da moeda funcional e de apresentação), em razão das controladas no exterior representarem a extensão das operações de sua controladora brasileira.

## Combinações de negócios

A Companhia optou por adotar a isenção para o reproprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e, para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

## Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

## Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

## Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, e acessórios. A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

## Estoque

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoques para expansão, classificados no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição, e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

## Ativo financeiro disponível para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

## Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. As Demonstrações Financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

## Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica. Os bens arrendados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

## Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

• É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.

• A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.

• O software pode ser vendido ou usado.

• Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.

Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.

continua



continuação

**TELEMAR NORTE LESTE S.A.**

CNPJ 33.000.118/0001-79

O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

**Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração**

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia.

As UGC são os segmentos de negócios da Companhia, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;

- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Companhia, entre outras.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos. Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pela Companhia, não houve evidências de perda de valor que gerassem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

**Ajuste a valor presente**

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

**Deterioração de ativos financeiros**

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

**Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidas de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimo e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

**Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida e de aplicações financeiras no exterior em moeda estrangeira e, inclusive, decorrentes das variações das taxas de juros flutuantes das dívidas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

**Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio**

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

A partir de 1 de janeiro de 2011, a Companhia passou a adotar o uso da contabilidade de "hedge" para os instrumentos financeiros derivativos. A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de "hedge" são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária ("dollar offset").

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de "hedge" são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39). Foram designados para contabilidade de "hedge" os instrumentos financeiros derivativos classificados como "hedge" de fluxo de caixa.

A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada "Cursos resultados abrangentes", líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de "hedge" são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem. Será terminada a relação de "hedge" e a designação removida quando:

(i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a Companhia remover voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de "hedge" continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do período no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de "hedge" são apropriadas.

(ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período no qual a designação for desfeita.

As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos reconhecidos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, estão descritas na Nota 3.

**Provisões**

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**Benefícios a empregados**

Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas. No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetado. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais reflexos resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico.

**Reconhecimento das receitas**

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas decorrentes de transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (TUP - Telefonia de Uso Público) são registradas quando os créditos são efetivamente convertidos pelos clientes.

- Programa de fidelização de clientes ("O Pontos")

As controladas da Companhia Oi Móvel e TNL PCS, implementaram um programa de fidelização de clientes ("Oi Pontos"), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, descontos em aparelhos, por eventos disponíveis no "experiências Oi" e/ou transferi-los ao Programa Multiplic Fidelidade (programa parceiro) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento em postos de combustíveis, entre outros.

Os pontos concedidos no programa são contabilizados como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados ou transferidos aos programas parceiros. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios em relação ao número total que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente no primeiro trimestre de 2011, sendo o saldo do programa registrado na conta de receitas a apropriar.

**Reconhecimento das despesas**

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

**Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

**Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado. Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que o lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

**Subvenções e assistências governamentais**

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

**Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC 03 (R2) / IAS 7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerais convertíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de flutuação de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em: (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

**(d) Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Após preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

**Reconhecimento de receita e contas a receber**

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.



continuação

**TELEMAR NORTE LESTE S.A.**

CNPJ 33.000.118/0001-79

Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como "swaps" e termo de moedas. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que se reúne mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Assuntos Regulatórios, Diretor de Planejamento e Desempenho, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

**3.4.1. Risco de Mercado****(a) Risco de taxa de câmbio****Ativos Financeiros**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior semelhantes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), negociados no Brasil ("time deposits").

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos quando convertidos em Reais. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 15,2% (2012 - 14,9%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia possui ativo financeiro disponível para venda referente a investimento em ações da PT.

**Passivos Financeiros**

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 32,6% (2012 - 33,8%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira 98,4% (2012 - 79,1%) está coberta por operações de proteção nas modalidades "swap" cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Esses ativos e passivos financeiros estão assim representados no balanço:

	Controladora			
	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	322.955	322.955	417.677	417.677
Aplicações financeiras	29.465	29.465	13.106	13.106
Ativo financeiro disponível para venda	914.216	914.216	905.829	905.829
Instrumentos financeiros derivativos	604.924	604.924	251.615	251.615
<b>Passivos Financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	4.233.786	4.233.786	3.995.286	3.995.286
Instrumentos financeiros derivativos	138.298	138.298	158.893	158.893
	Consolidado			
	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>				
Equivalentes de caixa	328.789	328.789	417.708	417.708
Aplicações financeiras	29.465	29.465	13.106	13.106
Ativo financeiro disponível para venda	914.216	914.216	905.829	905.829
Instrumentos financeiros derivativos	604.924	604.924	251.615	251.615
<b>Passivos Financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	4.233.786	4.233.786	3.995.286	3.995.286
Instrumentos financeiros derivativos	138.298	138.298	158.892	158.892

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"			
	Controladora e Consolidado			
	Valor justo			
	2013		2012	
	Vencimento	Valores a (pagar)/ a receber	Vencimento	Valores a (pagar)/ a receber
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	1,5 - 9,3	24.982	(63.738)	
Contratos de "swap cross currency" R\$/R\$	2,1 - 8,1	405.498	186.390	
	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"			
	Controladora e Consolidado			
	Valor justo			
	2013		2012	
	Vencimento	Valores a (pagar)/ a receber	Vencimento	Valores a (pagar)/ a receber
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	0,8 - 2,1	21.649	(4.254)	
Contratos de "swap cross currency" R\$/US\$	2,1	(31.969)	(18.571)	
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	46.466	(7.105)	

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

**Contratos de "cross currency swap" ("plain vanilla")**

US\$/R\$: Referem-se a operações de "swap" cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é um percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de "swap" cambial para reverter contratos de "swap". Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é um percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos "swaps" em Dólar revertidos.

**Contratos de NDF "Non Deliverable Forward"**

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente aquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de USD para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de USD para posições mais longas.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ganho (perda) com "swap" cambial	285.073	(79.969)	285.073	(79.969)
Operações de termo em moedas	(20.541)	(251.129)	(20.541)	(179.922)
<b>Total</b>	<b>264.532</b>	<b>(331.098)</b>	<b>264.532</b>	<b>(259.891)</b>
E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos "hedges" cambiais designados para fins de contabilidade de "hedge":				
Controladora		Consolidado		
2013		2012		
Resultado dos "hedges" designados		(32.102)	(32.102)	
Transferência da porção inefetiva ao resultado		(370)	(370)	
Amortização dos "hedges" ao resultado pela taxa efetiva		1.214	1.214	
Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge"		10.628	10.628	
<b>Saldo final</b>		<b>6.406</b>	<b>6.406</b>	

**a.1) Análise de sensibilidade de risco cambial**

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou cenários

de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2013. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	2013	Desvalorização
<b>Cenário Provável</b>		
Dólar	2,3426	0%
Euro	3,2265	0%
<b>Cenário Possível</b>		
Dólar	2,9283	25%
Euro	4,0331	25%
<b>Cenário Remoto</b>		
Dólar	3,5139	50%
Euro	4,8398	50%

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste exercício e nas taxas de câmbio apresentadas acima.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	Controladora			
	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	4.354.639	5.443.299	6.531.959
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.928.410)	(4.910.513)	(5.892.615)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(352.017)	(440.021)	(528.026)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(403)	(504)	(605)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>73.809</b>	<b>92.261</b>	<b>110.713</b>
Descrição	Consolidado			
	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	4.354.639	5.443.299	6.531.959
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.928.410)	(4.910.513)	(5.892.615)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(357.851)	(447.314)	(536.777)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(403)	(504)	(605)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>67.975</b>	<b>84.968</b>	<b>101.962</b>

**(b) Risco de taxa de juros****Ativos Financeiros**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e consequentemente, na remuneração desses ativos.

**Passivos Financeiros**

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América.

Em 31 de dezembro de 2013, aproximadamente 89,9% (2012 - 91,2%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 87,2% (2012 - 67,9%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia e suas controladas após operações de "hedge" é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de "hedge". Porém, como o caixa da Companhia e de suas controladas está aplicado principalmente em títulos atrelados à variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material para a Companhia e suas controladas.

Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	Controladora			
	2013		2012	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	290.376	290.376	576.804	576.804
Aplicações financeiras	58.929	58.929	628.576	628.576
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	8.813.068	8.813.068	9.799.455	9.799.455
Instrumentos financeiros derivativos	25.297	25.297	35.678	35.678
	Consolidado			
	2013		2012	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	1.300.463	1.300.463	1.155.211	1.155.211
Aplicações financeiras	415.311	415.311	1.061.292	1.061.292
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	11.539.332	11.539.332	9.976.122	9.976.122
Instrumentos financeiros derivativos	25.297	25.297	35.678	35.678

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"			
	Controladora e Consolidado			
	Valor justo			
	2013		2012	
	Vencimento	Valores a (pagar)/ a receber	Vencimento	Valores a (pagar)/ a receber
Contratos de "swap" US\$/US\$ LIBOR/Pré	1,5	(4.065)	(6.779)	

Contratos de "swap" US\$/US\$ LIBOR/Pré

	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"			
	Controladora e Consolidado			
	Valor justo			
	2013		2012	
	Vencimento	Valores a (pagar)/ a receber	Vencimento	Valores a (pagar)/ a receber
Contratos de "swap" US\$/US\$ LIBOR/Pré	2,1 - 2,4	(21.232)	(28.899)	

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

**Contratos de "swap" de taxa de juros**

US\$/US\$ LIBOR/US\$ Pré: Referem-se a operações de "swap" de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a posição ativa é em LIBOR de Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação de LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

US\$/US\$ LIBOR: Refere-se a operação de "swap" de taxa de juros para trocar os pagamentos da dívida contratada em Dólar com taxa pré-fixada para pós fixada. Neste contrato, a posição ativa é pré-fixada de Dólar e a posição passiva é em taxa LIBOR, com o objetivo de baratear o custo da dívida lastro, dentro da estratégia de gestão do passivo oneroso da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ganho (perda) com "swap" taxa de juros	(14.742)	(6.781)	(14.742)	(6.781)
<b>Total</b>	<b>(14.742)</b>	<b>(6.781)</b>	<b>(14.742)</b>	<b>(6.781)</b>



continuação

## TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos "hedges" de taxa de juros designados para fins de contabilidade de "hedge".

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de "hedge" em outros resultados abrangentes			
	Controladora	Consolidado	
		(414)	
Saldo inicial		2.505	2.505
Resultado dos "hedges" designados		(28)	(28)
Transferência da porção inefetiva ao resultado		(1.682)	(1.682)
Amortização dos "hedges" ao resultado pela taxa efetiva		(270)	(270)
Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge"		111	111
Saldo final			

## b.1) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e principalmente ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou cenários de variação nas taxas DI, TJLP e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, desde junho de 2009, a taxa TJLP se mantém estável em 6% a.a.. Em julho de 2012, a taxa foi reduzida para 5,5% a.a. e caiu novamente para 5,0% a.a. em dezembro de 2012, tendo se mantido neste patamar até dezembro de 2013.

2013							
Cenário provável				Cenário possível		Cenário remoto	
USD				USD		USD	
CDI	TJLP	LIBOR 6M	CDI	TJLP	LIBOR 6M	CDI	LIBOR 6M
9,77%	5,00%	0,3480%	12,21%	6,25%	0,4350%	14,66%	7,50%

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou os fluxos futuros de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

2013							
Controladora				Consolidado			
2013				2013			
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Operação	Risco individual	Cenário Provável
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.034.091	1.242.102	1.447.796	Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.034.091
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	745.113	891.997	1.037.318	Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	745.113
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	475.200	543.439	627.754	Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	475.200
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	201.243	205.857	210.469	Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	201.243
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(121.897)	(125.652)	(129.408)	Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(121.897)
Total vinculado a taxas de juros		2.333.750	2.757.743	3.193.929	Total vinculado a taxas de juros		2.333.750

2013							
Controladora				Consolidado			
2013				2013			
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Operação	Risco individual	Cenário Provável
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.034.091	1.242.102	1.447.796	Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.034.091
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	745.113	891.997	1.037.318	Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	745.113
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	1.137.603	1.297.628	1.490.290	Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	1.137.603
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	201.243	205.857	210.469	Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	201.243
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(121.897)	(125.652)	(129.408)	Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(121.897)
Total vinculado a taxas de juros		2.996.153	3.511.932	4.056.465	Total vinculado a taxas de juros		2.996.153

## 3.4.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Em 31 de dezembro de 2013, aproximadamente 96,6% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA e de risco soberano.

## 3.4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O Grupo Oi possui linha de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. A linha de crédito rotativo foi contratada em novembro de 2011 junto a um sindicato composto por diversos bancos comerciais globais.

## Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA.....	entre 2x e 4,5x
Dívida Líquida/EBITDA.....	entre 1,4x e 3x
Índice de cobertura de juros (*).....	maior que 1,75

(\*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

## 3.4.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplência em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos "covenants" financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 17, na seção "Covenants".

## 4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Controladora	Consolidado	
	2013	2012	2013
Receita bruta de vendas e/ou serviços	16.962.312	16.473.904	33.370.683
Deduções da receita bruta	(4.275.872)	(4.519.532)	(10.022.545)
Tributos	(4.119.480)	(4.334.888)	(7.255.949)
Outras deduções	(156.392)	(184.644)	(2.766.596)
Receitas de vendas e/ou serviços	12.686.440	11.954.372	23.348.138

## 5. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora	Consolidado	
	2013	2012	2013
Serviços de terceiros	(2.861.985)	(2.575.029)	(5.049.674)
Interconexão	(3.838.199)	(4.708.673)	(3.462.136)
Depreciação e amortização	(1.448.506)	(1.317.093)	(3.418.545)
Aluguéis e seguros	(940.876)	(786.833)	(2.338.543)
Pessoal	(748.123)	(632.883)	(1.815.698)
Serviço de manutenção da rede	(1.564.216)	(1.361.682)	(1.684.605)
FISTEL	(22.991)	(22.246)	(873.031)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(195.036)	(176.143)	(737.607)
Publicidade e propaganda	(103.235)	(98.630)	(539.455)
Custos de aparelhos e outros	(91.564)	(79.227)	(515.419)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	(61.204)	(87.642)	(61.204)
Outros custos e despesas	(62.331)	(128.673)	(232.584)
Total	(11.738.266)	(11.972.754)	(20.722.118)

## Classificados como:

Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(8.495.237)	(8.728.170)	(13.617.969)
Despesas com vendas	(2.103.741)	(1.975.126)	(4.803.343)
Despesas gerais e administrativas	(1.139.288)	(1.269.458)	(2.300.806)
Total	(11.738.266)	(11.972.754)	(20.722.118)

## 6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora	Consolidado	
	2013	2012	2013
Outras receitas operacionais			
Recuperação de tributos e despesas recuperadas	237.825	344.341	586.690
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	203.491	203.068	294.940
Recursos na alienação de bens	212.216	28.067	213.854
Multas	88.394	93.263	124.847
Serviços técnicos e administrativos	41.490	60.131	39.719
Dividendos prescritos	49	25.543	49
Outras receitas	9.275	21.226	17.299
Total	792.740	775.639	1.277.598

## Outras despesas operacionais

Tributos	(393.728)	(283.040)	(890.729)
Provisões/reversões	(149.824)	(165.776)	(278.800)
Baixa de imobilizado	(242.103)	(9.154)	(242.876)
Multas	(82.901)	(3.149)	(105.787)
Descontos concedidos	(35.752)	(52.516)	(36.689)
Provisão para fundo de pensão e outros correlatos (i)	48.395	(379.757)	(257)
Participação de empregados e administradores	(191.203)	64.630	(264.272)
Outras despesas	(129.701)	(13.151)	(263.899)
Total	(985.614)	(1.097.746)	(1.754.407)

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, considerando a expectativa de difícil realização do crédito, foi constituída provisão para perdas com ativo.

## 7. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	Consolidado	
	2013	2012	2013
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	240.956	283.040	342.957
Rendimentos de aplicações financeiras	44.922	158.111	185.469
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	101.375	104.860	184.184
Dividendos recebidos (i)	78.173	130.101	78.173
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	74.056	60.949	76.005
Outras receitas	225.171	36.173	197.250
Total	764.653	773.234	1.064.038

## Despesas financeiras e outros encargos

a) Despesas com empréstimos e financiamentos			
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(553.863)	(569.576)	(745.720)
Juros e variações monetárias e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(587.545)	91.962	(589.737)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(90.732)	(203.441)	(82.727)
Juros sobre debêntures	(2.662)	(49.429)	(2.662)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	249.790	(337.879)	249.790
Sub-total:	(985.012)	(1.068.363)	(1.171.056)
b) Outros encargos			
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(142.715)	(114.605)	(412.509)
Atualização monetária de provisões	(150.020)	(184.544)	(177.676)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(79.046)	(111.944)	(115.798)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(38.005)	(44.776)	(40.534)
Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda (ii)	8.387	(43.341)	8.387
Outras despesas	(67.285)	(52.144)	(128.846)
Sub-total:	(468.684)	(551.354)	(866.976)
Total	(1.453.696)	(1.619.717)	(2.038.032)
Resultado financeiro	(689.043)	(846.483)	(973.994)

(i) Em 17 de maio de 2013, a TMAR recebeu dividendos da PT de R\$ 0,325 por ação, perfazendo o montante de R\$ 29.137 (R\$ 75.994).

(ii) Vide Nota 3.1 item (i).

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora	Consolidado	
	2013	2012	2013
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
Tributos correntes	(46.460)	(7.117)	(334.801)
Tributos diferidos	914	309.817	(61.336)
Total	(45.546)	302.700	(396.137)

	Controladora	Consolidado	
	2013	2012	2013
Lucro antes das tributações	806.676	1.261.957	1.157.267

Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IRPJ/CSLL

Total do resultado tributado

IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado

Equivalência patrimonial

Eleito tributário dos juros sobre o capital próprio

Incréditos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)

Exclusões permanentes (ii)

Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL

Ativo fiscal diferido não constituído (iii)

Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado

(i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indevidáveis, patrocínios e prescrição de dividendos.

(iii) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(iv) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(v) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(vi) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(vii) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(viii) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(ix) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(x) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(xi) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(xii) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(xiii) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(xiv) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(xv) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(xvi) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(xvii) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(xv

continuação

**TELEMAR NORTE LESTE S.A.**

CNPJ 33.000.118/0001-79

(iii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.

(iv) Refere-se substancialmente ao registro de tributos diferidos de controladas após a revisão das projeções de resultados indicarem a recuperabilidade dos valores.

As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RIT – Regime Tributário Transitório.

A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/atividades tendo por base as disposições contidas na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627/2013") e Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397/2013"). Embora a MP nº 627/2013 entre em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1 de janeiro de 2014.

A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada, tendo em vista que: (i) a MP nº 627/2013 necessita ainda de regulamentação; (ii) a MP nº 627/2013 pode vir a sofrer alterações significativas, por força de diversas emendas já propostas, inclusive no que diz respeito aos efeitos advindos da adoção antecipada; (iii) até o momento não há norma definindo prazo e forma de opção pela antecipação dos efeitos da MP nº 627/2013; e (iv) não foram apurados ajustes nas Demonstrações Financeiras por conta da não adesão antecipada.

**9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

**(a) Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Caixa e contas bancárias	133.992	146.912	281.622	251.538
Equivalentes de caixa	613.331	994.481	1.629.252	1.568.095
<b>Total</b>	<b>747.323</b>	<b>1.141.393</b>	<b>1.910.874</b>	<b>1.819.633</b>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Fundos de investimentos exclusivos	240.714	879.742	1.015.755	1.287.766
CDB – Certificado de Depósito Bancário	156.149	108.923	391.543	273.590
Operações compromissadas	25.253	5.715	25.253	5.715
"Time Deposits"	191.117	98	191.117	98
Outros	98	101	5.584	1.024
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>613.331</b>	<b>994.481</b>	<b>1.629.252</b>	<b>1.568.095</b>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Fundos de investimento exclusivos	86.866	623.675	362.529	1.011.784
Títulos privados	1.527	18.007	82.247	62.614
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>88.393</b>	<b>641.682</b>	<b>444.776</b>	<b>1.074.398</b>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Circulante	86.866	641.682	362.529	1.029.791
Não circulante	1.527	98	82.247	44.607

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Operações compromissadas	72.721	477.543	571.652	862.105
CDB – Certificado de Depósito Bancário	36.522	18.581	912.337	33.887
"Time Deposits"	113.867	339.649	113.867	339.649
Títulos públicos	17.604	12.764	20.883	20.883
Outros	17.604	31.205	17.899	31.242
<b>Títulos classificados em equivalentes de caixa</b>	<b>240.714</b>	<b>879.742</b>	<b>1.015.755</b>	<b>1.287.766</b>
Títulos públicos	57.402	610.569	333.064	998.678
Outros	29.464	13.106	29.465	13.106

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo</b>	<b>86.866</b>	<b>623.675</b>	<b>362.529</b>	<b>1.011.784</b>
<b>Fundos de investimentos exclusivos</b>	<b>327.580</b>	<b>1.503.417</b>	<b>1.378.294</b>	<b>2.299.550</b>

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark", o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

**10. CONTAS A RECEBER**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Serviços faturados	3.450.429	2.685.130	4.429.006	3.696.978
Serviços a faturar	471.918	532.452	993.171	1.109.420
Aparelhos e acessórios vendidos	(89.652)	(201.047)	(295.731)	(362.770)
<b>Total</b>	<b>3.832.695</b>	<b>3.016.535</b>	<b>5.905.726</b>	<b>5.014.073</b>

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
A faturar	471.918	532.453	993.171	1.109.420
A vencer	1.680.253	1.344.188	2.884.088	2.740.917
A receber de outros provedores	1.029.773	640.449	1.058.630	449.196
Vencidas até 60 dias	516.272	507.810	720.226	692.870
Vencidas de 61 a 90 dias	70.647	66.962	120.752	100.289
Vencidas de 91 a 120 dias	64.439	54.941	109.442	86.362
Vencidas de 121 a 150 dias	44.164	36.784	89.241	64.560
Vencidas de 151 a 180 dias	44.881	33.995	225.907	133.229
<b>Total</b>	<b>3.922.347</b>	<b>3.217.582</b>	<b>6.201.457</b>	<b>5.376.843</b>

**Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:**

	<b>Controladora</b>					
	<b>Saldo em 2012</b>	<b>Reconhecido no resultado IR/CS diferido</b>	<b>Reconhecido diretamente no patrimônio líquido</b>	<b>Adições/ (compensações)</b>	<b>Reconhecido no resultado financeiro</b>	<b>Saldo em 2013</b>
<b>Impostos diferidos ativos com relação a:</b>						
Provisão para participação nos lucros		66.383	(36.437)			29.946
Provisões		547.023	(77.102)			469.921
Provisões para créditos de liquidações duvidosas		432.724	(9.797)			422.927
Variações cambiais		299.888	38.404			338.292
Outras adições/exclusões temporárias		269.087	(174.729)			94.358
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		241.826	(2.852)			238.974
Contabilidade de "hedge"		(13.714)		10.358		(3.356)
Prejuízos fiscais		520.665	231.079			751.744
Base negativa de CSLL		304.108	32.348			336.456
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores		5.598		(8.722)	10.880	7.756
<b>Total imposto diferido ativo</b>		<b>2.673.588</b>	<b>914</b>	<b>10.358</b>	<b>(8.722)</b>	<b>2.687.018</b>
<b>Consolidado</b>						
	<b>Saldo em 2012</b>	<b>Reorganização Societária</b>	<b>Reconhecido no resultado IR/CS diferido</b>	<b>Reconhecido diretamente no patrimônio líquido</b>	<b>Adições/ (compensações)</b>	<b>Reconhecido no resultado financeiro</b>
<b>Impostos diferidos ativos com relação a:</b>						
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa		35.725	10.133			45.858
Provisão para participação nos lucros	80.177	9.349	(50.954)			38.572
Provisão para fundos de pensão		917	270	(438)	(653)	96
Provisões	580.319	22.931	(70.676)			532.574
Provisões para créditos de liquidações duvidosas	489.821	18.967	(4.517)			504.271
Variações cambiais	299.889	(6)	38.403			338.286
Outras adições/exclusões temporárias	453.902	20.529	(186.076)			288.355
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	241.826		(2.852)			238.974
Contabilidade de "hedge"	(13.714)			10.358		(3.356)
Prejuízos fiscais	530.906	537.688	187.587			1.256.181
Base negativa de CSLL	307.878	208.481	17.346			533.705
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	29.551	20.787			73.030	183.287
<b>Total imposto diferido ativo</b>	<b>3.000.555</b>	<b>875.368</b>	<b>(61.336)</b>	<b>9.920</b>	<b>72.377</b>	<b>3.956.803</b>

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Saldo em 01/01/2012</b>				
Redução por Reorganização Societária		(212.904)		(929.023)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(176.143)		(470.210)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis		188.000		455.647
<b>Saldo em 2012</b>		<b>(201.047)</b>		<b>(362.770)</b>
<b>Aumento por Reorganização Societária</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(195.036)		(737.607)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis		306.431		824.714
<b>Saldo em 2013</b>		<b>(89.652)</b>		<b>(295.731)</b>

**11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Tributos correntes a recuperar</b>				
CS a recuperar (i)	20.287	10.796	142.568	262.836
IR a recuperar (i)	56.212	40.633	367.438	633.171
IRRF / CSLL - Impostos retidos na fonte (ii)	194.695	315.868	287.584	358.916
<b>Circulante</b>	<b>271.194</b>	<b>367.297</b>	<b>797.590</b>	<b>1.254.923</b>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Tributos diferidos a recuperar</b>				
IR sobre diferenças temporárias (iii)	1.207.820	1.442.868	1.522.415	1.664.723
CS sobre diferenças temporárias (iii)	383.242	400.349	461.215	467.487
IR sobre prejuízos fiscais (iii)	751.744	520.665	1.256.181	530.906
CS sobre base negativa (iii)	336.456	304.108	533.705	307.878
Outros tributos diferidos (iv)	7.756	5.598	183.287	29.551
<b>Não circulante</b>	<b>2.687.018</b>	<b>2.673.588</b>	<b>3.956.803</b>	<b>3.000.555</b>
<b>Adições temporárias por natureza:</b>				
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	1.591.062	1.843.217	1.983.630	2.132.220
Participação nos lucros	29.946	66.383	38.572	80.177
Provisão para fundo de pensão	469.921	547.023	532.574	580.319
Variações cambiais	422.927	432.724	504.271	489.821
Outras adições/exclusões temporárias	338.292	299.888	338.286	299.889
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	94.358	269.087	288.355	453.902
Contabilidade de "hedge"	238.974	241.826	238.974	241.826
	(3.356)	(13.714)	(3.356)	(13.714)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Tributos correntes a recolher</b>				
Impostos de renda a pagar	17.565	29.599	237.095	568.134
Contribuição social a pagar	6.332	5.570	87.771	240.867
<b>Circulante</b>	<b>23.897</b>	<b>35.169</b>	<b>324.866</b>	<b>809.001</b>

(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.

(ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuos, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas pensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2013, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 223.504 (2012 - R\$ 149.568).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
2014				604.663
2015				87.594
2016			355.085	454.122
2017			299.975	429.459
2018			364.988	492.777
2019 a 2021			1.659.214	1.532.221
2022 a 2023				172.680
<b>Total</b>			<b>2.679.262</b>	<b>3.773.516</b>

(iv) Referem-se principalmente a antecipações de tributos federais realizadas em anos anteriores, os quais serão compensados com tributos federais.

continuação

## TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

## 12. OUTROS TRIBUTOS

	Ativo		Passivo	
	2013	2012	2013	2012
ICMS a recuperar (i)	719.999	660.253	1.357.459	978.597
PIS/COFINS	86.655	60.800	153.172	122.793
Outros	21.265	86.570	51.371	105.235
<b>Total</b>	<b>827.919</b>	<b>827.623</b>	<b>1.542.002</b>	<b>1.206.625</b>
Circulante	395.958	498.357	897.154	749.114
Não circulante	431.961	329.266	644.848	457.511

	Ativo		Passivo	
	2013	2012	2013	2012
FUST/FUNTEL/Rádiodifusão	290.719	274.788	654.559	486.115
ICMS	160.631	370.576	520.142	488.419
ICMS Convênio nº 69/1998	371.779	358.316	422.737	422.584
PIS/COFINS	78.266	852.221	308.743	914.951
Outros	52.881	68.609	157.416	109.397
<b>Total</b>	<b>954.276</b>	<b>1.924.510</b>	<b>2.063.597</b>	<b>2.421.466</b>
Circulante	304.038	580.604	998.233	807.511
Não circulante	650.238	1.343.906	1.137.394	1.613.955

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

## 13. DEPOSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível e remota.

	Ativo		Passivo	
	2013	2012	2013	2012
Cíveis	1.560.163	1.554.654	1.799.434	1.684.115
Tributários	1.256.607	1.194.128	1.692.860	1.491.619
Trabalhistas	693.135	706.581	735.280	723.870
<b>Total</b>	<b>3.509.905</b>	<b>3.455.363</b>	<b>4.227.574</b>	<b>3.899.604</b>
Circulante	204.803	252.635	245.558	296.652
Não circulante	3.305.102	3.202.728	3.982.016	3.602.952

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

## 14. INVESTIMENTOS

Participações avaliadas a:

	Ativo		Passivo	
	2013	2012	2013	2012
Equivalência patrimonial	9.201.963	13.348.892		
Negócios em Conjunto	55.024	62.184	86.633	98.882
Custo de aquisição (i)	36.208	36.208	48.589	48.589
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	8.676	8.676	23.895	16.100
Outros investimentos	249	249	326	326
<b>Total</b>	<b>9.302.120</b>	<b>13.456.209</b>	<b>158.147</b>	<b>163.888</b>

(i) O saldo inclui o montante de R\$ 32.222 relacionado ao investimento da TMAR na Hispamar Satélites S.A. ("Hispamar"), que tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e a operação de satélites, cuja participação é inferior a 20% e não há influência significativa na sua administração.

## Resumo das movimentações dos saldos de investimentos:

	Ativo		Passivo	
	2013	2012	2013	2012
Saldo em 01/01/2012	27.830.535	59.689		
Redução por Reorganização Societária	(16.284.050)	(7.054)		
Ajustes CPC 19		114.430		
Equivalência patrimonial	2.448.929	(15.548)		
Aumento de capital em investidas	53.235			
Juros sobre capital próprio	(457.458)			
Dividendos obrigatórios	(279.760)			
Variações de percentagem de participação	2.669			
Aumento por incorporação	88.843			
Reclassificação de passivo a descoberto reconhecido em controlada	3.230			
Reserva reflexa de remunerações baseadas em ações de controladas	(2.316)			
Dividendos adicionais distribuídos por controladas	(2.316)			
Reversão de provisão para perdas em investimentos	52.248			
Outros	(75)	12.371		
<b>Saldo em 2012</b>	<b>13.456.209</b>	<b>163.888</b>		
Equivalência patrimonial	740.419	(17.750)		
Redução de investimentos	(4.799.503)			
Juros sobre capital próprio	(135.000)			
Redução de investimentos	(30.000)			
Reclassificação de passivo a descoberto reconhecido em controlada	67.317			
Investimentos em entidades controladas em conjunto		5.500		
Outros	2.678	6.509		
<b>Saldo em 2013</b>	<b>9.302.120</b>	<b>158.147</b>		

Os principais dados relativos às participações diretas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial são os seguintes:

	Ativo		Passivo	
	2013	2012	2013	2012
Controladas e Negócios em conjunto	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Qtde. milhares de Ações	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Ordinárias	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Preferenciais				
Cotas				
Participação - % Capital total	100	100	100	100
Participação - % Capital votante	100	100	100	100
TNL PCS	5.605.336	299.817	6.101.213	100
Oi Internet	164.421	147.505	100	100
Serede	(67.380)	(70.677)	100	100
Oi Móvel	2.555.003	262.220	4.473.443	100
BrTI	292.190	13.364	697.155	100
BrTI Multimídia	450.195	76.014	446.245	99,99
Copart 5	107.416	24.419	100	100
BrTI Call Center	19.871	(5.113)	11.270	100
BrTI Card	7.531	450	7.499.999	100
Dommo	(502)	(420)	22.531	100
AIX	55.024	(7.160)	298.563	50
<b>Total</b>	<b>9.302.120</b>	<b>13.456.209</b>	<b>158.147</b>	<b>163.888</b>
Controladas e Negócios em conjunto	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Equivalência patrimonial	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Valor do investimento	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Provisão para passivo a descoberto	158.147	163.888	158.147	163.888
TNL PCS	5.605.336	299.817	6.101.213	100
Oi Internet	147.505	147.505	100	100
Serede	(70.677)	(70.677)	100	100
Oi Móvel	2.555.003	262.220	4.473.443	100
BrTI	13.364	13.364	697.155	100
BrTI Multimídia	76.014	76.014	446.245	99,99
Copart 5	107.416	107.416	100	100
BrTI Call Center	19.871	19.871	11.270	100
BrTI Card	7.531	7.531	7.499.999	100
Dommo	(420)	(420)	22.531	100
AIX	55.024	55.024	298.563	50
<b>Total</b>	<b>9.302.120</b>	<b>13.456.209</b>	<b>158.147</b>	<b>163.888</b>
Controladas e Negócios em conjunto	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Qtde. milhares de Ações	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Ordinárias	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Preferenciais				
Cotas				
Participação - % Capital total	100	100	100	100
Participação - % Capital votante	100	100	100	100
TNL PCS (i)	13.156.692	2.284.137	6.101.213	100
Oi Internet	188.903	101.175	100	100
Serede	3.298	(13.011)	100	100
Dommo	(82)	(3.248)	11.265	100
AIX	124.366	(550)	298.563	50

	Ativo		Passivo	
	2013	2012	2013	2012
Controladas e Negócios em conjunto	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Equivalência patrimonial	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Valor do investimento	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Provisão para passivo a descoberto	158.147	163.888	158.147	163.888
TNL PCS	5.605.336	299.817	6.101.213	100
Oi Internet	164.421	147.505	100	100
Serede	(67.380)	(70.677)	100	100
Oi Móvel	2.555.003	262.220	4.473.443	100
BrTI	292.190	13.364	697.155	100
BrTI Multimídia	450.195	76.014	446.245	99,99
Copart 5	107.416	24.419	100	100
BrTI Call Center	19.871	(5.113)	11.270	100
BrTI Card	7.531	450	7.499.999	100
Dommo	(502)	(420)	22.531	100
AIX	55.024	(7.160)	298.563	50
<b>Total</b>	<b>9.302.120</b>	<b>13.456.209</b>	<b>158.147</b>	<b>163.888</b>

	Ativo		Passivo	
	2013	2012	2013	2012
Controladas e Negócios em conjunto	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Equivalência patrimonial	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Valor do investimento	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Provisão para passivo a descoberto	158.147	163.888	158.147	163.888
TNL PCS	5.605.336	299.817	6.101.213	100
Oi Internet	164.421	147.505	100	100
Serede	(67.380)	(70.677)	100	100
Oi Móvel	2.555.003	262.220	4.473.443	100
BrTI	292.190	13.364	697.155	100
BrTI Multimídia	450.195	76.014	446.245	99,99
Copart 5	107.416	24.419	100	100
BrTI Call Center	19.871	(5.113)	11.270	100
BrTI Card	7.531	450	7.499.999	100
Dommo	(502)	(420)	22.531	100
AIX	55.024	(7.160)	298.563	50
<b>Total</b>	<b>9.302.120</b>	<b>13.456.209</b>	<b>158.147</b>	<b>163.888</b>

	Ativo		Passivo	
	2013	2012	2013	2012
Controladas e Negócios em conjunto	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Equivalência patrimonial	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Valor do investimento	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Provisão para passivo a descoberto	158.147	163.888	158.147	163.888
TNL PCS	5.605.336	299.817	6.101.213	100
Oi Internet	164.421	147.505	100	100
Serede	(67.380)	(70.677)	100	100
Oi Móvel	2.555.003	262.220	4.473.443	100
BrTI	292.190	13.364	697.155	100
BrTI Multimídia	450.195	76.014	446.245	99,99
Copart 5	107.416	24.419	100	100
BrTI Call Center	19.871	(5.113)	11.270	100
BrTI Card	7.531	450	7.499.999	100
Dommo	(502)	(420)	22.531	100
AIX	55.024	(7.160)	298.563	50
<b>Total</b>	<b>9.302.120</b>	<b>13.456.209</b>	<b>158.147</b>	<b>163.888</b>

(i) Em dezembro de 2012 a TNCP foi incorporada e a TNL PCS passou a ser uma subsidiária direta da Companhia.

(ii) O investimento anteriormente mantido na Coari foi integralmente cedido na Reorganização Societária comentada na Nota 1 (a).

## 15. IMOBILIZADO

	Ativo		Passivo	
	2013	2012	2013	2012
Controladas e Negócios em conjunto	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Equivalência patrimonial	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Valor do investimento	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888
Provisão para passivo a descoberto	158.147	163.888	158.147	163.888
TNL PCS	5.605.336	299.817	6.101.213	100
Oi Internet	164.421	147.505	100	100
Serede	(67.380)	(70.677)	100	100
Oi Móvel	2.555.003	262.220	4.473.443	100
BrTI	292.190	13.364	697.155	100
BrTI Multimídia	450.195	76.014	446.245	99,99
Copart 5	107.416	24.419	100	100
BrTI Call Center	19.871	(5.113)	11.270	100
BrTI Card	7.531	450	7.499.999	100
Dommo	(502)	(420)	22.531	100
AIX	55.024	(7.160)	298.563	50
<b>Total</b>	<b>9.302.120</b>	<b>13.456.209</b>	<b>158.147</b>	<b>163.888</b>

(i) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

	Obras em andamento	Equipamentos de computação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>							
<b>Saldo em 01/01/2012</b>	3.522.226	13.431.524	27.383.359	22.584.788	3.898.305	3.246.734	74.066.936
Recolha por Reorganização Societária (2)	(958.814)	(154.925)	(8.885.639)	(1.972.054)	(1.390.259)	(650.629)	(15.401.321)
Adições (3)	2.145.788	2.753.395	1.128.546	491.000	161.673	159.237	4.292.039
Baixas (4)	(140.841)	(1.364)	(17.177)	(139.96)	(22.39)	(105.709)	(427.484)
Transferências	(1.388.165)	159.593	677.116	464.224	28.217	59.035	
Transferências para ativos mantidos para venda				(21.274)	(229.525)		(250.799)
<b>Saldo em 2012</b>	3.180.174	12.321.223	20.286.205	21.337.088	2.446.014	2.708.668	62.279.372
Aumento por Reorganização Societária	132.175	438.870	1.895.546	240.432	324.958	380.850	3.421.831
Adições	2.042.972	250.288	1.473.240	585.442	42.752	(82.494)	4.322.200
Baixas (5)	(227.555)	(13.852)	(19.788)	(90)	(39.310)	(476.595)	
Transferências	(1.430.290)	227.428	679.427	542.169	(137.597)	117.782	
Transferências para ativos mantidos para venda				(125.920)	(448.815)		(574.735)
<b>Saldo em 2013</b>	3.697.557	13.237.809	24.324.566	22.398.423	2.277.222	3.086.496	68.963.072
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Saldo em 01/01/2012</b>	(11.218.141)	(17.538.126)	(17.523.728)	(2.390.422)	(2.117.688)	(50.788.105)	
Recolha por Reorganização Societária (2)	849.408	4.463.124	846.233	688.397	294.382	714.144	
Despesas de depreciação (3)	(270.772)	(1.157.851)	(551.956)	(81.624)	(180.794)	(2.242.997)	
Baixas (4)	655	13.165	97.822	12.968	81.727	205.817	
Transferências	1.314	2.629	(4.118)	114	61		
Transferências para ativos mantidos para venda				14.506	161.332		175.838
<b>Saldo em 2012</b>	(10.637.536)	(14.217.059)	(17.121.761)	(1.609.235)	(1.922.312)	(45.507.903)	
Aumento por Reorganização Societária	(237.909)	(1.216.590)	(143.768)	(245.845)	(243.156)	(2.096.908)	
Despesas de depreciação	(311.589)	(1.308.566)	(575.958)	(62.841)	(162.602)	(2.440.712)	
Baixas	(2)	5.240	98.536	(818)	11.325	115.101	
Transferências	(2)	(57)	(992)	1.573	(522)		
Transferências para ativos mantidos para venda				39.090	354.459		393.549
<b>Saldo em 2013</b>	(11.187.435)	(16.734.916)	(17.705.753)	(1.561.502)	(2.337.267)	(48.526.873)	
<b>Imobilizado líquido</b>							
Saldo em 2012	3.180.174	1.683.687	6.069.146	4.215.327	836.776	786.356	17.761.469
Saldo em 2013	3.697.557	2.050.374	7.589.650	4.683.670	665.720	749.229	19.436.200
Taxa anual de depreciação (média)		11%	11%	8%	7%	12%	
(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.							
(2) Líquido dos efeitos da adoção do CPC 19.							

continuação

**TELEMAR NORTE LESTE S.A.**

CNPJ 33.000.118/0001-79

**Informações adicionais**

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da TMAR que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo residual dos bens reversíveis da Companhia tanto na controladora quanto no consolidado são de R\$ 4.859.521 (2012 - R\$ 3.701.414) composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 8% a.a.

**16. INTANGÍVEL**

	Controladora				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Outros ativos
<b>Custo do intangível</b>					
Saldo em 01/01/2012		1.574.749	230.030	6.410	281.076
Constituição do intangível em formação	158.016				(158.016)
Adições	83.369	98.453			1.183
Baixas	(41.338)	(2.571)			(43.909)
Transferências	(100.719)	98.454			2.265
<b>Saldo em 2012</b>	<b>99.528</b>	<b>1.769.085</b>	<b>230.030</b>	<b>6.410</b>	<b>128.508</b>
Adições	55.268	193.744			511
<b>Saldo em 2013</b>	<b>154.796</b>	<b>1.962.829</b>	<b>230.030</b>	<b>6.410</b>	<b>127.019</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
Saldo em 01/01/2012		(1.261.281)	(107.640)	(5.340)	(100.869)
Despesas de amortização		(124.168)	(33.891)	(3.408)	(161.467)
<b>Saldo em 2012</b>		<b>(1.385.449)</b>	<b>(141.531)</b>	<b>(5.340)</b>	<b>(104.277)</b>
Despesas de amortização		(135.947)	(33.891)	(3.077)	(172.915)
Transferências		(3)			3
<b>Saldo em 2013</b>		<b>(1.521.399)</b>	<b>(175.422)</b>	<b>(5.340)</b>	<b>(107.351)</b>
<b>Intangível líquido</b>					
Saldo em 2012	99.528	383.636	88.499	1.070	22.231
Saldo em 2013	154.796	441.430	54.608	1.070	19.668
Taxa anual de amortização (média)		20%	9%		20%

	Consolidado				
	Ágio ("Goodwill")	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros ativos
<b>Custo do intangível</b>					
Saldo em 01/01/2012	81.948	3.850.958	17.932.457	123.046	602.070
Constituição do intangível em formação		266.773			(266.773)
Redução por Reorganização Societária <sup>(1)</sup>		(31.431)	(1.193.280)	(15.223.636)	(115.777)
Adições		221.732	263.597	273.587	166.316.034
Baixas		(43.623)	(2.735)		(12.658)
Transferências		(132.505)	193.228		(322)
<b>Saldo em 2012</b>	<b>81.948</b>	<b>280.946</b>	<b>3.111.768</b>	<b>2.982.408</b>	<b>7.113</b>
Aumento por Reorganização Societária		390.683	4.366	796.289	392.880
Adições		164.648	270.324	78.189	229.659
Baixas					(2.079)
Transferências		(258.380)	209.855		48.525
<b>Saldo em 2013</b>	<b>472.631</b>	<b>191.580</b>	<b>4.390.236</b>	<b>3.453.477</b>	<b>7.252</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
Saldo em 01/01/2012	(8.047)	(2.676.946)	(4.023.357)	(5.469)	(146.068)
Redução por Reorganização Societária <sup>(1)</sup>			826.695	2.885.720	25.006
Despesas de amortização <sup>(1)</sup>		(303.771)	(353.849)		(82.998)
Baixas			(136)		136
<b>Saldo em 2012</b>	<b>(8.047)</b>	<b>(2.154.158)</b>	<b>(1.491.486)</b>	<b>(5.333)</b>	<b>(203.949)</b>
Aumento por Reorganização Societária		(317.533)	(687.521)	(183.841)	(3)
Despesas de amortização			(395.006)	(244.124)	(338.703)
Baixas					2.074
Transferências		(325.580)	(5)	3	2
<b>Saldo em 2013</b>		<b>(3.236.682)</b>	<b>(1.919.451)</b>	<b>(5.336)</b>	<b>(739.790)</b>
<b>Intangível líquido</b>					
Saldo em 2012	73.901	280.946	957.610	1.490.922	1.780
Saldo em 2013	147.051	191.575	1.153.554	1.534.026	1.916
Taxa anual de amortização (média)			20%	9%	20%

<sup>(1)</sup> Líquido dos efeitos da adoção do CPC 19.

**Ágios ("Goodwill")**

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura ("goodwill").

Em dezembro de 2013 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de "impairment", baseadas em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 45,2% para TV, 6,3% para Meios de pagamento, 12,7% para Provedor de Internet RIL e 7,5% para Multimídia RIL, taxa de desconto de 11,0% e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumo no quadro abaixo:

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos	Ágio ("goodwill") alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV	46.723	37.690	84.413	1.197.958
Meios de pagamento	65.160	36.211	101.371	182.680
Provedor de internet RIL	34.630	73.173	107.803	5.502.574
Multimídia RIL	184.943	7.321	192.264	720.447
<b>Total</b>	<b>331.456</b>	<b>154.395</b>	<b>485.851</b>	<b>7.603.659</b>

**Licenças regulatórias**

Concessão / Autorização	Consolidado		
	Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
Rádiorfências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	13/03/2001	13/03/2016	1.102.007
Rádiorfências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	11/07/2003	13/03/2016	66.096
Rádiorfências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	22/01/2004	13/03/2016	45.218
Rádiorfências e SMP TNL PCS Região 3 (2G)	29/04/2008	30/04/2023	131.106
Rádiorfências e SMP TNL PCS Região 1 e 3 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	867.018
Rádiorfências e SMP TNL PCS Região 3 - interior (2G)	08/09/2008	07/12/2022	126.820
Rádiorfências e SMP TNL PCS	07/12/2007	07/12/2022	8.868
Concessão TV a cabo Way TV (Uberlândia)	06/11/1998	06/11/2013	3.906
Concessão TV a cabo Way TV (Belo Horizonte)	08/02/1999	08/02/2014	16.669
Concessão TV a cabo Way TV (Barbacena)	08/02/1999	08/02/2014	535
Concessão TV a cabo Way TV (Poços de Caldas)	08/02/1999	08/02/2014	1.735
Rádiorfências (subfaixas 2,5 GHz (4G) (II))	30/06/2012	30/06/2027	273.354
Rádiorfências (subfaixas 2,5 GHz (4G) e 450 MHz)			
O Móvel e TNL PCS	30/06/2012	30/06/2027	368.848
Termo Outorga 2013 Oi Móvel Sobras 1.8MHz	30/06/2013	30/04/2023	78.189
Valor justo das licenças SMP da Amazônia Celular	03/04/2008	13/03/2016	230.030
Outras licenças			133.078
<b>Total</b>			<b>3.453.477</b>

**17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS****(Inclui debêntures)**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Financiamentos	9.454.276	10.610.339	13.749.174	11.859.731
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	413.688	288.090	600.814	291.974
Empréstimos (muito com partes relacionadas)	799.430	661.046	228.258	
Debêntures	30.740	30.740	30.740	30.740
Juros provisionados sobre debêntures	13.440	10.777	13.440	10.777
Custos de transação	(197.195)	(225.418)	(221.245)	(231.265)
<b>Total</b>	<b>10.514.379</b>	<b>11.375.574</b>	<b>14.401.191</b>	<b>11.961.957</b>
Circulante	944.208	952.879	1.896.074	1.136.449
Não circulante	9.570.111	10.382.695	12.505.117	10.825.508

**Empréstimos e financiamentos por natureza**

	Controladora		Consolidado		Vencimento (Principal e juros)	TIR %
	2013	2012	2013	2012		
Instituições financeiras	8.526.501	8.255.226	9.294.010	8.543.269		
Moeda nacional	4.171.862	4.131.249	4.939.371	4.419.292		
CCB	3.192.051	3.185.649	3.096.697	3.185.649	Jan/2018	11,50
CRI	967.778	921.534	1.428.511	921.534	Jan/2013 a Ago/2022	3,59
Outros	12.033	24.066	414.163	312.109	Dez/2033	11,84
Moeda estrangeira	4.354.639	4.123.977	4.354.639	4.123.977		
Linhas de crédito de ECA	4.354.639	4.123.977	4.354.639	4.123.977	Jan/2013 a Ago/2022	8,36
BNDES	1.341.463	2.643.203	5.055.978	3.608.436	Jan/2013 a Jul/2021	8,44
Moeda nacional	1.341.463	2.643.203	5.055.978	3.608.436	Jan/2013 a Jul/2021	7,99
Debêntures públicas	44.180	41.517	44.180	41.517	Jul/2021	115%
Muito com partes relacionadas - Moeda nacional	799.430	661.046	228.258		Dez/2015	do CDI
<b>Subtotal</b>	<b>10.711.574</b>	<b>11.600.992</b>	<b>14.622.436</b>	<b>12.193.222</b>		
Custos de transação	(197.195)	(225.418)	(221.245)	(231.265)		
<b>Total</b>	<b>10.514.379</b>	<b>11.375.574</b>	<b>14.401.191</b>	<b>11.961.957</b>		

SGIA: "Export Credit Agency" (Agência de crédito à exportação)

**Custos de transações por natureza**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Instituições financeiras	196.458	224.007	218.429	227.619
Moeda estrangeira	75.605	128.691	95.576	128.691
Moeda nacional	120.853	95.316	120.853	98.928
BNDES	737	1.311	4.816	3.546
Moeda nacional	737	1.311	4.816	3.546
Debêntures públicas				100
<b>Total</b>	<b>197.195</b>	<b>225.418</b>	<b>221.245</b>	<b>231.265</b>
Circulante	41.682	40.390	45.049	41.306
Não circulante	155.513	185.028	176.196	189.959

**Composição da dívida por moeda**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Reais	6.280.593	7.380.288	10.167.405	7.966.671
Dólar Norte-Americano	4.233.786	3.995.286	4.233.786	3.995.286
<b>Total</b>	<b>10.514.379</b>	<b>11.375.574</b>	<b>14.401.191</b>	<b>11.961.957</b>

**Composição da dívida por indexador**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Libor Dólar	3.743.010	3.793.915	3.743.010	3.793.915
CDI	3.858.773	3.698.793	3.287.611	3.037.747
T.L.P.	1.211.285	2.306.747	4.508.711	3.144.460
IPCA	976.312	923.134	1.420.101	923.134
Taxa pré-fixada	724.999	652.985	1.381.492	1.062.701
INPC			60.266	
<b>Total</b>	<b>10.514.379</b>	<b>11.375.574</b>	<b>14.401.191</b>	<b>11.961.957</b>

**Cronograma de vencimento**

A dívida de longo prazo possui o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2016	2015	2016
2015			3.131.283	3.371.315
2016			2.134.800	2.866.946
2017			1.517.126	2.255.270
2018			1.509.700	2.244.906
2019 em diante			1.432.715	1.943.476
<b>Total</b>			<b>9.725.624</b>	<b>12.681.313</b>

**Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado**

Os custos de transação serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2016	2015	2016
2015			41.463	44.847
2016			30.543	33.960
2017			22.506	25.010
2018			22.110	25.437
2019 em diante			38.891	46.042
<b>Total</b>			<b>155.513</b>	<b>176.196</b>

**Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ 2.417 milhões na controladora e R\$ 2.307 milhões no consolidado. Abaixo seguem as principais captações e pagamentos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.





continuação

**TELEMAR NORTE LESTE S.A.**

CNPJ 33.000.118/0001-79

**Resumo das movimentações dos saldos de provisões**

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo em 01/01/2012</b>	<b>387.319</b>	<b>845.893</b>	<b>992.921</b>	<b>2.226.133</b>
Adições / Reversões	28.480	21.790	115.506	165.776
Baixas por pagamento/encerramentos	(28.480)	(303.104)	(110.329)	(441.913)
Atualização monetária	32.771	116.045	35.728	184.544
<b>Saldo em 2012</b>	<b>420.090</b>	<b>680.624</b>	<b>1.033.826</b>	<b>2.134.540</b>
Adições / Reversões	53.716	(54.965)	151.073	149.824
Baixas por pagamento/encerramentos	(108.180)	(246.790)	(139.322)	(494.292)
Atualização monetária	67.878	122.643	(40.501)	150.020
<b>Saldo em 2013</b>	<b>433.504</b>	<b>501.512</b>	<b>1.005.076</b>	<b>1.940.092</b>
	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo em 01/01/2012</b>	<b>849.252</b>	<b>1.895.863</b>	<b>4.148.625</b>	<b>6.893.740</b>
Redução por Reorganização Societária	(283.841)	(1.042.992)	(3.077.697)	(4.384.530)
Adições / Reversões	7.182	32.281	195.322	234.785
Baixas por pagamento/encerramento	(158.512)	(133.402)	(210.945)	(682.859)
Atualização monetária	49.097	123.017	49.071	221.185
<b>Saldo em 2012</b>	<b>483.178</b>	<b>694.767</b>	<b>1.104.376</b>	<b>2.282.321</b>
Aumento por Reorganização Societária	18.194	17.286	37.319	72.799
Adições / Reversões	62.015	(39.456)	256.241	278.800
Baixas por pagamento/encerramentos	(133.428)	(255.934)	(237.670)	(627.032)
Atualização monetária	73.582	123.163	(31.069)	177.676
<b>Saldo em 2013</b>	<b>505.541</b>	<b>545.826</b>	<b>1.129.197</b>	<b>2.184.564</b>

**Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes****Provisões****Tributárias:**

(i) Tributos estaduais – Exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tomados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fiscos Estaduais.

(ii) Tributos federais – Autuações diversas que exigem impostos e contribuições federais sobre fatos qualificados de forma supostamente inadequada pela Companhia ou sobre diferenças na apuração e cálculos destes tributos.

**Trabalhistas:**

(i) Horas extras - Referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada.

(ii) Indenizações - Referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória.

(iii) Adicionais diversos - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.

(iv) Estabilidade / reintegração – Refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.

(v) Complemento de aposentadoria - Diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas.

(vi) Diferenças salariais - Referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado.

(vii) Verbas rescisórias - Referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças.

(viii) Multas trabalhistas - Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas.

(ix) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta.

(x) FGTS - Reclamações referentes as diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos.

(xi) Subsidiariedade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas.

(xii) Demais ações - Referem-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

No exercício de 2013, a Administração revisou a metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas incluindo técnicas estatísticas, em função de maior experiência acumulada no assunto. A mudança de estimativa gerou uma reversão na controladora no montante de R\$ 152.174 (líquido de impostos, no montante de R\$ 100.435).

**Cíveis:**

(i) Multas ANATEL - Refere-se, substancialmente, as provisões de PADO's – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMO – Plano Geral de Metas de Qualidade e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade.

(ii) Estimativas ANATEL - Refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU - Plano Geral de Metas de Universalização e PGMO – Plano Geral de Metas de Qualidade.

(iii) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

(iv) Demais ações - Referem-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas da Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujos principais natuzes referem-se a discussões de quebras contratuais, para os quais a Administração e seus consultores jurídicos atribuíam prognósticos de perda provável, entre outros.

**Passivo contingente**

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

**Tributárias:**

(i) ICMS – Autuações fiscais que alcançam o montante aproximado de R\$ 4.602.018 (2012 - R\$ 4.286.234). Dentre essas autuações, destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributados pelo ISS, ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.

(ii) Tributos municipais - Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas pertencentes a aluguel de equipamentos, serviços despachador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R\$ 1.121.278 (2012 - R\$ 1.478.483), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

(iii) INSS - Processos no montante aproximado de R\$ 606.451 (2012 - R\$ 552.414) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destaca-se a cobrança efetuada a TMAR pelas autoridades previdenciárias (NFLDs de julho de 2005) que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R\$ 271.863 (2012 - R\$ 265.421).

(iv) Tributos federais – As autuações de tributos federais, são relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos tributos, no valor aproximado de R\$ 3.347.207 (2012 - R\$ 3.147.700). A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera como possíveis chances de perdas nesses processos, razão pela qual não constitui provisão para eventuais perdas.

Seguem abaixo relacionadas, demais cobranças efetuadas pelas autoridades federais:

• A Companhia possui diversos casos administrativos e judiciais de compensação, nos quais se discute créditos de pagamento a maior de PIS e COFINS, decorrente em sua maioria de alargamento de base de cálculo –

Lei nº 9.718/98, exclusão da base de cálculo de receitas de interconexão, exclusão de receitas de telecomunicações do sistema cumulativo, bem como de pagamento a maior de IRPJ e CSLL. Esses casos totalizam R\$ 2.107.525 (2012 - R\$ 2.141.850) e segundo a avaliação dos advogados da companhia, o grau de risco atribuído a esses casos é possível.

• IRRF – Mutuo – A Receita Federal do Brasil autuou a TMAR no valor histórico de R\$ 160.083 (dez/2007) (2012 - R\$ 160.083) pela falta de retenção do IRRF devido (nos anos-calendário de 2002 e 2003) por ocasião dos rendimentos decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com a controladora TNL. A impugnação administrativa foi julgada parcialmente procedente e atualmente aguarda-se o julgamento do recurso voluntário pelo CARF. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que existem bons argumentos para a defesa e classificam o caso como perda possível.

**Trabalhistas:**

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 409.898 (2012 – R\$ 374.375).

Referem-se a ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 693.960 (2012 – R\$ 612.003).

**Garantias**

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 7.456.340 (2012 - R\$ 5.637.417) na controladora o R\$ 9.278.630 (2012 - R\$ 7.604.357) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

**22. DEMAIS OBRIGAÇÕES**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Recetas a apropriar	1.475.274	198.176	1.771.614	496.572
Adiantamentos de clientes	43.354	64.170	512.279	340.528
Consignação em favor de terceiros	24.086	18.169	43.824	30.446
Provisão para desmobilização de ativos	8.645	129.166	8.645	186.698
Obrigações por aval concedido por parte relacionada		40.281		40.431
Outros	29.569	15.296	206.554	95.643
<b>Total</b>	<b>1.580.928</b>	<b>465.258</b>	<b>2.542.916</b>	<b>1.190.318</b>
Circulante	159.910	322.587	1.028.397	916.097
Não circulante	1.421.018	142.671	1.514.519	274.221

**23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****(a) Capital social**

O capital social é de R\$ 11.661.092 (2012 – R\$ 11.628.775), composto pelas seguintes ações sem valor nominal.

Quantidade (em milhares de ações)	
2013	2012

<b>Capital total em ações</b>	
Ações ordinárias	154.032
Ações preferenciais classe A	190.465
<b>Total em circulação</b>	<b>344.497</b>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 700 milhões de ações, ordinárias ou preferenciais, não havendo obrigatoriedade de guardar proporção entre elas, observado o limite legal de 2/3 para emissão de ações preferenciais sem direito a voto.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre outorga do plano de opção de compras de ações e excluir o direito de preferência para emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações.

**(b) Ações em tesouraria**

O saldo refere-se, basicamente, a aplicações em investimentos em instrumentos de capital social, em função da Reorganização Societária ocorrida em 27 de fevereiro de 2012 as ações em tesouraria foram canceladas integralmente.

**(c) Reservas de capital****Reserva de ágio na subscrição de ações**

Representa o excesso do preço de emissão de novas ações em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social.

Em 27 de fevereiro de 2012, em decorrência da aprovação da Reorganização Societária o montante de R\$ 837.711 foi absorvido desta reserva.

**Reserva de doações e subvenções para investimentos**

O saldo refere-se, basicamente, a aplicações em incentivos fiscais - FINAM, FINOR, FUNRES e lucro da exploração (o último até 31 de dezembro de 2007).

**Reserva de opções de ações**

Em função da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012 o programa de opções de ações foi extinto o que gerou a reversão do saldo contabilizado nesta reserva em contrapartida a conta de lucros acumulados, no montante de R\$ 128.024.

**Reserva de juros sobre obras em andamento**

Corresponde à contrapartida do excesso dos juros calculados mensalmente à taxa de 12% a.a. incidentes sobre os saldos de obras em andamento da Companhia, conforme definido na Portaria nº 21/1994 e Portaria nº 31/1994 expedidas pelo Ministério das Comunicações. Os juros cobrados a 12% a.a. que excedam a despesa financeira sobre os empréstimos para financiar as obras em andamento eram contabilizados nesta conta de reserva de capital. Esses juros foram calculados pela Companhia até 31 de dezembro de 1999.

Em 27 de julho de 2012, a AGE aprovou a realização da reserva de juros sobre obras em andamento mediante a amortização parcial das ações ordinárias e preferenciais classe "A" da Companhia no valor total de R\$ 1.210.302.

A reserva foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991. A reserva é realizada com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem.

**(d) Reservas de lucros****Reserva legal**

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

**Reserva de investimentos**

A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos orçamentos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na expansão da planta de telefonia fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel.

**Reserva de incentivos fiscais**

De acordo com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76, instituído pela Lei nº 11.638/2007, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da reserva de lucros de incentivos fiscais no montante de R\$12.728 foi revertida para lucros acumulados.

O saldo refere-se diretamente ao patrimônio líquido.

**(e.1) Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações**

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPQ 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

**(e.2) Outros resultados abrangentes**

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa e ajustes de reclassificação, líquidos dos respectivos efeitos tributários, não reconhecidos nas demonstrações de resultado.

**(f) Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio**

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei 6.404/76.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9, parágrafo 7, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 35 do estatuto social.

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

As ações preferenciais classe "A" não possuem direito a voto e à elas são assegurados, (i) após pagos os dividendos prioritários a que fazem jus as ações preferenciais classe "B" e em igualdade de condições com as ações preferenciais classe "C" até o pagamento do dividendo mínimo a elas atribuído, prioridade no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia; (ii) uma vez pagos os dividendos prioritários para todas as ações preferenciais, são assegurados direitos a dividendos 10% superiores aos dividendos distribuídos às ações ordinárias, desde que o valor total de dividendos pagos às ações preferenciais classe "A" na forma dos itens (i) e (ii) acima não supere o valor de dividendos prioritários pagos às ações preferenciais classe "B", bem como (iii) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia em relação às ações preferenciais classe "C" e ações ordinárias, respeitada a prioridade no reembolso das ações preferenciais classe "B" prevista no Estatuto Social da Companhia. Atualmente não existem ações preferenciais classes "B" ou "C" emitidas pela Companhia, sendo as ações preferenciais classe "B", destinadas à subscrição por fundos de investimento regionais criados através do Decreto-Lei nº 13.76/74, com recursos de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R\$761.130. De acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita a aprovação em AGO, o saldo do lucro do exercício, acrescido da realização da reserva especial Lei nº 8.200/1991 no montante de R\$ 113 e da reversão da reserva de lucros de incentivos fiscais no montante de R\$ 12.728, foi destinado da seguinte forma: (a) constituição de reserva legal no montante de R\$ 38.057; (b) dividendos mínimos estatutários atribuídos às ações preferenciais Classe "A" de R\$ 322.688; e (c) constituição de reserva de investimentos no montante de R\$ 413.226. Os dividendos mínimos obrigatórios, de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976, foram calculados como segue:

	2013	2012
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>761.130</b>	<b>1.564.657</b>
Reserva legal - 5%	(38.057)	(78.232)
Reserva Incentivo fiscal		(12.728)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>723.073</b>	<b>1.473.697</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios - 25%</b>	<b>180.768</b>	<b>368.424</b>

Os dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais classe "A" do exercício de 2013 foram calculados como segue:

	2013
<b>Crítério de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação</b>	
Patrimônio líquido	19.455.058
Total de ações em circulação (*)	344.497
Total de ações preferenciais classe "A" em circulação (*)	190.465
Base de cálculo	58,47
Percentual do dividendo mínimo estatutário	3%
Valor por ação em Reais	1.6942
Dividendos mínimos estatutários atribuídos às ações preferenciais classe "A" (*) em milhares de ações	322.688

(\*) em milhares de ações

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio a pagar pela Companhia, que estão demonstrados no passivo circulante, são compostos como segue:

	2013	2012
<b>Ano-base da proposta</b>		
2013	322.688	368.424
2012	360.387	368.424
2010		12.674
<b>Total</b>	<b>683.075</b>	<b>381.098</b>

**(g) Lucro por ação básico e diluído**

**Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

**Diluído**

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluídas.

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	761.130	1.564.657
Lucro alocado às ações ordinárias - básicas e diluídas	340.318	701.760
Lucro alocado às ações preferenciais - básicas e diluídas	420.812	862.897
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias - básicas e diluídas	154.032	154.032
Ações preferenciais - básicas e diluídas	190.465	169.401
Lucro por ação (Em reais):		
Ações ordinárias - básicas e diluídas	2,21	4,56
Ações preferenciais - básicas e diluídas	2,21	4,56

**24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

**(a) Fundos de pensão**

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi Móvel, BRT Multimídia, BRT CS, IG e BRTI	FATL
BTPREV	Oi Móvel, BRT Multimídia, BRT CS, IG e BRTI	FATL
TelemarPrev	TMAR, TNL PCS e Oi Internet	FATL
PBS-A	TMAR	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	TNL PCS	Sistel
CELPREV	TNL PCS	Sistel

Sistel - Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL - Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Telemar Participações S.A., controladora indireta da Companhia, é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "Patrocinadora".

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

**Provisões para fundos de pensão**

Refere-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido de controladas, conforme demonstração a seguir:

	Consolidado 2013
<b>Planos BTPREV e Fundador/Alternativo</b>	<b>500</b>
Circulante	220
Não circulante	280

**Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras**

Ativo reconhecido por controladas relacionado ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora Oi.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Consolidado 2013
<b>Plano TCSPREV</b>	<b>2.708</b>
Circulante	839
Não circulante	1.869

**Características dos planos de previdência complementar patrocinados**

**1) SISTEL**

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

**Planos**

**(i) PBS-A**

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2013, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou superavitária.

**(ii) PBS-TNCP**

Plano de benefício definido, que além do benefício da suplementação fornece assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

**(iii) CELPREV**

Em 2004 a Amazônia (incorporada pela TNL PCS) obteve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão. O plano de contribuição variável, denominado CelPrev Amazônia, (CELPREV) foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também oferecido aos novos profissionais admitidos pela controlada. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida e incentivada a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV.

O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que uma Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação.

A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (ii) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (iii) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.

**2) FATL**

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipiano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

**Planos**

**(i) PBS-Telemar**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 9,5% sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, dos quais 8% são destinados ao Plano de Benefícios PBS-Telemar e 1,5% ao PAMA (Plano de Assistência Médica ao Aposentado). O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

**(ii) TelemarPrev**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0028-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extrasordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

**(iii) TCSPREV**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2000.0028-38.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de contribuição básica de 8% do SP.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

**(iv) BTPREV**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2002.0017-74.

Em 31 de julho de 2012 houve a efetiva incorporação do Plano de Benefícios Fundador/Alternativo, inscrito no CNPB sob o nº 1991.0015-92, pelo Plano de Benefícios BTPREV, aprovada pela Portaria PREVIC nº 378, de 11 de julho de 2012.

A partir da data da efetiva incorporação (31 de julho de 2012), os Participantes e Beneficiários vinculados ao Plano de Benefícios Fundador/Alternativo tornaram-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do Plano de Benefícios BTPREV, respeitando-se as mesmas categorias que definiram no dia imediatamente anterior àquela data.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo BTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de Contribuição Básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de Contribuição Básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de Contribuição Básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de Contribuição Básica de 7% a 8% do SP; e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de Contribuição Básica de 8% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial, e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo BTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento) em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante do grupo BTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPBRT. Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Esporádica de Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

**Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (FATL)**

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantêm obrigações de benefício definido:

	Controladora			
	2013	2012	2013	2012
	PBS-Telemar		TelemarPrev	
<b>CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS</b>				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	222.175	259.701	2.195.813	2.509.073
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	8.220	11.516	361.336	563.293
<b>(=) Total do valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>230.395</b>	<b>271.217</b>	<b>2.557.149</b>	<b>3.072.366</b>
Valor justo dos ativos do plano	(258.076)	(316.274)	(2.996.642)	(3.312.657)
<b>(=) Passivo(ativo) atuarial líquido</b>	<b>(27.681)</b>	<b>(45.057)</b>	<b>(439.493)</b>	<b>(240.291)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	27.681	45.057	439.493	240.291
<b>(=) Passivo(ativo) atuarial líquido reconhecido</b>				



continuação

**TELEMAR NORTE LESTE S.A.**

CNPJ 33.000.118/0001-79

	Consolidado 2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
<b>CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS</b>				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	963	118	222.175	2.241.129
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	551	1.236	8.220	377.294
<b>(=) Total do valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>1.514</b>	<b>1.354</b>	<b>230.395</b>	<b>2.618.423</b>
Valor justo dos ativos do plano	(1.014)	(4.062)	(258.076)	(3.076.378)
<b>(=) Passivo(ativo) atuarial líquido</b>	<b>500</b>	<b>(2.708)</b>	<b>(27.681)</b>	<b>(457.955)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso			27.681	457.955
<b>(=) Passivo(ativo) atuarial líquido reconhecido</b>	<b>500</b>	<b>(2.708)</b>		

	Consolidado 2012			
	PBS-Telemar	TelemarPrev		
<b>CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS</b>				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	259.701	2.558.038		
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	11.516	588.515		
<b>(=) Total do valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>271.217</b>	<b>3.146.553</b>		
Valor justo dos ativos do plano	(316.274)	(3.395.454)		
<b>(=) Passivo(ativo) atuarial líquido</b>	<b>(45.057)</b>	<b>(248.901)</b>		
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	45.057	248.901		
<b>(=) Passivo(ativo) atuarial líquido reconhecido</b>				

	Controladora			
	2013	2012	2013	2012
	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-Telemar	TelemarPrev

<b>MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO</b>				
<b>Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício</b>	<b>271.217</b>	<b>224.927</b>	<b>3.072.366</b>	<b>2.474.480</b>
Juros sobre as obrigações atuariais	23.312	22.430	265.625	247.633
Custo do serviço corrente	235	182	10.148	9.184
Contribuições de participantes vertidas no ano	52	50		
Benefícios pagos líquidos	(17.777)	(15.757)	(192.874)	(222.847)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(46.644)	39.385	(598.116)	568.713
Entrada(Saída) de transferências líquidas (incluindo o efeito de fusões, aquisições e alienações)				(4.797)
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>230.395</b>	<b>271.217</b>	<b>2.557.149</b>	<b>3.072.366</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do exercício</b>	<b>316.274</b>	<b>289.333</b>	<b>3.312.657</b>	<b>3.019.734</b>
Rendimento esperado no ano	27.324	29.109	286.984	303.968
Contribuições normais recebidas pelo plano	137	142		
Patrocinadora	85	92		
Participantes	52	50		
Pagamento de benefícios	(17.777)	(15.757)	(192.874)	(222.847)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(67.882)	13.447	(410.125)	211.802
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>258.076</b>	<b>316.274</b>	<b>2.996.642</b>	<b>3.312.657</b>
<b>(=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido</b>	<b>(27.681)</b>	<b>(45.057)</b>	<b>(439.493)</b>	<b>(240.291)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	27.681	45.057	439.493	240.291
<b>(=) Passivo(ativo) atuarial líquido reconhecido</b>				

	Consolidado 2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
<b>MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO</b>				
<b>Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício</b>	<b>2.532</b>	<b>1.606</b>	<b>271.217</b>	<b>3.146.553</b>
Juros sobre obrigação atuarial	215	142	23.312	272.072
Custo do serviço corrente	133	124	235	11.694
Contribuições de participantes vertidas no ano	52	50		
Benefícios pagos líquidos	(68)	(10)	(17.777)	(196.631)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(1.298)	(508)	(46.644)	(615.265)
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>1.514</b>	<b>1.354</b>	<b>230.395</b>	<b>2.618.423</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do exercício</b>	<b>1.563</b>	<b>4.334</b>	<b>316.274</b>	<b>3.395.454</b>
Rendimento esperado no ano	129	384	27.324	294.197
Contribuições normais recebidas pelo plano			137	
Patrocinadora			85	
Participantes			52	
Pagamento de benefícios	(68)	(10)	(17.777)	(196.631)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(610)	(646)	(67.882)	(416.642)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>1.014</b>	<b>4.062</b>	<b>258.076</b>	<b>3.076.378</b>
<b>(=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido</b>	<b>500</b>	<b>(2.708)</b>	<b>(27.681)</b>	<b>(457.955)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso			27.681	457.955
<b>(=) Passivo(ativo) atuarial líquido reconhecido</b>	<b>500</b>	<b>(2.708)</b>		

	Consolidado 2012			
	PBS-Telemar	TelemarPrev		
<b>MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO</b>				
<b>Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício</b>	<b>224.927</b>	<b>2.534.333</b>		
Juros sobre obrigação atuarial	22.430	253.671		
Custo do serviço corrente	182	10.652		
Benefícios pagos líquidos	(15.757)	(226.939)		
Contribuições de participantes vertidas no ano	50			
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	39.385	574.836		
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>271.217</b>	<b>3.146.553</b>		
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do exercício</b>	<b>289.333</b>	<b>3.097.967</b>		
Rendimento esperado no ano	29.109	311.899		
Contribuições normais recebidas pelo plano	142			
Patrocinadora	92			
Participantes	50			
Pagamento de benefícios	(15.757)	(226.939)		
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	13.447	212.627		
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>316.274</b>	<b>3.395.454</b>		
<b>(=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido</b>	<b>(45.057)</b>	<b>(248.901)</b>		
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	45.057	248.901		
<b>(=) Passivo(ativo) atuarial líquido reconhecido</b>				

	Controladora			
	2013	2012	2013	2012
	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-Telemar	TelemarPrev
<b>COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO</b>				
Custo do serviço corrente	235	181	10.148	9.183
Juros sobre as obrigações atuariais	23.312	22.430	265.626	247.633
Rendimento dos ativos do plano	(27.324)	(29.109)	(286.985)	(303.968)
Juros sobre o passivo oneroso	4.005	6.667	21.359	56.445
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(228)	(169)	(10.148)	(9.293)
<b>Total da despesa (receita) reconhecida</b>				

	Consolidado 2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	Telemar Prev
<b>COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO</b>				
Custo do serviço corrente	133	123	235	11.695
Juros sobre as obrigações atuariais	215	142	23.312	272.071
Rendimento dos ativos do plano	(129)	(384)	(27.324)	(294.196)
Juros sobre o passivo oneroso			4.005	22.125
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(228)	(11.695)
<b>Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados</b>	<b>219</b>	<b>(119)</b>		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	(689)	139		
<b>Total da despesa (receita) reconhecida</b>	<b>(470)</b>	<b>20</b>		

	Consolidado 2012			
	PBS-Telemar	TelemarPrev		
<b>COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO</b>				
Custo do serviço corrente	181	10.652		
Juros sobre as obrigações atuariais	22.430	253.671		
Rendimento dos ativos do plano	(29.109)	(311.899)		
Juros sobre o passivo oneroso	6.667	58.337		
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(169)	(10.761)		
<b>Total da despesa (receita) reconhecida</b>				

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos TelemarPrev, PBS-Telemar, BrTPREV, Alternativo e Fundador e TCSPREV foram as seguintes:

	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	Telemar Prev
<b>PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS</b>				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,93%	7,93%	7,93%	5,5% a 10,9%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Taxa de rotatividade	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
	6%	6%	Nula	0% a 14,5%

	2012			
	PBS-Telemar	TelemarPrev		
<b>PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS</b>				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial		8,89%	8,89%	
Taxa estimada de inflação		4,50%	4,50%	
Índice de aumento salarial nominal estimado		8,68%	4,5% a 14,95%	
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios		4,50%	4,50%	
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano		9,52%	9,52%	
Tábua biométrica de mortalidade geral		AT2000	AT2000	
Tábua biométrica de entrada em invalidez		Zimmermann	Zimmermann	
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos		Nichzugs	Nichzugs	
		Winklevoss	Winklevoss	
		Nula	1,21% a 11,69%	

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2013**  
a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2013.  
b) Os dados cadastrais utilizados para os Planos da FATL é de 31 de agosto de 2013, projetados para 31 de dezembro de 2013.

**Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (SISTEL e PAMEC)**

	Controladora	
	2013	2012
	PBS-A	PBS-A
<b>CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS</b>		
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.938.467	3.362.914
<b>(=) Total do valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>2.938.467</b>	<b>3.362.914</b>
Valor justo dos ativos do plano	(5.486.560)	(5.289.438)
<b>(=) Passivo(ativo) atuarial líquido</b>	<b>(2.548.093)</b>	<b>(1.926.524)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.254.878	1.625.335
<b>(=) Passivo (ativo) atuarial líquido</b>	<b>(293.215)</b>	<b>(301.189)</b>
Provisão para ativo de realização duvidosa (i)	293.215	301.189
<b>(=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido</b>		

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, considerando a expectativa de difícil realização do crédito, foi constituída provisão para perdas com ativo.

	Consolidado 2013		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
<b>CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS</b>			
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.938.467	22.229	117
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	2.938.467	1.968	117
<b>(=) Total do valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>5.876.934</b>	<b>24.197</b>	<b>(1.668)</b>
Valor justo dos ativos do plano	(5.486.560)	(45.312)	(1.551)
<b>(=) Passivo(ativo) atuarial líquido</b>	<b>(2.548.093)</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(1.551)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.254.878	21.115	1.551
<b>(=) Passivo (ativo) atuarial líquido</b>	<b>(293.215)</b>		
Provisão para ativo de realização duvidosa	293.215		
<b>(=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido</b>			

	Consolidado 2012		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
<b>CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS</b>			
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.362.914	26.158	128
Obrigações atuariais com benefícios a conceder		2.412	128
<b>(=) Total do valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>3.362.914</b>	<b>28.570</b>	<b>128</b>
Valor justo dos ativos do plano	(5.289.438)	(53.239)	(1.933)
Benefícios pagos líquidos	(1.926.524)	(24.729)	(1.805)
<b>(=) Passivo(ativo) atuarial líquido</b>	<b>(3.853.052)</b>	<b>(49.438)</b>	<b>(1.805)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	1.625.335	24.729	1.805
<b>(=) Passivo (ativo) atuarial líquido</b>	<b>(301.189)</b>		
Provisão para ativo de realização duvidosa	301.189		
<b>(=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido</b>			

	Controladora		
	2013	2012	
	PBS-A	PBS-A	
<b>MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO</b>			
<b>Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício</b>	<b>3.362.914</b>	<b>2.883.314</b>	
Juros sobre obrigação atuarial	287.645	285.896	
Benefícios pagos líquidos	(299.883)	(252.948)	
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(412.209)	446.652	
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>2.938.467</b>	<b>3.362.914</b>	
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do exercício</b>	<b>5.289.438</b>	<b>4.495.346</b>	
Rendimento esperado no ano	458.913	452.773	
Pagamento de benefícios	(299.883)	(252.948)	
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	38.092	594.267	
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>5.486.560</b>	<b>5.289.438</b>	
<b>(=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido</b>	<b>(2.548.093)</b>	<b>(1.926.524)</b>	
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.254.878	1.625.335	
<b>(=) Passivo(ativo) atuarial líquido</b>	<b>(293.215)</b>	<b>(301.189)</b>	
Provisão para ativo de realização duvidosa	293.215	301.189	
<b>(=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido</b>			

continuação

## TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

Consolidado 2013				INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2013			
PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV		a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2013.			
<b>MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO</b>				b) Os dados cadastrais utilizados para o os planos da SISTEL são de 31 de julho de 2013 e o PAMEC é de 31 de outubro de 2013, projetados para 31 de dezembro de 2013.			
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	3.362.914	28.570	128	Os valores acima não consideram os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.			
Juros sobre obrigação atuarial	287.645	2.464	11	<b>Política de investimentos dos planos</b>			
Custo do serviço corrente		82	5	A estratégia de investimento dos planos de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital, (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação tática é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de benefício. A execução é efetuada pelo departamento financeiro.			
Benefícios pagos líquidos	(299.883)	(1.929)	5	Os limites máximos estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:			
Contribuições de participantes vertidas no ano		23	5				
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(412.209)	(5.013)	(32)				
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.938.467	24.197	117				
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	5.289.438	53.299	1.933				
Rendimento esperado no ano	458.913	4.664	172				
Contribuições normais recebidas pelo plano		62	9				
Patrocinadora		39	4				
Participantes		23	5				
Pagamento de benefícios	(299.883)	(1.929)					
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	38.092	(10.784)	(446)				
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	5.486.560	45.312	1.668				
(=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	(2.548.093)	(21.115)	(1.551)				
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.254.878	21.115	1.551				
(=) Passivo(ativo) atuarial líquido	(293.215)						
Provisão para ativo de realização duvidosa	293.215						
(=) Passivo(ativo) atuarial líquido reconhecido							
Consolidado 2012							
PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV					
<b>MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO</b>							
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.883.314	23.020	157				
Juros sobre obrigação atuarial	285.896	2.301	16				
Custo do serviço corrente		44	7				
Benefícios pagos líquidos	(252.948)	(1.610)	4				
Contribuições de participantes vertidas no ano		37	4				
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	446.652	4.778	(56)				
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	3.362.914	28.570	128				
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	4.495.346	40.069	1.657				
Rendimento esperado no ano	452.773	4.068	171				
Contribuições normais recebidas pelo plano		58	5				
Patrocinadora		22	5				
Participantes		36	4				
Pagamento de benefícios	(252.948)	(1.610)					
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	594.267	10.714	96				
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	5.289.438	53.299	1.933				
(=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	(1.926.524)	(24.729)	(1.805)				
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	1.625.335	24.729	1.805				
(=) Passivo(ativo) atuarial líquido	(301.189)						
Provisão para ativo de realização duvidosa	301.189						
(=) Passivo(ativo) atuarial líquido reconhecido							
Controladora							
2013	2012						
PBS-A							
<b>DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>							
Juros sobre as obrigações atuariais	287.645	285.896					
Rendimento dos ativos do plano	(458.913)	(452.773)					
Juros sobre o passivo oneroso	144.492						
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	26.776	166.877					
Total da despesa (receita) reconhecida							
Consolidado							
2013							
PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV					
<b>DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>							
Custo do serviço corrente	82	6					
Juros sobre as obrigações atuariais	287.645	2.464	11				
Rendimento dos ativos do plano	(458.913)	(4.664)	(171)				
Juros sobre o passivo oneroso	144.492	2.198	155				
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	26.776	(80)	(6)				
Total da despesa (receita) reconhecida							
Consolidado							
2012							
PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV					
<b>DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>							
Custo do serviço corrente	44	7					
Juros sobre as obrigações atuariais	285.896	2.301	16				
Rendimento dos ativos do plano	(452.773)	(4.069)	(171)				
Juros sobre o passivo oneroso	166.877	1.764	155				
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido		(40)	(7)				
Total da despesa (receita) reconhecida							
As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos PBS-A, PAMEC, PBS-TNCP e CELPREV foram as seguintes:							
2013							
PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV					
<b>PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS</b>							
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%				
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%				
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	10,92%	8,80%				
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%				
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A				
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%				
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000				
	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann				
	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs				
	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss				
	N/A	N/A	55 anos				
	N/A	Nula	Nula				
<b>PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS</b>							
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,89%	8,89%	8,89%				
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%				
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	8,64%	6,59%				
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%				
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A				
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,00%	10,87%	11,00%				
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000				
	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann				
	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs				
	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss				
	N/A	N/A	55 anos				
	N/A	Nula	Nula				



continuação	
<p align="center"><b>TELEMAR NORTE LESTE S.A.</b> CNPJ 33.000.118/0001-79</p>	
<p>Após a conclusão da operação, as ações da CorpCo estarão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da B3 e Bovespa, bem como na NYSE Euronext Lisbon e na NYSE.</p> <p>A CorpCo irá concentrar-se na excelência operacional. Um plano de ação claro foi preparado com vistas à integração de áreas com potencial de melhoria de eficiência, incluindo a identificação de equipes para capturar sinergias e dar respostas aos atuais desafios operacionais.</p> <p>Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("Cade") aprovou a operação relativa à união das atividades e negócios da Oi e da Portugal Telecom, sendo que, em 29 de janeiro de 2014, encerrou-se o prazo para eventual interposição de recursos por parte de terceiros ou avocação do caso pelo Tribunal do Cade, sem qualquer manifestação contrária à decisão. Por esse motivo, a decisão do Cade, publicada no dia 14 de janeiro de 2014, restou plenamente confirmada.</p>	
<p><b>DIRETORIA ESTATUTÁRIA</b></p> <p><b>Zeinal Abedin Mahomed Bava (Presidente)</b> Eurico de Jesus Teles Neto (Diretor) Bayard De Paoli Gontijo (Diretor)</p>	
<p><b>CONTADOR</b></p> <p><b>Marcelo Antônio Leal Gomes</b> CRC-RJ 083.182</p>	
<p align="center"><b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b></p>	
<p>Aos Diretores e Acionistas da Telemar Norte Leste S.A.</p> <p>Rio de Janeiro – RJ</p> <p>Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Telemar Norte Leste S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.</p> <p><b>Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras</b></p> <p>A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board – IASB</i>, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p><b>Responsabilidade dos auditores independentes</b></p> <p>Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p>	<p><b>Transfêrencia de torres móveis</b></p> <p>Em 3 de dezembro de 2013, a Companhia firmou um acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detém 2.007 torres de telecomunicações que são utilizadas na prestação de serviços de telefonia móvel, pelo valor total de aproximadamente R\$ 1,5 bilhões. A conclusão desta transação ocorreu em 31 de março de 2014.</p> <p><b>28. EVENTOS SUBSEQUENTES</b></p> <p><b>Incorporação TNL PCS</b></p> <p>Em 1 de fevereiro de 2014 foram realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias da TNL PCS (operadora móvel das regiões 1 e 3) e da Oi Móvel (operadora móvel da região 2) que deliberaram sobre a incorporação da primeira pela segunda, sendo extinta a TNL PCS.</p> <p><b>Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais</b></p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telemar Norte Leste S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p><b>Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas</b></p> <p>Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Telemar Norte Leste S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board – IASB</i> e as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p><b>Enteses</b></p> <p><b>Reapresentação dos valores correspondentes</b></p> <p>Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 (b), em decorrência da adoção da nova política trazida pelo CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, os valores correspondentes consolidados, relativos ao balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.</p> <p><b>Diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS</b></p> <p>Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Telemar Norte Leste S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.</p> <p>Rio de Janeiro, 7 de abril de 2014</p> <p><b>KPMG Auditores Independentes</b> CRC SP-014428/O-6 F-RJ José Luiz de Souza Gurgel Contador CRC RJ-087339/O-4</p>

# Big Brother na segurança da Copa

Consórcio liderado por brasileira será responsável por centros de comando exclusivos nas 12 cidades-sede

**Erica Ribeiro**  
eribeiro@brasil.com.br

A Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), ligada ao Ministério da Justiça, assinou contrato com o Consórcio Brasil Seguro — formada pelas empresas Módulo Security, Aceco TI, Comtex e Agora Telecom — que será o grupo responsável pelo fornecimento de soluções de tecnologia de informação, serviços e infraestrutura de 14 Centros Integrados de Comando e Controle (CICC), previstos nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo. Dois deles serão centro de backup, que ficarão instalados em Brasília e no Rio de Janeiro. O projeto terá um custo de R\$ 244 milhões, valor da oferta apresentada ao governo pelo consórcio, e faz parte da arquitetura de segurança pública que está sendo desenhada para o evento. Terminada a Copa do Mundo, estes centros de comando permanecerão nas cidades que sediaram o mundial — a partir daí sob a responsabilidade das secretarias de segurança locais.

Em um espaço de pouco mais de 42 metros quadrados, os visitantes da LAAD Security, feia do setor de segurança que acontece no Riocentro, no Rio de Janeiro, puderam entender melhor como será o monitoramento de todos os passos de delegações, autoridades e demais envolvidos no evento.



Quando a bola sair de campo, as ferramentas de monitoramento ficam como legado para as cidades

Sérgio Thompson-Flores, CEO da Módulo Security, empresa que lidera o consórcio, explicou que o maior diferencial do novo centro de comando será o de transformar uma gama de informações em uma solução de inteligência que permita criar os melhores meios de escoamento e segurança de todos que vão partici-

par dos jogos.

"Hoje, podemos dizer que há uma certa cegueira pelo excesso de informações que obtemos ao mesmo tempo. Para criar estratégias de inteligência, foi desenvolvida uma ferramenta que, na verdade, funciona como um sistema integrado. É o uso da informação associada à inteligência para a me-

lhor velocidade de resposta", diz ele, exemplificando que a solução vai poder, em caso de acidente ou outro problema existente no trajeto de uma delegação, por exemplo, traçar uma rota alternativa de forma mais ágil e ainda acionar os órgãos públicos que poderão ajudar na solução do problema.

"O mais importante é que esta-

O fornecimento de soluções de tecnologia de informação, serviços e infraestrutura irá para 14 Centros Integrados de Comando e Controle (CICC), previstos nas 12 cidades-sede da Copa

mos desenvolvendo soluções globais com padrão nacional. Nos orgulha que o consórcio vencedor tenha sido liderado por uma empresa brasileira, com software e capital brasileiros, demonstrando, mais uma vez, nossa capacidade no desenvolvimento de tecnologia de ponta", completa ele.

O processo de concorrência, começou em junho de 2013 e teve a participação de outros seis consórcios, dos quais faziam parte empresas como a IBM, a Microsoft e a Motorola, entre outras. O projeto deverá ficar pronto até maio desse ano. Parte dos sistemas permanecerá mobilizada para suportar a segurança das Olimpíadas e das Paraolimpíadas de 2016. Mas, segundo Sérgio, novas conversas estão em andamento, voltadas exclusivamente para os jogos olímpicos.

---

• Demonstrações Financeiras da Oi Móvel



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)





continuação

**Oi MÓVEL S.A.**  
(Anteriormente denominada 14 Brasil Telecom Celular S.A.)  
CNPJ 05.423.963/0001-11**Moeda funcional e de apresentação**

A Companhia atua, como operadora no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

- Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:
- o preço de venda de seus produtos e serviços;
  - os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
  - o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores; e
  - juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

**Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

**Itens não monetários indexados a moeda estrangeira**

A Companhia não possui itens não monetários indexados a moeda estrangeira (distinta da moeda funcional e de apresentação).

**Caixa e equivalentes de caixa**

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

**Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição menos os rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

**Contas a receber**

As contas a receber decorrentes dos serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "simcards" e acessórios. A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

**Estoque**

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.

• Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

**Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos futuros e possam ser medidos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens afetados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

**Intangível**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- É possível demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- É possível demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados com base no produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros custos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

**Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração**

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo de ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existem UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia.

A Companhia apresenta uma única UGC, que representa os ativos ligados à prestação dos serviços de telefonia móvel, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outros;
- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Companhia, entre outras; e

Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pela Companhia, não houve evidências de perda de valor que gerassem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

**Ajuste a valor presente**

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste a valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente. Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) existência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

**Deterioração de ativos financeiros**

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

**Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

**Provisões**

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**Benefícios a empregados**

• Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios a serem pagos aos empregados são avaliados com base nos valores estimados, sendo administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia conta com planos de benefícios definidos e contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesa relativa aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando-se a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficiências, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 21).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

• Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa.

A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico.

**Reconhecimento das receitas**

As receitas correspondem, automaticamente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia. A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados e os benefícios forem substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

**Reconhecimento de despesas**

• Programa de fidelização de clientes ("Oi Pontos")

A Companhia implementou um programa de fidelização de clientes ("Oi Pontos"), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, por eventos disponíveis no "experências Oi" e/ou transferi-los ao Programa Multiserviço Fidelidade (programa parceiro) para trocá-los por diversos outros benefícios de recreação e lazer, tais como passagens aéreas, abastecimento nos postos de combustíveis, entre outros.

A Companhia contabiliza os pontos concedidos no programa como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contra-prestação possuída ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os clientes de pré-pagos podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados ou transferidos aos programas parceiros. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios, bem como quando são cancelados ou expiram, em relação ao número total que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente no primeiro trimestre de 2011, sendo o saldo do passivo registrado na conta de receitas a apropriar.

**Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre conta a receber líquida após o vencimento e os

ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos e outras transações financeiras.

**Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuem a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade da empresa. A Companhia redut o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base em estimativas razoáveis de prováveis resultados futuros.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revert



continuação

Oi Móvel S.A.  
(Anteriormente denominada 14 Brasil Telecom Celular S.A.)  
CNPJ 05.423.983/0001-11

de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.  
O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos "covenants" financeiros atrelados às dividas da Companhia está detalhado na Nota 16, na seção "Covenants".

3.4.5. Riscos contingenciais  
Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 19.

4. RECEITA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	2013	2012
Receita bruta de vendas e/ou serviços	3.553.141	3.330.911
Deduções da receita bruta	(1.034.550)	(998.024)
Tributos	(562.940)	(560.549)
Outras deduções	(471.610)	(437.475)
Total	2.518.491	2.332.887

5. DESPESAS POR NATUREZA

	2013	2012
Interconexão	(549.645)	(501.217)
Serviços de terceiros	(388.691)	(506.464)
Depreciação e amortização	(289.346)	(290.727)
Meios de conexão	(213.049)	(196.268)
Seguros	(177.943)	(146.139)
FISTEL	(132.977)	(150.000)
Publicidade e propaganda	(101.029)	(83.265)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(97.025)	(71.643)
Pessoal	(70.863)	(33.549)
Custo de aparelhos e outros	(25.434)	(28.539)
Materiais	(4.226)	(7.453)
Outros custos e despesas	(5.505)	(8.925)
Total	(2.055.823)	(2.081.588)

Classificados como:

Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(1.383.585)	(1.368.484)
Despesas com vendas	(498.121)	(568.261)
Despesas gerais e administrativas	(174.117)	(144.843)
Total	(2.055.823)	(2.081.588)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2013	2012
Outras receitas operacionais		
Recuperação de tributos e despesas recuperadas	41.309	8.630
Serviços técnicos e administrativos	11.710	11.358
Aluguel	9.038	34.100
Mutual de infraestrutura operacional e outros	444	1.136
Receitas na venda de bens	283	2
Outras receitas operacionais	3.734	4.215
Total	66.509	61.636
Outras despesas operacionais		
Provisões/reversões	(52.724)	(34.265)
Perda na alienação de carteira de clientes	(20.639)	(6.879)
Participação de empregados e administradores	(13.965)	(14.158)
Multas	4.726	(12.962)
Multas processuais	(2.850)	(1.538)
Provisões para fundos de pensão	(1.331)	(1.291)
Outras despesas	(6.671)	(2.004)
Total	(52.622)	(73.234)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2013	2012
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	66.450	197.971
Rendimentos de aplicações financeiras	53.325	100.283
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	20.282	2.212
Atualização monetária de depósitos judiciais	214	7.123
Descontos financeiros obtidos	98	1.017
Outras receitas financeiras	1.071	217
Total	150.299	333.892
Despesas financeiras e outros encargos		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(39.447)	(46.939)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	(9.729)	(9.919)
Sub-total	(49.176)	(56.858)
6. Outros encargos		
Impostos sobre empréstimos e outros passivos	(127.474)	(122.320)
Atualização monetária de provisões	(3.077)	(448)
Impostos sobre operações financeiras e de capital	(1.392)	(381)
Outras despesas financeiras	(8.400)	(3.589)
Sub-total	(140.343)	(132.822)
Total	(289.520)	(289.680)
Resultado financeiro	(9.221)	151.212

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, resultando em uma carga tributária nominal combinada de 34%. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecido no resultado são os seguintes:

	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		
Tributos correntes	(84.966)	(83.428)
Tributos diferidos	(50.148)	(20.190)
Total	(135.114)	(83.618)
Lucro antes das tributações		
IRPJ e CSLL	397.334	390.823
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributável	(135.094)	(132.880)
Juros sobre capital próprio		51.000
Incentivos fiscais	2.570	526
Efeitos IRPJ e CSLL na demonstração de resultado	(2.550)	(2.550)
Total	(135.114)	(83.618)
(i) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indenizáveis, incentivos fiscais e patrocínios.		
(ii) A Administração realizou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações por base as disposições contidas na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627/2013") e Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1422 de 19 de dezembro de 2013.		
Embora a MP nº 627/2013 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, há a possibilidade de opção de forma irrevogável pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014.		
A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pelo adito anteriormente, tendo em vista que: (i) a MP nº 627/2013 necessita ainda de regulamentação; (ii) a MP nº 627/2013 pode vir a sofrer alterações significativas, por força de uma nova legislação; e (iii) a opção de não fazer a alteração de forma definitiva da opção de forma de opção pela antecipação dos efeitos da MP nº 627/2013; e (iv) não foram apurados ajustes nas Demonstrações Financeiras por conta da não adesão		







continuação

Oi Móvel S.A.  
(Anteriormente denominada 14 Brasil Telecom Celular S.A.)  
CNPJ 05.423.983/0001-11

17. AUTORIZAÇÕES A PAGAR		2013	2012
SMP		595.288	722.208
Totais		595.288	722.208
Circulante		162.198	225.163
Não circulante		433.090	497.045
Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas autorizações de prestação de SMP obtidas através de licenças.			
A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:			
		2013	2012
2014		162.198	162.198
2015		216.195	216.195
2016		216.195	216.195
2017		233	233
2018 a 2019		467	467
Total		595.288	595.288
18. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL			
O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:			
		2013	2012
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009		21.404	22.073
Total		21.404	22.073
Circulante		1.946	1.852
Não circulante		19.458	20.221
Os valores do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:			
		2013	2012
COFINS		11.966	5.626
PIS		2.594	1.218
Total		14.560	6.844
A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:			
		2013	2012
2014			1.946
2015			1.976
2016			1.976
2017			381
2018			1.976
2019 a 2021			5.927
2022 a 2024			5.627
Total			21.404
Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009			
A Companhia aderiu ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional vencidos até 30 de novembro de 2008.			
Conforme previsto no art. 1º, V, §8 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.			
Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao Programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.			
19. PROVISÕES			
Composição do saldo			
		2013	2012
Natureza			
Trabalhistas			
(i) Horas extras		784	974
(ii) Indenizações		567	494
(iii) Adicionais diversos		416	344
(iv) Estabilidade / Reintegração		381	550
(v) Honorários advocatícios/periciais		183	273
(vi) Verbas rescisórias		130	112
(vii) Diferenças salariais		62	62
(viii) Multas trabalhistas		33	56
(ix) FGTS		21	21
(x) Demais ações		77	58
Total		2.643	2.944
Tributária			
(i) ISS		6.805	6.397
(ii) ICMS		258	2.552
Total		7.163	8.949
Cível			
(i) Juizado Especial		8.744	8.111
(ii) Multas ANATEL		7.895	7.406
(iii) Estimativas ANATEL		3.238	3.888
(iv) Demais ações		10.037	11.557
Total		29.914	30.762
Total das provisões		39.720	42.655
Circulante		22.170	5.606
Não circulante		17.550	37.049
Detalhamento dos processos por natureza de risco			
		2013	2012
Risco			
Trabalhistas		2.643	2.944
Provisões		2.643	7.163
Passivo contingente		1.814	230.305
Risco			
Trabalhistas		2.944	8.949
Provisões		2.944	8.949
Passivo contingente		3.051	251.850
Resumo das movimentações dos saldos de provisões:			
		2013	2012
Saldo em 01/01/2012		8.439	8.679
Atualização monetária		(439)	633
Adições / (Reversões)		(3.921)	1.214
Baixas por pagamentos / encerramentos		(1.135)	(1.577)
Saldo em 2012		2.944	8.949
Atualização monetária		58	(345)
Adições / (Reversões)		168	878
Baixas por pagamentos / encerramentos		(527)	(2.319)
Saldo em 2013		2.643	7.163
Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes			
Provisões			
Trabalhistas			
(i) Horas extras - reclamações referentes a pedidos de recebimento de horas adicionais, trabalhadas além da jornada normal de trabalho.			
(ii) Indenizações - referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doenças do trabalho, dano moral e estabilidade provisória.			
(iii) Adicionais diversos - referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/1985, regulamentada pelo Decreto nº 83.412/1986, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência.			
(iv) Estabilidade/Reintegração - refere-se ao pleito decorrente de suposta insubordinação de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.			
(v) Honorários advocatícios/periciais - parcelas a pagar nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial.			
(vi) Verbas rescisórias - representam por verbas devidas e não quitadas quando da rescisão contratual dos ex-empregados, incluindo indenização prevista no PIRC - Plano Incentivado de Rescisão Contratual.			
(vii) Diferenças salariais - representadas, substancialmente, por verbas decorrentes de diferenças salariais entre empregados de equiparação salarial/reajustamento, pleiteadas por aqueles que recebem menor remuneração a despeito da identidade de funções, associada a outros requisitos previstos na legislação aplicável.			
(viii) Multas trabalhistas - multas previstas na CLT - Consolidação das Leis do Trabalho pela inadimplência de determinadas verbas trabalhistas, pagas fora do prazo determinado.			
(ix) FGTS - reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante.			
(x) Demais ações - refere-se a questionamentos diversos relativos a vínculo empregatício, adicionais diversos honorários advocatícios/periciais, pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.			
Tributárias			
(i) ISS - provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência da tributação de ISS sobre diversos serviços, como aluguel de equipamentos, de valor agregado e técnicos e administrativos. O valor provisionado reflete a parcela das autuações que os consultores jurídicos entendem ser passível de perda.			
(ii) ICMS - provisão referente a exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto.			
Cíveis			
(i) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassem 40 salários mínimos.			
(ii) Estimativas e multas ANATEL - é composta, substancialmente, por descumprimento das obrigações previstas no PQMG - Plano Geral de Metas de Qualidade, no SMP (Direitos e Garantias dos Usuários), irregularidades em estações e interrupções na prestação dos serviços aos usuários.			
(iii) Demais ações - refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e ex-representantes comerciais, entre outros.			
Passivo contingente			
(i) ISS - suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao engajamento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 15.830 (2012 - R\$ 14.653);			
(ii) ICMS - diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributados pelo ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante de R\$ 137.339 (2012 - R\$ 136.127);			
(iii) Tributos federais - diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 77.136 (2012 - R\$ 131.080).			
Cível			
As principais causas existentes estão representadas por ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outros. Esses questionamentos pertencem aproximadamente, R\$ 31.663 (2012 - R\$ 28.159).			
Garantias			
A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 775.326 (2012 - R\$ 566.753). Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.			
20. DEMAIS OBRIGAÇÕES			
		2013	2012
Adiantamentos de clientes		271.820	235.209
Consignações a favor de terceiros		1.873	1.633
Provisão para desmobilização de ativos			8.043
Outros			5.392
Total		287.309	250.967
Circulante		269.808	226.300
Não circulante		17.501	24.667
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
(a) Capital social			
Em 1 de junho de 2012 na AGE da Companhia foi aprovada a redução do seu capital social, no montante de R\$ 5.137.062. O montante total da redução de capital social foi de R\$ 5.137.062, sendo que o montante de R\$ 1.373.273 foi absorvido pelo prejuízo acumulado da Companhia, e (b) o montante de R\$ 3.763.789 foi compensado com os valores devidos pela Controladora Oi, sendo o montante de R\$ 1.508.288 a título de mútuo e o montante de R\$ 2.255.501 a título de debêntures.			
O capital social subscrito e integralizado, na data de encerramento dos exercícios apresentava a composição abaixo descrita, representado por ações com direito a voto e sem valor nominal:			
		2013	2012
Total de ações	Valor	Total de ações	Valor
Ordinária	4.473.443	2.336.380	4.473.443
Valor patrimonial por ação (R\$)		2013	2012
(b) Reserva de lucros		571,15	556,79
Reserva de incentivos fiscais: constituída através da destinação da parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.			
(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio			
De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve distribuir dividendos, aos seus acionistas, em cada exercício social, em valor não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/1976.			
Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R\$ 262.220. De acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita a aprovação da AGO - Assembleia Geral Ordinária, o saldo do lucro do exercício foi destinado da seguinte forma: (i) constituição de reserva legal no montante de R\$ 13.111, (ii) dividendo obrigatório no montante de R\$ 62.277 e (iii) para o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 186.832.			
Conforme AGOE - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 21 de março de 2013, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2012 no montante de R\$ 307.205 da seguinte forma: (i) pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 150.000; (ii) pagamento de dividendo adicional proposto no montante de R\$ 137.590; (iii) constituição de reserva legal no montante de R\$ 15.138; (iv) constituição de reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 8 e (v) absorção de parte de prejuízos de exercícios anteriores registrados na conta de prejuízos acumulados no montante de R\$ 4.469.			
Dividendos mínimos obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976:			
Lucro líquido do exercício	262.220	307.205	
Prejuízos acumulados	262.220	307.205	
Total	262.220	307.205	
Reserva legal - 5%	(13.111)	(15.138)	
Reserva de incentivo fiscal	249.109	287.500	
Reserva de incentivos fiscais: constituída através da destinação da parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.	x 25% x	25% x	
Dividendos mínimos obrigatórios	62.277	71.897	
Dividendos adicionais (propostos)	202.726	202.726	
Total da remuneração dos acionistas	249.109	209.487	

JSCP - Juros Sobre o Capital Próprio Creditados

A Companhia creditou Juros sobre o Capital Próprio a seus acionistas durante o exercício de 2013, de acordo com a posição acionista na data de cada crédito efetivado. Na data de encerramento do exercício de 2013, JSCP creditados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, foram imputados aos dividendos e integraram a proposta para destinação de resultados aprovada pela AGO de acionistas.

	2013	2012
Juros sobre o capital próprio	150.000	
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	(22.500)	
Total	127.500	

Segue o demonstrativo dos dividendos do exercício de 2013:

	2013	2012
Dividendos mínimos obrigatórios (em 31 de dezembro de 2013)	186.832	
Dividendos adicionais propostos (em 31 de dezembro de 2013)	249.109	
Total	435.941	

Acções ordinárias

Dividendos mínimos obrigatórios (em 31 de dezembro de 2013)

Dividendos adicionais propostos (em 31 de dezembro de 2013)

Total

Valor por ação em Real - Acções ordinárias

Dividendos mínimos obrigatórios (em 31 de dezembro de 2013)

Dividendos adicionais propostos (em 31 de dezembro de 2013)

Total

Valor por ação em Real - Acções ordinárias

(d) Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. Uma vez que a Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas, o lucro diluído por ação é calculado de forma similar ao lucro básico por ação.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	2013	2012
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	262.220	307.205
Lucro atribuído às ações ordinárias - básicas e diluídas	262.220	307.205
Media ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)	4.473	4.473
Lucro por ação (Em Real)	58,62	68,68

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Fundos de pensão

A Companhia patrona planos de benefícios de aposentadoria (Fundos de pensão) a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, a aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2013.

Planos e benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, Oi Móvel, BT Multimídia, IG e B7TI	FATL
BTPTREV	Oi, Oi Móvel, BT Multimídia, IG e B7TI	FATL

BTPTREV - Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "Patrocinadora".

Os planos de pensão são administrados por comitês de administração, com o objetivo de proporcionar a melhor administração dos recursos destinados aos planos de benefícios definidos vinculados a seus ativos firmados junto às fundações, com a anuidade da PREVIC - Superintendência Nacional da Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos a PREVIC é o órgão central que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por parte dos empregados e não há contribuições de ambas as partes patrocinadora e está definidas no Plano de Custo.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial desfavorável, a Companhia poderá ser obrigada a fazer contribuições para a situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização específica para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao montante necessário para o déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	2013	2012
Plano BTPTREV	423	1.680
Total	423	1.680
Circulante	141	1.680
Não circulante	282	1.680

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente à (i) contribuições patronais, (ii) contribuições de terceiros e (iii) contribuições de empregados, de acordo com o designado do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	2013	2012
Plano TCSPREV	2.486	1.621
Total	2.486	1.621
Circulante	1.629	1.478
Não circulante	857	1.143

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipiloto, é pessoa jurídica de direito privado, tem fins previdenciais e não lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 06.908.288/0001-01, com sede e foro na cidade de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

2) BTPTREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Voluntária. A Contribuição Específica de Participante do grupo BTPTREV é opcional e o valor é pago em parcelas mensais, com prazo de 30 anos.

Em 31 de julho de 2012 houve a efetiva incorporação do Plano de Benefícios Fundador/Alternativo, inscrito no CNPJ sob o nº 1991.005-92, pelo Plano de Benefícios Fundador/Alternativo, inscrito no CNPJ sob o nº 1991.005-92, pelo Plano de Benefícios Fundador/Alternativo, inscrito no CNPJ sob o nº 1991.005-92.

A partir da data da efetiva incorporação (31 de julho de 2012), os Participantes e Beneficiários vinculados ao Plano de Benefícios Fundador/Alternativo tornaram-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do Plano de Benefícios BTPTREV, apresentando-se a partir de então em uma única categoria de participantes em relação àquela data.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo BTPTREV é calculada com base nos resultados obtidos com a aplicação do seu patrimônio em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de Contribuição Básica de 5% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incluindo os participantes do grupo BTPTREV) é calculada com base nos resultados obtidos com a aplicação do seu patrimônio em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de Contribuição Básica de 5% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incluindo os participantes do grupo BTPTREV) é calculada com base nos resultados obtidos com a aplicação do seu patrimônio em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de Contribuição Básica de 5% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incluindo os participantes do grupo BTPTREV) é calculada com base nos resultados obtidos com a aplicação do seu patrimônio em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de Contribuição Básica de 5% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incluindo os participantes do grupo BTPTREV) é calculada com base nos resultados obtidos com a aplicação do seu patrimônio em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de Contribuição Básica de 5% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incluindo os participantes do grupo BTPTREV) é calculada com base nos resultados obtidos com a aplicação do seu patrimônio em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de Contribuição Básica de 5% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incluindo os participantes do grupo BTPTREV) é calculada com base nos resultados obtidos com a aplicação do seu patrimônio em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de Contribuição Básica de 5% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incluindo os participantes do grupo BTPTREV) é calculada com base nos resultados obtidos com a aplicação do seu patrimônio em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de Contribuição Básica de 5% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incluindo os participantes do grupo BTPTREV) é calculada com base nos resultados obtidos com a aplicação do seu patrimônio em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de Contribuição Básica de 5% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incluindo os participantes do grupo BTPTREV) é calculada com base nos resultados obtidos com a aplicação do seu patrimônio em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de Contribuição Básica de 5% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incluindo os participantes do grupo BTPTREV) é calculada com base nos resultados obtidos com a aplicação do seu patrimônio em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de Contribuição Básica de 5% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incluindo os participantes do grupo BTPTREV) é calculada com base nos resultados obtidos com a aplicação do seu patrimônio em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de Contribuição Básica de 5% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incluindo os participantes do grupo BTPTREV) é calculada com base nos resultados obtidos com a aplicação do seu patrimônio em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de Contribuição Básica de 5% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incluindo os participantes do grupo BTPTREV) é calculada com base nos resultados obtidos com a aplicação do seu patrimônio em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de Contribuição Básica de 5% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incluindo os participantes do grupo BTPTREV) é calculada com base nos resultados obtidos com a aplicação do seu patrimônio em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (



continuação

## OI MÓVEL S.A.

(Anteriormente denominada 14 Brasil Telecom Celular S.A.)  
CNPJ 05.423.963/0001-11

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - taxa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - taxa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - taxa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - taxa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - taxa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) Idade de 46 ou mais anos - taxa de contribuição básica de 8% do SP.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntárias ou Esporádicas do Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

**Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (FATL)**

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantêm obrigações de benefício definidos:

	B/TCPREV 2013	TCPREV 2012	B/TCPREV 2013	TCPREV 2012
<b>CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS</b>				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	962	1.134	118	140
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	322	733	1.126	923
<b>(a) Total do valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>1.284</b>	<b>1.867</b>	<b>1.244</b>	<b>1.063</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano</b>	<b>(861)</b>	<b>(1.153)</b>	<b>(3.730)</b>	<b>(2.868)</b>
<b>(=) Passivo(Ativo) atuarial líquido</b>	<b>423</b>	<b>714</b>	<b>(2.486)</b>	<b>(1.805)</b>
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos		966		184
<b>(=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido<sup>(1)</sup></b>	<b>423</b>	<b>1.680</b>	<b>(2.486)</b>	<b>(1.621)</b>

<sup>(1)</sup> A Companhia determina o valor disponível para abate de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Companhia, no valor de R\$ 2.486 (2012 - R\$ 1.621), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

0

## MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO)

## ATUARIAL LÍQUIDO

## Valor presente da obrigação atuarial

## no início do exercício

Custo dos juros 160 295 94 106

Custo do serviço corrente 77 257 91 90

Benefícios pagos líquidos (68) (67) (10) (9)

Ganho / (Perda) atuarial sobre a obrigação atuarial (1.644) (64)

Resultado da obrigação de benefício incluído em outros resultados abrangentes (752) 6

**Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício** **1.284** **1.867** **1.244** **1.063**

## Valor justo dos ativos do plano no início do exercício

Rendimentos dos ativos do plano 96 183 254 314

Pagamento de benefícios (68) (67) (10) (9)

Ganho / (Perda) atuarial nos ativos do plano (904) (179)

Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes (320) 618

**Valor justo dos ativos do plano no final do exercício** **861** **1.153** **3.730** **2.868**

**(=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido** **423** **714** **(2.486)** **(1.805)**

Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos 966 184

**(=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido** **423** **1.680** **(2.486)** **(1.621)**

**B/TCPREV** **2013** **2012** **2013** **2012**

**DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Custo do serviço corrente 77 257 91 90

Juros sobre obrigação atuarial 160 295 93 106

Rendimentos dos ativos do plano (96) (204) (254) (314)

Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida (194) (8)

**Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultado** **141** **348** **(70)** **(121)**

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes (432) (611)

**Total da despesa (receita) reconhecida** **(291)** **348** **(681)** **(121)**

**B/TCPREV** **2013** **2012** **2013** **2012**

## PRINCIPAIS PREMISAS

## ATUARIAIS UTILIZADAS

Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial 11,83% 8,89% 11,83% 8,89%

Taxa estimada de inflação 5,50% 4,50% 5,50% 4,50%

Índice de aumento salarial nominal estimado 7,93% 8,68% 7,93% 8,68%

Índice estimado de aumento nominal dos benefícios 5,50% 4,50% 5,50% 4,50%

Taxa de rendimento total esperada sobre os ativos do plano 9,52% 9,52%

Tábuas biométricas de mortalidade geral AT2000 AT2000 AT2000 AT2000

Tábuas biométricas de entrada em invalidez Zimmermann Zimmermann Zimmermann Zimmermann

Tábuas biométricas de mortalidade de inválidos Winklevoss Winklevoss Winklevoss Winklevoss

Taxa de rotatividade 6% 6% 6% 6%

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS - 2013

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2013.  
b) Os dados cadastrais utilizados são de 31 de agosto de 2013, projetados para 31 de dezembro de 2013.

A estratégia de investimento dos planos de pensão está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação tática é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de pensão, gerente de investimento e um membro designado pelo conselho deliberativo. A execução é efetuada pelo departamento financeiro. Os limites estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

	B/TCPREV	TCPREV
<b>SEGMENTO DO ATIVO</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
Renda fixa	100,00%	100,00%
Renda variável	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

	B/TCPREV	TCPREV
<b>SEGMENTO DO ATIVO</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
Renda fixa	80,00%	80,00%
Renda variável	8,00%	8,00%
Investimentos estruturados	10,00%	10,00%
Investimentos no exterior	1,00%	1,00%
Imóveis	1,00%	1,00%
Empréstimos a participantes	1,00%	1,00%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

## (b) Participações dos empregados nos lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou reversões das provisões para participações dos empregados nos lucros, líquida das constituições relativas ao exercício em curso, no montante total de R\$ 4.720 (vide Nota 6). A referida reversão foi registrada contabilmente, em conformidade com a determinação do Conselho de Administração e mediante a análise do cumprimento das metas estabelecidas.

## 23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

## Transações com partes relacionadas consolidadas

**2013** **2012**

## Ativo

Contas a receber **154.987** **115.396**

Contas a receber **137.106** **103.866**

TNL PCS **4.229** **4.609**

TMAR **13.099** **6.321**

Paggo Administradora **553**

**Créditos com partes relacionadas - empréstimos com a controladora** **1.367.787** **223.874**

TMAR **664.498** **223.874**

TNL PCS **172.694**

TMAR **530.595**

**Outros** **14.744** **13.284**

Oi **13.247** **11.790**

Oi BRT Multímídia **1.372** **1.340**

Oi BRT Call Center **5.007** **3.454**

Oi BRT Call Center **10.660** **11.187**

Oi BRT Call Center **10.165** **444**

Oi BRT Call Center **10.165**

**Passivo** **2013** **2012**

**Fornecedores** **332.273** **165.627**

Oi **284.754** **139.312**

Oi BRT Multímídia **2.922** **1.065**

Oi BRT Call Center **5.007** **3.454**

TMAR **10.660** **11.187**

TNL PCS **10.165** **444**

Oi BRT Call Center **10.165**

Oi BRT Call Center **12.940**

Oi Internet **5.765**

Dividendos **62.277**

TMAR **60.002** **45.096**

Demais obrigações **59.687** **45.061**

Oi **9** **9**

Oi BRT Call Center **3** **3**

Oi BRT Call Center **3** **3**

**Receitas** **2013** **2012**

**Receita dos serviços prestados** **878.965** **811.002**

Oi **707.562** **673.226**

TMAR **108.914** **127.436**

TNL PCS **1.686**

Oi Internet **60.794** **10.280**

**Outras receitas operacionais** **8.206** **9.369**

Oi **8.206** **9.369**

**Receitas financeiras** **66.450** **197.971**

Oi **29.713** **149.738**

TMAR **27.148** **48.233**

TNL PCS **9.589**

## Custos e despesas operacionais

**2013** **2012**

Oi **(414.337)** **(405.388)**

Oi BRT Multímídia **(360.747)** **(362.960)**

TNL PCS **(1.693)** **(1.217)**

Oi BRT Call Center **(5.740)** **(5.953)**

Oi BRT Call Center **(19.095)** **(23.771)**

Oi BRT Call Center **(17.379)** **(11.487)**

Paggo Administradora **(9.483)**

**Despesas financeiras** **(9.729)** **(9.919)**

Oi **(9.729)** **(9.919)**

## Linhas de crédito com a Controladora

As linhas de crédito contratadas pela Companhia com a sua Controladora têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados, à taxa correspondente a 115% do CDI (2012 - 115% do CDI).

## Debêntures privadas de emissão da TMAR

Em decorrência da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012, essas emissões foram acrescidas à dívida da Oi que substituiu a TMAR como emissora. Posteriormente, em contra partida da redução do capital da TMAR as debêntures foram liquidadas.

## Transações com partes relacionadas não consolidadas

**2013** **2012**

## Passivo

**Fornecedores** **1.058** **9.166**

Contax **1.058** **9.166**

**2013** **2012**

## Receita

**Receita de serviços prestados** **36** **65**

TDODD **36** **65**

## Serviços prestados pela Contax

A Companhia contrata serviços de "call center" e de cobrança da Contax que é controlada pelos controladores da TmarPart. A Contax presta serviços de telemarketing ativo para a captação de novos clientes móveis, suporte aos clientes pré e pós-pagos de telefonia móvel e serviços de cobrança. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o total das despesas dos serviços prestados pela Contax foi de R\$ 68.122 (2012 - R\$ 69.039).

## Contratos de financiamentos com o BNDES

A Companhia possui contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPart, que detém 13,05% (2012 - 13,05%) do capital votante da TmarPart Participações S.A., empresa "holding" do Grupo e, por consequência, é uma empresa ligada da Companhia.

O saldo devido pela Companhia, relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do exercício era de R\$ 513 milhões (2012 - R\$ 556 milhões).

Até o final do exercício, foram registrados encargos financeiros de R\$ 43 milhões (2012 - R\$ 59 milhões).

As informações sobre os contratos celebrados com o BNDES se encontram descritas na Nota 16.

## 24. SEGUROS

A cobertura de seguros dos bens patrimoniais da Companhia é administrada de forma corporativa pela Controladora. A Administração entende que o montante contratado para fazer face aos eventuais danos materiais e perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes) é considerado suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

## 25. OUTRAS INFORMAÇÕES

## Alteração do Diretor Presidente

Em 4 de junho de 2013, o Conselho de Administração da Oi, atendendo indicação da TmarPart Participações S.A., em reunião realizada nesta data aprovou a substituição do atual Diretor Presidente da Companhia e controlados, o Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, pelo Sr. Zeinal Abedin Mahomed Bava, em complementação de mandato até a primeira Reunião do Conselho após a realização da AGO de 2014. O Sr. José Mauro retorna ao Conselho de Administração da Oi, de onde se licenciou em 22 de janeiro de 2013, reassumindo a Presidência do colegiado. Em razão de sua eleição como Diretor Presidente da Oi, o Sr. Zeinal Bava renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração.

O Sr. Zeinal Bava até esta data presidia a Comissão Executiva da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (empresa "holding" do grupo Portugal Telecom responsável pelos investimentos em Portugal, África, Ásia e Brasil) e continuará a ter uma intervenção em Portugal nos projetos estratégicos, de inovação e nos "workstreams" conjuntos OIPT, fator decisivo para permitir a otimização das sinergias entre os Grupos Oi e PT e contribuir para o sucesso dos objetivos definidos do âmbito da parceria estratégica.

## Transferência de torres móveis

Em 3 de dezembro de 2013, a Oi firmou um acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detém 2.007 torres de telecomunicações que são utilizadas na prestação de serviços de telefonia móvel, pelo valor total de aproximadamente R\$ 1,6 bilhões. A conclusão desta transação ocorreu em 31 de março de 2014.

## 26. EVENTOS SUBSEQUENTES

## Incorporação da TNL PCS

Em 1 de fevereiro de 2014 foram realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias da TNL PCS (operadora móvel das regiões 1 e 3) e da Companhia (operadora móvel da região 2) que deliberaram sobre a incorporação da primeira pela segunda, sendo extinta a TNL PCS.

## DIRETORIA

**Zeinal Abedin Mahomed Bava (Presidente)**

Eurico de Jesus Teles Neto (Diretor)

Bayard De Paoli Gontijo (Diretor)

## CONTADOR

Marcelo Antônio Leal Gomes

CRC-RJ 083.162

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Diretores e Acionistas da Oi Móvel S.A. (anteriormente denominada 14 Brasil Telecom Celular S.A.)

Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da Oi Móvel S.A. (anteriormente denominada 14 Brasil Telecom Celular S.A.) ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estim